



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LINHA DE PESQUISA: CIDADE, FLORESTA E SERTÃO: CULTURA
TRABALHO E PODER

Rosinda da Silva Miranda

**A TRAJETÓRIA DE IZABEL MARQUES TAVARES DA CUNHA: dos rios da
Amazônia aos porões da ditadura Militar no Brasil e o desejo de transformar o
mundo**

Belém
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M672t Miranda, Rosinda da Silva.
A TRAJETÓRIA DE IZABEL MARQUES TAVARES DA
CUNHA : dos rios da Amazônia aos porões da ditadura Militar no
Brasil e o desejo de transformar o mundo / Rosinda da Silva
Miranda. — 2024.
323 f. : il. color.

Orientador(a): Prof.^a Dra. Edilza Joana Oliveira Fontes
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em
História, Belém, 2024.

1. Ditadura Militar. 2. Democracia. 3. Movimentos
Populares. 4. Mulheres. 5. Gênero. I. Título.

CDD 981.1092

Rosinda da Silva Miranda

A TRAJETÓRIA DE IZABEL MARQUES TAVARES DA CUNHA: dos rios da Amazônia aos porões da ditadura Militar no Brasil e o desejo de transformar o mundo

Defesa de tese de doutoramento apresentado ao programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará (PPHIST), como requisito para obtenção do título de Doutora.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Edilza Joana Oliveira Fontes.

Belém
2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**ATA DE DEFESA DE TESE DA DISCENTE
ROSINDA DA SILVA MIRANDA**

A Comissão Examinadora de Defesa de Tese, presidida pela Profa. Dra. Edilza Joana Oliveira Fontes e constituída pelos avaliadores Profa. Dra. Cristina Donza Cancela, Profa. Dra. Adriane dos Prazeres Silva, Profa. Dra. Anna Maria Alves Linhares e Prof. Dr. Raimundo Amilson de Sousa Pinheiro, reuniu-se no dia 19/08/2024, às 16 horas, no Auditório da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, para avaliar a Defesa de Tese da doutoranda Rosinda da Silva Miranda intitulada "A TRAJETORIA DE IZABEL MARQUES TAVARES DA CUNHA: dos rios da Amazônia aos porões da Ditadura Militar no Brasil e o desejo de transformar o mundo". Após explanação da doutoranda e sua arguição pela Comissão Examinadora, a tese foi avaliada depois que todos os presentes se retiraram. Desta apreciação, a Comissão Examinadora retirou os seguintes argumentos:

- 1) que a tese atendeu prontamente a todas as recomendações feitas à época do exame de qualificação;
- 2) que a doutoranda respondeu com propriedade a todas as indagações e questionamentos da Banca;
- 3) que a doutoranda construiu argumentos coerentes, dentro de uma escrita que guarda um estilo e clareza a serem exaltados;
- 4) e que por todos estes aspectos a tese foi **APROVADA** pela Comissão, de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Curso.

PARECER DA BANCA:

A tese foi aprovada! Ressalta-se a importância do objeto de pesquisa para os estudos das mulheres na história do Pará, assim como, a pesquisa com variados documentos e a narrativa bem elaborada revelando uma mulher militante conta a Ditadura Militar. Deve-se incorporar as sugestões da Banca Avaliadora. A tese foi indicada para publicação.

Edilza Fontes

Profa. Dra. Edilza Joana Oliveira Fontes Orientadora

Documento assinado digitalmente
gov.br CRISTINA DONZA CANCELA
Data: 30/08/2024 09:40:39-0300
Verifique em <https://validar.br.gov.br>

Profa. Dra. Cristina Donza Cancela
Membro da Banca / DPHIST / UFPA

Documento assinado digitalmente
gov.br ADRIANE DOS PRAZERES SILVA
Data: 30/08/2024 12:21:29-0300
Verifique em <https://validar.br.gov.br>

Profa. Dra. Adriane dos Prazeres Silva
Membro da Banca / UEPA

Documento assinado digitalmente
gov.br ANNA MARIA ALVES LINHARES
Data: 28/08/2024 14:06:23 0300
Verifique em <https://validar.br.gov.br>

Profa. Dra. Anna Maria Alves Linhares
Membro da Banca / UFPA

Prof. Dr. Raimundo Amilson de Sousa Pinheiro
Membro da Banca / SEDUC/PA

Dedico este trabalho à todas as
mulheres que lutaram pelos direitos
femininos.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar os meus sinceros agradecimentos a todos que contribuíram para a conclusão desta tese. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Deus pela força, orientação e inspiração que Ele me proporcionou ao longo deste processo.

À minha estimada orientadora Edilza Joana de Oliveira Fontes, quero expressar a minha profunda gratidão por sua orientação sábia, apoio constante e incentivo. Sua dedicação e experiência foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao meu amado marido Thiago Azevedo, minha rocha, meu maior apoiador e incentivador. Obrigado por seu amor incondicional, paciência e compreensão durante os momentos desafiadores deste percurso. Sua presença foi meu maior conforto.

À minha querida família, especialmente as minhas filhas, que tiveram que lidar com as minhas ausências, encorajamento constante e apoio inabalável ao longo de toda a jornada acadêmica. Seu apoio foi fundamental para minha perseverança e sucesso.

Aos meus pais, Lúcia Oneide Miranda e Delfim Miranda (*in memoriam*) e as minhas irmãs, por toda a ajuda e amor incondicional.

Agradeço também a todos os amigos, colegas e professores que, de alguma forma, contribuíram para esta conquista.

Por último, mas não menos importante, expresso a minha gratidão à instituição ao PPHIST/UFPA por fornecer os recursos necessários para a realização deste estudo.

Este trabalho não seria possível sem o apoio generoso e o amor de cada um de vocês. Obrigado do fundo do meu coração.

Com sinceridade e gratidão!

Epígrafe

Quando você se atreve a falar, está quebrando o silêncio que oprime milhões de nós.
Malala Yousafzai

RESUMO

SILVA, Rosinda da Silva. **A TRAJETÓRIA DE IZABEL MARQUES TAVARES DA CUNHA**: dos rios da Amazônia aos porões da ditadura Militar no Brasil e o desejo de transformar o mundo, 2024. 323 fls. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, UFPA, Belém

Esta tese investiga a notável trajetória política de Iza Cunha, uma figura importante na luta contra a Ditadura Militar no Brasil e na defesa dos direitos humanos, com especial ênfase nas questões de mulheres e gênero na região amazônica. A Ditadura Militar, que durou de 1964 a 1985, foi um período sombrio da história brasileira, caracterizado por repressão política, censura e violações dos direitos humanos. Iza Cunha emergiu como uma voz corajosa na resistência a esse regime autoritário, mobilizando-se em prol da democracia, da justiça social e da igualdade de gênero. Esta tese examina os principais momentos da trajetória política de Iza Cunha, desde a sua participação em movimentos estudantis durante os anos de chumbo da ditadura, até o seu papel como ativista e líder nos movimentos populares na Amazônia pós-ditatorial. Por meio de uma análise aprofundada dos seus discursos, escritos e ações políticas, busca-se compreender como Iza Cunha articulou a sua luta contra a ditadura com a sua defesa dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero na Amazônia. Além disso, esta tese examina os desafios específicos enfrentados pelas mulheres na região amazônica, incluindo a violência de gênero, a exploração econômica e a marginalização política. Destaca-se o papel de Iza Cunha na promoção da participação política das mulheres, no combate à discriminação de gênero e na garantia de direitos, emancipação e acesso a serviços básicos, como saúde e educação. Por fim, este trabalho analisa o legado de Iza Cunha e sua relevância para os debates contemporâneos sobre democracia, direitos humanos, mulheres e gênero na Amazônia. Ao reconhecer sua contribuição histórica e sua luta contínua, pretende-se inspirar novas gerações a seguir seu exemplo de resistência e comprometimento com a justiça social e a igualdade de gênero na região amazônica e além dela.

Palavras-chave: Ditadura Militar. Democracia. Movimentos Populares. Mulheres. Gênero.

ABSTRACT

SILVA, Rosinda da Silva. *THE TRAJECTORY OF IZABEL MARQUES TAVARES DA CUNHA: From the Rivers of the Amazon to the Depths of the Military Dictatorship in Brazil and the Desire to Transform the World*, 2024. 323 pp. Doctoral Thesis (in History) — Graduate Program in History, UFPA, Belém.

This doctoral thesis explores the remarkable political trajectory of Iza Cunha, a pivotal figure in the resistance against the Military Dictatorship in Brazil and a staunch advocate for human rights, particularly focusing on women and gender issues in the Amazon region. The Military Dictatorship, spanning from 1964 to 1985, marked a dark period in Brazilian history characterized by political repression, censorship, and human rights violations. Iza Cunha emerged as a courageous voice opposing this authoritarian regime, mobilizing for democracy, social justice, and gender equality. This thesis examines key moments in Iza Cunha's political journey, from her involvement in student movements during the dictatorship's oppressive years to her leadership role in post-dictatorship popular movements in the Amazon. Through an in-depth analysis of her speeches, writings, and political actions, it seeks to understand how Iza Cunha articulated her resistance against the dictatorship with her advocacy for women's rights and gender equality in the Amazon. Furthermore, the thesis investigates specific challenges faced by women in the Amazon region, including gender-based violence, economic exploitation, and political marginalization. Emphasizing Iza Cunha's role in promoting women's political participation, combating gender discrimination, and ensuring rights, emancipation, and access to basic services such as health and education, this work also evaluates her legacy and relevance to contemporary debates on democracy, human rights, women, and gender in the Amazon. By acknowledging her historical contributions and ongoing struggle, it aims to inspire new generations to emulate her example of resilience and commitment to social justice and gender equality within and beyond the Amazon region.

Keywords: Military Dictatorship. Democracy. Popular Movements. Women. Gender.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Limoeiro do Ajuru	53
Figura 2 Documento Humberto Cunha	81
Figura 3 Documento Humberto Cunha	82
Figura 4 Despacho de prisão Iza e Humberto Cunha.....	83
Figura 5 Mandado de prisão Iza e Humberto Cunha.....	84
Figura 6 Capa do Jornal Resistencia nº 5	112
Figura 7 Três de Maio de 1808 (1814).....	113
Figura 8 Relato de tortura de Izabel Cunha.....	114
Figura 9 Iza Cunha Grávida	121
Figura 10 Depoimento de Paulo Fonteles	124
Figura 11 Charge sobre a tortura de Hecilda Veiga durante a Ditadura Militar	126
Figura 12 Relato da Tortura de Humberto Cunha.....	137
Figura 13 Charge sobre as torturas durante a Ditadura Militar	138
Figura 14 Charge Ilustrando a condição de Hecilda Veiga na prisão	150
Figura 15 Interrogatório de Hecilda Veiga.....	151
Figura 16 Filho desta raça não deve nascer.....	152
Figura 17 Capa Jornal Resistência Ano V – Relato Izabel Cunha	166
Figura 18 Relato de Tortura de Izabel Cunha	167
Figura 19 Capa Jornal Resistência Ano V – Relato Paulo Fonteles.....	168
Figura 20 Capa Jornal Resistência Ano V – Relato Humberto Cunha.....	169
Figura 21 Relato de Tortura de Humberto Cunha	170
Figura 22 Capa Jornal Resistência Ano V – Relato Hecilda Veiga	171
Figura 23 Relato de Tortura de Hecilda Veiga.....	172
Figura 24 Iza e seu escrito sobre escravidão	184
Figura 25 Texto de Iza Cunha sobre 1º de Maio	189
Figura 26 Texto de Iza Cunha sobre tribunal da terra.....	194
Figura 27 Iza Cunha no Tribunal da terra	195
Figura 28 Iza escrevendo sobre as condições de infraestrutura da Transamazônica.....	197
Figura 29 Atividades do MLPA - 23 de março de 1982	202
Figura 30 Reunião do MLPA	204
Figura 31 Assembleia geral realizada pelo MLPA	206
Figura 32 Reunião do MLPA	208
Figura 33 Resoluções do I Congresso do PRC e seus principais militares	213
Figura 34 Anexo B - Comitê central	214
Figura 35 Atividades do PRC.....	215
Figura 36 Atividades do PRC.....	216
Figura 37 Iza Cunha no CC e no CR do Pará.....	217
Figura 38 Ficha Izabel Marques Tavares da Cunha	219
Figura 39 CIPES.....	221
Figura 40 Projeto Universidade Popular	224
Figura 41 Encarte da campanha de Iza Cunha para Deputada Estadual pelo PT (Frente) ...	225
Figura 42 Encarte da campanha de Iza Cunha para Deputada Estadual pelo PT (Verso)....	227
Figura 43 Iza Cunha em campanha eleitoral	229
Figura 44 II Encontro de Mulheres do Campo e da Cidade	243
Figura 45 Mulheres do campo e da cidade realizam II Encontro.....	244
Figura 46 Organização MMCC e Eleições.....	245

Figura 47 Federação MMCC.....	247
Figura 48 O Movimento de mulheres tem que ser relacionado com o movimento geral de transformação da sociedade.....	248
Figura 49 Encontro debate problema da mulher e a situação nacional	249
Figura 50 A Coordenação do MMCC e as bandeiras de luta	250
Figura 51 As mulheres na luta pela libertação das classes trabalhadoras	257
Figura 52 Mulher: Há que refletir sobre a violência	259
Figura 53 Uma força que nos alerta!	261
Figura 54 Um tempo para entrevista	264
Figura 55 Mulher Parauapebas.....	266
Figura 56 Lei orgânica de Belém: mulheres de fora	269
Figura 57 Socorro Gomes: Saias mini, idéias maxi	270
Figura 58 Matéria com Socorro Gomes	274
Figura 59 História do sujeito feminino.....	275
Figura 60 O encontro em Abaetetuba.....	278
Figura 61 Mulheres: avanço na luta na América Latina e Caribe	281
Figura 62 Iza Cunha	282
Figura 63 A luta das mulheres não é contra os homens. É contra o sistema	287
Figura 64 Divulgação do Livro de Heliana Barriga - Mulher Terra	289
Figura 65 Charge Maria e Luís.....	294
Figura 66 Mulher: No tempo, na história, na modernidade	298
Figura 67 Mulheres cobram fim da impunidade	304
Figura 68 Jornal do MMCC	307
Figura 69 A Luta das Mulheres é Internacional	308
Figura 70 Questão de Ordem - Como reduzir os índices de violência contra a mulher?	313
Figura 71 Praça Iza Cunha - Pratinha/Belém-PA.....	319
Figura 72 Rua Iza Cunha. Bairro do Bengui - Belém/PA	320
Figura 73 Escola Iza Cunha	320
Figura 74 Imagens de Iza Cunha.....	322

LISTA DE SIGLAS

AMPA — Associação da Mulher Paraense
AMMC — Associação Municipal das Mulheres de Castanhal
ACF — Associação Cristã Feminina
ALEPA — Assembleia Legislativa do Estado do Pará
ALN — Ação Libertadora Nacional
AP — Ação Popular
APML do B — Ação Popular Marxista Leninista do Brasil
ARENA — Aliança Renovadora Nacional
CBB — Comissão dos Bairros de Belém
CEDENPA — Centro de Estudo e Defesa do Negro do Pará
CEP — Comissão Executiva Provisória
CIMI — Conselho Indigenista Missionário
CIPES — Centro de Pesquisa de Estudos Econômicos e Sociais
CNBB — Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPT — Comissão Pastoral da Terra
CUT — Central Única dos Trabalhadores
DOI-CODI — Destacamento de Operações de Informações — Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS — Departamento de Ordem Política e Social
FASE — Federação de Órgãos para Assistência Social e Educação
FEMPA — Federação da Mulher Paraense
GEMPAC — Grupo de Mulheres Prostitutas da Área Central
GETAT — Grupo de Terra do Araguaia Tocantins
ICLB — Igreja Evangélica de Confissão Luterana de Belém
IHGP — Instituto Histórico e Geográfico do Pará
INCRA — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPAR — Instituto Pastoral Regional
IPM — Inquérito Policial Militar
JEC — Juventude Estudantil Católica
JOC — Juventude Operária Católica
JUC — Juventude Universitária Católica
MDB — Movimento Democrático do Brasil
MHB — Movimento Homossexual de Belém
MLPA — Movimento pela Libertação dos Presos do Araguaia
MMCC — Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade
MOPROM — Movimento de Promoção da Mulher
MR-8 — Movimento Revolucionário 8 de Outubro
PCB — Partido Comunista Brasileiro
PCdoB — Partido Comunista do Brasil
PDS — Partido Democrático Social
PIN — Projeto de Integração Nacional
PMDB — Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PRC — Partido Revolucionário Comunista
PT — Partido dos Trabalhadores
PTB — Partido Trabalhista Brasileiro

SDDH — Sociedade Paraense em Defesa dos Direitos Humanos
SEDUC — Secretaria de Estado e Educação
SEMEC — Secretaria Municipal de Educação
SNI — Sistema Nacional de Informação
UAP — União Acadêmica Paraense
UMB — União de Mulheres de Belém
UMETI — União Mineira dos Estudantes Técnicos Industriais
UDN — União Democrática Nacional
UNE — União Nacional dos Estudantes
UNIPOP — Instituto Universidade Popular
VPR — Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. A TRAJETÓRIA INICIAL DE IZABEL MARQUES TAVARES: DOS RIOS DA AMAZÔNIA AO ENCONTRO COM OS IDEAIS COMUNISTAS E O DESEJO DE TRANSFORMAR O MUNDO (DEC. 1940/1950/1960)	24
2.1 Memórias e histórias de Iza Cunha	24
2.2 O silenciamento, biografia, gênero e história das mulheres e a consciência nacional	32
2.3 A migração do interior do Estado para Belém do Pará	52
2.4 A Partida para Pernambuco e o encontro com as ideias comunistas	55
3. A CONSTRUÇÃO DA MILITÂNCIA DE IZA CUNHA NA POLÍTICA PARTIDÁRIA, E NAS PRÁTICAS REVOLUCIONÁRIAS E DE RESISTÊNCIA POR DEMOCRACIA (DEC. 1970/1980)	61
3.1 AP (Ação Popular) filiação e a clandestinidade	62
3.2 A migração para Minas Gerais	65
3.3 A Prisão	71
3.3.1 Depoimento de Iza e Humberto Cunha	72
3.3.2 Termo de reconhecimento Izabel Marques Tavares.....	85
3.4 Pessoas que são interrogadas que mencionam Iza Cunha e Humberto Cunha.....	86
3.4.1 Zoraide G de Oliveira.....	87
3.4.2 Silvio Humberto Penna	89
3.4.3 Termo de perguntas ao Indiciado José Ferreira Lopes	90
3.4.4 Termo de Inquirição de Testemunha – José Newton Garcia de Araújo	91
3.4.5 Termo de perguntas ao Indiciado Valmir José de Resende.....	93
3.4.6 Termo de perguntas ao Indiciado Fernando Jota de Paula	97
3.4.7 Termo de perguntas ao Indiciado Edison Ildefonso de Oliveira	100
3.4.8 Termo de perguntas ao indiciado Rui Rocha Cunha	103
4. RELATOS DE TORTURA.....	106
4.1 Relatos de tortura do exemplar Número 5 do Jornal Resistência.....	111
4.1.1 Izabel Cunha, estudante.....	114
4.1.2. Depoimento Paulo Fonteles.....	124
4.1.3 Humberto Rocha Cunha	136
4.1.4 Hecilda Veiga - Estudante	148
4.2 A republicação dos relatos de Tortura.....	164
4.2.1 Tortura 1 - Iza Cunha	165
4.2.2 Tortura 2 - Paulo Fonteles	168
4.2.3 Tortura 3 - Humberto Cunha	169
4.2.4 Tortura 4 - Hecilda Veiga.....	170

5. DOS PORÕES DA DITADURA ÀS PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA NA POLÍTICA PARTIDÁRIA E NOS MOVIMENTOS SOCIAIS	173
5.1 Quando o outro é reconhecido como humano e vale a luta por Direitos Humanos	178
5.1.1 Escravidão	184
5.1.2 Jornada de trabalho.....	188
5.1.3 Tribunal da Terra.....	192
5.1.4 Transamazônica não pode esperar.....	196
5.2 Outras participações de Iza citadas nos documentos do Sistema Nacional de Informação (SNI).....	198
5.2.1 Iza e o Movimento Pela Libertação dos Presos do Araguaia (MLPA).....	199
5.2.2 A participação de Iza no PRC	210
5.2.3 CIPES	219
5.2.4 Instituto Universidade Popular - UNIPOP	222
5.2.5 Iza e sua participação no Partido dos Trabalhadores.....	224
6. MULHERES, FEMINISMO E DITADURA MILITAR NO BRASIL E NO PARÁ (DEC. 1980/1990)	232
6.1 As mulheres no contexto de Ditadura Militar no Pará	238
6.2 A formação do MMCC (Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade)	240
6.3 O MMCC no Jornal Resistência.....	242
6.3.1 A organização do MMCC	244
6.3.2 O II Encontro.....	248
6.3.2.1 A palestrante e assunto da palestra.....	249
6.3.2.2 Os grupos de trabalho do II Encontro.....	250
6.3.3 I Congresso do Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade	254
6.3.4 A entrevista de Iza à Maria Luíza Fontenelle e esperança das mulheres na política....	260
6.4 As mulheres e a nova Lei Orgânica do Município de Belém.....	266
6.5 História do sujeito feminino por Iza Cunha	275
6.6 Encontros do MMCC	277
6.7 Mulheres: avanço na luta na América Latina e Caribe	278
7. “SIMPLISMENTE IZA”, SEUS VESTÍGIOS NOS ESCRITOS, NAS MEMÓRIAS, SEU LEGADO E RECONHECIMENTO.	282
7.1 Os vestígios de Iza.....	282
7.2 A Compaixão.....	293
7.3 Mulher, no tempo, na história e na modernidade	297
7.4 O reconhecimento social da importância de Iza Cunha para os movimentos populares do Pará.....	316
7.5 A comenda Iza Cunha da ALEPA (Assembleia Legislativa do Estado Do Pará)	317
7.6 A Praça Iza Cunha, no bairro da Pratinha em Belém do Pará	318
7.7 A Rua Iza Cunha, no bairro do Bangui em Belém	320

7.8 A escola Iza Cunha no Bairro da Sacramento	320
CONSIDERAÇÕES FINAIS	322
REFERÊNCIAS	328

1. INTRODUÇÃO

- Iza:
- Presente!
- Doroty:
- Presente!
- Marga:
- Presente!

Era o que todas diziam naquela noite, 04 de junho de 2016. As pessoas iam chegando se juntando, cantando e narrando fatos de momentos que passaram com ela em vida. Se perguntavam como estavam umas às outras e iniciavam uma conversa de cumplicidade. Havia muitas histórias em comum, lembranças de um passado compartilhado, rememorado com tristeza por aquelas que tombaram, contudo, com muito respeito e admiração por aquelas que resistiram.

Era possível perceber a emoção nos rostos de todas que lá estavam e identificar algumas autoridades políticas, religiosas e dos movimentos sociais de vários segmentos. Aqui e ali, uma fala de homenagem, uma música que marcava os tempos de lutas ou outras bem comerciais com uma carga simbólica que transmitia o que estavam sentindo, as coroas de flores de várias entidades decoravam o ambiente apontando que se tratava de uma pessoa especial para as pessoas e instituições ali representadas. A despedida do corpo de uma pessoa dependendo da cultura pode se dar de várias formas, nesse caso, a base da celebração era cristã, mas havia pessoas de outras matrizes religiosas, pois se tratava de uma pessoa que em vida havia sido ecumênica. O clima era de tristeza, porém havia um aspecto sublime de que ela ia descansar, afinal lutara por anos com uma doença implacável, até que uma pessoa entre os presentes, disse: “Marga quando chegar no céu vai encontrar com Iza e com Doroty, o que será que essas três vão aprontar lá em cima?” A fala era expressa em sorrisos, insinuando um encontro entre grandes amigas. O velório era de Marga Rothe, ela partira desse plano, naquele dia encerrava uma participação significativa aqui na terra na visão da coletividade ali presente.

Ficou claro de que em vida, Iza, Marga e Doroty haviam se conhecido e algo muito relevante para aquelas pessoas reunidas ali transversalizava a vida delas, tudo levava a crer que elas lutaram pelos mesmos ideais. O que deixava a história fluir com muitas curiosidades tentando juntar as peças do quebra cabeça. De repente, um rosto

bem conhecido era avistado pelo vidro da sala fúnebre, e surgem as perguntas: O que ela está fazendo aqui? Será que era amiga de Marga? Ela também era defensora dos Direitos Humanos? Sim, porque a história dela era emblemática, pois se tratava daquela paraense que quando jovem havia sido presa e torturada pela Ditadura Militar mesmo estando grávida de seu primeiro filho. Essa história eu tinha conhecimento, já que ela mesma havia contado enquanto ministrava as aulas de pensamento político brasileiro, no curso de Ciências Sociais, na Universidade Federal do Pará. Hecilda Veiga é nome dela, pessoa cuja história pode ser transformada em um poderoso romance ou filme. Nesse momento a história dela estava na encruzilhada com as outras três, construindo uma memória de um tempo de muitas construções coletivas, onde na atualidade é possível colher as benesses das batalhas de outrora.

Encontrava-me ali naquele momento fúnebre, porque conhecia Rosa Marga Rothe como Pastora da Igreja Luterana em Belém (ICLB) e tinha uma amizade com ela, sabia um pouco de sua história que havia me contado, que era alemã erradicada no Brasil há bastante tempo e no Pará havia lutado contra a Ditadura Militar. Antropóloga, feminista cristã e defendia os Direitos Humanos. Por causa disso se tornou a primeira mulher ouvidora do sistema de segurança pública do Pará. Por esse motivo fui nutrindo uma vontade de saber de sua vida de forma mais aprofundada.

Sobre Dorothy Stang pude acompanhar as pessoas reunidas na Paróquia Luterana chorando por sua partida e pela forma violenta que havia acontecido. Naquele momento não tinha conhecimento de quem se tratava, contudo, conseguia entender que sua missão era a favor da reforma agrária e da não exploração da floresta amazônica, por conta dessas questões não era desconhecido de que a violência no campo – a causa de sua morte – havia se tornado uma realidade no estado do Pará. O assassinato da freira americana da congregação Notre Dame de Namur, Irmã Doroty, repercutiu internacionalmente e foi possível acompanhar em vários jornais e canais de televisão da época. Aquele dia 12 de fevereiro de 2005 se tornava um dia de tristeza, revolta e indignação com esse acontecimento e era visível nas pessoas que a conheciam e nas que tinham noção sobre direitos humanos.

Se Iza também estava presente com as duas, Dorothy e Marga, e Hecilda possivelmente a conhecia, afinal quem era ela? O que fizera em vida ao ponto de ser reverenciada daquela forma, Iza: Presente! Aquelas palavras ficaram em minha

memória e a curiosidade de saber quem foi essa pessoa também, naquele momento então nascia a pesquisa que está sendo apresentada aqui. Pois, para os movimentos populares dizer que uma pessoa está presente quando ela já não está mais viva, entende-se que é uma evocação de sua presença na ausência de sua forma física, além de ser uma profunda demonstração de afeto e reconhecimento de suas ações.

Uma vez estimulada a curiosidade sobre a vida de Izabel Marques Tavares da Cunha – Iza Cunha – até então desconhecida para mim, descobri que ela possuía uma trajetória de vida significativa à política em solo paraense, tanto nos movimentos sociais quanto nos partidos e foi uma das pioneiras do movimento feminista de segunda onda a discutir as questões sobre mulheres e gênero no Pará. Ela desenvolveu seu ativismo político no período em que os militares governavam o país, governo este que vigorou de 1964 a 1985 e que levanta o debate historiográfico de como ele se desenvolveu desde o primeiro momento em que passou a existir. Carlos Fico¹ e outros historiadores utilizam o termo “Golpe Civil-Militar” para descrever a tomada de poder pelos militares em 1964 com o apoio de setores da sociedade civil, incluindo políticos, empresários, parte da mídia e segmentos conservadores da população. Eles enfatizam que o golpe não foi apenas uma ação das Forças Armadas, mas também contou com amplo respaldo de diversos setores da sociedade brasileira.

No entanto, para o período subsequente, o historiador como Carlos Fico prefere empregar o termo “Ditadura Militar”. Isso se deve ao fato de que, após consolidado o golpe, o regime que se instalou foi caracterizado por uma série de ações especializadas, autoritárias e repressivas, incluindo censura, perseguição política, tortura e violações dos direitos humanos. Os presidentes e os diferentes poderes foram assumidos por militares e governaram o Brasil durante esse período e exerceram o poder de maneira centralizada, muitas vezes arbitrária, sem a plena vigência das liberdades democráticas.

Por outro lado, outros historiadores podem apresentar diferentes perspectivas e conceituações para esse período da história política brasileira. Alguns podem enfatizar aspectos como a participação ativa da sociedade civil na legitimação do regime, a cooptação de parte das elites políticas e econômicas, bem como as mudanças

¹ FICO, Carlos. **Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar, espionagem e polícia política.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

socioeconômicas e culturais ocorridas durante os anos de governos militares. Essas abordagens visam a compreender mais profundamente os múltiplos aspectos e dinâmicas do regime militar brasileiro, incluindo suas complexidades e contradições.

Assim, o debate historiográfico em torno do período militar no Brasil continua sendo objeto de análise e revisão por parte dos historiadores, cada um contribuindo com diferentes perspectivas e interpretações para a compreensão desse período da história do país. Ao analisar o período dos governos militares no Brasil, é fundamental adotar uma terminologia que reflita de maneira precisa a natureza e as dinâmicas desse regime autoritário. Optei por utilizar o termo “Ditadura Militar”, alinhando-me ao pensamento do historiador como Carlos Fico, que enfatiza a predominância do poder militar na formulação e na implementação das políticas durante aqueles anos conturbados da história brasileira.

Fico, embora reconheça que o golpe de 1964 teve o apoio de setores da sociedade civil, incluindo políticos, empresários, parte da mídia e de religiosos e conservadores, o regime que se estabeleceu posteriormente foi caracterizado por uma concentração significativa de poder nas mãos dos cinco presidentes militares que governaram o país. Esses líderes não apenas lideraram o golpe, mas também implementaram uma série de medidas repressivas e autoritárias que impactaram profundamente a vida política, social e econômica do Brasil.

Ao utilizar o termo “Ditadura Militar”, visou destacar a centralidade das Forças Armadas na estrutura de poder da época, assim como a influência direta que os presidentes militares exerceram sobre as decisões governamentais. Esta abordagem histórica não só reconhece a complexidade do período, mas também sublinha a importância de compreender o papel específico das instituições militares na configuração daquele capítulo da história nacional. Portanto, ao investigar e interpretar os eventos e as políticas dos governos militares no Brasil, é essencial utilizar um termo que reflita a essência do regime e permita uma análise crítica e contextualizada dos impactos desse período sobre a sociedade brasileira.

No sentido destacado, a militância política de Iza começou durante a Ditadura Militar e perdurou até o início da redemocratização. As memórias que envolvem sua vida são cruciais para compreender as estratégias políticas tanto da direita quanto da esquerda. Quem participou do adeus a Marga percebeu a importância central da

memória dos presentes em relação às vidas dessas três mulheres. Essas lembranças foram fundamentadas nos direitos humanos, refletindo o compromisso delas com o próximo.

No entanto, também se observou que, apesar das histórias singulares e representativas dessas mulheres, sua visibilidade popular nunca alcançou a mesma proeminência que as ações dos homens em situações similares. Ao longo do tempo, percebi que embora o engajamento político de Iza Cunha tenha sido significativo, ela é mencionada apenas brevemente em momentos cruciais de sua atuação política.

Isso me levou a questionar: por que escrever sobre sua vida? Esse questionamento está intrinsecamente ligado a outros maiores, como: por que escrever sobre as ações das mulheres? E para quem interessa a história das mulheres? O significado dessas perguntas já foi amplamente discutido nos estudos sobre mulheres e gênero, revelando um histórico de silenciamento em relação às contribuições das mulheres.

Nesse sentido, para historicizar as ações das mulheres, é crucial problematizar o histórico silenciamento em relação ao seu protagonismo. Não apenas isso, mas também é fundamental destacar os papéis secundários que, nos bastidores, ganham relevância ao ampliar a visibilidade das mulheres como agentes históricos de transformação social. É imperativo discutir o reconhecimento de sua participação política para além do âmbito doméstico, demonstrando sua capacidade de assumir papéis em todos os setores da sociedade e, assim, desenvolver seu protagonismo nas lutas políticas.

Dessa forma, esta pesquisa tematiza a ação de uma mulher e segue o seguinte percurso:

Que as mulheres nunca estiveram ausentes da história nem excluídas dela. Estiveram e estão, pelo contrário, presentes em eventos, atuando, selecionando e reinventando suas histórias, mesmo quando invisíveis; mesmo quando não reconhecidas como sujeitos de si. [...] o trabalho voltado a uma história oral comprometida com as feridas da memória, mas não com a memória ferida, porque reveladora também da ousadia e do desejo de superação. Mais do que isso, com a busca contínua pela denúncia, pela publicização e pelo enfrentamento das dores, provocadas por uma história na qual a dominação masculina ainda controla, cerceia, visa calar. E, muitas vezes, mata².

² ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). **História Oral e História das mulheres: Rompendo silenciamentos**. São Paulo: Letra e voz, 2017. p.7-8.

Iza viveu uma vida dedicada à sua militância, atravessando momentos cruciais que se entrelaçam com o período conturbado da ditadura militar no Brasil. Os rastros deixados por suas ações se confundem com as narrativas complexas e muitas vezes contraditórias desse tempo sombrio da história brasileira. Para compreender o significado desses rastros na construção da memória coletiva, podemos recorrer ao pensamento de Paul Ricoeur, especialmente em sua obra magistral “A Memória, a História, o Esquecimento”.

Ricoeur argumenta que a memória não é um simples registro do passado, mas um processo ativo de reconstrução e interpretação contínua. Os rastros deixados por Iza, seja através de suas ações diretas de resistência ou através das histórias compartilhadas por aqueles que com ela conviveram, são peças fundamentais nesse tecido memorialístico. Eles não apenas preservam fragmentos da história pessoal de Iza, mas também lançam luz sobre os eventos históricos mais amplos que marcaram sua época.

No contexto brasileiro, marcado pela repressão e pela censura durante a ditadura militar, os rastros da militância de Iza assumem uma dimensão ainda mais crucial. Eles representam não apenas uma resistência individual, mas também um elo comum em uma rede de memórias que desafiam o esquecimento imposto pelas estruturas de poder da época. Ricoeur nos lembra que a memória é tanto um ato de justiça quanto um ato de resistência, pois ela se recusa a deixar que o passado seja silenciado ou distorcido.

Ao explorar os conceitos de “tempo histórico” e “tempo memorial” de Ricoeur, podemos entender melhor como os rastros da militância de Iza são integrados à narrativa histórica mais ampla do Brasil. Eles não apenas testemunham os eventos passados, mas também questionam as versões dominantes da história, convidando-nos a uma reflexão crítica sobre nosso próprio legado e responsabilidade social.

Portanto, ao considerar a vida de Iza e seus rastros de militância à luz de Paul Ricoeur, emergem questões profundas sobre a natureza da memória coletiva e seu papel na construção de identidades individuais e sociais. Os rastros de Iza não são apenas vestígios do passado; eles são pontos de partida para uma reflexão ética e política sobre o poder da memória em moldar nosso entendimento do presente e nosso compromisso com o futuro.

A vida de Iza é marcada por um engajamento político incansável, que começou na Ação Popular (AP) e se estendeu por diversas fases significativas da história política brasileira. Sua jornada militante incluiu participação no movimento clandestino do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), seguido pelo envolvimento no Partido Revolucionário Comunista (PRC) e, posteriormente, sua integração no Partido dos Trabalhadores (PT), entre outras instituições que ajudou a fundar.

No entanto, o legado de Iza vai além dos partidos políticos nos quais esteve envolvida. Sua principal marca está na fundação e na liderança de movimentos sociais essenciais para o Pará. Um exemplo significativo é o Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade (MMCC), que teve papel crucial na luta por direitos e igualdade de gênero, não apenas nos centros urbanos, mas também nas áreas rurais do país.

Além disso, Iza foi uma das figuras fundamentais na criação da Sociedade Paraense em Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), uma organização que se tornou um bastião na defesa das liberdades civis e dos direitos humanos em tempos de repressão e autoritarismo. A trajetória de Iza exemplifica não apenas sua coragem e determinação, mas também seu compromisso com a justiça social e a democracia. Em um período histórico marcado por desafios políticos e sociais profundos, suas escolhas e ações foram guiadas por um ideal de transformação e resistência. Ao refletir sobre a vida de Iza, é impossível não reconhecer sua contribuição significativa para o movimento político e social no Brasil. Seus passos foram moldados não apenas por convicções ideológicas, mas também por uma profunda crença na capacidade das pessoas de se unirem em prol de um futuro mais justo e igualitário. Assim, a trajetória de Iza na militância política não é apenas um relato pessoal, mas um capítulo essencial na história da luta por direitos e liberdades no Brasil. Seus feitos continuam a inspirar aqueles que lutam por um país onde a justiça e a solidariedade sejam os pilares de uma sociedade verdadeiramente democrática.

A principal meta deste trabalho consiste na elaboração de uma biografia histórica que explore a trajetória de Izabel Cunha como sujeito e agente de transformação da sociedade, especialmente através de sua militância política. Para atingir este objetivo, a metodologia adotada concentra-se no levantamento de fontes históricas e também o campo da história oral.

A escolha por utilizar a história oral como método neste estudo permite captar não apenas os eventos e realizações públicas de Izabel Cunha, mas também suas experiências pessoais, motivações íntimas e os contextos sociais e políticos que moldaram suas escolhas e ações ao longo do tempo. Entrevistas com pessoas que conviveram com Izabel, colegas de militância, familiares e outros indivíduos que tiveram contato direto com ela, são fundamentais para reconstruir sua vida e legado de maneira fiel e abrangente.

Através da história oral, busca-se não apenas registrar os fatos e datas importantes da vida de Izabel Cunha, mas também compreender suas percepções, desafios enfrentados e estratégias utilizadas na sua atuação como militante política. Este método possibilita uma análise mais profunda e contextualizada de sua influência e contribuição para os movimentos sociais e políticos nos quais esteve engajada.

Portanto, a metodologia adotada neste trabalho combina rigor histórico com sensibilidade humana, utilizando fontes orais para construir uma narrativa biográfica que não apenas documenta, mas também interpreta o impacto e o significado da vida de Izabel Cunha como figura central na história da militância política do Pará. Entendendo que história oral, no geral “se refere a um método de pesquisa, no qual se faz uma gravação sonora de uma entrevista sobre experiências diretas ocorridas durante a vida de uma testemunha ocular”³. Nesse caso, ressalta-se que a história tem muito interesse por aquilo que está presente na oralidade, uma vez que, “fazer história oral significa, portanto, produzir conhecimentos históricos, científicos, e não simplesmente fazer um relato ordenado da vida e da experiência dos ‘outros’”⁴.

A pesquisa sobre a vida e a trajetória de Iza Cunha começou no início da pandemia da COVID-19, um período que trouxe desafios significativos para a continuidade do trabalho investigativo. O contexto de isolamento social recomendado pelo Ministério da Saúde impediu a realização de entrevistas presenciais com pessoas-chave que poderiam oferecer percepções valiosas sobre Iza. Apesar dos esforços para adaptar-se às novas circunstâncias, como a marcação de entrevistas online e o envio de formulários por e-mail, os resultados foram abaixo do esperado devido às dificuldades

³ CRUIKSHANK, Julie. **Tradição Oral e história oral: revendo algumas questões**. In: Usos e abusos da História oral. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. P. 151

⁴ LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. **Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea**. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.) Usos e abusos da História Oral. 8. ed. RJ: Editora FVG, 1998. P. 17.

de resposta por parte dos entrevistados. Além disso, muitos arquivos físicos estavam fechados ao público, o que limitou o acesso direto a documentos históricos e materiais de arquivo.

Diante desses obstáculos, a pesquisa precisou se concentrar predominantemente em fontes documentais disponíveis digitalmente. Essa abordagem identificou vestígios deixados por Iza Cunha ou registros sobre suas atividades e contribuições nos movimentos políticos e sociais em que esteve envolvida. Documentos históricos, artigos de jornais e registros institucionais foram cruciais para reconstruir sua participação e impacto nos diversos contextos em que atuou.

A utilização de fontes documentais permitiu uma análise detalhada e cuidadosa das diferentes facetas da vida de Iza Cunha, destacando suas realizações e seu legado nos movimentos sociais e políticos no Brasil. Apesar dos desafios impostos pela pandemia, a pesquisa continua a revelar informações valiosas que contribuem para uma compreensão mais profunda de seu papel na história contemporânea do país. Em resumo, a adaptação às restrições da pandemia exigiu uma abordagem mais digital e documental na pesquisa sobre Iza Cunha, refletindo um esforço contínuo para preservar e reconstruir sua memória e suas contribuições em um contexto desafiador.

Posteriormente, tanto as fontes orais quanto as documentais foram cuidadosamente analisadas à luz da teoria selecionada, que abrange a história das mulheres e de gênero durante a Ditadura Militar. Este trabalho se insere na história do tempo presente, um campo que suscita discussões complexas sobre o que constitui esse tempo. Enquanto o passado já se distanciou, o que resta são memórias, lembranças, silêncios e esquecimentos, enquanto o futuro continua por vir. Essa dinâmica de condensação temporal levanta reflexões profundas sobre as interações entre esses diferentes tempos. Entretanto, essa condensação temporal não apenas problematiza as relações entre os tempos, mas também sugere um conjunto de análises que podem “também debater uma concepção de contemporaneidade, avaliando-a na perspectiva do entrelaçamento que se estabelece entre as dimensões sincrônicas e diacrônicas do tempo histórico”⁵.

⁵ NETO, Regina Beatriz Guimarães. **História e escrita do tempo: questões e problemas para a pesquisa histórica**. In: história do tempo presente, Lucília de Almeida Neves Delgado, Marieta de Moraes Ferreira (org), editora FGV, Rio de Janeiro, 2014. P. 37

No caso específico do presente trabalho as fontes utilizadas são: Fontes orais – Familiares e pessoas que tiveram contato com Iza em vida nos vários segmentos nos quais ela estava envolvida – Registrar os aspectos cotidianos da história de vida da personagem pesquisada de forma que essas informações possam apontar caminhos para a vida pública, ou seja, descobrir as suas influências e inspirações que levaram ao ativismo político. Essa primeira fase foi realizada com amigos e familiares, colegas de trabalho das instituições pelas quais passou. As entrevistas são abertas, considerando os fragmentos de memórias que os informantes queiram relatar, isso foi realizado com pessoas que conviveram diretamente com a protagonista. As entrevistas foram previamente agendadas com os informantes da pesquisa. As fontes orais foram: membros da família e – Ex-Marido Humberto Cunha; Irmã Vera Tavares; Sobrinho Junior Tavares; filho; entre outros. Fontes escritas ou documentais – arquivos produzidos pela Ditadura Militar, disponíveis no acervo digital do arquivo nacional, jornais, em especial o jornal Resistência que era o jornal onde Iza escrevia – Utilizaram-se também como fontes de informação, sites, periódicos, redes sociais, e-mails.

O Jornal Resistência foi amplamente utilizado, pois era um dos mais importantes veículos de comunicação dos movimentos contra a ditadura militar na década de 1970 e 1980. Nele existiam demandas que envolviam inúmeros movimentos sociais, no caso desta pesquisa, o movimento feminista e Direitos Humanos. Dessa forma, percebe-se em diversas questões apontadas em matérias publicadas nesse período, demandas que envolviam a luta por direitos das mulheres que manifestavam pautas que estavam na ordem do tempo: saúde, educação e democracia como aspectos mais gerais, entretanto, havia também anseios mais específicos como lavanderia popular, restaurantes populares, a relação com o corpo, o prazer sexual e afetivo da mulher e a exploração capitalista que colocavam as mulheres em condições de desigualdade nas relações de gênero.

Nesse sentido, este jornal representava um veículo de mobilização e conscientização para luta por representatividade feminina na relação entre o espaço público e privado. Pois o discurso feminista existente no Jornal Resistência representa uma reverberação do feminismo que ocorreu ao redor do mundo e que está presente até os dias atuais. O jornal Resistência evidencia as matérias que possuem pautas feministas para analisar suas narrativas, demandas e a forma de luta das mulheres no

período. Dessa forma, o objetivo geral do trabalho se desdobra em específicos presentes nos sete temas abordados. Conforme a seguir:

O primeiro compreende o contexto histórico vivido por Izabel Cunha juntamente com interpretação das teorias da memória e de gênero; a vida pessoal e social e as possíveis influências que constroem Izabel Cunha, ou Iza Cunha;

O segundo descreve a atuação de Iza como militante e os caminhos percorridos pelos ditadores, indiciando pessoas recolhendo suas histórias de vida e de atuação política até chegar à prisão dela;

O terceiro aborda as dores sofridas no cárcere através das torturas executadas durante a prisão de Iza, seu então marido, Humberto Cunha e os estudantes que eram seus amigos de militância, Paulo Fontteles e sua então esposa Hecilda Veiga. Os quatro paraenses presos durante o governo Médici, considerado por eles o mais sanguinário da Ditadura – Iza e Humberto presos em Minas Gerais e Paulo e Hecilda em Brasília;

O quarto tema descreve a participação de Iza nos movimentos sociais, partidos e em prol dos Direitos Humanos na fundação da Sociedade Paraense de Direitos Humanos, dando ênfase na formação desses movimentos, pois os temas iam aparecendo e um movimento ajuda a formar o outro;

O quinto relata a experiência política e feminista por meio de relatos orais e da própria voz da Izabel Cunha, nas fontes escritas nas páginas do Jornal Resistência e, em outras fontes materiais como: vídeos, fotos, matérias de jornais, programas de televisão, etc.;

O sexto narra sobre o contexto das ações feministas no Brasil e no Pará e a participação de Iza na formação do Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade (MMCC). Nesse ponto é bem importante, porque está bem voltado ao objetivo na tese que é mostrar a ação feminina atuando na mudança no sistema através de suas atuações políticas, seja na política partidária ou não.

No sétimo tema destacam-se os vestígios escritos de Iza e a questão do reconhecimento das ações transformadoras dela que se evidenciam representadas em lugares de memórias como: Praça, biblioteca, escola, rua, etc.

Por fim, a narrativa construída neste trabalho não tem a pretensão de esgotar a vida da principal personagem envolvida na pesquisa, pelo contrário, essa é apenas uma

forma de contar a vida de Iza, dentre tantas outras que possam existir. No entanto, o que se torna importante são os rompimentos dos silêncios das ações das mulheres no tempo através de seus vestígios, memórias e reconhecimento.

2. A TRAJETÓRIA INICIAL DE IZABEL MARQUES TAVARES: DOS RIOS DA AMAZÔNIA AO ENCONTRO COM OS IDEAIS COMUNISTAS E O DESEJO DE TRANSFORMAR O MUNDO (DEC. 1940/1950/1960)

2.1 Memórias e histórias de Iza Cunha

GRÃO

Um pequeno grão
 semeou grãos
 para juntos libertarem a terra
 Tirarem o homem da exploração
 Grão-Mulheres
 Do campo e da cidade
 sem distinção
 de cor, crença, idade
 germinam nas fábricas,
 nas escolas, no agreste sertão

.

sentiu a dor atroz nos porões
 para eles em vão
 para ela vãos, vias
 de novas lutas
 focando o dia da libertação

...

Resistir foi seu primeiro passo
 Continuar
 Organizar novas passeatas,
 Missas-atos
 dos Direitos Humanos fazer paixão
 Conheceu o Araguaia Xambioá, Marabá,
 Redenção
 Diná, Dora, Osvaldão
 Muita terra grilada
 Mandantes e pistoleiros
 Gente marcada para morrer
 Corpos sem vida no chão

.

Bebeu chá de santo Daime
 no coração da floresta
 Mata adentro
 Caruana a protegeu
 Chico Mendes conheceu
 Seu ideal fortaleceu

...

Ia sempre com coragem
 Subiu, invadiu o céu
 Acolhida por Deus
Bem-vinda Isabel, pelos que lutaram
E semearam na terra grãos de justiça, paz

Liberdade⁶

Companheira “Isa”, escrito com “S”, é como “Iza” com “Z”, conforme está registrado nos documentos, é conhecida por seus pares. Essa primeira forma deu a expressão “simplesmente Isa”, retirando o restante de seu nome já podemos considerar que é suficiente para fazer um estudo sobre ela. Iza, como adotaremos a partir desse momento, nos levou a querer saber mais sobre sua vida a partir da sua militância bastante referenciada por aqueles que a conheceram, por onde passou, causou admiração, por valorizar a pessoa humana e se dedicar a essa causa. Além de sua família, sua vida teve mais duas grandes matrizes formadoras de suas teorias e sua prática – política e a religião.

Quando nos propomos a discutir pessoas ou eventos do passado, somos inevitavelmente transportados para as lembranças, sentimentos e percepções que moldam o que chamamos de história ou memória. No entanto, o termo “memória” parece conferir uma legitimidade especial quando o passado está impregnado de afeto. Memórias não se limitam à lógica objetiva e cronológica exigida pelo senso comum; ao contrário, elas residem no campo subjetivo da percepção e da interpretação das recordações, influenciadas pela objetividade dos interesses e sujeitas a interferências variáveis. Essas questões são destacadas por Pollak:

Do que vem antes, a memória parece um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20–30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes⁷.

Essas questões são destacadas por Pollak ao discutir a complexidade das memórias individuais e coletivas. Para ele, as memórias não são apenas registros neutros do passado, mas são construídas e reconstruídas ao longo do tempo, influenciadas por contextos sociais, políticos e emocionais. Assim, a memória não é um espelho fiel da história objetiva, mas sim uma narrativa que se desenvolve através da interação entre lembranças e interpretações pessoais, moldadas por interesses e perspectivas em constante mudança. “se destacamos essa característica flutuante, mutável, da memória, tanto individual quanto coletiva, devemos lembrar também que na maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente invariantes,

⁶ BRAGA, Luís. **Meninos da Noite**. Belém: Paka-Tatu.2008

⁷ POLLAK, Michel. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

imutáveis⁸”. Nesse ponto crucial da variabilidade e invariabilidade da memória, encontramos a identidade de Iza. Através da positividade dos relatos, torna-se perceptível estando presente na memória individual, que transpassa para a memória coletiva, especialmente quando associada ao período e às questões pelas quais desenvolveu sua militância.

Na memória saudosa de sua amiga, que também foi sua colega de trabalho – Madeleine Bedran Maklouf Carvalho – a bondade de Iza ficou marcada para sempre. Madeleine relata dois episódios em que passava por problemas, o primeiro relacionado ao desemprego, devido ao governo militar apresentar problemas com seu marido, Luiz Maklouf Carvalho, por ele ser editor chefe do jornal Resistência, um jornal alternativo que fazia oposição aos governos militares. O segundo, foi quando Luiz Maklouf e Madaleine se separaram, Iza também estava presente oferecendo ajuda, nos relatos a seguir é perceptível a solidariedade de Iza:

[...] Comissão Pastoral da Terra, todas ligadas ao CNBB. Naquela época era CPT Norte 2, Pastoral da Terra Norte 2, CNBB Norte 2, depois mudou, mas todas filhas da CNBB, assim pra falar no português mais claro, e lá na CPT... aí fui trabalhar, eu tava recém casada que eu tinha trabalhado numa empresa, mas como meu marido na época era, é ainda jornalista e ele era de esquerda e aí apreenderam o Jornal Resistência, e aí aonde eu trabalhava a dona que era uma das sócias da Andrade Gutierrez me chamou e disse que eu não podia ficar lá, porque o jornal tinha sido apreendido e que meu nome era o mesmo nome do meu marido e tudo, aí eu saí de lá, aí logo depois a Iza me convidou. Como eu já frequentava a Pastoral da Terra com o meu marido que era jornalista, eu já conhecia a Iza [...]. Quando eu me separei do Mak, a Iza foi como uma mãe pra mim, [...] eu chorava o dia inteiro e ela ia lá comigo. Eu trabalhava lá porque eu ia trabalhar... foi ela que chamou um homeopata, porque ela percebeu que estava apática demais, e foi maravilhoso porque eu fiquei logo ótima. Então era assim, ela era chefe, e era amorosa e era mãe [...]⁹

Quando nos propomos a escrever sobre a identidade e as qualidades morais da protagonista, surge inevitavelmente a pergunta: Como alguém pode se dedicar tão profundamente a uma causa, ou várias causas simultaneamente? A resposta se desdobra ao longo dos capítulos deste trabalho, que continuam a explorar o processo que moldou a identidade dessa figura notável que nos propomos a estudar.

⁸ POLLAK, Michel. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 2

⁹ CARVALHO, Madeleine Bedran Maklouf. **Vida e trajetória política de Iza Cunha** [fev. 2020]. Entrevistadora: Rosinda da Silva Miranda. Belém-PA: Aliança Francesa – Belém/PA, 2020. Arquivo digital. Entrevista concedida à Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História/UFGA. 53m04s.

Entre continuidades que formam a vida em sociedade, aproveitamos para mostrar Iza, uma bebedora de horizontes com muitos caminhos peregrinos, uma mulher que saiu das águas dos rios da Amazônia para percorrer o mundo, para transformá-lo e torná-lo mais justo. Com uma preferência pelos espoliados do sistema e muita humanidade, ela passa como agente da paz nessa vida, escrevendo seu nome na história, construindo uma luta com outras mulheres e homens que possuíam o mesmo espírito revolucionário que o seu.

O espírito revolucionário é o da mudança, aquelas que transformam a estrutura da sociedade, para Fernandes esse é o ponto de contraste entre: “‘mudança’ gradual e ‘mudança revolucionária’ que sublinha o teor da revolução como aquilo que ‘mexe nas estruturas’, que subverte a ordem social imperante na sociedade”¹⁰. E nessa perspectiva que segue as lembranças dos companheiros revolucionários de Iza, como as do jornalista Paulo Roberto Ferreira, por exemplo:

[...] pois é, então, é isso assim que eu posso falar da Iza. A firmeza dela, um olho muito firme, isso era admirável. Eu era assim muito novo, ela é de uma geração anterior a minha, portanto mais velha que eu pouca coisa, mas mais velha, portanto, era uma pessoa que eu admirava demais, ela era uma inspiração pra todos nós, como Hecilda, como o Paulo Fonteles, como o próprio Humberto Cunha, o (...), Raimundo Jinkings, então eram pessoas que nos inspiravam, a Iza era essa pessoa, porque ela era uma mulher muito firme. E a gente só vai compreender um pouquinho depois, porque a gente tava muito focado na luta, na resistência contra o regime, mas a gente vai perceber a importância daquele trabalho que a Iza fazia [...] ¹¹

Paulo coloca sua companheira de luta como alguém que inspira e reconhece a importância do seu trabalho. Porém, a visão estereotipada das mulheres como militantes na maioria das vezes segue na direção de uma pessoa não muito tolerante, por se sentirem pertencente a um coletivo explorado e oprimido, que no enfrentamento com o opressor se manifesta de maneira violenta. Em sua história, Iza sempre enfrentou seus inimigos com valentia, no entanto, em sua interação com as pessoas ela construiu redes de afetos através de sua personalidade singela e tranquila, definida pela sua irmã Vera Tavares, entre outras características, como “doce e amorosa”: “[...] A Iza é uma

¹⁰ FERNANDES, Florestan. **O que é revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

¹¹ FERREIRA, Paulo Roberto. **Vida e trajetória política de Iza Cunha** [nov. 2019]. Entrevistadora: Rosinda da Silva Miranda. Belém-PA: No escritório de Paulo Roberto Ferreira, 2019. Arquivo digital. Entrevista concedida à Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História/UFPA. 22m42s.

figura bastante interessante, porque mesmo ela sendo uma militante muito aguerrida, combativa, corajosa, ela era uma pessoa muito doce, muito amorosa com todo mundo, era uma pessoa muito tranquila também [...]”¹²

Com essas características baseada na amorosidade e firmeza diante dos seus objetivos, Iza constrói uma militância plural, pois participava de várias frentes que envolvessem as diversas formas de lutas contra a opressão e submissão humana. Portanto, o seu grau de comprometimento era grande, visível e admirável, por ser articulada e acolhedora e sobretudo, carismática, como relata Padre Paulinho:

[...]. Então, eu conheci a Iza quando eu vim para o Pará em 79, Sul do Pará, e ela já trabalhava aqui na CPT no escritório, que não era aqui, era na Cidade Velha, e uma pessoa assim, de um compromisso muito bonito com os trabalhadores rurais naquela época grande luta dos posseiros conquistando terra, muitos (...) aqui em Belém, né, então ela como agente da CPT ela tinha um trabalho muito articulado de acolhimento e de encaminhamento, departamento de estado, várias denúncias. Uma pessoa muito capaz, de uma metodologia muito boa, muito transparente, então uma pessoa de um carisma especial. A gente conheceu ela no período em que ela foi secretária da CPT regional [...]”¹³

No relato de Padre Paulinho, Iza foi secretária da Comissão Pastoral da Terra (CPT), então com seu carisma ela foi muito atuante na ajuda aos trabalhadores rurais para se organizarem e lutarem por seus direitos e a serem resistentes com relação aos conflitos pela posse da terra. Ela também tinha outras funções muito importantes para os movimentos populares, uma delas era a sua atuação como professora, que foi significativa para sua época. O ano era 1979 e um de seus alunos do curso de teologia do IPAR (Instituto de Pastoral Regional), ainda lembra dos conteúdos de suas aulas dizendo:

[...] eu fui aluno dela em 79, no primeiro curso de teologia do IPAR, ela era professora de história do Pará. Lembro que a primeira aula que ela deu, ela falava de cabanagem, esses assuntos [...] eu fui aluno dela no IPAR e depois numa pós-graduação no curso de direito. Ela foi lá ministrar uma disciplina sobre o município [...]”¹⁴

¹² TAVARES, Vera Lúcia Marques. **Vida e trajetória política de Iza Cunha** [nov. 2019]. Entrevistadora: Rosinda da Silva Miranda. Belém-PA: Defensoria do Estado do Pará, 2019. Arquivo digital. Entrevista concedida à Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História/UFPA. 27m54s.

¹³ SILVA, Paulo Joanil. **Vida e trajetória política de Iza Cunha** [nov. 2019]. Entrevistadora: Rosinda da Silva Miranda. Belém-PA: CNBB, 2019. Arquivo digital. Entrevista concedida à Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História/UFPA. 1h34m59s.

¹⁴ GALIZA, Paulo Sérgio Calvo. **Vida e trajetória política de Iza Cunha** [fev. 2020]. Entrevistadora: Rosinda da Silva Miranda. Belém-PA: Conjunto Tapajós, 2020. Arquivo digital. Entrevista concedida à Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História/UFPA. 51m42s.

Ela não era só educadora no sentido formal, dos centros de ensino, universidade, escolas, etc., por ter uma participação na educação de pessoas tratados como filhos dela, ou seja, para além do biológico. Era uma prática sua, que se juntava a necessidade de auxiliar os outros estreitando laços de consanguinidade e afetividade, sobretudo, com a manutenção, os familiares, através de sua acolhida, com poder e cuidado sobre aqueles que estavam sobre sua responsabilidade. Com isso, auxiliou na criação de Humberto Lopes Cunha (Humbertinho), filho de Humberto Cunha, concebido antes dele casar com ela e também seu sobrinho Guaracy Junior, filho de um de seus irmãos.

Humbertinho, como é carinhosamente chamado pela família, é fruto de um relacionamento de Humberto Cunha com outra pessoa, que na circularidade da vida foi criado por Iza e Humberto quando tinha 14 anos. Isso se deu devido ele ter ficado órfão de seus pais adotivos. Pois ele teve sua vida marcada pelo anticomunismo que fez com que não pudesse ser criado por sua mãe biológica, pois seu avô não admitia criar filho de comunista e Humbertinho acabou sendo adotado por outro casal.

Bom! Basicamente em 69, meu pai e alguns amigos dele resolveram ir até a Bolívia, na região onde o Che foi morto, para tentar se juntar ao restante de guerrilheiros que ainda houvesse por lá, para tentar auxiliar na revolução latino-americana, mas esse projeto algum motivo foi se desfazendo no caminho. Quando meu pai resolve voltar já havia o decreto 477, 177, que caçava lideranças universitárias, e ele estava na lista para captura, então ele já ficou por Porto Velho mesmo. Nem avançou pra Bolívia e nem voltou pra Belém, ficou em Porto velho, conheceu minha mãe, e apesar dela ser progressista ela tinha um pai reacionário. Então ele disse: “olha, eu não quero criar filho comunista, mas como sou contra o aborto também, então ele vai nascer e tu vai se livrar dele”. Só que quando nasceu houve gestão por parte de outras pessoas da família deles e o acordo mudou pra quando eu fizesse o desmame, e a minha mãe por algum motivo deu um jeito de retardar o desmame, tanto que eu mamei até pouco mais de um ano. E nesse período um irmão de loja, meu avô era maçom, disse: “olha você vai se arrepender dessa sua decisão. Então melhor é fazer assim, eu tenho uma Cunhada que não pode ter filhos, mas quer ser mãe, a gente pega essa criança entrega pra esse casal criar, pra minha Cunhada e o marido criar, porque ele vai saber o que está acontecendo com ele e quando a culpa chegar na tua consciência ela vai estar minorada”¹⁵.

Nas palavras de Humbertinho assim foi feito e ele viveu em companhia desse casal até nove anos quando perdeu seu pai adotivo, e passou a viver com sua mãe até os 12 anos quando ela também faleceu, após esses acontecimentos ele teve conhecimento de sua história. Após perder essas duas pessoas tão importantes em sua

¹⁵ CUNHA, Humberto Lopes. **Vida e trajetória política de Iza Cunha** [dez. 2021]. Entrevistadora: Rosinda da Silva Miranda. Belém-PA: Livraria FOX, 2021. Arquivo digital. Entrevista concedida à Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História/UFGA. 42m31s.

vida, passou por várias casas em Porto Velho, onde morava. Até que a visita de Humberto, seu irmão Vladimir e Iza Cunha mudaram os rumos de sua vida e ele veio com eles morar em Belém. O ano era 1984, Humberto era vereador nessa época e Iza era presidente da SDDH (Sociedade Paraense de Direitos Humanos) e participava do CIPES (Centro de Pesquisa de Estudos Econômicos e Sociais).

Nesse momento Humberto assume a paternidade mais de perto e Iza o ajuda nos cuidados e no restante da sua educação. A influência dos dois foi significativa tanto do ponto de vista intelectual quanto do ponto de vista político. Embora ele já tivesse lido muitos livros antes de morar com dois, foi após a mudança que ele pode ter leituras mais direcionadas.

Basicamente, na verdade, eu já lia muito antes de vir pra Belém, inclusive com leituras não habitais pra crianças da minha idade eu lia a *Ilíada* e *Odisseia* naquela versão maior praticamente Monteiro Lobato já tinha lido, Conan Doyle, as pessoas gostavam de ver o filme, mas não tinham paciência pra ler o livro, praticamente todo livro do Arthur Conan Doyle o Sherlock Holmes eu já li antes de completar 15 de idade e eu tinha muita paciência também pra pesquisar livros m pouco mais densos, até porque a escola em que estudei fazia maratonas meninos contra meninos, ou então turma A contra turma B, então eu procurava informações extras... [áudio incompreensível]. Então não foi o hábito da leitura, mas de selecionar leitura, objetivar, tanto que... e... isso do ponto de vista intelectual¹⁶

Dentro dos aspectos da formação política de Humbertinho por estar na convivência de pessoas bem envolvidas politicamente, ele foi aprendendo na base da observação, experiência e vivência. Contudo, o processo de formação estava ali no ambiente doméstico. E isso o ajudou a trabalhar sempre nos cargos de coordenação, ou seja, não estava na base recebendo diretrizes, mas sim no comando.

Outra pessoa que esteve no convívio diário com o casal e aprendeu muito com eles foi Guaracy Junior. Relata que morou com Iza dos 8 aos 13 anos, em sua memória afetiva carregada de emoção estão as lembranças de sua tia que lhe acolheu em um momento bem difícil de sua vida, pois seus pais haviam se separado e ambos precisavam reorganizar suas vidas. Na família deles o ponto de encontro para reuniões era a casa de seu avô, pai de Iza, ele ainda menino brincava com o filho de Iza, Vladimir, que era mais novo, por conta da separação de seus pais, ele acabou indo morar com Iza, Humberto e Vladimir, nesse tempo Humbertinho ainda não morava com eles.

¹⁶ CUNHA, Humberto Lopes. **Vida e trajetória política de Iza Cunha** [dez. 2021]. Entrevistadora: Rosinda da Silva Miranda. Belém-PA: Livraria FOX, 2021. Arquivo digital. Entrevista concedida à Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História/UFGA. 42m31s.

Para Junior, como era chamado por Iza, morar com o casal teve um significado muito grande em sua vida, ao fazer, nesse momento de dificuldade, o papel de sua mãe. Essa convivência possibilitou acesso a coisas que ele não teria se Iza não tivesse feito parte de sua vida de forma mais direta.

Ela me possibilitou coisas que com certeza, se ela não tivesse feito parte da minha vida eu não teria acesso. Exemplo: estudar, materiais, educação, lazer, viver algumas coisas que toda criança merece viver, brinquedos. Pra ter ideia a minha primeira bicicleta quem me deu foi ela na minha vida. Então, assim! São coisas que marcam¹⁷.

Na convivência familiar de Iza, várias pessoas faziam parte desse cotidiano, embora possuísse uma rotina exaustiva, sempre arrumava um jeito de dar atenção e cuidar mais de perto de seus meninos nesse ambiente doméstico, assim como a maioria das mulheres brasileiras, ela contava com outras mulheres nas tarefas da casa e no cuidado com seus filhos, Humbertinho diz que a Nazaré era a principal, mas que existia outra pessoa, que era conhecida de Humberto e era como se fosse filha adotiva de Iza, a Regina e também a sobrinha era como se fosse uma filha, a Franci.

Apesar da carga muito grande no meio de tarde início da noite, e no fim de semana eles organizavam a nossa semana e contavam com a ajuda da Nazaré. Tinha uma pessoa que conhecia meu Pai do trabalho que foi meio que adotada pela Iza que era a Regina. [...]. Quem estava com a gente no dia a dia também era uma prima, sobrinha de Iza que era mesmo que uma filha, a Franci¹⁸.

Além de todos esses filhos adotivos, Iza e Humberto tiveram dois filhos biológicos: Vladimir, que nasceu em 1974, após a prisão dela; e Ana, que nasceu em fase bem madura da vida dos dois, no ano de 1987, já no período democrático, quando ela faleceu deixou sua filha adolescente com 15 anos. A trajetória de Iza Cunha estava sempre em sintonia entre o utópico/ideal e o real, portanto essas reminiscências nos levam a compreensão do ser humano e político que ela era. Portanto, é significativo percorrer minimamente os seus passos e tentar entender as suas corajosas atitudes de revolução, resistência e humanidade.

Contudo, é interessante perceber que essas memórias conectam a vida de Iza a um período sombrio da vida pública brasileira, a Ditadura Militar, portanto entender essa história concomitante com as lutas populares que fizeram frente a esse governo.

¹⁷ CUNHA, Humberto Lopes. **Vida e trajetória política de Iza Cunha** [dez. 2021]. Entrevistadora: Rosinda da Silva Miranda. Belém-PA: Livraria FOX, 2021. Arquivo digital. Entrevista concedida à Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História/UFGA. 42m31s.

¹⁸ *Ibid.*

Nesse sentido é possível entender as motivações de luta do grupo o qual Iza pertencia do ponto de vista da história que difere de memória. Pois esta última, embora tenha sua vertente individual e coletiva, ela trabalha com o passado, ou uma ausência contextualizada no presente e pode construir narrativas seletivas, as quais nas relações de poder podem favorecer a grupos dominantes e isso deixa a memória em disputa pela negociação do passado. Enquanto a história aqui trabalhada se refere ao conhecimento científico com revisão e crítica que inclui os testemunhos/memórias como fontes¹⁹.

A escrita da história de vida de Iza contribui com a escrita da história enquanto segue a lógica de Arendt, quando ela se refere há tempos sombrios, mostrando como as pessoas viveram e se moveram no mundo sendo afetadas pelo tempo histórico²⁰.

2.2 O silenciamento, biografia, gênero e história das mulheres e a consciência nacional

Com uma história de vida tão singular, a trajetória de Izabel Marques Tavares da Cunha abre o debate sobre biografia de mulheres e a história, bem como o silenciamento em relação às mulheres, seja na historiografia em geral ou na consciência nacional brasileira. Para entender esse silenciamento se faz necessário recorrer às teorias de gênero e como se dão as relações de poder que estão baseadas nas diferenças biológicas do ser homem e ser mulher e o que se entende por gênero. Nesse sentido, se torna necessário recorrer a uma história panorâmica situando as mulheres ou o sexo feminino. Falar de uma mulher é também fazer uma retomada na forma individual, sem, contudo, perder a forma coletiva de como se entende o feminino.

Com esse retorno panorâmico na história geral e a forma singular da vida Izabel Cunha, cria-se a possibilidade de refletir sobre algumas questões: em que momento da história a mulher se torna sujeito? Como elas aparecem nos escritos historiográficos? Essas problematizações nos ajudam a entender o que significa silenciamento quando o assunto está relacionado ao feminino - uma vez que essa etapa quando elucidada pode auxiliar na compreensão da luta das mulheres como uma grande revolução que começa a ser registrada no século XIX e se acentua no XX. Luta que já transformou bastante a sociedade, contudo continua em desenvolvimento.

¹⁹ RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas/SP: editora da Unicamp, 2007.

²⁰ ARENDT, Hannah. **Homens em tempos sombrios**. São Paulo: companhia das letras, 2008.

Para tanto, utilizou-se, além das fontes documentais levantadas na pesquisa, várias referências teóricas bibliográficas para reflexão. Observando as categorias teóricas como: biografia, feminismo, gênero e suas conceitualizações. O principal ponto a ser refletido está relacionado ao indivíduo com abrangência às mulheres na história. Não só com o intuito de romper com a dicotomia entre indivíduo/sociedade, como também com a categoria homem como sinônimo de universalidade/humanidade.

A teoria sobre o silenciamento feminino, como o exposto na obra de Michelle Perrot²¹, nos ajuda a pensar como a historiografia reflete a sociedade nos seus escritos ao ponto de deixarem as mulheres de fora. Nos ajuda também a perceber o que permanecedessa teoria e o que já vem mudando a partir da luta política do feminino em busca de emancipação e reconhecimento, portanto rompendo os silenciamentos. Nesse sentido, parafraseando Del Priore²², seria então onde: “As mulheres encontram a história”.

Pois o silêncio na história com relação à participação das mulheres nos espaços públicos e na própria historiografia se tornou algo perceptível, o que de acordo com Perrot²³, são três os motivos que contribuem à invisibilidade feminina diante da história: em primeiro lugar as mulheres atuaram em famílias, confinadas em casa ou no que serve esse lar, passando pela invisibilidade e em muitas sociedades essa falta de visibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem coisas. As mulheres causam medo, desordem, indecência, sedução e transgressão. O seu corpo amedronta; por isso, é preferível estar coberto, não possuem sobrenome, têm apenas nomes e estão primeiro ao lado ou para fora com as crianças. Ou seja, a imagem das mulheres se torna pejorativa à sociedade.

Em segundo lugar, o silêncio pode estar relacionado às fontes, pois as mulheres deixam poucos vestígios direto, escritos ou materiais, porque tiveram acesso à escrita tardiamente, elas mesmas não têm interesse por seus vestígios, pois afinal são apenas mulheres e o seu pudor se estende à memória.

²¹ PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo, editora contexto, 2012.

²² DEL PRIORE, M. **Biografia**: quando o indivíduo encontra a história. Topoi, n. 19, jul.-dez. 2009. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/topoi/a/wjzgxRYmBc577pm4QqVfDtb/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 05 de março de 2022

²³ PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo, editora contexto, 2012

E o terceiro e maior silêncio da história das mulheres é o do relato, outrora foi idealizada, haja vista que os homens escreviam essas histórias. O conto de fadas estrutura um modelo de mulher. Portanto, essas histórias precisam ser registradas como memórias pelas próprias mulheres com menos idealização e mais precisão, onde os cotidianos do público e do privado se entrelaçam e isso se dá a partir da participação das mulheres na área científica, profissional e na política.

Contudo, essa ascensão da história das mulheres em vários segmentos da sociedade quando suas histórias passam a ser contadas e problematizadas se deu segundo exposto por Perrot, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos nos anos de 1960 e na França em 1970, diferentes áreas acadêmicas e científicas, como as ciências humanas, em geral, e em particular na história buscam o objeto Mulher²⁴.

A história das mulheres, como objeto na academia, se tornou relevante devido à necessidade de repensar o feminino e que para falar de mulheres se fazia necessário falar de homens. Portanto, para entender mais a história das mulheres, recorre-se aos estudos de gênero como categoria histórica e relacional. Sobre esse ponto vale lembrar que a historiografia francesa se perguntava se era possível uma história das mulheres.

Nesse ponto, Rago narra que Perrot expunha o problema como privilégio a outro sujeito universal: a mulher! E argumenta que dessa forma a historiografia não daria conta de pensar a dinâmica das relações sexuais e sociais, pois as mulheres não estão isoladas em ilhas, mas na interação com homens em diversos tipos de relações cotidianas que se estabelecem, sejam nas afetivas ou profissionais. Nesse sentido, seria necessária uma produção acadêmica que não fizesse somente análises dos privilegiamentos, mas que problematizasse as relações entre os sexos. Porém, as polêmicas não param, pois elas levantam as seguintes questões:

[...] existiria uma maneira feminina de fazer/escrever a história, radicalmente diferente da masculina? E, ainda, existiria uma memória especificamente feminina? Em relação à primeira questão, Perrot respondia simultaneamente sim e não. Sim, porque entendia que há um modo de interrogação próprio do olhar feminino, um ponto de vista específico das mulheres ao abordar o passado, uma proposta de releitura da História no feminino. Não, em se considerando que o método, a forma de trabalhar e procurar as fontes não se diferenciavam do que ela própria havia feito antes enquanto pesquisadora do movimento operário francês²⁵.

²⁴ PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo, editora contexto, 2012. p.19

²⁵ RAGO, Margareth. **Epistemologia, feminista, gênero e história**. Pedro, Joana; Grossi, Miriam (orgs) – Masculino, feminino, plural. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

Entretanto, concordamos que quanto ao método não existiria uma forma diferente de fazer/escrever a história, contudo procurar vestígios femininos nas fontes escritas e também incitar esse olhar sobre ótica feminina deixado na história. Como elas pensavam as singularidades das demandas específicas de sua época estimula outra interpretação da história, diferente daquela já em circulação, e aí sim se estabelece uma nova escrita e um novo olhar sobre as fontes, que também fará repensar a própria interação das relações de gênero e os aspectos da naturalização biológica do ser homem e do ser mulher, haja vista que as histórias oficiais majoritariamente sempre foram escritas com fontes produzidas por homens e pensadas por eles e a partir deles.

Portanto, no que diz respeito a história do sexo feminino, podemos buscar para discutir esse assunto a própria história de luta delas que se convencionou chamar de feminismo, movimento este que deu base para que se pensasse uma história das mulheres e depois nas teorias de gênero enquanto uma categoria relacional, que põe em discussões questões relacionadas ao poder entre os gêneros. Porém, isso não quer dizer que antes desse marco considerado pela história, as mulheres não tenham tido uma história de participação e subversão às ordens e padrões sociais existentes em cada época, ou que não possuíam poder algum. No entanto, nesse ponto recorreremos ao que está escrito na historiografia clássica referente ao assunto.

Para Pinto, a origem do feminismo está nos Estados Unidos em virtude do enfraquecimento do sonho americano popularizado no *American Way of Life*²⁶, os responsáveis pelo fim desse mito foram a guerra da Coreia e do Vietnã. Essas guerras e o conflito racial mostraram toda a fragilidade da sociedade americana como o lugar certo para se obter felicidade. Já na Europa, o mito do sonho da revolução socialista perde força devido à revelação dos crimes stalinistas, isso fez com que o socialismo perdesse força para derrotar o capitalismo²⁷.

Nesse contexto surgem vários movimentos sociais que puseram em xeque os valores conservadores da organização social norte-americana, desafio que se gerava em torno da hierarquia e poder das mulheres no âmbito do público e do privado. Nesse período acontece também publicação do livro *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir

²⁶ Modo de vida americano

²⁷ PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo, ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

e a queima de sutiãs em praça pública, portanto nesse cenário nasce o novo feminismo do mundo ocidental.

A partir do movimento feminista e dos estudos sobre história das mulheres, surge então a categoria gênero, isso quando se levantou a possibilidade na elaboração de uma proposta de releitura da história no feminino, incluindo a categoria gênero como categoria de análise. Para isso se tornou necessário o que seria o gênero, pois a noção dessa palavra dado pela gramática, segundo Scott, serve para classificar os fenômenos para distinguir o que está para além dos traços constitutivos²⁸.

O termo gênero para a autora supracitada pode ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter social das diferenças baseadas no sexo, então ela passa a rejeitar o determinismo biológico presente nos termos “sexo” e “diferença sexual”. O gênero também, em sua origem, estava relacionado aos estudos femininos isoladamente, contudo, diante da necessidade de estudar os dois gêneros eles podiam ser compreendidos separadamente, porém se interessando tanto pela história dos homens quanto das mulheres, com objetivo de entender a importância dos sexos e dos grupos de gênero no passado histórico.

O gênero também na visão de Scott se tornou importante, pois era um termo proposto por quem defendia que a pesquisa sobre mulheres transformaria os padrões no seio de cada disciplina, defende ainda que as pesquisadoras dizem que o estudo referente às mulheres não se tratava somente de acrescentar novos temas, como também para reavaliar criticamente as “premissa e critérios do trabalho científico existente”, portanto, alargar-se a noção do que é importante historicamente, para haver a inclusão tanto do ponto de vista pessoal, quanto subjetiva das atividades públicas e políticas. “Não é exagerado dizer que por mais hesitante que sejam os princípios reais de hoje, tal metodologia implica não só em uma nova história das mulheres, mas em uma nova história”²⁹.

Dessa forma não é exagero dizer que os estudos do feminino vai se tornando uma nova episteme que traduz a forma de ser homem e mulher na sociedade, e com

²⁸ SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** In: Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99. Disponível em: <http://www.direito.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/SCOTTJoanGenero.pdf>. Acesso em 02 de maio de 2021. p. 3

²⁹ *Ibid.*

isso, o conceito de gênero verificado no âmbito geral da sociedade e em determinados textos acadêmicos se resume da seguinte forma: gênero seria um constructo social do masculino e do feminino que se torna uma categoria de análise com objetivo de verificar as diferenças que o corpo sexuado apresenta e como se desenvolve socialmente, considerando as suas características físicas e biológicas do masculino e do feminino.

Dito de outra maneira, gênero é o sentido de ser homem e ser mulher, onde o primeiro está ligado às características da categoria do sexo masculino e o segundo ao sexo feminino, ou seja, se convencionou dizer que sexo está ligado às questões inatas biológicas/anatômicas do corpo (masculino e feminino) e gênero está voltado então para os papéis sociais que esses corpos sexuados desenvolvem na sociedade (homem e mulher). Enquanto sexo passa a ser algo atribuído pela medicina no momento do nascimento e gênero seria algo que seria construído socialmente a partir da percepção dos sujeitos resultantes nas construções de suas masculinidades e feminilidades.

Embora essas formas conceituais pareçam simples de serem explicadas, no primeiro momento, à medida que os estudos de gênero vão avançando essas perspectivas relacionadas ao gênero e sexo vão se modificando, principalmente no que se refere às desigualdades sociais existentes a partir dos marcadores sociais da diferença e como se constituem as identidades de gênero.

Para o senso comum usar a categoria gênero seria especificamente falar de mulher, no entanto, as teorias que tratam do assunto apontam para uma categoria relacional, onde se avalia as relações de poder entre homens e mulheres, pois para se falar de mulheres será necessário conhecer o universo dos homens. Para entender melhor as questões de gênero, precisamos entender a gênese dessa categoria de análise. A categoria gênero surgiu entre os estudos feministas estadunidenses, classificados por algumas pensadoras como ondas. “Na primeira onda (final do século XIX e início do XX), as mulheres reivindicavam direitos políticos, sociais e econômicos; na segunda onda (a partir da metade dos anos 1960), elas passaram a exigir direito ao corpo, ao prazer, e lutavam contra o patriarcado”³⁰. O que estava em pauta era:

[...] um feminismo essencialista universalizado direta ou indiretamente associado aos anos 70, e críticas raciais e sexuais são contidas nos 80 para

³⁰ PEDRO, Joana. **Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea**. Topoi, v. 12, nº 22, jan/jun 2011, p. 271.

que o pós-estruturalismo possa, finalmente, superar o essencialismo e incorporar as identidades associadas à diferença sexual, sexualidade e raça³¹

Cada década emergiu uma categoria de análise. Na década de 1970, a categoria emergente seria a de “mulher”, identificada com a unidade, a irmandade, ligada ao feminismo radical. A década de 1980 seria a vez da categoria “mulheres”, em resposta às críticas apresentadas pelas feministas negras e do Terceiro Mundo. Enquanto o feminismo dos anos de 1990 viria à tona a categoria das “relações de gênero”, fruto da virada linguística ligada ao pós-estruturalismo, contudo, seria também a origem da crítica a essa categoria desencadeado por Judith Butler³².

Portanto, sua definição de gênero tem duas partes e diversos subconjuntos. O centro tem duas proposições: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”³³.

Pedro pontua que a partir do gênero como categoria relacional podemos observar a linguagem generificada no interior da sociedade, que mostra as diferenças simbólicas das ações em relação a homens e mulheres e como isso é registrado historicamente, o que se torna importante para a história das mulheres, haja vista que, quando se fala de mulheres e suas participações na história se torna importante perceber que isso não serve somente para que elas se tornem incluídas, mas que haja o seu reconhecimento cujo resultado é a mudança de percepção da história, pois assim está se historicizando positivamente as ações das mulheres.

Portanto, gênero se constitui uma categoria de análise que afirma o caráter social e relacional do que as sociedades constituíram como sendo feminino e masculino ao longo da história e essa construção não é simétrica, por estar pautada em relações de poder hierarquizadas, onde os homens têm o controle das mulheres, através das compreensões generalizadas da relação do pensamento natural entre o masculino e o feminino.

Na nova história: “o gênero deve ser redefinido e reestruturado em conjunção com uma visão de igualdade política e social que inclua não somente o sexo, mas

³¹ PEDRO, Joana. **Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea**. Topoi, v. 12, nº 22, jan/jun 2011, p. 271.

³² *Ibid.*

³³ *Ibid.* p.86

também a classe e a raça³⁴”. Nesse sentido, olhando historicamente para a sociedade brasileira no que concerne a questão da identidade nacional e a questão do feminino relacionada aos registros na história e memória é recente, principalmente quando se pensa essa categoria como agentes de transformação social e isso se deve como foi forjada a consciência nacional brasileira.

Para Lessa, a ideia de nação brasileira foi forjada em uma perspectiva de independência sem a participação popular, diferente das nações Hispano-Americana. Então se desenvolveu uma independência por meio de uma harmonia comercial de norte a sul do país, utilizando a mão de obra escrava. Essa falta da participação popular ajuda na construção ideológica pautada no mito da democracia das três raças: Brancos, Negros e Indígenas. Portanto, seria uma miscigenação harmoniosa. Contudo, mesmo que não houvesse essa participação popular, o povo resiste e se organiza em partidos e movimentos. Com a Política desenvolvimentista do Estado Novo de Vargas, os símbolos (carnaval/samba, futebol, etc.) são construídos como identidade nacional, só que dessa vez são elementos mais ligados ao povo e isso faz com que haja uma adesão popular maior a política oficial³⁵.

Com isso, quando se pensa em identidade brasileira, há toda uma narrativa que constrói a brasilidade, porém surge uma pergunta: e as mulheres nessa construção? É possível pensar um Brasil que considere relevante a história das mulheres? Pois conforme Stuart Hall³⁶ a identidade nacional não é genética e sim socialmente construída, portanto, será estruturada uma série de representações. Nesse sentido, Hall fala sobre os dispositivos para criar uma identidade nacional e estes se baseiam em padrões de universalização, ou seja, falar a mesma língua, narrar uma história oficial, folclore, lendas, festas e práticas culturais, contudo, para o autor essas tradições são inventadas.

Outro dispositivo é a ênfase na originalidade atemporal, isso tudo para esconder as questões de poder, mascarando as articulações políticas, como se não houvesse um início das identidades nacionais e identidade local/regional. Narrativas e representações

³⁴ PEDRO, Joana. **Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea**. Topoi, v. 12, nº 22, jan/jun 2011, p. 93

³⁵ LESSA, Carlos. **Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira**. *Revista Estudos Avançados*. nº 62, 2008. p.237-256.

³⁶ STUART, Hall. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, Ed, 2006.2006, p.65

constroem as identidades e estruturam as comunidades imaginadas - conforme defendia Benedict Anderson, ou seja, a criação de uma memória compartilhada com sentimento de pertença por meio de uma herança em comum.

Porém, Stuart³⁷ desconstrói a ideia de cultura nacional dizendo que na cultura nacional, “as pessoas de uma nação pertencem às classes sociais, raças/etnicidades e gêneros diferenciados, mas a ideia de nação constrói uma identidade que anula e subordina as diferenças”. Pois, as pessoas da nação não vivem da mesma forma. A ideia de nação unifica a consciência de como as pessoas vivem, portanto, mascara uma realidade, ou seja, essa mentalidade de identidade nacional construída, não considera a diversidade de: língua, cultura, folclore, raça/etnia, classe, gênero e sexualidade.

Associamos o trabalho de Albuquerque Júnior³⁸ a essas comunidades imaginadas, demonstradas por Hall, a partir da discussão que ele faz sobre a identidade regional nordestina que dialoga com a identidade nacional e que, ao mesmo tempo, tenta fazer frente ao sudeste devido à sua crise econômica. Para isso se cria toda uma frente cultural regionalista mediante uma militância política cultural.

O Nordeste então se constrói como uma região mais pura, mais raiz em detrimento da cultura do Sudeste que estaria mais misturada com a cultura europeia, principalmente o nordestino do sertão. Tradição rural masculina e patriarcal em contraposição ao urbano aliado aos europeus. A ruralidade está muito associada ao masculino, a força ligada ao homem rústico do Sertão. Havia a necessidade de resgatar o patriarcalismo como modelo de família de relação entre os sexos e de ordem social. A femininização representava a perda de poder, não apenas do homem individual, mas também, da região nordeste em relação à nação.

Essa identidade nacional/regional mencionada anteriormente nos ajuda a observar o quanto a brasilidade está associada à figura do masculino e no mito da democracia/harmonia racial. Portanto, há sempre algo a mais a ser narrado no que diz respeito aos privilégios dos sujeitos pertencentes a diferentes camadas da sociedade.

³⁷ STUART, Hall. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, Ed, 2006.2006, p.65

³⁸ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino: Invenção do “falo”. Uma História do Gênero masculino no Brasil (1920-1940)**. Coleção entre gêneros, São Paulo: Intermeios, 2013. p.17-82.

Nesse sentido, ressalta-se a desconstrução da narrativa generificada que existe em torno da narrativa oficial da ideia de nação brasileira e das regionalizações.

Ao narrar a trajetória de Iza Cunha na política brasileira seja nas instituições, movimentos sociais ou na política partidária, está se rompendo com padrões de universalização, na perspectiva do gênero se desmistifica a ideia de “homem”, sexo masculino como representante universal da humanidade e como o único que pensa e articula e gerência as ideias que geram transformação.

Portanto, quando pensamos em nação brasileira pensamos na figura do “brasileiro”. Com isso, observa-se nesse assunto que ainda não é possível pensar a brasilidade na perspectiva feminina ou como parte da sociedade brasileira a partir de um ideal moral de reconhecimento, ou seja, quando se pensa em “mulher brasileira” ela é pensada de forma bem pejorativa, deixando de lado as lutas de mulheres que desde sempre estiveram pensando essa sociedade. E entre a categoria de mulheres quando pensamos o protagonismo das mulheres da e na Amazônia em relação às sudestinas e de outras partes do País ainda é mais problemático.

Dessa forma, se faz necessário narrar a história na perspectiva relacional no sentido de mostrar não só a participação delas em vários cenários da sociedade, mas em especial na luta específica para participar dos espaços de poder e decisão, bem como, para modificar o imaginário que não faz a inclusão delas como agentes de transformação social. Então é justo e necessário fomentar o debate em torno do reconhecimento de suas ações sociais, nesse sentido, a categoria gênero se torna relevante, pois:

Volto, entretanto, a afirmar que atualmente é crescente o número de pessoas que incorporam em suas análises as diferenças de gênero para observar os impactos dos acontecimentos sobre homens e mulheres, como a fonte é constituída, os dados que podem ser coletados e a maneira como se vai criticar a fonte. Historiadores de fama internacional, como Eric Hobsbawn e Roger Chartier, além de outros, vem afirmando que a revolução das mulheres foi um dos grandes acontecimentos de século XX, e que a dominação de gênero permeia as relações³⁹.

Dessa forma o período dos governos militares contribuiu muito para o repensar da categoria “Mulher Brasileira” e a hierarquização existente entre os gêneros, por estar se falando desse cenário vivido por elas e por seus contemporâneos/as comunistas e

³⁹ PEDRO, Joana. **Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea.** *Topoi*, v. 12, n°. 22, jan.-jun. 2011. Pág. 270

como se organizavam em movimentos sociais e instituições seculares e religiosas com o objetivo resistir à ditadura e pelo retorno da democracia no Brasil.

Com isso muitas mulheres surgem como protagonistas dessa história. Iza Cunha foi uma dessas mulheres, ao fazer resistência ao governo militar ao ponto de ser presa e torturada. Mas esses acontecimentos não lhe intimidaram, pelo contrário, lhe fortaleceram e fizeram com que ela, juntamente com outras mulheres e homens, fundassem e participassem ativamente em uma militância política em busca de direitos e na construção de uma sociedade mais justa.

Entre as pessoas torturadas pela Ditadura Militar estavam homens e mulheres, entretanto, percebe-se que há uma evidência maior para os homens nesse âmbito na luta política contra a Ditadura Militar. Ainda assim é importante pormenorizar a história e contá-la a partir dessas mulheres, visto que se percebe que elas acabaram sendo colocadas como coadjuvantes em detrimento do protagonismo masculino de luta. Com isso, assumem uma nova forma de contar essa história deixando explícito a participação delas na luta contra o regime militar, pelos direitos humanos e por uma sociedade democrática. Haja vista que, concomitante ao golpe, estava acontecendo a própria luta das mulheres no Brasil e no mundo através do surgimento do feminismo que eclode na década de 1960 a 1970 nos Estados Unidos e na Europa.

Mas afinal, o que foi o golpe Civil-Militar? E o que compreende esse período? Não queremos com esse trabalho reconstruir a história da Ditadura Militar, e sim situar a luta das mulheres e em especial de Iza Cunha, haja vista que foi nesse cenário que sua militância política se desenvolveu com maior intensidade. Em 1964, civis e militares se uniram para derrubar o então presidente da República João Goulart, “Jango”. Desde sua posse em 1961. Jango enfrentou várias crises políticas, “e prometia reformas sociais, econômicas e políticas que deveriam tornar o Brasil um país menos desigual e mais democrático”⁴⁰.

O cenário estava dividido entre conservadores representados por partidos liberais como a UDN (União Democrática Nacional) representada por empresários, grandes proprietários de terras e por parte da classe média, todos anticomunistas. Do outro lado estava à esquerda representada por partidos nacionalistas como o PTB

⁴⁰ NAPOLITANO, Marcos. **História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo/SP. Ed contexto, 2018.

(Partido Trabalhista Brasileiro) e os partidos clandestinos que se apoiavam nele PCB (Partido Comunista Brasileiro), alguns empresários nacionalistas, operariado urbano, movimentos camponeses nascentes, intelectuais, estudantes e parte da Igreja Católica⁴¹.

O Golpe militar de 1964 e todo o seu contexto de repressão e violência foram um contraste com o clima de efervescência política, revolução de costumes e renovação cultural que predominava na Europa e nos Estados Unidos na época. No entanto, foi nesse cenário turbulento da Ditadura militar do Brasil, especialmente antes da década de 1970, que o movimento feminista começou a se desenvolver e se espalhar pelo país.

Os governos militares impuseram uma política de repressão severa, censura e punição aos seus opositores. Para evitar prisões, torturas e até mesmo a morte, os militantes contrários ao governo foram forçados a viver na clandestinidade ou a se exilar. Algumas mulheres, buscando escapar dessa opressão, se exilaram e entraram em contato com o movimento feminista que estava se expandindo no exterior, iniciando uma luta paralela à tentativa de revolução proletária.

No entanto, esse movimento feminista não foi bem recebido por todos os setores. Marxistas defendiam que novas demandas poderiam fragmentar o movimento de classe. Historicamente, essa resistência à luta específica das mulheres já existia entre os comunistas marxistas. No entanto, a quebra de paradigmas por parte das mulheres também é uma realidade histórica, como revelado por Wendy Goldman em sua obra “Mulher, Estado e Revolução”⁴².

Wendy Goldman é uma historiadora conhecida por seus estudos sobre a história da Rússia e da União Soviética. Ela é autora do livro “Mulher, Estado e Revolução: Mulheres Trabalhadoras na Rússia, 1870-1917”, publicado em 1993. Neste livro, Goldman examina o papel das mulheres trabalhadoras na Rússia pré-revolucionária, destacando sua participação no mercado de trabalho, nas lutas por direitos trabalhistas e políticos, e no movimento revolucionário. Ela argumenta que as mulheres desempenharam um papel significativo na transformação social e política da Rússia

⁴¹ PINTO (2003) (PINTO, Céli Regina Jardim. **O Feminismo no Brasil**: Suas múltiplas faces. In Estudos Feministas, V. 2, n. 12, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23971.pdf>. Acesso em 25 de outubro de 2017).

⁴² GOLDMAN, Wendy. **Mulher, Estado e Revolução. Política familiar e vida social soviética, 1917-1936**. São Paulo: Boitempo: Iskra Edições, 2014

durante este período, desafiando as normas de gênero e contribuindo nas lutas por justiça social e igualdade.

Goldman analisa como as mulheres trabalhadoras se organizaram em sindicatos, participaram de greves e protestos, e se envolveram em atividades revolucionárias, contribuindo para o crescimento do movimento socialista na Rússia. Ela também examina as tensões e contradições no movimento feminista russo, destacando as diferentes perspectivas e estratégias adotadas pelas mulheres em sua luta por emancipação.

“Mulher, Estado e Revolução” oferece uma análise detalhada e perspicaz do papel das mulheres na história russa, destacando sua agência e contribuição para as lutas sociais e políticas de seu tempo. O livro de Goldman é amplamente reconhecido como uma contribuição importante para o estudo da história das mulheres e do movimento operário na Rússia pré-revolucionária.

Enquanto, o movimento sindicalista na França, baseado nas ideias de Proudhon considerava as mulheres “físicas, mental e moralmente inferiores”, em 1866, a Associação Internacional dos Trabalhadores considerou o trabalho das mulheres uma degeneração da raça, pois associava as mulheres como mães e cuidadoras ligadas ao lar. No congresso sindical de 1877 esses mesmos princípios foram reafirmados. E na Alemanha só em 1900 houve a permissão às mulheres para se filiarem ao partido socialista, no entanto, podiam participar dos “encontros mistos”, mas tinham que se esforçar para conseguir a fala. Com tudo isso se pontua que, “o marxismo parecia oferecer uma alternativa às feministas da época, principalmente a partir da divulgação do livro *A origem da família, da propriedade privada e do estado*, de Engels”.⁴³

As críticas às feministas consideravam que a campanha do direito ao voto e a preocupação com a família nada resolveria, ou seja, a preocupação das mulheres deveria ser somente com a revolução que iria pôr fim a propriedade privada e com isso a opressão feminina também iria acabar, pois assim, a família se tornava desnecessária do ponto de vista econômico, já que esta seria uma invenção burguesa. Rosa ressalta a crítica feita por muitas mulheres, inclusive brasileiras a esse padrão de pensamento principalmente nas décadas de 1970 e 1980,

⁴³ ROSA, Susel de Oliveira. **Mulheres ditaduras e memórias: Não imagine que precise ser triste para ser militante**. São Paulo: Ed. Intermeios, 2013. p. 37.

Maria Antonieta Macciochi, por exemplo, dizia em 1983 que o movimento socialista havia interiorizado “uma prática pudica e pequeno-burguesa, aceitando a mesma divisão burguesa dos papéis masculinos/femininos, recusando a especificidade da revolta feminina (...) uma teoria revolucionária foi acompanhada por uma concepção antiquada dos valores familiares, como o puritanismo e as regras de produção-reprodução dominantes. (...)”. Maria Amélia Teles, Danda Prado e muitas outras feministas brasileiras se revoltam para essa discussão, descortinando essa postura misógina da esquerda brasileira⁴⁴.

Na visão da autora acima, o marxismo não alterou a ordem misógina do mundo, ao contrário, o feminismo continuou relegado pela esquerda. No entanto, ao se investigar o feminismo desenvolvido em solo brasileiro, verifica-se que ele se desenvolveu no seio do movimento de ideais marxistas e comunistas/socialistas, mesmos que essas mulheres tenham sofrido resistência do próprio movimento, elas foram à luta em busca da revolução não generalizada, mas que colocavam em pauta assuntos considerados exclusivos das mulheres, como o ambiente doméstico, e ainda conseguiram ser inseridas no universo de exclusividade dos homens, como a campo da política.

Portanto, esse contexto de luta por direitos no qual as mulheres lutavam, Iza Cunha também lutou, principalmente pelo rompimento do silêncio em várias questões relacionadas às mulheres, inclusive o de terem suas histórias contadas pela historiografia, uma vez que ela escrevia em jornais e ajudava outras mulheres e se organizarem em movimentos, fomentando o debate feminista que tinham suas agendas não muito diferentes das dos dias atuais. Porém, se percebe que houve avanços com relação à garantia de direitos e a visibilidade das ações das mulheres em vários espaços, inclusive nos de poder e decisão.

A ação dessas feministas como Iza, que tiveram suas experiências vividas no período da Ditadura Militar, passam pelo processo de reconhecimento quando tem suas histórias sistematizadas e narradas, não como heroínas ou em busca de endeusamento, mas como sujeitos históricos criativos e pensam as transformações através de suas inquietações, isto é, devem ser vistas não como apenas unidades sociais que reproduzem padrões sociais, mas como seres humanos que possuem subjetividades e que produzem cultura através da revolução de suas mentalidades.

⁴⁴ ROSA, Susel de Oliveira. **Mulheres ditaduras e memórias: Não imagine que precise ser triste para ser militante**. São Paulo: Ed. Intermeios, 2013. p. 37.

Essa forma de pensar as ações das mulheres em uma moral de reconhecimento proporciona que elas desenvolvam suas atividades, sejam elas quais forem, sem que sejam discriminadas por serem mulheres. Portanto, quando esse reconhecimento acontece, tem relevância pedagógica, pois a cada biografia de mulheres que surge, entre erros e acertos, elas podem inspirar outras mulheres, sem deixar de considerar a perspectiva do gênero e as interseccionalidades existentes nesse debate.

Portanto, a partir do que a historiografia tem produzido e as teorias de gênero, o contexto vivido por Iza Cunha e outras mulheres que estavam presentes nos movimentos sociais e na política partidária, ou seja, como atuavam no campo político por meio de uma ação republicana em busca de transformação social, pensando e atuando coletivamente. Embora o contexto não fosse favorável à participação delas, as adversidades para as mulheres desenvolverem sua atuação política era muito grande, mesmo que elas estivessem presentes e fossem necessárias.

Existia a ideia de que ter uma agenda de luta específica às mulheres podia dividir o movimento. Nesse ponto da história pode ser observado que as relações de gênero se davam hierarquizadas e que as pautas reivindicatórias teriam que se dar de forma generalizada. O que tornava necessária a conscientização da mulher enquanto sujeito, para que ela não fosse silenciada em sua participação política de forma geral e nem nas reivindicações específicas de seus direitos.

Considerando a importância do movimento feminista à história das mulheres e as teorias de gênero, observamos que o período coincide com o desenvolvimento da militância de Iza Cunha, então o item três relativo ao silêncio da história das mulheres levantado por Perrot, que corresponde ao relato, pois estes eram sempre escritos por homens e que por conseguinte, as mulheres eram idealizadas, observa-se que faz todo sentido a partir da história de vida de Iza e das lutas das mulheres brasileiras frente aos governos militares, pois essas idealizações vão desaparecendo.

Esses relatos passam a ser feitos por mulheres e são cada vez mais carregados de subjetividades, pois se há homens esquecendo as mulheres nas histórias ou romantizando as suas participações, há também mulheres falando do mesmo assunto sob outro ponto de vista, então ressalta-se que esse período o qual se passou, sem deixar de lado as lutas das mulheres as quais estão antes desse momento, foi decisivo para a

revolução no âmbito dos movimentos e também nos estudos sobre mulheres e gênero no Brasil.

Os acontecimentos históricos como a Ditadura Militar rompem com as idealizações femininas, pois elas – as subversivas – foram presas, torturadas e exiladas, então abrem as portas para outras formas de pensar as mulheres brasileiras fora dos parâmetros patriarcais, ligados a casa - como esposa e mãe. As mulheres brasileiras passam a adentrar espaços que antes eram de exclusividade dos homens, mesmo que já existissem mulheres nisso se dava de forma bem insignificante.

Com essas mudanças de paradigma, as ações femininas passam a ser lembradas, as memórias prevalecerão com o exercício de contextualizar no presente algo que foi vivido no passado. Iza possui muitas memórias no sentido de esquecimento e lembrança,⁴⁵ fomentando a memória coletiva⁴⁶. Ela ajuda, encoraja e inspira mulheres e homens a olharem as mulheres, não como vítimas ou coadjuvantes, mas como sujeitas e protagonistas, ou seja, agentes de transformação. Algo que vem sendo problematizado quando se trabalha com a inclusão das mulheres em algum segmento da sociedade, como na economia, política, educação, saúde e bem-estar. Posterior a esse período de repressão, as mulheres brasileiras passaram não só a participar mais da vida pública, na política e outros segmentos sociais, como a denunciar, discutir a violência doméstica e registrar suas próprias histórias.

Existem muitas biografias de mulheres, mas, grosso modo, se concentram mais no campo artístico, porém, no campo político ainda se tem muito a caminhar, embora saibamos que as artistas têm sua contribuição política, mas o que se quer dizer e trabalhar está relacionado ao universo político partidário ou relacionado aos movimentos sociais, aquele que pensa e executa estratégias diretas com objetivo de manter ou de transformar a sociedade, ou seja, o segmento que trabalha com o binômio revolução e resistência que quebra os padrões sociais estabelecidos.

As quebras desses paradigmas facilitaram a percepção aos indivíduos/as como sujeitos/as e agentes de transformação social, onde nas relações sociais ele ou ela podem sofrer a coerção, contudo, as adversidades podem exercer um caráter motivador das ações transformadoras. Nesse sentido, as biografias, ou as

⁴⁵ RICOEUR, Paul. **Memória Pessoal, Memória Coletiva**. In: **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François et. al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

⁴⁶ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

trajetórias de vida dos indivíduos se tornam importantes, por ajudarem a contar a história do específico para o geral, por mais que durante algum tempo as biografias não tenham sido bem aceitas pelos historiadores, mas nas palavras de Del Priore há o momento em que o indivíduo encontra a história.

Mary Del Priore salienta que foi somente nas décadas de 1970 e 1980 que começou a ocorrer o reconhecimento da importância da biografia histórica. Ela menciona o francês François Dosse como uma figura central nesse processo ao introduzir a “Idade Hermenêutica”, cujo objetivo era capturar “a unidade pelo singular”. Nas palavras de Del Priore, “finalmente, o indivíduo encontrava seu lugar na história”. Esse momento de encontro só foi possível com o enfraquecimento das análises marxistas e deterministas, que, segundo ela, haviam dominado a produção historiográfica por décadas. “A explicação histórica cessava de se interessar pelas estruturas para concentrar suas análises nos indivíduos, explorando suas paixões, constrangimentos, limitações e representações que pesavam sobre suas condutas⁴⁷”.

Contudo, ainda se percebe poucas biografias de mulheres revolucionárias quando comparada a dos homens, dessa forma, marcar a trajetória de mulheres que servem de inspiração para a luta política em geral, bem como, para outras mulheres como Iza Cunha, e outras as quais militaram no período da Ditadura Militar, e que conseguiram participar das discussões da sociedade em geral e ainda engendrar pautas de lutas políticas específicas para mulheres, é uma forma de romper também com os silenciamentos em relação às mulheres na sociedade.

A biografia de mulheres segue pelos caminhos das novas criatividades da historiografia, principalmente ao se deparar com a abordagem que irá se desenvolver sobre elas, pois se subtende que esse universo seria fechado em mundo particular da casa do lar, sem muitas nuances quando comparada a realidade dos homens, porém tudo é matéria à escrita historiográfica, tudo que envolve o ser humano passa a ser importante do ponto de vista das representações sociais.

Iza ainda não tem uma biografia, ou trabalhos que falem sobre sua trajetória de forma mais abrangente, porém a sua militância possui reconhecimento que é possível

⁴⁷ DEL PRIORE, M. **Biografia**: quando o indivíduo encontra a história. Topoi, n. 19, jul.-dez. 2009. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/topoi/a/wjzgxRYmBc577pm4QqVfDtb/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 05 de março de 2022

de ser visualizada em alguns espaços, sobre isso será trabalhado no último capítulo deste trabalho. Quanto a questão escrita sobre sua participação nos meios populares e onde ela está inserida na história pode ser verificada em dois momentos. O primeiro é a seguinte citação:

Forte pressão sofreu também a professora Izabel Marques Tavares, de 30anos, ouvida pelo Conselho de Justiça em Juiz de Fora, em 1972: (...) que antes de assinar o depoimento durante o IPM, depoimento do qual não conhecia o teor, passou a interrogada por várias torturas físicas e psicológicas sendo, inclusive, submetida nua a choques elétricos no ânus e beliscões nos seios, a passeios de automóveis com paradas em lugares ermos, se ameaçava a sua vida, com ameaças constantes contra seu marido que, por duas vezes, pudera ver no Hospital Militar em estado de coma e, uma vez, sendo torturado numa das salas do DOI; (...) ⁴⁸

A citação acima inclui Iza nesse cenário histórico de torturas praticadas pelo governo militar no período do presidente Médici. A memória de seus contemporâneos em relação a sua pessoa é de saudosismo e de admiração, só que não se traduz na memória que ela mesma possuía, a de dor e trauma, essa é a memória que gira em torno dos militantes daquele período. Alguns militantes chegam ao arrependimento de terem se envolvido com as questões políticas. Outros até hoje acham que foram importantes e que dentre todas as vicissitudes do que viveram valeu a pena. Entre o arrependimento e a importância da participação mesmo com todas as adversidades, Iza está entre o segundo grupo, daqueles que amadureceram com as dificuldades do sistema e auxiliaram na sua transformação.

As lembranças de quem foi Iza Cunha, como aquela que contribuiu muito para formação política de muitas mulheres e homens, sempre é externada por aqueles que fizeram parte de sua geração ou que estavam iniciando na vida política e a viam como uma grande referência, e isso pode ser observado nas palavras de Ana Júlia Carepa, a primeira e única mulher a governar o Pará e que também já foi vice-prefeita de Belém. Ambos os mandatos realizados pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Conheci de muito perto e fui uma aprendiz atenta dos ensinamentos de Isa Cunha, grande amiga e companheira. Isa tinha enorme compromisso com as causas sociais, humana, com os direitos. Foi decisiva sua atuação para a organização popular, formação política e consolidação dos movimentos sociais no Pará. Foi uma das fundadoras da Sociedade Paraense de Direitos Humanos (SDDH), do Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade (MMCC) e do Partido dos Trabalhadores (PT) ⁴⁹.

⁴⁸ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis, Vozes, 2014. 240.

⁴⁹ Disponível em <<http://anajuliacarepa13.blogspot.com/2011/02/isa-Cunha-e-os-31-anos-do-pt.html>>. Acesso em 10 de outubro de 2020

O resumo de Ana Júlia sobre quem foi Iza e sua importância para formação política, onde ela se coloca como aprendiz, revela como ela transitava entre os movimentos e os partidos construindo uma história que fez diferença não só em sua vida, mas também na de outras pessoas alcançadas por sua forma de ver o mundo e desenvolver a política como vocação.

Esse relato publicado no Blog da ex-governadora se deu por ocasião das comemorações de 31 anos do PT, promovido pelo Diretório Municipal de Belém, nessa oportunidade em uma sessão solene na Câmara dos vereadores foi entregue a comenda “Isa Cunha” a 39 militantes. Nesse evento Ana Júlia Carepa foi uma das homenageadas, porém não estava presente, por estar em uma reunião no Diretório Nacional do PT.

Iza é reconhecida nas reminiscências como aquela que mobilizava a construção das bandeiras de luta, e foi dessa forma que Eliana Fonseca Pereira relembra dela, dizendo: “Eu morava em Abaetetuba e fazia parte do trabalho pastoral. E foi nas atividades de mobilização das mulheres da região e na construção das bandeiras de luta que conheci a Isa”⁵⁰.

Eliana lembra de questões muito importantes na construção da trajetória de Iza uma delas é essa luta para organização das mulheres urbanas, na década de 70, que colocavam em pauta questões muito significativas na luta pela emancipação e direitos femininos, elencando as suas principais necessidades básicas cotidianas, como: creche para os filhos e serviços, água e luz. Porém, esse movimento acabou sendo ampliado para outros perfis de mulheres, incluindo as operárias de beneficiamento da castanha e do palmito e as trabalhadoras autônomas que se uniram as camponesas somando então na exigência por direitos trabalhistas, moradia e o enfrentamento da opressão e violência de gênero no contexto no qual elas viviam.

Outras problemáticas levantadas por Eliana que estão relacionadas à memória de Iza se referem a filiação sindical, pois as mulheres eram totalmente dependentes de seus maridos nesse assunto, e Iza trazia esses temas à mesa do debate e ao longo do processo as mulheres foram conquistando os seus espaços no movimento sindical. Na contribuição à resistência contra a ditadura, Iza foi presa e torturada juntamente com Humberto e sobreviveu à tortura com a mesma delicadeza que lhe era peculiar. Algo

⁵⁰ Disponível em <<http://anajuliacarepa13.blogspot.com/2011/02/isa-Cunha-e-os-31-anos-do-pt.html>>. Acesso em 10 de outubro de 2020

que marcou a vida da relatora está relacionada a capacidade que Iza tinha de diálogo e de enfrentar multidões, conforme relato abaixo:

Um dos momentos que mais lhe marcaram na fase de convivência, foi durante mobilização que faziam juntas na cidade de Tomé Açu, onde havia sido assassinado o sindicalista Benezinho. “Eu entrevistava um dos assassinos na delegacia, quando a população da cidade invadiu para fazer justiça com as próprias mãos. Era muita gente. Talvez três mil pessoas. Isa chegou para acalmar, para mostrar que o povo tinha razão, mas que era preciso manter o controle”, explica. Ainda assim, todos os criminosos foram tombaram com a justiça popular⁵¹.

Conforme demonstrado acima Iza era valente, tinha coragem de enfrentamento para dialogar com as massas para a construção de uma sociedade mais humana e com justiça, ainda que não fosse ouvida ela tentava, articulava, fomentava a discussão e as ações e se envolvia com o coletivo, buscando o protagonismo para si, estimulando quem estava em sua volta a fazer o mesmo, com isso, resume Eliana: “As mulheres estavam assumindo seus papéis, eram atuantes educadoras e a Isa tinha muito a ver com isso”. Nesse mesmo post do blog de Ana Júlia onde se encontra o relato dela e de Eliana, a autora destaca que:

Isa Cunha ajudou a fundar entidades que desempenham até hoje atividade fundamental na defesa dos direitos humanos no Pará, como o MMCC, criado em 1985. Isa presidiu o movimento por três mandatos e hoje ele conta com representação em 40 cidades. A SDDH também teve a participação ativa da historiadora na sua formação e presidência, onde Eliana atua como conselheira. Colega de trabalho de Isa no Conselho Municipal da Mulher, Eliana destaca ainda que esse processo de organização das mulheres ao longo de décadas foi essencial na constituição de diversas outras entidades, como Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDEMPA) e do Grupo de Mulheres Prostitutas da Área Central (GEMPAC). Eliana é taxativa: “Por isso Isa sempre mostrou que valia a pena lutar para conquistar a cidadania”⁵².

Portanto, Iza se tornou uma vanguardista dos movimentos do que na atualidade se entende como marcadores sociais da diferença, pois estava na gênese de cada organização. E como levantou Eliana, era uma defensora da busca por cidadania civil, política e social. Pois esse conceito também estava sendo amadurecido na sociedade brasileira, visto que foi justamente no período dos governos militares que se põe em pauta com maior afinco tal assunto, conforme afirma Carvalho:

O esforço de reconstrução, melhor dito, de construção da democracia no Brasil ganhou ímpeto após o fim da ditadura militar, em 1985. Uma das marcas desse esforço é a voga que assumiu a palavra cidadania. Políticos,

⁵¹ Disponível em <<http://anajuliacarepa13.blogspot.com/2011/02/isa-Cunha-e-os-31-anos-do-pt.html>>. Acesso em 01 de janeiro de 2022

⁵² *Ibid.*

jornalistas, intelectuais, líderes sindicais, dirigentes de associações, simples cidadãos, todos a adotaram. A cidadania, literalmente, caiu na boca do povo. Mais ainda, ela substituiu o próprio povo na retórica política. Não se diz mais “o povo quer isto ou aquilo”, diz-se “a cidadania quer”⁵³.

Por conta de sua consciência que entendia que a cidadania não vinha de graça, pois era preciso muito desprendimento para conquistá-la, Izabel possuía um espírito revolucionário, devido a isso, Maria Luzia Miranda Álvares, colunista do jornal O Liberal, a define como anjo, uma mulher histórica, simplificando a sua singularidade como simplesmente “Iza” e que passou pela política e a religião deixando o seu legado.

Para tratar de uma mulher da estatura histórica dessa mulher, simplesmente Iza, para muitas de nós, feminista e militante pelos Direitos Humanos, atuando desde os tempos mais graves da vida pública e política brasileira, o termo “anjo” no feminino tem um significado maior do que as explicações de dicionários que consideram essa figura” um “ser espiritual das teologias cristã, hebraica e islâmica que serve como mensageiro entre Deus e os homens”. A inferência de gênero sobre essa “criatura espiritual” extraída da cultura religiosa tende a repercutir no que conheço da trajetória pessoal de uma mulher que só “desceu aos céus” para fazer a mediação porque a inexorabilidade da espada da Morte definiu-se pelo dia da colheita conforme as dimensões de falência orgânica de seu corpo. Mas deve fazer por lá sua revolução particular, se depender dela⁵⁴.

Da sua geração se pode dizer que Iza foi uma sobrevivente de um período da política brasileira, no qual ela se tornou uma perseguida, embora essa fase lhe tenha causado muitas feridas, com o tempo elas foram cicatrizando em forma de luta. Apesar de ela ter partido para sempre deste plano terrestre, no dia de setembro de 2002, se tornou imortal através de seu senso de justiça, amor ao próximo e compromisso social. Desse modo, é importante traçar mesmo que de forma parcial e fragmentada, a trajetória dessa pessoa cuja vida traz muitas reflexões.

2.3 A migração do interior do Estado para Belém do Pará

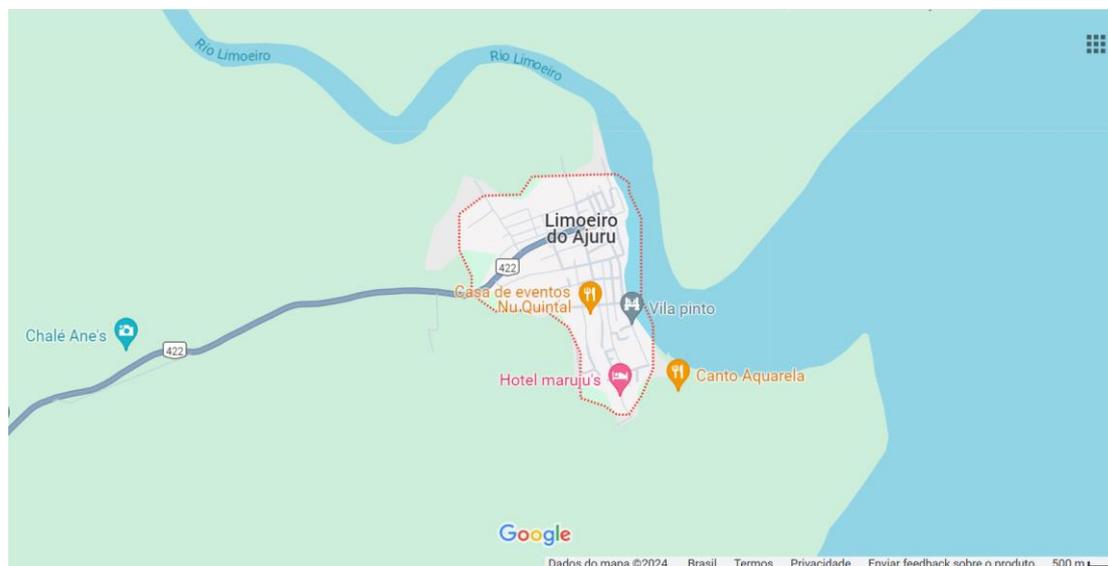
Iza era a quinta filha de um casal com 6 filhos, fruto do primeiro casamento de seu Pai, que após sua mãe falecer casou-se novamente e teve mais dois filhos. Nasceu aos 14 dias do mês de maio de 1942. Assim como muitas pessoas do interior do Pará, migrou de sua terra natal, no baixo rio Tocantins, mais precisamente de Limoeiro do Ajuru, para a capital, Belém, na época de seu nascimento esse lugar pertencia ao interior

⁵³ CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Pág. 5.

⁵⁴ Texto publicado em “O Liberal”, coluna Panorama, em setembro de 2002 Maria Luzia Miranda Álvares é Doutora em Ciência Política, Coordenadora do GEPEM/UFPA, Coordenadora Regional do OBSERVE. É uma das pioneiras dos estudos de mulher e gênero, no Pará, desenvolvendo trabalhos sobre a temática feminismo, mulher e gênero, com incursões sobre o entrelaçamento das representações socioculturais nas estruturas de poder

de Cametá, hoje é uma cidade emancipada. No fluxo migratório de sua família, primeiro veio ela e seu irmão mais velho morar com um tio e posteriormente sua mãe também veio residir em Belém com os demais filhos.⁵⁵

Figura 1 Limoeiro do Ajuru



Fonte: Google Maps

Ao chegar a Belém, Iza se estabelece no bairro do Jurunas e estudará no colégio Paes de Carvalho, sendo uma escola antiga e tinha a tradição de formar muitos dos nomes de pessoas influentes na política e os revolucionários considerados subversivos pela ditadura. Ela se desenvolve em uma Belém que acompanhou as mudanças sofridas pelo Golpe Militar de 1964.

No meio estudantil, por exemplo, podemos citar vários momentos muito tensos, envolvendo estudantes de Belém daquela época, pois o golpe realizado pelos militares com apoio da sociedade civil, já começou com repressão e reclusão. Com isso, na naquela conjuntura, os estudantes reuniram forças para continuar lutando pelos seus ideais em meio a uma situação de instabilidade política, incertezas e medo. O sonho dessa juventude com uma parcela da sociedade estava sendo golpeado, e a expectativa de ver o Brasil reformado ficava apenas na expectativa, pois a realidade era dura e violenta. Os jovens sonhadores ganham um rótulo dos governos militares chamados de “subversivos”.

⁵⁵ TAVARES, Vera Lúcia Marques. **Vida e trajetória política de Iza Cunha** [nov. 2019]. Entrevistadora: Rosinda da Silva Miranda. Belém-PA: Defensoria do Estado do Pará, 2019. Arquivo digital. Entrevista concedida à Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História/UFGA. 27m54s.

Na obra: “1964, Relatos Subversivos. Os estudantes e o golpe no Pará”. De autoria compartilhada entre: André Costa Nunes, Isidoro Alves, João Jesus Paes Loureiro, José Seráfico, Pedro Galvão, Roberto Cortez, Ronaldo Barata, Ruy Antonio Barata, através dos fragmentos de memória de cada um, o livro descreve um panorama sobre o 1º de abril de 1964, no Pará. Nos transportamos para os primeiros episódios de repressão, pós-golpe, está se falando da Invasão da UAP (União Acadêmica Paraense), conforme descrita por Pedro Galvão: “por todo aquele dia centenas de estudantes passaram pela UAP numa ação a que chamávamos, com ingênua pompa de ‘vigília cívica pela democracia’⁵⁶. Na programação denunciavam o golpe militar um alto-falante ligado a uma rádio do Rio Grande do Sul que transmitia a programação da ‘Rede da legalidade’ o governador da época Leonel Brizola esboçava uma “resistência aquartelada, com apelos patrióticos e posições avançadas, segundo nossa visão da época”⁵⁷.

No período em que o golpe de 1964 eclodiu, Iza Cunha, aos 21 anos, ainda não havia se destacado ativamente nos movimentos de resistência. Ela e outros estudantes estavam imersos em estudos e preparações ideológicas, fundamentais para futuras lideranças contra a ditadura militar. Enquanto a oposição se organizava para entender e confrontar as bases ideológicas do regime, este, apoiado por uma parcela da população civil, consolidava-se no poder. De acordo com Napolitano, embora o golpe tenha recebido apoio civil significativo, os governos federais subsequentes eram majoritariamente compostos por militares, refletindo o controle militar sobre as instituições governamentais durante o período da Ditadura Militar no Brasil⁵⁸.

Nesse período, segundo Humberto Cunha, ex-marido de Iza, relata que embora ela fosse protestante, seu pastor era de linha progressista revolucionária, e com isso ela ganha uma bolsa de estudos para ir a Pernambuco estudar. Nessa migração ela passa por toda uma vivência no movimento comunista que se desenvolvia no Nordeste nessa época.

⁵⁶ NUNES, André Costa; et.al. **1964**, relatos subversivos: os estudantes e o golpe no Pará. Belém: Ed: Sumaúma Editorial, 2014

⁵⁷ *Ibid.* p. 22.

⁵⁸ NAPOLITANO, Marcos. **1964, História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo/SP. ed contexto, 2018.

2.4 A Partida para Pernambuco e o encontro com as ideias comunistas

Com a partida de Iza para Pernambuco, para o interior, Garanhuns, ela agrega as ideias comunistas à sua crença cristã protestante. O contato com os ideais comunistas, ou seja, com o pensamento de esquerda a partir da religião, ocorre, pois, ela era estudante de teologia e se envolveu com a corrente teológica da Teologia da Libertação (TL), que era muito forte em Pernambuco, tendo como principal expoente Dom Helder Câmara. Outro aprendizado muito importante que Iza obteve, segundo Vera, foi o contato com a pedagogia Freiriana e seu método pedagógico de alfabetização.

[...] a Iza ela era evangélica da igreja, a minha família toda evangélica, e ela era da Igreja Presbiteriana, éramos todos da Igreja Presbiteriana, na verdade, e ela era presidente da (...), e ela foi fazer um curso de Teologia em Garanhuns, porque o outro meu irmão mais velho fazia Teologia em Garanhuns também. Isso foi 67/68, por aí, nesses meados de 67/68, bem na época do Dom Helder Câmara e tal, teologia da libertação, aquela coisa toda, e eu acho que foi quando fez os primeiros contatos com os movimentos de esquerda, a teologia da libertação[...]⁵⁹

Nessa vivência em Pernambuco Iza une: a política através dos ideais comunistas e o sonho de uma sociedade sem divisão de classes sociais; a religião a partir do que se pensava através da Teologia da Libertação e a pedagogia de Paulo Freire, através do seu método de alfabetização libertadora. Os fundamentos de todos esses segmentos eram os ideais marxistas através da libertação da opressão.

São nesses fundamentos que Iza forma a sua visão de mundo, observando os pobres e a morte. Pois, quando a Teologia da Libertação interpreta que Jesus fazia uma opção pelos pobres, em outras palavras, os excluídos, se retirava uma leitura cristã clássica e elitista do cristianismo, e quem era envolvido com esse tema começava a problematizar as oportunidades e os direitos de cada cidadão e cidadã brasileiro/a, unindo política e religião na perspectiva dos menos favorecidos.

Nesse cenário aparece a morte, sobretudo, para quem resiste à opressão até às últimas consequências, “o sangue derramado se tornou o maior argumento teológico em favor dos pobres”⁶⁰

⁵⁹ TAVARES, Vera Lúcia Marques. **Vida e trajetória política de Iza Cunha** [nov. 2019]. Entrevistadora: Rosinda da Silva Miranda. Belém-PA: Defensoria do Estado do Pará, 2019. Arquivo digital. Entrevista concedida à Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História/UFGA. 27m54s.

⁶⁰ VEIGA, Alfredo César. **Teologia da Libertação: Nascimento, expansão, recuo e sobrevivência da imagem do excluído dos anos 1970 à época atual**. São Paulo, 2009. Tese

Esse pobre, do qual fala a teologia da libertação, é aquele que, segundo a conferência de Puebla, vive, de maneiras concretas, “o mais devastador e humilhante flagelo”. Sua pobreza se exprime em situações concretas: “mortalidade infantil, falta de moradia adequada, problemas de saúde, salários de fome, desemprego e subemprego, desnutrição, instabilidade no trabalho, migrações maciças, forçadas e sem proteção”. No rosto dos desvalidos se revela o rosto de cristo, que tem por eles uma preferência, uma vez que o divino se reconhece nesses rostos⁶¹.

Aquela geração verificava o quanto a política nacional com apoio da sociedade civil elitista estava sentenciando à morte os pobres e aqueles que pensavam de maneira contrária ao governo. Na experiência de vida em Pernambuco, um mundo se descortina para Iza. Se tratava de tempos sombrios da vida pública brasileira. Já havia passado pela primeira fase da ditadura comandada por Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967). Nesse período há quem defenda que a ditadura teria sido uma dita-branda, pois se tratava do período em que as esquerdas mais se desenvolveram, principalmente no campo da cultura⁶². No entanto esses movimentos culturais não significavam que se tratava de um governo leve, sem repressão, mas de fortes movimentos de resistência à ditadura que iam se consolidando em vários segmentos da arte e da cultura, assim como nos movimentos sociais ligados ao trabalho, posse da terra e estudantil.

Na segunda fase, quem assumiu a sucessão do governo foi Arthur da Costa e Silva (1967-1969) – com esse presidente houve o recrudescimento da repressão e da violência estatal. De norte a sul do país se instalavam movimentos de resistência⁶³. Apontando para o protagonismo do movimento estudantil que entrou em efervescência e se tornou forte na década 60, devido aos acontecimentos mundiais e contra o autoritarismo do governo militar brasileiro. Surgem então a categoria de novos sujeitos antissistema, que passa a estar associada a uma nova cultura política. Essa cultura passa a existir quando há a insatisfação desses sujeitos com as condições materiais dadas pelo capitalismo e pelo modelo de Estado do bem-estar social⁶⁴.

Com isso, Iza, Humberto e os demais estudantes daquela época que faziam oposição à ditadura passaram a integrar essa categoria de estudantes revolucionários e

(Doutorado em História) - faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 297 f.

⁶¹ *Ibid.*

⁶² NAPOLITANO, Marcos. **1964, História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo/SP. Ed Contexto, 2018.

⁶³ *Ibid.*

⁶⁴ ALMADA, Pablo. **A cultura política de 1968**. Reflexões sobre a resistência estudantil no Brasil e em Portugal. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/27994>. Acesso em: 30 de agosto 2021.

vão viver essa cultura política antissistema. Por serem resistência, esses estudantes tiveram suas vidas marcadas pela violência, simbólica e direta. O episódio marcante para o movimento estudantil e para todo esse período de 1968, foi o assassinato com um tiro a queima roupa dado pelos próprios militares no estudante paraense, Edson Luís, no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, em março daquele ano⁶⁵. E no Pará, segundo Humberto Cunha, que era envolvido com o movimento estudantil local, houve uma grande manifestação popular em função da morte desse estudante, assim como nas demais partes do Brasil, devido ser o local de nascimento dele.

Antes, quer dizer, começou em março e tal, quando morreu o Edson Luís então a gente conseguiu fazer uma articulação popular muito forte em torno da morte do Edson Luís no Brasil inteiro, e aqui no Pará, como era o local de nascimento dele, a gente conseguiu fazer uma atividade muito forte, então foi um ano muito intenso aqui, mas foi também muito intenso em Pernambuco, era onde ela estava, foi muito intenso no Rio de Janeiro, foi muito intenso em São Paulo, em Minas, em Goiás, na Bahia⁶⁶

Em 1968 Iza ainda morava em Garanhuns, contudo, mantinha contato com seus amigos e familiares em Belém, e nesse intercâmbio tinha um amigo da Igreja que frequentava a sua casa e esse amigo era comum com Humberto Cunha, e através dessa amizade são estreitados os laços entre Humberto e Iza. Eles trocavam correspondências e nessa aproximação em umas férias no final daquele ano, ela tem mais uma grande experiência, conciliando amor por outra pessoa e a luta por um Brasil melhor, pois ela e Humberto começam a namorar e a lutar juntos contra a ditadura.

[...] Como eu frequentava muito a casa desse meu amigo, acabou que eu fiquei conhecendo também a família dela, num primeiro momento foi isso. Aí eu acho que o ano de 68 foi muito intenso no Brasil inteiro, o pessoal fala muito no maio de 68, quer dizer, o nosso maio de 68 que começou muito intenso, então acabou que a gente trocava muita correspondência sobre essas questões do que acontecia aqui de movimentação, do que acontecia lá, e quando ela voltou pra passar férias, então aconteceu que nós começamos a namorar ali acho que pelo final de 68 [...]⁶⁷

Não era só o romance de Iza e Humberto que estava começando naquele ano, pois suas correspondências não se tratava somente dos dois e seus desejos isolados de futuro, mas de todo o contexto conturbado de 1968, que não era só no Brasil, já que no dia 10 de maio, na França aconteceu uma manifestação que reuniu cerca de 20 mil

⁶⁵ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis, Vozes, 2014

⁶⁶ CUNHA, Humberto Rocha. **Vida e trajetória política de Iza Cunha** [out. 2018]. Entrevistadora: Rosinda da Silva Miranda. Belém-PA: Edifício Bandeira Coelho, 2018 Arquivo digital. Entrevista concedida à Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História/UFPa. 2h02m53s.

⁶⁷ *Ibid.*

estudantes que reivindicavam um novo modelo de educação para o ensino francês. Esse movimento teve adesão em várias partes do mundo. Para além do movimento parisiense, em solo brasileiro, houve várias manifestações com mobilização e participação dos estudantes, que mesmo vivendo em uma ditadura foram às ruas em oposição ao governo militar e a ação mais simbólica desse movimento foi a passeata dos cem mil, que trouxe um grande público para a Cinelândia, no Rio de Janeiro, dia 26 de junho.

Nesse ano de 1968 que nunca terminou, segundo Zuenir Ventura⁶⁸, Iza começa a escrever seu nome na história, pois em Pernambuco ela pode ser iniciada no mundo da política militante. Nas correspondências que trocava com Humberto e os demais amigos, ela podia informar e ser informada como estava se desenvolvendo a situação política em cada lugar, como agiam os militares e como a oposição também montava a sua estratégia frente aos acontecimentos.

O cenário de 1968 era de forte oposição à ditadura e isso fez com que os militares acentuassem ainda mais a repressão, e acontece então o chamado: “golpe dentro do golpe” que se denominou a vitória da corrente “linha dura” que deu origem à política dos “anos de chumbo”. O fato mais marcante dessa política, foi a promulgação do AI-5 (Ato Institucional Nº5), no dia 13 de dezembro de 1968. Trazendo mudanças profundas à sociedade brasileira, dentre elas o fechamento do Congresso Nacional, e da perda dos direitos e garantias individuais da Constituição de 1946, como o habeas corpus.

Essa perda de direito individual para quem estivesse privado de liberdade, tornava o regime ainda mais autoritário, pois era uma forma de intimidar a toda e qualquer pessoa que ousasse a fazer oposição a ele. Com isso o governo militar exigia maior obediência à sua política, violando então os direitos constitucionais. Os 12

⁶⁸ VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou**. São Paulo: Editora planeta do Brasil, 2008. Nessa obra escrita pelo jornalista e escritor brasileiro Zuenir Ventura. Publicado em 1988, o livro oferece uma análise abrangente e detalhada dos eventos marcantes que ocorreram em todo o mundo durante o ano de 1968. O autor revisita os acontecimentos históricos que caracterizaram aquele ano, incluindo protestos estudantis, movimentos sociais, confrontos políticos, revoltas populares e revoluções culturais. Ele examina como esses eventos interconectados influenciaram e moldaram o curso da história global, tanto na esfera política quanto na cultural. No contexto brasileiro, Zuenir Ventura aborda os reflexos do movimento estudantil e os protestos contra a ditadura militar que governava o país na época. Ele também destaca a influência da contracultura e das transformações culturais que ocorreram no Brasil e no mundo durante esse período.

artigos expressavam as medidas autoritárias e violentas dos militares, dando as seguintes prerrogativas ao Presidente da República da época: o poder de legislar; intervir em estados e municípios sem limitações prevista na Constituição; Suspender direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos; Cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais e de suspender a garantia do “habeas corpus” nos casos de crimes políticos contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular; suspender as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, demitir, aposentar ou remover quaisquer titulares dessas garantias. Excluía-se de apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com o AI-5, assim como seus respectivos efeitos⁶⁹.

Contudo, a ditadura não poderia se afastar das classes médias, pois ela havia sido implantada justamente para defender os interesses dessa parcela da sociedade, que era a principal base social na defesa do capitalismo e da democracia liberal. Nesse sentido, “a Cultura e a liberdade de expressão eram os pontos mais sensíveis para amplos setores dessa classe, da qual provinham os artistas e quadros intelectuais mais reconhecidos da época”⁷⁰. Portanto, de 1964 a 1968 se deu o primeiro momento repressivo tentando “dissolver as conexões entre ‘cultura de esquerda’ as classes populares”⁷¹. Outras atividades também sofreram com a repressão e controle, principalmente as áreas de atividade intelectual escrita (imprensa), essa prática passou a ser desenvolvida via IPM (Inquéritos Policiais-Militares) e também por processos judiciais com isso ficou instalado o “chamado ‘terror cultural’, que transformava todos os intelectuais críticos em potenciais subversivos “inimigos da pátria”⁷².

No entanto, após a promulgação do AI-5, conforme as palavras de Napolitano, esse período se configurou como um período de ruptura nas mobilizações e também acabou atingindo as classes médias:

O AI-5 marcou a dinâmica de mobilização popular que ocupava as ruas de forma crescente desde 1966, capitaneada pelo movimento estudantil. Mais do que isso teve um efeito de suspensão do tempo histórico, como uma espécie de apocalipse político cultural que atingiria em cheio as classes médias, relativamente poupadas da repressão que se abatera no país com o golpe de 1964. A partir de então, estudantes, artistas e intelectuais que ainda

⁶⁹ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05>. Acesso em 02 de fevereiro de 2022.

⁷⁰ NAPOLITANO, Marcos. **1964**, História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo/SP. Ed Contexto, 2018. p. 98

⁷¹ *Ibid.*

⁷² *Ibid.*

ocupavam uma esfera pública para protestar contra o regime passariam a conhecer a perseguição, antes reservada aos líderes populares, sindicais e quadros políticos da esquerda⁷³

Iza vai integrar a geração de jovens estudantes de 1968, que na denominação seriam os estudantes subversivos antissistema, os que pretendiam fazer revolução não só da política e da economia, mas também dos costumes, da cultura e da sexualidade. As esquerdas haviam perdido em 1964, no entanto triunfaram na cultura, ao som de Caetano Veloso, Gilberto Gil, Milton Nascimento, Elis Regina, Geraldo Vandré entre outros.

Quando ela retorna de Garanhuns vai à batalha, era urgente e necessário. Muitos dos seus companheiros de luta estavam sendo presos, desaparecendo, indo para a clandestinidade ou para o exílio. Portanto, restavam poucas alternativas para oposição, pois o enfrentamento ao governo poderia ter uma dessas consequências. Mesmo sabendo do que poderia enfrentar, ela aceita o desafio e não passa ilesa nas mãos dos “verdugos” como se referiu aos ditadores, conforme será descrito no próximo capítulo.

⁷³ NAPOLITANO, Marcos. **1964**, História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo/SP. Ed Contexto, 2018. p. 98

3. A CONSTRUÇÃO DA MILITÂNCIA DE IZA CUNHA NA POLÍTICA PARTIDÁRIA, E NAS PRÁTICAS REVOLUCIONÁRIAS E DE RESISTÊNCIA POR DEMOCRACIA (DEC. 1970/1980)

Sobre as ações de Iza relacionadas aos seus ideais revolucionários, pois eles lhe levaram à uma intensa participação nos movimentos que faziam oposição direta à ditadura, recrutando jovens e trabalhando ideias revolucionárias a partir da teoria Marxista de pensar a revolução. A visão política baseada no pensamento de Marx está relacionada ao fim de uma sociedade sem a propriedade privada burguesa, portanto, sem classe, já que ela era dividida entre burgueses – aqueles que detém dos meios de produção e o proletariado – que tem unicamente a sua força de trabalho, e que por isso seriam explorados pelos burgueses.

As ideias revolucionárias seguiam o pensamento do marxismo, ou seja, seriam as interpretações do pensamento de Marx e das correntes políticas que vão pensar a forma de fazer a revolução. Nesse sentido surgem várias formas de pensar o fim da divisão da sociedade em classe, por isso receberam vários nomes, entre eles está o Marxismo-leninismo, baseado nas ideias de Marx e Lênin. Este último que foi um importante nome da revolução Russa, juntamente com Trotsky e Stalin, que irão dar nome a outras formas de pensar a sociedade. Portanto, para os militantes daquela época era de fundamental importância conhecer as bases da teoria que embasava a luta do proletariado contra a opressão.

Iza entrou de forma oficial para o movimento que fomentava as ideias de esquerda quando começou a participar da organização que ficou conhecida como AP (Ação Popular). Este movimento era ligado à Igreja Católica, mais precisamente de cristãos católicos progressistas da Ação Católica denominada JUC – Juventude Universitária Católica. A AP surgiu como um movimento em 1962 e era inspirado nas ideias humanistas de Jacques Maritain, Teilhard de Chardin, Emanuel Mounier e do Padre Lebret. “Em seu documento ‘Documento-Base’, de 1963, propõe-se a lutar por uma sociedade justa, condenando tanto o capitalismo quanto os países socialistas existentes”⁷⁴. A AP tinha uma inserção bem significativa na área estudantil, por isso:

Controlou sucessivas diretorias da união nacional dos estudantes (UNE), preocupando-se também em penetrar os meios operários e rurais, o que consegue principalmente no Nordeste através do Movimento de Educação

⁷⁴ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis, Vozes, 2014. p 68

de Base (MEB) vinculada à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil)⁷⁵

Tanto Iza como Humberto eram estudantes, portanto a instituição pela qual se identificaram naquele momento foi a AP e através dela eles foram para a clandestinidade e para a prisão.

3.1 AP (Ação Popular) filiação e a clandestinidade

Nessa parte da filiação à AP, Iza aparece no *front* e no confronto com os militares, não só ela como a maioria dos estudantes que militavam por esse movimento de esquerda que recrutou muitos jovens para a resistência e luta contra a ditadura. Essa organização já tinha uma atuação desde o governo de João Goulart, pois lutavam pelas reformas de base e com o golpe de 1964 os seus militantes sofrem com a repressão, prisão e exílio⁷⁶.

Quando Iza chega a ser recrutada pela AP, essa instituição já havia se repensado e já adotava como princípios políticos e filosóficos o pensamento marxista o adotando como guia teórico de suas atividades. Na discussão em que correntes filosóficas deveriam seguir os militantes, sem que houvesse incompatibilidade com a fé cristã, quem ganha são os adeptos das ideias de Mao Tsé- Tung e com revolução cultural chinesa⁷⁷. Portanto, para a sua filiação à AP Iza conta aos militares ao ser presa e inquirida quando eles perguntaram sobre o que tinha a declarar com relação aos fatos que deram origem àquele inquérito no qual ela estava sendo indiciada, e, mais precisamente relacionadas com suas vinculações com a organização clandestina e subversiva denominada Ação Popular Marxista Leninista do Brasil/APML do B), ela disse que:

Em Outubro de 1969, quando frequentava o curso pré-vestibular Rui Barbosa, em Belém do Pará, participou de um Movimento estudantil que visava a extinção da taxa de inscrição do vestibular e posteriormente veio saber que este movimento era liderado pela União Estadual dos Estudantes do Pará (UAP), entidade esta que não sabia se era ilegal, que atividade da depoente nesse movimento restringiu-se ao seu comparecimento a algumas salas do curso de vestibular, afim de aliciar colegas para uma futura reunião que esta se realizaria na igreja da Rua São Jerônimo, naquela cidade, que esta reunião não se realizou em virtude da repressão da polícia, que nesta época a depoente já era namorada de Humberto Rocha Cunha (Riba), sido punido pelo decreto 477, que o expulsou da escola por 3 anos, a depoente foi procurada por elementos da AP que dirigiam a UAP, a fim de ser colocada a par da situação que envolvia o seu namorado, bem como

⁷⁵ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis, Vozes, 2014. p 68

⁷⁶ *Ibid.* p.98

⁷⁷ *Ibid.*

ingressar naquela organização para poder acompanhá-lo; Que Humberto Rocha Cunha (Riba), por ter feito uma carta aberta ao professor de determinada cadeira da escola que frequentava respondeu à revelia da IPM. Que para fugir ao inquérito, e, orientado pelo pessoal da AP, Humberto Rocha Cunha (Riba) refugiando-se no campo, no Estado do Maranhão, que concordou em ir para o campo com seu namorado, bem como concordou em ingressar na Ação Popular, que sabia que a Ação Popular era uma organização ilegal, subversiva, com orientação comunista, que durante o final de novembro de 1969 e até 30 de Janeiro de 1970, a depoente permaneceu inativa, apenas lendo alguns documentos que os elementos da AP lhe passavam, que dentre os documentos que recebeu para ler, a depoente recorda-se de um intitulado “linha de Nassas”⁷⁸ e de um livrinho intitulado “Citações do Presidente Mao”, editado em português⁷⁹

Quando Iza chega se filiar a esse movimento eles já possuíam essa forma de pensar e de agir, isso fez com que, ela fosse considerada maoísta. Com essa modificação, essa entidade se tornou muito semelhante ao PCdoB, porém não chegou a envolver-se em ações de guerrilha – A própria Iza considerava que esse tipo de estratégia não era viável, por falta de “condições materiais e humanas” e achava que os objetivos da AP eram bem teóricos⁸⁰.

Contudo, dentro das estratégias da AP, que estavam ligadas ao espírito de Revolução Cultural, era preciso proletarizar os seus militantes, com isso, Iza passa a viver com Humberto⁸¹, que era seu namorado na época e para burlar a perseguição militar vai assumir a clandestinidade no interior do Maranhão realizando trabalhos no meio rural, com o codinome de “Maria”⁸². Porém ela não fala desse codinome no seu depoimento aos Militares, expõe que saiu de casa para encontrar-se com Humberto, que já estava no Maranhão e segue para Buriti, município de São Sebastião no estado de Goiás, e foi nessa oportunidade que os dois ingressaram definitivamente na AP.

⁷⁸ Linha das massas

⁷⁹ Arquivo de Minas Gerais. Pasta 46. Rolo 005. Dez/1971 – Jul/1972. Termo de pergunta a indiciada Izabel Marques Tavares.

⁸⁰ Arquivo de Minas Gerais. Pasta 46. Rolo 005. Dez/1971 – Jul/1972.

⁸¹ Dentro do turbilhão da época, Iza escolheu se unir a Humberto, seu companheiro de jornada e coração, em uma clandestinidade que era mais do que uma estratégia—era um refúgio e um compromisso com a causa. No entrelaçar de suas vidas e lutas, Iza não se fundiu em sombras de submissão, mas não abandonou sua própria trajetória. Em seu depoimento aos militares, ela revelou que sua partida de casa não era apenas um ato de fuga, mas um gesto profundo de conexão e propósito, em busca de Humberto e das atividades da AP. Ao optar por Buriti, no Goiás, e selar sua adesão formal à AP, Iza e Humberto não apenas forjaram uma união pessoal; eles entrelaçaram suas vidas e destinos com uma causa comum, afirmando que, apesar dos desafios implacáveis, sua parceria era marcada pela igualdade e pela determinação. Assim, Iza continuou a traçar seu caminho com uma autonomia inabalável, refletindo uma dedicação indomável e uma convicção que transcendeu a mera circunstância.

⁸² PINTO, Céli Regina Jardim. **O Feminismo no Brasil: Suas múltiplas faces**. In Estudos Feministas, V. 2, n. 12, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23971.pdf>. Acesso em 25 de outubro de 2017.

No dia 30 de janeiro de 1970 saiu de casa e foi encontrar-se com Humberto Rocha Cunha (Riba) na cidade de Imperatriz no Estado do Maranhão; que passaram apenas dois dias nessa cidade e seguiram para um povoado chamado Buriti, município de São Sebastião, no estado de Goiás, onde se deu o ingresso oficial da depoente no Partido, Ação Popular, que também Humberto Rocha Cunha (Riba) ingressou oficialmente na Ação Popular nesse mesmo dia, 04 de fevereiro de 1970⁸³.

Pelo depoimento tiveram uma data oficial de entrada na AP que foi em 04 de fevereiro de 1970 e ao ingressar nessa organização em Buriti tiveram a oportunidade de morar com outras pessoas que também militavam pela AP, Iza diz não recordar o nome verdadeiro de seus companheiros de jornada política nesse momento, não se sabe ao certo se não se recorda de fato ou se era para protegê-los dos militares. Pois, a finalidade dessas pessoas era compor uma célula e desenvolver junto aos camponeses um trabalho com os princípios marxistas, porém a partir da fala dela não desenvolveram atividade alguma devido os camponeses já possuírem terras, no entanto, é possível perceber que o referencial teórico que se estudava na AP havia sido repassado aos camponeses, de acordo com depoimento a seguir:

Que nesse povoado a depoente e o seu namorado ficaram morando com outros dois militantes da AP, que já residiam há algum tempo naquele lugar, que não se recorda do nome verdadeiro desses militantes, sabendo porém que era um médico e atendia pelo nome de Augusto e outra era sua esposa agrônoma, e atendia pelo nome de Maria, que todas essas pessoas e mais um indivíduo por nome de Antônio de Tal, compunha uma célula era desenvolver um trabalho entre os camponeses, levando-lhes a Doutrina Marxista Leninista, que entretanto, tal atividade não foi desenvolvida em virtude das condições socioeconômicas dos camponeses, em uma região em que todas possuíam sua roça e portanto não careciam de qualquer divisão de terras, que ficou conhecido como Bartô, morador daquela região, que se dizia simpaticamente do trabalho desenvolvido pela Ação Popular, mas entretanto não a participou de qualquer trabalho; que última análise as atividades da depoente de sua célula se restringiam a um contato físico com o campo através do cultivo agrícola, bem como a leitura de obras de Mao Tsé-Tung tais como “uma só foice” “Pesquisa em Juman”, “Estilo de Clisé, todos editados em Pequim, em língua espanhola; Leu ainda vários autores brasileiros, como Passos Guimarães- “ Quatro séculos de latifúndio”, etc.⁸⁴

No depoimento de Humberto aos ditadores, ele também fala de sua passagem pelo Maranhão e Goiás e sobre seu codinome de Gabriel. Embora nesse depoimento ele apareça como Sebastião Rosa de Oliveira (Riba), ele também conta o seu histórico de participação na AP que corrobora com o que já foi citado por Izabel.

Às treze horas do dia vinte e seis do mês de janeiro do ano de mil novecentos e setenta e dois, nesta cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, no Departamento de Ordem Política e Social, DOPS/MG, presente CASEMIR VIEIRA, Major da Infantaria, Encarregado do Inquérito,

⁸³ Arquivo de Minas Gerais. Pasta 46. Rolo 005. Dez/1971 – Jul/1972. p.187

⁸⁴ Arquivo de Minas Gerais. Pasta 46. Rolo 005. Dez/1971 – Jul/1972. p.187

Everaldo Ferreira, 2º Sargento servindo de Escrivão, compareceu HUMBERTO ROCHA CUNHA, também conhecido por SEBASTIÃO ROSA DE OLIVEIRA, codinome RIBA, a fim de ser interrogado sobre os fatos que deram origem ao presente inquérito. Em seguida passou aquela autoridade a interrogá-lo da maneira seguinte: qual o seu nome, idade, data de nascimento, naturalidade, filiação, estado civil, profissão e residência, ao que respondeu chamar-se HUMBERTO ROCHA CUNHA, usando nome falso SEBASTIÃO ROSA DE OLIVEIRA, 24 anos, nascido em 25 de julho de 1947, natural de Araguacema, GO, filho de Antônio Antunes da Cunha e de Adalgisa de Souza Rocha Cunha, solteiro, Comerciante, residente à Rua Rio Verde, 527-A- Riacho das Pedras, nesta cidade, digo, município de Contagem, MG. [...] que durante a instauração do referido inquérito seguiu para o interior do Maranhão, para um lugarejo próximo à cidade de Imperatriz; que posteriormente a sua companheira IZABEL MARQUES TAVARES seguiu para a mesma localidade, onde foram ambos, o declarante e IZABEL MARQUES TAVARES, recrutados para a organização clandestina e subversiva denominada AÇÃO POPULAR; que isto ocorreu no mês de fevereiro de 1970; que nesta época ainda não existia um Estatuto da AÇÃO POPULAR, entretanto o declarante já conhecia a sua proposta política de construção do regime socialista no Brasil com a substituição do regime constitucional vigente, que permaneceu naquela cidade durante uns três meses mais ou menos, utilizando o nome GABRIEL, sem porém ter exercido qualquer atividade política, uma vez que a área não era considerada propícia ao desenvolvimento das mencionadas atividades⁸⁵;

Os codinomes ou pseudônimos vão aparecendo à medida que eles vão avançando dentro da organização e todos os militantes que aparecem nos documentos como indiciados são apresentados com codinomes. A perseguição a Iza e os demais militantes foram baseadas na lei de segurança nacional. Com isso eles usavam de estratégias para não serem facilmente achados e garantirem a sua sobrevivência e de seus colegas em meio as buscas e repressões dos ditadores e seguiam também com seus ideais. Dessa forma,

O espírito da revolução Cultural provocou, na AP, uma ‘campanha de proletarização’ dos militantes, que consistia em deslocar para o trabalho em fábricas, ou para o meio rural, centenas de membros da organização, numa tentativa de transformar sua composição, marcadamente de classe média. Os resultados da campanha foram contraditórios⁸⁶.

3.2 A migração para Minas Gerais

Devido as estratégias da AP tanto para seguir seus preceitos filosóficos, em que seus militantes teriam que aderir ao trabalho rural, bem como, ao fabril, como para substituir os militantes que estavam desaparecendo ou sendo presos pelo governo militar, Iza esclarece que ela e Humberto em 1970 tiveram que se deslocar do Pará para outras partes do país até chegar em Minas Gerais para trabalhar, conforme consta no depoimento prestado ao DOPS/MG

⁸⁵ Arquivo de Minas Gerais. Pasta 46. Rolo 005. Dez/1971 – Jul/1972. p.112

⁸⁶ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO - **Brasil**: Nunca Mais. Petrópolis, Vozes, 2014. p.99

Em março de 1970 Humberto Rocha Cunha (Riba) deslocado para São Paulo e posteriormente para Belo Horizontes, tendo a depoente permanecido em Buriti até maio do mesmo ano, que a razão desse deslocamento se devem ao fechamento da área de Buriti por falta de condições objetivas; que depoente saiu em fins de maio, indo para São Paulo a fim de pegar o ponto que seria coberto em Belo Horizonte com Edésio Franco Passos (Aníbal-Machado) na Avenida do Contorno; que Augusto, Maria e Antonio ainda fiaram em Buriti, não tendo a depoente qualquer notícia a respeito deles, que a depoente chegou a belo horizonte nos primeiros dias de Junho de 1970 tendo sido recebida por Edésio Franco Passos (Anibal- Machado) que passou a residir em um cômodo da Rua Urandi 929, no bairro concórdia, em Companhia de Humberto Rocha Cunha (Riba); que em junho e Julho 1970 a depoente não desenvolveu nenhuma atividade política, restringindo-se aos trabalhos domésticos, que agosto daquele ano mudou-se com seu companheiro para a cidade industrial, indo residir à rua professor Santiago, 26, que ainda no mês de Agosto , por determinação do regional , que era composta de Edésio Franco Passos (Anibal-Machado) e Luiz Antonio Duarte (Alencar), foi criada uma células de serviço integrada por Humberto Rocha Cunha (Riba) , que era o dirigente desta célula, ficou com os pontos codificados a depoente ficou cobrindo “pontos” de chegada e a Zoraíde Gomes de Oliveira (Marlene, como encarregada da biblioteca) que naquele ano da Célula ficou deste modo até janeiro do ano seguinte⁸⁷,

E dessa forma Iza e Humberto começam a reestruturar o movimento, e assim como eles, outros militantes tinham dificuldade de ficar em seus locais de origem devido as perseguições. Os de Minais Gerais sofriam com muita intensidade e frequência fazendo com que quase toda a organização da AP já estivesse presa. Ao ir para lá eles encontram pessoas na mesma situação que eles vindo de outros estados do Brasil, conforme o relato de Humberto:

Eu ir pra lá, em seguida também, a Iza foi pra lá pra gente se encontrar e ficar junto lá, só que logo em seguida por solicitação da direção nacional da ação popular nós fomos pra Belo Horizonte, porque... aí já era ano de 1970, havia tudo muita prisão do pessoal da ação popular no ano de 69, e teve duas vezes prisão na Bahia, teve em Goiás, teve em Brasília, e em outras que eu não me lembro, mas em Minas Gerais praticamente prenderam quase toda ou toda a organização, os militantes estavam todos presos, então precisava de quem recomeçasse o trabalho, então fui inicialmente eu, já estava lá o advogado paranaense, praticamente nós dois começamos a reestruturar a região, a fazer contato com as famílias dos presos políticos, contato com lideranças estudantis ou sindicais, alguns tinham medo no que iriam fazer essa relação, outros faziam, aí nós fomos e retomamos esses contatos, e aí pouco tempo depois, que a gente já tava começando a consolidar e começaram a vir outras pessoas, como o professor lá do ABC que tava sendo perseguido, ele era professor e a esposa era operária, então estavam com muita dificuldade de se manter ali no local de origem dele, então eles também foram mandados pra Minas, aí nesse contexto a Iza foi pra gente ficar juntos e ir fazendo esse trabalho de organizar⁸⁸.

⁸⁷ Arquivo de Minas Gerais. Pasta 46. Rolo 005. Dez/1971 – Jul/1972. p.187

⁸⁸ CUNHA, Humberto Rocha. **Vida e trajetória política de Iza Cunha** [out. 2018]. Entrevistadora: Rosinda da Silva Miranda. Belém-PA: Edifício Bandeira Coelho, 2018 Arquivo digital. Entrevista concedida à Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História/UFGA. 2h02m53s.

As dificuldades para os militantes naquele momento só aumentavam, pois estava se tornando impossível fazer frente ao aparato militar do governo repressivo, com isso as estratégias de guerrilhas não pareciam ser satisfatórias, ou pelo menos não tinham o êxito que queriam as esquerdas que apostavam nessa prática. Com isso, havia os deslocamentos entre a militância para diversas partes do País e conforme solicitado pela direção Nacional da AP para organizar o movimento em Minas Gerais, Humberto seguiu em direção a São Paulo para pegar o “ponto” – que para eles significava obter as informações necessárias para o contato ser estabelecido em outra localidade, assim eles já deslocavam sabendo quem ia os receber e nesse caso ele foi recebido ao chegar em Minas por Edésio Franco Passos (Machado). Nesse primeiro momento Humberto estava sozinho, depois de um ou dois meses chegou Iza Para lhe acompanhar e recebeu o codinome de Nadja. Nesses meandros Iza ainda não possuía uma função específica, porém ajudava nos serviços de datilografia, recortes de jornais e no suporte de algum ponto. Em agosto daquele ano, Humberto e Iza passaram a integrar a célula CR/5 na regional 5, na companhia de Zoraide Gomes de Oliveira (Marlene). A Regional/5 era de responsabilidade de Edésio Franco Passos (Machado) e Luiz Antônio Duarte (Alencar). Os nomes dessas pessoas aparecem tanto no depoimento de Iza quanto de Humberto e com as respectivas funções dentro da organização.

Em março de 1970, a chamado da direção nacional da AP, foi deslocado para Minas Gerais, passando antes por São Paulo, a fim de pegar o “ponto”; que pegar o “ponto” significa obter as informações necessárias para o contato a ser estabelecido em outra localidade; que em São Paulo foi recebido por uma mûça, cujo o nome não ficou sabendo, encarregada de lhe distribuir o “ponto”; que chegou a Belo Horizonte aproximadamente no final do mesmo mês, tendo sido recebido por MACHADO, o qual identifica através das fotografias que lhe são apresentadas como sendo EDÉSIO FRANCO PASSOS; que após cerca de um mês e meio ou dois meses mais ou menos, IZABEL MARQUES TAVARES foi para a sua companhia; que inicialmente ficou sem uma função específica, porém fazia tarefas de serviços, tais como datilografia do material da organização e eventualmente a “cobertura de algum ponto”, recorte de jornal, etc; que por volta do mês de agosto do mesmo ano passou a integrar a célula de serviço do CR/5, Comando Regional/5, juntamente com IZABEL MARQUES TAVARES e ZORAIDE GOMES DE OLIVEIRA, digo, e ZORAIDE (codinome MARLENE), a qual, identifica através das fotografias que lhe são exibidas como sendo ZORAIDE GOMES DE OLIVEIRA; que nesta época o codinome de RIBA ou RIBAMAR e sua mulher, IZABEL MAQUES TAVARES possuía o codinome NADJA; que o Comando Regional/5 que corresponde à área de Minas Gerais era composto por EDÉSIO FRANCO PASSOS (MACHADO) e LUIZ (ALENCAR), o qual reconhece através das fotografia que lhe são exibidas como sendo LUIZ ANTÔNIO DUARTE (ALENCAR); que era dirigente dessa célula de serviço e além disso fazia o

trabalho de datilografia; que, entretanto, só veio a funcionar em fevereiro de 1971⁸⁹,

Toda essa movimentação estava acontecendo quando se vivia os anos de Chumbo da ditadura, então era preciso a todo momento repensar as ações dos movimentos e esse foi o caso da AP. No ano de 1971, quando Iza e Humberto já estavam em Minas Gerais, era cada vez mais consolidado o processo de aproximação entre a Ação Popular e o PCdoB e com isso a AP muda seus estatutos passando então a se chamar Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil, com isso aumenta a força dos que defendiam a fusão da AP com o PCdoB. E esse “casamento”, como era denominado por eles, acontece definitivamente entre 1972 e 1973⁹⁰. Essa parte da história corrobora com o relato de Humberto Cunha sobre o assunto:

Não, ela em 72 a Ação Popular se dissolveu e os militantes entraram no PCdoB, foi uma época que eu tava na prisão, tava preso em São Paulo, e houve ainda uma tentativa de reorganização dessa organização à Ação Popular, mas que a maior parte do pessoal foi preso e morto ali em 74 provavelmente eles foram presos, então eu não sei se ainda sobrou alguma coisa, provavelmente não, agora os militantes que sobraram, quase todos entraram nos partidos os que não entraram no PCdoB entraram no PT⁹¹.

Conforme declara Humberto, a Ação Popular teria se dissolvido em 1972, porém houve um grupo que depois de fortes conflitos internos seguiram a liderança de Jair Ferreira de Sá e Paulo Stuart Wright que rejeitaram a incorporação ao PCdoB e mantiveram a estrutura da AP como organização independente, ficando conhecidos como AP socialista e entre 1973 e 1974, “dirigentes importantes como Paulo Wriugh, deputado cassado de Santa Catarina, e Honestino Guimarães, que foi dirigente máximo da UNE seriam presos e mortos pelo DOI-CODI, figurando como desaparecidos políticos⁹²”.

A militância de Iza e Humberto foi bem intensa, trabalhosa e significativa nessa parte da história. Pois a ditadura ao investigar a AP (Ação Popular) produziu vários processos em que aparece a descrição desse movimento, na introdução, os militares apresentam essa organização como, revolucionária, clandestina e subversiva, conforme:

⁸⁹ Arquivo de Minas Gerais. Pasta 46. Rolo 005. Dez/1971 – Jul/1972. p.111

⁹⁰ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis, Vozes, 2014. P. 98.

⁹¹ CUNHA, Humberto Rocha. **Vida e trajetória política de Iza Cunha** [out. 2018]. Entrevistadora: Rosinda da Silva Miranda. Belém-PA: Edifício Bandeira Coelho, 2018 Arquivo digital. Entrevista concedida à Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História/UFGA. 2h02m53s.

⁹² ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. op. cit. p. 100

A organização revolucionária, clandestina e subversiva, [denominada] Ação Popular, que visa a implantação do socialismo no Brasil através da luta armada, vem se reestruturar e de adotar nova denominação: Ação Popular Maxista-Leninista do Brasil, autodefinindo-se como uma organização político-proletária inteiramente dedicada a servir ao proletariado e por isso a todo o povo, e tem como missão dirigir a classe operária e as amplas massas populares na luta contra seus inimigos de classe⁹³.

Depois da introdução eles apresentam o histórico da Ação Popular, a qual teria sido fundada em 1962, e seria então um partido pequeno burguês, e a sua principal filosofia era o chamado socialismo cristão, o qual teria ampla receptividade no seio do clero brasileiro. Eles apresentam como fundadores da AP, Paulo de Tarso, Almino Afonso, Padre Henrique Vaz, Hebert José de Souza e outros ex-militantes da Juventude Universitária Católica (JUC). Através do lançamento do movimento denominado socialismo da redenção nacional, e defendiam que no Brasil prevaleciam as injustiças sociais, onde havia a exploração do homem pelo homem, portanto era preciso integrar os jovens ao movimento trabalhando a ideia de que eram sujeitos e não objetos da história.

A Ação Popular para as investigações militares, lançava em forma de documento a Resolução política, e 1965 a AP pregava uma estratégia revolucionária para o Brasil, segundo os redatores do texto em questão esse documento seria um plágio de uma obra de Mao Tsé-Tung, e com isso reforçam a ideia de que ela teria se tornado um Partido Pequeno-Burguês Revolucionário (1965-1967). Através de uma cronologia, o documento sobre Ap mostra ponto a ponto o que seria essa organização.

Em 1967 aparece o debate teórico ideológico, cujo documento é intitulado: Resoluções sobre o debate teórico ideológico, após ser divulgado o comitê nacional deu início a transformação ideológica orientada para o Marxismo-Leninismo e começa a se esforçar para alcançar operários e camponeses, uma vez, os militantes de origem eram estudantes considerados de classes da pequena burguesia.

Em 1969, mais precisamente em junho acontece em São Paulo a 2ª Reunião da Direção Nacional Ampla, com a participação dos dirigentes, houve a reorganização da Direção Nacional e eleita uma Comissão Executiva Provisória (CEP), tinha como objetivo reestruturar o estatuto e organizar o II Congresso Nacional, um ano após o evento, porém isso não aconteceu devido a prisão de muitos líderes da AP.

⁹³ Arquivo de Minas Gerais. Pasta 44. Rolo 004. Out/1971 – Mar/1973.

Em março de 1970, foi divulgado um documento que se chamava ‘CARTA DA CEP DA DIREÇÃO NACIONAL DA AÇÃO POPULAR ATODOS OS QUADROS, MILITANTES E AMIGOS’. O conteúdo da carta era um alerta a seus integrantes, pois era grande a campanha repressiva do governo que estaria em curso. Por conta disso conclamava-os à luta, além das recomendações e declarava que a organização estava empenhada em reativar as lutas imediatas do movimento operário, do movimento estudantil e de outros setores da pequena burguesia, além de promover uma grande campanha popular, dentro e fora do país, contra a repressão da ditadura e pelas liberdades democráticas⁹⁴.

Mesmo com a prisão da liderança da AP, não foi o suficiente para essa organização parasse com suas ações, e assim em novembro de 1970, foi possível prender um militante que possuía nas mãos um projeto dos novos estatutos da AP, e verificava-se os novos rumos da organização a qual era guardada pelos princípios universais do Marxismo-Leninismo-Maoísmo, pois proclamava Mao Tsé-Tung como o líder incontestável do proletariado no mundo inteiro e principal líder comunista da época. Por esse documento era possível verificar que a entidade havia passado e denominar-se: ‘AÇÃO POPULAR MARXISTA-LENINISTA DO BRASIL’ APLM, Tendo como base teórica a filosofia “Marxista-Leninista-Maoísta e que tem como missão dirigir a classe operária e as amplas massas populares na luta contra seus inimigos de classe⁹⁵.

Na investigação da ditadura a respeito da AP, era preciso saber seu pensamento, como agiam e o que pretendiam aqueles que eles chamam de inimigos. Então eles fazem uma síntese dos novos estatutos. Sobre a base teórica o documento versa que a APLM prega o Maoísmo (pensamento de Mao-Tsé-Tung) como a terceira etapa do Marxismo-Leninismo, apresentando o dirigente comunista chinês como o líder incontestável do proletariado do mundo inteiro e o dirigente mais provado e mais experiente do movimento internacional.

Para tanto era preciso entender sobre a internacionalismo do proletariado, e, portanto, a AP, segundo a visão e análise feita pelos investigadores, ela defendia o princípio do internacionalismo do proletariado e procura educar seus militantes na

⁹⁴ Arquivo de Minas Gerais. Pasta 44. Rolo 004. Out/1971 – Mar/1973, p. 9

⁹⁵ *Ibid.*

compreensão de que no seu movimento, a Revolução Brasileira é parte integrante da revolução mundial do proletariado. E estava disposta a estreitar sua união de combate com todas as outras organizações de cunho marxista-leninista com o proletariado e os povos e nações oprimidas pela face da terra e de todo o sistema de exploração do homem pelo homem. Pregava a união de todos as facções e grupos, para ajuda mútua, em torno do partido comunista chinês, para unidade de pensamento e de ação do movimento comunista internacional.

3.3 A Prisão

Iza e demais presos pela ditadura, mesmo estando na clandestinidade para tentar burlar as perseguições dos ditadores foram descobertos, pois os governos militares desenvolveram estratégias de controle social e entre elas estava a violência e a repressão a seus opositores, os quais eram chamados de “subversivos”. Os militares criaram ainda no mesmo ano do golpe o Serviço Nacional de Informação (SNI), com o objetivo de passar informações diretas ao Presidente da República, e para tanto era preciso ter agentes infiltrados em vários segmentos da sociedade.

Com isso, criaram um aparelho de repressão que fosse capaz de fazer a espionagem das pessoas, com a origem do Sistema Nacional de Informação (SNI), em junho de 1964, logo depois ao golpe e a instalação dos governos militares, a Lei que amparava esse serviço era a 4.341/64, dessa forma os militares passaram a centralizar informações para aqueles que faziam oposição às ideias dos ditadores e suas práticas nem um pouco dialógica. Através do SNI ocorreram as espionagens e vários documentos (dossiês) foram sendo produzidos criando um banco de dados das pessoas envolvidas com a política de resistência, principalmente daqueles militantes que encabeçavam as estratégias de oposição.

Nos documentos do Arquivo Público de Minas Gerais, especialmente aqueles produzidos pela ditadura militar entre dezembro de 1971 e 1972, cujo principal fundo são os documentos do DOPS, as séries como Termo de Inquirição de Testemunhas ou de Indiciamento, Acareação, Mandado de Prisão, entre outros, revelam claramente as razões que levaram tantas pessoas à prisão. Pelos inquéritos estudados, fica evidente que o envolvimento de Iza e Humberto com o movimento Ação Popular foi o motivo principal de sua prisão. A Ação Popular era um dos principais movimentos de oposição

à ditadura militar, recrutando e instruindo pessoas nas ideias comunistas, conforme mencionado anteriormente neste trabalho.

Ao serem presos o termo inquirição segue um roteiro padrão de perguntas para todos os indiciados, variando apenas de acordo com as especificidades da vida de cada depoente. No início de cada termo de inquirição aparece a data e hora, os responsáveis pelo inquirido e o departamento ao qual corresponde o processo, seguido do nome do depoente, naturalidade, filiação, estado civil, profissão e endereço. A grande pergunta que os militares faziam aos depoentes era: “o que tinha a declarar com relação aos fatos que deram origem ao presente inquirido, mais relacionado com as suas vinculações com a organização clandestina e subversiva denominada AÇÃO POPULAR MARXISTA LENINISTA DO BRASIL (APML DO B)?”⁹⁶. A partir desse ponto seguem as respostas, com relação às outras perguntas que ficam subtendidas, como se houvesse uma espontaneidade na resposta do depoente, ou seja, apenas as respostas aparecem, dessa forma não é possível identificar se as respostas foram conseguidas devido a torturas ou não. Porém, quem foi preso relata que sim, houve as práticas de torturas para que houvesse as delações e os militares adquirissem o máximo de informações possíveis sobre o movimento. Essas práticas vão ficar claras no próprio relato dos presos políticos aos jornais, como é caso de Iza e Humberto, que será explorado em outro tópico deste trabalho.

Os militares enquadravam os militantes da oposição como criminosos e os chamavam de subversivos. Os indiciados na sua maioria eram jovens estudantes. Embora existissem pessoas mais velhas e com uma profissão definida, o movimento era composto por homens e mulheres. Por ser em Minas Gerais a maioria eram mineiros, todavia, haviam pessoas de outras partes do País.

3.3.1 Depoimento de Iza e Humberto Cunha.

O depoimento de Iza aos militares é parecido ao de Humberto, portanto, não há contradição sobre histórico da entrada na AP e o percurso que fizeram, as atividades que desenvolviam, os endereços onde moraram, até chegar na prisão deles, uma ou outra informação fica subtendida nos depoimentos, mas o alinhamento deles é nítido.

⁹⁶ Arquivo de Minas Gerais. Pasta 46. Rolo 005. Dez/1971 – Jul/1972. p. 107

Contudo fica evidente que os militares ao prenderem os militantes queriam chegar às lideranças. Com isso Iza e Humberto vão aparecer nos processos dos indiciados e em inquirição de testemunhas, além de seus próprios processos. Com o objetivo de conseguir prender a liderança, deter e acabar com a oposição, os militares perseguiram as pessoas que, segundo eles, faziam doutrinação marxista através de materiais de conteúdos subversivos. Com esse pensamento tentavam chegar aos militantes que tinham contato com o material ou com quem distribuía o material e as lideranças. Cada pessoa que era interrogada fazia um reconhecimento ou pelo nome ou pela foto de outros suspeitos, que depois iam ser indiciadas. Embora a militância, com o objetivo de confundir a ditadura usasse pseudônimos (codinome), isso não foi o suficiente para não serem localizados e presos, pois a estratégia dos militares colhia todas as informações sobre a militância e fazia o interrogatório de quem estava mais vulnerável ou visível, dessa forma chegavam até ao principal alvo da procura. Usando essa tática conseguiram chegar até Humberto e Iza Cunha.

O envolvimento com AP e a atividade de cada pessoa dentro do movimento era um item importante, isto é, queriam saber como chegaram até a organização. Nesse ponto, uns vinham dos movimentos estudantis e outros do envolvimento com a Igreja católica no que deu origem a própria Ação Popular, ou as duas coisas juntas. No caso de Iza ela fala que se envolveu de forma mais pontual em um protesto pela cobrança de taxa para realização do vestibular e pela situação de seu namorado Humberto Cunha que tinha sido enquadrado no decreto 477 e isso vai levá-la a filiação a AP, conforme mencionado anteriormente.

Por sua vez, Humberto em uma atitude de enfrentamento relata aos militares como ele agia e pensava a sociedade e que daí se dá a motivação para as suas vinculações com a AP, nesse depoimento fica nítido que em outro momento Humberto já teria tido um envolvimento político maior, por ter sido presidente do Diretório Acadêmico da Escola de Agronomia da Amazônia e havia sofrido uma condenação de um ano pelo decreto 477, devido a divergências com os professores sobre a atual situação da agronomia do Brasil daquela época:

respondeu que desde pequeno sempre se interessou pelos problemas que ocorriam a sua volta, tendo posteriormente, por volta dos 16 ou 17 anos de idade, se interessado pelas diversas doutrinas e teorias, inclusive marxista; que em 1967 ingressou na Faculdade, digo, Escola de Agronomia da Amazônia, em Belém, PA, onde cursou até o 2º ano; que em 1968 foi presidente do Diretório Acadêmico daquela escola, durante o 2º semestre

do referido ano; que como presidente do Diretório Acadêmico participou de algumas campanhas político-estudantis, tais como a campanha pela fundação em um restaurante para a Escola e outras; que segundo semestre do ano 1969 foi atingido pelo decreto 477, em virtude de divergências com os origens dessas divergências foi a interpretação dada pelos professores da citada cadeira ao conteúdo do trabalho de equipe, intitulada “A Situações Atual da Agronomia no Brasil”, do qual o depoente era relator; que paralelamente à aplicação da pena de suspensão por três anos, foi instaurado um Inquérito Policial Militar, para qual o declarante, apesar de haver contratado advogado para a sua defesa, deixou que corresse à revelia, não comparecendo aos atos determinados pelo encarregado daquele Inquérito; que soube posteriormente haver sido condenado a um ano de reclusão, pena esta que não cumpriu até a presente data; que durante a instauração, pena esta que não cumpriu até a presente data; que durante a instauração do referido inquérito⁹⁷.

Em relação ao envolvimento com a AP, os dois, tanto Iza quanto Humberto foram bem envolvidos ao ponto de mudarem de nome e cidade. Com relação as atividades nessa parte da investigação queriam saber quem produzia e difundia o material usado como referencial teórico do movimento. Iza quando inquirida nessa parte responde que sua tarefa era pegar o Jornal Libertação em São Paulo, porém, além de querer tomar conhecimento de quem participava da célula que funcionava em sua casa, eles queriam saber dos livros e quem eram os responsáveis por eles:

sendo que a única tarefa a mais era o estudo do Jornal Libertação que a depoente fez duas ou três viagens a São Paulo, a fim de pegar o jornal Libertação; que havia reuniões mensais com os integrantes da célula em casa da depoente, que algumas vezes também Luiz Antônio Duarte (Alencar) participou dessas reuniões, que os livros da biblioteca do “partido” ficavam em poder de simpatizantes da pequena burguesia, que quem dava assistência à célula era Luiz Antônio Duarte (ALENCAR)⁹⁸

Humberto por sua vez relata que quem pagava o jornal Libertação em São Paulo era Iza, pois ele havia sido condenado por um ano pelo decreto 477, ficando então impossibilitado de realizar esse trabalho, que acabou sendo destinado para ela fazê-lo

que o jornal Libertação era impresso em São Paulo e trazido para Belo Horizonte, a fim de ser distribuído pelo Regional; que algumas vezes IZABEL MARQUES TAVARES (NADJA) foi encarregada de ir buscar os referidos jornais; não chegando a assumi-lo, porém, em virtude de haver chegado ao conhecimento da organização a notícia de sua condenação no Estado do Pará⁹⁹;

Os depoimentos indicam que os militares faziam uma espécie de caçada ao material que os militantes utilizavam e aos equipamentos, máquina de datilografia e os aparelhos de mimeógrafos que utilizavam para produzir esse material, então esse

⁹⁷ Arquivo de Minas Gerais. Pasta 46. Rolo 005. Dez/1971 – Jul/1972. p.112

⁹⁸ *Ibid.* p.110

⁹⁹ *Ibid.*

questo mimeógrafo vai aparecer em vários depoimentos, no de Humberto aparece da seguinte forma:

que recebeu o referido mimeógrafo das mãos de um professor, cujo nome não se recorda, podendo informar, todavia, que esse professor, ao que sabe, apenas guardava o citado mimeógrafo, não tendo qualquer vinculação com a AP; que esse ficou na casa do declarante e era manuseado por IZABEL MARQUES TAVARES (NADJA) e o próprio declarante; que de fevereiro até agosto de 1971 foram rodados diversos panfletos e outros materiais de propaganda, tendo sido rodado também os Estatutos da AÇÃO POPULAR MARXISTA LENINISTA DO BRASIL, denominação adotada pela AÇÃO POPULAR a partir de março de 1971. [...]que após a prisão de ZORAIDE GOMES DE OLIVEIRA (MARLENE), ainda na primeira quinzena de dezembro de 1971, o mimeógrafo e a máquina de escrever que eram utilizados em sua célula e que estavam em sua residência foram levados para São Paulo por um portador cujo nome desconhece¹⁰⁰;

O depoimento de Humberto era chave para chegar aos materiais que instrumentalizavam a forma de pensar dos militantes da AP, os aparelhos como a máquina de datilografia e o mimeógrafo, já citados anteriormente. O depoimento escrito segue a mesma metodologia usado em todos, apresentam aos arguidores e depois uma pequena biografia do depoente e qual a participação dele na ação popular, conforme:

Às dez horas e trinta minutos do dia doze do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta e dois, nesta cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, no Departamento de Ordem Política e Social, DOPS-MG, presente DERCY DA SILVA PEREIRA, Capitão de Infantaria, Encarregado do Inquérito, comigo JAIR EVANGELISTA DA SILVA, 3º Sargento servindo de Escrivão, aí compareceu HUMBERTO ROCHA CUNHA, codinomes “PETER”, “SEBASTIÃO”, a fim de ser interrogado sobre os fatos que deram origem ao presente inquérito. Em seguida passou aquela autoridade a interrogá-lo da maneira seguinte: qual o seu nome, idade, data de nascimento, naturalidade, filiação, estado civil, profissão e residência, ao qual respondeu chamar-se HUMBERTO ROCHA CUNHA, com 24 anos de idade, nascido aos 25 de julho de 1947, natural de Araguacema/Go, filho de Antônio Antunes de Cunha e de Adalgisa de Sousa Rocha, solteiro, comerciário, residente à Rua Rio Verde, 527- - Riacho das Pedras, município de Contagem-MG. Perguntado sobre o que tem a declarar com relação aos fatos que deram origem ao presente inquérito, e, mais precisamente relacionados com as suas atividades e vinculações com a organização clandestina e subversiva denominada AÇÃO POPULAR MARXISTA LENINISTA DO BRASIL (APML DO B), já foi ouvido e indiciado no inquérito de que foi encarregado o Maj Inf CASEMIR VIEIRA, respondeu, ainda, que no dia 04 de março de 1972, quando se encontrava preso no Serviço de Obras da Polícia Militar de Minas Gerais, tentou entregar uma mensagem foi interceptada pelo 3º Sargento PM, Cosme Coimbra Lopes¹⁰¹.

¹⁰⁰ Arquivo de Minas Gerais. Pasta 46. Rolo 005. Dez/1971 – Jul/1972. p. 110

¹⁰¹ Arquivo de Minas Gerais. Pasta 48. Rolo 005. Mar/1972 – Abr/1972. p.15

A fala de Humberto revela que os militantes se comunicavam por códigos escritos e para quem não sabia dos códigos havia dificuldade na comunicação, como a que houve com seu irmão Rui Cunha, além disso essa não era a única mensagem codificada mencionada por Humberto, haviam outras que, segundo ele, já havia decodificado e uma delas falava sobre “pontos”.

Afirma que seu irmão RUI ROCHA CUNHA não sabia que iria receber a mensagem e que também ele não tinha conhecimento do código, e qual lhe seria transmitido verbalmente. Que posteriormente decifrou a mensagem na presença do Cap Inf Pedro Carlos Pires de Camargo Chefe do DOI/4º Bda Inf. Que as outras, mas, digo, mensagens codificadas, citadas na mensagem apreendida, também foram decifradas e tratavam sobre o estabelecimentos de “PONTOS”¹⁰².

Humberto também declara que estava em sua posse o mimeógrafo e o pacote de material, que segundo os militares era de ideologia Marxista Leninista que estava vinculado a AP, cujo material era um dos principais alvos da Ditadura, por estar ligado a corrente de pensamento Maoísta, baseada nas ideias do pensador chinês Mao Tsé-Tung. Esse material foi entregue a Edison Ildefonso de Oliveira, que sido apresentado a ele por Luiz Antônio Alencar. Com Edison foi deixado também a senha que correspondia ao material da AP, conforme:

Que o depoente realmente entregou a EDISON ILDEFONSO DE OLIVEIRA um mimeógrafo e um pacote de material de ideologia MARXISTA LENINISTA vinculado com a Organização APLM DO B, destacando-se no seu conteúdo alguns livretos editados em Pequim, China, como, por exemplo LIN PIAO – INFORME AO IX CONGRESSO NACIONAL DO ESTADO COMUNISTA DA CHINA; COMUNICADO DA XII SESSÃO PLENÁRIA ALARGADA DO COMITÊ CENTRAL ELEITO PELO VIII CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DA CHINA; COEXISTÊNCIA PACÍFICA – DUAS POLÍTICAS DIAMETRALMENTE, digo, DIAMETRALMENTE OPOSTAS – Comentário à Carta Aberta do Comitê Central do PCUS (VI); que o depoente não tem conhecimento de possíveis vinculações de EDISON ILDEFONSO DE OLIVEIRA com a Organização APLM DO B. Que EDISON lhe foi apresentado por LUIZ ANTONIO (ALENCAR). Que Luiz Antônio Duarte era amigo de EDISON ILFONSO DE OLIVEIRA e garantiu no depoente que ele poderia guardar o material com mais segurança. Que ficou estabelecida uma senha com EDISON, senha esta que se relacionava com o material APLM DO B¹⁰³.

Humberto segue dizendo que Luiz Antônio (Alencar) lhe apresentou outra pessoa de nome José Newton Garcia de Araújo, com quem ele deixou o mimeógrafo menor e a máquina de datilografia, porém tanto Alencar quanto José Newton não tinham permissão para utilizarem os equipamentos em atividades relacionados a AP. O

¹⁰² Arquivo de Minas Gerais. Pasta 48. Rolo 005. Mar/1972 – Abr/1972. p.15

¹⁰³ *Ibid.*

depoente revela que esses aparelhos haviam sido utilizados somente por ele e Izabel Marques Tavares (Iza Cunha).

Que LUIZ ANTONIO DUARTE apresentou-lhe também um outro seu amigo de nome JOSÉ NEWTON GARCIA DE ARAÚJO, ao qual o depoente também entregou um outro mimeógrafo e uma máquina de escrever para guardar. Que nem EDISON e nem JOSE NEWTON GARCIA DE ARAÚJO receberam ordens para utilizarem os mimeógrafos em trabalhos para a Organização APML DO B. Que os referidos mimeógrafos tinham sido entregues ao depoente, digo, que o mimeógrafo pequeno foi entregue ao depoente por um membro do Comando Regional da APML DO B e o mimeógrafo grande lhe foi entregue por um professor, conforme consta do seu depoimento no inquérito de que foi encarregado o Major INF CASEMIR VIEIRA. Que os mimeógrafos só foram utilizados em trabalhos para a Organização APML DO B pelo depoente e por IZABEL MARQUES TAVARES¹⁰⁴.

No referido depoimento Humberto revela as datas nas quais ele havia entregado os materiais a Edison e José Newton. Para o primeiro teria sido em agosto de 1971 e para o segundo em dezembro do mesmo ano. Já o material que existia, grande parte teria sido editada na China e estava guardado em uma sala sob a posse de Carlos Wolney Soares, que lhe foi apresentado a Humberto por Marcos José Burié Aguiar (Hermes ou Baixinho). No entanto havia outra pessoa citada pela qual Hermes disse que o depoente podia fazer contato com Carlos Woney Soares, que era o Levindo (Aladir Cardoso). Este último não segue no depoimento e Humberto diz não saber do envolvimento de Carlos Wolney Soares com a AP e nem o destino que ele havia dado ao material.

Que entregou o material a EDISON por volta do mês de agosto de 1971 e a JOSÉ NEWTON em dezembro do mesmo ano. Que por volta do mês de setembro de 1971 MARCOS JOSE BURIÉ AGUIAR (“HERMES OU BAIXINHO”) apresentou-lhe CARLOS WOLNEY SOARES, que estava de posse de uma sala com material de doutrina MARXISTA LENINISTA, em grande parte editado em Pequim, China. Que cerca de uma semana depois o depoente esteve na casa de CARLOS WOLNEY SOARES onde apanhou parte do material. Que “HERMES” havia dito ao depoente que CARLOS WOLNEY SOARES não queria continuar guardando o material. Que o depoente visitou CARLOS WOLNEY SOARES poucas vezes. Que “HERMES” lhe disse que em caso de alguma dificuldade, o contato com CARLOS WOLNEY poderia ser feito através de LEVINDO (ALADIR CARDOSO). Que o depoente não sabe de possíveis ligações de CARLOS WONEY SOARES com a Organização APML DO B e também não tomou conhecimento do destino dado ao material pelo CARLOS WONEY¹⁰⁵.

Nesse mesmo depoimento Humberto disse que Hermes o havia apresentado a Sirlene Dutra e ressaltado que ela era de confiança e que ele havia entregado o material

¹⁰⁴ Arquivo de Minas Gerais. Pasta 48. Rolo 005. Mar/1972 – Abr/1972. p.14

¹⁰⁵ *Ibid.*

da AP para ela em várias ocasiões, que seus encontros com ela são datados em agosto de 1971 a apresentação e último encontro em novembro ou dezembro daquele mesmo ano. Nessa parte o depoente volta a falar das senhas que havia acertado com os seus companheiros. Então menciona que iria viajar e para que houvesse uma comunicação mais precisa entre os militantes que viessem a falar sobre o material para a sua identificação, deveria falar a senha acertada com Sirlene e Edison. Essa senha fazia parte da mensagem codificada que em outro depoimento foi decifrada por Humberto. Ele fala aos militares, supostamente deve ter sido perguntado, que não sabia de nada sobre Geraldo Soares de Aranha, que seria o namorado de Sirlene e amigo de Hermes e que não conhecia Idalisio Soares Aranha Filho, irmão de Geraldo.

Que MARCOS JOSE BURIE AGUIAR apresentou SIRLENE DUTRA ao depoente e disse-lhe que poderia confiar nela. Que o depoente passou a manter contatos com SIRLENE DUTRA, entregando-lhe material do APML do B em várias ocasiões. Que MARCOS JOSÉ BURIE AGUIAR “HERMES” poderia também ter entregue material da APML DO B para ela. Que a apresentação a SIRLENE deu-se em agosto ou setembro de 1971. Que o último encontro com SIRLENE DUTRA, em novembro ou dezembro de 1971, ficou acertado que o depoente iria viajar e a partir, digo, a partir de então qualquer elemento que fosse falar-lhe sobre o material, deveria se identificar através de uma senha. Que as senhas combinadas com EDISON E SIRLENE são as mencionadas na mensagem codificada apreendida e posteriormente decifradas pelo depoente. Que o depoente nada sabe a respeito de GERALDO SOARES ARANHA, namorado de SIRLENE e amigo do “HERMES” e nem do seu irmão IDALISIO SOARES ARANHA FILHO, que nem mesmo os conhece¹⁰⁶.

Na última parte o depoimento de Humberto que foi perguntado se havia algum fato ou prova que atestasse a sua inocência, na resposta, segundo o registro, ele disse não ter nada a declarar. Nessa parte do documento os militares dizem que Humberto foi bem tratado e que não tinha sido vítima de coação durante o presente documento. Contudo, Humberto anos mais tarde vai apresentar uma versão contrária à dos militares, dizendo que sofreu violência física e psicológica durante estar preso, esse registro foi publicado no jornal Resistência que será analisado em outro tópico desse capítulo.

Perguntado se tem algum fato ou provas que atestem sua inocência, respondeu que nada tem a declarar além de que tem sido bem tratado e não foi vítima de qualquer coação durante o presente depoimento. E como nada mais disse e nem lhe foi perguntado, deu o Encarregado do Inquérito por findo o presente depoimento, às quatorze horas do mesmo dia, e de como assim fez o indiciado HUMBERTO ROCHA CUNHA as referidas declarações, mandou DERCY DA SILVA PEREIRA, Capitão de Infantaria, Encarregado do IPM, lavrar o presente termo, que depois do lido e achado, assina com o depoente, com as testemunhas e comigo, JAIR

¹⁰⁶ Arquivo de Minas Gerais. Pasta 48. Rolo 005. Mar/1972 – Abr/1972. p.13

EVANGELISTA DA SILVA, 3º Sargento servindo de Escrivão, que o escrevi¹⁰⁷.

O mimeografo também foi assunto no depoimento de Iza, só que ela dá nome ao professor que lhe ensina como manusear o aparelho e que ele é utilizado nos trabalhos de impressão de material para ser distribuído à militância, segundo o relato no depoimento a seguir:

entrou em contato com o professor Antônio Aurélio Oliveira Costa que mostrou à depoente e ao seu companheiro Humberto Rocha Cunha (RIBA) como funcionava o mimeografo que seria utilizado nos trabalhos de impressão, que o mimeografo se achava numa escola do Bairro de Santo Antônio, cujo nome desconhece; eu o mimeografo ficou funcionando na residência da depoente, tendo sido mimeografado os seguintes documentos; um panfleto sobre o desastre [Gandaira], panfletos alusivos ao 1º de maio – dia do trabalhador, um documento contendo inúmeras assinaturas de presos políticas, cujo teor a depoente não recorda, o jornal libertação a dois números e o estatuto da APML, um informe intitulado “ Viva a Nova AP” e outros documentos de que não se recorda; que esses documentos foram elaborados e distribuídos no período de fevereiro a junho de 1971; [...].que a tarefa da depoente, quando estava na nova residência, era rodar o mimeografo o material a ser distribuído pelo seccional que era composto Jussara Lins Martins (Paula), José Ferreira Lopes(Gonçalo) e Alanir Cardoso (livendo), [...]; que na maioria das vezes o papel usado no serviço de impressão era fornecido por Fernando Jota de Paula (Rabelo) estudante de medicina, que anteriormente o papel devia ser fornecido por Marcos José Burle de Aguiar (Hermes) que mais ou menos e Junho ou Julho de 1971 o mimeografo foi substituído por outro maior e mais silencioso, que não sabe com quem ficou o mimeografo antigo¹⁰⁸,

Tanto Humberto quanto Iza falam sobre o estatuto da Ação Popular. Seria uma pergunta base para saber até que ponto tinham conhecimento dos objetivos daquela organização, Iza não aprofunda muito só diz que,

não se recorda das discussões realizadas na célula à proposito da transformação da Ação Popular para Ação Popular marxista Leninista do Brasil (APML do B), que leu os estatutos e programas da organização subversiva recém-criada, Ação Popular leninista do Brasil (APML do B), cujos objetivos consistem na tomada do poder para a implantação de um governo da classe proletária, sendo previsto, inclusive, a luta armada para a realização de tais objetivos¹⁰⁹;

Embora Iza dissesse que a AP era muito teórica e que achava que a luta armada não fosse viável por falta de subsídios materiais e humanos, como já foi dito anteriormente, ela não aprofunda no que de fato acreditava, no entanto Humberto se aprofunda mais e detalha com mais precisão os objetivos da AP, bem como no que ele mesmo acredita, conforme ele afirma em seu depoimento:

¹⁰⁷ Arquivo de Minas Gerais. Pasta 48. Rolo 005. Mar/1972 – Abr/1972. p.13

¹⁰⁸ *Ibid.* p.185

¹⁰⁹ *Ibid.* p.186

que de acôrdo com os estatutos, o objetivo da AÇÃO POPULAR MARXISTA LENINISTA DO BRASIL (APML DO B) é levar a classe operária ao poder, através da mobilização de todo o povo, visando, numa segunda fase, em conjunto com a classe operária do mundo inteiro, a realização, digo, a extinção de todos os privilégios de classes, oferecendo oportunidades iguais a todo ser humano que habite a face da terra; que para a realização dêsse objetivos serão utilizados todos os meios ao alcance, inclusive, quando necessário e na medida necessária, a luta armada; que a elevação da classe operária ao poder implica na substituição dos representantes da classe dominantes atualmente pelos representantes da classe operaria; que acredita que essa mudança ou transformação é inevitável e ocorrerá nos domínios políticos, econômicos e cultural; que durante suas atividades na organização tomou conhecimento e leu todos os documentos de ampla circulação interna ao âmbito Regional; que a AÇÃO POPULAR MARXISTA LENINISTA DO BRASIL (AMPL DO B) busca fundamentos de sua linha política na teoria marxista-leninista e no estudo da realidade brasileira, num processo de centralismo democrático em que as bases fornecem dados e sugestões às direções e estas adotam decisões que são discutidas e aplicadas pelo conjunto da organização¹¹⁰;

Algo muito curioso para os militares era como a militância se sustentava, então fazem perguntas nesse sentido, e declara que tinha seus meios financeiros de onde tirava seu sustento, e em determinados momentos também recebi ajuda da organização como complemento e também trabalhou em algumas firmas de Belo Horizonte e de Contagem, sendo que a sua mulher, Izabel Marques Tavares (Nadja) trabalhava na Feira Nacional do Livro, ele trabalhou na firma Ponto Certo, com o nome de Sebastião Rosa de Oliveira, e na Firma Soldering, na Cidade Industrial¹¹¹. Iza com relação a seu sustento,

Que a partir de 22 de agosto de 1970 até 15 de dezembro de 1971 era empregada da feira Nacional do Livro como vendedora, que o dinheiro recebido nesse emprego era gasto com alimentação, roupas, da depoente e de seu companheiro, que a organização APML fornecia à depoente a verba necessária para aluguel da casa verba essa que varia entre 70 e 180¹¹²

Os codinomes eram comuns, ou seja, era difícil achar um militante que não recorresse a esse recurso, contudo nessa parte não ficou evidente se Iza usava documentos falsificados, no entanto Humberto utilizou desse subterfúgio, pois tirou documentos com o nome de Sebastião Rosa de Oliveira, já que receava ser preso pela condenação que lhe havia sido imposta pelo 477, na sua época de estudante de agronomia em Belém do Pará. Portanto seus documentos como: Alistamento Militar, Carteira Profissional, Título de Eleitor, Certificado de Dispensa de Incorporação e a Carteira do Sindicato dos Metalúrgicos eram todos com o nome de Sebastião Rosa de Oliveira, a própria AP os ajudava a tirar esses documentos como o caso da certidão de

¹¹⁰ Arquivo de Minas Gerais. Pasta 46. Rolo 005. Dez/1971 – Jul/1972. p.109

¹¹¹ *Ibid.* p.112

¹¹² *Ibid.* p. 184

nascimento que quem lhe deu foi, ele não tinha certeza, mas citou o nome Edésio Franco Passos (Machado)¹¹³.

Figura 2 Documento Humberto Cunha

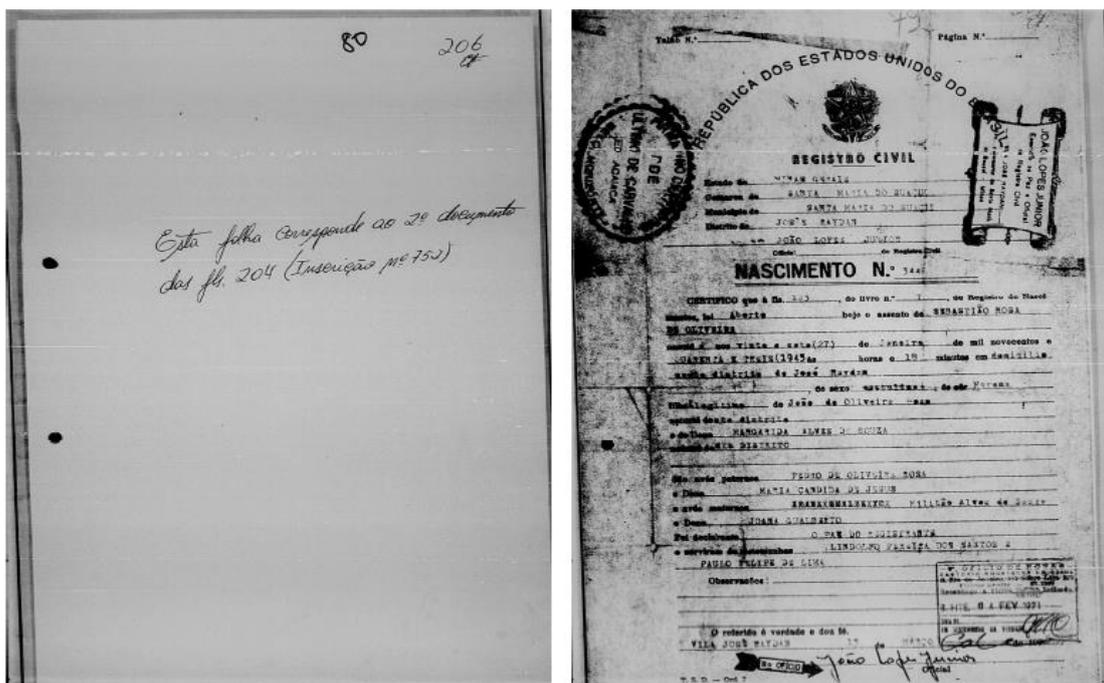
The figure consists of four separate documents:

- Top Left:** A document titled "TÍTULO ELEITORAL" for Sebastião Rosa de Oliveira. It includes a photo, a registration number (352.679), and personal details: name (SEBASTIÃO ROSA DE OLIVEIRA), date of birth (4.7.1951), and address (RUA SENA GONCALVES, 104, 135). It is signed by Humberto Cunha.
- Top Right:** A "CERTIFICADO DE DISPENSA DE INCORPORAÇÃO" from the "MINISTERIO DO EXERCITO". It is for Sebastião Rosa de Oliveira, born 27/1/43, son of João de Oliveira Rosa and Margarida Alves de Souza. It is signed by Sebastião Rosa de Oliveira.
- Bottom Left:** A registration card titled "MATRICULADO EM" with number 752. It is for Sebastião Rosa de Oliveira, registered on 02/02/73. It includes a photo and a signature.
- Bottom Right:** Another "TÍTULO ELEITORAL" for Sebastião Rosa de Oliveira, registered in Minas Gerais. It includes a photo, registration number (31767), and address (Fazenda Industrial). It is signed by Sebastião Rosa de Oliveira.

Fonte: Arquivo de Minas Gerais. Pasta 46. Rolo 005. Dez/1971 – Jul/1972. p. 82, 81

¹¹³ Arquivo de Minas Gerais. Pasta 46. Rolo 005. Dez/1971 – Jul/1972. p.109

Figura 3 Documento Humberto Cunha



Fonte: Arquivo de Minas Gerais. Pasta 46. Rolo 005. Dez/1971 – Jul/1972. p. 79, 80

Na relação que consta o nome dos presos por Minas Gerais aparece o nome dos indiciados, o título do documento aparece como: “Relação nominal de militantes da APML do B, com as respectivas datas de prisão e liberdade, IPM em que estão indiciados: IPM Maj: Casemir Vieira”. A prisão de Humberto por esse documento se deu no dia 31 de dezembro de 1971 e foi recolhido à 12ª RI de Izabel no mesmo dia, porém foi recolhido no DOPS. O nome de Izabel e Humberto aparecem também nas folhas 102 do processo, cujo cabeçalho da folha apresentava o seguinte título: “Relação nominal de elementos, dos quais está coseg solicita cópia de depoimento”. Na numeração do proc. 16/72. Outra relação está citada o nome de Izabel Marques Tavares, presa 31 de dezembro de 1971, recolhida para o DOPS e Humberto preso na mesma data recolhido para a 12ª RI.

O despacho para a prisão de Iza e Humberto foi expedido no dia 28 de dezembro de 1971 na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais/MG, no Departamento de Ordem Política e Social/MG. O documento foi lavrado e assinado por Everaldo Ferreira, 2º sargento, escrivão.

Figura 4 Despacho de prisão Iza e Humberto Cunha

CERTIDÃO
Certifico que cumpri a determinação no despacho n.º 01 de Sr. Encarregado do IPM. Do que, para constar, lavrei a presente Certidão, que dá-se e assino.
BHV Iza e Humberto de 1971
Casemir Vieira
Encarregado do Inquérito

CONCLUSÃO
Aos 29 dias do mês de dezembro de 1971, nesta cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, no DOPS/MG, faço a presente conclusão esboçada no Sr. Encarregado do IPM, do que, para constar, lavrei o presente termo. Eu, Casemir Vieira, servindo de escrivão, o escrevi e assino.

- RESUMO DO CASO -

1. Tomou-se aos presentes autos o Auto de Instrução para Inquirição e Apreensão, o Funicão de Inquirição e o Auto de Inquirição e Apreensão referentes ao material apreendido na residência da iniciada MARIA ROSÁRICA MARINONI, à Rua Lucília Napoleão, 72, nesta cidade. Providência e Sr. Escrivão.
2. Seja expedido Mandado de Inquirição e Apreensão para a residência de CLÁUDIO FERREIRA ARAÚJO, à Rua Argemiro, 106 - Cidade Industrial, município de Contagem. Providência e Sr. Escrivão.
3. Seja expedido Mandado de Inquirição e Apreensão para a residência de EDUARDO COLLIER FILHO, à Rua Infirmary, 141 - Cidade Industrial, município de Contagem. Providência e Sr. Escrivão.
4. Seja expedido Mandado de Inquirição e Apreensão para a residência de HENRIQUE ROCHA CUNHA e sua mulher LIDIANE MARQUES TAVARES, à Rua Rio Verde, 527-A, Bairro Riacho das Pedras, município de Contagem. Providência e Sr. Escrivão.
5. Tomou-se o termo, no dia 29 de dezembro de 1971, as declarações do iniciado SÉRGIO HENRIQUE FERREIRA. Providência e Sr. Escrivão.
6. Seja expedido Mandado de Prisão para JOSÉ PARRAL DA SILVA, HENRIQUE ROCHA CUNHA e LIDIANE MARQUES TAVARES. Providência e Sr. Escrivão.
7. Seja procedida a inquirição do testemunha JOSÉ CIRÍLIO FERREIRA, no dia 04 de janeiro de 1972, às 13,00 horas. Providência e Sr. Escrivão.

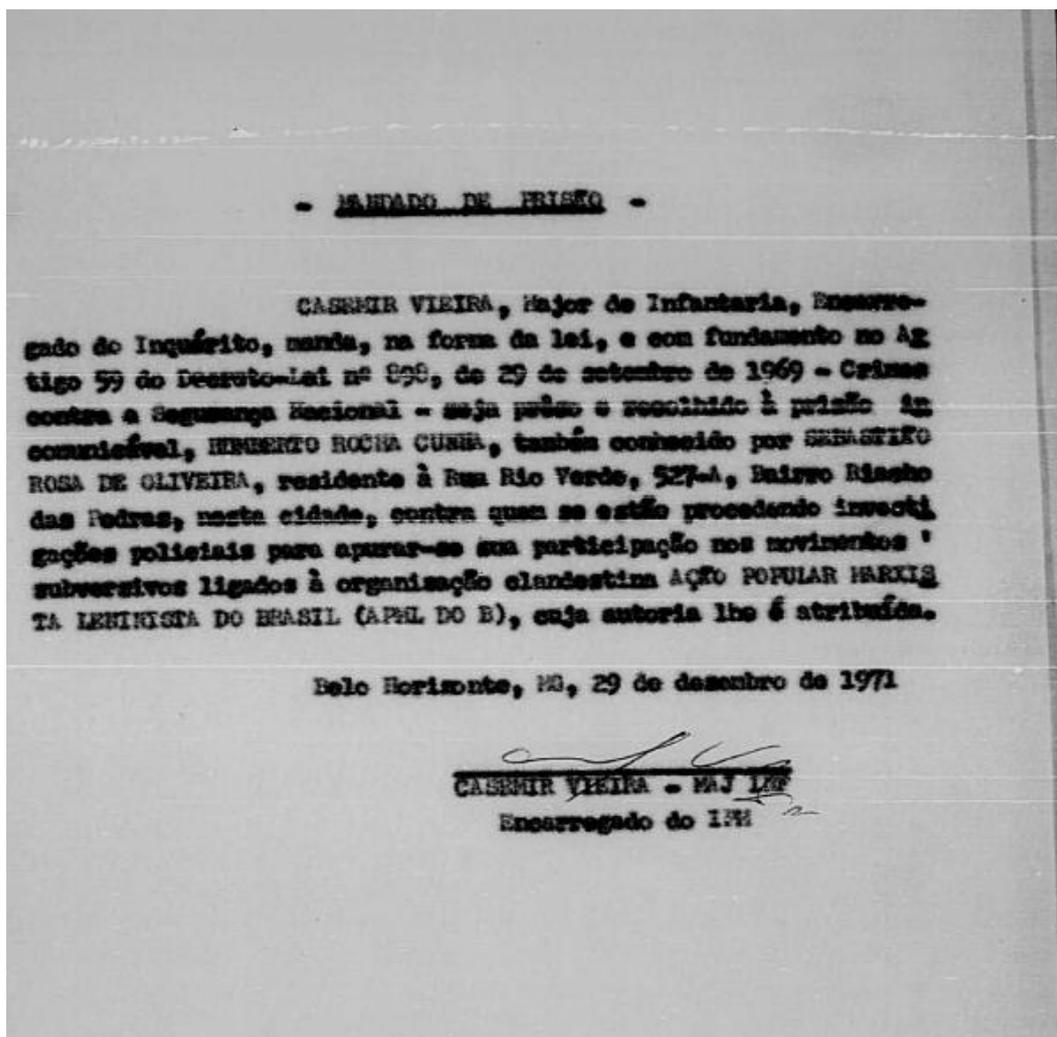
RECEBIMENTO
Aos 28 dias do mês de dezembro de 1971, nesta cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, no DOPS/MG, recebi do Sr. Encarregado do IPM os presentes autos do que, para constar, lavrei o presente termo. Eu, Casemir Vieira, servindo de escrivão, o escrevi e assino.

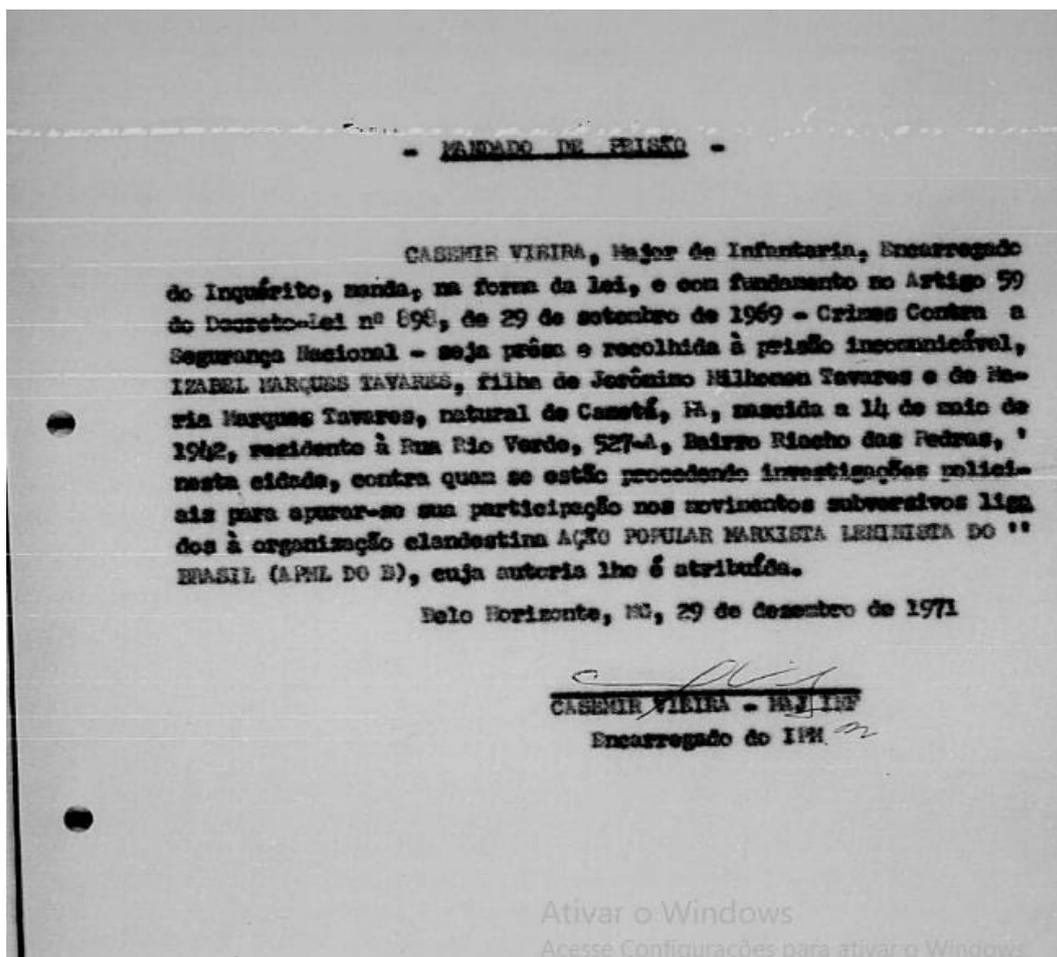
Fonte: Arquivo de Minas Gerais. Pasta 46. Rolo 005. Dez/1971 – Jul/1972. p. 267, 268

Os mandados de prisão de Iza e Humberto foram expedidos no dia 29 de dezembro de 1971. O responsável foi Casemir Vieira, major de infantaria, que resolve baseado na lei e com fundamento no artigo 59 do Decreto Lei, N° 898, de setembro de 1969 – Crimes contra a segurança Nacional. Ambos deveriam ser presos e recolhidos à prisão incomunicável. O documento se referia a Humberto Rocha Cunha, também conhecido como, Sebastião Rosa de Oliveira, residente à Rua verde, 527-A, Bairro Riacho das pedras, Belo Horizonte/MG, esse endereço vai ser o mesmo de Iza, e encerra dizendo que o mandado de prisão é “contra quem estão procedendo investigações policiais para apurar-se sua participação nos movimentos subversivos ligados a organização clandestina Ação Popular Marxista Leninista Do Brasil (APM DO B), cuja autoria lhe é atribuída”¹¹⁴. Quem assina os referidos documentos é Casemir Vieira, encarregado do Inquérito Policial Militar (IPM). No documento de Iza segue o mesmo padrão de informação, porém mostra a sua filiação e Naturalidade, o endereço e posteriormente a acusação, que é mesma citada anteriormente no documento de Humberto.

¹¹⁴ Arquivo de Minas Gerais. Pasta 46. Rolo 005. Dez/1971 – Jul/1972.

Figura 5 Mandado de prisão Iza e Humberto Cunha





Fonte: Arquivo de Minas Gerais. Pasta 46. Rolo 005. Dez/1971 – Jul/1972. p. 44, 45

3.3.2 Termo de reconhecimento Izabel Marques Tavares

Haviam documentos produzidos sobre os pertences das pessoas que eram presas e depois chamadas para fazer reconhecimento e esse foi o caso de Iza que foi chamada para reconhecer o material associado a AP no ano seguinte à sua prisão, isto é, em janeiro de 1972. Conforme relato a seguir:

Aos dezoitos dias do mês de janeiro de mil novecentos e setenta e dois, nesta cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, no Departamento de Ordem Política e Social, DOPS/MG, presente Casemir Viera, Major de Infantaria, encarregado deste Inquérito, comigo Everaldo Ferreira, 2º Sargento servindo de Escrivão, compareceu IZABEL MARQUES DA CUNHA, codinome NADJA, que já depôs neste inquérito, sendo-lhe perguntado pelo Encarregado do IML se reconhecia os objetos apreendidos em sua casa, à Rua Rio Verde, 527-A, Bairro Riacho das Pedras, nesta cidade, os quais consta do Auto de Busca e apreensão datado de 03 de janeiro do corrente ano, e que lhe são apresentados neste ato, declarou que os reconhece como sendo propriedade da AÇÃO POPULAR MARXISTA LENINISTA DO BRASIL (APML DO B) e que estavam sob a guarda do seu amante e companheiro HUMBERTO ROCHA DA CUNHA, codinome RIBA, em sua residência¹¹⁵.

¹¹⁵ Arquivo de Minas Gerais. Pasta 46. Rolo 005. Dez/1971 – Jul/1972. p.151

Nas buscas os militares recolheram também os documentos falsos de Humberto, com o nome de Sebastião Rosa de Oliveira (Riba), e segundo o documento ela faz o reconhecimento.

Declarou, ainda, que reconhece os documentos onde constam o nome o de SEBASTIÃO ROSA DE OLIVEIRA como sendo documentos falsos tirados ‘por HUMBERTO ROCHA CUNHA (RIBA), acima citado. E como nada ‘’ disse nem lhe foi perguntado, deu o Encarregado do Inquérito por ‘findo o presente reconhecimento, mandando lavrar êste auto que, depois de lido e estado conforme, assim com a iniciada reconhecedora, com as testemunhas e consigo, EVERALDO PERREIRA, 2º Sargento’’ servindo de Escrivão, que escrevi¹¹⁶.

Os documentos falsos eram uma estratégia dentre muitas ações clandestinas que a AP recorria para se protegerem da repressão do regime. Isso incluía desde identidades falsas, até documentos de viagem e outros papéis que ajudavam os membros da organização a se movimentarem sem chamar a atenção das autoridades.

3.4 Pessoas que são interrogadas que mencionam Iza Cunha e Humberto Cunha

Os militares investigavam a vida das pessoas e pediam os antecedentes tanto criminais quanto políticos. Por exemplo: no documento do 12º Regimento de Infantaria, em Minas Gerais datado de 02 de fevereiro de 1972, no ofício de nº 10, cujo encarregado era o Major de infantaria, Casemir Vieira, e o assunto se refere a antecedentes criminais antes de seguir com uma lista de nomes nos quais consta o de Humberto e Izabel, eles apresentam o seguinte cabeçalho:

Solicito, a vossa senhoria remeter a este encarregado, com a possível urgência, os antecedentes políticos dos elementos abaixo relacionados, a fim de instruir inquérito policial Militar que apura suas atividades na organização subversiva denominada, Ação Popular Marxista Leninista do Brasil¹¹⁷

Quando os militantes da AP eram indiciados, os militares na solicitação apresentam algumas informações sobre as pessoas, por exemplo: Izabel Marques Tavares – nascida em 14 de Maio de 1942 – natural de Cametá, PA – filha de Jerônimo Milhomen Tavares e de Maria Marques Tavares – solteira - professora primária-residente a Rua Rio Verde, 527-A, Bairro Riacho das Pedras – Contagem; Humberto Rocha Cunha – natural de Araguacema, GO – filho de Antônio Antunes da Cunha e de Adalgisa de Souza Rocha Cunha – solteiro – comerciante – residente à Rua Rio Verde, 527, Bairro Riacho das Pedras – contagem.

¹¹⁶ Arquivo de Minas Gerais. Pasta 46. Rolo 005. Dez/1971 – Jul/1972. p.151

¹¹⁷ *Ibid.*

E essa era a pequena biografia que circulava com o objetivo de conseguir mais informações sobre a militância, e a vida desses indivíduos ia se cruzando e tecendo uma história de medo, dor, luta, lealdade, dúvidas e incertezas, na medida em que eram pressionados a entregar os seus colegas. Pois na investigação dos militares eles cruzavam as informações com o objetivo de chegar nos principais nomes, por isso o nome de Humberto e de Izabel vão aparecer nos depoimentos de outras pessoas, o que também não entra em contradição e mostra as atividades desenvolvida por cada um deles. Como se verificou em alguns casos.

3.4.1 Zoraide G de Oliveira

No depoimento de Iza aparece o nome de Zoraíde e vice-versa. No termo de inquirição de Zoraide G de Oliveira, realizada às nove horas do dia 28 de dezembro do ano de 1971 (pst 46) - no qual o major Casemir Vieira era o encarregado do inquérito e Everaldo Ferreira, 2º Sargento, o escrivão. As primeiras perguntas feitas eram relacionadas a informações pessoais, então se tratava de uma jovem, nascida em 26 de outubro de 1942, portanto tinha 29 anos e se apresentava com o codinome (Mariene), era filha de Alfredo Gomes e de Adelina de Oliveira Sousa, já falecida, natural de Santo André, São Paulo, sua profissão era revendedora de produtos da Avon, estado civil casada, e residia na Rua Sacadura Cabral, 578 – Bairro Vila Oeste, Belo Horizonte¹¹⁸.

A principal pergunta feita a Zoraide era qual a relação ou vinculação que ela possuía com a organização clandestina e revolucionária denominada AÇÃO POPULAR MARXISTA LENINISTA DO BRASIL (APML DO B). Nas respostas ela faz uma retrospectiva de sua vida começando por 1965 quando trabalhava na Ródia Química, recebeu o convite do Padre Pierre Jourdanne para ingressar na Juventude Operária Católica (JOC), juntamente com outras moças que frequentavam a igreja de Santa Terezinha que, naquela época, foram recebidas por Maria do Carmo Ferreira e por remédios em santo André, São Paulo. As reuniões da JOC se realizavam de 20 em 20 dias que nesses encontros eram distribuídos panfletos escritos ‘unidas’. Em 1969, em uma dessas reuniões foi distribuído uma publicação com título: ‘O jovem trabalho e a jovem trabalhadora diante da vida’ e nesse ano a finalidade era de conscientizar os participantes para um melhor conagraçamento humano, e no ano de 1967 as reuniões se deram da mesma forma, para ir aos encontros os militantes custeavam as suas próprias

¹¹⁸ Arquivo de Minas Gerais. Pasta 46. Rolo 005. Dez/1971 – Jul/1972. p.272

despesas e pagavam uma mensalidade mínima de acordo com suas condições financeiras. Em 1968 ela foi procurada por uma moça chamada Wanda, mas que na realidade era Maria de Lourdes, com a qual se encontrou algumas vezes e então foi convidada a integrar a Ação Popular. Depois começou a trabalhar na COFAP e se envolveu nas reuniões de sindicato dos metalúrgicos, onde outras pessoas ligadas a AP também participavam, e o assunto tratado era a campanha salarial. Em 1968 a depoente conheceu Luiz Antônio Duarte, com quem casou-se em 29 de junho de 1969, e depois foram transferidos para Minas Gerais por decisão da regional de São Paulo¹¹⁹.

Ao chegar em Minas em 1969, como militante de base, Zoraide, em seis meses integrou uma célula com mais dois integrantes que se chamava Sebastião (codinome Ribamar e Nadja, codinome), cujo nome verdadeiro seria Isabel, mulher de Sebastião (Humberto). A depoente se diz responsável pela biblioteca da APML e que alguns livros da Biblioteca estavam guardados na casa de Ciro Valadares – ex-seminarista, porém, ele não queria os livros em sua casa por eles possuírem conteúdo que professavam a doutrina marxista-leninista, mas que possivelmente eles foram levados para lá por seu marido, Geraldo Menezes, que o conhecia desde o tempo do seminário, onde Geraldo era dono de uma barraca de frutas próximo a uma fábrica na cidade industrial e que também alugava um quarto para Edésio Franco Passos (codinome Machado, Anibal)¹²⁰.

Relata também que os dirigentes da regional de Minas Gerais em 1969 estavam sob a responsabilidade de Luiz Antônio Duarte (Alencar) e Édésio Franco Passos (Machado). No início de 1970, a depoente passou a se reunir com Ana Lúcia Pena e Silvio Humberto Pena para discutir assuntos referentes ao estatuto da AP, que os militares chamavam de organização clandestina e subversiva, cujo propósito segundo o depoimento era lutar por justiça social, fazendo doutrinações, e a longo prazo fazer a luta armada. Que os princípios dessa organização era combater o governo e as instituições. Eram levados a isso operários de fábricas, pessoas amigas e conhecidas. Ela falou para os militares consultarem os livros, pois eles eram de conteúdo ideológico comunista, de autores como Lênin, Marx, Stalin, etc¹²¹.

¹¹⁹ Arquivo de Minas Gerais. Pasta 46. Rolo 005. Dez/1971 – Jul/1972. p.271

¹²⁰ *Ibid.*

¹²¹ *Ibid.*

Ela conta no depoimento que enquanto ela e seu marido estavam desempregados a AP lhes amparava com C\$ 250,00 (duzentos e cinquenta cruzeiros) e que cada militante da AP contribuía com uma importância em dinheiro conforme as suas condições financeiras e que ela estava de acordo com o estatuto da instituição, porém discordava da questão da luta armada. E que a finalidade da AP era estabelecer o governo da classe operária, com a derrocada do governo instituído. Em 1971 chegou a Belo Horizonte. Nelson – Fred que na realidade era Claudio Fernandes Arabal e João Cruz Soares (Ulisses). Que não conheceu Arabal e sim João Cruz, a quem a apresentou a um dos dirigentes do comando regional da APML, Luiz Antônio Duarte (Alencar – Agostinho). Ela cobria pontos para a regional e nessa atividade recebeu José Milton Ferreira de [Almeida] – (Gerald – Rodrigues), Antônio de Tal, Raul de Tal, todos oriundos de São Paulo e a senha que eles utilizavam no encontro era: ‘Onde fica o [armário] do grilo’, que ela fazia essa pergunta a quem estava sendo recebido por ela¹²².

João Cruz Soares após fazer autocrítica empregou-se na [ilegível] e em abril houve o desmembramento da célula de serviço a qual ela pertencia, ficando ela e Isabel (Nádja), mulher de Ribamar, sem nenhuma função específica e quem trabalha na célula do serviço regional anteriormente desmembrada era Ribamar (Sebastião). Ela fala de um mimeografo que era utilizando no serviço de publicações na região, mas não sabia onde era possível encontrá-lo, ela indica os militantes da APML: José [Nanci]- (Aurélio), Antonio Soave (Rodrigues), João Batista (Paulo), Mateus de Tal (Brito), Ricardo Angelin (Vitor), Edésio Franco Passos (Machado-Anibal), Sebastião (Ribamar), Isabel (Nádia), esposa de Ribamar, Jussara Lins Martins (Joana – Paula, João Belmiro Duarte (Tomás) e outro que não era possível lembrar os nomes. Relata que a responsabilidade pela mimeografia do material era de Ribamar¹²³.

3.4.2 Silvio Humberto Penna

Às nove horas do dia 29 de dezembro de 1971, em Belo Horizonte acontecia o interrogatório de Silvio Humberto Penna, no departamento de Ordem política e social – DOPS/MG, o encarregado do inquérito estava sobre o comando Casemir Vieira, major de Infantaria, o 2º sargento e escrivão Everaldo Ferreira. Silvio Humberto Penna (codinome, Júlio) era filho de Jacy Penna e de Maria da Conceição Penna, nascido em 19 de novembro de 1943, na cidade de Sabará/MG, casado e auxiliar de escritório da siderúrgica belgo mineira¹²⁴.

¹²² Arquivo de Minas Gerais. Pasta 46. Rolo 005. Dez/1971 – Jul/1972. p.270

¹²³ *Ibid.* p.269

¹²⁴ *Ibid.* p.251

Silvio diz que participou das atividades estudantis de 1963 a 1965, quando estudava na Escola técnica Federal de Minas Gerais, chegou até a ser o diretor do Jornal 'O Ceti' do grêmio da Escola, porém não possuía nenhuma orientação partidária, o depoente declara que se candidatou juntamente com Omar dos Santos Carvalho para a diretoria da União Mineira dos Estudantes Técnicos Industriais (UMETI), e ganharam a escolha dessa diretoria que aconteceu no Congresso da UMETI em 1964. Silvio, eleito para secretário e Omar tesoureiro e Valter Zhaber como Presidente, sendo que este último também era da Ação Popular, Marcio Lacerda, Vice-Presidente, Vicente de tal 2º Tesoureiro e Ricardo Apigana 2º secretário, estes pertenciam ao Partido Comunista Brasileiro. No congresso também estavam presentes Alberto Cristovão, dirigente do PCB, e Fernando Massoti, dirigente da Ação Popular. Quando finalizou o congresso o depoente foi convidado juntamente com Omar por Fernando Massoti para participarem de uma reunião, na sede da Juventude Estudantil Católica (JEC), participou também da reunião Venício Artur de Lima, nessa reunião Silvio e Omar se filiaram a AP. Após declarar como se deu sua filiação à AP, ele lista vários nomes com respectivos endereços e ocupações e entre esses nomes estava o de Humberto Cunha que vai aparecer como Ribamar (Sebastião), encarregado regional, dirigente de serviço, cuja a ocupação o depoente não sabia¹²⁵.

3.4.3 Termo de perguntas ao Indiciado José Ferreira Lopes

Na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, em 19 de janeiro de 1972, às oito horas da manhã, ocorreu um interrogatório no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS/MG). O Major de Infantaria, Casemir Vieira, responsável pelo inquérito, e o Segundo Sargento Everaldo Ferreira, atuando como escrivão. José Ferreira Lopes era o inquirido naquela data.

A seguir, foi questionado da seguinte forma: qual é o seu nome, idade, data de nascimento, local de nascimento, pais, estado civil, ocupação e endereço? Ele respondeu que seu nome é José Ferreira Lopes, mas ele também usa documentos com o nome de Izías José de Souza. T29 anos de idade, nascido em 11 de abril de 1942, em Marília, São Paulo, filho de Odilon Ferreira e Maria Lopes Ferreira. Está solteiro, já foi estudante de medicina e agora trabalha como servente de pedreiro. Morava na Rua Visconde de Ouro Preto, 369, Barreiro de Baixo, em Belo Horizonte.

¹²⁵ Arquivo de Minas Gerais. Pasta 46. Rolo 005. Dez/1971 – Jul/1972.

Quando questionado sobre os eventos que originaram o inquérito, especialmente relacionados às suas conexões com a organização clandestina e subversiva chamada Ação Popular Marxista Leninista do Brasil (APML do B), ele respondeu que, no ano de 1967, enquanto estava no terceiro ano da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná, começou a perceber que era considerado um "privilegiado" na sociedade brasileira por estar cursando uma graduação universitária. No entanto, ele acreditava que esse privilégio não deveria ser exclusivo dele, mas sim compartilhado por todos os brasileiros. Pois, acreditava que:

A estrutura da Universidade Brasileira não era voltada a atender os problemas sócio-políticos do Brasil; que esta universidade não dava uma visão da realidade brasileira, com milhões de brasileiros vivendo na mais baixa condição social e econômica; que como estudante de medicina, via diretamente a precariedade de assistência médico-hospitalar, formando filas de pessoas de baixa condição econômica esperando receber um atendimento médico, e um elevado índice de mortalidade e doenças; que com esta visão, adotou uma posição da necessidade da mudança da estrutura do ensino brasileiro, desde o curso primário ao curso superior; que viu a necessidade de tornar a universidade brasileiras democrática e popular sendo democrática no sentido democrática no sentido dos estudantes participarem das decisões dos problemas da universidade e popular, no sentido de que fôsse acabado o critério seletivo, possibilitando a todos os brasileiros alcançarem uma formação intelectual; que a política, portanto não voltado para a realidade econômico social e política do povo brasileiro; que a política do MEC-USAID é uma ingerência de uma dominação estrangeira na universidade brasileira; que assumiu também a posição de que a mudança da estrutura da universidade brasileira só seria possível com a mudança da dominação estrangeira, tornando o Brasil um país livre e independentes¹²⁶;

Ele prossegue explicando que, a partir desse momento, começou a se envolver em assembleias estudantis e manifestações realizadas ao longo do ano de 1968 em Curitiba-PR. Participou ativamente do movimento liderado pelos estudantes do Paraná contra a instituição de mensalidades na educação pública, bem como das passeatas em protesto contra a morte do estudante Edson Luiz, ocorrida no Rio de Janeiro. Além disso, esteve presente em assembleias e manifestações organizadas em apoio aos estudantes que participaram do 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes. (UNE)¹²⁷.

3.4.4 Termo de Inquirição de Testemunha – José Newton Garcia de Araújo

JOSÉ NEWTON GARCIA DE ARAÚJO, foi interrogado como testemunha, e no dia 29 de março de 1972 - Acontecia no DOPS/MG (Departamento de Ordem Política e Social) o seu interrogatório, o responsável pelo inquérito era o capitão de

¹²⁶ Arquivo de Minas Gerais. Pasta 46. Rolo 005. Dez/1971 – Jul/1972. p.145-144

¹²⁷ *Ibid.* p.144

infantaria Dercy da Silva Pereira, acompanhado do escrivão, o 3º sargento, Jair Evangelista da Silva¹²⁸.

Nascido em 13 de janeiro de 1945, no ato da inquirição possuía 27 anos de idade, natural de Dionísio-MG, filho de Salvador de Castro Araújo e de Guiomar Garcia, era publicitário, trabalhava na Águila Publicitária LTDA, estudava do 4º ano de Psicologia da FAFI UFMG. Após esses dados pessoas se comprometeu em dizer a verdade – que em meados de dezembro de 1971, LUIZ ANTONIO DUARTE, o qual havia sido seu companheiro no Seminário de Mariana-MG, até o ano de 1963 ou 1964, o procurou para tratar da guarda de um mimeógrafo, uma máquina de escrever e um volume, com aproximadamente mil folhas de papel em branco. Foi informado por LUIZ ANTONIO DUARTE que seu amigo iria procurá-lo para entregar-lhe o material. Após uma semana ele foi abordado por JOSÉ RODRIGUES o qual reconheceu como sendo HUMBERTO ROCHA CUNHA, e ele o havia entregado o material e lhe disse que se alguém perguntasse por LUIZ ANTONIO DUARTE ou viesse apresentar por parte dele deveria fazê-lo através de uma senha. Em sua recordação a senha estava relacionado com dois chaveiros. Que JOSÉ RODRIGUES (HUMBERTO ROCHA CUNHA) perguntou-lhe se já tinha a quem destinar o material¹²⁹.

No depoimento de José Newton Garcia de Araújo aparece a possível venda dos mimeógrafos, pois de acordo com entendimentos anteriores com LUIZ ANTONIO DUARTE o depoente informou-lhe que já tinha a quem vender os mimeógrafos. Então o depoente disse a JOSÉ RODRIGUES que o mimeógrafo seria vendido ao Sr. Vicente Roque Dutra, secretário do Madrigal Renascentista e seu amigo particular. JOSÉ RODRIGUES determinou que o mimeógrafo fosse entregue ao Sr. Vicente Roque Dutra e disse também que posteriormente iria procurá-lo para fechar o negócio. A inquirição em questão faz referência às conversas entre pessoas que tinham relação com o depoente, no caso, LUIZ ANTONIO DUARTE. Os militares ressaltavam que em termos políticos eles se relacionavam normalmente sobre o aspecto ideológico revolucionário e de caráter subversivos, pois visavam a derrubada da Estrutura Político-Social vigente no Brasil¹³⁰.

¹²⁸ Arquivo de Minas Gerais. Pasta 48. Rolo 005. Mar/1972 – Abr/1972. p.30

¹²⁹ *Ibid.*

¹³⁰ *Ibid.*

Contudo eles mencionam que segundo o depoente, ele discordava das ideias de Luiz Antônio Duarte e que aceitou o compromisso de guardar o material por questão de amizade e por ter lhe informado que iria viajar. Comenta que não se utilizou do material a não ser das folhas de papel branco que foram consumidas nos serviços da Firma Águila Publicitária Ltda. empresa onde o depoente trabalha. Porém ele fala sobre a existência das senhas na comunicação entre os militantes e isso fica claro, conforme:

Em decorrência das idéias de Luiz Antônio Duarte e pelo fato de José Rodrigues (HUMBERTO ROCHA CUNHA) haver tratado de uma senha com o depoente, suspeitou que eles eram ligados a uma organização subversiva clandestina para ele desconhecida. Que não deu importância a senha e nem foi procurado por ninguém através dela, chegando mesmo a esquecê-la. Assim às onze horas foi encerrado o depoimento que DERCY DA SILVA PEREIRA, Capitão de Infantaria; Encarregado do IPM, mandou lavrar o presente Termo, que depois de lido e achado conforme, assina com a testemunha e comigo JAIR EVANGELISTA DA SILVA, 3º Sargento servindo de Escrivão¹³¹.

3.4.5 Termo de perguntas ao Indiciado Valmir José de Resende

Uma pessoa com consciência de classe era essa a personalidade de Valmir José de Resende, pois em seu depoimento prestado aos militares, às nove horas do dia doze de janeiro de mil novecentos e setenta e dois, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, no Departamento de Ordem Política e Social – DOPS/MG, sob o comando do encarregado do inquérito Alberto da Fonseca de Freitas, Capitão de Artilharia e o escrivão João Bosco Esteves Vieira, 3º Sargento. Ele deixa expresso que reconhece a sua condição de privilégio e com isso consegue perceber a realidade de outras pessoas, ou classes, que possuem condições bem diferentes da sua¹³².

O depoente respondeu as autoridades que se chamava VALMIR JOSÉ DE RESENDE, tinha 30 anos de idade, nasceu em 30 de outubro de 1941, era filho de Vivaldo Resende e de Luzia Resende da Cunha, casado, natural de Araguari-MG, funcionário público federal e residente à Avenida Afonso Pena nº 3808 – Apto 103 – Serra – Belo Horizonte. Era funcionário da Receita Federal de Belo-Horizonte e professor da Universidade Federal de Minas Gerais, quando interrogado sobre sua atividade política respondeu sobre seu ingresso na vida política:

Em 1963 a convite de JAFFET ABRAÃO ingressou na Juventude Universitária Católica – JUC; que neste mesmo ano participou ativamente dos trabalhos eleitorais do Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências

¹³¹ Arquivo de Minas Gerais. Pasta 48. Rolo 005. Mar/1972 – Abr/1972. p.30

¹³² Arquivo de Minas Gerais. Pasta 47. Rolo 005. Dez/1971 – Mar/1973. p.85

Econômicas – FACE/UFMG; que pelo trabalho desenvolvido foi convidado a trabalhar no Movimento de Educação de Base – MEB, vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB; que foi treinador de monitores para o MEB; que foi participante do Movimento de Sindicalização Rural do MEB; que ainda, em 1963 fez o curso do Processo de Alfabetização pelo Método de Paulo Freire; que no início de 1964 participou de um curso sobre documento base da AÇÃO POPULAR ministrado pelo padre VAZ; que em 1964 abandonou o MEB, passando a atuar no Movimento Estudantil, organizando passeatas e trabalhos preparatórios para as eleições do Diretório Acadêmico da FACE e UEE/MG; que em 1965 participou do Congresso da UNE, realizado na cidade de São Paulo, como delegado do Diretório Acadêmico da FACE e posteriormente escolhido vice-presidente para assuntos culturais da UNE; que em 1965 foi instado para se transferir para o Rio de Janeiro e abandonar os estudos durante aquele ano, a fim de se dedicar inteiramente aos serviços da UNE; que retornando a Belo Horizonte comunicou a RICARDO PRATA e PAULO ROGÊDO que não iria se transferir para o Rio e deixara Faculdade; que, em consequência, foi desligado da organização clandestina AÇÃO POPULAR¹³³;

VALMIR RESENDE, declarou também que também quando e onde passou a trabalhar e como se deu o seu envolvimento com a Ação Popular e as teorias de Mao Tsé-Tung, bem como, quem participava com ele nessas discussões, mas que deixou de participar da organização devido as fortes exigências dela, com as quais ele não concordava, segundo o trecho do depoimento a seguir:

Em 1966 tornou-se bacharel em Ciências Econômicas, indo trabalhar na Secretaria de Governo do Estado do Mato Grosso, Secretaria de Governo e Coordenação Econômica, por solicitação do depoente a NILSON DE OLIVEIRA REIS; que algum tempo mais tarde passou a participar de reuniões informacionais com CAIO BOUCINHAS; que DAVID se transferiu de Goiânia para Cuiabá-MT; que DAVID convenceu ou propôs a CAIO BOUCINHAS a restabelecer contato com o pessoal de AÇÃO POPULAR em Brasília; que um indivíduo cujo “codinome” é ARTUR foi enviado a Cuiabá-MT com o objetivo de expor as novas linhas políticas da AÇÃO POPULAR, bem como a nova filosofia da organização; que ARTUR passou a discutir os pensamentos de MAO TSE TUNG juntamente com o depoente e sua esposa EDNA MARIA ZEMA DE RESENDE, MARIA AUXILIADORA (DODORA), MARCO ANTONIO, ELIAS DAUTT NETO, CAIO BOUCINHAS, MIRTES BOUCINHAS e DAVID; que nestas reuniões, foram discutidos, também, as novas exigências da AP para com o seus quadros, quais sejam, disponibilidade integral dos militantes para a organização clandestina e subversiva e a colocação dos interesses familiares e profissionais em segundo plano; que o depoente não concordou, em sua totalidade, com as preposições apresentadas; que o depoente, sua esposa EDNA MARIA ZEMA DE RESENDE, MARIA AUXILIADORA (DODORA) e ELIAS DAUTT NETO não continuaram a participar da organização, visto não concordarem com as preposições apresentadas¹³⁴;

As reuniões da AP, segundo o depoimento em questão, aconteciam na casa de Maria Auxiliadora, ele também fala sobre onde residem as pessoas envolvidas no

¹³³ Arquivo de Minas Gerais. Pasta 47. Rolo 005. Dez/1971 – Mar/1973. p.85

¹³⁴ *Ibid.*

depoimento dele, conta que as separações conjugais que a militância causava, enfim a dedicação a causa tinha preço muito alto, de acordo como conta parte do depoimento abaixo:

que as reuniões eram realizadas na casa de MARIA AUXILIADORA (DODORA); que o depoente declarou continuar simpatizante da organização pela qual ajudou a distribuir cartas endereçadas aos comerciários, por ocasião do dia do comerciário em 1968, convocando os comerciários contra os patrões; que este trabalho foi realizado por solicitação de CAIO BOUCINHAS e DAVID; que o depoente acredita que DAVID reside ainda em Cuiabá, enquanto que CAIO BOUCINHAS encontra-se em São Paulo; que o depoente em outubro de 1968 se transfere para esta cidade de Belo Horizonte; que MARIA AUXILIADORA (DODORA), em março de 1969, mudou-se para Belo Horizonte separada do marido; que esta separação foi devido a opção de MARCO ANTONIO pela militância na organização clandestina e subversiva AÇÃO POPULAR; que EDESIO FRANCO PASSOS (ANIBAL-MACHADO) procurou o depoente, provavelmente, através de MARCO ANTONIO; que MARCO ANTONIO visitou a esposa e filhos durante os anos de 1969, 1970 e 1971 cerca de seis vezes; que nestas oportunidades o depoente procurou fazer a conciliação do casal, ainda que MARCO ANTONIO continuasse como militante da organização, o que não foi aceito por MARIA AUXILIADORA (DODORA); que MARCO ANTONIO exerce as atividades políticas no campo segundo o que declarava o depoente¹³⁵;

O depoente mostra como foi que conheceu Humberto e sua relação com ele e relata vários nomes (codinomes) atribuído a ele a partir de uma fotografia. Segundo o depoimento ele não tinha uma relação muito profunda com Humberto apenas contato devido a militância, por isso não há muito detalhes sobre a convivência deles é o que demonstra as partes do depoimento em seguida:

Que EDESIO PASSOS (ANIBAL-MACHADO) solicitou ao depoente hospedagem para a sua esposa ZÉLIA e sua filha; que por solicitação do depoente ZÉLIA e sua filha foram hospedadas na casa de ERNANI ORNELAS; que ERNANI ORNELAS é técnico de administração pública e colega da esposa do depoente; que ERNANI ORNELAS foi cientificado das ligações de EDESIO FRANCO PASSOS (ANIBAL-MACHADO) com a organização APML do Brasil; que o depoente afirma que ERNANI ORNELAS concordou com a hospedagem por motivos humanitários; Que EDESIO FRANCO PASSOS (ANIBAL MACHADO) solicitou, ainda, ao depoente emprego para HUMBERTO, militante da organização; que mostrada a fotografia o depoente reconheceu ser HUMBERTO ROCHA CUNHA (RIBA-RIBS-RAMIREZ-RIBAMAR-SEBASTIÃO ROSA DE OLIVEIRA); que EDESIO FRANCO PASSOS (ANIBAL-MACHADO) solicitou ao depoente hospedagem para uma assistente social integrante da organização clandestina e subversiva APML do Brasil; que esta moça seria amante de EDESIO FRANCO PASSOS (ANIBAL-MACHADO); que, por diversas vezes, foi o depoente instado a contribuir com dinheiro para a organização; que o depoente quando solicitado para contribuir, fazia-o que não se recorda das quantias doadas; que, por insistência de EDESIO FRANCO PASSOS (ANIBAL-MACHADO), tentou convencer a ÊNIO SEABRA a retornar às atividades políticas, tendo para isso sido realizada uma

¹³⁵ Arquivo de Minas Gerais. Pasta 47. Rolo 005. Dez/1971 – Mar/1973. p.84

reunião no escritório do depoente; que por solicitação de BETO (irmão de ALDEYSIO GERALDE DIAS DUARTE) o depoente arranhou um emprego na firma Ponto Certo sita à Rua Caetés, próximo à Avenida Amazonas¹³⁶;

Nessa parte do depoimento de Valmir vão aparecer os assuntos mimeógrafo e as publicações clandestinas, pois segundo o emprego para Humberto era na função de mimeografista. Pois ele havia condicionado a concessão de um emprego desde que o pretendente fosse politizado, conforme:

O depoente condicionou a concessão do emprego desde que o pretendente fosse politizado; que a condição foi imposta face a necessidade de “mimeografar” publicações clandestinas, pois o candidato ocuparia a função de “mimeografista”; que o depoente não se lembra se alguma publicação clandestina foi “mimeografada” na firma aonde trabalhava; que EDÉSIO FRANCO PASSOS (ANIBAL-MACHADO) solicitou ao depoente que guardasse duas malas contendo livros da organização no depósito, digo, na firma Ponto Certo; que o transporte foi feito na Cidade Industrial; que HUMBERTO ROCHA CUNHA (RIBA-RIBAMAR-RAMIREZ ou SEBASTIÃO ROSA DE OLIVEIRA) ou EDESIO FRANCO PASSOS (ANIBAL-MACHADO) retirou as referidas malas da firma; que o depoente em princípio de 1969 emprestou seu apartamento situado à Avenida Uruguai 197 Apt 302 – Sion – Belo Horizonte-MG a JOSÉ AFONSO para que fossem realizadas reuniões clandestinas no local, juntamente com ÊNIO SEABRA, MÁRIO BENTO e outros; que em princípios de 1969 o depoente manteve por algumas horas um estudante de medicina ou médico de nome ALCIDES fazendo o reconhecimento da segurança para que o mesmo embarcasse no ônibus para o Rio de Janeiro¹³⁷.

Depois de falar de muitas com quem se relacionou, e que estavam sob a olhares dos ditadores, Valmir volta a falar de Humberto com os codinomes (Riba, Ribamar, Ramirez), ele afirma que não o conhecia, mesmo assim o ajudou, de acordo com o relato abaixo:

Que HUMBERTO ROCHA CUNHA (RIBA-RIBAMAR-RAMIREZ) frequentava um curso da Escola Profissional; que por solicitação de CINÉSIO LOURENÇO DOS REIS, na primeira quinzena de dezembro de 1971, o depoente deu noventa cruzeiros para que dois militantes da organização abandonassem Belo Horizonte, a fim de não serem presos; que o depoente não os conhece; que, também, na mesma época, deu noventa cruzeiros a MARCO ANTONIO para que saísse de Belo Horizonte fugindo à ação policial¹³⁸.

¹³⁶ Arquivo de Minas Gerais. Pasta 47. Rolo 005. Dez/1971 – Mar/1973. p.83

¹³⁷ *Ibid.*

¹³⁸ *Ibid.*

3.4.6 Termo de perguntas ao Indiciado Fernando Jota de Paula

Outro indiciado que cita o nome de Humberto e Iza Cunha, é o depoente Fernando Jota de Paula. Ele prestou depoimento às treze horas do dia quatorze de janeiro de 1972, na cidade de Belo-Horizonte/MG, no Departamento de Ordem Policial e Social- DOPS/MG. Os agentes presentes no depoimento eram: Alberto da Fonseca de Freitas, capitão de artilharia, encarregado do inquérito e João Bosco Esteves Vieira; 3º sargento atuando como escrivão. Fernando se apresenta dizendo que tinha 26 anos, sua filiação e diz cursava 6º ano da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais. Os inquiridores perguntam ao depoente como iniciou suas atividades políticas e ele responde com riquezas de detalhes:

respondeu o depoente que foi presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais – UFMG, durante o ano de 1969, que no final deste mesmo ano, como presidente do Diretório Acadêmico, foi coordenador da modificação do regimento interno da entidade estudantil para fazer face à lei Federal nº 5540¹³⁹; que o Diretório

¹³⁹ Ver: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm

A Lei 5540/1968 trata da reforma do ensino superior no Brasil. Ela foi promulgada durante o regime militar e teve como objetivo principal reestruturar e regulamentar o funcionamento das universidades brasileiras. Algumas das principais disposições da Lei incluem: Autonomia Universitária - A lei estabeleceu maior autonomia para as universidades, permitindo que elas tivessem mais controle sobre assuntos administrativos, acadêmicos e financeiros; Organização Acadêmica – Definiu as bases para a organização dos cursos superiores, incluindo currículos mínimos, estruturação dos cursos, regime disciplinar, etc. ; Pesquisa e Extensão – Reforçou a importância da pesquisa científica e da extensão universitária como componentes essenciais do ensino superior; Estrutura Administrativa – Estabeleceu normas para a organização administrativa das universidades, como a criação de conselhos universitários e outras instâncias de gestão. Essa legislação foi parte de uma série de reformas no sistema educacional brasileiro durante o período militar, visando, em parte, adequar as universidades aos interesses e necessidades do Estado na época. A Lei 5540/1968 teve um impacto significativo na estrutura e no funcionamento das instituições de ensino superior no Brasil, moldando muitas das práticas acadêmicas e administrativas que perduraram por décadas.

Críticas: A Lei 5540/68, também conhecida como Lei da Reforma Universitária, recebeu críticas significativas ao longo dos anos, especialmente por parte de estudantes, professores, e diversos setores da sociedade civil e acadêmica, como por exemplo: Restrição à Autonomia Universitária- Apesar de ter sido apresentada como uma lei que promovia a autonomia das universidades, muitos críticos argumentam que, na prática, a legislação limitava a liberdade acadêmica e administrativa das instituições de ensino superior. Eles alegam que a presença de conselhos universitários centralizados e a influência do Ministério da Educação (MEC) reduziam a autonomia real das universidades; Controle Governamental – servia como um instrumento para centralizar o controle do governo sobre as universidades, especialmente durante o período autoritário da ditadura militar. Isso incluía o controle sobre a seleção de professores, a organização dos cursos e a censura de atividades consideradas subversivas; Repressão a Movimentos Estudantis – Durante o regime militar, a legislação foi usada para reprimir movimentos estudantis que protestavam contra o governo, muitas vezes resultando em prisões, perseguições e fechamento de cursos universitários considerados "subversivos" ;Falta de Consulta e Participação – Muitos críticos apontam que a elaboração da Lei 5540/68 foi feita sem uma ampla consulta à comunidade acadêmica e sem considerar adequadamente as opiniões e necessidades dos estudantes e professores. Isso contribuiu para uma implementação controversa e muitas vezes resistida dentro das próprias universidades;

Central dos Estudantes marcou uma reunião para tratar do assunto; que, na verdade, houve uma reunião na residência do depoente com a participação de LUIZ GONZAGA SOUZA LIMA (GUGU), quatro representantes de entidades estudantis (IPUG), Faculdade de Filosofia da Universidade Católica, etc., EDÉSIO FRANCO PASSOS (ANIBAL-MACHADO) e o depoente; que o depoente tinha conhecimento que EDESIO FRANCO PASSOS (ANIBAL-MACHADO) não era estudante, não morava em Belo Horizonte e “machia”, digo, “mexia” com políticas; que EDESIO FRANCO PASSOS (ANIBAL-MACHADO) desvirtuou a finalidade da reunião, passando a tratar de assuntos geralmente políticos; que LUIZ GONZAGA SOUZA LIMA (GUGU) foi organizador da referida reunião; que LUIZ GONZAGA SOUZA LIMA (GUGU), VERÔNICA AGUIAR DOS SANTOS, ARIETE e outros participavam do DCE/MG; que PAULO TELES DA SILVA (EVANDRO) apresentou o depoente e MARCOS JOSÉ BURLE DE AGUIAR (HERMES); que MARCOS JOSÉ BURLE DE AGUIAR (HERMES) se apresentou como estudante de medicina na Bahia a que viera para Belo Horizonte para fugir à repressão policial, pois além de participar do movimento Estudantil era militante da organização AÇÃO POPULAR: que o depoente foi convidado para participar de uma célula de base integrada no movimento estudantil; que MARCOS JOSÉ BURLE DE AGUIAR (HERMES) pediu ao depoente que prestasse assistência médica gratuitamente a todos os militantes da organização ou como ele fugitivos da polícia¹⁴⁰¹⁴¹;

No trecho a seguir o depoente menciona o jornal *Libertação*, bibliotecas e livros e os ditadores chamam esse material de “subversivo” pertencente a uma organização “subversiva”, no caso a AP. Então tudo que estava relacionado a essa militância passava a ser tratado dessa forma, conforme a seguir:

que MARCOS JOSÉ BURLE DE AGUIAR (HERMES) estava sendo processado, na Bahia, por subversão; que no primeiro contato do depoente com MARCOS JOSÉ BURLE DE AGUIAR (HERMES), realizado em março de 1971, o depoente recebeu um exemplar do JORNAL

Impacto na Liberdade de Expressão e de Pensamento – A legislação foi vista como uma ferramenta para restringir a liberdade de expressão e de pensamento nas universidades, especialmente para aqueles que defendiam posições críticas ao regime militar ou que buscavam promover debates considerados sensíveis pelas autoridades. Essas críticas refletem não apenas as preocupações com a forma como a Lei 5540/68 foi implementada durante o período militar, mas também as consequências de longo prazo que ela teve sobre o sistema educacional brasileiro, moldando o debate sobre a reforma universitária e a autonomia acadêmica no país. Ver: MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/RKsKcwfYc6QVFBHy4nvJzHt/>. Acesso em 20 de junho 2024.

¹⁴⁰ Iza e Humberto e os depoentes dessa fase do trabalho fizeram parte da chamada geração de 1968, que significa dizer que, essa geração foi marcada por uma forte oposição às políticas autoritárias do regime militar, clamando por democracia, liberdade de expressão, direitos civis e reformas sociais. As manifestações estudantis e os movimentos sociais desempenharam um papel crucial na resistência contra o governo militar, muitas vezes enfrentando repressão violenta por parte das forças de segurança. Os protestos e a luta da geração de 68 no Brasil foram fundamentais para manter viva a chama da resistência democrática e influenciaram profundamente o cenário político e cultural do país nas décadas seguintes. Muitos dos líderes e ativistas desse movimento contribuíram significativamente para a redemocratização do Brasil na década de 1980. Ver: 68 a geração que queria mudar o mundo: relatos. Eliete Ferrer. comissão de anistia 2011, Brasília: Ministério da justiça, comissão de anistia, 2011.

¹⁴¹ Arquivo de Minas Gerais. Pasta 47. Rolo 005. Dez/1971 – Mar/1973. p.75-76

LIBERTAÇÃO e publicações subversiva e clandestinas ligadas a organização subversiva e clandestina AÇÃO POPULAR; que LUIZ CARLOS ALVES seria o elemento da organização encarregado de manter contato com o depoente, “visto” (Não legível) MARCOS JOSÉ BURLE DE AGUIAR (HERMES) não pertencer ao setor estudantil; que a primeira reunião realizada com MARCOS JOSÉ BURLE DE AGUIAR (HERMES) e LUIZ CARLOS ALVES foi (realizada) na Biblioteca da Faculdade de Medicina da UFMG; que o depoente esqueceu as publicações clandestinas recebidas na Biblioteca, razão pela qual outras publicações lhe foram distribuídas e ficou receoso de voltar ao local; que MARCOS JOSÉ BURLE DE AGUIAR (HERMES) procurou o depoente na parte da Santa Casa de Misericórdia, a fim de solicitar a guarda de uma mala contendo vários livros proibidos e de cunho político; que a mala guardada de maio/junho até o final de outubro de 1971, apesar de ter sido solicitado por semanas; que outro encontro foi realizado com o depoente, MARCOS JOSÉ BURLE DE AGUIAR (HERMES) e ALANIR CARDOSO (LEVINDO), quando o depoente adquiriu um exemplar do JORNAL LIBERTAÇÃO¹⁴² por dois cruzeiros apesar de custar cinquenta centavos, pois a diferença era contribuição para a organização; que MARCOS e ALANIR CARDOSO solicitaram ao depoente papel para impressão de publicações clandestinas, que o depoente forneceu o papel necessário por quatro vezes, visto ter facilidade de conseguir o material solicitado¹⁴³;

O depoente compartilha detalhes sobre sua relação com Humberto (Ribas) e Iza (Nadja). Inicialmente, colaboraram no fornecimento de papel para a impressão de publicações clandestinas. Em outro momento, Fernando foi incumbido de entregar uma mala ao casal Humberto e Iza, conhecido pelo pseudônimo Rabelo. Além disso, o casal, utilizando esses codinomes, solicitaram remédios para primeiros socorros destinados a um ambulatório da AP. Esse pedido reflete possíveis iniciativas de assistência médica ou apoio social promovidas pela organização clandestina durante o período de resistência à Ditadura Militar no Brasil. O tipo de trabalho de Humberto Rocha Cunha e Izabel Marques Tavares envolveria coordenação logística, comunicação segura, recrutamento e mobilização política dentro da estrutura clandestina da Ação Popular. Eles desempenhariam papéis estratégicos na organização, garantindo a comunicação

¹⁴² O "Jornal Liberdade" foi um periódico clandestino de grande importância durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), sendo vinculado à Ação Popular (AP), uma das principais organizações de resistência de esquerda da época. O jornal desempenhou um papel fundamental ao fornecer informações sobre as atividades da AP e outras organizações clandestinas, além de discutir temas políticos, sociais e econômicos relevantes para a época. Sua circulação clandestina visava contornar a censura imposta pelo regime militar, que reprimia severamente a liberdade de imprensa e a liberdade de expressão. A Ação Popular, através do "Jornal Liberdade" e de outras publicações similares, buscava conscientizar a população sobre a realidade política do país, denunciando abusos de poder, violações de direitos humanos e promovendo a resistência ativa contra a ditadura. Ver: <https://pcdob.org.br/noticias/libertacao-o-jornal-da-luta-clandestina-da-ap-contra-a-ditadura/>. Acesso em 21 de junho de 2024.

¹⁴³ Arquivo de Minas Gerais. Pasta 47. Rolo 005. Dez/1971 – Mar/1973. p.75

segura e a execução das operações planejadas, enquanto trabalhavam para alcançar os objetivos revolucionários da AP.

Os detalhes a seguir:

que HUMBERTO ROCHA CUNHA (RIBAS) e IZABEL MARQUES TAVARES (NADJA) seriam, ou melhor, foram as pessoas encarregadas de receber o papel solicitado; que MARCOS JOSÉ BURLE DE AGUIAR (HERMES) apresentou o depoente ao casal HUMBERTO ROCHA CUNHA (RIBAS) e IZABEL MARQUES TAVARES (NADJA) no viaduto existente na Cidade Industrial; nesta ocasião o depoente recebeu o “codinome” de (RABELO), sem medida de segurança, segundo MARCOS; que outras vezes foi fornecido o papel ao mesmo casal, na Avenida Amazonas; que no final de outubro de 1971 o depoente foi à casa de PAULO TEIXEIRA DA SILVA (EVANDRO), quando encontrou MARCOS JOSÉ BURLE DE AGUIAR (HERMES) e CARMEM LÚCIA DO AMARAL (LOURDES); que nesta ocasião MARCOS solicitou ao depoente a entrega a mala que guardara a HUMBERTO; que a entrega seria feita no Hospital Galba Veloso durante o plantão do depoente; que MARCOS JOSÉ BURLE DE AGUIAR (HERMES) prometeu ao depoente transferi-lo do setor estudantil para o setor médico, primeiro porque aquele não estava tendo sucesso, o segundo devido o depoente estar prestes a se formar; que o depoente concordou que reuniões viessem ser realizadas no Hospital Galba Veloso desde que coincidissem com os plantões do depoente HUMBERTO ROCHA CUNHA (RIBAS) e IZABEL MARQUES TAVARES (NADJA) solicitaram ao depoente medicamentos de primeiros socorros para que viessem a ser utilizados em um Ambulatório da Organização – APML do Brasil, a ser montado na Cidade Industrial, o que não chegou a ser efetivado; que HUMBERTO E IZABEL lembraram ao depoente dos objetivos da Organização, isto é, fazer a Revolução a partir dos operários e camponeses com auxílio da pequena burguesia, a longo prazo e sem atos de [não legível] desmoralizam os movimentos clandestinos subversivos¹⁴⁴.

3.4.7 Termo de perguntas ao Indiciado Edison Ildefonso de Oliveira

No ano de 1972, no dia 30 de março, às 10 horas, prestava depoimento o indiciado Edison Ildefonso de Oliveira, na cidade de Belo Horizonte/MG, no Departamento de Ordem Política e Social- DOPS/MG. O encarregado do depoimento era o capitão de Infantaria Dercy da Silva Pereira e João Evangelista da Silva, 3º sargento, escrivão, foi perguntado qual era o seu nome, idade, naturalidade, filiação, estado civil, profissão, identidade, situação militar, eleitoral, residência e se possuía bens. Ele responde:

respondeu que chama-se EDISON ILDEFONSO DE OLIVEIRA, com 33 anos de idade, nascido a 08 de abril de 1938, natural de Piranga-MG, filho de Benjamin Ildefonso de Oliveira e de Otônia Ribas de Oliveira, solteiro, Estagiário na Construtora Andrade Gutierrez – Rua dos Pampas perto do DI/PMNG, Estudante 3º ano Psicologia da FAFICH-UFMG, portador da Carteira de Identidade nº 784.413 – expedida pelo Departamento de Identificação do Estado de Minas Gerais, possui Certificado de Isenção do

¹⁴⁴ Arquivo de Minas Gerais. Pasta 47. Rolo 005. Dez/1971 – Mar/1973. p.74

Serviço Militar, eleitor, reside à Rua Turfa nº 1092 – Barroca – Belo Horizonte, não possui bens¹⁴⁵.

Quando perguntado sobre a sua relação com AP, ele declara que “estudou com LUIZ ANTONIO DUARTE e JOSÉ NEWTON GARCIA DE ARAUJO no Seminário de Mariana-MG até o ano de 1965. Que no período entre 1968 e 1969 LUIZ ANTONIO DUARTE visitou-o por umas duas ou três vezes”¹⁴⁶.

A relação com Humberto estava diretamente ligada ao material de natureza subversiva com o qual a Ação Popular (AP) trabalhava. No contexto desse depoimento, Humberto foi inicialmente apresentado como Sebastião. Ele possuía um mimeógrafo, o que foi fundamental para estabelecer uma relação de trabalho entre eles, conforme mencionado no relato. Esse equipamento permitiu que eles produzissem e distribuíssem materiais clandestinos de forma a evitar a vigilância dos militares

Perguntado como explica a existência de grande quantidade de material de natureza subversiva, relacionados com a Organização Clandestina denominada AÇÃO POPULAR MARXISTA LENINISTA DO BRASIL, em seu poder e apreendido em sua residência, respondeu que em junho ou julho de 1971 LUIZ ANTONIO DUARTE apresentou-lhe “SEBASTIÃO” que o depoente reconhece em fotografia de HUMBERTO ROCHA CUNHA, o qual possuía um mimeógrafo. Que durante a apresentação foi discutido como ambos trabalhariam com o mimeógrafo. Que em agosto de 1971 HUMBERTO ROCHA CUNHA entregou-lhe o mimeógrafo para que o depoente trabalhasse com ele. Que o depoente compareceu ao Departamento de Psicologia da FAFICH da UFMG, de onde é aluno para procurar matéria para mimeografar. Que uma professora, digo, que uma professora de nome JULIANA entregou-lhe um trabalho Sobre Psicologia do Desenvolvimento. Que o referido trabalho foi rodado em outro mimeógrafo, porque o depoente afirma que não tinha muita prática na utilização do que se achava em seu poder. O depoente retifica, alegando que não tinha nenhuma prática na utilização do mimeógrafo que se achava em seu poder¹⁴⁷.

O depoente descreve o encontro com Humberto Cunha, centrado na manipulação de material subversivo e no uso do mimeógrafo. Devido ao temor constante de serem capturados, era essencial implementar medidas de proteção rigorosas para garantir a segurança das pessoas envolvidas e dos equipamentos utilizados. Nesse contexto, foram estabelecidas senhas para assegurar uma comunicação segura. Essa estratégia não apenas protegia as informações sensíveis,

¹⁴⁵ Arquivo de Minas Gerais. Pasta 48. Rolo 005. Mar/1972 – Abr/1972. p. 26

¹⁴⁶ *Ibid.*

¹⁴⁷ *Ibid.* p. 25

mas também assegurava a segurança pessoal dos envolvidos e a continuidade das operações contra o regime autoritário. Conforme revelado no trecho a seguir:

Que em novembro de 1971 LUIZ ANTONIO DUARTE, compareceu à sua residência acompanhada de sua esposa ZORAIDE SOARES DE OLIVEIRA e sua filha. Que nessa ocasião LUIZ ANTONIO DUARTE entregou-lhe o material subversivo que foi apreendido em sua residência posteriormente. Que em meados de dezembro de 1971 e, digo, o depoente encontrou-se com HUMBERTO ROCHA CUNHA “SEBASTIÃO”, na igreja Cura D’Ars, no Prado, por ocasião de um casamento. Que nessa ocasião HUMBERTO ROCHA CUNHA deu-lhe instruções para que continuasse com o mimeógrafo até que alguém fosse procura-lo através da senha em que tal indivíduo deveria chegar com dois chaveiros na mão e oferecer Ações da Banha Aropi, ao que o depoente deveria responder que seus investimentos estão a Cargo da Transcominas. Que o depoente aguardou a chegada de algum elemento com a referida senha, até a ocasião de sua prisão. Que não foi procurado por ninguém¹⁴⁸.

No texto do depoimento, quando militares perguntam na inquirição com o depoente desenvolveu suas atividades políticas ele responde que teve contato com Humberto (Sebastião) e Luiz Antônio Duarte. Que Sebastião esteve em sua casa seis ou sete vezes para tratar do mimeógrafo e sobre a política ideológica. Revela então o teor do material que era considerado subversivo, ou seja, o conteúdo do material, entre os assuntos desse material estava o pensamento a respeito da metafísica e do materialismo, e fala que Humberto dava ênfase aos aspectos econômicos durante as discussões. Os militares queriam saber quem mais tinha tido contato com esse material e porque ele havia assumido a responsabilidade com esse material “subversivo” da APMML do B, ele responde não pensou nas implicações sobre guardar esse material que não tinha entregado, emprestado ou discutido com mais ninguém o referido material. E ainda continua falando sobre as senhas e que não sofreu coação durante a inquirição, segundo disposto no depoimento:

Que a senha mencionada por “SEBASTIÃO” em seu último encontro não estava relacionada, ao que o depoente supõe, com o material que lhe foi entregue por LUIZ ANTONIO DUARTE. Que o depoente não cogitou de entregar o material as autoridades competentes. Que não foi abordado por ninguém através da senha até a data de sua prisão. Que vem sendo bem tratado e que não sofreu nenhuma, digo, nenhuma espécie de coação durante o período deste depoimento; E como nada mais disse e nem lhe foi perguntado, deu o encarregado do Inquérito por findo o presente depoimento às dezesseis horas e cinquenta minutos do dia três do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta e dois, e de como assim fez o indiciado EDISON ILDEFONSO DE OLIVEIRA as referidas declarações, [ilegível] DERCY DA SILVA PEREIRA, Capitão da Infantaria, encarregado do IPM, lavrar o presente termo, que depois de lido e [ilegível] conforme, assina com o depoente, com as testemunhas e comigo JAIR

¹⁴⁸ Arquivo de Minas Gerais. Pasta 48. Rolo 005. Mar/1972 – Abr/1972. p.25

EVANGELISTA DA SILVA, 3º Sargento servindo de Escrivão, que o escrevi¹⁴⁹.

3.4.8 Termo de perguntas ao indiciado Rui Rocha Cunha

Rui Rocha Cunha, é apresentado como irmão de Humberto Cunha. seu depoimento aconteceu às onze horas do dia treze do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta e dois, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, do Departamento de Ordem Política e Social – DOPS-MG, onde se achava DERCY DA SILVA PEREIRA, Capitão de Infantaria, Encarregado deste Inquérito, comigo JAIR EVANGELISTA DA SILVA, 3º Sargento servindo de Escrivão¹⁵⁰.

RUI ROCHA CUNHA, com trinta anos de idade, nascido aos 04 de novembro de 1942, solteiro, natural de Marabá-PA, filho de Antonio Antunes da Cunha e de Adalgina de Sousa Rocha Cunha, Auxiliar de Administração na UFMG, carteira de identidade nº 111.948 – expedida pelo Instituto de Identificação da SSPMG, residente da Rua Paracatu nº 1035 – Apto 06 – Bairro Santo Agostinho. Foi intimado como testemunha e inquirido sobre os assuntos que deram origem ao inquérito, sobre esse assunto ele declara que:

Depois do compromisso de dizer a verdade declarou o seguinte: - que no dia 04 de março compareceu ao Serviço de Obras de Polícia Militar de Minas Gerais para visitar o seu irmão HUMBERTO ROCHA CUNHA que lá se achava prêso. Que naquela ocasião foi inof, digo, informado de que não poderia visitá-lo por ter havido um incidente. Que posteriormente ficou sabendo que tal incidente se relacionava com uma mensagem codificada que seu irmão HUMBERTO ROCHA CUNHA, tencionava entregar-lhe. Que não estava ciente do objetivo de seu irmão e nem conhecia o código para decifrar a mensagem. Que possivelmente ele lhe daria o código verbalmente se tivesse havido a possibilidade de um contato pessoal. Que mais tarde veio a tomar conhecimento do texto da mensagem em questão e que depois foi decifrada pelo irmão HUMBERTO. Que foi definido que o material citado no item a.1 da mensagem se refere a objetos pessoais de seu irmão e de IZABEL¹⁵¹.

Por esse depoimento de Rui, Humberto vai fazer a decodificação da mensagem codificada que se refere o trecho acima, nela Humberto aparecia com o nome José Rodrigues, falava também de pontos relativos a APML do B e que outra mensagem relativa a letra C ele não sabia do que se tratava, e fala sobre o mimeógrafo, o material subversivo e seu conteúdo:

Que JOSÉ DE TAL, citado no item a.2 da mensagem se refere a JOSÉ RODRIGUES, nome utilizado por seu irmão HUMBERTO ROCHA

¹⁴⁹ Arquivo de Minas Gerais. Pasta 48. Rolo 005. Mar/1972 – Abr/1972. p.24

¹⁵⁰ *Ibid.* p.12

¹⁵¹ *Ibid.*

CUNHA quando trabalhou na firma MEDIGÁS. Que no interior das cápsulas mencionadas no item b.1 foram encontradas outras mensagens codificadas, as quais também foram decifradas por HUMBERTO ROCHA CUNHA e definiam “PONTOS” relativos a APML do B. Que o depoente não tinha condições de tentar o contato especificado na letra “c” da mensagem. Que EDISON ILDEFONSO DE OLIVEIRA, residente da Rua Turfa 1092, guardou um mimeógrafo grande e um pacote de material da APML DO B que continha inclusive publicações de doutrina MARXISTA LENINISTA editadas em Pequim, China que lhe foram entregues por HUMBERTO ROCHA CUNHA¹⁵²;

Rui em seu depoimento fala novamente sobre as senhas que seu Irmão estabelecia por conta do material “subversivo” da APML do B, ele também fala de queima de material. Isso como forma de não serem incriminados pelo tipo de documentos que estavam de posse ou livros que liam.

que este seu irmão também estabeleceu uma senha com EDISON, conforme está especificado no item c.1 da referida mensagem. Que SIRLENE DUTRA foi apresentada a seu irmão por MARCOS JOSÉ BURLE AGUIAR (HERMES). Que seu irmão também entregou material da APML DO B à ela e também estabeleceu uma senha com ela; que grande parte do material que se encontrava com SIRLENE DUTRA foi rasgado e enterrado no quintal de sua casa; que constava deste material vários Estatutos da APML DO B e que alguns documentos foram reconstituídos. Que MARCOS JOSÉ BURLE AGUIAR também apresentou CARLOS WOLNEY SOARES e seu irmão HUMBERTO ROCHA CUNHA. Que MARCOS JOSÉ BURLE AGUIAR (HERMES) entregou a CARLOS WOLNEY, digo, CARLOS WOLNEY SOARES não queria ficar com o material, porque ele era um elemento vindo, tendo em vista já ter participado do Congresso da UNE em Ibiuna-SP. Que em consequência HUMBERTO esteve na casa de CARLOS WOLNEY de onde retirou parte do material. Que MARIA CHRISTINA DA NÓBREGA CESARINO, noiva de CARLOS WOLNEY SOARES resolveu com sua irmão MARIA AUGUSTA DA NÓBREGA CESARINO, queimar parte do material: que MARIA AUGUSTA resolveu entregar os livros restantes ao JOSÉ EUSTÁQUIO DA SILVEIRA E SILVA, com o qual foram apreendidos os referidos livros¹⁵³.

O depoente irmão de Humberto e Cunhado de Iza fala da relação deles e o uso do mimeógrafo, pois os militares queriam saber se o material vinha de fora ou se era produzido por eles e quem os produzia. Então na maioria dos entrevistados aparece o mimeógrafo como tema, e nesse ponto da inquirição, Rui relata para quem seu irmão entregou o mimeógrafo e por quem foi usado, no caso, somente por ele e Iza Cunha, conforme descrito a seguir:

Que seu irmão HUMBERTO ROCHA CUNHA, também entregou um mimeógrafo pequeno a JOSÉ NEWTON GACIA DE ARAÚJO, que tanto EDISON como JOSÉ NEWTON foram apresentados a HUMBERTO, por LUIZ ANTONIO DUARTE (“ALENCAR”). Que seu irmão HUMBERTO

¹⁵² Arquivo de Minas Gerais. Pasta 48. Rolo 005. Mar/1972 – Abr/1972. p. 12

¹⁵³ *Ibid.* p.11

afirmou em depoimento, digo, em seu depoimento tudo que consta nestas declarações, bem como, que o uso dos referidos mimeógrafos para trabalhos da APML DO B só foi feito por êle e por IZABEL MARQUES TAVARES. E como nada mais disse e nem lhe foi perguntado, deu o Encarregado do Inquérito por findo o presente depoimento às quatorze horas do mesmo dia, e de como assim fez a testemunha RUI ROCHA CUNHA as referidas declarações, mandou DERCY DA SILVA PEREIRA, Capitão de Infantaria, Encarregado do IPM, lavrar o presente Termo, que depois de lido e achado conforme, assina com a testemunha e comigo¹⁵⁴

¹⁵⁴ Arquivo de Minas Gerais. Pasta 48. Rolo 005. Mar/1972 – Abr/1972. p.11

4. RELATOS DE TORTURA

Você pode me acorrentar você pode me torturar, você pode até destruir o meu corpo, mas você nunca vai aprisionar a minha mente.

Mahatma Gandhi

Uma juventude sonhadora que queria transformar o mundo, ainda que para isso tivessem que colocar em sacrifício os seus corpos e em risco a sua própria existência. O contexto mundial da década de 1960 e 1970, impulsionava, motivava a obstinação para mudança. Mesmo sabendo que, para alcançar os seus objetivos era preciso entrar em guerra e trilhar um caminho cheio de espinhos e de paisagem sombria, se lançavam. Com isso a leveza e o colorido da vida iam dando lugar ao tom cinza, as tristezas, melancolias e o medo de serem descobertos ou de delatar alguém se tornavam frequentes. A ideologia passava a se concretizar como risco de vida e ficou aparente nos escritos e nas falas dos ex-presos políticos paraenses, os dois casais, Iza Cunha e Humberto Cunha; Paulo Fonteles e Hecilda Veiga¹⁵⁵.

A prisão deles envolve a estratégia de extermínio dos movimentos que faziam oposição à ditadura, essa tática vinha acompanhada de repressão, desaparecimento ou prisão, utilizando também as práticas de torturas, como foi o caso dos quatro paraenses. Conforme consta nas páginas do jornal Resistência de nº 5 de agosto de 1978, cujo título da manchete do jornal era: “Fomos torturados no Ministério do Exército” – período Médici o mais sanguinário. Exemplar este que foi recolhido pelo governo. Pois lá, Iza Cunha, Humberto Cunha, Paulo Fonteles e Hecilda Veiga, contam com detalhes o que sofreram sob o poder dos militares, onde o sonho de transformar o mundo que

¹⁵⁵ Os ex-presos políticos da geração de 68 no Pará representam um grupo de jovens idealistas que se engajaram na luta contra a Ditadura Militar no Brasil. Naquela época, a juventude era motivada por um contexto mundial de efervescência política e social nas décadas de 1960 e 1970, impulsionada por ideais de transformação e justiça social. Assim como os dois casais tiveram outros que sofreram com repressão da ditadura militar. Sobre o assunto é possível acompanhar os depoimento dessa geração no programa “anos de chumbo e a UFPA”. A série de programas “Anos de Chumbo e a UFPA” foi produzida a partir de depoimentos de professores, técnicos administrativos e ex-alunos da Universidade Federal do Pará, obtidos para o projeto “A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)”. A partir de trechos dos depoimentos dos entrevistados, selecionados de acordo com eixos temáticos, foram produzidos cinco programas em que os sentimentos, as lembranças, os traumas, as experiências do período ditatorial no Pará e no Brasil são relatados e registrados. Questões como apoios, traições, acomodações, revoltas, sonhos de uma sociedade solidária e justa, participação estudantil nas lutas pelas reformas de base no Pará e o ambiente de 1964 na UFPA são lembrados pelos entrevistados nesse vídeo. Ver: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. Programa Anos de Chumbo e a UFPA – As memórias do golpe de 1964. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (10min e 41seg). Disponível em: <<http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1303>>. Acesso em: 22 de junho de 2024.

nasceu nos movimentos estudantis, conforme relato de Hecilda se transformara em pesadelo.

Eu comecei o curso de Ciências sociais e teve aquela grande surpresa foi no início de 1968, “o ano que não terminou”, como falou Zuenir Ventura. A nossa manifestação primeiro no dia do resultado a música que nos embalou foi a música da Miriam Makeba, lembra? Pata Pata, então aquela coisa... Depois eu vim a saber essa música o significado dela, da Myriam Makeba, aí também eu venho a tomar conhecimento de todas as coisas que ocorriam desde o começo até o final da década de 60. De repente aquela coisa de passar no vestibular entrar na universidade descobrir o mundo. Aí vim descobrir que eu estava vivendo aquele momento, uma década extraordinária, porque acho que não houve outra década como a de 60. Uma canção de protesto, Miriam Makeba, achei aquele ritmo vibrante, não fazia ideia, mas procurei perguntar, outro dia ela faleceu. África do sul, Apartheid e como estudante vivendo uma década extraordinária. A independência do povo belga, Patrícia Olimba, independência da Argélia, o início da luta pelos direitos civis nos EUA que culminava. Eu já estava na Universidade até eu me lembro desse dia, 04 de abril de 1968, assassinato de Martin Luther King. Também vinha me dar conta, abril, abril... se não me falha a memória 12 de abril de 1961, Yuri Gagarin, a primeira viagem do homem ao espaço sideral, ele olha, a terra azul, essa coisa. A minissaia, Mary Quant. A pílula anticoncepcional. A década de 60 quer dizer, “o ano que não terminou”, aí quer dizer, quando nós chegamos na universidade, um pouco antes de maio, nós tivemos o problema do assassinato de Edson Luis de Lima Sousa, 28 de março de 1968, no Rio. Isso foi um estopim para manifestações... no início do semestre, quer dizer, antes da manifestação que veio ocorrer na França. O proibido proibir, hoje tá todo mundo discutindo isso por conta das biografias, e...Sorbone...A guerra do Vietnã, aí pareceu a mim pareceu, acho, e a minha geração toda que aquela era a oportunidade de nós mudarmos o mundo¹⁵⁶.

O texto de Hecilda aborda diversos temas históricos e experiências pessoais relacionadas aos movimentos sociais e políticos da década de 1960, especialmente no contexto brasileiro e global. Além disso, a narrativa abrange a vivência pessoal do autor durante aquele período, iniciando com sua entrada na universidade em 1968, um ano marcado por intensas manifestações estudantis e culturais ao redor do mundo. Ele menciona eventos históricos significativos como o assassinato de Martin Luther King, a guerra do Vietnã, e avanços culturais como a minissaia e a pílula anticoncepcional.

O texto ressalta a atmosfera de esperança e mudança que permeava a década de 1960, especialmente entre os jovens e estudantes que viam nesses eventos uma oportunidade de transformação social e política. A música, a cultura e os movimentos

¹⁵⁶ Depoimento Hecilda Veiga, em: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. Programa Anos de Chumbo e a UFPA – As memórias do golpe de 1964. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (10min e 41seg). Disponível em: <<http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1303>>. Acesso em: 05 de maio de 2024.

sociais são aspectos centrais que conectam as experiências pessoais de Hecilda às grandes questões históricas e políticas da época.

O jornal *Resistência*, parte da imprensa alternativa de Belém do Pará, descreve os horrores da tortura infligidos aos quatro paraenses presos pelos militares. Fundado pela Sociedade Paraense de Direitos Humanos (SDDH) em 1978, o jornal foi criado por aqueles que haviam sofrido diretamente sob a repressão da ditadura. Seus principais articuladores eram os próprios presos políticos libertados, incluindo Iza Cunha, Humberto Cunha, Paulo Fonteles e Hecilda Veiga. Após sua libertação, esses indivíduos continuaram a denunciar as violações de direitos humanos cometidas pelos governos militares, persistindo na luta de oposição aos militares.

O nome "*Resistência*" reflete o propósito do jornal como um espaço para esses ativistas expressarem suas experiências, ideias e críticas. A publicação não apenas documentou os abusos sofridos pelos presos políticos, mas também serviu como um veículo para mobilizar a sociedade contra a repressão e pela defesa dos direitos humanos. Assim, o jornal *Resistência* desafiou a censura e a opressão, buscando promover a conscientização pública e o debate sobre a necessidade de uma transição democrática no Brasil.

O jornal *Resistência* foi lançado, em Belém, no mês de fevereiro de 1978, tendo seu número inicial sido chamado de "Número Zero" e como destaque em sua capa uma série de imagens fotográficas que procuravam passar uma ideia de movimentos e reivindicações contra uma série de abusos e violações dos direitos humanos. O *Resistência* surge assim como um jornal político e de oposição ao regime militar autoritário - essa era a sua principal marca, encampando uma linha editorial de denúncia das mazelas sociais e práticas autoritárias cujas responsabilidades eram atribuídas aos governos da ditadura militar, se lançando numa arena onde os significados estavam constantemente em negociação e em disputas.¹⁵⁷

Devido ao seu papel como porta-voz crítico das políticas dos militares, o jornal *Resistência* também se tornou alvo de perseguição. Quando decidiu publicar os relatos das torturas infligidas aos presos políticos paraenses pelos militares, o exemplar em questão foi confiscado. No entanto, Iza Cunha conseguiu guardar uma cópia desse exemplar em sua coleção pessoal de arquivos. Após o seu falecimento, a família decidiu doar os jornais para o Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), assegurando

¹⁵⁷ PINHEIRO, Raimundo Amilson de Sousa. **Em nome dos direitos humanos: história, movimentos sociais e democratização no Pará (1975-1985)**. Belém, 2019. 315f. Tese (Doutorado em História) - faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade federal do Pará. p. 122.

que esses documentos importantes permanecessem acessíveis para fins históricos e educativos.

O jornal Resistência precisava ser retirado de circulação devido à sua função de revelar e denunciar as violências, especialmente as práticas de tortura, perpetradas pelos militares contra os presos políticos. Esses relatos detalhados expunham a realidade das atrocidades cometidas, desafiando diretamente a narrativa oficial dos militares, que muitas vezes negavam ou minimizavam tais práticas. Enquanto alguns setores militares admitiam a existência da tortura, outros sustentavam que ela não ocorria ou era excepcional.

A publicação dessas informações comprometedoras colocava em xeque a imagem e a credibilidade das Forças Armadas, tanto nacional quanto internacionalmente. Além disso, expunha a brutalidade do regime militar, desafiando a narrativa de que o governo estava apenas protegendo a ordem pública e a segurança nacional. Portanto, retirar o jornal de circulação era uma forma de tentar conter a divulgação dessas verdades incômodas e de preservar a imagem de legitimidade do regime militar.

Historiadores como Carlos Fico argumentam que a análise dos militares envolvidos nesse período não pode se limitar apenas ao espectro da violência física (como linha dura ou moderados), mas deve também considerar aspectos políticos mais amplos. Isso inclui entender suas motivações ideológicas, estratégias políticas e posicionamentos dentro do contexto da ditadura, para uma compreensão mais completa do papel de cada um na história política brasileira da época¹⁵⁸.

Carlos Fico argumenta que não se pode generalizar os militares quando se trata de segurança durante a ditadura militar no Brasil. Ele distingue dois grupos principais: os que apoiavam e integravam o sistema de informações e segurança, buscando perpetuar o regime ditatorial com maior repressão, e aqueles que não estavam diretamente envolvidos nesses métodos.

Para Fico, é crucial entender que nem todos os militares considerados "linha dura" estavam ativamente envolvidos nos sistemas de informação e repressão. Aqueles que integravam esses sistemas muitas vezes negavam a existência generalizada da

¹⁵⁸ FICO, Carlos. **Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar, espionagem e polícia política.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

tortura, argumentando que ela era excepcional ou pontual, para evitar a acusação de que essa prática era institucionalizada. Mesmo entre os moderados, como alguns seguidores de Ernesto Geisel, havia uma aceitação de que certas formas de tortura poderiam ser necessárias em circunstâncias específicas. Geisel, que foi presidente durante parte do regime militar, considerava a tortura psicológica como um mal necessário para a segurança do Estado.

Carlos Fico critica a classificação simples de moderados versus linha dura, sugerindo que essa distinção não captura adequadamente as nuances políticas e éticas dos militares envolvidos. Ele propõe uma tipologia mais refinada que leve em conta não apenas a disposição para o uso da violência, mas também outros aspectos políticos e ideológicos que influenciaram o comportamento dos militares durante o período. Assim, segundo Fico, mesmo dentro das próprias Forças Armadas, havia reconhecimento da existência de diferentes posturas em relação à violência e à repressão, refletindo um espectro variado de opiniões e práticas entre os militares durante a ditadura militar brasileira. conforme citado a seguir:

Minha impressão: Os crimes de tortura e assassinato de presos políticos foram cometidos com a conivência dos oficiais-generais responsáveis pelas diretrizes e operações de segurança interna. Foram, aliás, os oficiais generais moderados que criaram a ideia de uma grande autonomia dos responsáveis direitos pela tortura e assassinato, com isso, em talvez, procurando justificar o que, em última instância, deve ser caracterizado como omissão¹⁵⁹.

Essa autonomia dos órgãos de repressão e espionagem, conforme mencionado pelo autor, sugere que esses grupos poderiam agir de forma independente da hierarquia militar estabelecida. Isso implicaria que os chefes militares não estariam diretamente envolvidos em decisões extremas como tortura e assassinato de presos políticos, e que tais ações poderiam ser executadas sem autorização prévia das instâncias superiores.

Se essa autonomia realmente existiu, ela teria criado um poder paralelo dentro do aparato de segurança do Estado, operando com base em necessidades urgentes e métodos violentos percebidos como necessários pelos órgãos de repressão. Contudo, o autor defende que: Essa autonomia não significa ausência de responsabilidade ou de conexão com as estruturas de poder estabelecidas. Mesmo agindo com autonomia, os órgãos de repressão ainda estariam inseridos no contexto político e institucional mais amplo do Estado. A existência desse poder paralelo pode ter contribuído para a

¹⁵⁹ FICO, Carlos. **Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar, espionagem e polícia política.** Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 24

perpetuação de práticas violentas e arbitrárias, distanciando-se das normas legais e dos princípios democráticos. A discussão sobre essa autonomia destaca a complexidade das relações de poder dentro do aparato estatal, revelando dinâmicas de controle e de influência que podem desafiar a autoridade formalmente estabelecida. Nesse caso, o autor explora como a autonomia dos órgãos de repressão pode ter moldado um cenário onde práticas extremas eram executadas com certa independência, embora ainda conectadas às estruturas de poder mais amplas e sujeitas a influências políticas e institucionais.

A ideia é que a tortura durante esse período histórico foi uma prática institucionalizada pelos militares, podendo ocorrer tanto com autorização quanto sem autorização explícita dos comandos do alto escalão. Dessa forma, não havia diferenciação de gênero na aplicação da tortura. Homens e mulheres podiam ser submetidos a esses métodos violentos, refletindo uma brutalidade que não discriminava com base no sexo. A condição física ou de saúde dos indivíduos não era considerada como fator impeditivo para a aplicação da tortura. Todos estavam sujeitos a serem torturados, independentemente de sua saúde ou quaisquer outras características pessoais. Essa prática de tortura institucionalizada e sem distinção de gênero ou condição física ilustra a severidade e a indiscriminação das políticas de repressão durante o período discutido. Esses aspectos históricos frequentemente levantam questões profundas sobre direitos humanos, governança e o papel das estruturas de poder em períodos de conflito e autoritarismo.

4.1 Relatos de tortura do exemplar Número 5 do Jornal Resistência

No exemplar Nº 5 do Jornal Resistência, quatro presos políticos paraenses dão seus depoimentos, primeiro o depoimento de Paulo Fonteles, depois de Iza Cunha, seguido de Humberto Cunha e depois de Hecilda Veiga. Quando foram presos os dois casais faziam parte da AP (Ação Popular) e por uma estratégia dessa organização saíram do Estado do Pará e seguiram para outros lugares do Brasil, com a intenção de organizar o movimento de militância de esquerda e oposição à ditadura, e com isso foram presos. Nesse ponto as histórias de Iza e Humberto se assemelham a de seus conterrâneos, Paulo Fonteles e Hecilda Veiga.

Figura 6 Capa do Jornal Resistencia nº 5



Fonte: Jornal Resistência, Belém/PA, agosto, 1978. Nº 5.

A capa do jornal Resistência nº 5 apresenta a charge acima a qual mostra uma pessoa magra de cabeça baixa e amarrada pelas mãos, há a sombra de dois homens, um segurando um tipo de cacetete indicando que iniciará um tipo de violência física contra o que está amarrado. Este também parece que está desacordado. A leitura que se pode fazer dessa imagem, está numa perspectiva também cristã, no sentido de que este homem amarrado, remete as imagens que se tem de Cristo crucificado, semelhante a ideia de que Francisco Goya nos apresentou quando pintou Três de Maio de 1808, ao retratar a resistência Espanhola à invasão Francesa. Na imagem vê-se uma figura central de um homem com uma camisa branca e que está numa posição de alguém crucificado, conforme se vê na imagem abaixo:

Figura 7 Três de Maio de 1808 (1814)

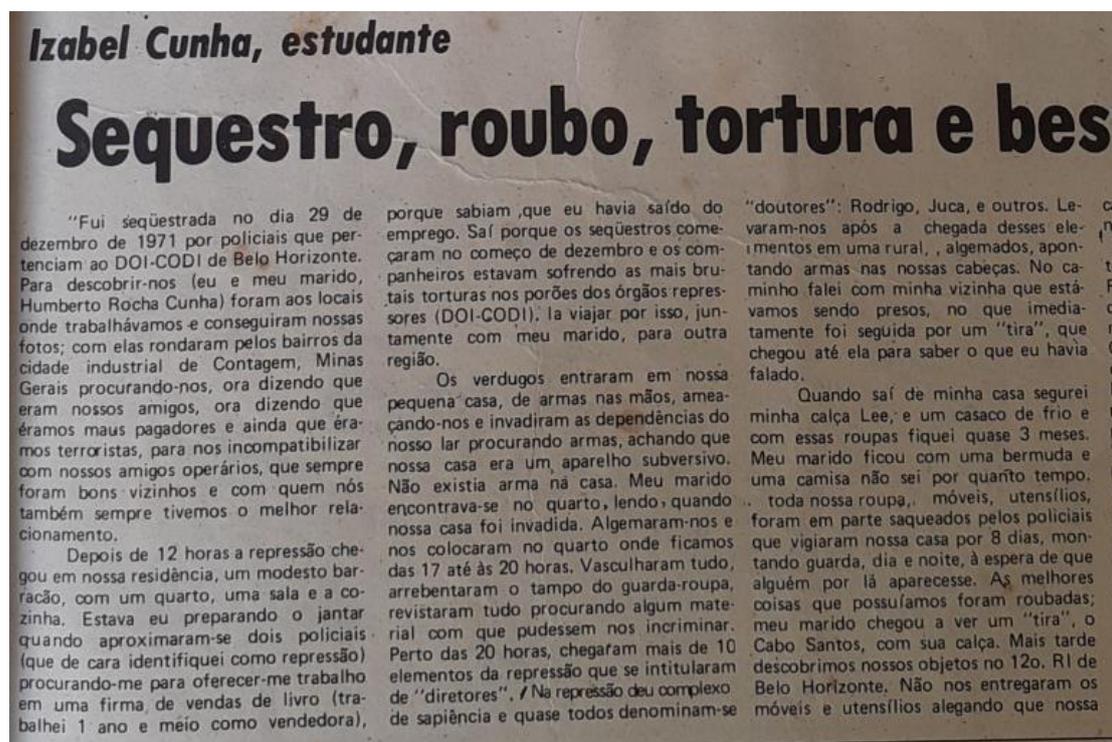


Fonte: Francisco Goya, Museu do Prado/Madri

A similaridade entre a Charge e a pintura de Francisco Goya está na percepção de Cristo como essa figura que representa a resistência do mais fraco contra o mais forte, levando a ideia de igualdade e fraternidade entre as pessoas às últimas consequências. Dessa forma, os grupos que lutaram contra as ditaduras em favor de uma sociedade mais justa e igualitária representam esse ideal que está circunscrito na figura do Cristo crucificado.

4.1.1 Izabel Cunha, estudante

Figura 8 Relato de tortura de Izabel Cunha



Fonte: Jornal Resistência, Belém/PA, agosto, 1978. Nº 5. p. 19

O que para Iza parecia mais um dia comum de trabalho e descanso se tornou um marco na sua história como militante, pois ao ter sua casa invadida por pessoas bestiais, ou seja, por policiais com comportamentos brutos, estúpido e imorais, após todo um processo de investigação com adjetivações de mal pagadores e terrorista eles descobrem o paradeiro dela e de Humberto e os dois vão presos. O jantar que ela preparava não pode ser saboreado e o sonho de juventude de transformar o mundo que dividia com outros companheiros de luta, naquele momento ao ter sua casa invadida e seus direitos violados, transformava-se em um pesadelo, só que Iza viveu isso tudo acordada, ou seja, na realidade. No dia 29 de dezembro de 1971, ela começou a experimentar na pele o que seria a capacidade humana para a brutalidade, a crueldade e a indiferença com a dor e os sentimentos humanos. Dessa forma, conta como foi conhecer a face mais dura da ditadura que se revelava para ela.

Fui sequestrada no dia 29 de dezembro de 1971 por policiais que pertenciam ao DOI-CODI de Belo Horizonte. Para descobrir-nos (eu e meu marido, Humberto Rocha Cunha) foram aos locais onde trabalhávamos e conseguiram nossas fotos; com elas rondaram pelos bairros da cidade industrial de contagem, Minas Gerais procurando-nos, ora dizendo que eram nossos amigos, ora dizendo que éramos maus pagadores e ainda que éramos terroristas, para nos incompatibilizar com nossos amigos operários, que

sempre foram bons vizinhos e com quem nós também sempre tivemos o melhor relacionamento. Depois de 12 horas e repressão chegou em nossa residência, um modesto barracão, com um quarto, uma sala e a cozinha. Estava eu preparando o jantar quando se aproximaram dois policiais (que de cara identifiquei como repressão) procurando-me para oferecer-me trabalho em uma firma de vendas de livros (trabalhei 1 ano e meio como vendedora), porque sabiam, que eu havia saído do emprego. Saí porque os sequestros começaram no começo de dezembro e os companheiros estavam sofrendo as mais brutais torturas nos porões dos órgãos repressores (DOI-CODI), ia viajar por isso, juntamente com meu marido, para outra região¹⁶⁰.

A casa de Iza para os “verdugos” como ela mesmo chamava, se tratava de um lugar “subversivo”, então era possível que naquele espaço existissem armas, o que provocava as atitudes violentas dos policiais na tentativa de acharem materiais que fossem provas criminais.

Os verdugos entraram em nossa pequena casa, de armas nas mãos, ameaçando-nos e invadiram as dependências do nosso lar procurando armas, achando que nossa casa era um aparelho subversivo. Não existia arma na casa. Meu Marido encontrava-se no quarto, lendo, quando nossa casa foi invadida. Algemaram-nos e nos colocaram no quarto onde ficamos das 17 até às 20 horas. Vasculharam tudo, arrebentaram o tampo do guarda-roupa, revistaram tudo procurando algum material com que pudessem nos incriminar. Perto das 20 horas, chegaram mais de 10 elementos da repressão que se intitularam de “diretores”. Na repressão deu complexo da sapiência e quase todos denominam-se “doutores”: Rodrigo, Juca e outros. Levaram-nos após a chegada desses elementos em uma rural, algemados, apontando armas, nas nossas cabeças. No caminho falei com minha vizinha que estávamos sendo presos, no que imediatamente foi seguida por um tira que chegou até ela pra saber o que eu havia falado¹⁶¹.

Ao sair de sua casa Iza foi expropriada de seus sonhos e seus pertences. Nessa guerra política Iza e o demais militantes da AP já haviam perdido em partes a dignidade humana, pois já vivam na clandestinidade, escondendo-se o tempo todo, tentando viver pensando nos principais objetivos que era a revolução. Porém ao ver seus pertences saqueados lhe gerava revolta e indignação, pois seus itens básicos como suas roupas estavam sendo roubados, enquanto ela e seu esposo ficavam com as roupas do corpo.

Quando saí de minha casa segurei minha calça lee, e um casaco de frio e com essas roupas fiquei quase três meses, meu marido ficou com uma bermuda e uma camisa não sei por quanto tempo. Toda nossa roupa, móveis utensílios, foram em partes saqueados pelos policiais que vigiaram nossa casa por 8 dias, montando guarda de dia e de noite, à espera de quem por lá aparecesse. As melhores coisas que possuímos foram roubadas, meu marido chegou a ver um “tira” o Cabo Santos, com sua calça. Mais tarde descobrimos nossos objetos no 12º RI de Belo Horizonte. Não nos

¹⁶⁰ Jornal Resistência, Belém/PA, agosto, 1978. Nº 5. p.19

¹⁶¹ *Ibid.*

entregaram os móveis e utensílios alegando que nossa casa era “aparelho subversivo”, por isso não entregavam¹⁶².

O texto descreve um período histórico sombrio onde a polícia política, criada pelos militares, os agentes da polícia política não demonstravam compaixão ou piedade, sendo descritos como sádicos. A tortura era uma prática comum e sistemática, não apenas para obter informações, mas também para alimentar o ego dos torturadores e manter o controle sobre os prisioneiros. A tortura era vista como parte integrante do método das equipes de segurança nacional. Além de ser uma ferramenta para extrair informações, também servia para humilhar e desumanizar os prisioneiros. Para as vítimas, como Iza mencionada no texto, a tortura não era apenas física, mas uma forma de desfiguração e mutilação que deixava marcas profundas na vida e na psique das pessoas. Dessa forma, Iza já esperava ser torturada e relata como um ato de desflorir seu corpo, mutilando-o e fazendo com que encontros rotineiros com a morte se tornassem algo presente em sua vida, nesse sentido sugere uma violência extrema e uma destruição da integridade física e emocional.

A luta contra os comunistas era vista como uma questão de honra pelos militares e pelas autoridades. Isso justificava, aos olhos deles, o uso de métodos cruéis para combater o que consideravam uma ameaça ideológica. Este relato ilustra de maneira vívida os horrores e as injustiças perpetradas durante períodos de repressão política intensa. Revela como a ideologia e a percepção de ameaças podem levar a práticas desumanas e violentas, e ressalta a importância contínua da defesa dos direitos humanos e da justiça em todas as sociedades.

No DOI-CODI, esperávamo-nos os torturadores, no 3º andar do DOPS. Fomos entregues e meu marido imediatamente torturado com choques elétricos. Fiquei até às 24 horas em uma sala, onde revezam-se interrogando-me e ameaçando-me com uma maquininha de choque e de aplicar-me o “telefone”. Quase perto da meia noite a minha sorte estava sendo lançada: se ia para a 5ª companhia. Onde fiquei até abril de 1972 – Estando eu já na sala a mesma fui pintada de cinza chumbo, causando-me enorme depressão, ao ponto de ficar quase o tempo todo com os olhos fechados¹⁶³.

Na descrição de Iza é possível ver os tipos de tortura física e psicológica que ela sofreu, são eles: choques elétricos, banho de água gelada, telefone, sala pintada de cinza chumbo para gerar depressão, ficava despida para ser torturada, apertões nos mamilos,

¹⁶² Jornal Resistência, Belém/PA, agosto, 1978. Nº 5. p.19

¹⁶³ *Ibid.*

pau de arara e soco no estômago. Essas torturas quando praticadas conjuntamente eram chamadas de sessão espírita, isso significava que o impacto era tão grande que fazia o torturado sair desse plano material. Outra questão que ficava latente com as ações dos policiais era o desrespeito às mulheres que faziam resistência ao poder autoritário vigente da época, pois os militares acreditavam que as mulheres tinham outros lugares e outras formas de viver que não eram aqueles da militância e com isso definem as jovens como pessoas “não Santas”, fazendo uma comparação as suas mães que seriam as “Santas”, foi assim que o militar se referiu a Iza, dessa forma ele abriu um fenda para várias interpretações de quais seriam as definições para uma jovem que se envolvia com política, certamente esse não seria um lugar para elas, porque esse espaço não seria para mulheres, principalmente às que queriam ser “Santas”. Mas afinal o que seria uma “mulher Santa”? Nesse caso o grupo de Iza e de outras mulheres envolvidas com as questões políticas e sociais da época diriam que, essa mulher santificada pelos militares seria aquela que não lutaria pelos ideais de uma sociedade mais justa, ou seja, adotaria o arquétipo de santa se isentando do de subversiva, que é o estereótipo de uma mulher proativa no campo político. o relato de Iza oferece uma visão dolorosa das atrocidades cometidas durante um período de repressão política intensa, destacando não apenas a brutalidade física das torturas, mas também o impacto devastador nas vidas e na saúde mental das vítimas, além das dinâmicas de gênero e dos estereótipos impostos às mulheres que desafiavam o regime autoritário.

Conforme ela relata abaixo:

No dia 30/12/71, bem cedo fui levada pelo CODI começara a “sessão” tiraram minha roupa e despida fui torturada com choques elétricos tapas, “telefone” (tapas com a mão em forma de concha) socos. Essa sessão, como dizia um médico, “sessão espírita” se estendeu não sei bem até que horas. Fiquei o dia todo no DOI-CODI, sem ao menos tomar um copo d’água. Os torturadores revezavam-se para torturar outros presos, mas um dos que atuavam em tempo integral, era o tenente Melo, Cabo Santos, Cruz, Sargento Davi (Dr. Sócrates) e outros. O tenente Melo controlava a Máquina de choque, amarrando os fios dessa máquina em meus dedos dos pés e das mãos, a descarga a mais de 60volts. Os choques se estendiam pelo ânus, na língua, na vagina e pelo corpo todo. A tarde desse mesmo dia o Sargento Davi (que se apelidara de Dr. Sócrates) torturou-me; despida apertava o bico dos meios seios, como quem queria arrancá-los, sentou-me à força em vaso sanitário onde jogava água gelada nos meus órgãos genitais. Parecia um louco desesperado, os olhos a saltar, parecia transtornado. Olhei firme para ele e mandei-o fazer isso com a mãe dele, que respondeu que sua mãe não era uma subversiva e sim uma santa mulher. Era um sádico e tenho quase certeza que chegava ao orgasmo quando fazia isso. Ficava irritadíssimo e nervoso quando o fitava firme nos olhos; voltava a torturar-me. Voltei ao DOI-CODI várias vezes, onde fui torturada na frente do meu marido,

quando mais de cinco homens avançaram para bater-me com socos, pontapés. Recebi um soco tão forte no estômago, próximo ao fígado, que ainda hoje sinto as consequências, dado pelo Cap. Pedro Ivo, da Polícia Militar de Belo Horizonte. Não tenho a data, mas foi entre 3 e 5 que fui tirada da minha cela por volta das 21 horas, algemada. Fui empurrada para um volks onde ficamos 6 pessoas, eu e mais cinco policiais. Sendo o Carro levado por uma estrada escura em asfalto que ligava o estádio de futebol “Mineirão” até a BR-3, estrada que liga Belo Horizonte ao Rio de Janeiro. Dentro do carro sofri as mais atrozes ameaças: que iria se surrada na escuridão da noite (estavam 5 homens no volks), que iria desaparecer para sempre e outras ameaças. Talvez nessa noite tenham acontecidos fatos que não consigo recompor, como os narrados pelos soldados de plantão, que falaram-me que cheguei mais de meia-noite encapuçada e toda molhada. Não só esses fatos como outros fica difícil de lembrar. Fiquei com problema de esquecimento por muito tempo e até hoje, depois de muito tempo consigo exercitar a memória para não esquecer¹⁶⁴.

Iza não sofreu só por si, pois existia a preocupação com Humberto, que por um período pensou que ele estava morto. Além dessa preocupação ela ainda continuava sendo torturada, e acabou fazendo um ofício à 5ª companhia pedindo esclarecimento sobre seu marido, os militares a levaram para ver seu marido no hospital, onde segundo ela encontra-se em coma e sem assistência, pois havia feito greve de fome para vê-la. Isso lhe trouxe profundas preocupações e ela passou a ter insônia e queda de cabelo.

Voltei muitas vezes ao DOI-CODI, e, muitas vezes sofri tortura física e a tortura psicológica. Até que uma noite quando encontrava-me na Câmara de tortura escutei alguém falando alto que ia levar meu marido para o serviço médico, urgente. Pensei que estivesse morto e ir ao serviço médico seria desculpa para assinar o atestado de óbito. Vi muito nervosismo e agitação naquela noite. Fiquei apreensiva e um nó na minha garganta se fez sentir, assim como uma dor profunda eu imaginei que nunca mais ia ver meu marido. Perguntei par o cabo do Exército e ele falou-me que meu marido estava fraco e desidratado “porque” não queria comer e ia tomar soro. Passei dias terríveis. Na outra tarde fui ainda torturada com pau-de-arara, choques elétricos e tapas. Encapuzada, segurou-me o sargento Davi (Dr. Sócrates) pelo braço esquerdo (como quem segura um frango pela asa) e desceu as escadas comigo na maior velocidade possível do 3º andar até o térreo. De capuz, ainda, jogaram-me na 5ª companhia. No outro dia estava com manchas roxas nos braços e nas mãos, não podia enxergar direito pois via pontos pretos no ar: o médico da Cia que veio ver-me disse que não havia problema nenhum e que se evoluísse para um tumor ou coisa parecida tomaria providência. Passei até 11 de janeiro de 1972 sem saber o que havia acontecido com meu marido. Até que fiz um ofício ao comandante da 5ª Cia de comunicações pedindo me fosse informado onde se encontrava meu marido e também ao major Casemir Vieira, Presidente do inquérito policial-militar. Do dia 11 em frente, ao major Casemir, falei que os órgãos de repressão eram os responsáveis pela vida do meu marido e que se algo lhe tivesse acontecido eu iria denunciar ao mundo inteiro. Ele respondeu que eu iria vê-lo. No dia 21, sob escolta, fui ao Hospital Militar e encontrei-o no 3º andar em um xadrez exclusivo para loucos, todo gradeado, e com dois soldados armados de metralhadora à porta. no Hospital ninguém sabia informar. encontrava-se meu marido em estado de coma mais de uma

¹⁶⁴ Jornal Resistência, Belém/PA, agosto, 1978. Nº 5. p.20

semana, sem nenhuma providência médica, deitado em colchão no chão. Passei a não dormir direito e ter uma queda de cabelo permanente. Minhas mãos vinham cheias de cabelo cada vez que passava a mão à cabeça. Passei a oficiar sempre ao comandante e presidente do inquérito para saber sobre meu marido e depois do pedido de prisão preventiva e de ele ter feito uma greve de fome para me ver, pudemos ver-nos por duas vezes. Passei 4 meses na 5ª Cia sem receber uma visita sequer. Em fins de abril fui para uma cela no DOPS, onde se encontrava outros companheiros presos políticos. E somente em maio avistei-me com meu advogado sob forte escolta do DOI-CODI, que nem conversas podíamos ter, tal era a tensão. Fiquei na cela do DOPS de fins de abril a julho de 1972, sendo um período de alta tensão porque constantemente ouvíamos gritos de tortura a presos comuns¹⁶⁵.

Entre as torturas físicas e psicológicas e preocupação com seu marido, Iza e Humberto se reencontram, foram depor e ele ainda se encontrava em greve de fome e havia sido agredido e ferido pelos militares, com isso, foi preciso pedir garantia de vida ao juiz auditor. Sobre esses acontecimentos Iza comenta:

Em junho encontrei meu marido na Auditoria da 4ª CSM; estava vindo de São Paulo para depor, em greve de fome. Foi agredido e ferido na mão pelo tenente Roberto e uma equipe de soldados e um sargento, o que o levou a pedir garantia de vida ao juiz Auditor. Após audiência voltamos para nossos locais de carceragem e meu advogado pediu a revogação de minha prisão, que foi negada pelo Conselho de Auditoria Militar¹⁶⁶.

As estratégias dos militares com os presos políticos nem sempre eram fáceis de ser entendida, eles eram levados de um lugar para outro ou eram transferidos, no caso de Iza ela foi transferida para uma cadeia pública de cidade pequena de Minas Gerais chamada rio Espera. E enfrentou a mais difícil situação, já que teve que enfrentar a solidão, embora fosse tratada como uma detenta perigosa, com grande escolta e recebendo apenas duas visitas a de um padre e de uma moça, ambos amigos seus.

Em julho fui transferida para cadeia pública do rio Espera, estado de Minas Gerais, a 8 horas de Belo Horizonte. Uma cidadezinha com péssimas condições de transporte e comunicações. A cadeia do rio Espera tinha uma guarda de 45 soldados, 2 sargentos, 3 cabos e 1 policial feminina e um tenente (diretor) todos da Polícia Militar do Estado. Esses soldados montavam guarda dia e noite nos morros ao redor da cadeia para guardar unicamente a mim. Grande escolta, para uma presa só! Fiquei até outubro de 72, recebendo uma única visita de um padre e uma moça, amigos meus¹⁶⁷.

Na prisão de Rio Espera, Iza experimentou uma profunda solidão devido ao isolamento social que enfrentava. As comunicações eram precárias e não havia acesso a jornais na cidade. Além disso, as correspondências enviadas a ela eram retidas pelas autoridades militares. Esse ambiente difícil teve um impacto negativo em sua saúde, levando-a a perder peso significativamente. Ela permaneceu nesse local limitado até

¹⁶⁵ Jornal Resistência, Belém/PA, agosto, 1978. Nº 5. p. 20

¹⁶⁶ *Ibid.*

¹⁶⁷ *Ibid.*

que sua prisão fosse revogada. Somente em outubro de 1973, ela retornou para enfrentar seu julgamento em Juiz de Fora. Nessa época ela já se encontrava grávida de dois meses do seu primeiro filho. Iza ficou presa um total de 10 meses, após ser julgada foi condenada há 6 meses de reclusão, porém, já havia cumprido a pena e ainda sobrava. Após a sentença, Iza volta para Belém e Humberto fica mais três meses e meio para cumprir o restante de sua condenação que havia sido de 18 meses.

Não existia jornal na Cidade, nem vindo de outros lugares. Não recebia cartas (somente 1 de um preso da cadeia Linhares- Juiz de Fora-MG) de meus familiares e meu marido, apesar de muitas cartas terem sido escritas, mas a repressão retinha. A essa altura, estava com uma forte gastrite que me fez emagrecer até 43 quilos, eu que pesava 48 quilos. Fiquei em Rio Espera até que foi revogada minha prisão, em outubro, pelo STM, quando então saí. Fui chamada novamente em outubro de 1973 para o julgamento de Juiz de Fora quando já me encontrava grávida de 2 meses. Como minha condenação foi de 6 meses e eu havia ficado 10 meses eu já havia cumprido e ainda sobravam 4 meses. Voltei para Belém, ficando meu marido mais 3 meses e meio para cumprir a pena que faltava para completar sua condenação, que foi de 18 meses¹⁶⁸.

¹⁶⁸ Jornal Resistência, Belém/PA, agosto, 1978. Nº 5. p. 20

Figura 9 Iza Cunha Grávida

Fonte: Acervo da família

Sob essa circunstância, a imagem de Iza Cunha carrega consigo uma carga simbólica que transcende o meramente fotográfico. A fotografia, ao congelar o instante de uma mulher grávida em um espaço de aparente precariedade, evoca uma poética singular, onde o corpo feminino, carregando a promessa de uma nova vida, também se transforma em um símbolo de resistência, esperança e transformação social.

O sorriso sereno de Iza Cunha contrasta com o cenário simples ao seu redor e também aos horrores a que foi submetida nas mãos dos militares. A imagem sugere uma beleza silenciosa, quase subversiva, em sua tranquilidade. A gravidez, um dos atos mais primordiais da criação humana, aqui não se limita ao aspecto biológico, mas também metaforicamente sugere a ideia de gestar um futuro diferente, uma nova sociedade. Em um ambiente que parece ser marcado pela falta de recursos e pela

construção improvisada, Iza emerge como um farol de força, onde o ato de existir, de persistir, já se configura como um ato político. A presença das madeiras empilhadas ao fundo, evocando uma obra inacabada ou em constante construção, é também uma metáfora para a luta das classes populares que ela representava: uma luta sempre em curso, sempre inacabada, mas carregada de possibilidades.

Historicamente, a figura de Iza Cunha emerge em um Brasil marcado pela repressão, pela ditadura militar e pela opressão de gênero e classe. Para os militares, a presença de uma mulher grávida, militante, em um espaço público, era em si uma forma de insurgência. O corpo feminino, especialmente o corpo grávido, havia sido relegado ao espaço privado, associado ao lar e à maternidade como função exclusiva. No entanto, aqui, Iza Cunha redefine esse espaço, reivindica o direito de estar visível, de resistir e de lutar, mesmo em sua condição de futura mãe. A imagem não se limita ao retrato de uma mulher, mas se amplia para uma leitura mais profunda sobre o papel das mulheres nos movimentos de resistência e nas transformações sociais. Iza, enquanto gestante, representa não apenas a continuidade biológica, mas a continuidade de uma luta coletiva por justiça, igualdade e emancipação.

O ambiente em que ela está inserida também é crucial para uma compreensão mais ampla da fotografia. O cenário rústico, com materiais de construção dispostos de maneira improvisada, sugere um espaço em que as condições de vida são difíceis, mas em que também há uma tentativa constante de construir, reconstruir e resistir. As plantas que crescem em meio à aparente desordem evocam a capacidade de florescimento mesmo nos contextos mais adversos. Este é o reflexo de uma classe trabalhadora que, ao mesmo tempo que sobrevive, busca transformar a realidade ao seu redor, assim como os movimentos sociais dos quais Iza fazia parte.

Essa imagem pode ser interpretada como um ponto de interseção entre gênero, política e resistência. Iza Cunha, enquanto figura histórica, representa uma geração de mulheres que não apenas participaram dos movimentos de esquerda no Brasil, mas também desafiavam as normativas patriarcais de seu tempo. A imagem de uma mulher grávida em um ambiente tão marcado pela precariedade oferece uma reflexão sobre a relação entre corpo, política e espaço. O corpo feminino, frequentemente invisibilizado nas narrativas históricas, emerge aqui como uma arena de resistência. Gestar uma nova vida, nesse contexto, é também gestar um novo futuro, uma nova sociedade.

A fotografia de Iza Cunha, então, dialoga com as ideias de "gestar a revolução", um conceito recorrente em movimentos sociais que buscam não apenas mudanças imediatas, mas transformações que impactem as gerações futuras. A postura de Iza, ereta e confiante, apesar do ambiente ao seu redor, reflete uma confiança inabalável em tempos de incerteza — uma confiança revolucionária que permeava os movimentos de resistência contra o regime militar e as opressões estruturais. Em meio às adversidades materiais, sua presença é um testemunho da força interna que impulsiona as lutas sociais, especialmente a partir da perspectiva feminina.

Além disso, o espaço ao redor de Iza, com suas construções improvisadas e a rusticidade do cenário, reflete a realidade de grande parte da população brasileira da época. A luta pela sobrevivência cotidiana, muitas vezes invisível nas narrativas dominantes, é aqui centralizada. Ao lado de seu corpo grávido, esse espaço se torna símbolo de resistência material e simbólica. Cada pedaço de madeira empilhado, cada planta que cresce ao fundo, faz parte de um cenário que é ao mesmo tempo vulnerável e resiliente — assim como as vidas que nele habitam.

Embora Iza tenha passado por momentos muito difíceis ao ser presa e dar o seu relato ao jornal *Resistência*, após sete anos do ocorrido, ela achava naquele momento que o povo devia lutar por seus direitos, pois tinham o direito de ter melhores condições de vida e isso deveria ser feito ainda que fosse contra a lei, quando ela apenas favorecesse aos poderosos. Esse pensamento ela demonstra em sua fala: “Apesar de tudo isso, continuo achando o mesmo que achava: que o povo tem o direito de ter melhores condições de vida, lutando por todas as formas ao seu alcance, inclusive contra a lei, quando ela favorece apenas aos poderosos¹⁶⁹”. Em suma, ela achava que tudo que passou valeu a pena para garantir o direito dos menos favorecidos. Nesse caso, a subversão valeu a pena.

¹⁶⁹ *Jornal Resistência*, Belém/PA, agosto, 1978. Nº 5. p. 20

4.1.2. Depoimento Paulo Fonteles

Paulo César Fonteles de Lima – 29 anos, Bacharel em Direito, Presidente da Sociedade Paraense de Direitos Humanos. Esses são os créditos que o jornal dá a Paulo Fonteles. Quando ele faz o seu relato ao jornal contando o que sofreu na sua reclusão no período do regime militar no Brasil. Paulo e Iza, eram amigos em vida e participam de várias frentes juntos, na busca de justiça social e retorno à democracia. Os dois muito inteligentes, aguerridos e com muita vontade de lutar se tornaram dois grandes líderes dos movimentos populares de sua época, trabalhando conjuntamente com seus companheiros de vida e de luta desse período histórico.

O título do depoimento de Paulo já coloca os militares em condição de imprudência, pois a ousadia leva a crer que de alguma forma infringiram as leis que deviam salvaguardar como agentes do estado que eram. Em função disso o chargista do jornal demonstra para os leitores qual era o significado dos momentos vividos sob tensão de uma prisão arbitrária.

Figura 10 Depoimento de Paulo Fonteles



Fonte: Jornal Resistência nº 5. Belém agosto 1978. p 15

Na charge anterior corroborando com o depoimento feito por Paulo Fonteles, verifica-se a imagem de um quarto fechado sem janelas e o que aparenta ser um lugar

construído com madeiras. Também 8 homens uniformizados e um outro sendo carregado sem roupas com as mãos e pés amarrados em uma espécie de cabo de vassoura e tendo a cabeça coberta por um tipo de capuz preto. Os homens uniformizados têm perfil como dos de soldados de brinquedo, passando a ideia de pessoas sem vida e artificiais, significando que as ações desses soldados são marcadas pela frieza e a falta de empatia. O volume de pessoas envolvidas na cena causa a sensação de claustrofobia, dando ao expectador um sentimento de angústia e terror pelo que está acontecendo ao personagem com as mãos e pés amarrados. A chamada que afirma que a tortura ocorria dentro do ministério do Exército, associado à imagem, passam a ideia de que dentro do ministério havia um espaço oculto, um tipo de calabouço onde se desenvolviam as torturas. O fato de ser um espaço escondido, transparece que o que se fazia era algo criminoso.

Figura 11 Charge sobre a tortura de Hecilda Veiga durante a Ditadura Militar



Fonte: Jornal Resistência, Belém/PA, Agosto, 1978. Nº 5. p. 18

A charge acima possui traços e características semelhante a anterior voltada a Paulo Fonteles. Nela encontram-se duas pessoas, uma em pé que pelas características representa um tipo guarda e ela segura um tipo haste, como um cacetete. A segunda possui uma silhueta que dá a entender ser uma mulher, que está sentada com as mãos amarradas. O personagem em pé está com a haste na cabeça da que está sentada, dando a leitura de que está batendo na mulher. Pode-se compreender que esta mulher seja a representação de Hecilda Veiga, esposa de Paulo Fonteles e que na época estavam presos juntos e sofreram a tortura e ela estava grávida de seu filho.

O primeiro preso político a registrar seu depoimento no Jornal Resistência foi Paulo Fontelles, ele conta como foi abordado pelos policiais, e nesse início já expressa

que foi humilhado, expõe também como se deu a estratégia para sua captura e prisão e como reagiu a tudo isso.

Estudante da Universidade de Brasília, fui preso no dia 06 de outubro de 1971. Eram mais ou menos 10 horas da noite, quando voltando de uma aula, fui abordado na porta de casa, por uma moça que dizia haver recolhido minha mulher passando mal em uma parada de ônibus da WE, colocando-se a disposição para me dar uma carona até o Hospital Distrital de Brasília, onde Hecilda estaria hospitalizada. Embarquei na Volks, dirigindo por um homem, na companhia de outro vestido de enfermeiro. Ai começaria uma terrível experiência de sofrimentos, humilhações, roubos, processos de enlouquecimento, tortura, tentativa de assassinato a que fui submetido durante longos meses. O Volkswagen de fato dirigiu-se para a frente do Hospital Distrital. Só que quando o carro parou, a moça desceu correndo e o motorista, que mais tarde eu viria identificar como o terrível torturador Delegado Deusdeth, da Polícia federal, me deu voz de prisão. Prisão essa manifestamente ilegal, pois não havia qualquer aspecto de flagrante delito, nem muito menos uma ordem. Nada Simplesmente a força de prepotência¹⁷⁰.

Paulo, assim como os demais militantes já sabiam através da imprensa das prisões de políticos de oposição ao governo militar, tinha medo dos desaparecimentos, mortes e torturas aos militantes de esquerda, por isso para ele ao ser abordado pelos policiais era importante que a sociedade, bem como, sua família soubessem de sua prisão, dessa forma armou uma estratégia para denunciar seu sequestro.

Em Pleno 1971, quando as notícias de desaparecimentos, mortes, torturas de presos políticos eram frequentes na imprensa do País, minha primeira preocupação foi dar a público minha prisão. Para isso armei uma enorme confusão na rua. Abri a porta do carro e comecei a gritar por socorro. Que estava sendo sequestrado e que me ajudassem. Apesar da hora, juntou-se um grande número de pessoas em volta do carro, quando um [sem] número de policiais, que já estavam à minha espera, consegui jorgar-me no chão, algemando meus pulsos para trás. Eles diziam para o povo que eu era louco. Eu me debatia e gritava que era estudante da universidade, me identificava e pedia que avisassem a minha família em Belém, dizendo repetidamente o endereço de meus pais. Finalmente dominado, fui atirado ao banco traseiro do veículo que avançou velozmente¹⁷¹.

Paulo Fonteles nessa parte de sua denúncia, revela para onde foi levado as violências que sofreu com detalhamento, o nome das pessoas e revela também que ficou sabendo sobre a prisão de sua então esposa a estudante paraense Hecilda Veiga, que naquele período estava grávida de cinco meses.

Fui levado diretamente para o pelotão de investigações criminais – PIC- da polícia do Exército de Brasília. No caminho já fui levado socos, tapas, “telefones”, coronhadas, sendo ainda informado que a minha mulher Hecilda grávida de cinco meses, também já estava presa. O PIC é o inferno. Nele, conheci logo a “salinha” – sala de estar dos sargentos – onde eram promovidas as torturas a todos que eram presos no PIC sem que me fizessem

¹⁷⁰ Jornal Resistência, Belém/PA, agosto, 1978. Nº 5. p.16

¹⁷¹ *Ibid.*

uma pergunta “só pra arrepiar”, na gíria de torturadores, experimentei na carne toda selvageria do aparelho de repressão montado desde 1964, inicialmente um brutal espancamento, murros, “telefones”, tapas, chutes no estômago, cacetadas nos joelhos e nos cotovelos, pisões nos rins. Depois, apesar de meu esforço para resistir, tiraram-me as roupas, deixando-me completamente nu, amarraram-me no “pau-de-arara” e passaram a me aplicar choques elétricos com descarga de 1940 volts, na cabeça e nos órgãos genitais, na língua. Depois de muito tempo é que começaram as perguntas. Como eu não lhes respondia, a “sessão” durou até alta madrugada, quando já bastante machucado fui arrastado e atirado dentro de uma cela. Entre outros, participaram dessa primeira “sessão” o Delegado Deusdeth da P.F, o sargento Vasconcelos, o Sargento Artur, cabo Torrezan, Cabo Janeiro, soldado Ismael, soldado Admir todos esses do Exército¹⁷².

O então estudante em questão fala sobre as formas de violência que sofreu - nominou os tipos de tortura fazendo as descrições de cada uma delas. Nesse caso, identificou-se: o pau de arara, onde era espancado, recebia choques elétricos e era afogado. Ele menciona os limites do corpo diante do tratamento violento que recebeu e o deboche de quem o violentava.

No dia 07, quinta feira, ainda não amanhecera quando o sargento Vasconcelos, elemento bestial, despudorado homossexual que se aprazia em ofender as companheiras presas, veio dizer que o da noite “fora só um aperitivo”. Que agora era que o pau ia cantar mesmo. Cedo um destacado elemento da tortura no PIC, o Cabo Martins, foi me buscar na cela. Colocou-me um negro capuz na cabeça e elevou-me para a “salinha”. Durante quase três dias seguidos quase sem interrupções; fui submetido as mais diversas formas de violências físicas que se possa conceber. Nu, pendurado pelos pulsos e tornozelos no “pau de arara” (uma barra de ferro, sobre dois cavaletes, onde o preso fica dependurado, assim como se fosse um porco que vai ao mercado), recebendo espancamento generalizado, choques elétricos, afogamento. No “pau de arara”, o preso ainda tem força na primeira hora – para sustentar o peso do corpo. Com o tempo, todavia, o corpo vai sendo puxado para baixo e começa uma doloridíssima distensão dos braços e das pernas. Parece que os ossos vão se partir todos. O choque elétrico é particularmente terrível na cabeça, na bolsa escrotal, é como se ele estivesse sendo esmagado dentro de uma prensa. O choque elétrico além de ser em si terrível, provoca uma contração alucinada dos dentes, que me cortava toda a língua. A cada descarga, uma golfada de sangue tingia o capuz. Para aumentar os efeitos das descargas, obrigavam-me a comer sal. Minha boca ficou toda queimada. O afogamento era feito na minha boca e nas narinas através de mangueiras de borracha. Eu sufocava e estertorava. Tudo isso no “pau de arara”. Nesses dias revelou-se particularmente perverso o Sargento Ribeiro. Ele ria e cantava. No sábado de manhã eu já estava completamente exangue. Quase não sentia mais dor. Apenas uma vontade de descansar. Então, na primeira oportunidade que tive ao me descerem do pau de arara, girei o corpo e dei com a testa no chão. Desmaiado e sangrando fui então levado para a cela, onde pude finalmente descansar. Devido a esses três dias eu ficaria com o braço direito e a perna esquerda paralisados durante três meses¹⁷³.

Sofrendo as consequências das dores devido aos atos de violência física que havia passado, Paulo ouve dos militares que o exército não torturava, por isso, os

¹⁷² Jornal Resistência, Belém/PA, agosto, 1978. Nº 5. p.16

¹⁷³ *Ibid.* p.17

responsáveis por suas dores eram da Polícia Federal, e que isso não iria mais acontecer. Mas, essa promessa não foi cumprida, pois de acordo com os fatos relatados pelo denunciante faltava verdade em tudo que falavam.

À tardinha, lá pelas 18:00 horas, a cela se abriu. Viera me ver o Capitão Magalhães, até então eu não tivera contato com nenhum oficial. Eu não podia nem falar e nem me mexer. Falar-me o Capitão Magalhães que quem havia feito aquilo comigo fora o pessoal da Polícia Federal. Que o exército não torturava. Que nada mais iria acontecer. Que na segunda feira meu depoimento seria tomado. Mandou comprar leite gelado e ofereceu-me cigarros. Dias depois, esse mesmo Capitão comandaria novas sessões de torturas dentro do Próprio Ministério do Exército, na Esplanada dos Ministérios, à 500 metros do Palácio do Planalto¹⁷⁴.

Paulo não revela o que os militares lhe perguntavam, entretanto deixa claro que não queria comprometer ninguém, embora tivesse dito que confessaria tudo, mas que tinha uma condição, ver sua esposa Hecilda. Mesmo a tendo visto e confirmado a prisão dela ele não confessou nada deixando os agentes enfurecidos.

No Ministério do Exército: na segunda feira tiraram-me da cela e arrastaram-me a uma espécie de posto de recepção. Lá pela segunda vez a minha mulher, a primeira fora através de um ardil. Na própria quinta-feira, em meio as torturas, disse-lhes que confessaria tudo se me permitissem ver minha mulher. Eles então desarmaram o “pau de arara” e conduziram-me a uma sala por onde através de um vidro a pude reconhecer e confirmar sua prisão. Mas como na verdade na verdade não tivesse nada para confessar, se não o fiz, enraivando-os ainda mais. Agora a Hecilda estava bem próxima. Muito pálida quase sem cor, parecia que ia desmaiar a qualquer momento. Levantei o polegar direito querendo dizer que estava tudo bem. No carro, balbuciei-lhe duas palavras de conforto. Meus olhos estavam firmes. Ela fez que sim com a cabeça. Também estava firme. Do PIC fomos levados para o Ministério do Exército¹⁷⁵.

A ousadia dos militares relatada por Paulo, mostra que não existia um lugar para os militares praticarem os seus atos violentos, nesse caso, eles torturaram sua esposa Hecilda e ele no próprio Ministério do exército. Ele fala sobre acusações que lhe eram feitas, no entanto não há clareza sobre que acusações eram essas, mas ele afirma que negavam todas e não queria comprometer outras pessoas, sempre ressaltando a sua condição de estudante.

Entramos no Ministério pela garagem, subimos por uma escada de madeira até o 2º andar onde o DOI-CODI tinha um conjunto de salas. Acho que foi uma ousadia enorme dos torturadores nos torturarem no próprio prédio do Ministério, passamos aí à fase dos interrogatórios. Reafirmávamos a nossa condição de estudantes e de não comprometer ninguém, quaisquer que fosse a acusação que fizessem contra nós. Apesar de durante quase toda semana sermos diariamente do PIC para o Ministério, este foi até um período de recuperação posto que não havia a selvageria procedente. Inclusive o Major Paulo Horta, encarregado do inquérito, respeitou-nos a integridade física.

¹⁷⁴ Jornal Resistência, Belém/PA, agosto, 1978. Nº 5. p.17

¹⁷⁵ *Ibid.*

Mostrava-se muito contrariado com a situação e várias vezes tentou manter comigo uma conversa amistosa, confidenciando-me que tinha um filho da mesma idade minha – 22 anos. Na sexta-feira assinamos um depoimento onde negávamos as acusações que nos faziam. Parecia que a fase mais difícil havia passado... Era apenas o começo. Na segunda-feira seguinte, separadamente, novamente fomos levados ao Ministério do Exército. Lá chegando, soubemos que o general Antônio Bandeira, o Major Andrade Neto, Coronel Azambuja, capitão Magalhães, Capitão Menezes e especialmente vindo do Rio de Janeiro, um torturador chamado Dr. Cláudio, tido como especialista em “Ação Popular”, organização política clandestina à qual acusava-nos de pertencer. Durante cinco dias fui novamente submetido a um infernal processo de tortura dentro do próprio ministério do exército. Desta vez não mais o “pau de arara”, o afogamento, o choque elétrico. O que eles queriam era minar nossa coragem, nossa disposição de resistir, nossa dignidade. Tudo fizeram: insultaram-nos de pai e mãe desnaturados, que estávamos matando a criança que Hecilda trazia no ventre. Que eu deveria pensar na minha mulher, no que ela estava passando. Mostrara-nos telegramas de Belém (falsos, é claro), segundo os quais o Pai de Hecilda estava morto e o meu enfartado. E durante cinco dias não houve um único momento de descanso. Não deixavam que nós dormíssemos, através de interrogatórios contínuos. Um atrás do outro, em revezamento de hora em hora, mais de uma dezena de torturadores nos inquiriram a ficar horas e horas me arrastando em círculos numa pequena sala, quando não obrigado a fazer movimentos com a cabeça de um lado para o outro. Quaisquer momentos de paralisação eram respondidos com socos e espancamento¹⁷⁶.

O difícil para os opositores à ditadura era não só conviver com as dores da tortura corporal, mas também emocional, pois sempre tinham que proteger seus pares e para Paulo isso foi muito traumático, já que ele tinha que se preocupar não só consigo, mas também com sua esposa que estava grávida de cinco meses do primeiro filho do casal e mesmo nessa condição não estava sendo poupada pelos militares.

Através de um vidro mostraram-me a Hecilda apanhando no rosto e nas pernas, grávida de cinco meses. Nos últimos dias os interrogatórios eram feitos com um grande holofote de luz azul, muito intensa que me cegava. Desmaiei várias vezes, mas sempre que isso acontecia eles me lavavam com amoníaco. Finalmente, na sexta-feira, caí e não me levantei mais. Disseram depois que fui levado para uma enfermaria e medicado. Voltei a mim no domingo de tarde dentro de uma cela no PIC¹⁷⁷.

Paulo e Hecilda muitas vezes não resistiram as torturas e precisavam ser levados para atendimento médico. Todavia, as investidas dos militares para obter o máximo de informações não cessavam e usavam todos os tipos de manobras para chegarem aos seus objetivos. Com isso, o casal mencionado foi levado de Brasília para o Rio de Janeiro e pelos relatos eles eram acusados de terrorista.

O impasse estava criado. Eles já tinham esgotado o meio de tortura que é impossível infligir em Brasília, e continuávamos afirmando que éramos estudantes, que repudiávamos qualquer acusação terrorista, que não iríamos comprometer ninguém. Durante uma semana a situação permaneceu

¹⁷⁶ Jornal Resistência, Belém/PA, agosto, 1978. Nº 5. p.18

¹⁷⁷ *Ibid.*

inalterada. Fazíamos as mais terríveis ameaças, desde a volta pura e simples para a tortura até o puro e simples fuzilamento. Numa ocasião foi-nos mostrado uma notícia de nossas mortes, que seria levada nos jornais. Pela sua redação éramos dois terroristas atropelados ao tentarmos fugir de um ponto de encontro. Todavia uma ameaça era mais constante de que seríamos levados para o Rio de Janeiro, onde um verdadeiro centro científico de torturas havia sido montado. Oito dias depois essa ameaça se consumou. Acordaram-nos cedinho e levaram-nos para o Aeroporto Militar de Brasília. Lá um beach da FAB estava a nossa espera. Quando subi no avião não acreditava em viagem para o Rio de Janeiro. Só me ocorriam duas hipóteses: ou era uma simples medida para nos atemorizar, ou realmente iriam nos assassinar, jogando-nos lá de cima. Somente quando ouvi o rádio do piloto se comunicando com o Galeão é que passei a acreditar que nosso destino era de fato o Rio de Janeiro¹⁷⁸.

Já no Rio de Janeiro e abalados emocionalmente, o medo de serem assassinados só aumentava e ali a tortura mental era a principal estratégia com o objetivo de desestruturar emocionalmente o preso por completo. Essa metodologia era associada as utilizadas pela Gestapo (Nazismo) e a Inquisição.

No Rio, a mais trágica experiência. Um grupo de agentes nos recebeu, comunicando-se por rádio que havíamos chegado. Lembro como se fosse hoje: “alô, alô, Botafogo, a mercadoria já chegou”. Sob forte pressão emocional o medo de sermos assassinados aumentava cada vez mais- fomos levados para a P.E na Barão de Mesquita. Na Barão de Mesquita conheci o Centro Científico de torturas de que me falara o Major Andrade Neto. Baseado num processo que visa sobretudo, desintegrar as faculdades mentais do torturado – é o chamado tratado psicológico. Tudo é feito de forma a desestruturar a personalidade do preso, submetendo-o a um processo de verdadeiro enlouquecimento. Depois um capitão me aplicaria cinicamente que eles estavam pesquisando os métodos da Santa inquisição, considerando os métodos da Gestapo ultrapassados. Disse-me ele os métodos da Gestapo eram dentro de um palco de guerra, onde os acontecimentos se alteravam muito rapidamente, com necessidade, portanto, das informações serem arrancadas imediatamente. Por isso os métodos da gestapo seriam tão violentos fisicamente, o que procurava muitas mortes. Para eles não tinham tempo para esperar pela informação e dentro desse quadro os métodos da inquisição ainda eram insuperáveis. Logo à chegada, eu e Hecilda fomos separados. Pela frente o desconhecido, que haveria de ser terrível, porque senão não nos deslocariam de Brasília para o Rio, conhecendo a fúria da tortura em Brasília eu me interrogava: o que eles ainda, poderiam me fazer, que já tivesse feito? Pensamentos monstruosos me afligiam, eu já havia lido o que os nazistas fizeram com mulheres judias grávidas durante a II guerra. A certeza da morte tomava cada vez mais força seria difícil sairmos dali vivos¹⁷⁹.

A descrição das quatro fases das torturas que sofreram no Rio de Janeiro. A primeira se tratava de longos interrogatórios, com fortes pressões emocionais; a segunda seria a violência física; a terceira a câmara do Vietnã, que podia ser chamada também de geladeira; e quarta seria o “passeio de avião na terra”, essa ele não chegou a conhecer.

¹⁷⁸ Jornal Resistência, Belém/PA, agosto, 1978. Nº 5. p.18

¹⁷⁹ *Ibid.*

Na Barão de Mesquita eles dividiam a tortura em quatro fases. A primeira dos longos interrogatórios, com luzes e refletores, ameaças, pressões emocionais, interrompidas sempre por propostas de melhor tratamento, caso o preso resolvesse colaborar. A segunda, da violência indiscriminada, puramente física, com afogamento, “pau de arara”, choques elétricos, espancamento etc. A terceira câmara do Vietnã ou “Paraíso”, que atualmente os presos tem chamado de “geladeira”. E finalmente a quarta, que eu não conheci. Que seria um certo “passeio de avião na terra”, que geralmente provocaria morte do torturado. Segundo a filosofia reinante nesse centro de torturas, o que não servisse à repressão não deveria servir mais a ninguém. Eu fora catalogado entre presos especiais fanático, segundo Brasília. Eu, vinte e dois anos, quase um menino, simples estudante, comprometido, é verdade com a luta democrática, porém sem nenhuma importância maior, se não pela força e a disposição de resistir àquele monstruoso aparelho de repressão¹⁸⁰.

As duas primeiras fases da tortura vivida por Paulo, na descrição mostra um lugar pequeno e claustrofóbico, nas palavras dele, essa era mais uma forma de tortura psicológico com o objetivo de desordenar a mente do indivíduo.

Na Barão de Mesquita, o DOI-CODI não me dispensou as duas primeiras fases. Tiraram-me as roupas, vestiram-me um pequeno macacão-bermuda e atiraram-me chamada “câmara do Vietnã”. Era um cubículo de mais ou menos 2,00 x 1,80 metros, forrado por paredes de um material Eucatex, totalmente escuro, dentro do qual não se vê nem a palma da mão. Este cubículo está dentro de outro maior, de cimento. Lá dentro de outro intercalam-se silêncio total com sons eletrônicos altíssimos, como a de uma sirene fracionada, utilizada pelas rádios – patrulhas. De instante a instante, silêncio e sons, sons e silêncio. Conversando com os psicólogos mais tarde soube que era a utilização de dois estímulos contrários para desordenar mentalmente o indivíduo¹⁸¹.

A terceira fase da tortura era a Câmara do Vietnã, nesse lugar ele perdeu a noção do espaço e tempo e chegou a delirar, o pânico o fazia ter a sensação de estar ficando louco.

Dentro dessa “câmara” perde-se completamente a noção de tempo em poucas horas não soube mais há quanto tempo se está ali dentro. Não há ponto de referência. Ao mesmo tempo não se pode dormir. Para evitar a escute dos sons tentei vedar meus ouvidos com um pedaço de macacão. Mas eles estavam de fora me vigiando e me tiraram o macacão. Assim, nu, sem comer, sem beber, sem poder dormir, ou mesmo fazer qualquer necessidade fisiológica, sob o risco de ser obrigado a engolir qualquer coisa que expelisse, sentindo-me dentro do meu próprio esquife, após três dias – conferi as datas depois – comecei a ter acessos de delírios. Foi a pior experiência que tive. Saber – me ficando louco. Ouvia minha mulher me chamando, meu Pai me chamando, minha mãe me chamando, meus irmãos, na longínqua Belém, de repente caíam em mim e percebia que estava tendo delírios. Que ninguém poderia me chamar, porque eu estava enterrado vivo. Quando entrara na “câmara” tive um pensamento, e o registro textualmente, passados sete anos: “Se me trouxeram de Brasília para o Rio pra me colocar aqui dentro, isso eu vou tirar de letra”. Na verdade, três dias, após, perdi completamente o controle. Li com atenção, recentemente, a denúncia de Aldo Arantes que passou também pela mesma câmara, presumo eu pela descrição que dela ele fez. Diz ele que a “câmara” procura dar impressão de

¹⁸⁰ Jornal Resistência, Belém/PA, agosto, 1978. Nº 5. p.18

¹⁸¹ *Ibid.*

que o preso está ficando louco. Talvez tenha sido só isso. Talvez que eu tenha tido só a impressão. mas o que eles poderiam fazer comigo louco? Era o que mais me assustava. Fui entrando em Pânico, ou pavor. Pavor de ficar louco. Pavor de não controlar informações que por ventura eu tivesse. Pavor de prestar serviço àquela monstruosa máquina. O meu medo era o que eles poderiam fazer comigo louco. Comecei a tremer. Repetir-me: não vou falar...não vou falar ...não vou falar...não falar...”, indefinidamente, como já num processo de autossugestão. E de repente os sons. Tentava tapar os ouvidos com dedos, mas era inútil aqueles sons infernais enlouquecedores penetravam no meu cérebro. Cai em desespero. Parecia não haver saída¹⁸².

O medo maior do depoente diante das torturas que sofreu nem seria a morte, e sim de ficar louco. Essa problemática o fez se perguntar, o que eles poderiam fazer com ele louco? A situação de perigo que era imposta, fazia com que sua mente projetasse a tomada de decisão, fugir se houvesse essa possibilidade, desistir e ceder às pressões, ou continuar lutando independentemente das consequências. Mas, os estímulos visuais e físicos como os choques elétricos deixavam seu corpo no limite, mas isso fazia com que ele perdesse a noção da realidade e essa perda trazia a sensação de estar ficando louco.

O que eles poderiam fazer comigo louco? O medo não era morrer. O medo era ficar louco. O que eles poderiam fazer comigo louco? Cheguei a aceitar a loucura. Repetia-me para mim no desvario resistir, não vou falar, não vou falar... E de repente os sons. Terríveis passei a não controlar minhas reações motoras. O corpo tremia, todo. Febre, frio, delírio: a Hecilda me chamava, minha mãe me chamava, meu Pai me chamava. De repente caí em mim. Ninguém poderia estar me chamando. Eu estava ficando louco. Os sons, o corpo tremendo, a cabeça ardendo. Perdi o controle. Comecei a bater com a cabeça nas paredes, a gritar desesperadamente. Tirem-me daqui... tirem-me daqui. Foi quando me tiraram daquela “câmara”. Sentado numa cadeira cheia de fios elétricos que prendiam os meus pulsos, cadeira essa que se localiza dentro de um triângulo negro, dentro de uma sala completamente branca, cheia de luzes: dentro da qual o interrogador se coloca numa espécie de púlpito, tudo cientificamente preparado para o mais completo aniquilamento físico e mental do homem. Depois do depoimento em que aceitei as acusações que me faziam e que assinei sem ao menos ler, levaram-me para uma cela, onde havia uma cama. Lá fiquei em posição fetal durante quase uma semana, sem poder dormir, de olhos abertos, olhando o espaço vazio do quarto, ou da vida¹⁸³.

A estada no Rio de Janeiro não era definitiva, Paulo voltou para Brasília, dessa vez sozinho, pois Hecilda devido seu estado gravídico não passava bem e sofria com ameaças de aborto.

Passados mais alguns dias, levaram-me de volta para Brasília. A Hecilda não poderia ainda embarcar porque não passava bem, com ameaça de aborto, e a viagem poderia complicar ainda mais a sua situação de saúde. Dez dias depois, mais ou menos, permitiram que nos víssemos rapidamente no parlatório. Soube pelos maus pedaços pelos quais também ela havia passado. As torturas, todavia, não passariam¹⁸⁴.

¹⁸² Jornal Resistência, Belém/PA, agosto, 1978. Nº 5. p.18

¹⁸³ *Ibid.*

¹⁸⁴ *Ibid.* p.19

O PIC ficava em Brasília, era o local onde Hecilda e Paulo ficaram detidos, para eles esse espaço era um campo de concentração, era para ser uma referência em justiça, mas não era isso que acontecia, ali também ele presenciou, ou conheceu os atos mais cruéis que os seres humanos podem produzir, pois as torturas eram sistemáticas, na tentativa de obter confissões, nas palavras dele:

Passei o dia a dia do PIC. O PIC não é uma penitenciária comum, em que o preso fica sob o controle da justiça. É um pequeno campo de concentração. Ali quem manda é comandante, justiça é letra morta. A Lei, diziam eles, é para se cumprida, todavia era necessário deixar de cumpri-la por alguns momentos. Chamávamos a isso “Vacância Leges do PIC”. Ali conheci, creio, toda a crueldade que o gênero humano pode produzir. Durante dez meses testemunhei dos mais escabrosos crimes contra mulheres, homens, velhos, rapazolas, que o aparelho de repressão tem cometido no Brasil. Dentre talvez mais de uma centena de presos políticos que conheci nesses dez meses não houve nenhum mesmo, que não houvesse sido torturado. Tortura era o método mais sistemático empregado no PIC para obter confissões, todos eram torturados: simples suspeitos, simpatizantes da causa democrática e, principalmente, militantes das organizações clandestinas. Entre os principais torturadores do PIC estavam o Tenente Burgner, o Major Otho Rego Monteiro, o Sargento Ribeiro, O Sargento Vasconcelos, Arthur, Os Cabos Martins, Jamiro, Edson, Tomezaw, Nazareno, Colegari, Soldados Ismael e Almir. A princípio eles ainda possuíam o pudor de colocar o rádio em volume altíssimo para não ouvirmos os gritos que vinham da “salinha”. Depois não! Torturavam as escancaras, notadamente depois que foi comandar o PIC esse Tenente Burgner, sob a direção do major Othon do Rego Monteiro, dois fascistas torturadores dos mais perversos mesmo os que já tinham passado pela fase do interrogatório e estavam somente esperando julgamento eram provocados e torturados¹⁸⁵.

O confinamento e isolamento também faziam parte do método de repressão dos militares, e tudo que os presos faziam interpretavam que seriam concessões, coisas básicas passaram a ser retiradas ou proibidas, até mesmo itens de higiene pessoal, conforme relata Paulo:

Esse Major Othon Rego Monteiro Mandou, buscar-me na cela. Disse-me que nós estávamos tendo muitas concessões eram banho de sol, livros, um rádio, jogo de xadrez, enfim essas coisas pequenas, e sobretudo linha, agulhas e miçangas, com que fazíamos artesanatos para ajudar as famílias dos operários presos que passaram dificuldades. E assim o fez. Só que para ele até escova de dentes virou concessão. Tirou-nos tudo. Não poderíamos nem contar, nem ao menos assoviar. Nem a Bíblia poderíamos ler. Fui trancafiado numa cela em penumbra, onde fiquei quase três meses isolado¹⁸⁶.

Ser militante naquela altura do governo Médici já era perigoso, ser preso político era mais ainda, portanto qualquer denúncia ou tentativa de denunciar as atrocidades do governo podia botar em risco a sua vida. Dessa feita, Paulo denunciou as torturas que havia sofrido a auditoria militar e com isso foi vítima de tentativa de

¹⁸⁵ Jornal Resistência, Belém/PA, agosto, 1978. Nº 5. p.18

¹⁸⁶ *Ibid.*

homicídio, além do mais ele não tinha dado todas as informações referentes as atividades estudantis desenvolvidas em Belém. Nesse ponto, dá para saber que nos interrogatórios os agentes queriam as informações referentes a essas questões, mas era necessário dizer que não conheciam as pessoas, pois se não caíam sob suspeita e poderiam ser presas, pois já havia algumas pessoas que eram fichadas no DOI-CODI e respondiam a processo pelo decreto 477. Paulo cita algumas dessas pessoas.

Em abril, um torturador, que se dizia do CIEX, mas que soube pertencer ao CENIMAR, tentou me matar. Fazia pouco tempo que tínhamos dado o nosso depoimento na auditoria Militar. Nele havíamos denunciado o processo de torturas a que fomos submetidos, inclusive com o nome de torturadores, que eram nossos carcereiros, o que provocou-lhe ainda maior ódio. Foi quando devido a uma prisão ocorrida em São Paulo, eles verificaram que eu tinha logrado em muita coisa no Rio mesmo depois da “Câmara”, sonogando-lhes informações principalmente a respeito de tudo o que se referisse as atividades políticas estudantis em Belém. Sabia que bastaria dizer que conhecia alguém para que essa pessoa caísse sob suspeita, podendo até ser presa. O fichário do DOI-CODI é tipicamente fascistas. Qualquer pessoa de ideias democráticas, liberais ou progressistas é tida como comunista. Entre os que foram perguntados, por exemplo, e que estão fichados pelo DOI-CODI estavam os professores Aldebaro Klautau e Paulo Mendes. O Sergio Couto, hoje dono de imobiliária. O Deputado Arenista Plínio Coelho Neto e etc... embora que eu os conhecesse perfeitamente – O Paulo Mendes fora até meu professor na escola de teatro, O Plínio meu colega de faculdade – Um Parentese, o Plínio está fichado porque foi ameaçado de um processo 477 na Faculdade de Direito porque com mais oito colegas havia participado de um trote violento na calourada de 1969, que a Diretoria da faculdade havia considerado danoso ao patrimônio universitário. O DOI-CODI só sabia da ameaça do 477. E se ele estava ameaçado de 477 deveria ser mais comunista infiltrado na Universidade. Bem, os conhecesse perfeitamente, entre outros, neguei, procurando não comprometer ninguém além dos naturalmente comprometidos pelo natural do próprio inquérito¹⁸⁷.

Paulo volta a referir a prisão ocorrida em São Paulo, e comenta sobre sua participação no movimento estudantil em Belém, e interpreta de que os militares não tentaram o assassinar pelo simples desejo de vingança, mas porque queriam informações das pessoas que participaram da guerrilha do Araguaia. Para tanto ameaçaram Hecilda de estupro e torturaram ela e ele com ameaças de matá-lo.

Aquando dessa prisão em São Paulo, veio à luz minha participação Política no movimento estudantil em 1968 e 69 aqui em Belém. O pessoal do DOI-CODI ficou então furioso. Juntaram-se aí duas coisas: nosso depoimento na auditoria e um certo logro que mesmo naquelas condições difíceis do Rio de Janeiro eu havia lhes aplicado. Foi quando esse torturador tentou me matar. Não por simples sentimento de vingança. Ele queria saber o nome de uma pessoa possivelmente paraense que estaria envolvida na Guerrilha do Araguaia. Mas talvez de todas as pessoas que eles declinavam, e que por uma questão de princípios eu negava conhecer, esse fosse justamente o único que eu realmente não conhecia. Como ele sabia que eu não desconhecia os nomes precedentes, e que os negava conhecer, ele não acreditava que eu não conhecesse o nome da pessoa que ele queria. Então

¹⁸⁷ Jornal Resistência, Belém/PA, agosto, 1978. Nº 5. p.19

mais uma vez a tortura desabou. E dessa vez tão furiosamente que terminaria pela tentativa dele me assassinar. Ameaçava de estupro a Hecilda, que havia em fevereiro dado à luz ao nosso filho, choque elétrico, pau de arara, afogamento etc. No auge de sua história esse torturador, que gabava de não ter escrúpulos, avanço para mim, dizendo que ia me matar. Eu estava de joelhos no chão, amarrados no calcanhar. Ele pegou um cacetete, desses de choque de rua, com mais de um metro, e deu-me com ele, com toda a sua força, com duas mãos na cabeça, endereçando a pancada a base do crânio. Minha sorte foi que no exato momento da pancada, levantei a cabeça sendo atingido logo acima da testa, o que “apenas” ocasionou a fratura no osso, sem as consequências de morte. Depois esse mesmo torturador foi-me acusar de tê-lo feito perder a paciência¹⁸⁸.

O depoente ao ser julgado e condenado a um ano e oito meses considera essa condenação como verdadeira farsa. Contudo ainda que fosse a pretensão dos militares de lhe condenarem como terrorista, eles não conseguiram. Então seus delitos ficaram associados à sua vinculação a AP (Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil), a panfletagem contra o governo e a tentativa de reorganizar a UNE (União Nacional dos Estudantes) em Brasília, sobre isso ele revela:

Fui julgado e condenado em verdadeira farsa, a um ano e oito meses de prisão. A Hecilda foi condenada a um ano. Por mais que eles pretendessem não conseguiram acusar-nos de terroristas. As ações que teriam configurado meus delitos foram meia dúzia de reuniões vinculadas a Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil, uma panfletagem dentro da UNB contra o governo, uma pixação em Brasília contra a pena de morte e a tentativa de reorganizar a união a União Nacional dos Estudantes – UNB – na Universidade de Brasília. Viemos cumprir o resto da pena em Belém, onde ficamos na cadeia pública de São José. Posteriormente com a Hecilda Já em Liberdade, fui transferido para o Batalhão de Guardas de polícia Militar Gaspar Viana, onde cumpri minha pena até o último dia. Durante três a quatro anos fui perseguido por pesadelos noturnos, mas como diz o verso de Paulo Cesar Pinheiro “eles me prendem vivo eu escapo morto”¹⁸⁹.

4.1.3 Humberto Rocha Cunha

Humberto ao dar seu depoimento é apresentado como engenheiro agrônomo, mas para ele concluir o seu ensino superior não foi nada fácil, pois em sua jornada como militante de esquerda, antes de ser preso já havia sido condenado pelo decreto 477, que o forçou a um ato de desobediência civil na qual ele assumiu uma vida clandestina. No seu depoimento sobre o que sofreu nos porões da ditadura, considera que o governo Médici havia sido o mais sanguinário, conforme exposto abaixo:

Em fins de 1969, por divergência com o professor Rubens Rodrigues Lima da então EAA – Escola de agronomia da Amazônia (hoje FCAP – Faculdade de Ciências Agrárias do Brasil, fui denunciado à Polícia Federal e obrigado a assumir vida clandestina. Vivíamos o auge da Ditadura. Não havia ainda um ano que a junta militar havia entregue o poder ao general Médici, que era então o ditador de plantão. Se recordarmos que foi no período Médici que a ditadura assumiu sua face mais sanguinária, e que

¹⁸⁸ Jornal Resistência, Belém/PA, agosto, 1978. Nº 5. p.19

¹⁸⁹ *Ibid.*

aqui mesmo em Belém várias pessoas tinham sido presas há pouco tempo e barbaramente espancadas (pessoas que conheci no Movimento Estudantil ficaram inclusive com problemas por causa de torturas); se recordarmos isso, é fácil entender que, uma vez denunciado à PF eu não tenha ficado aqui para ver o resultado¹⁹⁰.

Figura 12 Relato da Tortura de Humberto Cunha



Fonte: Jornal Resistência, Belém/PA, Agosto, 1978. Nº 5. p. 21

As charges que são apresentadas no depoimento de Humberto no jornal Resistência, tentam interpretar de forma simbólica o que era praticado pela ditadura e do outro lado, o que acontecia com os adversários a esse governo. Desse modo, observa-se dois homens um maior e outro menor, o grande segura o menor que está em posição como se estivesse sendo crucificado. De acordo com simbolismo aplicado na imagem, verifica-se que o homem maior, possui uma expressão de poder, visto que ele segura o homem menor aplicando uma força que causa dor, em seu rosto percebe-se um ar de satisfação na tortura, dá um sentido de sadismo em sua atitude. Quanto ao homem menor, nota-se que ele está em posição de quem é crucificado, semelhante ao simbolismo cristão de Jesus que foi assassinado sendo inocente.

¹⁹⁰ Jornal Resistência, Belém/PA, agosto, 1978. Nº 5. p.21

Figura 13 Charge sobre as torturas durante a Ditadura Militar



Fonte: Jornal Resistência, Belém/PA, Agosto, 1978. Nº 5. p. 22

A charge 2 apresenta um grupo de personagens e uma pessoa central de costas. Na sua face pode-se ver um tipo de objeto redondo, acreditando se tratar de um tipo de lâmpada. O contexto remete a ideia de um tipo de interrogatório, não há uma definição de gênero. Entretanto, os traços da ilustração remetem aos traços do Edvard Munch no seu mais conhecido quadro, O Grito. Os que estão interrogando, estão de frente para o espectador, enquanto a pessoa interrogada está de costas, esse tipo de perspectiva coloca o espectador no lugar daquele que é interrogado, para que se desenvolva um tipo

de sentimento compartilhado. A expressão dos torturadores, a partir da expressividade dos olhos, demonstram ao mesmo tempo surpresa e loucura. O paralelo com a obra de Munch está no ponto de que a pintura remete esse estado de desespero que o ser humano é tomado, algo de irracional há no desespero humano, o mesmo pode-se verificar nesse momento em que esses estudantes, chamados pela ditadura militar de subversivos, enfrentam. A charge deixa em suspenso que na verdade o desespero se encontra no lado do torturador, pois os traços da pessoa de costa dão a ideia de alguém que está com serenidade no olhar e na forma altiva que enfrenta seus algozes. O volume de pessoas também mostra a covardia do momento.

A motivação para sua acusação, Humberto considera banal, pois ele seria um aluno de postura crítica, mas que naquela conjuntura não era bem recebido as suas críticas, pelo contrário, eram vistas como atitudes subversivas, dessa forma Humberto sofreu as sanções legais da época.

O motivo da acusação era banal: O professor Rubens Lima havia cometido várias arbitrariedades contra minha equipe no julgamento de um trabalho que corresponde ao atual NTI da UFPA, ou NHA da FCAP. Por causa disso, lancei uma Carta-Aberta. Numa conjuntura mais aberta, isso não seria motivo para fugir. Naquele tempo, era. O engenheiro-agrônomo Elias Seffer. (o mesmo que reprime posseiros no INCRA, sendo um dos responsáveis pelas proporções do caso perdidos, em Conceição do Araguaia) era diretor da escola. Ele não gostava de mim, pois eu sempre denunciei a péssima qualidade do ensino perante os alunos e sempre os conclamei a luta. Os atritos entre nós se avolumavam desde a época em que eu era presidente do Diretório Acadêmico, 1968. Seffer era brigado com Rubens Lima desde 1964, quando ele tinha tomado a direção da escola do professor Rubens Lima aproveitando-se de uma greve estudantil. Pois bem, nessa hora eles se uniram. Seffer endossou a parada e abriu as baterias contra mim. Usou tudo o que pode, inclusive o decreto 477. Desde fato banal (a divergências com um professor) resultou para mim o seguinte processo na escola pelo decreto 477, por propaganda subversiva, dirigido pelo professor Omir, de matemática e Desenho, um professor, um Professor cheio de vícios e mais arbitrário do que as leis já arbitrárias da Ditadura; um processo na assim chamada justiça Militar, também por propaganda subversiva¹⁹¹.

Humberto não se envolve em único processo, primeiro foi o problema em sala de aula que o levou a ser enquadrado no decreto 477 e resultou em uma clandestinidade, de acordo com o que ele comenta:

Pelo primeiro processo, fui proibido de estudar durante 3 anos em qualquer faculdade do País. Essa condenação, ratificada pelo então Ministro da educação, Jarbas Passarinho, é um libelo contra esse militar. Ele tem dito á imprensa que só aplicou o 477 em casos comprovados em que o estudante estava preparando a luta armada na universidade. Pois bem, o meu caso o desmente redondamente. É mais uma comprovação das inclinações fascistas do Sr. Jarbas Passarinho, como também dos Srs Seffer, Omir, Rubens Lima e outros que também participaram dos mesmos fatos, cujos

¹⁹¹ Jornal Resistência, Belém/PA, agosto, 1978. Nº 5. p.21

nomes agora não me recordo. Pelo segundo processo, fui condenado a um ano de prisão. Há uma cláusula nas leis vigentes que demonstram o caráter da Ditadura em que vivemos: o réu de crime político só pode recorrer da pena ao tribunal superior se estiver preso. Por causa dessa pena, não pude mais aparecer, e tive que ficar clandestino. Quando me encontrava preso (e, segundo o costume, torturado), meu advogado recorreu ao STM – Superior Tribunal Militar e qual não foi meu espanto: fui absolvido por unanimidade, pois os fatos que se deram aqui não tipificavam subversão. Apesar disso, nem o SR Passarinho (que ainda era Ministro), nem qualquer outra autoridade, pediram revisão do meu processo. Dessa forma, condenado que estava pelo 477, assim permaneci e permaneço, porque assim quiseram as autoridades. Que fique marcada sua responsabilidade perante a história¹⁹².

O delito de falsa identidade cometido por outra pessoa que assumiu a sua identidade fez com que Humberto fosse parar na lista de procurados do CENIMAR:

No princípio de 1970 comecei a ser procurado pelo CENIMAR, sob a alegação de que um operário paulista que estava sendo perseguido, saiu do Brasil usando o meu passaporte. No exterior a repressão diz que ele foi até a china e que depois tentou entrar de novo no Brasil com o mesmo passaporte. Foi preso na Guiana Francesa e a polícia francesa entregou o passaporte para a Marinha brasileira. Daí, fiquei na lista negra do CENIMAR. Por esses fatos vivi dois anos e 2 meses na clandestinidade. Ainda em 1970 abriu-se contra mim um outro processo, desta vez 1ª Auditoria Militar de São Paulo, sob a alegação de ter fundado e dirigido uma célula operária da Ação Popular (AP) no ABC paulista. Esse processo foi julgado, em 1972, depois que eu já estava preso. Fui Absolvido, por 3 motivos: A fotografia anexada aos autos não era minha; na época dos fatos eu morava e estudava em Belém, e não podia ser operário em São Paulo; Os acusadores ao serem acareados comigo perante o Juiz, disseram que não era eu a pessoa por eles denunciada¹⁹³.

Devido ao enquadramento no decreto 477, Humberto viveu de 1970 a 1971 na clandestinidade, na visão dele, aqueles anos foram duros, a repressão era intensa e grande a quantidade de organizações revolucionárias que tinham seus militantes presos. Com isso, ele andou pelo Brasil, com diferentes atividades laborais e assume um novo nome, passou a se chamar Sebastião Rosa de Oliveira, comenta Humberto:

Vivi na clandestinidade os dois anos e 1970 e 1971. Aqueles foram anos duros: as prisões se sucediam, as cadeias estavam cheias. As organizações revolucionárias eram sistematicamente destruídas pelos órgãos de repressão. Os melhores líderes do povo eram sistematicamente torturados e mortos. Aos poucos recompus minha vida. Após viver algum tempo como agricultor, eu e minha esposa Izabel Marques Tavares da Cunha, no Norte de Goiás, mudamo-nos para Belo-Horizonte. Lá, moramos em vários bairros operários. Minha esposa trabalhava como vendedora de livros. Eu trabalhava ora numa fábrica, ora em venda de livro, ora em outro serviço. Tirei documentos com novo nome, Sebastião Rosa de Oliveira, e cheguei a fazer exame de admissão e frequentar a 5ª série no Ginásio do Sesi¹⁹⁴.

Humberto volta a falar sobre as prisões dos militantes dando ênfase as detenções dos participantes da Ação Popular Marxista Leninista (APML) em vários pontos do

¹⁹² Jornal Resistência, Belém/PA, agosto, 1978. Nº 5. p.21

¹⁹³ *Ibid.*

¹⁹⁴ *Ibid.*

País, das diversas prisões ocorridas, em 1971, houve prisões de militantes da Ação Popular Marxista Leninista do Brasil (APML) em vários pontos do País: 2 vezes na Bahia, em Brasília, em São Paulo, em Juiz de Fora e em Belo Horizonte.

Em Belo Horizonte, eu e minha esposa fomos os últimos a ser presos, sob acusação de militância. Depois de uns 60 dias, mais ou menos, ocorreram ainda prisões de 5 simpatizantes. Quando fui preso, ou melhor sequestrado de minha residência, minha esposa foi levada junto comigo. Era o dia 29 de dezembro de 1971. A arbitrariedades começaram ainda dentro de casa: nosso jantar estava preparado, eu estava no meu quarto terminando de arrumar umas roupas e um material, de leitura, quando irrompeu porta adentro um sujeito de cara bexiguenta, aparentando 40 anos, de arma na mão. Julguei ser um assalto, pois ninguém que estivesse preso sabia onde era minha casa. Mas, logo ele me disse: “O senhor está preso”, e me algemou com as duas mãos as costas e obrigou-me a sentar num canto do quarto. Tempos depois, fiquei sabendo que a repressão achou nossa casa mostrando à população de uns 5 bairros nossos retratos e dizendo-se nossos parentes, que queriam nos fazer uma surpresa etc. Nesse dia haviam nos procurado por mais de 12 horas. Nos dias anteriores, haviam varejado o interior do Estado à nossa procura. O sujeito de cara bexiguenta era um “tira”, a serviço do DOI-CODI. Eu morava no bairro do Riacho das Pedras, na cidade industrial. O “tira” virou-se para outro cara que estava na sala e mandou-o ir buscar “o resto da turma”¹⁹⁵.

Humberto menciona também como se deu a truculência dos policiais ao efetuarem a prisão dele e de Iza Cunha. O sarcasmo demonstrado na atitude dos policiais significava um poder violento e excessivo acima da democracia. A rural chapa fria a qual foram transportados era sinônimo de que estavam com seus direitos violados e sua privacidade invadida, de acordo com a declaração abaixo:

Em seguida empurrou minha esposa dentro do quarto. Algemou-a e ameaçou-nos de atirar a qualquer reação. De repente, a casa encheu-se de homens. A primeira coisa que fizeram foi comer o nosso jantar, deixando-nos com fome. O tira de cara bexiguenta revistava todos os cantos a casa procurando armas. Queria a todo custo, que tivesse armas na casa. Isso, provavelmente, faria subir seu cartaz, com a cúpula da repressão. Demorou um pouco, mas acabou parando a inútil busca, decepcionado. Eu continuava jogado num canto, vestidos apenas com uma velha bermuda e uma velha camisa, calçando com sandália japonesa, algemado com as duas mãos às costas. Nesse momento, chegou o sargento Kleber, do 12º. Regimento de infantaria do Exército a Serviço do DOI- CODI, indivíduo sanguíneo. Naquela hora, eu ainda não sabia seu nome. Já entrou no quarto ameaçando. Num ligeiro bate-boca a quatro, entre eu, minha esposa, o tira da cara bexiguenta e o sargento Kleber, acabamos conseguindo que minha esposa levasse alguma roupa. Eu só pude levar a roupa do corpo (a camisa e a bermuda velhas, e a sandália). Lembro-me que o tira da cara bexiguenta disse-me assim: “cadeia não é passeio, que as pessoas tem que ir arrumadas”. Cerca de 2 ou 3 horas depois de ter-se iniciado a invasão da casa, fomos retirados de dentro e empurrados para a parte da frente, onde fomos colocados. Dentro de uma Rural azul de chapa fria. Havia um outro veículo, cuja marca e modelo não me recordo. Partimos em direção ao centro da cidade nossa casa ficou ocupada pelos demais “tiras”, na suposição de que alguém pudesse vir procurar-nos e, por esse meio, ser preso. No caminho, paramos na garagem do prédio da Secretaria de Segurança Pública, Na Praça da Liberdade,

¹⁹⁵ Jornal Resistência, Belém/PA, agosto, 1978. Nº 5. p.21

próximo ao Palácio do Governo, a diversas repatriações públicas e a um prédio pertencente a Universidade Católica. Lá, tiraram a chapa fria da Rural e puseram a verdadeira. Ao sair de lá, os “tiras” nos perguntaram se queríamos comer alguma coisa. Pararam em uma lanchonete, pediram lanche reforçado e ficaram comendo em nossa frente, sem nada nos dar para comer.¹⁹⁶

Humberto e Iza foram levados para o DOPS, na visão dele o policial que iria lhe receber não possuía boa aparência física e ele admite que naquele momento também se encontrava com as feições debilitadas, por esse motivo não correspondia às expectativas daqueles que o esperavam como se fosse um guerrilheiro.

Em seguida fomos levados para a sede do DOPS, na Avenida Afonso Pena. Quando subimos as escadarias, estava no saguão do prédio um indivíduo magro, com cara de quati. Depois, fiquei sabendo que se tratava do Tenente Melo do Exército, àquela altura respondendo pela chefia do DOI-CODI, em substituição ao Tenente Marcelo, outro torturador, também do Exército. Esse Melo, é fácil de localizar seu nome e demais dados, pois naquele momento, além de responder do curso de Economia da Universidade Católica, onde ainda continuava pelo menos até 1974. Quando cheguei ao topo da escada, Melo disse “P... esse é que é o guerrilheiro? Esperava algo melhor. Esse não passa de um cadáver ambulante”. De fato, eu estava muito magro, pelas dificuldades de alimentação e outras condições de vida que tinha tido nos últimos dois anos¹⁹⁷.

Os relatos de terror vivido por Humberto, mostram os momentos assustadores que eles viveram, a sangria que eles causavam não os faziam recuar, então resistir só mais alguns minutos eram motivo de superação para o torturado, que continuava apanhando, e ele descreve os tipos de tortura que sofreu:

Fomos então conduzidos ao 3º andar, onde me empurraram para dentro da última sala à esquerda, no fim do corredor. Minha mulher foi empurrada para a sala à direita. Começou então uma sessão de pancadaria. Mais de 10 homens se reuniram para bater, entre eles, o de cara bexiguenta, o Tenente Melo, o Sargento Kleber e muitos outros cujo nome não cheguei a saber. Em poucos minutos, estava sangrando, com a roupa rasgada, sem sandálias. O de cara bexiguenta repetia: “É bom falar logo, você não tem caixa para apanhar. Vai se arrebentar todo”, nada me perguntavam só batiam. Certo momento, o tenente Melo me espirrou um spray que queimava a carne da gente por dentro, sem deixar marca na pele. Deve ser algum produto americano, nunca consegui saber o que é. Não sei quanto tempo apanhei nessa sala. Sei que num certo momento me tiraram as algemas, e continuei apanhando. A única preocupação que eu tinha era não cair e não gritar. Não queria lhes dar esse gosto. De repente entrou alguém na sala e disse: “já está desocupada”. Pararam de me bater e me fizeram atravessar o corredor, entrando na mesma sala onde já tinha entrado minha esposa. Essa sala tinha comunicação com duas outras: uma grande, à direita, onde funcionava o comando do DOI-CODI. Outra, minúscula, à esquerda, para onde me empurraram. Era, aparentemente, um depósito de coisas velhas: pneus velhos, cavaletes, outros trastes. Era uma salinha quente, de cerca de 2 metros de largura por 3 de comprimento. Uma lâmpada ficava o tempo todo acesa, aumentando o calor. Mandaram que eu tirasse a roupa eu me recusei. Começaram a me bater novamente, terminaram de rasgar minha camisa,

¹⁹⁶ Jornal Resistência, Belém/PA, agosto, 1978. Nº 5. p.21

¹⁹⁷ *Ibid.* p.22

tiraram à força minha bermuda. Rasgaram a Cueca. Fiquei inteiramente nu. Pegaram dos cavaletes e colocaram à distância de uns 1,5 ou 2 metros um do outro. Amarraram-me as duas pernas, à altura do tornozelo, com um rolo de gaze torcida, de modo a ficar firme, mas não deixar marcar. Forçaram-me a perna, até que os joelhos tocaram o peito. Alguns homens seguravam minhas mãos, os outros o corpo, outros as pernas, outros a cabeça e batiam ao mesmo tempo. Colocaram cano de ferro de uns 2 metros de comprimento na curva do joelho e dobraram a perna para trás, passando imediatamente meus braços por baixo do cano de ferro e por cima das pernas, unindo meus pulsos próximos aos joelhos, de modo a me deixar imobilizado. Um “tira” colocou-me as algemas. Outro “Tira amarrou-me os pulsos com gaze e tirou as algemas. Levantaram então o cano de ferro pelas pontas e botaram apoiado nos dois cavaletes. Fiquei pendurado, com a cabeça para baixo. Eu tinha uma vaga ideia de um instrumento de tortura chamado “pau-de-arara”. Agora eu sabia o que era: um cano de ferro e dois cavaletes onde o torturado fica pendurado como quem transporta porco em varal, com a cabeça para baixo, o sangue afluindo ao cérebro em alta escala, os músculos se distendendo mais e mais. Mesmo pendurado, continuei apanhando. Me batiam com as mãos em concha nos ouvidos (chamavam isso de telefone). Batiam-me na cabeça e no corpo com cassetete de borracha, davam-me chutes por todo o corpo. A partir do momento em que fui colocado no “pau-de-arara” diminuí o número de torturadores. Quem mais me torturou, a partir daí foram o tenente Melo, O sargento Kleber e o cabo Santos¹⁹⁸.

Humberto era acusado e classificado pelos militares como guerrilheiro e o controlador das estratégias da APML, nesse caso ele faria a articulação entre os lugares de funcionamento dessa entidade, o qual se denominavam de ponto. Ao negar as acusações dos militares ele acabava sendo torturado. Eles queriam na verdade, pelas palavras de Humberto, chegar nos principais líderes das organizações e eles sabiam que ele tinha essas informações, por isso, o ameaçavam na tentativa de que fosse ceder e fornecer todos os dados que estavam querendo.

Melo me disse que, para simplificar as coisas, eles tinham informação de que eu secretário da célula de serviços do Comitê Regional da APML, que eu controlava os pontos desse comitê e as ligações com o comitê central, que eu controlava a gráfica. Ainda mais, que eu tinha sido treinado na China em técnicas de guerrilha e sabia yoga, judô, Karatê e capoeira. Mas eu estava ali, nas mãos deles. Que eles iam me matar. Que eles sabiam que minha família era pobre e ninguém ia se preocupar se eu morresse. Portanto, que eu começasse logo a falar, a “dar os pontos” do pessoal do comitê Regional, do Comitê Central, os mimeógrafos, e tudo mais que eu soubesse. Fiquei calado, como sempre. Então eles trouxeram a única coisa que me fez gritar: a máquina de choque. Era um magneto de telefone de campanha, com 2 fios com as pontas desencapados: um era amarrado no dedo mínimo da mão, e o outro ficava livre, para ser encostado em diversas partes do corpo. Mas a cabeça era o local onde mais me davam choque. O magneto de telefone produz uma corrente elétrica de pequena intensidade. Contudo, ao ser girada sua manivela com maior velocidade, aumenta a intensidade da intensidade da corrente, forçando os músculos a se contraírem com violência. Se o corpo da pessoa estiver molhado, a velocidade, a violência do choque aumenta, podendo atingir alguns milhares de volts. O tenente Melo era o mais sádico na aplicação dos choques. Periodicamente, voltavam a repetir a mesma coisa: eles queriam os cabeças da organização, que o resto dela estava destruído. Tirando os gritos por causa dos choques, eu continuava calado.

¹⁹⁸ Jornal Resistência, Belém/PA, agosto, 1978. Nº 5. p.22.

Então tiraram-me do “pau-de-arara” e me amarraram com gazes numa cadeira de ferro. Amarraram as 2 partes do fio na cadeira e giravam a manivela no magneto. eles chamavam essa cadeira por dois nomes: “cadeira-elétrica” e “cadeira-do-dragão”. Por ser de ferro, a intensidade do choque aumenta, e as contrações dos músculos são de tal forma que temos a impressão de estar sofrendo uma convulsão. Repetiam sempre as mesmas perguntas. Não sei quanto tempo fiquei ali, quando desmaiei, devia ser quase de manhã. Acordei no dia seguinte numa cela imunda, com colchões velhos e rasgados, cheio de pulgas, sem qualquer colcha, lençol, travesseiro ou cama. Essa cela ficava nos porões do DOPS, num corredor em existiam selas de ambos os lados. Era um local barulhento, pois, os carros e caminhões que passavam na Avenida Afonso Pena faziam ressoar as paredes da cela e, às vezes, tremer, o chão. Além disso, ao lado da janela, ficava o canal e uma rampa por onde passavam carros. Eu estava só na sala. Em outras celas haviam outros, da AP da APML, da ALN, do PC do B. Eu estava todo machucado, sem camisa, sem sandálias, com a bermuda rasgada, sem dentadura. Depois de algum tempo entregaram-me a dentadura. Num certo momento, ouvi um grito: “Olhe a geladinha”, e empurraram uma marmitta para dentro da cela. Era intragável. Eu sou conhecido com alguém que tem um estômago de aço e que come tudo. Mas aquela comida não deu. Era a sobra. a babugem, da penitenciária de Neves. Não deu para comer, apesar de fazer cerca de 24 horas que eu não comia. Na véspera, ouvi, o tenente Melo conversando sobre o meu caso com outro torturador, e tinha ventilado 3 hipóteses: 1) Deixar-me vários dias sem dormir, de modo que eu perdesse totalmente a noção de tempo, espaço, tudo; 2) aplicar-me o “soro da verdade” (pentotal), que ele disse saber em que farmácia comprar; 3) Levar-me para a serra, num local afastado, enterrar-me até o pescoço e colocar sal em minha boca, deixando-me passar um ou mais dias no sol. Argumentava ele que as informações que eu tinha eram urgentes e que tinham que arriscar me matar. Que, além disso, minha família era pobre, morava no Norte e minha morte não causaria repercussão¹⁹⁹.

Após ser ameaçado de morte e sofrer intensas torturas, Humberto não delatou ninguém, porém o desejo de morrer tomou conta dele, pois parece que não via saída para a situação que estava vivendo, já não comia e passou também a não tomar água, pois seu desejo naquele momento era se livrar do problema causando a sua própria morte por inanição.

Como não consegui comer, só conseguiria sair do lugar arrastando-me e a perspectiva era a mais negra para mim decidi também não tomar água, para apressar o fim. Com os choques elétricos, a gente perde muita água do organismo e eu me recusava a beber água. Se era pra morrer, antes ser logo. No princípio da tarde, o tenente Melo veio à minha cela, colocou-me um capuz e levou-me quase carregado, pois eu quase não andava. Quando chegamos no terceiro andar, juntou-se a ele o capitão Portela, torturador muito conhecido em Minas Gerais. Tiraram-me a capuz e disseram-me: “Corre, f.d.p., que queremos te metralhar”. Eles não tinham metralhadora. Pouco antes de entrar na sala de tortura tinha um senhor de bastante idade sentado em um banco. Depois soube que era Geraldo Menezes Ex-líder operário de Belgo-Mineiro. O Capitão Portela deu-lhe um tremendo tapa no rosto, que quase o derruba do banco. Deu tapa e seguiu adiante, sem perguntar nada. Era pura maldade. Neste dia fui torturado “a tarde e à noite, até desmaiar. Fui torturado na frente da minha esposa, ele também apanhou na minha frente. Num certo momento haviam 8 ou 10 homens batendo nela na minha frente. Os principais torturadores desse dia foram o capitão

¹⁹⁹ Jornal Resistência, Belém/PA, agosto, 1978. Nº 5. p.22

Portela, o capitão Pedro Ivo, O tenente Melo, o sargento Kleber e o Cabo Santos. Levei muito choque elétrico na cabeça, apanhei muito de cassetete e com uma régua de madeira na cabeça num certo momento, o tenente Melo tentou introduzir um cassetete no meu ânus²⁰⁰.

Humberto descreve outras formas de tortura que sofreu, além daquelas mais comuns que todos os presos descrevem em seus depoimentos.

Outras torturas sofridas nessa tarde foram o “plano inclinado” e o “colar”. O “plano inclinado” é uma tábua de cerca de 2 metros de comprimento apoiada em uma cadeira, onde somos obrigados a ficar em pé, em equilíbrio precário. O “colar” é pneu velho de Rural ou Jeep que é colocado em nosso pescoço numa posição determinada que fica constantemente pressionando a base do cérebro. Essas torturas não eram isoladas, mas sim combinadas. Como eu me recusei a ficar na posição que eles queriam, batiam-me, davam choque, aumentando ainda mais a instabilidade do equilíbrio no plano inclinado. Pelo meio da tarde, tentaram, o amaciamento. O major de infantaria Casemir Vieira, do 12º R.I, encarregado do inquérito tentou por todos os meios persuadir-me a falar, ou então escrever, o que eu sabia. Entregou-me papel e caneta mandou-me sentar e disse: “escreva, se não esse pessoal aí vai voltar a te torturar”. Não escrevi. Devolvi o material e voltei que já sabiam qual era o meu nome verdadeiro, meu grau de instrução etc. No 3º dia 31 de dezembro à tarde, eu mal dava conta de mim. Lembro-me de duas pessoas me retirando da cela e carregando-me até a sala de comando do DOI-CODI e deixaram-me em pé. Eu mal me sustinha para não cair. Estavam presentes o major Casemir Vieira, um indivíduo a quem ele chamava de “chefe” e várias outras pessoas a quem não consegui identificar. O major Casemir Vieira dizia: “Ele é perfeitamente resistente a dor, chefe apenas o choque provoca nele alguma reação. Mas já aplicaram choque demais não souberam usar”. Mandou então que me aplicassem algum choque, girando a manivela lentamente. Mas eu já estava muito fraco e as primeiras descargas, eu caí. Fiquei ali semiconsciente, e a última coisa que me lembro foi o major Casemir Vieira, queimando-me duas vezes com cigarro no peito, para provar ao “chefe” que eu era insensível. Então, entrei em coma, só recobrando os sentidos 11 dias depois. Inicialmente, segundo outros presos àquela época no DOPS, o DOI-CODI limitou-se a me jogar de volta na cela e lá deixando-me, afirmando continuamente que eu estava fingindo. Depois de alguns dias, trouxeram um médico de barba ruíva, professor da UFMG, que possui um Pronto Socorro próximo ao DOPS, para me examinar. Ele também afirmou que eu estava fingindo e aplicou-me uma injeção. Alguns dias depois, levaram-me no pronto socorro desse mesmo médico e me deram algum tipo de medicação. Nesse meio tempo, veio uma equipe do CENIMAR para me levar para o Rio. Chegaram a ir me ver na cela, e então desistiram. A intenção do DOI-CODI e do major Casemir Vieira era deixar-me morrer na cela²⁰¹.

Devido a sua fraqueza por fazer greve de fome ficou bem debilitado, e ainda sim sofreu as violências, que foram relatadas por ele, foi necessário ser hospitalizado, embora o objetivo dele e dos militares fosse a sua morte.

Dois fatos, então, contribuíram para que me mandassem para o Hospital Militar da Polícia Militar. Um deles: minha esposa sempre insistia que queria me ver, afirmava que provavelmente eles já teriam me matado e ameaçava denunciar minha morte na 1ª oportunidade. Outro talvez mais decisivo; HAVIA UMA RIXA ENTRE DOI-CODI E DOPS. O encarregado

²⁰⁰ Jornal Resistência, Belém/PA, agosto, 1978. Nº 5. p.22

²⁰¹ *Ibid.*

das Celas, que era do DOPS, não queria se responsabilizar pela minha morte e, discutindo com os responsáveis do DOI-CODI, disse que só me deixaria morrer na cela se estes últimos assinassem um papel se responsabilizando. Foi então que me mandaram para o Hospital. No Hospital, fiquei até recobrar a consciência, e mais 14 dias. Ali, várias irregularidades ocorrem. Inclusive, fui interrogado na cama por 2 oficiais fardados da 4ª Região Militar, que não se identificaram. Eles foram introduzidos no meu quarto pelo diretor do hospital, um coronel da PM. Também o major Casemir Vieira e outros estiveram no meu quarto me pressionando. Por duas vezes ele levou minha esposa para nos ameaçar em conjunto e reforçar-nos a falar o que eles queriam. Outro que foi o capitão Pedro Paulo Pires Camargo, que, então tinha assumido a direção do DOI-CODI. No 28º dia após ser preso, voltei de novo ao DOI-CODI. Assinei um depoimento confirmando as coisas que eles diziam de mim. Fiquei jogado em seguida numa cela de serviço de obras da polícia Militar (SOPMMG), sem direito a banho de sol, revistas, advogado, nada. Para que minha família fosse avisada, para poder ver minha mulher e poder tomar sol, tive que fazer uma greve de fome que durou cerca de 12 horas. Então, eu já estava com prisão preventiva decretada pelo juiz Auditor da 4ª CJM, Dr Hippolyto Joaquim Teixeira. Tive então duas visitas de minha esposa, sob custódia (ela continuava presa) e 2 de meu irmão. Assinei uma procuração para o advogado, mas ele não pode me ver. Foi proibido de fazê-lo. Nessa época, eu tinha escrito uma defesa para encaminhar à 4ª CJM. Foi me confiscada, juntamente com algumas cartas que tinha aprontado para minha esposa. As cartas, ela conseguiu reaver. A defesa política, nunca me foi devolvida. Fui mandado para a penitenciária de Linhares, em juiz de Fora, onde passei cerca de 3 dias. Depois, mandaram-me de volta para Belo Horizonte, pois o DOI- CODI decidiu instaurar novo inquérito sobre o meu caso. Foram mais de 60 dias de isolamento, desta vez na solitária do 12º regimento de Infantaria, do Exército. Ao todo, passei, portanto, cerca de 120 dias isolado, com uma ou outra quebra eventual. Advogado, vi apenas uma vez, no dia em que cheguei à penitenciária, num corredor, sob vigilância do guarda. Aliás, as poucas vezes em que pude falar com minha esposa e meu irmão foi sob cerrado controle²⁰².

A prisão de Humberto continuou em São Paulo, só que dessa vez sem tortura. Contudo, as dificuldades para ter seus direitos garantidos ainda continuaram, com isso ele voltou novamente a fazer greve de fome, que o levou a ser hospitalizado. Após esse período, Humberto foi colocado em liberdade por decisão do Supremo Tribunal Militar

Em seguida, levaram-me para São Paulo, onde fiquei preso mais ou menos um ano. Aí as coisas foram novamente difíceis, embora eu não eu não tenha sofrido sessões de tortura. Um ou outro tapa na cara, que deram na OBAN, já pouco significava. Para termos nossos mínimos direitos garantidos, tivemos que fazer uma greve de fome, que começou no presídio Tiradentes e terminou na casa de detenção, passando pelo Hospital da penitenciária. Durou 38 dias, em duas etapas uma de 6 dias e outra de 32 dias. Nesse intervalo, durante a 2ª fase da greve de fome, fui levado ao juiz e colado em liberdade, por determinação do STM²⁰³.

Em liberdade, Humberto volta para casa e continua os seus estudos na faculdade, após um longo tempo aprovado no vestibular, depois de muito tempo e

²⁰² Jornal Resistência, Belém/PA, agosto, 1978. Nº 5. p.23

²⁰³ *Ibid.*

muitas adversidades vividas por ele na vida para conseguir retornar à sala de aula, conforme ele relata abaixo:

Voltei à faculdade, depois de muita dificuldade. Os Drs. Elias Seffer e Virgílio Lisbonati, diretor e vice-diretor da FCAP tudo fizeram para que eu pedisse transferência. Era minha esposa quem estava tratando da matrícula. Ela ameaçou entrar com mandado de Segurança. Os diretores, então recuaram e passaram o assunto à U. A.D (Unidade de Apoio Didático) que encaminhou ao conselho Departamental. Finalmente, após acalorados dos debates no conselho Departamental, deram-me a matrícula. Outubro de 1973: em meio ao semestre sou chamado a Juiz de Fora, juntamente com minha esposa, para o julgamento, ou melhor, a farsa. Fui condenado a 18 meses. Tive que cumprir o resto da pena. Perdi mais um ano de faculdade. Esses últimos anos de cadeia se deram sob constante luta contra a direção da penitenciária, para ver garantidos os mínimos direitos. Foram constantes os castigos, o confinamento na solitária. Fui solto, finalmente, no princípio de dezembro. Voltei à faculdade em 1974, finalmente concluindo o Curso de engenharia Agrônômica em 1976, 10 anos após ter sido aprovado no vestibular, para um curso de 4 anos²⁰⁴.

Humberto faz seu relato ao jornal *Resistência* e fala sobre a motivação de tomar tal atitude e defende que está fazendo isso para alertar o povo sobre os males que a ditadura causava ao país. Ele achava também que seu sofrimento não havia sido em vão, inclusive defende que suas atitudes, assim como de seus companheiros que sofreram nas mãos dos militares, foram exemplos que erguem bem alto a bandeira da democracia e do socialismo e manteve a chama da liberdade acesa quando apenas o medo pairava sobre a nação. E para finalizar seu relato, ele defende os motivos das suas lutas.

Relato esses fatos, não por uma questão pessoal, de autopromoção. Faço-o para alertar o povo a respeito dos males que a Ditadura tem causado ao País. Não acho que foi em vão meu sofrimento, nem de tantos outros presos, torturados, humilhados, assassinados. Nosso exemplo ergue bem alto a bandeira da democracia e do socialismo e mantendo coesa a chama da liberdade, quando apenas o medo pairava sobre a nação ficou gravado no coração do povo. Lutávamos por melhores condições de trabalho e de remuneração para a classe operária, por sindicatos livres, por total liberdade de organização. Hoje, os operários conquistam esse direito em sua prática cotidiana, em suas greves e comissões de fábrica. Lutávamos por uma reforma agrária radical, que dê terra para quem nela trabalha. Hoje, largos setores da população o fazem. Milhares de agricultores se mobilizam para exigir e garantir o que é seu. Lutávamos por melhores condições de vida para todo o povo; por liberdade de organização e expressão, por um ensino comprometido com os interesses do povo, e de boa qualidade. Hoje, amplos setores do povo lutam por esses objetivos. Lutávamos, enfim, para que no futuro a classe operária brasileira, em conjunto com a classe operária de todo o mundo, implante afinal uma sociedade sem classes, sem ódio, sem injustiça. E essa luta continuará, até a vitória final!²⁰⁵

²⁰⁴ *Jornal Resistência*, Belém/PA, agosto, 1978. Nº 5. p.23

²⁰⁵ *Ibid.*

4.1.4 Hecilda Veiga - Estudante

A história de Hecilda é emblemática ao revelar como as mulheres desempenharam um papel significativo nos movimentos políticos de oposição à ditadura militar, motivadas principalmente por convicções políticas profundas. Ela e muitas outras mulheres não se envolveram nos movimentos políticos apenas por questões de gênero, mas sim por uma firme convicção em mudanças sociais e políticas. Elas viam na resistência contra a ditadura uma oportunidade de lutar por um país mais justo e democrático, mesmo em um contexto em que o feminismo moderno ainda estava se consolidando.

Essas mulheres buscavam não apenas resistir ao regime militar, mas também promover transformações profundas na sociedade brasileira. Seu envolvimento político refletia uma aspiração por direitos civis, igualdade social e liberdades democráticas, enfrentando assim não apenas a repressão política, mas também desafios estruturais arraigados na sociedade.

Durante a ditadura militar, as discussões sobre gênero e os direitos das mulheres não eram tão prevalentes como são hoje. No entanto, isso não impediu que mulheres como Hecilda e outras se destacassem como líderes e agentes de mudança nos movimentos de resistência. Elas desafiaram estereótipos de gênero e contribuíram significativamente para a luta por democracia e justiça social. É crucial reconhecer o papel dessas mulheres na história do Brasil, documentando suas contribuições e destacando suas histórias individuais como parte essencial da luta coletiva pela liberdade e pelos direitos humanos durante um dos períodos mais sombrios da história do país.

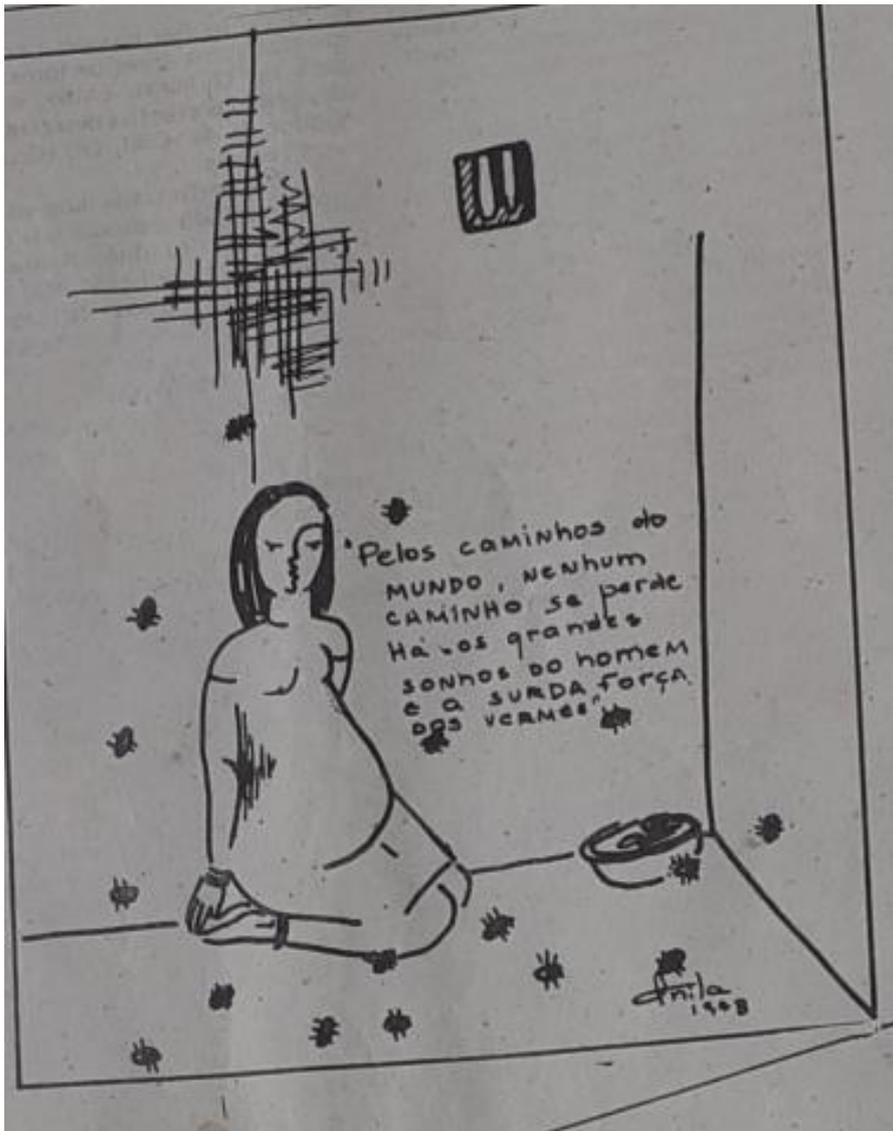
A história de Hecilda e de outras mulheres nos movimentos políticos contra a ditadura militar exemplifica como a motivação política profunda supera as limitações impostas pelo contexto histórico e social. O Engajamento e Liderança dessas Meninas/Mulheres "sonhadoras", provenientes de movimentos estudantis, escolas e universidades, desafiaram a ideia de que seu papel era restrito a espaços específicos. Muitas lideravam movimentos de esquerda com dedicação e disciplina, rompendo com estereótipos tradicionais de gênero. Apesar das especificidades orgânicas como menstruação, gravidez e parto, as mulheres enfrentavam as mesmas condições brutais que os homens durante as torturas físicas e psicológicas. A violência dos militares não

fazia distinção de gênero, colocando todas as vítimas em situações de sofrimento e desumanização. As mulheres eram frequentemente julgadas e criticadas por estarem envolvidas em atividades políticas ao invés de cumprir papéis tradicionalmente atribuídos a elas dentro de casa. Esse julgamento refletia uma visão patriarcal que considerava a participação feminina na resistência como uma transgressão ao papel social esperado para elas.

Ainda hoje, a história dessas mulheres está sendo estudada e gradualmente reconhecida, destacando a importância de documentar suas contribuições e desafios enfrentados durante um período de intensa repressão política. Sobre a coragem e a determinação das mulheres que lutaram contra a ditadura militar no Brasil, destacando como elas desafiaram normas de gênero e contribuíram significativamente para os movimentos de resistência, mesmo enfrentando violências e discriminações específicas por sua condição de gênero. Devido ao subjugado masculino dos militares, as mulheres eram vistas como seres humanos de segunda categoria ou uma subclasse de mulheres, as subversivas, rebeldes, loucas, vadias etc.

Elas tinham medo da prisão e tortura, porém quando isso acontecia, o sonho de mudança social as transformava em verdadeiras Leões, esse foi o caso de Hecilda Mary Veiga – estudante universitária participante da diretoria da SDDH. Seu depoimento já foi publicado pela imprensa do sul do país, no jornal “Brasil Mulher”. Ela resistiu bravamente à ditadura mesmo estando grávida, conforme as charges e o seu próprio relato:

Figura 14 Charge Ilustrando a condição de Hecilda Veiga na prisão



Fonte: Jornal Resistência, Belém/PA, Agosto, 1978. Nº 5. p. 24

Figura 15 Interrogatório de Hecilda Veiga



Fonte: Jornal Resistência, Belém/PA, Agosto, 1978. Nº 5. p. 25

No dia 6 de outubro de 1971 fui presa pelo Codi em um ponto-de-ônibus da Avenida w-3, em Brasília. Embora fosse noite (Cerca de 21 horas), pude perceber o aparato policial montado na Avenida se Aproximaram e segurando-me grosseiramente pelos braços, me arrastaram, sob os meus protestos, até um carro estacionado a poucos metros. Fui levada para a Delegacia de polícia Federal onde me informaram que havia sido presa por uma operação conjunta do exército e da Polícia Federal, operação essa encarregada da repressão às atividades “subversivas” em Brasília²⁰⁶.

Hecilda durante a sua militância passou alguns momentos bem difíceis, um deles foi o fato de ter sido presa e torturada, como ela mesma revela, não teria sido um momento bom, nem para ela e muito menos para os seus filhos que ensaiavam vir ao mundo já com bastante sofrimento. Grávida de 5 meses ela conhece a selvageria dos

²⁰⁶ Jornal Resistência, Belém/PA, agosto, 1978. Nº 5. p.23

seres desumanos, com ameaças que seu filho não deveria nascer, conforme relato a seguir:

Nessa mesma noite, grávida (5º mês), pude conhecer a violência e a Selvageria dos métodos utilizados pelas autoridades dos órgãos de segurança em nosso país. Quiseram saber do meu marido, quem era, o que fazia. Recusei-me a prestar qualquer informação, o que os irritou. Tomaram-me a bolsa onde trazia a carteira de estudante expedida pela Universidade de Brasília (cursava Ciências Sociais). De posse do referido documento, comunicaram-se com a UNB e poucas horas depois obtiveram o nosso endereço. Quiseram obrigar-me a escrever um bilhete para o meu marido, também estudante da mesma, Universidade (cursava Direito e história), certamente para facilitar-lhes a prisão. Com a minha recusa passaram aos insultos, às ameaças, às brutalidades e a sentença que me acompanhou durante longo tempo: “FILHO DESTA RAÇA NÃO DEVE NASCER!”²⁰⁷

Figura 16 Filho desta raça não deve nascer



Fonte: Jornal Resistência, Belém/PA, Agosto, 1978. Nº 5. p. 23

A manchete do Jornal Resistência, bem como o depoimento de Hecilda, destacam nas palavras dos militares a sentença revelada na frase: “Filhos desta raça não deve nascer”, subentende-se no texto que a palavra raça significava discriminação, ou uma separação, denotando que essa “raça” deveria morrer, ser exterminada, no intertexto estava a ideia de que o termo “raça” seriam os “comunistas”, logo não deveriam nascer. Com isso, acabavam sendo tratados com desprezo, viam esta condição em analogia à “raça” como algo pejorativo, então, o pensamento deles era – todo comunista não é de “raça” boa, logo “os filhos deles também não”, ou seja, “todo comunista é subversivo e terrorista”, logo, “seus filhos também os serão”. Então trabalhavam com a ideia de “limpeza ideológica/raça” desse grupo. Com essas atitudes

²⁰⁷ Jornal Resistência, Belém/PA, agosto, 1978. Nº 5. p.23

essa corrente ditatorial determinava quem deveria viver ou morrer, decidindo o destino de jovens estudantes e sua descendência. Portanto, hierarquizando a existência.

A discriminação e a violência sofrida pelos jovens estudantes de esquerda os deixavam vulneráveis, preocupados com medo de morrer. Hecilda por estar grávida, teve o sofrimento triplicado, por seu marido, por ela e principalmente pelo fruto do seu ventre, seu primeiro filho, que desde embrião já se encontrava com a violência humana da disputa por poder, mesmo sob as palavras: “a moça pode abortar”. Sobre isso ela relata:

Horas mais tarde, ao chegar em casa, meu marido surpreendeu-me com um carro parado logo adiante. Surpreendeu-se mais ainda com a notícia dada por seus ocupantes (1 mulher e 2 homens): “Sua mulher foi atropelada. Está no Hospital Distrital da L2 Norte”. Prontificaram-se a levá-lo até o Hospital, o que foi aceito. Levado até a porta do citado Hospital recebeu a voz de prisão. Para dá-la a público gritou às pessoas que lá se encontravam que estava sendo sequestrado, identificando-se como estudante. Na presença delas foi agarrado e espancado com violência pelos 6 policiais que já estavam à porta do Hospital, esperando. Foi jogado para dentro de um carro debaixo de palavras e, em seguida, algemado. Levaram-no para o PIC (pelotão de investigações criminais) do Exército, nos Setor Militar Urbano. Alguns dias após a nossa prisão, a casa que ocupávamos, no Centro Olímpico da UNB, foi invadida e pilhada por agentes de segurança que, em nome dos “elevados” interesses do IPM que nos indicava e, sem nenhum amparo jurídico legal (mandato de busca e apreensão), semearam o medo e a insegurança no “campus”, chegando inclusive a prender vários colegas que comigo cursavam a disciplina “Sociologia do Desenvolvimento”. Os objetos que foram levados de nossa casa (eletrola, discos, relógios, peças de artesanato, livros) Jamais foram devolvidos. Passei o resto da noite do dia 06, a manhã e a tarde do dia seguinte na polícia federal. Seus agentes se revezavam no cerrado interrogatório a que me submetiam. Não consegui descansar nem tampouco tomar qualquer alimento. No fim da tarde do dia 07, o delegado Deusdeth aos gritos, repetindo a sentença “FILHOS DESTA RAÇA NÃO DEVE NASCER” e diante do meu silêncio, tentou recrudescer a violência, agredindo-me a socos e pontapés, no que foi contido por outros agentes. Um deles dizia: “A moça pode abortar”²⁰⁸.

Esta narrativa sobre o sofrimento no cárcere vivido por Hecilda serviria como roteiro de um filme dirigido por Steven Spielberg, quando desenvolve sua história sobre os dramas de Auschwitz em *A Lista de Schindler*, ou Roman Polanski que abordou a sobrevivência de um músico durante os destroços da Guerra em *O Pianista*. Ao refletir sobre essa vivência das torturas sofridas por ela, estando grávida de seu primeiro filho, como a representação dessa esperança que a movia em torno desse futuro que eles queriam construir. O filme sobre essa trajetória seria “Os Filhos dessa raça não devem nascer”, pois marca essas lutas vividas, por sua vida, pelo seu filho e por essa barricada

²⁰⁸ Jornal Resistência, Belém/PA, agosto, 1978. Nº 5. p.23

de sonhos²⁰⁹ que a movia a continuar e que os militares não queriam ver florescer. E ela continua:

Não tardou muito chegou o pessoal do exército. Um deles, fazendo-se passar por médico convenceu-me a embarcar numa ambulância estacionada nos fundos do prédio. Levaram-me para uma enfermaria militar onde fui atendida. A ameaça de aborto se avizinhava, tanto que me aplicaram injeções e receitaram remédios que não cheguei a tomar. Percebi que me encontrava no setor Militar Urbano, no que não me enganara. Minutos depois, encapuçada, me conduziram ao PIC fazendo-me sentar na sala de permanência. Retiraram o capuz fétido e manchado de sangue que me haviam posto à cabeça. Logo em seguida, o delegado Deusdeth irrompeu na sala trazendo apetrechos de tortura: “pau-de-arara” e matraca (para choques elétricos). Rindo muito afirmava que a noite ia ser “animada”.

Conduziram-me para uma cela. percebi que havia outras pessoas presas, pelo murmúrio de vozes e pelos gritos que vinham de uma cela no fundo do corredor, gritos esses que foram imediatamente abafados com os acordes de algumas canções do Roberto Carlos e dolorida, talvez devido ao efeito das injeções, consegui dormir. Na manhã seguinte, dia 08, sábado, recebi a visita do Capitão Gomes, que me disse que o meu marido também estava preso e que a Polícia Federal lhe tinha feito alguns “estragos “coisa que lá no PIC não iria ocorrer pois o Exército não lançava mão desses recursos para conseguir depoimentos. Ofereceu-me leite e cigarros. Falando mansamente, insistiu para que eu prestasse depoimento. Me mantive calada o que fez mudar o tom da voz, passando a chamar-me de “mãe desnaturada”, acusação que ouvi repetidas vezes, inúmeras vezes, sem descanso, durante toda a fase do IPM²¹⁰.

Enfrentando as adversidades do cárcere, carregava consigo não apenas o peso das torturas físicas e psicológicas, mas também a esperança fervente pelo futuro que ela e seu filho ainda não nascido desejam construir juntos. Hecilda encontra força na resistência silenciosa contra os militares que tentam extinguir seus sonhos e sua determinação.

A narrativa do filme "Os Filhos dessa raça não devem nascer" captura não apenas a brutalidade dos abusos infligidos aos prisioneiros políticos, mas também a resiliência extraordinária de Hecilda e das mulheres como ela. Essas mulheres, muitas vezes invisíveis na história oficial, emergem como protagonistas de uma luta desesperada pela sobrevivência e pela dignidade humana em tempos de trevas políticas. A representação cinematográfica poderia explorar os momentos de desespero e angústia de Hecilda, contrastando com seus lampejos de esperança e ações corajosas

²⁰⁹ Expressão utilizada por Hecilda Veiga. Ver em UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. Programa Anos de Chumbo e a UFPA – As memórias do golpe de 1964. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (10min e 41seg). Disponível em: <<http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1303>>. Acesso em 29 de fevereiro de 2024.

²¹⁰ Jornal Resistência, Belém/PA, agosto, 1978. Nº 5. p.23

que desafiam o destino imposto pelos militares. Ao mesmo tempo, o filme poderia destacar a rede de solidariedade entre as prisioneiras, suas estratégias de resistência e os sacrifícios feitos para proteger umas às outras e seus filhos não nascidos.

A história de Hecilda, como tantas outras durante aquele período sombrio da história brasileira, é um testemunho de como a determinação humana pode transcender as adversidades mais terríveis. É uma celebração da vida, da maternidade e da luta incansável por um futuro melhor, mesmo em meio à brutalidade e à injustiça. Enquanto enfrenta cada dia na prisão, Hecilda encontra consolo nas lembranças do mundo exterior que um dia ela e seu filho poderão conhecer. Ela recorda os momentos de liberdade, como caminhadas ao ar livre e risos compartilhados com amigos antes da repressão se intensificar. Essas lembranças se tornam um farol de esperança, guiando-a através das horas intermináveis de interrogatórios e privações. Ao mesmo tempo, o filme poderia explorar os laços emocionais que Hecilda forma com outras mulheres na prisão. Elas compartilham histórias de resistência e solidariedade, encontrando força umas nas outras diante da adversidade. Esses relacionamentos são fundamentais para sua sobrevivência física e mental, mostrando como a união feminina transcende as circunstâncias mais sombrias.

A narrativa também poderia destacar os desafios únicos que Hecilda enfrenta por estar grávida. Ela lida com a preocupação constante com a saúde de seu bebê em meio às condições desumanas da prisão. A incerteza sobre o futuro da criança é uma fonte constante de angústia, mas também motivação para resistir e sobreviver. À medida que o tempo passa, o filme poderia mostrar como Hecilda e outras mulheres prisioneiras encontram maneiras criativas de manter a esperança viva. Elas compartilham histórias de suas vidas passadas e sonham com um futuro em que suas vozes serão ouvidas e sua luta reconhecida. Esses momentos de camaradagem e vislumbres de normalidade se tornam atos de resistência contra a tentativa dos militares de apagar suas identidades e aspirações.

O título "Os Filhos dessa raça não devem nascer" poderia ser um lembrete constante do desafio que Hecilda e suas companheiras enfrentam: não apenas resistir à opressão imediata, mas também garantir um futuro onde seus filhos possam nascer em um mundo livre de tirania. Esse filme se tornaria uma forma emocional e reflexiva,

explorando não apenas os horrores da prisão política, mas também a humanidade resiliente e esperançosa que floresce mesmo nas circunstâncias mais adversas.

Adjetivada como mãe desnaturada os traumas de Hecilda só se acumulavam. Foi numa segunda-feira, dia 10 de outubro de 1971, ela se viu encapuzada e sendo guiada até a um porão onde se encontrava seu marido. Havia uma surrealidade naquilo tudo, parecia um filme de terror, onde em escuridão eles viviam os horrores da tortura, sem qualquer perspectiva de sair com vida dali. Ela grávida tendo que se sentir forte, não apenas por ela, mas pelo filho que a ditadura não queria ver nascer. A tortura não era apenas física, mas também psicológica, pois a colocou numa situação em ver seu marido, como ela mesmo afirma - “num estado lastimável, mancando, golpe profundo na testa, roupas rasgadas e ensanguentadas, descalço”. Ao se deparar com a cena, desmaia. A dor era profunda, física e de alma, pois era colocada no limite de tudo, o peso do mundo estava ali sobre os seus ombros, mas precisava ser forte, por todos. O desenho da cena não era confortável, mas a esperança era o que os mantinham firmes em seus propósitos. Ela grita para Paulo “Estou bem!”, como se fosse um código para que ele também continuasse a lutar, apesar de toda aquela bestialidade. Algo deveria assombrar os militares que executavam tal ação desumana: O que os faziam tão fortes em suas determinações?

Na segunda-feira, dia 10, pela manhã, encapuçada, conduziram-me até o porão onde se encontrava o meu marido. Uma voz gritava: “olha aí a tua mulher. Queres que ela continue sofrendo, desgraçado?”. Antes que pudessem calar-me gritei: “Eu estou bem, Paulo!”. Um deles avançou sobre mim e aos empurrões, agarrando-me pelo pescoço, levou-me de volta. Retirou-me o capuz, atirando-me com violência em direção em direção à pia, no interior da cela. Queria rebentar-me o ventre! Abaixei-me a tempo, machucando os seios que ficam inchados e doloridos. Mais tarde eu o identifiquei: Sargento Vasconcelos, que se destacou pela bestialidade no trato com os presos sob a guarda do PIC.

Nesse dia, à tarde eu vi o meu marido. Estava num estado lastimável, mancando, golpe profundo na testa, roupas rasgadas e ensanguentadas, descalço. Desmaiei de pé, uma dor intensa, tomando conta de todo o meu corpo. Caminhando com dificuldades fomos conduzidos a um carro que nos esperava. E por incrível que pareça, nos fizeram saltar no subsolo do Ministério do Exército, Esplanada dos Ministérios. E lá mesmo, dentro do próprio Ministério do Exército, no 2º andar, a partir desse dia, passamos a enfrentar nova fase de torturas²¹¹.

Não havia mais distinção entre o dia e a noite, ou o tempo que se passou, pois tudo parecia interminável. A cada entrada de algum militar, a imaginação fluía imaginando ser o fim de tudo, alternando entre a violência física e a tentativa de os

²¹¹ Jornal Resistência, Belém/PA, agosto, 1978. Nº 5. p. 24

criminalizar. Tanto Hecilda, quanto Paulo Fontelles tinham pouco conhecimento do que estava ocorrendo fora do cárcere. Mas amigos de universidade estavam mobilizados em denunciar os maus tratos e isso também obrigou ao Reitor se manifestar e tentar contato com eles.

Os olhos já estavam perdendo o hábito da luz, a única que se percebia era a luz intensa que se utilizava nos interrogatórios. O período era a última semana do mês de outubro. Os corpos exauridos a ponto de não se manterem em pé. Ordens para execução de movimentos que no momento era impossível de serem realizados e por conta disso, novas formas de violência. Por conta do isolamento, eles estavam alheios às notícias do mundo exterior. Os militares aproveitando essa situação, passaram a difundir narrativas falsas sobre como o país estava desenvolvendo desde 64, para causar um tipo de comoção e “provar” os “benefícios” do seu governo. Essa narrativa encontra-se entranhada no imaginário brasileiro até os dias atuais. Diante de todo horror que vivenciavam, eles só tinham 10 minutos para comer e por conta dos vômitos, Hecilda só conseguia tomar Coca-Cola. Essa estratégia visava o enfraquecimento do corpo para que pudessem obter informações sobre o movimento. Dia e noite, morte e vida. Ficava cada vez mais difícil para eles fazerem qualquer distinção entre esses aspectos dicotômicos da vida.

Novos elementos entraram em cena: Coronel Azambuja, Major Andrade Neto, Capitão Magalhães, “Dr. Cláudio” e outros. Todos os dias nos levavam para o 2º andar do Ministério do Exército, nos conduzindo à noite de volta para o PIC. Ora a violência, ora a tentativa de envolvimento. Nesse período soubemos do esforço dos nossos colegas da Universidade em denunciar nossa prisão, o que obrigou o Prof. Amadeu Khoury, Reitor aquela época, a tentar comunicar-se conosco.

Numa segunda feira, a última semana do Mês de outubro, ainda no 2º andar do Ministério do Exército, iniciaram a tortura dos refletores. Sob luz intensa, que mal dos permitia abrir os olhos e nos encarcerava de suor, sem podermos encostar à parede, éramos obrigados a fazer movimentos de ginástica com pescoço, os braços; se a gente não executava o movimento que não era ordenado, espancavam. Intercalavam com interrogatórios ou, às vezes, com os “benefícios” do movimento de 64 ao povo brasileiro: estradas, aumento do PIB, etc. paravam uma única vez durante o dia, 10 minutos, para que nos alimentássemos. A única coisa que eu conseguia tomar era Coca-Cola para contar o vômito. Eram muitos, cerca de 40 homens, e revezar-se. Na quinta-feira o meu marido desmaiou, sendo levado então para a enfermaria, desacordado. Vez por outra aparecia um médico para examinar-me. Tomava-me o pulso, auscultava e ia-se embora²¹².

Paulo e Hecilda por estarem grávidos e com saúde debilitada receberam uma proposta de colaboração com os militares, e caso eles aceitassem, seria uma espécie de

²¹² Jornal Resistência, Belém/PA, agosto, 1978. Nº 5. p.24

delação premiada, eles seriam soltos sem punições. Porém se não aceitassem seriam levados ao Rio de Janeiro para serem torturados até a morte. No relato de Hecilda, acreditava que seriam assassinados, pois havia um documento em que eles foram considerados terroristas e morriam durante a fuga. A proposta dos militares não foi aceita pelo casal de estudantes, conforme trecho a seguir:

No sábado mandaram buscar o meu marido no PIC. Ele estava com a perna e o braço direito paralisados. Reuniram-se conosco o Coronel Azambuja e o major Andrade Neto para uma conversa, ocasião em que confessaram a preocupação pelo nosso estado de saúde, pela sobrevivência da criança que trazia no ventre. Se nós colaborássemos com os encarregados do inquérito, seríamos hospitalizados imediatamente e logo em seguida, solto sem quaisquer punições. Se tal não fizéssemos, nos transfeririam para o DOI-CODI do Rio de Janeiro, para a tortura psicológica a qual, segundo eles, ninguém resistia. Mostraram-nos ainda uma nota com timbre do Ministério do Exército, dando-nos com terroristas, comunicando a nossa morte por tentativa de fuga. Tudo estava pronto para o nosso assassinato. Não aceitamos a proposta de colaboração. Nesse sábado levaram-nos de volta para o PIC, separadamente²¹³.

O terror da viagem ao Rio de Janeiro aconteceu para os dois estudantes, Hecilda e Paulo, cumprindo a ameaça que os militares haviam feito caso não colaborassem com a proposta de delação. Esse dia chegou, e revolução que Hecilda um dia sonhou se deu de outra forma, sua vida, de seu filho ainda no ventre e de seu marido estavam cada vez mais ameaçadas. Passava mal, era socorrida para em seguida ser torturada, sob a ameaça: “ela não quer que o filho nasça no regime da ditadura Militar!”. Sobre esses tipos de tortura Hecilda revela que:

No dia 8 de novembro, cumprindo a ameaça, levaram-nos para o Rio de Janeiro, algemados. Passei mal durante a aterrissagem. No aeroporto, havia um veraneio, chapa fria, à nossa espera. Cerca de 30 minutos de viagem chegávamos ao PIC, na Barão Mesquita. À entrada fomos encapuçados e conduzidos a celas separadas.

Como passava mal um médico veio ver-me e deu-me um remédio. Apesar do calor intenso sufocante que fazia na cela, dormi. Despertei no fim da tarde com a entrada de vários homens. Acercaram-se da cama e se puseram a fazer perguntas que eu não respondi. Um deles se aproximou dizendo: “Ela não quer que o filho nasça no regime de ditadura Militar! Passou a me bater no rosto, no pescoço. Desmaiei, despertando com água gelada que 2 soldados me jogavam no rosto. Disseram que eu ia sair para interrogatório, botando um capuz na minha cabeça. Fui conduzida para fora da cela e em seguida, para dentro de um carro. Me fizeram sentar no banco traseiro e, me fazendo abaixar, colocaram pilhas de jornal sobre mim. Durante vários minutos rodamos sem parar. Respirava com dificuldade e tossia. Pararam o carro anunciando que havíamos chegado. Percebi pelos sons, ruídos e outros pequenos detalhes, que voltara para o mesmo lugar, o PIC²¹⁴.

O laboratório e a engenhosidade da tortura, não saíram da mente de Hecilda, a encenação de que outras pessoas diante dela a reconheciam também faziam parte do

²¹³ Jornal Resistência, Belém/PA, agosto, 1978. Nº 5. p.24

²¹⁴ *Ibid.*

plano dos agentes da polícia, de como fazer um militante desistir de tudo e falar tudo o que sabia dos movimentos e das pessoas envolvidas neles. Esse espaço de experiência científica lhe causou espanto, como ela revela:

Pouco depois era, introduzida, no laboratório”. Durante vários minutos me mantiveram de pé, encapuçada. Uma voz áspera começou a dizer que sabiam quem eu era, que não adiantava eu continuar calada pois todos os “camaradas” tinham sido presos. Dizia que ali na sala havia uma pessoa com a qual eu seria acareada. Em seguida, uma voz começou a repetir “É ela, sim”. Compreendi que tudo não passava de encenação. Fizeram sair a tal pessoas. Sentaram-me numa cadeira tão, tão baixa que eu julguei estar sentando no chão. Mandaram que eu tirasse o capuz. Com os olhos descoberto comecei a examinar o “laboratório”. Era uma pequena sala, profusamente iluminada, completamente vedada, dispoendo de um circuito interno de tv. A cadeira baixa em que eu me sentava era de ferro por sobre um losango preto (destacado pelo chão branco), de cujas extremidades, através de pequenos orifícios, saíam 4 longos fios de eletricidade. Diante de mim, o torturador encarapitado em um aparelho provido de inúmeros botões, parecendo um púlpito de Igreja. Espantei-me com tamanha engenhosidade, o que foi percebido por ele que me explicou o método altamente científico utilizado pelo “laboratório” ao qual ninguém escapava; mesmo os “quadros” briam tudo²¹⁵.

As torturas mudam com perguntas muito pessoais e com sutileza psicológica. Hecilda percebe que queriam saber sobre suas vulnerabilidades e atacar seus pontos fracos. Como querendo envolvê-la em uma trama, onde ela fosse totalmente tomada pela ansiedade de querer livrar-se desses momentos que a deixavam sem ar, com arrepios, calor, ou seja, uma série de sensações desagradáveis, eles a envolveram em um fio que tomou conta do seu abdômen, fazendo um interrogatório do qual ela não respondeu, até chegar a sair direto para uma internação hospitalar. Sobre as perguntas é possível ver no relato:

Começou perguntando coisas da minha vida: Origem de classe, casamento, aspirações, opiniões sobre virgindade, divórcio, educação de filhos. Uma conversa amena que, segundo ele, estava sendo registrada por computador que lhe facilitaria saber os meus “pontos Vulneráveis”. Passou a olhar-me de forma estranha, mandando que eu me despiasse. Resisti à ordem, argumentando. Levantou-se e dizendo que era “boa moça”, começou a enrolar-me os fios a partir das pernas, amarrando-os um pouco abaixo dos seios. Prendeu-me as mãos e voltou para o aparelho passando a mexer os botões. Comecei a sentir dores indescritíveis e sensações diversas: frio, calor, asfixia. Foi Iniciado o interrogatório. Queria saber o mesmo que os torturadores de Brasília: a minha atuação no movimento estudantil, os colegas, os professores. Recobrei-me do Pânico que senti no Início, recusando a responder o que quer que fosse. Fiquei no “laboratório” um tempo que não sei precisar, de lá saindo o internamento no HCE (Hospital Central do Exército). 13ª enfermaria²¹⁶.

²¹⁵ Jornal Resistência, Belém/PA, agosto, 1978. Nº 5. p.24

²¹⁶ *Ibid.*

Na 13ª enfermaria, Hecilda entra em contato com outros presos políticos, passou então a ter uma convivência com outras mulheres, lá ela também recebeu assistência médica, soube de como seria seu parto e recebeu tratamento dentário. Parecia que as coisas estavam mais humanas, porém, mesmo na enfermaria ela ainda recebeu visitas do DOI-CODI. Depois foi localizada por seus familiares e retornou à Brasília, para onde Paulo já havia retornado:

Na 13ª enfermaria haviam outros presos políticos. Eu soube devido à confusão que se estabeleceu pela tentativa de um deles acometido de tuberculose, em atear fogo à enfermaria. Pude comunicar-me então com as companheiras da ala destinada às mulheres (uma amnésia e a outra com forte desequilíbrio psíquico). A partir desse dia passou a haver uma certa convivência entre nós três, vigiadas de perto por homens da segurança que prestavam serviço.

Na 13ª Enfermaria recebi completa assistência médica. Graças ao exame com obstetra vim saber que teria de ser submetida a parto cesariano, pois a criança estava sentada, exigindo então, para que não fosse necessário a cirurgia, que ele tentasse colocá-la em posição para o parto normal. Tratou-me o obstetra durante todo o tempo em que lá estive com bastante respeito, preocupou-se com o meu estado de abatimento físico. Receitou-me soro, vitaminas, e mandou que me levassem ao dentista pois eu a ele me queixara de fortes dores de dente.

Com a ordem do obstetra levaram-me ao dentista que me extraiu dentes, extração dolorida pois o estado avançado de um quisto impediu que a anestesia fizesse efeito. Depois das extrações tive alveolite, controlando a dor com analgésico. Graças novamente ao obstetra voltei ao dentista que receitou analgésicos e mandou que me levassem a ele todos os dias para curar a alveolite.

Na 13ª Enfermaria recebi algumas visitas do pessoal do DOI-CODI que insistia no meu depoimento. Dois deles, bastante jovens, tenentes, uma das vezes, empunhando armas calibre 45. Ameaçaram-me dizendo que me matariam ali mesmo no Hospital. Outra vez apareceu um tipo estranho, cheio de tiques nervosos, acusando-me de juntamente com outros “camaradas”, tê-lo deixado naquele estado. Gritou insultou. Pensei comigo mesmo “Imagine so, eu, impotente, incomunicável, causando mal a um sujeito tão onipotente”. Mais tarde soube que era o Major Demiur.

Na 13ª Enfermaria fui localizada por familiares no dia 13 de dezembro. Soube então que o meu marido já se encontrava em Brasília para onde, até o fim do mês eu seria levada de volta. Uma noite vieram buscar-me. Voltei para o PIC onde fui identificada criminalmente. No dia seguinte veio buscar-me o Capitão Menezes para levar-me de volta à Brasília, num avião comercial. Na aterrissagem a criança abandonou a posição “sentada” atravessando no ventre²¹⁷.

De volta ao Ministério do Exército Hecilda foi recebida com armas apontadas e colocada em uma cela, que agora quem lhe torturava não eram os humanos e sim insetos, situação essa que ela se viu estressada. Mesmo vivendo naquele lugar inóspito ela conseguiu força para encontrar-se com Paulo. Ainda com dificuldades, queriam insistir em seu depoimento, mas por ordem médica isso foi proibido. Ela passou a encontrar seu marido semanalmente. Pela primeira vez ela fala sobre a visita de um

²¹⁷ Jornal Resistência, Belém/PA, agosto, 1978. Nº 5. p.24

parente próximo, sua sogra, que veio para ficar com ela até depois do parto, conforme relato abaixo:

Fui levada do aeroporto para o Ministério do Exército. No subsolo mandaram que tirasse o capuz. Isto feito, deparei com 2 homens que me apontavam metralhadoras “INA”. Foi um choque terrível. Consegui manter-me de pé a muito custo. Me arrastaram para o 2º andar. Lá me “repcionaram” com ligeiro interrogatório que eu não pude responder. Após isso fui para o PIC. Era uma quarta-feira próxima do Natal.

Fui colocada numa Cella imunda, cheia de baratas. Deitei-me, as baratas andando em cima, o que me obrigou a tirar o soutien e amarrá-lo na boca. Não consegui comer ou sequer dormir. Senti que começava de novo a perder a capacidade de raciocinar, ouvia gritos, choro de criança, vozes difusas.

Na manhã seguinte recebi a visita do Coronel Ary que me informou ter autorizado uma entrevista entre mim e meu marido no parlatório. Pouco depois, reunindo as forças que ainda me restavam, avistei-me com ele. Estava abatido, pálido, mesmo assim esforçou-se para que eu me reanimasse. Falou-me que o Coronel Ary era o novo encarregado do inquérito. Soube de mais prisões que tinham sido efetuadas.

Voltei para a cela já no limite das minhas forças. Deitei, não mais conseguindo levantar, prostada. Esforcei-me para reagir, arrastando-me para a porta da cela. Agarrei com as mãos as barras da porta e assim com permaneci até ser vista pela permanência. Pouco depois, em uma maca fui levada para o Hospital da guarda de Brasília. Segundo o Prontuário do Hospital (que consegui ler mais tarde devido à distração de uma enfermeira) chegara num estado lamentável, pulsação muito baixa, ameaça de parto prematuro, presa de forte angústia.

Os homens da segurança voltaram a insistir em relação ao meu depoimento. O médico que me assistia, devido o meu precário estado, proibiu-lhes a visita. Aos poucos iniciei a minha recuperação física. Continuava tendo dificuldades para dormir e por isso me aplicavam injeções todas as noites. Passaram a permitir que o meu marido me visitasse semanalmente. Minha sogra, que viera de Belém para visitar-nos pode ficar comigo (permissão especial) até alguns dias após o nascimento do menino²¹⁸.

E era chegando o dia e hora de Hecilda dar à luz, a tão sofrida gravidez agora terminava. Vinha ao mundo aquele que não deveria nascer, o filho daquela raça. Entretanto ele nasce nos porões da ditadura, através das entranhas valentes de sua mãe. Um trabalho de parto emblemático em uma mistura de dor e alegria descrito por ela mesma:

Entrei num trabalho de parto no dia 20 de fevereiro de 1972, às 11,30 horas. Avisei somente às 19. Às 22,55 nascia meu filho.

Aflita com a criança, contive a dor quando o médico começou a dar pontos sem anestesia no corte que havia feito, segundo ele, para facilitar a passagem da criança. Corte desnecessário, pois, eu tinha boa passagem e dilatara bem. Como não gritei não fiz escândalo, ele mesmo se encarregou de espalhar no Hospital que eu era fria, insensível. O que me tornou alvo de curiosidade de quantos transitavam pela maternidade. Todos queriam ver a fera que havia dado à luz.

Com menos de 24 horas de parto vieram buscar-me para me levar de volta ao PIC. O médico junto, dizendo que do ponto de vista obstétrico eu já estava liberada. Não aceitei, argumentando com ele que eu não era uma parturiente “normal” pois, ao sair de lá não teria nem marido, prestar ajuda, além do que, numa cela fatalmente infeccionaria o corte que ele me havia

²¹⁸ Jornal Resistência, Belém/PA, agosto, 1978. Nº 5. p. 25

dados sem necessidade. E mais, que os Curativos? Em prestar-me assistência, tinha leite e ia amamentar o meu filho, a lei me garantia isso.

Minha sogra ouvindo a discussão comunicou-se com o advogado. Feito por mim o teste do leite, o juiz autorizou a amamentação. Soube depois que tentaram secar-me o leite. Passei então a recusar toda a medicação que me traziam. Não tomei mais um remédio sequer.

Com dois dias de nascido o meu filho foi acometido de icterícia passava longas horas na foto-terapia. Eu o ouvia chorar, aflita. Ela só ficava comigo durante as mamadas, mesmo depois que se recuperou da icterícia²¹⁹.

Após o parto, Hecilda foi novamente interrogada pelos militares sobre sua condição de estudante e seu possível contato com material ideológico considerado subversivo, apesar de apenas ser autorizada a ler a Bíblia naquele local. Durante esse interrogatório, ela relatou as torturas que havia sofrido no Rio de Janeiro e expressou sua preocupação com a publicação desses eventos em um jornal. Posteriormente, o Serviço Nacional de Informações (SNI) a questionou sobre sua relação com o jornalista que publicou seu testemunho, e sua criança passou a ser ameaçada. Diante dessa situação, Hecilda temia pela segurança de seu filho e desejava passar o máximo de tempo possível com ele, especialmente porque sua sogra já havia retornado para sua cidade natal, Belém/PA.

Alguns dias depois, compareci à Auditoria para o Sumário de culpa. Após ouvir as acusações que me eram feitas, foi-me perguntando se tinha algo a dizer. Durante quase 1 hora relatei tudo o que se havia passado. As torturas, os torturadores a permanência no Rio de Janeiro, tudo. Dias depois, um jornalista presente ao sumário, citou o caso em sua coluna de domingo, dia 5 de março.

No dia seguinte o diretor do Hospital, tem. Cel Bilac, acreditando que eu tinha em meu poder material de reforço ideológico, revistou o quarto apreendendo a Bíblia que me havia sido apresentada por uma enfermeira protestante, a única coisa que eu pudera ler durante todo aquele período de prisão. Lia Jó, Isaías, Amós, Sermão da Montanha.

Temia pelo que iria acontecer. Minha sogra tinha voltado para Belém e eu não tive como entrar em contato com o advogado.

À tarde desse mesmo dia, apareceram uns homens dizendo-se do SNI. Queriam que eu afirmasse ligações com o jornalista. Depois vieram os homens do CIEX e as ameaças em relação à criança.

Após as ameaças eu retive o meu filho comigo, não permitindo que ninguém o levasse de volta para o berçário. Estava como louca. Vigilante, não consentia que nem mesmo as enfermeiras se aproximassem dele. Trancava-me no quarto com protestos do PE que guardava a porta. Assim fiz durante os 14 dias que me restavam ao lado dele, no Hospital²²⁰.

Mas o dia que Hecilda temia chegou, o dia da separação de seu filho, aconteceu após um mês de vida, no dia 20 de março ele foi levado para Belém e somente após cinco meses ela pode revê-lo. O fato de terem levado seu filho, lhe trouxe

²¹⁹ Jornal Resistência, Belém/PA, agosto, 1978. Nº 5. p. 25

²²⁰ *Ibid.*

consequências físicas, pois ainda amamentava e mesmo assim ela foi interrogada novamente:

Dia 20 de março vieram buscar-me. Fui reconduzida ao PIC, a casa do medo. Um Cunhado veio buscar o menino, levando-o para Belém. Fui vê-lo novamente em agosto quando, juntamente com o meu marido, na minha cidade terminei de cumprir a minha pena, no presídio São José. No Hospital, devido o meu depoimento na Auditoria onde eu citava que queria secar-me, o leite, não me quiseram dar medicação nesse sentido quando tive de interromper a amamentação. Para castigar-me. No PIC fiquei vários dias com seios pedrados, com febre, íngua. Mal podia mexer-me. Numa das visitas do advogado foi providenciado o remédio (premarin) entregue de mau gosto pelo ten. Moraes, diretor do PiC.

Antes dos 40 dias de resguardo fui retirada da cela para entrevista. Me aguardava na sala de tortura o ten. Lira, do CENIMAR. Queria informações sobre algumas pessoas de Belém. Mostrou fotografias, nome de ruas que eu conhecia. Nada sabia, o que ele não acreditou prometendo voltar no dia seguinte, o que não ocorreu²²¹.

O cotidiano de Hecilda é resumido por ela como algo terrível de gelar o sangue, por tudo que viu, ouviu e viveu ali no PIC, de acordo com as palavras dela é possível conferir:

O cotidiano no PIC era terrível, de gelar o sangue. Todas as noites ouvíamos discursos fascistas transmitidos em altíssimo volume pelo sistema de som do presídio. Quando não, martelavam “Esses moços, pobres moços/Ah, se soubessem o que eu sei...” as duas estrofes, centenas de vezes até altas horas da noite. Pior quando ocorriam novas prisões; os gritos dos que estavam sendo torturados percorriam os corredores, embora tentassem abafá-los com os acordes do Hino do sesquicentenário da independência. No dia 1º de maio de 1972, ouvíamos gritos de tortura, enquanto era transmitido o discurso do ministro do Trabalho, Dr. Júlio Barata, falando sobre justiça Social.

Quando o ten Burgre assumiu a direção do PIC quase nos deixaram à míngua, proibindo-nos de tudo: cigarros, sabonete, pasta de dentes, lanches, livros, jornais, revistas. Fomos impedidos de continuar a fazer artesanatos de cuja venda muitos familiares de presos de sustentavam. Foi proibida a comunicação entre os presos. Não pudemos mais cantar. Até assoviar foi proibido. Temíamos todos uma noite de S. Bartolomeu²²².

Hecilda relata o desrespeito sofrido pelas mulheres que eram presas políticas, com isso elas exigiam seus direitos que eram assegurados, ameaçando a fazer denúncias da situação em que viviam ao auditor fiscal, nesse caso, tudo indica que tiveram êxito, pois ela conta que depois a trataram com mais respeito.

As mulheres tinham de travar uma luta o dia inteiro, luta feroz, contra o desrespeito com que nos queriam tratar. Ouvíamos palavrões, relatos sexuais com minuciosos detalhes, e, algumas vezes, propostas indecorosas. Tomávamos banho bestialidade, falávamos baixo e rejeitávamos qualquer conversa com os que se postavam diante da cela. Quando o ten. Burgre fez as suas exigências nós fizemos as nossas. Dissemos a ele que estávamos no PIC por atos contrários à segurança Nacional, segundo o IPM, e não por prostituição ou malandragem. Como presas políticas exigimos respeito e observância aos direitos, que nos eram assegurados. Ameaçamos levar a

²²¹ Jornal Resistência, Belém/PA, agosto, 1978. Nº 5. p. 25

²²² *Ibid.*

denúncia de toda aquela situação do juiz Auditor pedindo providências. Depois disto passaram a nós tratar com mais respeito²²³.

As lembranças de um passado sombrio, após seis anos ainda continuavam vivos nas reminiscências de Hecilda. Após a prisão ela precisou de tratamento médico para se recuperar dos traumas psíquicos, e seu filho teve dificuldades do desenvolvimento devido aos problemas vividos por ela durante a fase intrauterina dele.

Hoje seis anos passados as lembranças estão ainda bem vivas, nítidas. Poderia estender mais esse relato esmiuçando os 365 de impotência, de angústia e de conseqüências que ainda hoje me ressinto. Saí da prisão com sonambulismo fostes dores de cabeça e ainda hoje, seis anos passados, vez por outra, sinto dificuldade para dormir. Precisei de tratamento psiquiátrico e durante longo tempo precisei fazer uso de tranquilizantes. O filho que eu tive na prisão teve problemas coordenação motora, só conseguimos dar os primeiros passos com 1 ano e 5 meses de vida. Custou a falar e ainda hoje, com 6 anos de idade é rodeado aparentemente é uma criança normal²²⁴.

Hecilda veio concluir sua pena em Belém e seu esposo também, com isso ela acabou engravidando novamente no cárcere e quando conseguiu sua liberdade já estava com dois meses de gestação, de acordo com o relato a seguir:

Ainda na prisão concebi outro filho, saindo com 2 meses de gravidez. Tem 5 anos e se chama Ronaldo. Pelo fato de eu tê-lo conseguido em condições tão precárias é uma criança bastante frágil, às voltas com inúmeros problemas de saúde. Aparentemente é uma criança saudável. Eu também aparento ser uma pessoa normal, saudável, completamente refeita do ano vivido na prisão. Como seas lembranças não pesassem doídas. Quando penso no que ocorreu, como agora nesse depoimento, lembro do verso que me acompanhou durante todo aquele tempo, verso que eu repetia a mim mesma o inscrevendo nas celas por onde eu passava: “pelos caminhos do Mundo/Nenhum destino se perde/há os grandes sonhos dos homens/E a surda força dos vermes” (Do “Romanceiro da inconfidência”, de Cecília Meireles)²²⁵.

4.2 A republicação dos relatos de Tortura

Devido a retirada do jornal Resistência nº 5 de circulação, em 1981 o jornal Resistência volta a publicar esses mesmos relatos de tortura. A manchete do jornal com a palavra tortura bem grande anuncia que vai voltar a publicar a tortura dos paraenses e faz menção a publicação de nº 5, de agosto de 1978, que foi arbitrariamente proibida e apreendida pela Polícia Federal. Os depoimentos não mudam nada do que foi publicado em 1978, o que o jornal fez foi somente uma republicação sem acréscimo. As mudanças que ocorrem foram as ênfases que a edição queria dar, aparecem em forma de tópico, e não se trabalhou mais com charge e sim com fotos dos depoentes.

²²³ Jornal Resistência, Belém/PA, agosto, 1978. Nº 5. p. 25

²²⁴ *Ibid.*

²²⁵ *Ibid.*

Os relatos foram publicados em exemplares diferentes, cada número trazia um depoimento e não todos juntos como fizeram no número 5.

O relato de Iza foi o primeiro a ser publicado no exemplar de número 22, de março de 1981; o segundo foi Paulo Fonteles no exemplar de número 23, em abril de 1981; terceiro Humberto Cunha, na edição de número 25, de maio também de 1981; por último Hecilda Veiga, na edição de número 26, em junho de 1981. Os depoimentos têm um caráter de denúncia, pois tinham como objetivo não só falar sobre o que sofreram, mas deixar a população sempre em alerta para que essas violações de direitos humanos não viessem a acontecer novamente.

4.2.1 Tortura 1 - Iza Cunha

Iza Cunha conta sua história no exemplar de N° 22 de março de 1981. Logo na capa o jornal abre a chamada com tortura.

Figura 17 Capa Jornal Resistência Ano V – Relato Izabel Cunha



Fonte: Jornal Resistência, Belém/PA, Março, 1981. Nº 22.

A republicação do depoimento de Iza Cunha com o destaque, “O inferno de Izabel Cunha”, já deixa subtendido que ela viveu algo que lhe causou muita dor e

transtorno. Com isso, a edição desdobra a entrevista nos seguintes tópicos: arma na cabeça; o roubo dos policiais; choque e “telefone”; o sádico Dr. Socrátes; dias terríveis; um xadrez para loucos; garantia de vida.

Figura 18 Relato de Tortura de Izabel Cunha

Documentos

RESISTÊNCIA

TORTURA

Voltamos a publicar os depoimentos de pessoas torturadas, cuja publicação foi arbitrariamente proibida em nossa edição nº 1 (agosto de 78), apreendida pela Polícia Federal.



Com todos os fatos e com sua grande capacidade de expressão escrita, o tal brasileiro Izabel, na primeira edição de Resistência, relatou sua experiência de tortura durante a ditadura militar. Ela foi presa em 1964 e passou por diversos tipos de torturas físicas e psicológicas. Seu relato é um testemunho importante da resistência brasileira.

O INFERNO DE IZABEL CUNHA



Armas da cabeça

Uma grande experiência de vida, sendo também uma grande dor, foi a tortura física e psicológica que Izabel Cunha sofreu durante a ditadura militar. Ela foi presa em 1964 e passou por diversos tipos de torturas físicas e psicológicas. Seu relato é um testemunho importante da resistência brasileira.

O roubo dos policiais

Um dos momentos mais marcantes da tortura de Izabel Cunha foi o roubo dos policiais. Ela foi presa em 1964 e passou por diversos tipos de torturas físicas e psicológicas. Seu relato é um testemunho importante da resistência brasileira.

Choque e "telefone"

Outros momentos marcantes da tortura de Izabel Cunha foram o choque elétrico e o uso de um aparelho chamado "telefone". Ela foi presa em 1964 e passou por diversos tipos de torturas físicas e psicológicas. Seu relato é um testemunho importante da resistência brasileira.

O sádico Dr. Socrátes

Um dos momentos mais marcantes da tortura de Izabel Cunha foi o encontro com o Dr. Socrátes, um médico sádico que se dedicava a causar dor e sofrimento às prisioneiras. Ela foi presa em 1964 e passou por diversos tipos de torturas físicas e psicológicas. Seu relato é um testemunho importante da resistência brasileira.

Dias terríveis

Os dias de tortura foram extremamente difíceis e dolorosos para Izabel Cunha. Ela foi presa em 1964 e passou por diversos tipos de torturas físicas e psicológicas. Seu relato é um testemunho importante da resistência brasileira.

Um xadrez para loucos

Um dos momentos mais marcantes da tortura de Izabel Cunha foi o jogo de xadrez que ela jogava com os outros prisioneiros. Ela foi presa em 1964 e passou por diversos tipos de torturas físicas e psicológicas. Seu relato é um testemunho importante da resistência brasileira.

Garantia de vida

Apesar de todas as torturas sofridas, Izabel Cunha conseguiu sobreviver e se libertar. Ela foi presa em 1964 e passou por diversos tipos de torturas físicas e psicológicas. Seu relato é um testemunho importante da resistência brasileira.

Fonte: Jornal Resistência, Belém/PA, Março, 1981. Nº 22. pág. 07

4.2.2 Tortura 2 - Paulo Fonteles

O segundo preso político paraense a ter a sua história republicada foi Paulo Fonteles no exemplar de nº 23 de abril de 1981, e suas referências saem como - “Depoimento Paulo César Fonteles de Lima – 29 anos, Bacharel em Direito, Presidente da Sociedade Paraense de Direitos Humanos”.

Figura 19 Capa Jornal Resistência Ano V – Relato Paulo Fonteles



Fonte: Jornal Resistência, Belém/PA, Março, 1981. Nº 23.

4.2.3 Tortura 3 - Humberto Cunha

No exemplar do Resistência de Nº 25, foi republicado o depoimento de tortura de Humberto Rocha Cunha identificado como engenheiro agrônomo. TÍTULO: “Foi no período Médici que a ditadura assumiu sua face mais sanguinária. A ênfase dada pela edição foi o fato de o período Médici ter sido o mais sanguinário.

Figura 20 Capa Jornal Resistência Ano V – Relato Humberto Cunha



Fonte: Jornal Resistência, Belém/PA, Maio, 1981. Nº 25.

Na matéria aparece fotos de Humberto e a imagem de um aparelho de tortura chamado de “pau-de-arara”. Os tópicos que subdividiram o depoimento dele foram: a mentira de passarinho; Belém e São Paulo; a prisão cadeia não é passeio; cadáver ambulante; pau-de-arara; geladina e morrer logo.

destaque em caráter de denúncia chamando atenção à condição em que ela se encontrava no momento em que foi presa, pelo fato de estar grávida e ainda ter sido presa e torturada, com isso colocaram a seguinte chamada: “Grávida, pode conhecer toda a selvageria da repressão”.

Figura 22 Capa Jornal Resistência Ano V – Relato Hecilda Veiga



Fonte: Jornal Resistência, Belém/PA, Junho, 1981. Nº 26.

Na matéria em destaque a frase preconceituosa, pejorativa e discriminatória que ouviu dos militares durante as torturas, “filho desta raça não deve nascer”, esta frase divide o espaço com a foto de Hecilda sorrindo, o que destoa da matéria, pois seu conteúdo é bem dramático e angustiante, a começar pela chamada de atenção para o

destaque das palavras dela: "Grávida de cinco meses, pude conhecer a violência e a selvageria dos métodos utilizados pelos órgãos de segurança em nosso país".

Os tópicos destacados no relato de Hecilda foram: mãe desnaturada; 40 homens; preocupação; o laboratório; no Ministério do Exército; frio e calor, asfixia.

Figura 23 Relato de Tortura de Hecilda Veiga

Documento - 4 TORTURA

O depoimento de Hecilda Fontelles

Este depoimento, de Hecilda Veiga Fontelles, é o sétimo dos que integram o relatório de 1978, publicado em agosto de 1979 pelo *Estado de São Paulo*. Hecilda Fontelles, 34 anos, casada, mãe de dois filhos, nasceu em São Paulo em 1945. Ela trabalhou em uma indústria têxtil por alguns anos, depois em uma loja de roupas. Ela foi recrutada para o serviço de segurança pública em 1978, após ser abordada por um agente da Polícia Federal. Ela trabalhou em uma unidade de segurança pública em São Paulo por alguns meses, depois em uma unidade de segurança pública em São Paulo por alguns meses, depois em uma unidade de segurança pública em São Paulo por alguns meses.

"Filho desta raça não deve nascer"



"Grávida de cinco meses, pude conhecer a violência e a selvageria dos métodos utilizados pelos órgãos de segurança em nosso país"

MÃE DESNATURADA

Desde que sou grávida, a violência e a selvageria dos métodos utilizados pelos órgãos de segurança em nosso país, pude conhecer a violência e a selvageria dos métodos utilizados pelos órgãos de segurança em nosso país.

40 HOMENS

Em uma unidade de segurança pública, pude conhecer a violência e a selvageria dos métodos utilizados pelos órgãos de segurança em nosso país.

PREOCUPAÇÃO

Em uma unidade de segurança pública, pude conhecer a violência e a selvageria dos métodos utilizados pelos órgãos de segurança em nosso país.

O LABORATÓRIO

Em uma unidade de segurança pública, pude conhecer a violência e a selvageria dos métodos utilizados pelos órgãos de segurança em nosso país.

FRIO, CALOR, ASFIXIA

Em uma unidade de segurança pública, pude conhecer a violência e a selvageria dos métodos utilizados pelos órgãos de segurança em nosso país.

Fonte: Jornal Resistência, Belém/PA, Junho, 1981. Nº 26.

Acima está a imagem do exemplar do Jornal Resistência nº 26, onde aparece Hecilda sorrindo na foto estampada, porém, a matéria que acompanha esta foto era um relato de muita dor e tortura, na qual a foto destoava. Diferente do exemplar nº 5, onde as charges denotavam bem os momentos sofridos pelos presos.

5. DOS PORÕES DA DITADURA ÀS PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA NA POLÍTICA PARTIDÁRIA E NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Nos outros capítulos, verificou-se como se deu a formação humana de Iza Cunha até chegar a ser a grande liderança que ela foi nos movimentos populares, saindo dos rios da Amazônia, passando pelo nordeste e sudeste brasileiro, foi presa e torturada pela ditadura. Contudo não deixou de lutar, pelo contrário, usou a sua história de vida como motivação para a construção de uma nova sociedade paraense e quiçá brasileira.

Iza foi uma figura central não apenas nos movimentos sociais, mas também na política partidária, acumulando uma vasta experiência que a tornou uma referência para muitas pessoas. Ao longo de sua trajetória, ela não apenas participou ativamente, mas liderou com base em seu conhecimento e vivência, influenciando e formando aqueles ao seu redor. Engajou-se em diversas entidades e movimentos, passando por organizações como Ação Popular, MDB/PCdoB, PRC e PT. Além de sua atuação política partidária, destacou-se em movimentos sociais, com contribuições significativas na Sociedade Paraense de Direitos Humanos (SDDH) e no Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade (MMCC).

O primeiro movimento que Iza aparece como militante foi a Ação Popular, ele era muito forte na década de 1960 e teve seu fim nos anos 1970, essa entidade recrutou muitos estudantes, porém foi fortemente perseguida pelos militares e teve seus membros mortos, desaparecidos, presos e torturados pelos ditadores. Quem conseguiu sobreviver a este período acabou se filiando ao PCdoB.

De 1966 a 1979 a legislação partidária no Brasil permitiu a existência de apenas dois partidos: Arena e MDB. A Arena congregava as forças que apoiavam o regime militar, reunindo políticos que antes estavam na UDN e PSD, enquanto o MDB era o partido de oposição ao governo, com representantes da esquerda, do antigo PTB e da ala mais progressista do PSD. Durante o regime militar, integrantes de partidos proibidos por lei, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), entre outros, também utilizaram o MDB como forma de protesto institucional contra o regime. Por conta do caráter bipartidarista do regime, tanto o MDB como a Arena congregavam políticos com diferentes origens e projetos. Ao perceberem que a existência de somente dois partidos acabava dando um caráter plebiscitário às eleições, pois votar em uma ou outra agremiação significava aprovar ou não o governo, os militares

modificaram novamente o sistema partidário em 1979, permitindo a criação de outros partidos e extinguindo Arena e MDB. A maioria dos atuais partidos tem origem nesse processo de abertura no início dos anos 80²²⁶.

A partir do Ato Institucional Nº 2 (AI-2) somente dois partidos passaram a ser legalizados no Brasil, a Aliança Nacional Libertadora (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A Arena agregava os militantes de partidos de direita e os de esquerda passaram a apostar na luta democrática participando do MDB.

Não, ela em 72 a Ação Popular se dissolveu e os militantes entraram no PCdoB, foi uma época que eu tava na prisão, tava preso em São Paulo, e houve ainda uma tentativa de reorganização dessa organização à ação popular, mas que a maior parte do pessoal foi preso e morto ali em 74 provavelmente eles foram presos, então eu não sei se ainda sobrou alguma coisa, provavelmente não, agora os militantes que sobraram, quase todos entraram no... os que não entraram no PCdoB entraram no PT²²⁷.

Iza Cunha após conseguir a liberdade, ao voltar para Belém começa a retomar a sua vida juntamente com Humberto Cunha. Ele consegue retornar ao curso de Agronomia, ele já estava muito tempo afastado dessa atividade devido tudo o que ocorreu nos últimos anos.

Não, num primeiro momento nós voltamos então em 73, aí depois ficamos aqui um pouco, aí eu voltei pra faculdade lá pra Agronomia, aí fomos chamados em Juiz de Fora pra julgamento, aí como teve o julgamento eu tive que ficar mais tempo, já perdi mais um ano de faculdade²²⁸.

A retomada da vida após a prisão não foi fácil para Iza e Humberto, pois tinham dificuldades para se manter financeiramente, ele retomou os estudos, mas ainda que fosse em uma Universidade Pública tinham outras demandas pessoais a serem supridas, com isso ele começa a trabalhar como fiscal de loja, faziam artesanato para vender nas calçadas e a vida ia se encaminhando e agregando novas atividades laborais como venda de jornais. Humberto fez contato com São Paulo e passou a representar alguns jornais em circulação lá, mas também alguns de Belém, o Opinião, foi um deles. Enquanto isso, Iza retomava sua vida como professora primária, dando aula de alfabetização no Sesi, depois fez concurso para a Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), assim começou a trabalhar com menores em conflito com a lei.

²²⁶ Fonte: Agência Câmara de Notícias, disponível em <<https://www.camara.leg.br/noticias/90158- apenas-dois-partidos-no-regime-militar/>>. Acesso em 29 de março de 2020

²²⁷ CUNHA, Humberto Rocha. **Vida e trajetória política de Iza Cunha** [out. 2018]. Entrevistadora: Rosinda da Silva Miranda. Belém-PA: Edifício Bandeira Coelho, 2018 Arquivo digital. Entrevista concedida à Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História/UFGA. 2h02m53s.

²²⁸ *Ibid.*

Ela fez concurso pra SEMEC e dava aula pra um... era um colégio de... eu não sei como é que chamava na época, como se fosse assim de recuperação de menores infratores, então ela dava aula pela SEMEC num negócio desse, nesse colégio aí. Aí quando nós voltamos, num primeiro momento, eu voltei pra faculdade porque nós não tínhamos como manter os dois membros sendo... mesmo que ela fosse pra universidade pública, a gente não tinha como sobreviver, aí ela foi dar aula de alfabetização no SESI, e eu, bom, eu fiz muita coisa, fui fiscal de loja em Porto Alegre, eu fui... aqui em Belém, nós fazíamos artesanato e saímos vendendo, sentávamos na beira da calçada e começamos a vender artesanato que era a forma que a gente tinha de sobreviver, mas ao mesmo tempo, como eu tinha feito contato em São Paulo principalmente, eu comecei a representar aqui alguns jornais que circulavam, ou que eram feitos aqui, no caso do jornal Opinião, eu vendia e ganhava comissão, ou seja, era uma coisa que eu fazia por uma decisão ideológica de fazer mas ao mesmo tempo aquela comissão...²²⁹

Humberto vendia os jornais: Movimento e Portugal Democrático. Este último acabou com a Revolução dos Cravos, pois os portugueses foram embora do Brasil. Ele trabalhou também como professor particular dando aulas de matemática, de física, de química, e assim foi construindo as suas formas de sobrevivência, fundou também uma escola de alfabetização de crianças na Veiga Cabral, endereço onde moravam.

Aí depois começou a existir o jornal Movimento, eu também comecei a vender o jornal Movimento, ganhava comissão, eu vendia o Portugal Democrático mas logo aí em seguida houve a Revolução dos Cravos aí os portugueses foram embora e acabou Portugal Democrático, mas enfim, ao mesmo tempo que eu fazia esses outros trabalhos, eu dava aula particular, porque antes de ir pra clandestinidade, eu dava muita aula particular aqui e em Porto Alegre, de Matemática, de Física, de Química, e aí quando eu voltei também andei dando muita aula particular, enfim, as formas de sobrevivências... e aí nós acabamos criando aqui na Veiga Cabral uma escolinha de alfabetização pra crianças de 4 à 6 anos, e ali a gente era uma forma de sobrevivência... Sim, aqui na Veiga Cabral, aí era uma forma de sobrevivência, né, porque a população ali em volta toda pobre, não tinha condição, naquela época pra criança entrar na primeira série, ela tinha que já estar alfabetizada, e os pais não tinham como alfabetizar, era muito caro pagar professor pra alfabetizar já que a escola pública não tinha alfabetização, então nós dois fizemos essa escola, e aí também um companheiro nosso ficou dando aula de inglês num cursinho de inglês ali também, então assim, digamos, se tivessem cobrando 50 reais a mensalidade ali adiante, nós cobrávamos 10. CEP parece, Centro de Ensino Paraense, CEP eu acho, bom, mas não tinha nada, não tinha registro em lugar nenhum, era uma coisa feita ali na relação direta com a população. Bom, de algum modo isso aí era uma forma nossa de sobrevivência, mas também a nossa casa servia de ponto de encontro pra muita gente, porque como era uma escola e ao mesmo tempo nós representávamos o jornal, isso dava possibilidade de articular, mesmo que a gente não estivesse participando de

²²⁹ CUNHA, Humberto Rocha. **Vida e trajetória política de Iza Cunha** [out. 2018]. Entrevistadora: Rosinda da Silva Miranda. Belém-PA: Edifício Bandeira Coelho, 2018 Arquivo digital. Entrevista concedida à Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História/UFGA. 2h02m53s.

uma célula, de uma organização, a gente entrava em contato com muita gente²³⁰.

A casa de Iza e Humberto também era ponto para a diversão, encontro com os amigos e discussão política, com pessoas que tinham orientação política parecida a deles e com isso, havia motivos para os encontros, em outras palavras “era aquela festa”, regada de cerveja e salgados e os amigos citados nominalmente por Humberto, conforme abaixo:

Aí circulava outras pessoas. Aí de vez em quando a gente resolvia fazer uma... “ah vamo fazer festa” “vamo”. Então cada um trás uma cerveja, outro trás um salgado e tal e vamo fazer a nossa festa. Um era o Cristóvão, Cristóvão Araújo, a Margarteh, a Celeste, o Januário Guedes... quem mais... a Nilza, Nilza Bentes, muita gente. Principalmente quando... assim, com o passar do tempo, a gente foi fazendo essas festas com mais frequência, às vezes a gente fazia no meio da rua, fazia na calçada e enchia de gente, bom, e assim a gente... eu me lembro do... ia muito lá nas nossas festas e tal, então essas festas também eram momento que as pessoas podiam conversar, né, podiam trocar ideia sem que ali ficasse caracterizado como se fosse uma reunião partidária²³¹.

Em 1976 o cenário da vida de Iza e Humberto muda novamente, por ser vizinho de Rui Barata, ele vai ser convidado para trabalhar na FASE dividindo seu tempo entre a cidade Cametá, no interior do estado e Belém, a capital e assim ele consegue concluir o seu curso universitário de agronomia, se formou e continuou na FASE.

Mas ali na Veiga Cabral nós éramos vizinhos do Rui Barata, então quando chegou em 76, eu iria me formar em Agronomia, e eu já vinha em contato com o pessoal da FASE em algum tempo, e aí então eles me ofereceram a oportunidade de eu trabalhar na equipe deles, e nós acabamos construindo uma alternativa que seria eu trabalhar metade do tempo lá em Cametá, na fase Tocantins e metade do tempo em Belém, na fase Belém, então eu fiquei trabalhando dessa forma, isso me permitiu terminar o curso de Agronomia e então eu me formei no final de 76 e continuei na fase²³²

A FASE proporcionou ao casal mais um momento de aprendizado dentro da mesma formação ideológica e conforme a filosofia de vida que eles já haviam experimentado, só que nessa organização o foco era a educação, sem perder de vista o social e o político, conforme:

A FASE – Solidariedade e Educação foi fundada em 1961. É uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que atua hoje em seis estados brasileiros e tem sua sede nacional no Rio de Janeiro. Desde suas origens, esteve comprometida com o trabalho de organização e

²³⁰ CUNHA, Humberto Rocha. **Vida e trajetória política de Iza Cunha** [out. 2018]. Entrevistadora: Rosinda da Silva Miranda. Belém-PA: Edifício Bandeira Coelho, 2018 Arquivo digital. Entrevista concedida à Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História/UFPa. 2h02m53s.

²³¹ *Ibid.*

²³² *Ibid.*

desenvolvimento local, comunitário e associativo. Ao longo da década de 60, a FASE lançou as bases de um trabalho ligado ao associativismo e ao cooperativismo, mas o golpe de 64 fez com que estes rumos tivessem de ser redefinidos. A resistência à ditadura e a formação das oposições sindicais e dos movimentos comunitários de base passaram a ser o foco principal da entidade. Na década de 70, apoiou o movimento de organização social que enfrentou a carestia, o trabalho infantil e as desigualdades econômicas e sociais. Teve grande presença junto ao campesinato no norte do Brasil, junto aos trabalhadores rurais do Nordeste, aos trabalhadores da construção civil e das indústrias metalúrgicas do sudeste e aos movimentos de associações de moradores de Norte a Sul do país. Formando centenas de lideranças pelo Brasil e apoiando-as em suas reivindicações, a FASE chegou aos anos 80 participando de todo o processo que levou à anistia, à constituinte e às eleições diretas²³³.

Outra decisão importante na vida do casal que trouxe bastante engajamento na parte das lutas populares foi o apoio que eles deram ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI), esse era outro movimento que foi fundado na década 1970, no auge da Ditadura Militar. Iza e Humberto se envolvem na organização dele no Pará, sobre sua origem e organização é possível verificar abaixo:

O CIMI é um organismo vinculado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) que, em sua atuação missionária, conferiu um novo sentido ao trabalho da igreja católica junto aos povos indígenas. Criado em 1972, no auge da Ditadura Militar, quando o Estado brasileiro adotava como centrais os grandes projetos de infraestrutura e assumia abertamente a integração dos povos indígenas à sociedade majoritária como perspectiva única, o Cimi procurou favorecer a articulação entre aldeias e povos, promovendo as grandes assembleias indígenas, onde se desenharam os primeiros contornos da luta pela garantia do direito à diversidade cultural. Em sua prática junto aos povos indígenas, o Cimi assume como objetivo geral: Testemunhar e anunciar profeticamente a Boa-Nova do Reino, a serviço dos projetos de vida dos povos indígenas, denunciando as estruturas de dominação, violência e injustiça, praticando o diálogo intercultural, inter-religioso e ecumênico, apoiando as alianças desses povos entre si e com os setores populares para a construção de um mundo para todos, igualitário, democrático, pluricultural e em harmonia com a natureza, a caminho do Reino definitivo²³⁴.

Humberto relata então como foi dar esse apoio ao CIMI e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que também estava surgindo naquela época ditatorial e era ligada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), esta organização teve sua origem em junho de 1975 em Goiânia (GO), sua fundação está ligada à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, principalmente na Amazônia, pois viviam em condições de muita exploração realizando trabalhos análogos à escravidão e ainda sofriam com expulsões de suas próprias terras. Por possuir o vínculo com a CNBB, a CPT conseguiu se manter mesmo com a forte repressão que eram submetidas os agentes

²³³ Disponível em <https://fase.org.br/pt/quem_somos/quem-somos/>. Acesso em 19 de janeiro de 2024

²³⁴ Disponível em <<https://cimi.org.br/o-cimi/>>. Acesso em 20 de outubro de 2023.

pastorais e as lideranças populares. Contudo essa organização adquiriu um caráter ecumênico, tanto por parte dos trabalhadores que eram apoiados, quanto na incorporação de agentes de outras igrejas, apontando-se o destaque para a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (ICLB). O objetivo principal da CPT era dar suporte ao trabalhador rural como protagonista de suas próprias lutas²³⁵. Portanto, Iza e Humberto ajudam na construção desse projeto, conforme:

Aí nós então decidimos dar apoio tanto ao pessoal do CIMI como o pessoal da CPT que tava fazendo esse movimento, mas ao mesmo tempo que esse pessoal desse grupo lá que tinha feito esse enfrentamento com o americano lá na Fazenda Capaz. Bom, e junto com eles nós sabíamos que tinham outros grupos se formando aqui, né, por exemplo, o pessoal da universidade tinha criado o grupo de apoio ao índio junto, em parceria com o pessoal da USP, né, da antropologia da USP, então a gente sabia que tinha muita coisa assim.²³⁶

Iza não era católica, entretanto começa a trabalhar como secretária da CPT, o que proporcionou a ela está ciente e participar de vários conflitos agrários, sobretudo o emblemático conflito da fazenda Capaz, citado por Humberto, que segundo ele vai dar origem a Sociedade Paraense de Direitos Humanos (SDDH).

5.1 Quando o outro é reconhecido como humano e vale a luta por Direitos Humanos

Os direitos humanos têm uma história complexa, que remonta a várias culturas e períodos históricos. No entanto, a concepção moderna dos Direitos Humanos teve origem na Europa após os horrores da Segunda Guerra Mundial, com a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948. Desde então, houve progressos significativos na proteção e promoção dos direitos humanos em todo o mundo, embora desafios persistentes permaneçam, incluindo discriminação, violência e desigualdade.

A ideia de direitos humanos, surge a partir da compreensão de que todos os seres humanos partilham da mesma humanidade e que a vida é um bem inalienável, que pode ser entendida como a primeira propriedade privada. Corroborando com esse pensamento o pensador James Griffin que ficou reconhecido por sua teoria dos

²³⁵ Disponível em <<https://www.arquidiocesedesantarem.org.br/organismos/3/comissao-pastoral-da-terra-cpt>>. Acesso em 23 de outubro de 2023.

²³⁶ CUNHA, Humberto Rocha. **Vida e trajetória política de Iza Cunha** [out. 2018]. Entrevistadora: Rosinda da Silva Miranda. Belém-PA: Edifício Bandeira Coelho, 2018 Arquivo digital. Entrevista concedida à Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História/UFGA. 2h02m53s.

"mínimos sociais", onde ele defende que os direitos humanos fundamentais devem incluir garantias mínimas para todos os indivíduos, independentemente de sua cultura ou circunstâncias sociais. Ele enfatiza a importância de proteger direitos como vida, liberdade, saúde e educação como elementos essenciais para uma vida digna. Griffin argumenta que esses direitos são universais e inalienáveis e devem ser garantidos pelo Estado. Levanta como argumento a importância da justificação moral dos direitos humanos, buscando uma base objetiva para sua defesa²³⁷.

A partir disso, se torna possível perceber que as desigualdades sociais trazem muitos sofrimentos às pessoas, o que pode não assegurar os princípios fundamentais pelos quais se baseiam os direitos humanos. Com esse entendimento básico era preciso lutar pela liberdade e direito de todos, principalmente pelos injustiçados do sistema e dos governos militares, pois a luta por direitos humanos agregava várias outras. Nesse sentido, as pessoas que militavam junto com Iza começaram a se organizar de várias formas até chegar à fundação da Sociedade Paraense de Direitos Humanos (SPDDH), onde ela foi não só uma das fundadoras como também presidente.

Para Iza lutar por direitos humanos a partir de seu envolvimento com o comunismo, sua prisão e tortura foi o que deu sentido para o restante de sua vida, pois seu nome está presente em várias frentes dentro dos movimentos. Nesse caso, para desenvolver a luta por direitos humanos no Pará foi importante trocar experiência se apoiando no que viveram os presos políticos e o que se passava também com a família deles e lutar pela anistia desses vitimados pelo regime militar. Nesse sentido, passado algum tempo Iza e Humberto encontraram com Paulo Fonteles e Hecilda Veiga, ex-presos, também recém libertados e os dois casais simpatizantes do PCdoB começaram a se encontrar na casa dos Cunha e comentavam sobre o que tinham passado, uniam as forças para continuar a militância e traçavam planos sobre o que iam fazer. Contudo, sobre o partido, eles tinham um entendimento que segundo a visão de Humberto era: “Nós entendíamos que o partido não era apenas a estrutura formal, mas também o programa e a proposta [...] éramos sobreviventes e tínhamos que fazer alguma coisa”²³⁸.

²³⁷ RODRIGUES, Gabriel Costa Val. Os direitos humanos no pensamento de James Griffin. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rdgv/a/3XBvJpR5kN7zq4MLQB56hcD/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2024.

²³⁸ CARVALHO, Luiz Maklouf. **Contido à bala: a vida e morte de Paulo Fonteles, advogado de posseiros no sul do Pará**. Belém. CEJUP, 1994. p, 243.

Com ritmos, tempo, formas e prioridades, cada ex-presos/a ia retomando as atividades políticas, algumas coisas eram comuns entre eles, outras não. Humberto e Hecilda vendiam a assinatura do Jornal Opinião, Paulo participava no Movimento Estudantil, ao passo que Iza se engajava em uma pesquisa sobre colonização²³⁹. Entretanto os quatro amigos ainda continuavam organicamente perdidos, já que naquele período, mais precisamente em dezembro de 1976, o PCdoB havia sofrido um golpe com a Chacina da Lapa, justamente quando o partido avaliava a experiência da Guerrilha do Araguaia e as divergências eram intensas e com a prisão de Wladimir Herzog a militância de Belém ficou desarticulada e sem qualquer informação sobre os acontecimentos do Sul do Pará²⁴⁰.

Iza e seus companheiros estavam de olho no cenário nacional, porém não deixavam de lado o local, por exemplo, o conflito da fazenda Capaz, como ficou conhecido, foi um episódio fundamental para o envolvimento deles com o tema de direitos humanos. Conforme relato a seguir:

só que na metade do ano de 76 houve um conflito lá na região do... não me lembro se foi na vila Rondon, Dom Elizeu, pra aquele lado lá, e os posseiros da Fazenda Capaz, ao enfrentarem o proprietário que não queriam dar acesso pra eles a água – o direito de passagem e o direito de água são coisas que vem desde a Idade Média, pelo menos, né – e ele simplesmente queria desconhecer, como ele era um norte-americano e que era um pastor protestante, eu já conhecia as atividades dele desde a década de 68/69, e ele era pastor lá no Tocantins, e ele fazia parte do programa de esterilização em massa das mulheres, das mulheres pobres, né, porque era uma perspectiva do governo dos Estados Unidos que os países do chamado 3º mundo diminuísse a população porque eles achavam que se crescesse a população era um perigo pro domínio americano, então eu já tinha ideia de quem era esse pastor, e ele era um pastor e fazendeiro e grileiro de terra. Os camponeses ali enfrentaram, mataram ele, atingiram o filho dele também e tal, mas por mero desespero da sobrevivência, só que aí os agentes da ditadura acharam que ali era o renascimento da guerrilha do Araguaia, e esses camponeses foram muito torturados, aí nós fomos, eu e a Iza, ali na casa do Rui Barata saber o seguinte: “ôh, Rui, não dá pra gente fazer alguma coisa por esse pessoal? ”, aí ele disse: “olha, Humberto, eu já tô defendendo esse pessoal”, eu falei: “mas como tu tá defendendo?”, “não, é porque eu sou advogado de um comerciante lá de Rondon do Pará, e esse pessoal compra no comércio dele, e aí ele me pediu e disse se era possível fazer alguma coisa pra ele e eu já tô defendendo”, eu falei: “tá, mas nós estamos querendo fazer um grupo que articule, já tem um pessoal na universidade se articulando, nós estamos fazendo umas articulações aí”, ele falou: “olha,

²³⁹ CARVALHO, Luiz Maklouf. **Contido à bala: a vida e morte de Paulo Fonteles, advogado de posseiros no sul do Pará**. Belém. CEJUP, 1994. p, 243

²⁴⁰ *Ibid.*

tudo bem, não posso eu ir lá e me meter porque eu sou o advogado deles, né, mas tudo que for feito eu apoio”²⁴¹.

Esse acontecimento chamado de Fazenda Capaz, envolve um primeiro conflito agrário de muitos que vão se tornar recorrente na Amazônia, em decorrência da política fundiária desenvolvida pelos militares que trouxe resultados insatisfatórios para os trabalhadores rurais e as populações tradicionais, aumentando os latifúndios improdutivos, criação de raras empresas rurais, consolidação do minifúndio devido a política equivocada adotada pelo INCRA. Outras consequências dessa política governamental podiam ser verificadas: “falência nos projetos de colonização organizados pelo governo; facilidades legais e creditícias às grandes propriedades; abandono de culturas alimentares ‘para concentrar o crédito e a assistência técnica às culturas comerciais de exportação’, abdicação de créditos éticos em favor do lucro fácil; especulação financeira com terras, negociadas”²⁴².

O dono da Fazenda Capaz, o norte-americano, John Weaver Davis chegou na PA-70 em 1962. Após dez anos de instalação ele aumentou muito a sua propriedade e começou a ter problemas com as ocupações, o que ocasionou no seu próprio assassinato e de seus filhos, Bruce e Mallory Davis, no dia 3 de julho de 1976, em uma tocaia no quilômetro 56 da rodovia PA-70. Esse acontecimento preocupou as autoridades brasileiras, pois estavam sendo pressionados pela embaixada americana. A motivação de tal emboscada que o norte-americano à morte foi: “sua reação violenta contra lavradores que invadiram a terra, além da omissão dos órgãos oficiais que acabaram” no fim trágico dessa história²⁴³.

Os trabalhadores envolvidos no caso da fazenda Capaz foram presos e torturados na prisão e o grupo dos ex-presos políticos juntamente com outras pessoas começam a se movimentar em busca de justiça e de um advogado para defender esses camponeses, e, sobre Isso Humberto conta o seguinte:

Aí nós começamos então a fazer reuniões de apoio a esses camponeses que tavam presos e tinham sido muito torturados. Inicialmente, nós começamos a fazer coleta pra pagar o advogado, aí o Rui falou: “não, eu não aceito, tô defendendo eles, vou defender de graça, mas a família deles estão

²⁴¹ CUNHA, Humberto Rocha. **Vida e trajetória política de Iza Cunha** [out. 2018]. Entrevistadora: Rosinda da Silva Miranda. Belém-PA: Edifício Bandeira Coelho, 2018 Arquivo digital. Entrevista concedida à Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História/UFGA. 2h02m53s.

²⁴² CARVALHO, Luiz Maklouf. **Contido à bala: a vida e morte de Paulo Fonteles, advogado de posseiros no sul do Pará**. Belém. CEJUP, 1994. p. 247

²⁴³ *Ibid.*

precisando”, “bom, então o que é que eles estão precisando? ”, “bom, dinheiro sempre ajuda, mas remédio eles precisam, roupa eles precisam, alimentos”, porque eles ficaram sem acesso à nada e as roças deles venderam porque né, não teve mais condições de trabalhar, aí então nós mantivemos o grupo em torno dessa questão, do apoio à essas famílias, até que um dia nós chegamos lá na casa do Rui, ou o Rui ligou lá pra casa eu acho: “olha, vem aqui que eu preciso falar com vocês, os caras tão soltos, tão tudo soltos”, “mas como, Rui, tão soltos?”, “tão soltos, tão tudo aqui em casa e daqui... alguns até já voltaram pra lá pra Dom Elizeu, não quiseram ficar, eu disse que era bom ficar mais um pouco pra ir com segurança e eles acharam que não e quiseram assim mesmo e foi”. Aí nós continuamos fazendo esse apoio à esses presos enquanto a situação deles tava indefinida, nós não sabíamos afinal como é que ia ficar a situação deles, agora aquele ano foi um ano que coincidiu várias coisas, nós... por exemplo, a igreja tinha decidido criar a CPT aqui no Pará, foi exatamente em 76, e como eu tava na fase, eles também me pediram apoio pra ajudar nessa questão da organização da CPT. O CIMI, que é o Conselho Indigenista Missionário também começou a se montar aqui naquele ano, e era o Padre Nello e a Rebeca, que era uma freira que nós conhecíamos do Sul do Pará que trabalhava na época com a irmã Dorothy, elas tinham uma casa ali na... eu sempre me esqueço, era o vila Rondon ou Dom Elizeu, que são duas cidadezinhas vizinhas, e...²⁴⁴

De acordo com a narrativa de Humberto, eles conseguiram o advogado, nesse caso quem assumiu a defesa foi o advogado Rui Paranatinga Barata. Muitas coisas aconteciam naquele momento, a criação da CPT e do CIMI. Ainda assim os posseiros da fazenda Capaz fizeram com que houvesse uma movimentação em prol da causa deles, e começaram a ser ajudados com roupas, alimentos e dinheiro para suas famílias. Porém era preciso discutir sobre algo que fosse mais permanente, tivesse um efeito mais rápido e eficaz frente as violações aos direitos humanos. Dessa forma quem começou as mobilizações em solidariedade a causa desses trabalhadores foram Hecilda e Izabel Cunha, conforme narra Carvalho:

Isabel e Hecilda - especialmente as duas - começam a se mexer, sensibilizando gente da igreja, da universidade e do Banco da Amazônia. Eram poucos. A primeira reunião, na Igreja da Conceição, contava, além de Isabel e Hecilda, com a presença dos padres Davi Laredo e José Ribamar, e de dois professores do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Jean Hebet e Rosa Acevedo. Aos poucos o grupo foi aumentando: Mateus Oterloo e Ubiratan Moraes Diniz, da Federação de Assistência para órgãos Educacionais (Fase), Humberto Cunha; João Marques, vereador do MDB; Edmundo e Graça Parente, Nazareno Noronha, Edson Roffé Borges e Hélio Mairata, do recém-criado Instituto dos Economistas do Pará; Daniel Veiga, engenheiro; Sá Pareira; antigo militante do partidão; Paulo Fonteles e José Otávio Pires, do movimento Alternativa²⁴⁵.

²⁴⁴ CUNHA, Humberto Rocha. **Vida e trajetória política de Iza Cunha** [out. 2018]. Entrevistadora: Rosinda da Silva Miranda. Belém-PA: Edifício Bandeira Coelho, 2018 Arquivo digital. Entrevista concedida à Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História/UFPa. 2h02m53s.

²⁴⁵ CARVALHO, Luiz Maklouf. **Contido à bala: a vida e morte de Paulo Fonteles, advogado de posseiros no sul do Pará**. Belém. CEJUP, 1994. p. 248.

Esse primeiro movimento deu origem ao primeiro a uma segunda fase que foi a formação do Comitê de Defesa de Direitos Humanos, o que em uma terceira etapa vai se transformar em Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), instituição essa que na sua gênese foi protagonizada por duas mulheres Hecilda e Iza Cunha e que contou com a participação de outros companheiros e companheiras de luta. Sobre esse assunto existem vários estudos, porém, não se coloca essas duas mulheres como protagonistas, pois suas movimentações e articulações foram decisivas para o nascimento de uma instituição que foi e é de muita importância para a garantia dos Direitos Humanos no Pará.

Carvalho fala sobre as duas, Iza e Hecilda e enfatiza que foram especialmente elas que começaram se mexer, mas em outro momento quando fala da ampliação dessa organização acaba dando os créditos dela a Paulo Fonteles, quando comenta: “Essa foi a ideia dele”, diz Isabel Cunha. De todos nós Paulo que tinha o horizonte mais Largo”²⁴⁶. Nessa fala de Iza o que se observa é que a própria deixa esse protagonismo com Paulo, pelo menos nesse momento da terceira fase do movimento. Essa atitude de renunciar ao protagonismo é muito comum entre as mulheres, pois mesmo que a ideia seja delas a sociedade passa a dar mais atenção quando a mesma ou a variação dela vem de um homem, que em determinadas ocasiões é apenas o interlocutor de um grupo composto por homens e mulheres em que fica difícil se saber de onde veio aquela visão, e o caso ainda se agrava mais ainda quando o homem é alguém de influência, como era o caso de Paulo. Carvalho comenta sobre esse protagonismo de Paulo Fontelles na escrita do livro, que é uma biografia dele intitulado: “Contido a Bala” – ele escreveu a história de vida de Paulo em decorrência da forma trágica em que Paulo morreu, por desenvolver suas ações na busca pelos direitos dos trabalhadores rurais.

Sem esvaziar a importância dos homens nesse processo de criação da SDDH, e principalmente de Paulo Fontelles, que foi e é um importante nome para os movimentos populares no Pará, mas se faz necessário ressaltar a atuação decisiva das mulheres nesse processo inicial, mesmo que não tenha sido nenhuma delas a primeira presidente da organização, pois nesse caso quem ocupou esse posto como pioneiro foi o próprio Paulo

²⁴⁶ CARVALHO, Luiz Maklouf. **Contido à bala: a vida e morte de Paulo Fonteles, advogado de posseiros no sul do Pará**. Belém. CEJUP, 1994. p, 243

Fontelles, em uma disputa com diferentes visões de quem seria o presidente da instituição.

Segundo a visão de Pinheiro, a SDDH vai nascer a partir de uma cultura política que não foi vencida pelos “anos de chumbo” do regime ditatorial e através do encontro de homens e mulheres com pensamento progressista vão se agregar os mais diversos movimentos em torno dessa instituição.²⁴⁷

Na SDDH Iza teve bastante contribuição, foi uma das idealizadoras e chegou a presidir essa instituição. Com sua característica combativa, aguerrida, benevolente, possuía sede de justiça para os oprimidos e empobrecidos. Ela também se debruçava a escrever sobre vários temas, entre eles: Escravidão, conflitos agrários, violência no campo e infraestruturas de estrada.

5.1.1 Escravidão

Figura 24 Iza e seu escrito sobre escravidão



Fonte: Jornal Resistência, Belém/PA, Agosto, 1978. Nº 5. p. 12

Sobre a “A escravidão que não terminou”²⁴⁸, Iza escreveu sobre esse assunto analisando o fato de que a abolição da escravatura não trouxe liberdade econômica,

²⁴⁷ PINHEIRO, Raimundo Amilson de Sousa. **Em nome dos direitos humanos: história, movimentos sociais e democratização no Pará (1975-1985)**. Belém, 2019. 315f. Tese (Doutorado em História) - faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade federal do Pará. p.73.

²⁴⁸ A década de 1970 foi marcada por movimentos sociais e ativismo político no Brasil, incluindo movimentos negros que colocavam a questão da herança da escravidão no centro do debate. Organizações como o Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNUCDR) e outros grupos buscavam visibilidade e justiça para as comunidades afro-brasileiras, muitas vezes destacando como a escravidão tinha impactos contínuos na desigualdade e na discriminação racial. Nesse período surge no Pará O CEDENPA (Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará) foi uma organização importante no movimento negro

política e social para os negros brasileiros. Dessa forma eles acabaram sofrendo com as desigualdades sociais, além de já terem sofridos várias outras atrocidades durante o processo do tráfico negro, escravatura em si, até chegar na sua suposta “emancipação”. Sobre esse assunto Iza explica a seguir:

O dia 13 de maio de 1988 pouco representou para os negros escravos do Brasil Império. Razões do interesse da classe dominante (fazendeiros de café e industriais) foram muito mais fortes do que a liberdade econômica, política e social do negro brasileiro. A “emancipação” se deu sem que os negros fossem sequer indenizados, valendo o princípio da autoridade burguesa que se assenhoreava do país. O Brasil estava passando por uma situação aflitiva em relação a mão-de-obra, por ordem da Inglaterra desde 1850, o tráfico havia terminado, o número de negros escravos diminuía a cada ano: em 1888 a população escrava era de 3 milhões aproximadamente. No período do tráfico a entrada de negros dava-se na base de 100 mil por ano. A falta de braços para a lavoura dificultava o aumento da produção cafeeira; essa diminuição de escravos dava-se pela extinção do tráfico, porque comprava-se mais homens e menos mulheres (porque o braço para o trabalho era do homem), os casamentos não se faziam constantemente, a família escrava não significava nada. Fator grave, sério e mais importante, “as enfermidades ou maus tratos, e o trabalho excessivos, inutilizavam, esgotavam e matavam em grande número”. O alto custo pago, tornou cada escravo um mau negócio e a sua sustentação foi ficando cara, isto é, os lucros do senhor de terras ficavam reduzidos²⁴⁹.

Liberdade, emancipação, indenização, palavras proferidas por Iza carregados de significados, mas que não foram respeitadas pelo processo econômico da mudança de mão de obra no Brasil, pois quando o capitalismo se instalada, ele traz não somente a produção moderna, mas um novo tipo de escravidão moderna. Dessa feita, os negros ex-escravos foram “descartados”, sem qualquer amparo à sua sobrevivência e isso está diretamente ligado ao capitalismo Industrial e as novas formas de colonização, conforme o texto abaixo:

Assim como a escravidão moderna esteve vinculada ao mercantilismo, à expansão da Europa Ocidental e à forma de produção implantada pelos europeus na América quando da colonização do chamado “Novo Mundo”, a sua derrocada está também vinculada ao rompimento do sistema colonial e, mais ainda, de transformação do sistema produtivo mundial, no sentido

no estado do Pará. Fundado em 1979, teve um papel significativo na promoção dos direitos e na luta contra o racismo estrutural e institucionalizado na região. Suas atividades incluíam a conscientização pública, a defesa dos direitos humanos e a promoção da igualdade racial. Sobre o assunto ver: Conceição, Domingos Movimento negro em Belém: ação coletiva de combate ao racismo e defesa de negras e negros / Domingos Conceição. - 2017. 167 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017. Orientação: Profa. Dra. Maria Antônia Cardoso Nascimento

²⁴⁹ Jornal Resistência nº 5. Belém agosto 1978. p.12

da consolidação da forma mais moderna de capitalismo - o capitalismo industrial - e a novas formas de colonialismo²⁵⁰.

Essa nova forma de produção moderna trouxe para o Brasil um outro tipo de mão de obra com mais direitos e liberdade. Esse desenvolvimento econômico acabou acentuando não só as desigualdades sociais como também as raciais, uma vez que a mão de obra das lavouras brasileiras passou a ser executadas por pessoas da Europa, brancos, livres e assalariados. Iza fala sobre as razões para isso acontecer:

O desenvolvimento econômico do País, com base na produção do café aumentou em muito quando passa a ser utilizada a mão-de-obra “livre” do imigrante estrangeiro. Essas foram as razões dos patrões para a abolição da escravidão do Brasil. Não foram apenas as razões dos patrões que determinam a Abolição. A campanha abolicionista toma corpo quando se forma uma opinião pública; a questão negra passa a ser discutida e debatida. E ditam-se jornais, promovem-se comícios e conferências, a população passa a ser agitada e mobilizada. Como marco histórico dessa mobilização e divulgação da luta negra brasileira, peguemos o ano de 1888, quando aparece o 1º jornal abolicionista o GAZETA DA TARDE, onde milita José do Patrocínio. Nesse mesmo ano funda-se a sociedade brasileira contra a escravidão e surgem mais ou menos uma dezena de sociedade que lutam pela liberdade do negro; até a formação de uma “poderosa” CONFEDERAÇÃO ABOLICIONISTA inspirada por José do Patrocínio. Mas a luta dos negros basicamente foi um movimento que criou força a partir do próprio negro que procurava sua liberdade formando Quilombos. Os palmares do século XVII, durou cerca de 60 anos, resistindo para manter seu sistema econômico, político e social, vigentes ondes os quilombos eram formados²⁵¹.

Iza comenta sobre o papel da imprensa no processo de abolição e a força do próprio negro de não aceitar ser escravizado, sempre formando quilombos como forma de resistência, porém é possível perceber que o modelo escravista de produção terminou devido as mudanças econômicas globais que ocasionou as novas formas de produção fabril e isso forçou a um novo tipo de relações de trabalho. Porém Iza apresenta o próprio entendimento dela sobre o tema:

Os negros nunca aceitaram a escravidão imposta pelos senhores de terras, buscavam a liberdade “promovendo insurreição, fugindo, suicidando-se. “A fuga tinha um alto sentido de não conformismo, buscando inclusive na luta armada, na insurreição e no assassinato a defesa de sua liberdade. A atitude do negro brasileiro era um não a imposição dos senhores de engenho a princípio e depois dos fazendeiros de café: o 13 de maio de 1888 foi o ponto culminante de movimentos que forçaram a assinatura da Lei Aurea. Era insustentável do ponto de vista político e econômico a situação de negros brasileiros escravos. Passado o 13 de maio de 1888, a situação política, social do negro era “emancipado”, livre, mas sua condição econômica era das piores. Como trabalhador da terra, não a possuía para plantar, colher e vender livremente seus produtos. Não possuía o capital para aplicar na

²⁵⁰ MENEZES, Jaci Maria Ferraz. Abolição no Brasil: A construção da liberdade. *In Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.36, p. 83-104, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/download/8639642/7210/10205>>. Acesso em: 05 de dezembro 2020.

²⁵¹ Jornal Resistência, Belém/PA, agosto, 1978. Nº 5. p.12

produção e vemos que até hoje os negros brasileiros ainda sofrem pressão da sociedade, da polícia, por serem negros²⁵².

E as consequências do negro liberto sem qualquer política de inclusão acabou por aprofundar as discriminações e preconceitos sobre o negro no Brasil, com isso os eles sofrem a pressão da sociedade, e sempre seriam os principais suspeitos dos crimes, conforme Iza comenta:

Chega ao Cúmulo de um negro não poder trabalhar livremente pelas ruas depois das 22 horas sem ser revistado. Como aconteceu aqui mesmo em Belém do Pará, quando um negro estudante universitário, com documentos e residência fixa, foi agredido por policiais quando retornava de uma festa dançante a uma hora da manhã, pelo fato dos policiais ordenarem que parasse ele não ter atendido²⁵³.

Para Iza a situação do negro como “liberto”, em situação de desamparo do sistema era semelhante a de outros grupos, os chamados homens livres que formavam um conjunto de escravos modernos, entre eles estavam os “homens livres, índios, brancos e caboclos. Muito mal remunerados que mal dava para sobreviver. Nas palavras dela:

A situação do negro “liberto” pelo 13 de maio de 1888, não é uma situação isolada hoje no Brasil, após 90 anos da Lei Aurea. Faz parte e está vinculada à maioria da população brasileira que forma um grande contingente de escravos modernos. Os chamados “homens livres”, índios, brancos e caboclos. Na cidade vendem sua força de trabalho que mal dá para sobreviver. Enfrentaram todo um sistema urbano que os atinge diretamente, quando tem problemas de saúde, documento, emprego etc.²⁵⁴

Mesmo com o avanço do capitalismo e as mudanças do modo de produção e acertos trabalhistas com relação a força de trabalho, para Iza a vida no campo ainda continuava dura, o latifúndio permanecia com as velhas maneiras nas relações de trabalho, a ilegalidade ainda predomina nesse espaço abrindo brecha para a escravização, de “homens livres e pobres”. Na época que ela escreve esse texto a Lei Aurea completava 90 anos, porém com muitos problemas a serem resolvidos nas questões das políticas para negros, bem como para brancos pobres, indígenas e as demais camadas da população brasileira subalternizada. Nas ideias dela:

No campo a vida é muito dura; o latifúndio não rompeu os laços atrasados de relação de trabalho; a terra continua cada vez mais escassa. Por causa dela, homens trabalhadores, vivem às voltas com processos ilegais, monstruosos, verdadeiras aberrações de Lei e do direito, no Brasil inteiro grileiro e gatos se unem a fazendeiros e donos de terra para explorar e escravizar “homens livres e pobres” brancos, negros, índios, e caboclos, usurpando o verdadeiro direito de posse da terra. São 90 anos de Lei Aurea

²⁵² Jornal Resistência, Belém/PA, agosto, 1978. Nº 5. p.12

²⁵³ *Ibid.*

²⁵⁴ *Ibid.*

e a situação sócio-econômico e política da população trabalhadora brasileira ainda não quebrou as algemas da opressão de classe que usurpa o poder de decisão a 400 anos²⁵⁵.

5.1.2 Jornada de trabalho

De acordo com o recorte temporal de Iza havia um entendimento de como se deu a luta da classe operária pela jornada de oito horas, em poucas palavras, ela mostra como esse movimento ocorreu pelo mundo e quantas horas trabalhavam os operários até chegar no que se entende como a redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias ou 48 horas semanais. A seguir o que ela escreveu sobre esse assunto,

A história da classe operária é de lutas, prisões e mortes. A jornada de oito horas só no dia 1º de maio de 1890, foi aprovada, depois de intensas lutas dos operários de todo o mundo. Principalmente dos norte-americanos. Na França, na Inglaterra e outros países que já concentravam grande número de operários, as lutas eram travadas não só pela melhoria de vida, mas também, pela tomada de poder político. Um exemplo é comuna de Paris (movimento dos operários (...) organizar a sociedade pelos operários, não mais pela burguesia ou pela nobreza, em 1871). Até 1890 os operários trabalhavam de 14 a 16 horas por dia, acordando às 4 horas da manhã e retomando a seus lares por volta de 8 ou 9 horas da noite. As moradias e a alimentação eram da pior espécie. Os operários (escravos assalariados, ainda hoje) procuraram organizar-se em associações e ligas operárias, de caráter socialista, que lutavam especificamente pela diminuição da jornada de trabalho. Nos estados Unidos apareceram especialmente em Nova York, as grandes ligas de oito horas. Em Chicago, também nos Estados Unidos, as lutas se intensificaram. Os salários eram muito baixos e as condições de trabalho péssimas. As organizações dos operários possuíam seus valorosos líderes em Chicago nas pessoas de Albert R Parsons, Michel Schwab, Adolf Fischer, Oscar Neebe, Louis Lingg, Hessois August spies, George Engel Samuel Fielden, que após manifestação pública, são presos pela polícia terrorista. As prisões transformaram-se em processos instaurados para apurar os acontecimentos e concluíram pela condenação à morte na força de cinco deles, que sustentavam a ideia de liberdade ou morte. O sangue dos cinco de Chicago que foram enforcados, serviu como semente da liberdade dos operários norte-americanos que 4 anos mais tarde, no dia 1º de maio de 1890, tinham a jornada de 8 horas de trabalho regulamentada pelo congresso²⁵⁶.

²⁵⁵ Jornal Resistência, Belém/PA, agosto, 1980. Nº 14. p.12

²⁵⁶ *Ibid.*

Figura 25 Texto de Iza Cunha sobre 1º de Maio



Fonte Jornal Resistência, Belém/PA, Agosto, 1980. Nº 14. p. 12

Iza destaca que no Brasil, o movimento da classe operária teve início no início do século XX, sendo liderado principalmente por imigrantes italianos²⁵⁷ que chegaram ao país em busca de oportunidades como mão de obra assalariada. Os operários italianos desempenharam um papel crucial na organização política e sindical,

²⁵⁷ O papel dos imigrantes italianos no movimento operário brasileiro do início do século XX é um tema que gera controvérsias e debates entre historiadores e estudiosos. Enquanto é reconhecido que os imigrantes italianos desempenharam um papel significativo na organização sindical e política, há críticas à narrativa que coloca exclusivamente os italianos como protagonistas principais. Muitos estudiosos argumentam que outros grupos étnicos e nacionais, incluindo brasileiros nativos, também contribuíram de maneira significativa para o movimento operário. Existem evidências de que outros grupos étnicos e imigrantes, como os espanhóis, portugueses, poloneses, entre outros, também foram ativos no movimento operário brasileiro. Cada grupo étnico trouxe suas próprias experiências, ideologias políticas e estratégias de organização que contribuíram para o desenvolvimento do movimento. O protagonismo dos italianos pode variar dependendo da região do Brasil. Por exemplo, em São Paulo, onde muitos italianos se estabeleceram, sua influência pode ter sido mais proeminente. No entanto, em outras partes do país, como no Sul, Nordeste e Centro-Oeste, outros grupos étnicos podem ter tido maior destaque nas lutas trabalhistas. As controvérsias também refletem diferentes abordagens historiográficas e interpretações dos eventos históricos. Alguns historiadores tendem a enfatizar o papel dos imigrantes europeus na formação sindical e política do Brasil, enquanto outros buscam uma visão mais inclusiva e diversificada que reconheça a contribuição de múltiplos grupos étnicos. Sobre o assunto ver: FAUSTO, Boris. Trabalho urbano e conflito social (1890-1920). São Paulo: Difel, 1976. Fausto analisa as dinâmicas sociais e políticas do Brasil, incluindo o papel dos imigrantes na formação do movimento operário.

promovendo ideais de liberdade para a classe trabalhadora e buscando a reorganização da sociedade.

As primeiras manifestações operárias em celebração ao 1º de maio como Dia do Trabalho no Brasil ocorreram em 1906, principalmente em São Paulo. Durante este período, surgiram muitos jornais voltados para os operários, além de associações e grêmios que serviram como plataformas para organização e debate. Um marco importante foi o Congresso Operário de 1906, onde após intensos debates ao longo de uma semana, decidiu-se pela luta pela imposição da jornada de trabalho de 8 horas diárias.

Após o congresso, houve uma intensificação na propaganda, mobilização e luta pela jornada de trabalho de 8 horas, através de panfletos, comícios e outras formas de ativismo. Esse período foi fundamental para a consolidação do movimento operário no Brasil, marcando um avanço significativo na organização e na defesa dos direitos dos trabalhadores. Conforme a seguir:

No Brasil, a classe operária iniciou sua organização no começo do século, tendo à frente imigrantes italianos, que vieram para o Brasil como mão de obra assalariada. Os operários italianos desenvolveram um trabalho político-sindical com ideias de liberdade para a classe operária e a organização da nova sociedade. As manifestações operárias pelo 1º de maio como Dia do Trabalho, só se dão em 1906, em São Paulo. Muitos jornais de circulação entre operários são criados, assim como associações e grêmios. No congresso Operário de 1906, após uma semana de debates conclui-se pela luta para a imposição da jornada de 8 horas de trabalho por dia. Após o congresso, a propaganda, a mobilização e a luta pela jornada de 8 horas foi intensa através de panfletos e comícios etc²⁵⁸.

Iza faz a retrospectiva do ano de 1907 e a campanha pela jornada de trabalho de 8 horas, comenta o que disse o Jornal Terra livre e mostra o calendário da movimentação da greve para este fim.

O ano de 1907 foi movimentado com a campanha pela jornada de 8 horas. O jornal “terra Livre”, em 25-05-1907, destaca o seguinte: “A polícia assalta a federação Operária. Prisões e torturas. Semeando o terror. As autoridades burlam-se dos “habeas corpus” emanados dos juízes competentes. Notas sobre o movimento de São Paulo. O movimento mante-se firme. Solidariedade da Liga Operária de Campinas. Em Santos, Ribeirão Preto, São Bernardo e São Roque, continua a boicotagem aos produtos Matarazzo e Cia Viva a jornada de 8 horas”. É interessante a reconstituição das greves de 1907, pela jornada de 8 horas: 25 de março – greve dos construtores de veículos; 04 de maio – Greve dos metalúrgicos; 06 de maio – greve dos pedreiros e construção civil; 07 de maio – greve das lavadeiras, fabricantes de pentes e barbatanas, trabalhadores em madeira; 08 de maio – greve dos passa maneiros pintores e marmoristas; 09 de maio – greve dos sapateiros; 10 de maio – greve dos fabricantes de tubos de limpeza; 11 de

²⁵⁸ Jornal Resistência, Belém/PA, agosto, 1980. Nº 14.

maio greve dos jardineiros e ajudantes de pedreiros, trabalhadores de limpeza; 14 de maio – dia do assalto policial à federação operária. Greve de encanadores e funileiros, padeiros, fabricantes de massas, tecelões; 13 de maio – greve dos gráficos e chapeleiros; 16 de maio – greve das costureiras; 20 de maio – greve dos cigarreiros; 22 de maio – greve dos ouvires e relojoeiros²⁵⁹.

Iza como boa militante que era, em favor tanto do campo quando da cidade, mostra a lista de sindicatos envolvidos na luta pela redução da carga horária do operariado e o impulso que o movimento anarquista deu a essa causa.

Muitos desses grupos obtiveram história completa. A organização dos trabalhadores aumentou com essas manifestações tendo à frente o movimento anarquista:

1. Sindicatos já existentes, reforçados pelo movimento União dos chapeleiros, União dos trabalhadores gráficos, Liga dos trabalhadores em madeira, sindicato dos pedreiros e confeitores, sindicato dos trabalhadores em veículos, sindicato dos trabalhadores em fábricas de tecido.
2. Sindicato que se constituíram em cima do movimento; sindicato dos encanadores e funileiros, sindicato dos pintores, sindicato dos sapateiros, sindicato dos trabalhadores em fábricas de massas.
3. Sindicatos que se reorganizam: Liga das costureiras, Sindicato dos marmoristas Canteiros²⁶⁰

Os operários, segundo o texto de Iza, não lutaram somente pela carga horária de trabalho, mas também contra a ameaça da guerra, e com isso se organizaram em eventos cuja deliberações do 4º Congresso Operário foram elencadas por ela:

Os trabalhadores que lutaram pela jornada de 8 horas de trabalho, lutaram contra o militarismo e a ameaça da guerra. Os acenos do Mal. Hermes da Fonseca aos trabalhadores, em 1912, fazem com que seja proclamado o 4º Congresso Operário, cujas resoluções restaram no seguinte:

1. Redução do horário de trabalho a 8 horas por dia;
2. Descanso semanal obrigatório para todas as categorias de operários e trabalhadores;
3. Indenização às vítimas dos sinistros do trabalho;
4. Regulamentação do trabalho nas fábricas, limitação do trabalho das mulheres e dos menores e proibição absoluta do trabalho nas fábricas às crianças menores de 14 anos de idade;
5. Seguro obrigatório (com participação nas despesas do estado, dos patrões e dos Operários e trabalhadores) par indenizar os proletários nos casos de doença e desocupação forçada e para dar-lhes pensões na velhice e nos casos de invalidez para o trabalho.
6. Substituição pelo contrato coletivo ao contrato individual do trabalho²⁶¹.

O quadro do mundo do trabalho que começou a ser desenhado pelo comentário de Iza em 1907, levou anos sendo lapidado e amadurecido, com isso ela mostra as lutas de 1913 pela não realização da guerra. Em 1915 já menciona o cenário da fome e seus desdobramentos, como a mendicância, o aumento dos suicídios e a luta pela jornada de

²⁵⁹ Jornal Resistência, Belém/PA, agosto, 1980. Nº 14. p.12

²⁶⁰ *Ibid.*

²⁶¹ *Ibid.*

trabalho ainda é uma realidade, que vai ser incorporada à constituição na era Vargas de 1934, conforme ela menciona a seguir:

O quadro que se apresentava por volta de 1913 era de luta contra a ameaça da guerra, contra o desemprego, a fome e a miséria, como retratam o manifesto pela paz de 30/04/1915, que contou com a participação dos trabalhadores: “A miséria é agora a regra. Milhares de famílias proletárias passam fome. As ruas e as praças estão cheias de mendigos de famintos. A noite, pelos bancos jardins e pelas soleiras dos palácios, se estende toda uma multidão miserável sem teto onde repousar. Os suicídios aumentam diariamente”. No Brasil, o eco dado pelos trabalhadores, a pressão de todo o povo pela jornada de 8 horas de trabalho, é institucionalizada na Constituição de 1934, quando Getúlio Vargas toma o poder político²⁶².

5.1.3 Tribunal da Terra

O tribunal da terra foi um júri simulado que contou com a participação dos movimentos populares e sindicais cuja luta se dava em torno da reforma agrária radical, as atrocidades contra trabalhadores rurais. Nesse tribunal seriam julgados hipoteticamente os responsáveis pelas injustiças e violências no campo, ou seja, pelos atos cometidos contra os trabalhadores rurais, violando os direitos humanos. Mesmo que o julgamento fosse uma ficção, as vítimas eram reais, as testemunhas também e estas apontavam em seus depoimentos o que acontecia no Pará e no Maranhão. Segundo conta Iza Cunha:

A iniciativa deste Tribunal resultou do fato de que todas essas entidades que vem participando do movimento popular e sindical, entidades que tem lutado para que haja a reforma agrária radical e sob o controle dos trabalhadores, que tem lutado contra impunidade, que tem lutado contra toda a sorte de desatinos acometidos contra trabalhadores rurais, resolveram tomar uma decisão de organizar o tribunal da terra, onde serão julgados aqueles responsáveis por todos esses atos que são cometidos no campo; nós queremos também aqui reafirmar o seguinte: este Tribunal é simulado. É uma proposta, uma experiência, uma forma de luta que trabalhadores estão participando. Entretanto, as vítimas que vão aqui depor são verdadeiras, são filhas, viúvas, parentes, amigos e companheiros daqueles que foram mortos, chacinados, despejados, que foram jogados do seu lugar de trabalho. As testemunhas e as vítimas vão colocar aqui o que tem ocorrido no campo, principalmente no Maranhão e Pará²⁶³.

Esse trecho parece descrever a iniciativa de um Tribunal Popular da Terra, uma forma de movimento social onde diversas entidades e movimentos populares e sindicais se unem para denunciar e julgar violações de direitos humanos e crimes cometidos contra trabalhadores rurais. Aqui está uma análise do texto:

²⁶² Jornal Resistência, Belém/PA, abril/maio/junho, 1986. Ano VIII, Edição Especial, Nº 71. p. 5

²⁶³ *Ibid.*

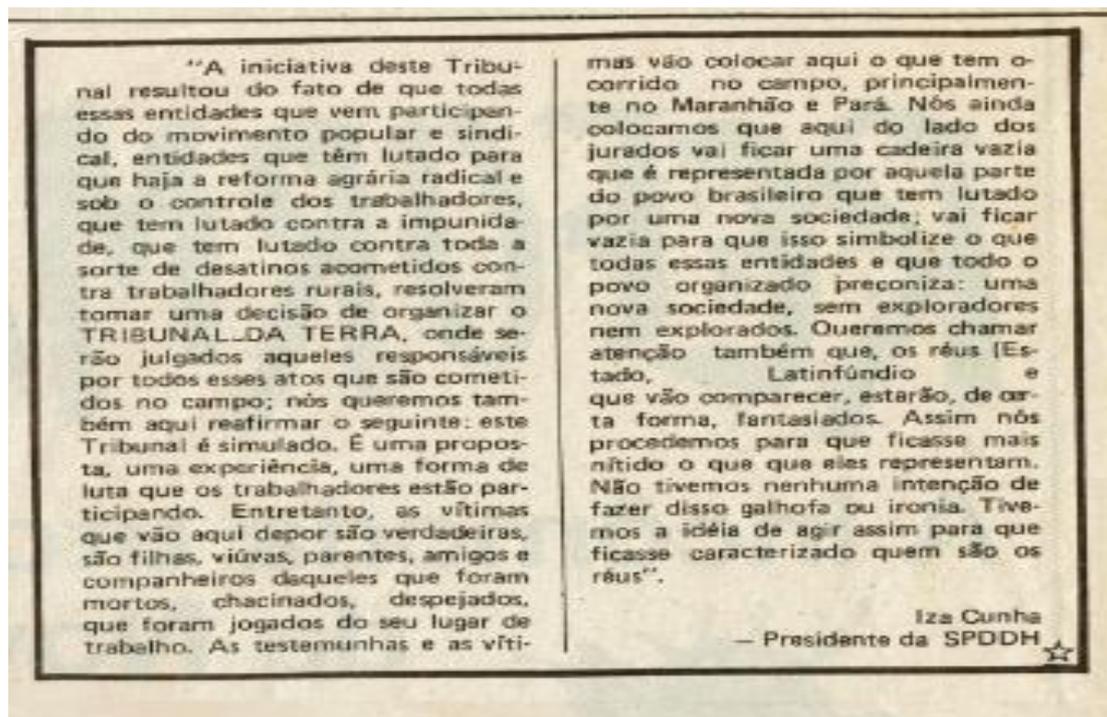
O Tribunal da Terra foi estabelecido como resposta à falta de justiça e à impunidade em relação aos crimes cometidos no campo, especialmente no Maranhão e Pará. Esses crimes incluem assassinatos, massacres, despejos ilegais e outras formas de violência contra trabalhadores rurais e suas comunidades. Apesar de ser descrito como "simulado", o Tribunal da Terra é uma iniciativa real e séria, organizada por entidades comprometidas com a justiça social e a reforma agrária radical. Ele visa chamar a atenção pública para as violações de direitos e pressionar por mudanças estruturais no sistema agrário brasileiro. O tribunal proporciona um espaço para que as vítimas, como familiares e amigos dos trabalhadores mortos ou violentados, testemunhem sobre as atrocidades que presenciaram ou sofreram. Essas testemunhas trazem relatos reais e emocionais que evidenciam as consequências devastadoras da violência no campo. Além de buscar justiça simbólica, o Tribunal da Terra visa conscientizar a sociedade sobre a gravidade das questões enfrentadas pelos trabalhadores rurais e suas comunidades. Ao dar voz às vítimas e testemunhas, ele busca também pressionar as autoridades responsáveis a agirem contra a impunidade e garantir a proteção dos direitos humanos no campo. O Tribunal da Terra representa uma forma de resistência e mobilização social, onde a verdade das vítimas se torna central para enfrentar as injustiças no sistema agrário brasileiro e promover mudanças significativas em prol da justiça social e dos direitos humanos.

Todo julgamento tem que ter vítima, réu, testemunhas, os juízes e ou jurados e o povo, nesse caso, os jurados estavam ocultos (povo Brasileiro) e os réus Iza descreve abaixo:

Nós ainda colocamos que aqui do lado dos jurados vai ficar uma cadeira vazia que é representada por aquela parte do povo brasileiro que tem lutado por uma nova sociedade, sem exploradores nem explorados. Queremos chamar atenção também que os réus (Estado, latifúndio e que vão comparecer, estarão de certa forma, fantasiados. Assim nós procedemos para que ficasse mais nítido o que elas representam. Não tivemos nenhuma intenção de fazer disso galhofas ou ironia. Tivemos a ideia de agir assim para que ficasse caracterizado quem são os réus²⁶⁴.

²⁶⁴ Jornal Resistência, Belém/PA, abril/maio/junho, 1986. Ano VIII, Edição Especial, Nº 71. p. 5

Figura 26 Texto de Iza Cunha sobre tribunal da terra



Fonte: Jornal Resistência, Belém/PA, Abril/Maio/Junho, 1986. Ano VIII, Edição Especial, Nº 71. p. 5

O Tribunal da Terra, tinha uma iniciativa que visava denunciar e julgar violações de direitos humanos cometidas contra trabalhadores rurais no Brasil, especialmente no Maranhão e Pará. Com isso apresenta os seguintes elementos: O simbolismo da cadeira vazia: A cadeira vazia representa os ideais de justiça e igualdade por uma nova sociedade sem exploração. É uma forma de reconhecer a ausência física dos movimentos populares e das pessoas que lutam por mudanças sociais profundas, mas cuja presença moral e política é significativa no tribunal; Réus "fantasiados": ao mencionar que os réus (Estado, latifúndio) estarão "fantasiados", o texto enfatiza que suas representações no tribunal destacam simbolicamente suas verdadeiras identidades e responsabilidades pelas violações no campo. Isso sugere uma crítica à forma como esses setores poderosos são percebidos ou disfarçados na sociedade, enquanto suas ações injustas são expostas no tribunal; Intenção e seriedade: é ressaltado que a organização do Tribunal da Terra não visa criar um espetáculo ou uma forma de entretenimento. Pelo contrário, é uma estratégia séria e comprometida para elucidar as injustiças enfrentadas pelos trabalhadores rurais e suas comunidades. A utilização do simbolismo não é para ridicularizar, mas para esclarecer e denunciar as estruturas de poder que perpetuam a exploração e a violência; Impacto e objetivo: o texto sugere que o Tribunal da Terra busca não apenas expor as violações de direitos no campo, mas

5.1.4 Transamazônica não pode esperar

A transamazônica foi um projeto oriundo dos governos militares em 1970, mais precisamente do General Emílio Garrastazu Médici, com objetivo de integrar os dois oceanos, do Atlântico ao Pacífico e ocupar a área com projetos minerais e agropecuários, fazendo a integração de norte a sul do País com a migração da população do Nordeste e do Sul. Essa política tinha o nome de PIN (Projeto de Integração Nacional), por isso o chavão usado por Iza: “Amazônia: A terra sem herança, para homens sem-terra”.

Entretanto devido o projeto da transamazônica ser ousado em termos de extensão causou inúmeros problemas, tanto para os trabalhadores da construção dela, quanto para quem se destinou a viver em suas margens. No início do projeto não existia movimento organizado para fomentar o debate da precarização da região. Contudo pelo relato de Iza em 1989, isso foi possível de acontecer como ela mesmo descreve:

Em 1989, nasceu o movimento pela sobrevivência da transamazônica, pela necessidade de melhorar as condições de infra-estrutura dos que viera para o Pará, radicar-se na transamazônica, no início dos anos 70. Nesse período era presidente do Brasil, o general de plantão Emílio Garrastazu Médici. Foi o general mais sanguinário. Sob seu governo, centenas de brasileiros foram torturados, presos, mortos. Nosso país vivia sua fase mais repressiva, ninguém podia se manifestar, os partidos colocados na clandestinidade e os sindicatos fechados. Os que se opunham ao regime nazi-fascistas ou eram presos, mortos ou buscavam o caminho do aeroporto, das estradas ou dos postos na procura do exílio. Entretanto o general Médici, que calou os movimentos sociais, implementava a ideia na cabeça do povo brasileiro de que estávamos na era do Brasil Grande, o produto interno bruto era de 11% e Delfim Neto e seus delfins Boys eram conhecidos pela cobrança dos 10% ao capital estrangeiro ou brasileiro para qualquer investimento neste país, segundo informavam mais tarde os poucos jornais NANICOS que conseguiam circular²⁶⁵.

Com o movimento para a reconstrução da transamazônica, após a intensa luta dos trabalhadores em Brasília, conseguiram um feito importante com suas reivindicações, foi possível dessa forma. Conseguir dinheiro para estradas, construção de escolas, ambulância, postos de saúde, entre outros benefícios, que foram citados por Iza no texto em seguida:

Os trabalhadores, após 40 dias em Brasília, 30 horas de greve de fome, conseguiram o que talvez nenhum movimento tenha conquistado de suas reivindicações: um (1) bilhão e 600 milhões para recuperar a transamazônica, 1 bilhão e 200 milhões via governo federal e a restante via governo estadual. Os recursos serão repassados para o DNER. Construção de uma escola em Medicilândia, reforma de 11 escolas em Altamira a partir

²⁶⁵ Jornal Resistência, Belém/PA, setembro/dezembro, 1991, Ano XI, Nº 94. p. 7

de 92. Construções de dois centros de Treinamento de recursos Humanos em 92, em Altamira e Marabá. Construção de dois centros de saúde com 20 leitos para Pacajá. Finalização das obras do Hospital de Medicilândia. dois Centros de saúde, para placas e Maracajá. Contratação de dois médicos. A compra de seis ambulâncias. Oito gabinetes odontológicos. Formação de 400 agentes de saúde pelas prefeituras da região. Seis toneladas de sementes de milho e arroz via Sagri. O movimento apresentou 65 emendas ao orçamento da União de 92, através do projeto de deputado Valdir Ganzer, incluindo recursos para melhorar a situação da transamazônica. As emendas propõem recursos para: conservação de 950 km da rodovia, no trecho de Repartimento a Itaituba, recuperação de pontos em concreto e madeira, patrulhas mecanizadas etc. As emendas posteriormente foram assinadas pelos deputados federais Valdir Ganzer, Paulo Rocha, Giovanni Queiroz, Osvaldo melo, Adão Preto, Alacid Nunes, Alcides Modesto, domingos Juvenil e senador Almir Gabriel. O clima de entusiasmo dos membros dos movimentos pela sobrevivência da transamazônica é grande e o moral elevado. Esta reportagem é fruto desse entusiasmo que presenciei quando estive recentemente na transamazônica, no centro Nazaré e de conversa com José Geraldo Torres, coordenador do movimento pela sobrevivência na transamazônica, morador de Medicilândia, marido de Maria Leni (vereadora-Pt) e pai de Jason e Tainara. José Geraldo, é capixaba, tem 29 anos e chegou na transamazônica em 1979. Foi um dos negociadores junto ao grupo interministerial e Mario Braga²⁶⁶.

Figura 28 Iza escrevendo sobre as condições de infraestrutura da Transamazônica

Transamazônica Não Pode Esperar
IZA CUNHA

AMAZÔNIA: A terra sem herança, para homens sem terra".

Em 1989, nasceu o Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica, pela necessidade de melhorar as condições de infra-estrutura dos que vieram para o Para, radicar-se na Transamazônica, no início dos anos 70. Nesse período era presidente do Brasil, o general de plantão Emílio Garrastazu Médice. Foi o general mais sanguinário. Sob seu governo, centenas de brasileiros foram torturados, presos, mortos. Nosso país vivia sua fase mais repressiva, ninguém podia se manifestar, os partidos colocados na clandestinidade e os sindicatos fechados. Os que se opunham ao regime nazi-fascista ou eram presos, mortos ou buscavam o caminho do aeroporto, das estradas ou dos postos na procura do exílio.

Entretanto o general Médice, que calou os movimentos sociais, implementava a ideia na cabeça do povo brasileiro de que estávamos na era do Brasil Grande, o produto interno bruto era de 114 e Delfim Neto e seus Delfin Boys eram conhecidos pela cobrança dos 10% ao capital estrangeiro ou brasileiro para qualquer investimento neste país, segundo informavam mais tarde os poucos jornais NÁNICOS que conseguiram circular.

Os trabalhadores, após 40 dias em Brasília, 30 horas de greve de fome, conseguiram o que talvez nenhum movimento tenha conquistado de suas reivindicações:

- Um (1) bilhão e 600 milhões para recuperar a Transamazônica, 1 bilhão e 200 milhões via governo federal e o restante via governo estadual. Os recursos serão repassados para o DNER.
- Construção de uma Escola Agrotécnica, em nível de 2º grau em Altamira.
- Reconstrução de uma escola em Medicilândia, reforma de 11 escolas em Altamira a partir de 92.
- Construções de dois Centros de Treinamento de Recursos Humanos em 92, em Altamira e Marabá.

- Construção de dois Centros de Saúde com 20 leitos para Pacajá.
- Finalização das obras do Hospital de Medicilândia.
- Dois Centros de Saúde, para Placas e Maracajá.
- Contratação de dois médicos.
- A compra de seis ambulâncias.
- Oito gabinetes odontológicos.
- Formação de 400 agentes de saúde pelas prefeituras da região.
- Seis toneladas de semente de milho e arroz via Sagri.

O movimento apresentou 65 emendas ao Orçamento da União de 92, através do projeto de Deputado Federal Valdir Ganzer, incluindo recursos para melhorar a situação da Transamazônica. As emendas propõem recursos para: conservação de 950 Km da rodovia, no trecho de Repartimento a Itaituba, recuperação de pontes em concreto e madeira, Patrulhas mecanizadas etc...

As emendas posteriormente foram assinadas pelos deputados federais Valdir Ganzer, Paulo Rocha, Giovanni Queiroz, Osvaldo Melo, Adão Preto, Alacid Nunes, Alcides Modesto, Domingos Juvenil e Senador Almir Gabriel.

O clima de entusiasmo dos membros do Movimento pela sobrevivência da Transamazônica é grande e o moral elevado.

Esta reportagem é fruto desse entusiasmo que presenciei quando estive recentemente na Transamazônica, no Centro Nazaré e de conversa com José Geraldo Torres, coordenador do Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica, morador de Medicilândia, marido de Maria Leni (vereadora-PT) e pai de Jason e Tainara.

José Geraldo, é capixaba, tem 29 anos e chegou na Transamazônica em 1979. Foi um dos negociadores junto ao grupo interministerial e Mario Braga.

IZA CUNHA é Historiadora e Vice-Presidente do MMCC

Fonte Jornal Resistência, Belém/PA, Setembro/Dezembro, 1991, Ano XI, Nº 94. p. 7

²⁶⁶ Jornal Resistência, Belém/PA, setembro/dezembro, 1991, Ano XI, Nº 94. p. 7

Os trabalhadores conseguiram obter um montante significativo de recursos, totalizando 1 bilhão e 600 milhões de reais, destinados à recuperação da Transamazônica. Esses recursos foram divididos entre o governo federal e estadual, demonstrando um esforço conjunto para atender às demandas estruturais e sociais da região. Os recursos foram direcionados para diversas áreas essenciais, como construção e reforma de escolas em Medicilândia e Altamira, além da implementação de centros de treinamento e saúde em várias localidades. Isso incluiu a finalização de obras hospitalares, a contratação de profissionais de saúde e a melhoria da infraestrutura médica na região. O movimento apresentou 65 emendas ao orçamento da União de 1992, através de um projeto liderado pelo deputado Valdir Ganzer.

Essas emendas visavam melhorar a condição da Transamazônica, incluindo conservação da rodovia, recuperação de trechos danificados e outros investimentos em infraestrutura viária. José Geraldo Torres, coordenador do movimento, emergiu como uma figura chave na negociação com o grupo interministerial e representantes governamentais. Sua liderança e envolvimento pessoal na defesa dos interesses da região destacam o papel fundamental dos líderes comunitários na promoção de mudanças significativas. O movimento revela um clima de entusiasmo e moral elevado entre os membros do movimento, refletindo a esperança renovada e o otimismo com relação ao futuro da Transamazônica e das comunidades locais beneficiadas pelos investimentos. O texto não apenas relata as conquistas materiais alcançadas pelo movimento, como também destaca o papel crucial da mobilização social, da participação política e da liderança comunitária na promoção de mudanças sociais e estruturais significativas na região da Transamazônica.

5.2 Outras participações de Iza citadas nos documentos do Sistema Nacional de Informação (SNI)

O Sistema Nacional de Informação gerou uma documentação imensa sobre as pessoas que eles consideravam subversivas, por estarem ligadas a um pensamento ideológico diferente dos governos militares. Pode-se dizer como uma forma de resumir, mas sem reduzir que eram chamados dessa forma os militantes de esquerda. Nesse sentido, Iza aparece em muitos documentos que hoje se encontram digitalizados com acesso on-line no Arquivo Nacional. Portanto, destacou-se alguns para mostrar o quanto Iza era engajada politicamente em várias frentes e em várias épocas de vida.

Além das participações mais citadas como sua atuação na Ação Popular (AP), PCdoB, SDDH e MMCC, ela também esteve presente em outros partidos e movimentos.

5.2.1 Iza e o Movimento Pela Libertação dos Presos do Araguaia (MLPA)

A década era a de 1980, e os conflitos de terras no Pará, fruto dos grandes projetos de integração da Amazônia se tornaram um problema recorrente e fez com que os movimentos em defesa das regularizações fundiárias passassem a existir. Dessa feita coexistiam nesses espaços, os fazendeiros, grileiros, posseiros, os religiosos e políticos. Um movimento de grande repercussão, mobilização que está relacionado a essa pauta é o Movimento pela Libertação dos Presos do Araguaia (MLPA) que surgiu no ano de 1981, no sudeste do Pará, mais precisamente na região do Araguaia. O principal motivo ou objetivo desse movimento era requerer a liberdade de 15 pessoas, entre elas 13 posseiros e dois padres franceses, que foram presos em decorrência dos conflitos de terra na região, mas precisamente no “Conflito do Cajueiro”²⁶⁷.

O conflito do cajueiro se tornou uma importante referência quando se fala do MLPA, pois foi na região com esse nome que aconteceu o confronto. Esse território compreende a uma faixa de terra de 9500 hectares que fica a 35 kms de São Geraldo do Araguaia. Era uma área ocupada por posseiros, no entanto, outras pessoas reivindicavam a posse dessa terra entre eles, fazendeiros e políticos, que alegavam possuir títulos de aforamento do Estado do Pará. Os fazendeiros tinham apenas o direito de usufruto e não de posse definitiva. Devido às ações do INCRA para realizar as demarcações das fazendas favoreciam aos fazendeiros, isso começa a provocar intensas resistências por parte de 90 famílias e elas pediam a orientação ao Padre Aristides Camiό, Pároco de São Geraldo do Araguaia²⁶⁸.

Nesse contexto foi criado o Grupo de Terra do Araguaia Tocantins (GETAT), que tinha finalidade tratar das questões ligadas à terra na região. Contudo, apenas 52 famílias foram reconhecidas e as demais seriam invasoras sem direito a ocupação daquelas terras. A tentativa de desocupação daquele lugar ocasionou em ações violentas por parte de pistoleiros que foram contratados por fazendeiros. Mesmo com as ameaças

²⁶⁷ NERIS, Jair Mauro Diniz. **MLPA, o movimento pela libertação dos presos do Araguaia, do conflito do Cajueiro às maiores manifestações pró-democracia do norte do Brasil – 1981- 1982**. 2022. 145 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.

²⁶⁸ SILVA, Antonio Carlos Teles da. **As origens do movimento ecumênico na Amazônia Paraense**. 2005. 203 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) - Instituto Ecumênico de Pós-Graduação. Faculdades EST.

e as investidas violentas, cerca de 50 posseiros decidiram resistir e apresentavam um discurso de enfrentamento²⁶⁹.

Os padres daquela região tiveram um papel importante na união e na motivação para a luta por parte dos posseiros, rezaram missa como força amparo a esse grupo, porém não incentivaram o confronto armado²⁷⁰. Todavia, os posseiros em reação a atitude dos policiais entraram em confronto no dia 13 de agosto, na ocasião morreu Luís Antônio dos Santos que era pistoleiro e o delegado Alan Kardec saiu ferido junto com outros agentes. Os posseiros passaram a ser perseguidos juntamente Padre Aristides que passou a ser considerado o mentor intelectual da emboscada. Muita violência aconteceu naquele lugar em busca dos posseiros foragidos. No dia 18 os 13 posseiros começaram a se entregar e foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

Após a prisão dos posseiros, quem passou a ser alvo da polícia foi o Padre Aristides, e no dia 31 de agosto aconteceu a prisão dele e do Padre Francisco Glory, e colocaram a viúva do líder “Gringo”, em prisão domiciliar. No dia 11 de setembro, os quinze presos foram transferidos para Belém. A notícia da prisão dos posseiros e dos padres se espalhou e a Liderança da Igreja Católica começou uma intensa mobilização pela libertação imediata e pelos direitos de defesa dos presos. Sobre a defesa e mobilizações pelas liberdades dos presos comenta Silva:

O advogado da CPT, Egidio Salles Filho, auxiliado pelos advogados Luis Eduardo Greenhalgh e Heleno Fragoso, indicados pela arquidiocese de São Paulo, entraram com pedidos de Habeas Corpus junto ao Superior Tribunal Militar em Brasília. Como o caso tinha desde a sua origem conotações político-ideológicas, a ação foi negada apesar das diversas irregularidades ocorridas desde o momento do aprisionamento. Também foram mobilizadas instituições e pessoas ligadas aos direitos humanos como a SDDH, CPT e Anistia Internacional, e ainda lideranças políticas como o Senador Teotônio Vilela e os Deputados Federais do PMDB, Jader Barbalho e Cristina Tavares. Iniciou-se dessa forma uma densa luta política²⁷¹.

Naquele momento, o Brasil ainda era governado pelos militares, embora as mobilizações pelo retorno à democracia fossem intensas e o MLPA ajudou nesse debate e nas manifestações não só em prol da Libertação dos presos do Araguaia, mas também por democracia, com eleições livres, voto livre e um governo totalmente democrático.

²⁶⁹ SILVA, Antonio Carlos Teles da. **As origens do movimento ecumênico na Amazônia Paraense**. 2005. 203 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) - Instituto Ecumênico de Pós-Graduação. Faculdades EST.

²⁷⁰ *Jornal Resistência*, Belém/PA, outubro, 1981. Nº 30. p.7

²⁷¹ Op. Cit.

Além disso, o MLPA foi um movimento de defesa dos Direitos Humanos de caráter ecumênico, pois embora os religiosos presos fossem católicos, entretanto, o movimento reuniu outras igrejas cristãs, entre elas, a Igrejas Luterana (ICLB), Metodista e Anglicana. Com isso, a partir desse movimento com o seu término outras instituições se formaram.

Muitos são os documentos produzidos pelo SNI em que Iza aparece, nos que correspondem ao MLPA quatro desses documentos em que ela é mencionada foram analisados, em três ela está como participante da reunião, em um ela presidia a reunião, em outro ela é apenas citada.

O documento datado de 23 de março 1982, versa sobre a reunião do MLPA, que aconteceu em 22 de março daquele mesmo ano na sede da Comissão Pastoral da Terra (CPT). O assunto da reunião era para tratar da programação acerca do julgamento dos padres e posseiros do Araguaia. Essa reunião foi presidida por Matheus Henriquos Antonius Otterloo, que naquela ocasião era o coordenador regional da Federação de órgãos para Assistência Social e Educação (FASE). Entre os presentes estavam o Pe. Tiago Van Vinden, secretário e executivo da Regional Norte II, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Humberto Rocha Cunha, da FASE; Durbiratan de Almeida Barbosa, do Partido dos Trabalhadores (PT); Carlos Alberto Bordalo, da FASE; Rosa Marga Rothe das Neves, da Igreja Luterana; Izabel Marques Tavares da Cunha, da CPT; Pe. Savino Mombelli, da Paróquia do Guamá e Jaime da Costa Teixeira, da FASE²⁷².

²⁷² SNI. **Atividades do MLPA.** Informação Nº 0223/119/ABE/82. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_82001956_d0001de0001. março de 1982. Arquivo Nacional

Figura 29 Atividades do MLPA - 23 de março de 1982

CONFIDENCIAL

Fl. 01/02 1

ACE N.º 1956/82


 SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
 AGENCIA DE BELÉM

INFORMAÇÃO Nº 0223/119/ABE/82



DATA : 23 Mar 82
 ASSUNTO : ATIVIDADES DO MOVIMENTO PELA LIBERTAÇÃO DOS PRESOS DO
ARAGUAIA (MLPA)
 ORIGEM : ABE/SNI (PRG Nº 002865/82)
 DIFUSÃO : AC/SNI - 8ª RM - 4º DN - I COMAR - DPF/PA - PM/PA - SSP/PA

Em 22 Mar 82 integrantes do MLPA estiveram reunidos na sede da COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT) tratando da programação a ser desencadeada por ocasião do julgamento dos padres e posseiros do ARAGUAIA, atualmente presos em BELÉM.

Compareceram, entre outros: MATHEUS HENRIQUOS ANTONIUS OTTERLOO, Coordenador Regional da FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL (FASE); Pe. TIAGO VAN VINDEN, secretário-executivo da Regional Norte II, da CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB); HUMBERTO ROCHA CUNHA, da FASE; DURBIRATAN DE ALMEIDA BARBOSA, do PARTIDO DOS TRABALHADORES; CARLOS ALBERTO BORDALO, da FASE; MARGA ROSA FOTHE DAS NEVES, da IGREJA LUTERANA; IZABEL MARQUES TAVARES DA CUNHA, da CPT; Pe. SAVINO MOMBELLI, da Paróquia do Guamã; e JAI ME DA COSTA TEIXEIRA, da FASE.

Durante a reunião, MATHEUS OTTERLOO leu aos presentes uma carta de D. VICENTE ZICO que referenda um manifesto distribuído na semana passada pelo MLPA. Na missiva, o religioso prontifica-se a dar todo o apoio ao movimento. MATHEUS, na oportunidade, pediu a realização de uma vigília de orações em repúdio a prisão dos padres, clamando os presentes para comparecerem ao Ato Público marcado para

CONFIDENCIAL

Fonte: Arquivo Nacional²⁷³

Na reunião mencionada Mateus Otterloo leu aos presentes uma carta de D. Vicente Zico que referendava um manifesto que havia sido distribuído na semana anterior pelo MLPA, o religioso então se prontificou a dar todo apoio ao movimento. Com isso o leitor da carta pediu para que fosse realizada uma vigília de oração em

²⁷³ SNI. **Atividades do MLPA.** Informação Nº 0223/119/ABE/82 BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_82001956_d0001de0001. março de 1982. Arquivo nacional

repúdio a prisão dos padres, conclamando aos presentes para comparecerem ao Ato Público marcado para o dia do julgamento dos Padres, o evento então deveria ser realizado na Praça da República, a partir desse encontro seguiram em passeata até a Auditoria Militar.

Naquela oportunidade o advogado de defesa dos Padres franceses, José Carlos Dias Castro, informou que o julgamento deveria acontecer após a Páscoa e que os presos deveriam ser colocados em liberdade. Ficou acertado também naquela reunião que realizariam um pedágio no sábado, como de costume, no comércio de Belém, mas que caso a frequência dos participantes fosse baixa, deveriam transferir a atividade para a Igreja de S. Raimundo, no Bairro do Telégrafo. Também se abriu uma fala por Mateus para tratar das hospedagens para pessoas do interior que quisessem acompanhar o julgamento dos presos, com isso ele pedia aos presentes que abrissem as suas residências para acomodar essas pessoas.

O documento datado do dia 06 de abril de 1982, tratava sobre a reunião que havia ocorrido no dia 05 de abril de 1982, às 19:30h, no IPAR, que ficava situado na Praça Frei Caetano Brandão, naquele encontro ficou acertado que no dia 09 de daquele ano, que seria uma Sexta-Feira Santa, seriam distribuídos em todas as Igrejas da Cidade, no caso, Belém, 10.000 panfletos sobre as mortes ocorridas ao longo da Rodovia Santarém/Cuiabá, e outras áreas do interior do Estado. Ficou acordado também naquela reunião que o MLPA de Conceição do Araguaia iria promover no dia 10 de abril (sábado) uma quermesse com objetivo de angariar fundos para custear o deslocamento de uma caravana até a capital Belém, para assistir os julgamentos dos Padres e dos posseiros.

Figura 30 Reunião do MLPA

CONFIDENCIAL		ACE N.º 2109/82
 Governo do Estado do Pará <i>Secretaria de Estado de Segurança Pública</i> CENTRO DE INFORMAÇÕES POLICIAIS INFORME N.º 017/82/CIP/SSP/PA		
DATA	:	06.04.82
ASSUNTO	:	REUNIÃO DO MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DOS PRESOS DO ARAGUAIA (MLPA).
REFERÊNCIA	:	X-X-X-X
ORIGEM	:	CIP/SSP/PA
AVALIAÇÃO	:	B-2
ÁREA	:	X-X-X-X
DIFUSÃO ANTERIOR:	:	X-X-X-X
DIFUSÃO	:	ABE/PR - DPE/PA - 8ª RM - 4ª DN - I COMAR - FL/PA.
ANEXOS	:	X-X-X-X



- No dia 05.04.82, às 19:30 horas, realizou-se na sede do IPAR, situado a Praça Frei Caetano Brandão, uma reunião promovida pelo Movimento de Libertação dos Presos do Araguaia (MLPA), na qual ficou estabelecido que, no dia 09 do corrente (sexta-feira santa), em todas as igrejas da cidade de Belém, serão distribuídos cerca de 10.000 panfletos versando sobre as mortes ocorridas ao longo da Rodovia Santarém/Cuiabá, e em outras áreas do interior do Estado.
- Nessa mesma reunião, ficou combinado que o MLPA de Conceição do Araguaia irá promover no dia 10 Abr 82 (sábado), uma quermesse com a finalidade de angariar fundos para custear o deslocamento de uma caravana até esta Capital, para assistir o julgamento dos padres e posseiros.
- Dentre os presentes, conseguimos destacar os seguintes elementos:
MATHEUS HENRIQUOS ANTHONIUS OTTERLOO - Coordenador da FASE; GERALDO IRINEU PASTANA DE OLIVEIRA - Presidente do Sindicato Rural de Santarém
ROSA MARGA ROTHE DAS NEVES - pastora luterana; HUMBERTO ROCHA CUNHA ;
IZABEL MARQUES TAVARES DA CUNHA; ALBERDAN DA SILVA BATISTA; WALDOMIRO

O Destinatário: DDs SANTOS; CARLOS ALBERTO BORDALLO e Pe. SAVINO MOMBELLI.
 CENTRO n.º 78039/77, de 03.01.77 - REGULAMEN-
 TO PARA SALVAGUARDA DE ASSUNTOS SINGU-
 LOSOS).

CONFIDENCIAL

Fonte: Arquivo Nacional²⁷⁴

Esse documento se refere as pessoas que participaram daquela reunião como elementos, são elas: Matheus Otterloo, coordenador da FASE; Geraldo Irineu Pastana de Oliveira, Presidente do sindicato Rural de Santarém; Rosa Marga Rothe das Neves, Pastora Luterana; Humberto Rocha Cunha; Izabel Marques Tavares da Cunha;

²⁷⁴ SNI. Reunião do MLPA. Informe N.º 017/82/CIP/SSP/PA BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_82002109_d0001de0001. abril de 1982. Arquivo Nacional

Alberdan da Silva Batista;Waldomiro dos Santos; Carlos Albeto Bordalo e Pe. Savino Mombelli.

O documento de 30 de junho, mostrava os assuntos discutidos na reunião do MLPA do dia 28 de junho de 1982, que aconteceu na sede da Comissão Pastoral da Terra (CPT) onde funcionava o IPAR. Naquela ocasião se realizava uma assembleia geral para avaliar sua atuação no julgamento dos padres e posseiros, que aconteceu na 8ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA MILITAR (8ª CJM).

Figura 31 Assembleia geral realizada pelo MLPA

FL.01/82

CONFIDENCIAL



SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA DE BELEM

INFORMAÇÃO Nº 0592/119/ABE/82

ACE N.º 2197/82



DATA : 30 JUN 82

ASSUNTO : ASSEMBLÉIA GERAL REALIZADA PELO MOVIMENTO PELA LIBERTAÇÃO DOS PRESOS DO ARAGUAIA (MLPA)

ORIGEM : ABE/SNI (PRG Nº 003223/82)

DIFUSÃO : AC/SNI- 4º DN- 8º RM- I COMAR- DFP/PA- SEGUP/PA

1. Em 28 Jun 82, na sede da COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT), que funciona no INSTITUTO DE PASTORAL REGIONAL (IPAR), o MLPA realizou uma sessão de Assembleia Geral, para avaliar sua atuação por ocasião do julgamento dos padres e posseiros, efetivado na Auditoria da 8ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA MILITAR (8ª CJM). O evento contou com a presença de aproximadamente 200 pessoas, e foi presidido pela funcionária da CPT, IZABEL MARQUES TAVARES DA CUNHA, e pelo funcionário da FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL (FASE), CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO, ambos militantes do PC do B. Como secretários, funcionaram, o Agente Pastoral PAULO SÉRGIO CALVO GALIZA e a "Irmã" HELENA SOARES DE MELO.

Dentre os presentes, foram identificados os seguintes elementos:

- PAULO CÉSAR FONTELES DE LIMA
- Padre SAVINO MOMBELLI
- SANDRA MARIA FONSECA SILVA
- EUNICIANA DA SILVA AZEVEDO
- MARGA ROSA RÖTHE DAS NEVES
- JOAQUIM TEIXEIRA DA SILVA

2. No decorrer da reunião, foram discutidos todos os aspectos relacionados com os acontecimentos havidos no dia do julgamento, sendo, em consequência, tomadas as seguintes deliberações:

CONFIDENCIAL

Fonte: Arquivo Nacional²⁷⁵

Nesse evento estavam presentes 200 pessoas e foi Izabel Marques Tavares da Cunha, que era funcionária da CPT, quem presidiu a assembleia, juntamente com

²⁷⁵ SNI. **Assembleia geral realizada pelo MLPA**. Informe Nº 0592/119/ABE/82 BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_82002197_d0001de0001. junho de 1982. Arquivo Nacional

Carlos Alberto Barros Bordalo, funcionário da FASE, naquele momento ambos eram filiados do PC do B. naquela reunião estava como secretário, o agente pastoral, Paulo Sérgio Calvo Galiza e a “Irmã” Helena Soares de Melo. Entre os participantes chamados nos documentos de elementos, estavam: Paulo Cesar Fontelles de Lima, Padre Savino Mombeli, Sandra Maria Fonseca Silva, Euníciana da Silva Azevedo, Marga Rosa Rothe das Neves, Joaquim Teixeira da Silva. As deliberações daquela reunião saíram no seguinte sentido:

Os dirigentes do MLPA reconheceram que as medidas adotadas pelas autoridades impediram o que a entidade pretendia fazer. todavia, ‘o aparato repressivo’ serviu, sobretudo, para maior divulgação dos movimentos, em todo o Brasil; o Boletim do mês de junho será uma edição especial, denunciando a ‘força da ditadura’; O MLPA fará publicar uma cartilha, versando sobre a defesa dos padres e que foi cedida pelo advogado José Carlos Dias Castro; também será elaborado um cartão postal, no qual figurará o ‘aparata militar’ em frente a Igreja Da Trindade, no dia do julgamento. Esse postal será vendido ao preço de CR\$ 20,00 a unidade; para 22 jul 82, o MLPA programou uma manifestação em via pública em Belém/PA²⁷⁶.

O advogado Paulo Fontelles é citado nominalmente, como a pessoa que deu uma sugestão para que dentro de dez dias se fizesse uma manifestação de repúdio ao julgamento em Conceição do Araguaia/PA. Nessa manifestação estariam presentes vários Bispos e Personalidades políticas. Paulo também dá outra ideia, mudar o nome do movimento de MLPA para Movimento Popular (MP), pois na visão dele o movimento alcançava não somente a prisão dos padres e posseiros do Araguaia, mas sim, todos os ‘absurdos praticados pela ditadura militar’. O advogado mencionado pediu também que fosse lançado pelo MLPA uma nota de repúdio contra seis deputados do Partido Democrático Social (PDS) e dois do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), pois estes teriam aprovado a “ação dos Policiais contra o povo no dia do julgamento²⁷⁷”.

A documentação com data de 28 de setembro de 1982, referente à reunião do dia 27/09/82, sede do IPAR, quem presidiu foi Rosa Marga Rothe das Neves e Dornelles, estavam presentes também outras pessoas: Carlos Alberto Bordallo, Padre Savino Mombelli, Matheus Henrique Anthonius Oterloo, e Domingos da COBAJUR, e outros não nominados.

²⁷⁶ SNI. **Assembleia geral realizada pelo MLPA**. Informe Nº 0592/119/ABE/82 BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_82002197_d0001de0001. junho de 1982. Arquivo Nacional

²⁷⁷ *Ibid.*

Figura 32 Reunião do MLPA

CONFIDENCIAL

ACE Nº 2825/83

REPRODUÇÃO DE ORIGINAL
 ILEGÍVEL


 Governo do Estado do Pará
 Secretaria de Estado de Segurança Pública
 CENTRO DE INFORMAÇÕES POLICIAIS

INFORME Nº 054/82/CIP/SSP/PA

DATA	: 28.09.82
ASSUNTO	: REUNIÃO DO MOVIMENTO PELA LIBERTAÇÃO DOS PRESOS DO ARAGUAIA - M.L.P.A.
REFERÊNCIA	: x-x-x-x
ORIGEM	: CIP/SSP/PA
AVALIÇÃO	: A-2
ÁREA	: x-x-x-x
DEUSV) ANTERIOR	: x-x-x-x
DEUSV)	: ABE/PR - DPP/PA - 8º RM - I COMAR - 4º DN - PM/PA.
ANEXOS	: Xerox da cartilha "CONQUISTANDO O QUE É NOSSO".



O Movimento pela Libertação dos Presos do Araguaia (MLPA), reuniu no dia 27/09/82, na sede do IPAR, sob a presidência de ROSE MARGA ROTHE DAS NEVES e DORNELLES, contando ainda com a presença de CARLOS ALBERTO BORDALLO, Padre SAVINO MOMBELLI, MATHEUS HENRIQUOS ANTHONIUS O-TTERLOO, DOMINGOS de Tal (pertencente a COBAJUR) entre outros.

Segundo palavras do Dr. JOSÉ CARLOS CASTRO, a data do julgamento dos padres e posseiros do Araguaia pelo Supremo Tribunal Militar (STM), antes supostamente prevista para o dia 08.11.82, sofrerá alteração, só vindo a acontecer após as eleições de 15 de Novembro, em dia ainda incerto.

Consta que, estaria prevista para o dia 26 OUT 82, uma grande concentração pública no Estado de São Paulo, pela revogação da Lei de Segurança Nacional, e que, o MLPA teria sido convidado a participar com uma moção (provavelmente será apresentada pelo padre SAVINO MOMBELLI, que tem encontro marcado para o dia 29/10/82 naquele Estado).

Sobre o Círio de Nazaré, o padre SAVINO MOMBELLI comentou que os Federais andam se infiltrando nas comunidades para saber se estão sendo confeccionadas faixas de protesto para uso durante a procissão, em caso positivo estes Centros serão fechados. Haverá a formação secreta de um comando entre a cúpula do MLPA (possivelmente constitui-

continua.....

CONFIDENCIAL

Fonte: Arquivo Nacional²⁷⁸

O primeiro assunto tratado se referia a alteração do julgamento dos presos que antes estava marcada para 08 de novembro e sofreria alteração, e com isso só iria

²⁷⁸ SNI. Reunião do MLPA. Informe Nº 054/82/CIP/SSP/PA BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_83002825_d0001de0001. setembro de 1982. Arquivo Nacional

acontecer após as eleições, que iriam acontecer em 15 de novembro, porém, a data ainda estava por ser confirmada. O segundo assunto discutido foi a mobilização que aconteceria em São Paulo, cujo objetivo seria revogação da Lei de Segurança Nacional, dessa forma o MLPA teria sido convidado a apresentar uma moção, o texto menciona que, possivelmente ela seria apresentada pelo Padre Savino Mombelli, que teria um encontro marcado para o dia 29/10/1982 em São Paulo²⁷⁹.

Um tema muito importante tratado naquela reunião, era a preocupação com relação aos protestos que aconteceriam no Círio de Nazaré em Belém, sobre isso o Padre Savino Mombelli comentou que os Policiais Federais estariam se infiltrando nas comunidades com a finalidade de saber se elas estariam confeccionando faixas de protesto para usar durante a procissão, caso isso estivesse acontecendo esses centros seriam fechados. Dessa feita, seria necessário formar um comando entre a cúpula secreta, que seria constituída, por: Carlos Alberto Bordallo, Matheus Otterloo, Rosa Marga Rothe das Neves e Izabel Marques Tavares da Cunha, a principal função dessa comissão seria ficar encarregada de retirar as faixas trazidas pelos centros Comunitários que não tivessem dizeres bíblicos. Reafirmaram também que o MLPA, para limitar o número de manifestantes confeccionaria apenas duas faixas, no entanto todas as comunidades que levassem faixas ambientadas na bíblia receberiam apoio, entretanto não tinham que ter o símbolo do MLPA. Para se precaver da repressão decidiram o seguinte:

Seis faixas deverão ser confeccionadas pelo MLPA, para substituição, no caso de uma nova retirada, então serão levantadas faixas em branco com um “X”, e os manifestantes deverão colocar um lenço na boca em sinal de protesto. Serão feitos apelos às famílias que moram na trajetória do percurso da procissão, para que coloquem faixas em suas janelas. em substituição a cobra da manifestação anterior, será constituída uma cruz, pela COBAJUR, com as dimensões de 5m na vertical e 3m na horizontal, que deverá ser orientada por DOMINGOS²⁸⁰.

Naquela mesma reunião Dornelles fez um comentário de que dois agentes federais estiveram na CPT, no dia 26 de setembro de 1982, tentando comprar vinte exemplares da Cartilha “Conquistando o que é Nosso”, porém não conseguiram comprar. Outros assuntos tratados foram: a venda da cartilha intitulada - “Maria na

²⁷⁹ SNI. **Reunião do MLPA.** Informe Nº 054/82/CIP/SSP/PA BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_83002825_d0001de0001. setembro de 1982. Arquivo Nacional

²⁸⁰ *Ibid.*

Caminhada dos Oprimidos” (MLPA) e “Conquistando o que é Nosso”; no dia 26 de setembro, um domingo, tinha sido realizado um “Bazar da Pechincha, que havia acontecido na sede da Associação Carnavalesca “Rancho Não posso me Amofiná, o coordenador desse evento teria sido Raimundo Antônio da Costa Jinkings²⁸¹.

Por esses quatro documentos é possível perceber a atuação de Iza como uma das pessoas que protagonizava tal vento, senão em todos os momentos, mas era uma grande referência, pois dirigia Assembleia, era retirada como membro de Cúpula ou de comissão que tinha uma responsabilidade organizar o movimento para burlar a repressão militar, não só ela como Marga Rothe também aparece como um nome feminino muito importante para esse movimento. E Marga Rothe, anos depois, mais precisamente em 2012, na instalação da Comissão da Verdade, falando sobre sua atuação no MLPA, faz uma menção honrosa em reconhecimento a importância de Iza como inspiradora para aquele movimento, não só ela, mas Doroty Stang também. Sobre isso ela comenta:

[...] Mas esse engajamento nos ensinou muitas coisas. E nossa Companheira Iza a grande companheira Iza, cuja irmã está aqui com a gente. Ela continua sendo um ícone de inspiração, assim como, mas recentemente a Irmã Doroty. Então essas pessoas são as pessoas imprescindíveis numa luta que demora, e aí, a gente aprende também a lidar com... a vencer o medo, superar o medo [...] ²⁸²

Terminado o Movimento pelos Presos do Araguaia, as pessoas seguiram em outros partidos e movimentos, na tentativa de democratizar o Brasil, após a abertura política, outros partidos, para além do PDS e PMDB, PCdoB e PT, surge também outros menores como foi o caso do Partido Revolucionário Comunista (PRC), pelo qual Iza não só militou como foi uma das organizadoras dele no Estado do Pará.

5.2.2 A participação de Iza no PRC

O Partido Revolucionário Comunista (PRC) foi fundado em 21 de janeiro de 1984, nessa data também foi realizado o primeiro Congresso desse partido. O SNI elaborou alguns documentos e quatro deles foram estudos por citar Iza Cunha. Os documentos em questão, em meio a outras análises, focalizavam principalmente no

²⁸¹ SNI. **Reunião do MLPA.** Informe Nº 054/82/CIP/SSP/PA BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_83002825_d0001de0001. setembro de 1982. Arquivo Nacional

²⁸² COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Comissão Nacional da Verdade em Belém - Parte 11 - Marga Roth.** Youtube, 18 de dezembro de 2012. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=J55lsSeE-XU>>, acesso em 29 de fevereiro de 2024.

estatuto do PRC (Partido Revolucionário Comunista) e na identificação das pessoas associadas a essa organização, caracterizando-a como uma entidade subversiva. Os militares indicavam que o objetivo último dessa organização era alcançar o comunismo por meio da "Revolução Social do Proletariado", considerando isso como uma condição crucial para a transição para o comunismo. Dessa forma eles entendiam que anulariam o objetivo tático preconizado pelas organizações comunistas, vinculadas a III Internacional, que pretendia organizar um governo intermediário, que teria características democráticas e alcaçaria diversas camadas sociais ²⁸³.

O tipo de revolução citada acima se daria em uma única etapa, e estava de acordo com o que havia sido pensado pela IV Internacional, essa intenção era ressaltada no Item referente ao,

‘Programa mínimo de Revolução Brasileira’, quando o documento afirma que a ‘Revolução Brasileira’, golpeará a espinha dorsal do capitalismo no Brasil. Realizando sob a hegemonia da classe operária, substituirá o estado burguês, pela ditadura do Proletariado (Grifou-se) e iniciará, desde logo, a implantação, no setor monopolizado da economia, de relações de produção socialistas. O caráter da revolução Brasileira é, assim, socialista’²⁸⁴. (Pag.2)

No programa do partido para realizar a revolução socialista era preciso destruir o regime militar. Esse objetivo era algo que estava na prioridade imediata dos comunistas levando também o Estado Burguês e a conquista de um novo regime, ao início da democracia operária e popular, nesse caso, a construção do socialismo. Destaca-se um trecho do programa:

‘Só a democracia Operária e popular - forma específica e inicial de ditadura do proletariado nas condições do Brasil – será capaz de aplicar integralmente o programa mínimo revolucionário, iniciando a construção do socialismo’.
Mais uma vez fica, portanto, caracterizada a etapa única para atingir o socialismo²⁸⁵’

Esse partido ficou conhecido como esquerda do PCdoB, teve sua formação a partir da militância que havia sido desligada do PCdoB-E, ou seja, uma ala mais à esquerda do Partido Comunista do Brasil, no final da década de 1970, que também tinha participado a Ação Popular Marxista-Leninista mais conhecida como AP, devido as

²⁸³ SNI. **Resoluções do I Congresso do PRC e seus principais militares**. Informação Nº 054/15/AC/84. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_84015683_d0001de0001. junho de 1982. Arquivo Nacional

²⁸⁴ *Ibid.*

²⁸⁵ *Ibid.*

divergências em relação a luta armada, principalmente sobre a Guerrilha do Araguaia. Contudo sobre a luta armada eles defendiam que,

diante da violenta opressão da classe da sociedade capitalista, a revolução social do proletariado será necessariamente violenta (grifou-se). A luta armada é um componente essencial de sua realização, devendo os comunistas realizar permanentemente análise das formas que essa luta assume entre massas, sistematizando-as e elevando-se ao plano da política, de modo a que se generalize e torne possível e viável da classe operária²⁸⁶.

Esses militantes tinham participação tanto no Partido dos Trabalhadores (PT), quanto no Partido Movimento Democrático do Brasil (PMDB). O PRC era alinhado ao pensamento ideológico Marxita-Leninista, se posicionava em uma corrente mais crítica ao de combate ao autonomismo, o Stalinismo, Maoísmo e rechaçava também o Trotskismo na sua organização, mas simpatizava com sua forma de pensar a revolução socialista em etapa única.

²⁸⁶ SNI. **Resoluções do I Congresso do PRC e seus principais militares**. Informação Nº 054/15/AC/84. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_84015683_d0001de0001. junho de 1982. Arquivo Nacional

Figura 33 Resoluções do I Congresso do PRC e seus principais militares

AGÊNCIA CENTRAL
INFORMAÇÃO Nº 054/15/AC/84



DATA : 08 JUN 1984

ASSUNTO : RESOLUÇÕES DO I CONGRESSO DO PRC E SEUS PRINCIPAIS MILITANTES.

ORIGEM : AC/SNI.

REFERÊNCIA : APRECIACÃO 005/16/AC/84, DE 02 MAI 84.
(ACC 41038/AC/84)

DIFUSÃO : ABE - ABH - ACG - ACT - AFZ - AGO - AMA - APA
ARE - ARJ - ASP - ASV.

ANEXO : A) CÓPIA DA RESOLUÇÃO DO I CONGRESSO DO PRC;
B) CÓPIA DE RELAÇÃO DE MILITANTES DO PRC.

1. O Partido Revolucionário Comunista (PRC), fundado no dia 21 Jan 84, realizou o seu 1º Congresso na referida data, quando aprovou sua resolução política, que se constitui no Programa e Estatutos da Organização (anexo A).

2. Da análise do Programa aprovado pelo Congresso do PRC, pode-se verificar que o seu objetivo final é o comunismo, ao "qual se chegará através da revolução social do proletariado". Mais adiante, reafirma que "a condição indispensável da transição ao comunismo é a ditadura do proletariado". Procedendo dessa forma, o PRC anula um objetivo tático previsto pelas organizações comunistas, vinculadas à III Internacional, que é a criação de um governo intermediário, alcançado através de uma revolução democrática e formado por diversas camadas sociais.

Essa revolução em uma única etapa, semelhante à preconizada pelas organizações da IV Internacional, é ressaltada no item referente ao "Programa Mínimo de Revolução Brasileira", quando o documento afirma que "a Revolução Brasileira golpeará a espinha dorsal do capitalismo no BRASIL. Realizando-se sob a hegemonia da classe operária, substituirá o Estado burguês pela Ditadura do Proletariado (grifou-se) e iniciará, desde logo, a implantação, no setor monopolizado da economia, de relações de produção socialistas. O caráter da Revolução Brasileira é, assim, socialista".

CONFIDENCIAL

Do arq. 702.05 GMS - 18/06/84

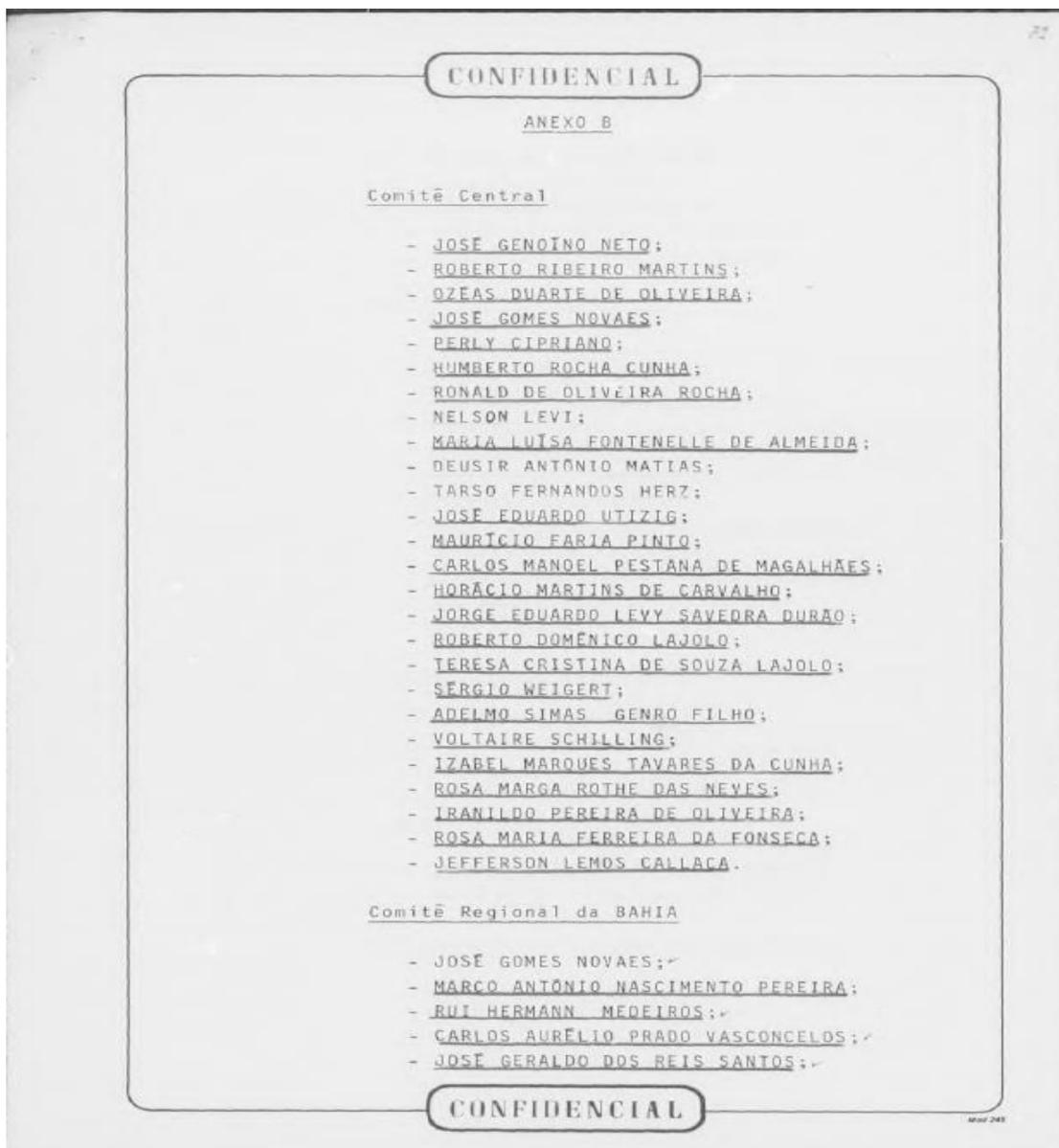
Fonte: Arquivo Nacional²⁸⁷

O documento acima produzido pelo SNI apresenta cinco itens, no último faz a conclusão afirmando que o PRC objetivava a derrubada do regime militar pela via revolucionária para implantar de imediato um governo operário popular, que em etapa única implantaria a "Ditadura do Proletariado". O PRC existiu no Brasil até 1989,

²⁸⁷ SNI. **Resoluções do I Congresso do PRC e seus principais militares**. Informação Nº 054/15/AC/84. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_84015683_d0001de0001. junho de 1982. Arquivo Nacional

durante esses anos de existência, Iza é fichada pelo SNI por fazer parte desse partido e pertencer ao comitê central desse dele.

Figura 34 Anexo B - Comitê central



Fonte: Arquivo Nacional²⁸⁸

No próximo documento os pontos são os mesmos com a diferença que ele não apresenta os nomes dos militantes e com isso são apenas quatro itens.

²⁸⁸ SNI. **Resoluções do I Congresso do PRC e seus principais militares.** Informação Nº 054/15/AC/84. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_84015683_d0001de0001. junho de 1982. Arquivo Nacional

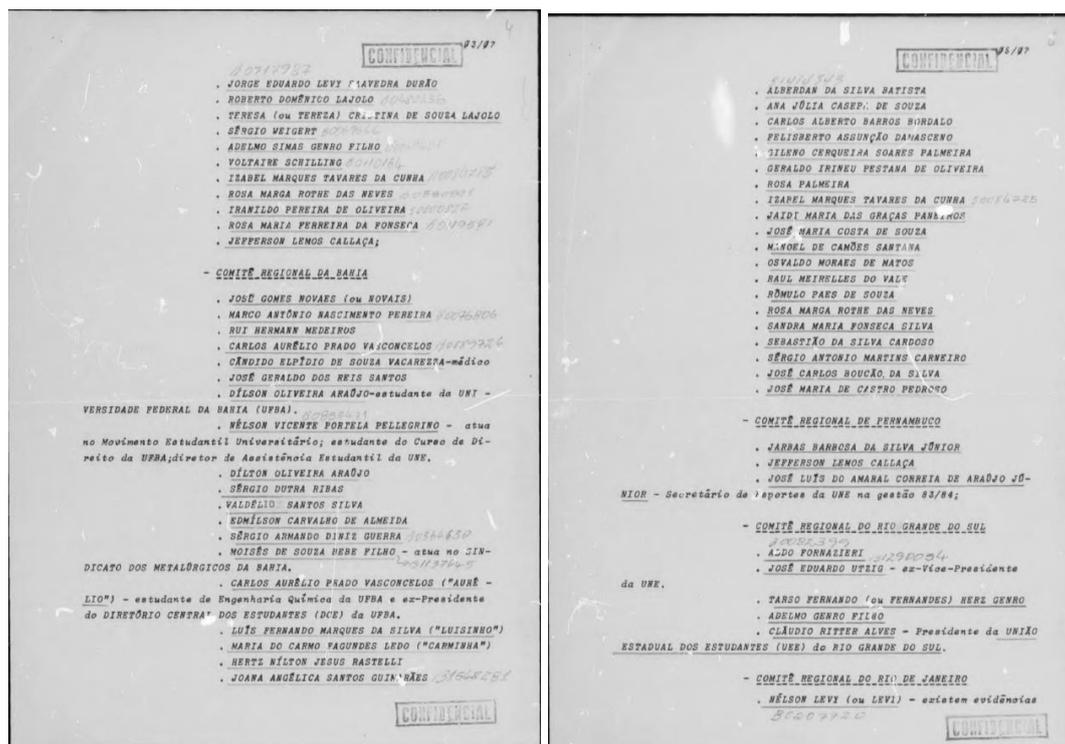
Figura 35 Atividades do PRC

ASP/SNI	CONFIDENCIAL
10 AGO 84 016055	
ACE	
  <p>PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES AGÊNCIA DE SÃO PAULO</p>	
INFORMAÇÃO Nº 2209 / 16 /ASP/ 84	
<p>DATA: 06 AGO 84 ASSUNTO: Atividades do PARTIDO REVOLUCIONÁRIO COMUNISTA; Resoluções do I Congresso Nacional daquela Organização Subversiva. REFERÊNCIA: PB 084/12/IV CONAR, de 17 ABR 84 (protocolizado nesta ASP em 16 MAI 84). ORIGEM: AC/SNI DIFUSÃO ANTERIOR: ----- DIFUSÃO: IV CONAR ANEXOS: Cópia anexa das "RESOLUÇÕES DO 1º CONGRESSO DO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO COMUNISTA".</p>	
<p>1. O Partido Revolucionário Comunista (PRC), fundado no dia 21 Jan 84, realizou o seu 1º Congresso na referida data, quando aprovou sua Resolução Política, que se constitui no Programa e Estatutos da Organização.</p> <p>2. Da análise do Programa aprovado pelo Congresso do PRC, pode-se verificar que o seu objetivo final é o comunismo, ao qual se chegará através da revolução social do proletariado. Mais adiante, afirma que "a condição indispensável da transição ao comunismo é a ditadura do proletariado". Procedendo dessa forma, o PRC anula um objetivo tático previsto pelas organizações comunistas, vinculadas à III Internacional, que é a criação de um governo intermediário, alcançado através de uma revolução democrática e formado por diversas camadas sociais.</p> <p>Essa revolução em uma única etapa, semelhante à preconizada pelas organizações da IV Internacional, é ressaltada no item referente ao "Programa Mínimo da Revolução Brasileira", quando o documento afirma que "a Revolução Brasileira golpeará a espinha dorsal do capitalismo no BRASIL. Realizando-se sob a hegemonia da classe operária, substituirá o Estado burguês pelo Ditadura do Proletariado (grifou-se) e</p>	
CONFIDENCIAL	
-segue-	

Fonte: Arquivo Nacional²⁸⁹

²⁸⁹ SNI. Atividades do PRC, Resoluções do I Congresso Nacional daquela organização subversiva. Informação Nº 2209/16/ASP/84. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_84016055_d0001de0001. junho de 1982. Arquivo Nacional

Figura 37 Iza Cunha no CC e no CR do Pará



Fonte: Arquivo Nacional²⁹¹; Arquivo nacional²⁹²

Sobre a filiação, de acordo com os documentos do SNI, o estatuto do PRC destacava os seguintes pontos, conforme trechos abaixo:

- Filiação ao partido é individual e se faz através de uma de suas células;
- O militante que sem causa justificada, deixar de participar da vida do partido por um período superior a 03 (três) meses é considerado desligado das fileiras partidárias;
- As organizações do partido estruturam-se segundo os critérios do local de trabalho, do estudo, de moradia e de área territorial e, em casos especiais, por frente de trabalho político. De baixo para cima, as organizações partidárias são de células, do Distrito, de Município ou zona, da região e Nacional,
- O Congresso deve realizar-se pelo menos de 03(três) anos. Nesse intervalo podem ser convocados congressos extraordinários;
- São função do CC: ... reunir-se, no mínimo, de 04 (quatro) meses;
- Os comitês regionais devem reunir-se num prazo inferior a 03(três) e os comitês Zonais, Municipais e Distritais a 02 (dois)
- As principais tarefas das Células são: ... difundir a imprensa partidária, discutir os informes e os documentos partidários, bem como os artigos da imprensa do partido²⁹³.

²⁹¹ SNI. Atividades do PRC, Resoluções do I Congresso Nacional daquela organização subversiva. Informação N° 00604/120/B8P/85. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_85016882_d0001de0001. abril de 1985. Arquivo Nacional

²⁹² *Ibid.*

²⁹³ *Ibid.* p. 2.

O SNI listou também os meios de comunicação que tinham relação com o PRC, são eles: Jornal ‘Fazendo Amanhã’- lançado em julho de 1985, pertencia a editora Outubro LTDA; Editora Brasil; Poligráfica LTDA – impressora da Revista “Teoria Política”; Linotipia Irmãos Veg. – responsável pela Revista “Teoria e Política”. Esses eram os veículos de comunicação do Partido.

O SNI também mostra as fichas individuais de cada militante, entre 138 pessoas catalogadas por eles estava a ficha de Iza Cunha, constando seu nome: Iza ou Isa; Codinome: Nádia; filiação: Jerônimo Milhomem Tavares e Maria Marques Tavares; Nascimento: 14 de maio de 1942 em Cametá/PA; profissão; professora; local de trabalho; Secretária de Estado de educação (SEDUC) Pará; Residência: Avenida Pedro Miranda Nº 1566-Belém/PA (1984). Travessa Barão do triunfo nº 2129/Belém/PA (1985). Rua Carlos de Carvalho nº 940 - Jurunas Belém/ PA; cônjuge: Humberto Rocha Cunha (30009430) – militante do PRC em Belém/PA; função na estrutura do Partido- militante do PRC em Belém/PA. em 84 seria membro do Comitê Central (CC) do PRC; outros dados – Foi Coordenadora do Centro de Intercâmbio de Pesquisa e Estudos Econômicos e sociais (CIPES) de Belém/Pa. Era professora do Colégio Augusto Meira da secretaria de Educação do Estado do Pará. Era presidente do Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade (MMCC). Era presidente da Sociedade Paraense de Direitos Humanos em Belém/PA. Era consultora da Câmara Municipal de Belém²⁹⁴, conforme o documento:

²⁹⁴ SNI. **Ficha Izabel Marques Tavares da Cunha**. Informação Nº B0084785. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_86018464_d0001de0003. 1985. Arquivo Nacional. p. 53.

Figura 38 Ficha Izabel Marques Tavares da Cunha

PRC
 Nome: IZABEL (ou ISABEL) MARQUES TAVARES DA CUNHA (B0084785) ✓ 53

Codinome: "NADIA"

Apelido: "ISA", "IZA"

Filiação: JERÔNIMO MILHOMEN TAVARES e MARIA MARQUES TAVARES.

DLN: 14 MAI 42-CRMETA/PA

Identificação:

Sinais Particulares:

Profissão: Professora

Local de Trabalho: Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) do PARÁ.

Residência: Avenida Pedro Miranda nº 1568-BELEM/PA (1984). Travessa Barão do Triunfo nº 2129/BELÉM/PA (1985). Rua Carlos de Carvalho nº 940-Jurunas BELEM/PA.

Cônjuge: HUMBERTO ROCHA DA CUNHA (B0002430) - militante do PRC em BELEM/PA.

Função na Estrutura do Partido: Militante do PRC em BELEM/PA. Em 84. seria membro do COMITÊ CENTRAL (CC) do PRC.

Frentes em que atua:

Outras OS em que atuou:

Outros Dados: Foi coordenadora do CENTRO DE INTERCÂMBIO DE PESQUISAS E ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS (CIPES) de BELEM/PA. É professora do Colégio // "AUGUSTO MEIRA" da Secretaria de Educação do Estado do PARÁ. É presidente do MOVIMENTO DAS MULHERES DO CAMPO E CIDADE (MMCC). É presidente da SOCIEDADE PARAENSE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS em BELEM/PA. É consultora da Câmara Municipal de BELEM/PA.

Fonte: Arquivo Nacional²⁹⁵

5.2.3 CIPES

A organização Centro de Intercâmbio de Pesquisas de Estudos Econômicos e Sociais (CIPES) citada nos documentos anteriores, foi um dos lugares onde Iza também teve uma atuação importante, e acaba sendo perseguida pela ditadura por fazer parte

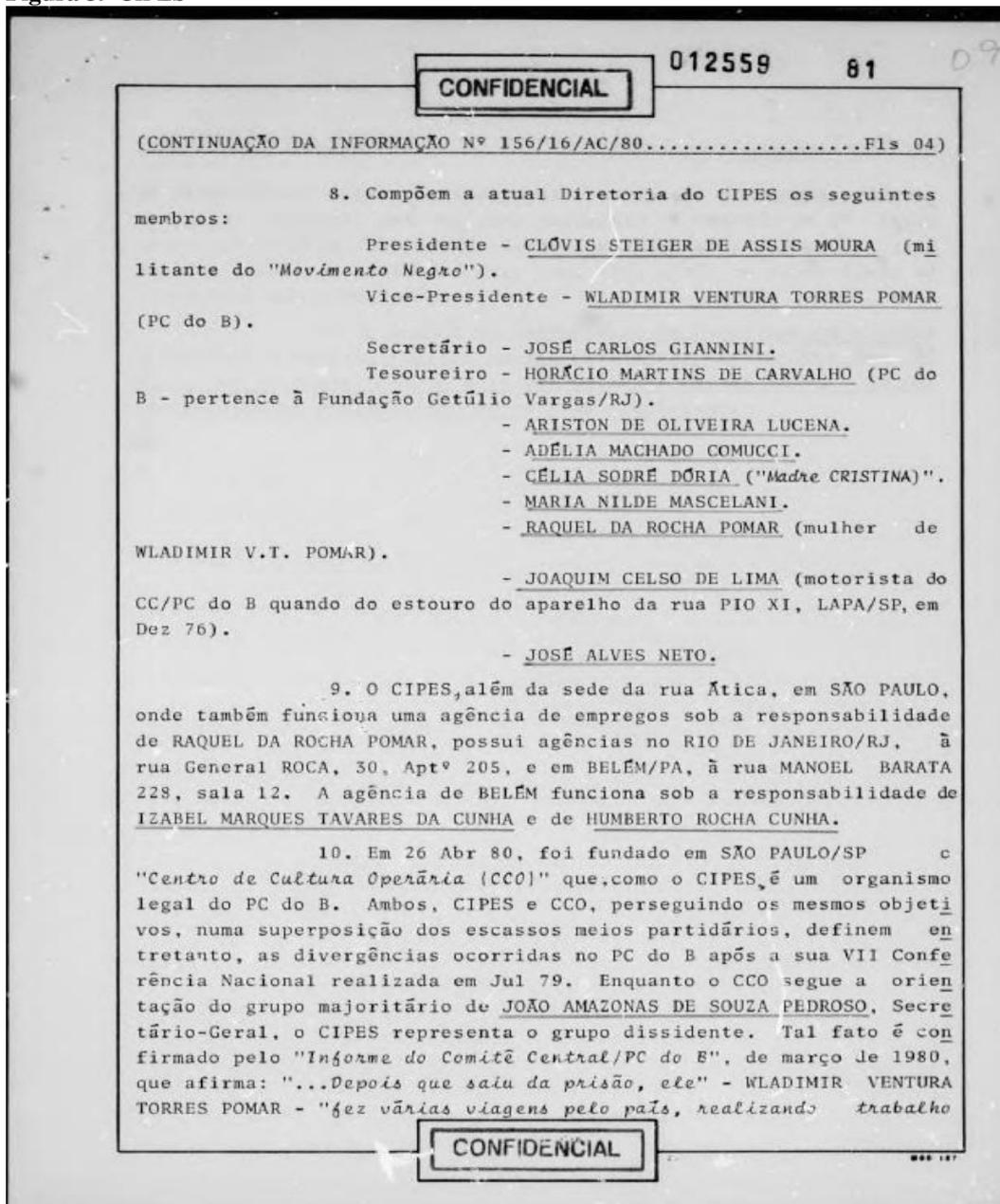
²⁹⁵ SNI. **Ficha Izabel Marques Tavares da Cunha.** Informação Nº B0084785. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_86018464_d0001de0003. 1985. Arquivo Nacional

dessa entidade, cujo objetivo na visão dos ditadores era fazer proselitismo ao Marxismo-Leninismo.

O CIPES na realidade correspondia à sociedade civil sem fins lucrativos, a sede estava situada na cidade de São Paulo/SP, porém estava presente no Rio de Janeiro/RJ e Belém/PA, era formada basicamente por dissidentes do PCdoB e fora idealizado por Wladimir Pomar. O SNI fichava o CIPES e seus membros os quais eles chamavam de subversivos e de elementos. Pois criminalizava as ações dessa organização em relação sua atividade que estava voltada para os estudos sobre os pensadores MARX, Lenin, entre outros, que eram a base teórica metodológica dos partidos de esquerda.

Iza fazia parte do CIPES e juntamente com Humberto coordenava a unidade de Belém

Figura 39 CIPES



Fonte: Arquivo Nacional²⁹⁶

Em todos os CIPES o objetivo era a educação da militância através de cursos e palestras, com isso, em diferentes datas e locais podemos destacar os seguintes cursos ministrados por essa organização: Sobre sindicalismo; "história das lutas do povo brasileiro"; "Materialismo histórico em debate" – "O método marxista de análise da sociedade, as classes e a luta de classes, estratégias de luta do proletariado, alguns problemas do período de transição do capitalismo ao socialismo". Faziam também ciclo

²⁹⁶ SNI. **Continuação da Informação.** Informação Nº 156/16/AC/80. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_81012559_d0001de0001. 1985. Arquivo Nacional

de palestras, entre elas – “As classes sociais e a tática de luta do proletariado. Nos cursos eles usavam os textos de Engels, Lenin, Stalin, Mao Tsé-tung, Marx e Bthlehein; outro curso ministrado por brasileiros que estiveram exilados em Cuba, foi: “Cuba – construindo o socialismo, abordaram os seguintes temas: história do triunfo da revolução cubana e suas repercussões na América Latina, problemas econômicos de transição ao socialismo, condição de vida em Cuba, o poder popular, a saúde em Cuba, a educação em Cuba, A mulher e a família”.

Esses cursos os militares do SNI chamaram de apologia ao regime comunista de Cuba e contou com a participação de quarenta e cinco pessoas. Iza estava sendo observada pelos militares desde os anos 1960 e estava em 1980, portanto quase duas décadas na luta contra o que ela e seus companheiros estudavam e pensavam a partir daí. Entretanto, mesmo com as perseguições eles conseguiam desenvolver as instituições que eram alinhadas ao pensamento de esquerda foi o caso CIPES e do Instituto Universidade Popular (UNIPOP), o qual veremos a seguir.

5.2.4 Instituto Universidade Popular - UNIPPOP

Ao término do Movimento pela Libertação dos Presos do Araguaia, alguns grupos continuaram em contato e mobilizados, articulando novas ações. Com isso, no dia 22 de outubro de 1987, oficializou-se a fundação do Instituto Universidade Popular. Segundo o SNI isso se deu devido a organização do Movimento Popular, no estado do Pará, que antes era individualista e sem solidariedade entre as bandeiras de luta na década de 1980. Se uniram e criaram um centro de treinamento de lideranças, procurando então elevar o grau de consciência crítica das pessoas que participavam daquela organização, incentivando os mesmos ao estudo sistemático da organização social vigente da época, de forma que fizessem a sua capacitação de lideranças populares para uma intervenção transformadora.

A UNIPPOP, portanto funciona como força aglutinadora dos Movimentos Populares (MP), eram entidades do movimento popular nessa conjuntura: Sociedade Paraense de Direitos Humanos (SPDDH); União de Mulheres de Belém (UMB); Centro de Estudo e Defesa do Negro no Pará (CEDENPA); Comissão dos Bairros de Belém (CBB); Associação da Mulher Paraense (AMPA); Associação Municipal Das Mulheres de Castanhal (AMMC); Movimento Homossexual de Belém (MHB); Grupo de Mulheres Prostitutas da Área Central (GEMPAC); Centro da Cultura Negra do Pará;

Movimento de Promoção da Mulher (MOPROM); Movimento da Mulher do Campo e da Cidade (MMCC); Federação de Órgãos para Assistência Social e Educação (FASE); Centro de Solidariedade Internacional 19 de Julho; Federação da mulher Paraense (FEMPA); Associação Cristã Feminina (ACF) e no Amapá, União Negra do Amapá²⁹⁷.

A participação também foi significativa nessa entidade que tinha uma característica ecumênica desde sua formação, quando no dia da solenidade de inauguração, na Rua Serzedelo Correa nº 514, foi dado início aos trabalhos com um ato ecumênico, sendo cantadas várias músicas, entre elas, “Para dizer que não falei das Flores” de Geraldo Vandré²⁹⁸.

Cerca de 300 pessoas compareceram ao evento, onde debateram 3 criações da Universidade Popular. Os trabalhos foram dirigidos por uma mesa composta pelas seguintes pessoas: GRANAM WILLIAM BLAND, Presidente da Igreja Anglicana; GIROLAMO DOMENICO TPECCANI ("JERONIMO."), ex-padre) Secretário Executivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT); ROSA MARGA ROTHE DAS NEVES, militante do Partido Revolucionário Comunista (PRC); PAULO SERCIO WELY ALBUQUERQUL COSTA, militante do Partido Revolucionário Comunista (PRC); JOSE CARLOS DIAS CASTRO, advogado e militante do Partido dos Trabalhadores (PT), representante da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do PARA (OABPA); IZABEL MARQUES TAVARES DA CUNHA, militante do PRC e Presidente da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humano, (SPDDH); e uma representante do Centro 19 de Julho, organização de frente do Movimento Comunista Revolucionário (MRC)²⁹⁹.

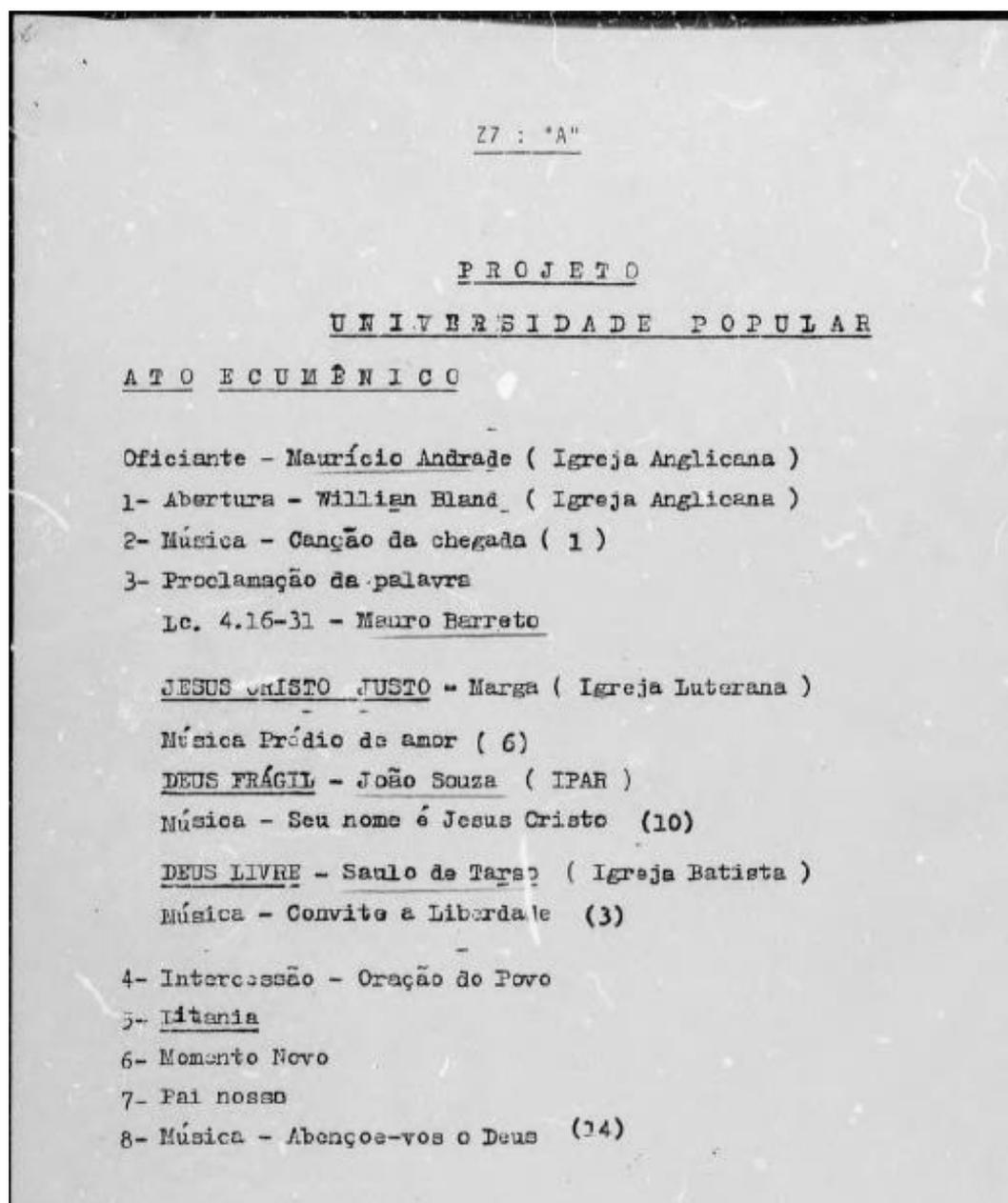
Por esse documento naquele momento, em 1987, Iza era militante do PRC e presidente da SPDDH. Haviam naquela inauguração várias pessoas, além dos movimentos sociais e partidos políticos, estavam presentes religiosos de várias igrejas que inclusive comandaram o Ato ecumênico, segundo a organização que está disposta na imagem a seguir:

²⁹⁷ SNI. **Reunião do MLPA.** Informe Nº FS1/00699/112/B7B/90. BR_DFANBSB_H4_MIC_GNC_KKK_900007988_d0001de0001. Arquivo Nacional

²⁹⁸ SNI. **Projeto Universidade Popular – Ato Ecumênico.** BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_87006281_d0001de0002. Sem Data. Arquivo Nacional

²⁹⁹ *Ibid.*

Figura 40 Projeto Universidade Popular



Fonte: Arquivo Nacional³⁰⁰

5.2.5 Iza e sua participação no Partido dos Trabalhadores

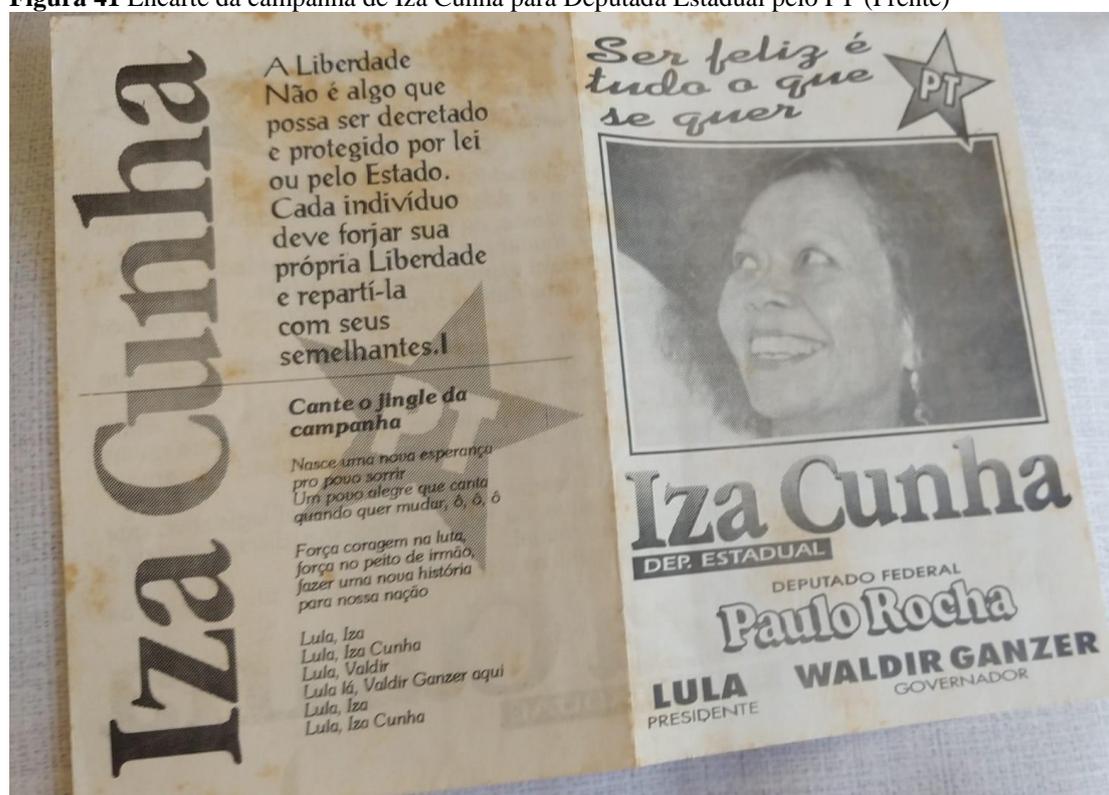
Nos anos da década de 1990, Iza emergiu como uma figura significativa no cenário político partidário, marcando sua presença no Partido dos Trabalhadores (PT). Sua trajetória não se limitou a ser uma espectadora; ela ousou se lançar como candidata a deputada estadual nas eleições de 1994, empreendendo uma jornada política que ecoava ambições e sonhos coletivos.

³⁰⁰ SNI. Projeto Universidade Popular - Ato Ecumênico. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_87006281_d0001de0002. Sem Data. Arquivo Nacional

Ao lado de Iza, estavam na arena política outras pessoas importantes para o cenário político paraense. Paulo Rocha se erguia como um candidato a deputado federal, Waldir Ganzer aspirava ao cargo de governador do estado do Pará, e Luiz Inácio Lula da Silva, conhecido como Lula, almejava a presidência da República. Juntos, formavam uma frente de esperança e mudança.

As imagens a seguir revelam o espírito e as propostas de campanha de Iza, refletindo a intensidade e o compromisso de sua candidatura. Cada detalhe encapsula uma época de transformação e aspiração, onde cada passo dado e cada palavra pronunciada ressoavam com o desejo de um futuro mais justo e igualitário.

Figura 41 Encarte da campanha de Iza Cunha para Deputada Estadual pelo PT (Frente)



Fonte: Acervo da família

A imagem acima retrata um panfleto de campanha que, à primeira vista, parece simples, mas que esconde um conteúdo cheio de significados profundos e conotações políticas. A imagem de Iza Cunha ocupa o centro, com um sorriso aberto, expressando confiança, serenidade e esperança. Ao lado de seu nome, destacado em letras grandes, a frase "Ser feliz é tudo o que se quer" ecoa como uma mensagem direta e acessível, falando não apenas da busca individual pela felicidade, mas também do desejo coletivo por uma sociedade mais justa e equilibrada. Nesse contexto, a felicidade não é apenas

um sentimento pessoal, mas um objetivo político, uma aspiração social a ser alcançada através da luta e do voto.

O uso da palavra "feliz" carrega uma carga simbólica poderosa. Em uma realidade marcada por desigualdades, opressões e discriminações, a felicidade se torna um ato de resistência, um desejo que, quando alcançado, subverte as estruturas de poder. A felicidade aqui transcende o individual e torna-se um direito coletivo, um ponto de encontro entre as demandas pessoais e as aspirações sociais mais amplas. O slogan que acompanha a imagem revela, de forma sutil, que a luta política de Iza Cunha está profundamente ligada a essa busca por felicidade e liberdade para todos, principalmente para as camadas mais oprimidas da sociedade.

A estrela ao lado do nome "PT" reforça o alinhamento da candidata com o Partido dos Trabalhadores, uma força política associada à luta dos trabalhadores, das classes populares e dos movimentos sociais. A estrela, símbolo icônico do partido, remete à esperança de uma nova era política, onde a justiça social e a igualdade possam ser alcançadas. É como se a imagem dissesse que a estrela não é apenas um símbolo de partido, mas uma guia para um futuro de mais oportunidades e direitos.

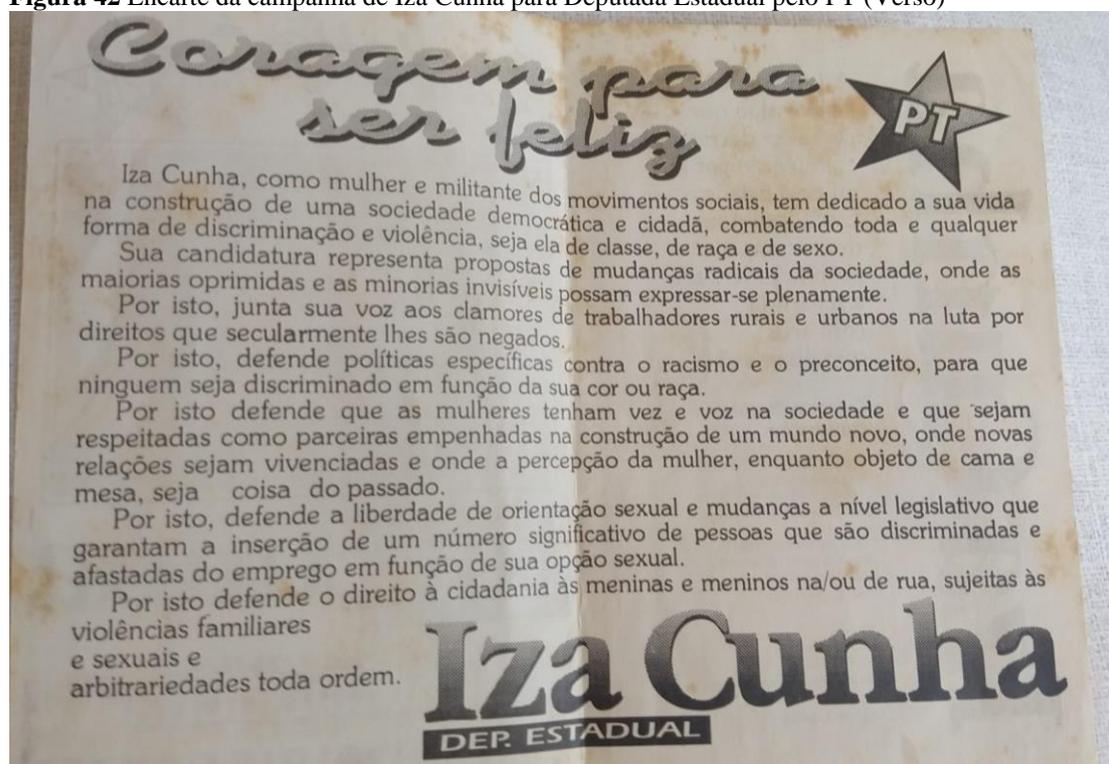
O texto no lado esquerdo da página traz uma reflexão sobre a liberdade. A liberdade, nos diz o panfleto, não é algo que pode ser simplesmente "decretado por lei ou protegido pelo Estado". Esta frase desafia as concepções tradicionais de poder e nos convida a pensar na liberdade como uma construção individual e coletiva, que transcende as estruturas formais. A ideia de "forjar sua própria liberdade" aponta para a necessidade de ação, de uma luta contínua, onde cada pessoa é responsável não apenas pela sua emancipação, mas também por repartir essa liberdade com seus semelhantes. A liberdade, portanto, é apresentada como um processo vivo, dinâmico, que envolve tanto a conquista quanto a partilha.

A proposta do panfleto é clara: transformar a liberdade em uma prática cotidiana, algo que envolve solidariedade e ação coletiva. A liberdade não pode ser plena se não for compartilhada; é necessário estender a mão ao outro e lutar juntos por uma sociedade mais justa. Este é o chamado implícito da campanha de Iza Cunha, que se apresenta como uma figura comprometida com essa visão transformadora.

No canto inferior esquerdo, o convite para cantar o jingle da campanha adiciona um elemento de emoção e coletividade. A música, com seu ritmo simples e direto, serve como uma ferramenta de mobilização, reforçando a mensagem de que a política não é apenas discurso, mas também sentimento e envolvimento. A repetição de nomes no refrão — "Lula, Iza, Valdir" — cria uma sensação de unidade e propósito comum. Essa união de vozes políticas não só ecoa os objetivos da campanha, mas também simboliza a interconexão das lutas sociais representadas por cada uma dessas figuras.

Por fim, o panfleto, com seu design modesto, seus elementos gráficos simples e suas palavras cuidadosamente escolhidas, não é apenas um artefato de campanha, mas uma peça que reflete um momento histórico e político. Ele revela o espírito de uma época em que a esperança e a luta por direitos eram forças mobilizadoras e transformadoras. Iza Cunha, em sua imagem serena, em suas palavras de liberdade e em sua promessa de felicidade, se coloca como a representante de uma nova política, onde a ação individual e a solidariedade coletiva são os motores para a construção de um futuro melhor.

Figura 42 Encarte da campanha de Iza Cunha para Deputada Estadual pelo PT (Verso)



Fonte: Acervo da família

A imagem seguinte encontra-se no interior do panfleto apresenta um material de campanha política que, carrega uma mensagem de resistência e liberdade. O nome

"Iza Cunha" ocupa uma posição de destaque, em letras grandes e fortes, impondo a presença da candidata como uma figura de importância e de luta. Esse nome, que se desdobra ao longo da página, é um símbolo de representação daqueles que foram historicamente marginalizados, ecoando uma voz que busca ser ouvida em meio a um cenário político repleto de desafios.

O texto que acompanha o panfleto começa com uma afirmação contundente sobre o que é liberdade. "A Liberdade não é algo que possa ser decretado por lei ou pelo Estado", diz o texto, desafiando noções convencionais de que a liberdade é uma concessão vinda de cima, das instituições de poder. Aqui, a liberdade é algo a ser forjado pelo indivíduo, sugerindo um profundo empoderamento pessoal e coletivo, onde cada um tem o poder e a responsabilidade de construir sua própria emancipação. Esse discurso conecta-se diretamente às lutas populares, especialmente de mulheres e trabalhadores, onde a liberdade não é uma dádiva, mas sim uma conquista.

A metáfora da liberdade como algo a ser "forjado" sugere um processo árduo e artesanal, onde o esforço e o suor são componentes inevitáveis. Há, portanto, uma convocação implícita à ação, ao movimento, à luta coletiva. Não é suficiente esperar pela mudança; é necessário forjá-la, construí-la com as próprias mãos. A presença do verbo "reparti-la" reforça o caráter comunitário dessa liberdade, indicando que, para ela ser plena, deve ser compartilhada entre todos, numa visão de solidariedade e igualdade.

Na sequência, o panfleto nos convida a cantar o jingle da campanha, onde a música se torna mais um veículo de mobilização. O ritmo das palavras, simples e diretas, ressoam como um hino de esperança e mudança. "Nasce uma nova esperança pro povo sorrir" – esse verso inicial evoca a imagem de um futuro possível, onde o sorriso do povo é o sinal de que as opressões do passado podem ser superadas. O uso da palavra "esperança" reflete uma promessa de que as mudanças que a candidatura de Iza Cunha propõe não são apenas políticas, mas profundamente humanas, transformando a vida cotidiana das pessoas.

O refrão que segue, repetindo "Lula, Iza", entrelaça as duas figuras políticas como se fossem um só corpo, uma só voz. A repetição dos nomes gera um efeito de mantra, reforçando a ideia de que a vitória de ambos é interdependente e parte de um mesmo projeto de emancipação social. A presença de outros nomes, como "Valdir

Ganzer", amplifica a sensação de unidade, onde diferentes líderes se unem em prol de um objetivo maior: a criação de uma sociedade mais justa e inclusiva.

O panfleto, com suas cores e sua diagramação simples, ressoa como um documento histórico de uma época em que a política era feita nas ruas, no corpo a corpo, nas conversas e nos encontros comunitários. Ele não é apenas uma peça de propaganda eleitoral, mas um símbolo de um momento político carregado de significado, onde a liberdade, a justiça e a igualdade eram os alicerces de uma visão utópica de Brasil.

Ao final, a figura de Iza Cunha não aparece apenas como uma candidata, mas como uma porta-voz de uma geração que não se conforma com as injustiças e que está disposta a lutar até o fim para conquistar o que é de direito. Sua imagem, associada ao nome de Lula e ao Partido dos Trabalhadores, nos remete a um tempo de intensa mobilização popular, onde cada voto, cada jingle, cada panfleto tinha o poder de mudar os rumos da história.

Figura 43 Iza Cunha em campanha eleitoral



Fonte: Acervo de Paulo Cunha

A imagem traz consigo um forte simbolismo de resistência, união e esperança. O grupo de pessoas, capturado em um momento de descontração e coletividade, carrega nas expressões faciais e nos gestos uma mensagem de luta por um futuro melhor. Os rostos sorridentes, as mãos que aplaudem, o sinal de "L" feito por um dos participantes, tudo aponta para a força de uma mobilização que se constrói em torno de ideais comuns e de um projeto político que busca a transformação social.

No centro da cena, o cartaz em vermelho com os dizeres "Iza Cunha - Dep. Estadual" e "Lula Presidente" se destaca como o coração simbólico da imagem, ressoando o discurso de uma época em que o Partido dos Trabalhadores (PT) emergia como uma voz potente em defesa dos trabalhadores, das mulheres, das minorias e das classes oprimidas. A cor vermelha, tradicionalmente associada à luta, à revolução e à resistência, envolve o espectador em um sentido de urgência e esperança, como se o cartaz fosse mais do que um simples material de campanha, mas um manifesto de transformação.

Cada camiseta que estampa o rosto de Lula ou traz o nome "Lula Brasil" não é apenas um adereço, mas uma extensão do corpo de quem a veste, uma declaração visual de apoio incondicional à figura que representa a luta pelos direitos dos marginalizados. A imagem do líder político não é meramente ilustrativa, mas carregada de um profundo significado de identidade e lealdade, uma representação da esperança de que a mudança é possível, desde que lutemos juntos.

O ambiente, embora pouco visível, nos dá indícios de ser um espaço público, uma manifestação, onde o coletivo encontra sua força e se torna visível. É nesse espaço de partilha e exposição que os gestos, as palavras e os rostos ganham vida e tornam-se portadores de uma mensagem clara: a mobilização popular é o caminho para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária.

As figuras na imagem não são apenas indivíduos em uma campanha; são signos de uma luta maior, de uma narrativa coletiva que atravessa décadas de desigualdades e opressões, mas que encontra no presente a coragem para reescrever seu futuro. E no ato de se reunirem, de estamparem em suas camisetas os rostos de seus líderes, de erguerem suas mãos em aplausos e sinais, eles estão, de certa forma, manifestando sua crença na força transformadora da política, na capacidade de se unirem por algo maior do que eles mesmos.

A fotografia nos transporta para um momento histórico específico, nos anos 90, onde a mobilização por justiça social, por direitos e por uma democracia verdadeira fervilhava nas ruas do Brasil. A presença de Lula na campanha de Iza Cunha reforça a conexão entre a política local e as grandes causas nacionais, e a força dessa conexão está clara nos sorrisos e nos olhares de cada pessoa na foto.

A imagem, em sua simplicidade, narra uma história de esperança e resistência, onde o ato de estar presente, de se unir e de acreditar no futuro se torna um ato revolucionário em si, onde as pessoas acreditavam em mudanças reais.

6. MULHERES, FEMINISMO E DITADURA MILITAR NO BRASIL E NO PARÁ (DEC. 1980/1990)

Durante a Ditadura Militar no Brasil, que perdurou de 1964 a 1985, as mulheres desempenharam papéis cruciais na resistência à repressão do regime autoritário. Apesar de frequentemente negligenciadas pela historiografia oficial, as mulheres participaram ativamente da luta armada e da guerrilha urbana, desafiando a opressão e buscando justiça social e democracia.

Muitas mulheres se envolveram em organizações clandestinas e movimentos de resistência, como a Ação Libertadora Nacional (ALN), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), e Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), entre outros. Elas assumiram diversas funções, desde a militância política até operações de campo e logística, demonstrando coragem e determinação em face da perseguição e violência do Estado.

Além de participarem ativamente das operações guerrilheiras, as mulheres também enfrentaram desafios específicos, como a dupla jornada de trabalho, discriminação de gênero dentro das organizações e o estigma social associado à sua participação na luta armada. No entanto, elas superaram esses obstáculos e desempenharam papéis fundamentais na construção de uma resistência ampla e diversificada.

É importante reconhecer o papel das mulheres na guerrilha durante a ditadura militar no Brasil, não apenas por sua contribuição histórica, mas também para desafiar narrativas dominantes que muitas vezes as marginalizam. Seus esforços e sacrifícios merecem ser lembrados e celebrados como parte integral da luta pela justiça e liberdade no país.

A Guerrilha do Araguaia foi um dos episódios mais marcantes da luta armada contra a ditadura militar no Brasil, ocorrido na região do Araguaia, no sul do estado do Pará, entre os anos de 1972 e 1975. Embora seja frequentemente associada aos homens que lutaram na região, é importante destacar o papel fundamental das mulheres nesse movimento.

Mulheres desempenharam diversas funções na Guerrilha do Araguaia, incluindo combatentes, líderes, mensageiras, enfermeiras, cozinheiras e até mesmo no apoio logístico. Muitas delas integraram as fileiras da Guerrilha como parte das

organizações de esquerda que atuavam na região na época, como o Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Desse período destaca-se a mitológica “Dina” como ficou conhecida a guerrilheira, Dinalva Oliveira Teixeira (1945-1973). Dina desempenhou um papel significativo na guerrilha, atuando como parteira e enfrentando as dificuldades da vida na selva. Era geóloga e foi a única mulher a ocupar o cargo de vice-comandante na guerrilha. Ela foi assassinada grávida pelos militares. Apesar dos relatos de sua captura, o destino de Dinalva Oliveira Teixeira permanece desconhecido até os dias de hoje, pois seus restos mortais não foram entregues à sua família. Com isso, ela faz parte do grupo de guerrilheiros e simpatizantes que desapareceram durante o conflito, e suas famílias continuam buscando respostas sobre o que aconteceu com seus entes queridos³⁰¹. O desaparecimento de Dinalva e de outros guerrilheiros do Araguaia é uma ferida aberta na história do Brasil, representando as violações dos direitos humanos ocorridas durante o regime militar. A busca pela verdade e pela justiça continua sendo uma luta importante para as famílias das vítimas e para a sociedade brasileira como um todo.

Entre as mulheres que participaram da Guerrilha do Urbana, destaca-se, Vera Silvia de Araujo Magalhães (1948-2007) do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Vera Sílvia de Araújo Magalhães foi uma importante figura na luta armada brasileira. Ela ficou conhecida como “a terrível mulher Loura” ou “a Loura 90”. Em 1969, Vera Sílvia esteve envolvida em um dos episódios mais marcantes da luta armada no Brasil: o sequestro do embaixador dos Estados Unidos, Charles Elbrick, no Rio de Janeiro. Esse sequestro tinha como objetivo pressionar o regime militar a libertar presos políticos e divulgar a existência da resistência armada³⁰².

Após o fim da ditadura militar, Vera Sílvia continuou sua militância política, trabalhando em diversas frentes sociais e políticas. Sua trajetória é um exemplo da coragem e da determinação daqueles que lutaram pela democracia e pelos direitos humanos no Brasil durante um dos períodos mais sombrios de sua história. Elas não

³⁰¹ TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da Guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)**. São Paulo: Ed. Intermeios, 2013. p. 34.

³⁰² *Ibid.*

apenas participaram dos combates, mas também desempenharam papéis estratégicos na organização e na articulação do movimento.

Apesar da contribuição significativa das mulheres para a Guerrilha do Araguaia e outras guerrilhas tanto rurais quanto urbanas, sua participação muitas vezes foi subestimada ou até mesmo negligenciada na narrativa histórica. No entanto, estudos mais recentes têm buscado resgatar e reconhecer o papel das mulheres nesse episódio da história brasileira, destacando sua coragem, determinação e contribuição para a resistência contra a ditadura militar.

A história de Izabel Marques Tavares, Iza Cunha é uma dessas narrativas de mulheres que rompem com o silêncio e o esquecimento das mulheres, nas várias vertentes de lutas contra todas as formas de opressão. Sobretudo como se dava a realidade da militância feminina no contexto da Ditadura Militar no Brasil, e suas próprias agendas de trabalho, bem como, em relação à militância masculina. Pois, as mulheres nunca estiveram ausentes da história, pelo contrário como já dizia a autora abaixo:

[...] A partir de tantas narrativas, que as mulheres nunca estiveram ausentes da história nem excluídas dela estiveram ausentes da história nem excluídas dela. Estiveram e estão, pelo contrário, presentes em eventos, atuando, selecionando e reinventando suas histórias, mesmo quando invisíveis; mesmo quando não reconhecidas como sujeitos de si [...] ³⁰³

Concomitante com a luta contra a Ditadura Militar no Brasil estava a luta específica das mulheres. Porém, essa agenda nem sempre foi bem-vista no meio do movimento, progressista, comunista/socialista, ou pró democracia. Haja vista que no meio do movimento havia quem defendesse que uma luta específica do movimento feminista atrapalharia a luta maior que seria a de classe, ou seja, fazer a revolução. Nesse sentido as mulheres desse período viveram uma dupla dificuldade para desenvolver seu ativismo, principalmente aquele relacionado a suas pautas específicas.

As mulheres que sofreram por causa da Ditadura Militar, as militantes, as esposas, as companheiras, as mães foram martirizadas pelas polícias políticas que buscavam informações. Elas também pegaram em armas para defender os objetivos pelos quais achavam que deviam buscar, nesse caso, as questões foram além das prisões e elas acabaram mortas e desaparecidas. Nesse ponto da história, o envolvimento das

³⁰³ ROVAI. Marta Gouveia de Oliveira. **História oral e história das mulheres: Rompendo silenciamentos**. São Paulo: Letra e Voz, 2017. p. 7.

mulheres com as guerrilhas foi mais por convicção política geral do que necessariamente por uma agenda feminista. Contudo é importante pontuar que elas participavam desses momentos de tensão.

O Brasil estava na contramão da história, porém as mulheres que foram exiladas por conta da ditadura puderam viver experiências de outros lugares do mundo e motivam as mulheres brasileiras a desenvolverem esse movimento. Uma dessas experiências foram o contato com mulheres feministas e suas pautas reivindicatórias, bem como as teorias de gênero que estavam nascendo nesse momento.

No filme “Torre das Donzelas”, produzido no Brasil, conta a história de mulheres militantes que foram presas e torturadas no período dos governos militares, entre essas mulheres estava a ex-presidente do Brasil Dilma Rousseff, mas entre elas estavam as que foram presas para delatar seus companheiros. O cinema envolve o aspecto ficcional que se mistura ao factual, porém é possível nessa referida obra acompanhar os fragmentos biográficos da história de cada mulher que participou desse filme.

Nesse sentido, a arte pode apontar caminhos a novas questões a serem observadas e discutidas e uma delas é a questão: Quem foram as mulheres que sofreram nos períodos da Ditadura militar? Joanas, Marias e muitas outras mulheres derramaram lágrimas por elas. Mulheres que ao saírem da prisão e com toda essa experiência de dor somado as teorias do que é ser mulher e seus os seus direitos, dão continuidade a uma batalha cuja pautas ainda são reivindicadas até hoje.

O debate que Iza desenvolve sobre feminismo no Pará, acompanha o debate que acontecia no país sobre essa temática, outrossim, era concomitante com a luta pelo retorno da democracia no país. Ademais se dava devido a efervescência do movimento de segunda onda no país na década de 1970, fruto do debate que vinha ocorrendo nos países da Europa e nos EUA. Nesse período aconteceram muitas discussões e lutas a partir de ideias que revolucionaram o universo feminino. Como por exemplo, a revolução dos costumes que vai atingir as mulheres brasileiras, uma vez que, quando elas são exiladas em decorrência das perseguições políticas ideológicas praticadas pelos militares, muitas vão para esses lugares onde estavam fortes essas demandas, essas mulheres, portanto ajudam as suas companheiras brasileiras a desenvolverem esse debate em solo brasileiro, ou quando retornaram, ajudaram a organizar os grupos de

mulheres. Essa parte da história foi bem relatada na obra Susel Oliveira da Rosa – *Mulheres ditaduras e memórias: Não imagine que precise ser triste para ser para ser militante*” – Nessa obra Susel conta a história de três mulheres como ela mesmo descreve:

Um caminho inusitado de fazer história e proposto neste livro, que dá visibilidade às trajetórias desenhadas por três ativistas políticas de esquerda: a ex-presa política a atual psicopedagoga Nilce Azevedo Cardoso, a pioneira do feminismo brasileiro e escritora Danda Prado, ou Yolanda Cerquinho da Silva Prado, e a também ex-presa política, socióloga e professora da faculdade de Educação da Universidade de São Paulo Flávia Schilling. Articulando suas memórias pessoais, colhidas em entrevistas ou depoimentos concedidos à autora entre 2008 e 2011, a processos coletivos, a história recente do país é relida e problematizada³⁰⁴.

A história dessas três ativistas nos levam a imaginar como era esse mundo conturbado para as mulheres militantes que desenvolviam uma dupla luta, a primeira a favor da democracia fazendo oposição aos militares e isso lhes causaram dor, sofrimento e morte de muitas e o exílio, porém como se não bastasse quando tentam discutir suas próprias demandas a favor de seus direitos contra uma sociedade machista e misógina, com padrões patriarcais que não só impedem que as mulheres tenham direitos iguais aos dos homens, mas também agiam com violência de toda natureza com relação às mulheres.

Contudo, é possível observar que não há recuo das mulheres em vários aspectos, tanto que é verdade que elas desenvolvem uma imprensa feminista voltada especificamente para dar visibilidade as suas pautas. Como isso pode ser verificado de forma bem presente no movimento da Anistia, no movimento de carentia e já na redemocratização no movimento do Lobby do batom.

A história da luta das mulheres durante a ditadura militar no Brasil, especialmente nas regiões sul e sudeste, é paralela à história de Iza no norte do país. No entanto, enquanto muitas dessas histórias de mulheres foram registradas em livros e artigos, a história de Iza, embora semelhante, ainda não foi documentada em nenhum livro, já que ela mesma não escreveu uma obra de memórias e suas companheiras de luta também não o fizeram. Portanto, a visibilidade dessa mulher, que desempenhou um papel tão importante na história brasileira, ainda está em grande parte nas mãos de seus colegas de luta. No entanto, é notável que sua história se assemelha às experiências

³⁰⁴ ROSA, Susel Oliveira de. **Mulheres, ditaduras e memórias**: “Não imagine que precise ser triste para ser militante”. São Paulo: Intermeios; FAPESP, 2013.

de outras mulheres em todo o Brasil, e assim ela enriquece o conhecimento dessas experiências.

Um começo promissor foi quando o livro "Brasil: Nunca Mais" incluiu um texto sobre a história de Izabel, integrando assim sua narrativa, uma mulher do norte, às outras histórias de tortura de militantes em todo o país. Esse tipo de inclusão é fundamental para garantir que a contribuição de mulheres como Iza não seja esquecida e que suas experiências sejam reconhecidas como parte importante da história do Brasil. Conforme:

(...) que antes de assinar o depoimento durante o IPM, depoimento do qual não conhecia o teor, passou a interroganda por várias torturas físicas e psicológicas sendo, inclusive, submetida nua a choques elétricos no ânus e beliscões nos seios, a passeios de automóveis com paradas em lugares ermos, onde se ameaçava a sua vida, com ameaças constantes contra seu marido que, por duas vezes, pudera ver no Hospital Militar em estado de coma e, uma vez, sendo torturado numa das salas do DÓI; (...) ³⁰⁵

Ressaltar a crueldade a brutalidade dos militares com seus presos políticos é muito importante e jamais deve ser esquecida, como forma pedagógica isso significa não querer o retorno de governos semelhantes a esse no território brasileiro, usando como referência para esse tema o que pensava Teodoro Adorno quando se refere a política nazista, e ele expressa esse pensamento em seu texto, "Educação após Auschwitz", que é uma reflexão profunda do filósofo alemão sobre as implicações do Holocausto para a educação e a cultura. Adorno, que foi membro da Escola de Frankfurt, estava profundamente preocupado com as consequências do genocídio nazista e buscava entender como uma sociedade poderia permitir ou mesmo promover tal barbárie.

Nesse contexto, Adorno argumenta que a educação deve ser reorientada para cultivar a sensibilidade moral e a consciência crítica. Ele alerta contra uma abordagem educacional que simplesmente transmita conhecimento técnico sem desenvolver uma compreensão mais profunda das questões éticas e políticas. Para Adorno, a barbárie do Holocausto revela as falhas fundamentais na cultura e na educação, que devem ser enfrentadas para evitar que tais atrocidades se repitam.

Além disso, Adorno enfatiza a importância da arte e da cultura na educação, argumentando que elas têm o potencial de nos sensibilizar às injustiças do mundo e nos capacitar a agir contra elas. No entanto, ele também adverte contra uma estetização

³⁰⁵ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO - **Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis, Vozes, 2014.

superficial do sofrimento humano, insistindo que a verdadeira arte deve confrontar as realidades difíceis e provocar uma reflexão crítica. A educação nesse caso ajuda na consciência crítica e fortalece o compromisso com a justiça social, de modo a prevenir futuros horrores como o Holocausto.

A exigência que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação. De tal modo ela precede quaisquer outras que creio não ser possível nem necessário justificá-la. Não consigo entender como até hoje mereceu tão pouca atenção. Justificá-la teria algo de monstruoso em vista de toda monstruosidade ocorrida. Mas a pouca consciência existente em relação a essa exigência e as questões que ela levanta provam que a monstruosidade não calou fundo nas pessoas, sintoma da persistência da possibilidade de que se repita no que depender do estado de consciência e de inconsciência das pessoas. Qualquer debate acerca de metas educacionais carece de significado e importância frente a essa meta: que Auschwitz não se repita³⁰⁶.

Considerando a memória de dor, luta e superação das vitimadas pela Ditadura Militar no Brasil, é preciso trabalhar o senso crítico para que ela não se repita. É importante ressaltar que existiam também as mulheres que não foram presas e torturadas e ainda sim a luta delas foi tão importante quando as demais, pois nesse contexto, elas se empoderaram e conseguiram resistir o período difícil em que viveram e seguir na batalha pela democracia, emancipação e direitos das mulheres, que vão se interseccionar, com o gênero, sexualidade e racismo. No Pará, Iza levanta esses debates com outras mulheres que serão mencionadas a seguir.

6.1 As mulheres no contexto de Ditadura Militar no Pará

A participação das mulheres do Pará na resistência contra a Ditadura Militar no Brasil foi significativa e multifacetada. Assim como em outras regiões do país, as mulheres paraenses desempenharam papéis importantes em diferentes frentes de luta, contribuindo para a resistência política, social e cultural contra o regime autoritário. Elas estiveram envolvidas na organização e mobilização de grupos e movimentos de resistência, participaram ativamente de sindicatos, associações de bairro, grupos estudantis, entre outros, promovendo a conscientização política e a luta pelos direitos civis. Algumas mulheres se engajaram diretamente em atividades políticas e de resistência, se juntaram a organizações de esquerda clandestinas.

As mulheres também desempenharam um papel vital na resistência cultural. Por meio da música, literatura, teatro e outras formas de expressão artística, elas denunciaram as injustiças sociais e políticas, promovendo a conscientização e a

³⁰⁶ ADORNO, Theodor W. Educação após Auschwitz. In: _____. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 119

resistência cultural. Muitas mulheres exerceram papéis de liderança em suas comunidades, organizando a resistência local e defendendo os direitos humanos. Elas lideraram movimentos sociais, comitês de solidariedade, grupos de apoio a presos políticos, entre outros. Além da resistência contra o regime militar em si, as mulheres do Pará também lutaram pelos seus direitos específicos, incluindo direitos trabalhistas, direitos reprodutivos, igualdade de gênero e combate à violência contra a mulher. No entanto, é importante ressaltar que a participação das mulheres na resistência muitas vezes foi subestimada ou apagada da história oficial. Nos últimos anos, houve um esforço crescente para reconhecer e valorizar o papel das mulheres na luta contra a ditadura, resgatando suas histórias e contribuições à democracia.

No Pará, a ditadura não foi diferente do restante do país, houve repressão, espionagem, prisão e tortura de homens e mulheres. Há histórias emblemáticas de como os militares trataram as mulheres que eram militantes, que foram presas e torturadas como é caso de Hecilda Veiga, amiga de Iza, que foi presa e torturada mesmo estando grávida e teve seu filho na prisão e outras anônimas que sofreram a morte ou a prisão de seus companheiros da vida e da luta política. Portanto, se faz necessário escrever a história dessas mulheres, embora em um trabalho acadêmico não caiba a história de uma vida, porém muito precisa ser dito, pois é direito humano que o povo conheça a sua própria história e não apenas por uma única via. E no caso das mulheres elas têm esse direito de saber sobre a luta que foram traçadas por outras mulheres, que hoje podem beneficiar a coletividade, mulheres que abdicaram de alguma coisa e sofreram as sanções em seus próprios corpos. Por isso, para relatar uma pequena parte das histórias dessas mulheres paraenses que viveram esse período e que sofreram, mas não deixaram de lutar.

A vida de Izabel reúne várias demandas da política brasileira, que vai desde a luta pela posse da terra até a luta vivida por mulheres no ambiente doméstico, todos esses assuntos ela e seu grupo unem em um único tema chamado direitos humanos. Então era preciso que a sociedade civil estivesse organizada, tanto homens quanto mulheres. Algumas instituições e movimentos sociais vão surgir nesse momento, é o caso do Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade (MMCC), da SPDDH (Sociedade Paraense de Direitos Humanos), Instituto Universidade Popular (UNIPOP), com objetivo de reunir, de debater e formar pessoas com consciência política.

6.2 A formação do MMCC (Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade)

Uma das suas principais atuações de Iza Cunha foi na formação do movimento social que tem como nome: Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade – MMCC. Nele ela se destaca como idealizadora e como formadora, ajudando mulheres a se organizarem do ponto de vista da luta política na busca por direitos e a refletir o que significa ser e estar no mundo do ponto de vista feminino, com o objetivo de transformar a sociedade.

O Movimento das Mulheres do Campo e da Cidade – MMCC, criado no início da década de 1980 foi presidido por Iza em três mandatos e hoje conta com representação em 40 cidades. Humberto Cunha comenta como se deu a discussão para a origem do movimento e nas páginas do jornal resistência, assim como nos documentos produzidos pela própria ditadura é possível acompanhar os contextos e discussões que tornaram necessária a criação desse movimento e quais eram as pautas que estavam envolvidas naquela conjuntura.

Na memória de Humberto, as discussões que diziam respeito as mulheres ou feminismo, ainda eram muito embrionárias e sempre estavam presentes nas reuniões dos movimentos populares, agora não da mesma forma que os assuntos mais gerais da sociedade, porém falando a partir de uma realidade paraense, através da existência da Sociedade dos Direitos Humanos se tornou possível eclodir vários outros movimentos, como o comunitário, educação infantil organizada pelas comunidades, a retomada dos sindicatos, que para ele estavam nas mãos de agentes do Ministério do Trabalho chamados pelos trabalhadores de pelegos, dessa forma, também surgiu o MMCC dentro das discussões da SSDDH.

Sim, foi sempre discutido, agora é lógico que não com o mesmo... a gente não dispor de um tempo... tu tá fazendo um trabalho que tu tem pouca gente pra ver um conjunto muito amplo de problemas da sociedade, se tu for focar muito só num específico tu desmonta, então eu acho assim, pelo menos aqui na situação do Pará, a existência da Sociedade dos Direitos Humanos fez eclodir várias coisas, como por exemplo, uma organização mais efetiva do movimento comunitário, uma organização inclusive da educação infantil organizada pelas comunidades, a retomada dos sindicatos por, vamos dizer assim, pelos trabalhadores estava na mão de agentes do Ministério do Trabalho, que na época eram chamados **de pelegos**, e ali também foi onde surgiu o Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade, foi dentro das discussões da Sociedade de Direitos Humanos³⁰⁷.

³⁰⁷ CUNHA, Humberto Rocha. **Vida e trajetória política de Iza Cunha** [out. 2018]. Entrevistadora: Rosinda da Silva Miranda. Belém-PA: Edifício Bandeira Coelho, 2018 Arquivo

Ele lembra como foi para Iza começar a participar do MMCC, naquela época os homens também participavam das reuniões sobre a necessidade das mulheres terem uma organização própria, para não ficar dependendo somente da Sociedade de Direitos Humanos, inclusive ele aponta um homem de nome Benezinho, que era o presidente do sindicato dos trabalhadores de Tomé Açu, como sendo a pessoa que trouxe a ideia de formar uma instituição somente de mulheres, a justificativa seria porque ele observava que as companheiras que participavam do movimento tinham problemas de impedimento por parte dos maridos, no entanto se elas tivessem uma organização própria isso poderia ser evitado. Então essa ideia foi trazida para Belém e foi aceita, pois dessa forma podiam reunir gente o suficiente sem dividir o conjunto da luta. E começaram a discutir quem seria a pessoa para tomar essa frente, foi aí que Iza se dispôs, e a Ida Celene também, inclusive Celene teria sido a primeira presidente da instituição

Sim, a sugestão inclusive de que as mulheres tivessem uma organização própria, que não ficasse só dependendo de Sociedade de Direitos Humanos veio do Benézinho que eu não me lembro o nome, que era o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tomé Açu, ele achava que era... ele via as companheiras participando dos movimentos, mas muito assim, o marido impedia, não sei o quê, então ele achava que se elas tivessem uma organização própria, que isso talvez pudesse encontrar essas formas do... com essa ideia que ele trouxe pra Belém, nós conversamos e acabamos achando que “olha, pode ser, acho que a gente já conseguiu reunir gente suficiente que algumas outras pessoas podem começar a ter organização própria”, sem dividir o conjunto da luta, aí começamos a colocar: “bom, quem é que toparia assumir essa frente aí”, aí Iza se dispôs, a Ida Celene que eu acho que hoje é juíza do trabalho se dispôs. Aliás, a primeira presidenta de Mulheres do Campo e da Cidade foi a Ida³⁰⁸.

Na memória dele, surgem outras mulheres que também fizeram parte desse início da organização. É possível mencionar Edilene, que hoje é juíza do trabalho, bem como outras mulheres do interior, ou seja, dos municípios, que na época já possuíam trabalhos. Essas mulheres demonstraram interesse em participar da luta, o que levou à construção do Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade. Essa ampla participação feminina foi fundamental para fortalecer e diversificar o movimento, tornando-o mais representativo e abrangente em suas demandas e ações.

A Edilene também que atualmente é juíza do trabalho foi uma das que entrou ali, foi uma que se... e algumas aí no interior, em cada município onde existia algum trabalho nosso particular também surgiram várias companheiras com

digital. Entrevista concedida à Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História/UFPa. 2h02m53s.

³⁰⁸ *Ibid.*

disposição pra entrar nessa luta, aí então elas constituíram o Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade³⁰⁹

O diferencial de Iza no movimento, segundo Humberto, era a parte política ideológica, devido muitas mulheres que participavam no movimento não serem organicamente filiadas a algum partido e muitas não terem passado pela experiência que Iza já havia passado, nesse sentido o papel principal dela seria essa formação ideológica, no entanto ela também tinha um papel na organização do movimento, mesmo quando não era a presidente estava presente nas reuniões e discussões, disse ele:

Eu acho que era em grande parte, na parte ideológica e política, porque muitas das mulheres que participavam ali, elas não eram vinculadas organicamente a algum partido, ou às vezes era muito a recente e a organização ou não tinham passado por experiência como as que ela tinha participado, então eu acho que o papel principal é provável que tenha sido o ideológico mas tinha um papel organizativo muito forte. Mesmo quando não era ela a presidente, sendo a presidente a Ida, mas elas se reuniam, elas discutiam, elas examinavam³¹⁰.

O movimento de Mulheres também cresceu e expandiu pelo interior do estado, “e tinham muitas mulheres da classe média também que ajudavam, e pelo interior tinha o pessoal lá, tinha gente de Tomé Açu, tinha gente de Cametá, tinha gente de Baião, tinha gente de Marabá, Conceição do Araguaia, Rio Maria”, lembra Humberto³¹¹.

6.3 O MMCC no Jornal Resistência

No Jornal Resistência é possível ver o desenvolvimento do Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade, portanto é possível saber o que acontecia em termos de eventos e discussões que faziam parte da agenda do movimento. Nesse sentido, há uma chamada para o II encontro de Mulheres do campo e da Cidade, evento esse que iria acontecer nos dias 4, 5 e 6 de março de 1983, o temário e a programação já estava decidida. Os temas eram: “a mulher em situação política, social e econômica do Brasil; emancipação política da mulher e importância da organização das mulheres”³¹². A convocação era para a realização das inscrições e engajamento na divulgação e participação em comissões de trabalho. A discussão prometida no encontro seria o

³⁰⁹ CUNHA, Humberto Rocha. **Vida e trajetória política de Iza Cunha** [out. 2018]. Entrevistadora: Rosinda da Silva Miranda. Belém-PA: Edifício Bandeira Coelho, 2018 Arquivo digital. Entrevista concedida à Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História/UFGA. 2h02m53s.

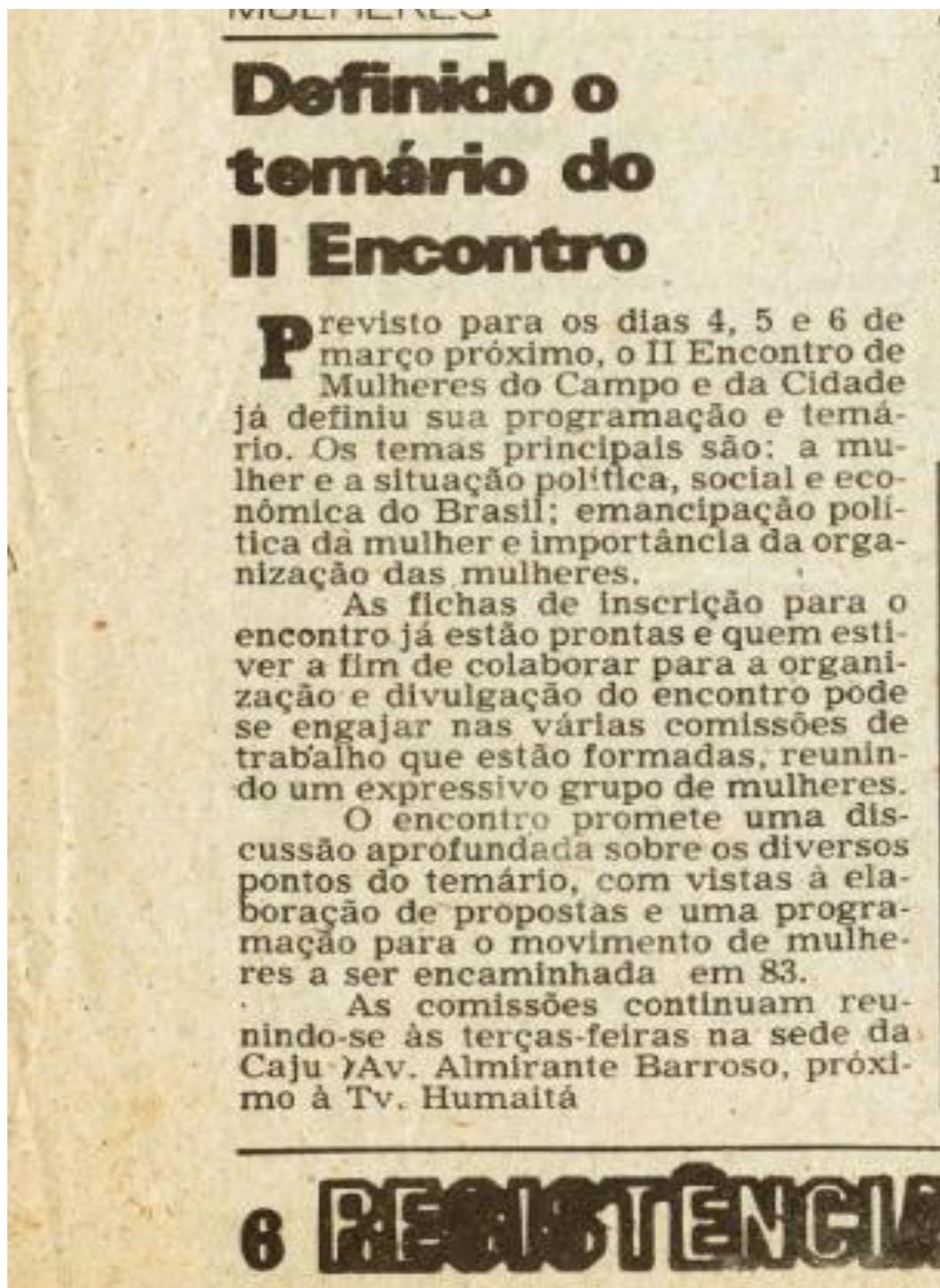
³¹⁰ *Ibid.*

³¹¹ *Ibid.*

³¹² Jornal Resistência, Belém/PA, outubro, 1983. Nº 48. p. 6

aprofundamento sobre os diversos pontos do temário com o objetivo de elaborar propostas para o Movimento de Mulheres que seria encaminhada em 1983.

Figura 44 II Encontro de Mulheres do Campo e da Cidade



Fonte: Jornal Resistência, Belém/PA, Outubro, 1983. Nº 48. p. 6

Sobre II Encontro das Mulheres do Campo que estava marcado para os dias 4, 5, 6 de 1983, Iza explica do que se trata o movimento, como foi a sua origem, sua importância e como seria a organização do evento. O primeiro encontro havia

acontecido em 1982, as principais discussões foram desde um levantamento de quantos movimentos de mulheres existiam no Pará, a avaliação de como esse movimento deveria ser organizado. Portanto, o saldo maior na visão dela e das demais seria o intercâmbio entre mulheres do campo e da cidade. Pois, os dois grupos, campo e cidade ficaram conhecendo as realidades um do outro, e ambas quando o assunto é a pobreza a luta é mesma.

Figura 45 Mulheres do campo e da cidade realizam II Encontro

LUTAS POPULARES

Mulheres do campo e da cidade realizam II Encontro

Ha 4, 5 e 6 de março elas estarão reunidas para fazer avançar seu processo de organização

Com data já definida para os dias 4, 5 e 6 de março, o II Encontro de Mulheres da Cidade e do Campo deverá representar um passo importante no fortalecimento e organização do movimento de mulheres no Pará. O encontro está sendo organizado pelo Movimento de Mulheres da Cidade e do Campo (MMCC). Isa Cunha, uma de suas integrantes, é quem explica sua importância. "O MMCC nasceu da necessidade de organização das mulheres"

I ENCONTRO

Em março de 82 foi realizado o I Encontro de Mulheres da Cidade e do Campo, que reuniu participantes da capital e do interior do Estado, em discussões que abordaram desde o levantamento de todos os movimentos de mulheres existentes no Pará, à avaliação de como deveria se dar sua organização. O saldo maior do I Encontro foi o entrosamento e a abertura de um intercâmbio entre as mulheres da cidade e do campo. Essa e a consideração geral de to-

FEDERAÇÃO

No que se refere à organização, um dos assuntos que deverá causar bastante polêmica é a Federação das Mulheres - entidade criada em maio de 82, durante o I Congresso da Mulher Paraense. A época o MMCC posicionou-se contrário à criação da Federação, marcando sua posição ao retirar-se da plenária, protestando contra o encaminhamento que a mesa diretora do I Congresso estava dando às discussões.

E ainda Isa quem explica a posição adotada pelo MMCC naquele momento: "Nós do MMCC não nos organizamos em cima da bandeira da Federação. Quando foi realizado o Congresso para retirá-la, o nosso movimento já tinha um ano de existência. O movimento, qualquer que seja ele, não nasce da noite para o dia e nem se sustenta em cima de uma bandeira geral; ele se sustenta em cima de uma organização mais firme na base. Fomos contra a tirada da Federação em maio de 82 por entendermos que o movimento de mulheres não precisa base sindical para sustentar

Isa Cunha

apoiando candidatos populares, e também participando como candidatas, como no caso de Giroca, de Tomé-Açu, que por mais que não tenha sido eleita, valeu a experiência acumulada nesse trabalho, que passa pela organização do sindicato rural e do movimento de mu-

Fonte: Jornal Resistência, Belém/PA, 1983, Nº 51. p. 8

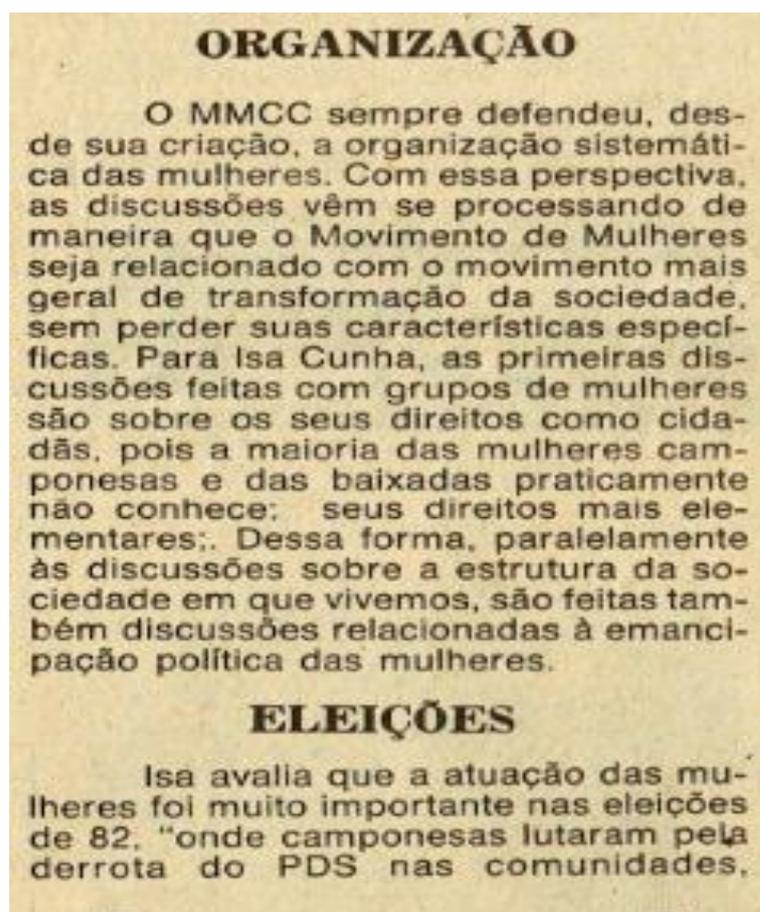
6.3.1 A organização do MMCC

Para Iza, o Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade, desde sua fundação, tinha como objetivo principal a organização sistemática das mulheres. Portanto, o movimento tinha a perspectiva de se tornar um dos mais abrangentes da sociedade, enfatizando o trabalho de conscientização das mulheres tanto do campo quanto da cidade sobre seus direitos como cidadãs, pois muitas delas desconheciam esses direitos. Nesse sentido, era importante discutir sobre a estrutura da sociedade e, ao mesmo

tempo, as políticas voltadas para as mulheres. Essa abordagem holística visava não apenas empoderar as mulheres individualmente, mas também promover mudanças sociais e políticas mais amplas em prol da igualdade de gênero e dos direitos das mulheres.

Com isso, Iza realizava avaliações conjunturais, como, por exemplo, sobre as eleições de 1982, onde observou que as mulheres camponesas desempenharam um papel importante na derrota do PDS nas comunidades. Enquanto isso, na cidade, as mulheres lutaram para eleger candidatos populares, como Giroca, que concorreu em Tomé-Açu, mesmo não sendo eleita. Na opinião de Iza, essa experiência valeu a pena, tanto no sindicato rural quanto no movimento de mulheres. Essa análise demonstra como Iza estava atenta às dinâmicas políticas locais e ao papel ativo das mulheres na transformação da sociedade, tanto no campo quanto na cidade.

Figura 46 Organização MMCC e Eleições



Fonte: Jornal Resistência, Belém/PA, 1983, Nº 51. pág. 8

Existia no Estado uma outra entidade que tinha como objetivo a organização de mulheres e se chamava Federação das Mulheres Paraenses. Ela fora criada em maio de

1982, durante o I Encontro da Mulher Paraense. Porém, para Iza esse seria um dos assuntos polêmicos do II encontro, já que na ocasião de sua criação o MMCC se posicionou contra a criação da federação, e devido esse posicionamento, retirou-se da plenária por discordar dos encaminhamentos que a mesa diretora estava dando às discussões e explica:

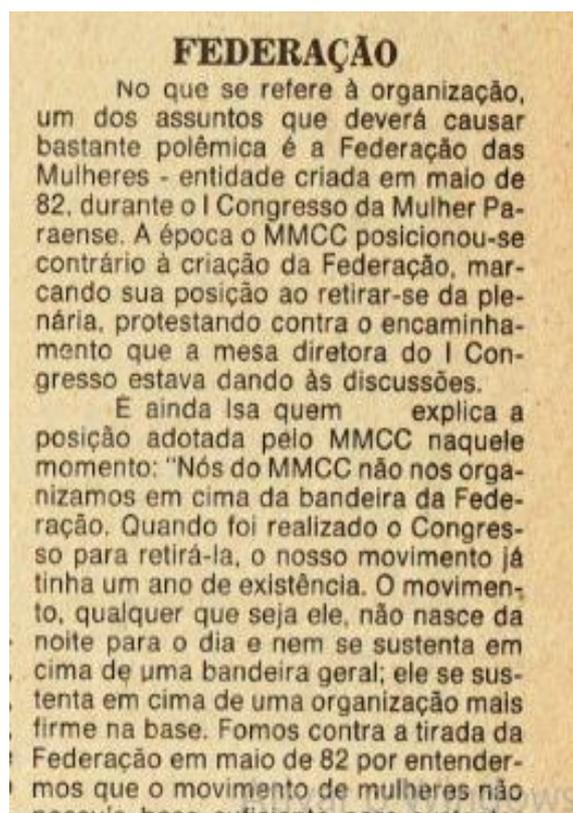
Nós do MMCC não nos organizamos em cima da bandeira da federação. Quando foi realizado o congresso para retirá-la, o nosso movimento, já tinha um ano de existência. O movimento, qualquer que seja ele, não nasce da noite pro dia e nem se sustenta em cima de uma organização mais firme na base. Fomos contra a tirada da federação em maio 82 por entendermos que o movimento de mulheres não possuía base para sustentar uma organização desse porte e isso está comprovado na medida em que até o dia de hoje nenhuma promoção foi realizada pelas companheiras da federação. Não sei se elas estavam ocupadas com outras atividades ou se a federação nasceu e ficou em maio de 82.³¹³

Nessa mesma matéria Iza comenta também para que houvesse um alinhamento da Federação com o MMCC e isso iria depender das discussões que fossem realizadas, porém, a Federação, no entanto, seria uma bandeira que deveria ser perseguida. Contudo, não seria a prioridade do II encontro, que estava contando com o apoio da Comissão dos Bairros de Belém (CBB) e de movimentos de mulheres existentes no estado. A abertura seria no dia 04 de março de 1982 às 20 horas no auditório do Colégio do Carmo, dando continuidade nos dias 05 e 06. A hospedagem estava por conta do IPAR (Instituto Pastoral Regional) e alimentação no local do evento e as inscrições custaram 150 a 300 cruzeiros.³¹⁴

³¹³ Jornal Resistência, Belém/PA, 1983, Nº 51. p. 8

³¹⁴ *Ibid.*

Figura 47 Federação MMCC



Fonte: Jornal Resistência, Belém/PA, 1983, Nº 51. p. 8

Para as mulheres do MMCC o objetivo era transformar o universo feminino e isso precisava estar associado à transformação geral da sociedade. Com isso o II encontro iria reunir delegados do campo e da cidade, estava aberto a todos os que quisessem discutir as condições de vida das mulheres, legislação trabalhista, condição feminina e organização das mulheres. Segundo o jornal Resistência, Iza fala que, sobre a condição feminina isso seria um tabu: “Sobre o item condição feminina Isa Cunha fala-nos que seria quase um tabu nas discussões com mulheres. Então para falar sobre esse assunto o professor e Deputado Estadual Romero Ximenes que faria uma palestra sobre sexualidade para os grupos do encontro”³¹⁵. O interessante no encontro de mulheres seria um homem que iria palestrar sobre sexualidade às mulheres.

³¹⁵ Jornal Resistência, Belém/PA, 1983, Nº 51. p. 8

Figura 48 O Movimento de mulheres tem que ser relacionado com o movimento geral de transformação da sociedade



Fonte: Jornal Resistência, Belém/PA, 1983, Nº 51. p. 8

6.3.2 O II Encontro

Após o II Encontro ser realizado, foi considerado um marco para o debate sobre o problema da mulher e a situação nacional. Foram três dias e contou com a participação de mais de 100 mulheres, as quais debateram sobre seus problemas, a superexploração no trabalho, a discriminação no emprego e no lar, o aborto e sexualidade feminina. No entanto criticaram uma ideia de mulher, segundo elas, seria uma pseudo mulher ou “nova mulher” que era “vendido pelos meios de comunicação de massa. A luta principal seria então a homens e mulheres pela transformação da sociedade, onde todos alcançariam seus espaços, ou seja, uma nova sociedade. Nessa ocasião também escolheram a nova diretoria do movimento de mulheres.

Figura 49 Encontro debate problema da mulher e a situação nacional



Fonte: Jornal Resistência, Belém/PA, 1983, Nº 52. p. 8

6.3.2.1 A palestrante e assunto da palestra

O II Encontro teve como discussão os problemas específicos das mulheres, e sua atuação no campo político, econômico e social. Na noite do dia 04 realizou-se a palestra da deputada estadual Maria Luíza Fontenelle, do PMDB da União das mulheres do Ceará. Ela falou sobre o Brasil ter recorrido ao Fundo Monetário Internacional e o que agravava a situação econômica trazendo impacto principalmente para o reajuste dos salários e isso sobrecarregaria as mulheres. “As mulheres estão morrendo por falta de assistência” – foram as palavras de Maria Luíza Fontenelle. Ressaltou ainda que com a crise econômica aumentavam ainda mais a discriminação e a exploração no trabalho em relação a mulher, naquela época representava metade da população brasileira. Agrava também o problema da violência sexual, pois o homem sem saber como lidar com a crise e tendo recebido toda uma carga cultural da sociedade, acabava por descarregar toda a tensão do dia a dia no corpo de sua companheira. Outra consequência da crise era o aumento da prostituição, já que a mulher se envolve nesse turbilhão de carência e desemprego e o resultado seria a venda de seu corpo para poder sobreviver. O problema então seria o sistema que só visava lucro e a exploração. Portanto, não poderiam conquistar o que queriam se não fosse em nova sociedade, já que nessa sociedade não é possível querer uma igualdade entre homens e mulheres

dentro no sistema capitalista. Segundo Fontenelle: “a luta da mulher é específica, mas deve ser inserida em uma luta maior da sociedade. A batalha da mulher, não é contra o sexo masculino, enfatizou. Mas contra o modo de vida machista e contra os homens que tentam mantê-lo”.³¹⁶

Figura 50 A Coordenação do MMCC e as bandeiras de luta



Fonte Jornal Resistência, Belém/PA, 1983, Nº 52. p. 8

6.3.2.2 Os grupos de trabalho do II Encontro

No II Encontro de Mulheres do Campo e da Cidade houve divisão em Grupos de Trabalho, para discutir temas específicos e tirarem encaminhamentos, conforme descrito a seguir:

GT 1- Condição de vida – foram enumeradas como causa do aumento do custo de vida: A desvalorização do cruzeiro, o arrocho salarial, a inflação, a política do governo para o pagamento da dívida externa e a indução dos meios de comunicação de massa exerciam sobre as pessoas, para que comprassem produtos industrializados mais caros e menos nutritivos, o que seria uma política de favorecimento do capitalismo tanto o central quanto e o periférico ocasionando um descaso ao trabalhador. Nesse grupo se discutiu também as demandas relacionadas ao campo, por exemplo, as mulheres do campo falaram sobre o alto custo da produção e baixo preço pago pelos intermediários, assim como a falta de estrutura e a motivação à migração para a cidade:

A penetração do capital desestruturado, as relações de produção; a dificuldade em educar os filhos e a expulsão dos posseiros de suas terras. Em outras o avanço do capitalismo no campo, o uso da terra como reserva

³¹⁶ Jornal Resistência, Belém/PA, 1983, Nº 52. p. 8

de valor, com os catastróficos resultados já conhecidos, pela formação dos bolsões de miséria na periferia das grandes cidades³¹⁷

Para o jornal *Resistência*, ou para os autores da matéria, constataram que havia um certo atraso político das mulheres e eles atribuem esse fato à monopolização burguesa da cultura e educação e a influência dos meios de comunicação de massa que acabam iludindo dizendo que na cidade há liberdade de emprego e melhor alimentação, para eles o campo só é bom para quem tem terra, caso contrário, a cidade seria melhor opção, pois a mulher poderia arranjar trabalho, como lavadeira, doméstica, ambulante, etc. enquanto que para as demandas da cidade viu-se que era necessário que as mulheres se organizassem em entidades, sindicatos, nos centros comunitário e se aprofundar as formas de organização. Elas deviam também lutar por escolas, creches, contra a exploração do trabalho nas fábricas, nas casas das famílias e o mais importante entender a exploração de uma classe pela outra, o que quer a luta do oprimido, seja entre homens ou mulheres³¹⁸.

GT2 – A condição feminina: nesse grupo segundo o jornal *Resistência*, foi possível verificar que a discriminação da mulher era um fenômeno da mesma natureza daquela que afetava o “índio, o negro, o toxicômano e o homossexual”³¹⁹, devido serem excluídos dos ciclos considerados normais. Viu-se que na sociedade capitalista o processo de discriminação é generalizado, já que todas as pessoas passam ser discriminadas por alguma coisa. Portanto seria necessária uma análise científica do problema, pois muitas das pessoas que estariam sofrendo não percebiam isso. “No sistema capitalista – diz o relatório apresentado pelo grupo – Todos são explorados e alienados, o homem e a mulher, mas lutar para romper a alienação que é imposta pelo sistema capitalista a ambos os sexos”³²⁰. O documento acrescenta que o homem e a mulher, desde criança teriam sido condicionados pela sociedade, nesse sentido se observava que o homem também era vítima do machismo, já que sempre há uma cobrança para que ele diminua a mulher e com isso, prover a sua masculinidade. Contudo, o grupo considerava que o trabalho do homem era valorizado devido a sua participação na produção, e com isso, havia a desvalorização do trabalho doméstico. Portanto, as mulheres chegam à conclusão de que a estrutura de dominação da família reflete a estrutura de dominação do capital e define que a discriminação contra a mulher

³¹⁷ Jornal *Resistência*, Belém/PA, 1983, Nº 52. p. 8

³¹⁸ *Ibid.*

³¹⁹ *Ibid.*

³²⁰ *Ibid.*

não seria natural e sim social e histórica, dessa feita a reprodução ideológica dominação do homem sobre a mulher, ou subordinação dela, seria o sustentáculo ideológico de uma classe sobre a outra³²¹.

GT3- Trabalho e profissionalização – Nesse grupo, o relatório apontou para o uso da mulher como objeto para garantia de seu emprego e a forma como era utilizada para venda dos mais variados produtos. Chegaram também a constatação de que nas fábricas, a mulher fazia o trabalho mais pesado, porém recebia um salário menor que dos homens. Nesse grupo ocorreu denúncias com relação as professoras de Tomé-Açu que estariam recebendo salários de cinco mil cruzeiros, e ainda o fato das operárias da castanha que quebravam cinco caixas de castanhas (5 quilos por dia) para não perderem o emprego ou o dia de trabalho, por último, a barreira, as dificuldades colocadas pelas fábricas, a contratação de mulheres grávidas, dando preferência as operadas que não podem mais ter filhos³²².

GT4 – Saúde da mulher – Nesse grupo, a discussão estava ligada as condições de vida das pessoas que recebem baixos salários, vivem em local onde o saneamento seria precário, enfrentavam problemas nos transportes públicos para ter acesso a atendimento e tinham alimentação com baixo teor proteico. Como se não bastasse, ainda havia as deficiências de atendimento à saúde e a falta de informação a estas pessoas para que possam reivindicar seus direitos³²³.

No domingo daquele encontro, discutiu-se a atuação das mulheres no movimento sindical, estudantil, nos clubes de mães e nas associações de bairros e naquela oportunidade também foi tirada a coordenação do MMCC. Durante o encontro, tudo que havia sido discutido naqueles dias, chegou-se à seguinte conclusão: de que a mulher não poderia superestimar o espaço conquistado até aquele momento. Pois havia um longo caminho para ser percorrido, até que seja percebida, mas não como acessório ou suplemento do homem e nem como aquela que deve refletir a imagem da perfeição como esposa, amante e mãe. Por conta disso o grupo achava que a mulher ainda precisava lutar e muito, para que pudesse ter o devido respeito como ser pensante, ou seja, que não seria maior ou menor que homem nos diversos setores da vida, e deveria

³²¹ Jornal Resistência, Belém/PA, 1983, Nº 52. p. 8

³²² *Ibid.*

³²³ *Ibid.*

quebrar as barreiras da alienação somando as forças com seus companheiros e companheiras que já tinham uma percepção diferente da realidade. Com isso não se deixar iludir com a pseudo “Nova Mulher” que se vendia através dos meios de comunicação de massa, assim, se organizar e batalhar cotidianamente por uma sociedade sem classe, sem opressores e sem oprimidos, dessa forma, ser chamada de fato de uma nova mulher.³²⁴

No II Encontro de mulheres do Campo e da Cidade, realizou-se a escolha de uma coordenação do movimento que ficou formada por Izabel Cunha, Maria da Glória Campos da Silva, Ana Virginia Galiza, Ana Manesqui, Reuzinha Pereira da Silva (Giroca) e Raimunda Nilma. Segundo a matéria do jornal em discussão a opinião de Iza sobre o encontro foi a seguinte:

Na opinião de Isabel Cunha o encontro marcou um passo qualitativo em relação ao realizado no ano passado. Nele conseguiu-se marcar o congresso do MMCC, que acontecerá no ano que vem, além de terem sido discutidas amplamente várias questões não debatidas no ano anterior.³²⁵

A estrutura do MMCC ficou dessa forma: Uma tesouraria, secretaria, mais seis comissões – de divulgação e imprensa, arte e cultura, saúde e sexualidade, pesquisa e debate para assuntos sindicais e assessoramento jurídico. Existiam também as bandeiras de lutas tiradas pelo movimento – a constituição de creches; o cumprimento da lei, que reduzia em uma hora a jornada de trabalho da mulher para o aleitamento materno para os seis primeiros meses de vida da criança; a equiparação salarial entre homens e mulheres; o direito de exercer qualquer profissão; o engajamento da mulher nos vários movimentos políticos, econômicos e sociais; e a luta por um sindicalismo autêntico e livre.

Nesse mesmo encontro o MMCC teve como proposta de organização a criação de uma comissão para periódicos, uma comissão para entregar ao governador eleito, Jader Barbalho, as conclusões do encontro, a promoção de cursos e encontros nos bairros da capital, e no campo; e também o encaminhamento de uma campanha de sindicalismo, o incentivo e assessoramento ao movimento das empregadas domésticas, na criação do seu sindicato, e a organização de um arquivo sobre problemas da mulher, para posterior formação de um centro de documentação.

³²⁴ Jornal Resistência, Belém/PA, 1983, Nº 52. p. 8

³²⁵ *Ibid.*

6.3.3 I Congresso do Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade

No I primeiro congresso do Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade, a manchete do jornal Resistência aparece de forma bem generalizada, com a seguinte chamada: ‘As mulheres na luta pela classe trabalhadora’. Isso significa que no primeiro plano elas ainda não apresentavam uma manchete com temas exclusivos do universo feminino, colocando a discriminação da mulher como resultado do sistema capitalista, cujo o objetivo seria: ‘a sociedade capitalista interessa transformar a mulher em mão-de-obra barata, assim como colocá-la, enquanto ser frágil, submisso...’³²⁶, ou seja, a discriminação seria um fato concreto, pois seria resultante da estrutura social que oprime e explora os trabalhadores e trabalhadoras.

Portanto, seria interesse do capitalismo fazer a dupla exploração da mulher transformando-a em mão de obra barata, com isso, além da fragilidade e submissão, colocá-la com a função apenas de reproduzir e cuidar da espécie humana e dessa forma, a impedia de participar da vida política, econômica e social do país. Na visão das mulheres do MMCC isso pode ser constatado em Oeiras da Pará, dado que, as mulheres não poderiam se sindicalizar e participar efetivamente das decisões tomadas no sindicato, pois elas eram vistas como dependentes dos maridos. Esse fato levou as mulheres a iniciarem uma discussão sobre a necessidade de uma organização mais específica e que desenvolvessem a luta juntas, já que no campo elas possuíam as mesmas tarefas que os maridos.

Ainda assim em Tomé-Açu também no Pará se consegue dar um grande passo, quando surge a necessidade de organizar o movimento a nível estadual e para isso esse fato teve a participação de algumas pessoas como: Pedro Paulo (CPT), Gatão (CUT), Cabo (Tomé-Açu), Humberto Cunha (Vereador), Osvaldo Matos, Benezinho e outros.

Na matéria em questão é feito um histórico do movimento de mulheres. Dessa forma, em 1981 foi realizado o I Encontro Estadual do Movimento de Mulheres, esse evento contou com a participação das mulheres do campo e da cidade e teve como principal discussão, a discriminação, o trabalho da mulher e a conjuntura. Nessa mesma ocasião se consolidou o Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade. Em 1982, foi a realização do I Congresso de Mulheres no Pará, nesse evento foi defendido a ideia de

³²⁶ Jornal Resistência, Belém/PA, fevereiro, 1985, Ano VII, Nº 65. p. 3

uma federação de mulheres no Estado Pará. A qual foi combatida pelo grupo que defendia a organização do MMCC, o argumento era que o movimento não havia adquirido forças suficientes, para justificar a criação de uma entidade geral. Desse modo o grupo que compunha o MMCC retirou-se do congresso, e não reconheceu a Federação. Com isso, foram criados grupos de mulheres nos bairros e municípios, com o objetivo de discutir detalhadamente a organização da mulher, sendo que nada adiantaria uma entidade estadual sem a participação efetiva das mulheres.

Diante dessa conjuntura em 1983 ocorreu a realização do II Encontro de Mulheres do Campo e da Cidade, no qual 160 mulheres tanto do Campo quanto da Cidade, participaram do encontro e através das discussões chegaram a uma estrutura para o movimento, estrutura esta que não funcionou, pois ela era muito avançada para o movimento. Com isso houve o esvaziamento do movimento e poucas eram as mulheres que trabalhavam pelo MMCC, reduzindo o movimento a assinatura de notas e ao preparo do dia 08 de março. Na cidade poucos bairros possuíam grupos de mulheres, porém não havia uma relação com o MMCC, contudo no campo era desenvolvido um trabalho mais constante. Enquanto isso o movimento popular se preparava para o III Congresso da Comissão dos Bairros de Belém (CBB).

Por conseguinte, o congresso da CBB deu uma nova vida ao MMCC, entretanto, existia uma grande polêmica em torno da proposta colocada pelo movimento popular, no caso a CBB, que se criasse uma secretaria de lutas femininas, porém essa proposta foi refutada pelo MMCC no congresso, por entender que o movimento de mulheres deveria ter autonomia e sua especificidade deveria ser respeitada. Todavia o evento da CBB contribuiu para rearticulação do movimento. Após essas discussões o MMCC realizava a primeira plenária, no dia 16 de setembro de 1984 e nessa ocasião mulheres do campo e de diversos bairros de Belém participaram. Foi nesse momento também que se deliberou o I Congresso de Mulheres do Campo e da Cidade, a data ficou para o dia 15 de março de 1985 e o local, o ginásio da UFPA, retirou-se uma comissão de trabalho para a realização dele. A partir de então o movimento continuou com sucessivas plenárias na faculdade de odontologia sempre com uma expressiva participação e consolidação de grupo de mulheres em vários bairros, e os debates não aconteciam somente em torno do congresso, mas em torno principalmente sobre a condição de vida da mulher.

As Mulheres [companheiras] do campo também avançavam na discussão com relação ao congresso. O I Congresso de Mulheres do Campo e da Cidade, teve como tema: “O papel da mulher na luta pela libertação da classe trabalhadora”, existiriam também os subtemas como: a conjuntura nacional, a sexualidade, a reforma agrária, a discriminação da mulher e outros. Dessa forma em um curto espaço de tempo o movimento cresceu e surgiu a necessidade de terem um espaço próprio de discussão e assim, surgem novos grupos de mulheres. O MMCC possuía uma coordenação provisória e era preciso definir o caráter do movimento e sua estrutura para representar de forma coerente a realidade do MMCC, pois ele começava a se expandir. Esse congresso deveria ser bastante representativo, com objetivo de definir o plano de lutas para as mulheres que seriam encaminhadas a nível estadual. A pretensão era que ela fosse um marco fundamental para o avanço da organização das mulheres no Pará. Era importante então a participação efetiva das mulheres na preparação do congresso. Pois “a mulher deveria buscar suas formas de organização, não para se sobrepor ao homem, mas para que junto a ele transforme a estrutura social em que vivemos”³²⁷. E a matéria do jornal em discussão segue dizendo:

Chegará um dia que teu filho será esperado e amado pela sociedade, com a ternura que hoje a vida que tu levas, muitas vezes impede de dar. Então, a criação desse novo homem não será um fardo para ti, mas tarefa de homens e mulheres solidários na construção de uma nova vida. Tua vida não será em vão³²⁸.

³²⁷ Jornal Resistência, Belém/PA, fevereiro, 1985, Ano VII, Nº 65. p. 3

³²⁸ *Ibid.*

Figura 51 As mulheres na luta pela libertação das classes trabalhadoras



Fonte: Jornal Resistência, Belém/PA, Fevereiro, 1985, Ano VII, Nº 65. p. 3

O ano era 1985 e a discussão sobre a violência contra a mulher, muitas delas são motivo de manchetes policiais de jornais da cidade. Ele começa com as chamadas ‘apalpou e depois esfaqueou a mulher’; ‘Pai espancou filha gestante no 7º mês’, ‘Cunhados decidem a faca quem é o mais macho’. ‘Retalhada pelo amante, teve os braços amputados’³²⁹. Não fica claro se esse texto é de Iza, porém a debate era o mesmo que se fazia pelo MMCC, a crítica observa que a questão da violência sobre a mulher não era tema abordado pela imprensa marrom e a sociedade também não dava atenção, e se fazia necessário atentar para esses fatos de forma política e social, pois esse problema já era antigo e se não tratassem como deveria podiam perder a dimensão dele.

Era preciso então buscar a raiz do problema, se não qualquer solução seria paliativa, pois a mulher era duplamente explorada no interior da sociedade dividida em classes, isto é, ela era explorada simplesmente por ser mulher, o texto também faz a seguinte colocação: “Essa condição basta? Não. Ela é explorada porque deve reproduzir uma mão de obra necessária ao exército de reserva, é explorada também porque é uma mão de obra mais barata ao processo produtivo capitalista”³³⁰. O debate sobre a dupla exploração sempre está presente, ele é colocado para que se entre em processo de reflexão sobre a condição da mulher na sociedade, pois nessa época se convencionou dizer que a mulher era “sexo frágil”, por isso defendem que:

³²⁹ Jornal Resistência, Belém/PA, janeiro/fevereiro, 1986, Ano VII, Órgão Oficial da SPDDH. p. 4

³³⁰ *Ibid.*

Dizem que a mulher é ‘‘sexo frágil ... ‘e que no sexo frágil’ não se bate nem mesmo com uma flor. Isso é que a gente pode chamar de justificativa para tamanhas discriminações, que se impõem na sustentação dos valores morais da sociedade patriarcal contemporânea, na qual o machismo do Latino-americano ‘dar razão’ as violências e aos crimes, todas as vezes que o homem (macho) for ferido ou subjugado pela companheira, esposa namorada, mãe ou amiga. Não importa a condição³³¹.

Discutiam também a questão da violência contra a mulher como uma problemática profundamente enraizada nas estruturas sociais, atravessando diferentes sistemas econômicos e políticos. Seu questionamento sobre se o homem que comete violência contra a mulher seria, portanto, considerado um "ser humano" reflete uma análise moral e ética, questionando o que significa ser humano em termos de respeito, empatia e igualdade.

Nesse contexto histórico e no contemporâneo, muitas mulheres enfrentam não apenas a violência física, mas também a violência psicológica, institucional e social. Com isso o medo de novas investidas e o julgamento social contribuem para o silenciamento das mulheres, que muitas vezes preferem não denunciar ou compartilhar suas vivências, temendo represálias ou desconfiança, inclusive das próprias autoridades.

Para que a emancipação feminina ocorra plenamente, se fazia e se faz necessário que toda a sociedade passe por uma transformação estrutural e radical. Pois as teorias feministas já há muito argumentam que a opressão das mulheres não é exclusiva do capitalismo, sendo também observada em sociedades de matriz socialista, e elas problematizavam essa questão. Embora o socialismo, em teoria, busque a igualdade econômica e social, na prática, preconceitos de gênero muitas vezes persistem.

Essa crítica reforça que a luta pela emancipação das mulheres precisa ir além das transformações econômicas e atingir as esferas culturais, políticas e sociais, desmantelando os sistemas de poder patriarcais que perpetuam essas desigualdades. Para tanto seria necessário:

Será preciso a garra feminina (sem ser pejorativo) para conduzir a revolução cultural, concomitante a revolução social. Porém pôr-se à espera da revolução é torna-se ‘Carolina’, que espera o tempo passar na janela, e isso as mulheres com certeza não querem ser, pois entendem que a caminhada que no aqui e agora é tão importante quanto as já foram dadas até hoje³³².

³³¹ Jornal Resistência, Belém/PA, janeiro/fevereiro, 1986, Ano VII, Órgão Oficial da SPDDH. p. 4

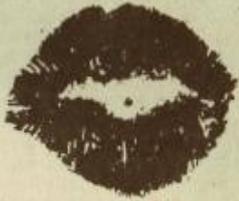
³³² *Ibid.*

Na conclusão da matéria aparece a importância da militância feminina dentro das organizações específicas e ou entidades de sua categoria, como forma de reivindicar melhoria dentro da estrutura social em que viviam com igualdade social de condições³³³.

Figura 52 Mulher: Há que refletir sobre a violência

MULHER:

Há que refletir sobre a violência



“APALPOU E DEPOIS ESFAQUEOU A MULHER”. “PAI ESPANCAOU FILHA GESTANTE NO 7o. MÊS”. “CUNHADOS DECIDEM A FAÇA QUEM É MAIS MACHO”. “RETALHADA PELO AMANTE, TEVE OS BRAÇOS AMPUTADOS”. Entre outras, estas foram manchetes das páginas policiais dos jornais de nossa cidade ao longo do ano de 1985, referente a violência sobre a mulher.

Na verdade, a questão da violência sobre a mulher não foi abordada nem pela imprensa marrom e muito menos pela sociedade com a devida atenção. E isto não deixou de ocorrer somente no ano de 1985, não, pois a situação caótica já se tornou tão velha, que se não atentarmos ao fato do ponto de vista política e social, nós estamos arriscados a perder a dimensão do mesmo.

O problema é claro: não se busca a raiz; logo, qualquer solução será, quando muito, paliativa. Afinal, a mulher é duplamente explorada no interior de uma sociedade dividida em classes, como é o caso da nossa. Ela é explorada por ser mulher. Simplesmente. Essa condição basta? Não. Ela é explorada porque deve reproduzir uma mão de obra necessária ao exército de reserva, é explorada também porque é uma mão de obra mais barata ao processo produtivo capitalista.

“Dizem que mulher é um sexo frágil...” e que no “sexo frágil não se bate nem mesmo com uma flor”. Isso é o que a gente pode chamar de justificativa para tamanhas discriminações, que se im-

põem na sustentação dos valores morais da sociedade patriarcal contemporânea, na qual o machismo do latino-americano “dar razão” às violências e aos crimes, todas as vezes em que um homem (macho) for ferido ou subjugados pela companheira, esposa, namorada, mãe ou amiga. Não importa a condição.

“E quando fustigadas não choram...” equando violentadas ou agredidas pelo homem (se é que se pode chamar de ser humanos aos animais pretensamente racionais que se põem a espancar outros seres humanos), algumas mulheres preferem confidenciar a si próprias o problema, pois temem novas investidas, ou mesmo porque temem os comentários da vizinhança ou ainda dos guardas e demais funcionários das Delegacias.

A estrutura de toda a sociedade necessita ser transformada radicalmente, a fim de que passos decisivos venham a ser dados na luta histórica pela emancipação da mulher, pois não é errado afirmar que mesmo no socialismo os preconceitos não estarão definitivamente acabados. Será preciso a garra feminina (sem ser perjorativo) para conduzir a revolução cultural, concomitantemente a revolução social. Porém, por-se a espera da revolução é tornar-se “Carolina”, que espera o tempo passar na janela, e isso as mulheres com certeza não querem ser, pois entendem que a caminhada no aqui e agora é tão importante quanto as que já foram dadas até hoje. E por isso vai a luta, militando em suas organizações específicas e/ou em entidades de sua categoria, reivindicando melhorias dentro da estrutura social em que vivemos, sendo a igualdade social de condições a principal destas.

Fonte: Jornal Resistência, Belém/PA, Janeiro/Fevereiro, 1986, Ano VII, Órgão Oficial da SPDDH. p. 4

³³³ Jornal Resistência, Belém/PA, janeiro/fevereiro, 1986, Ano VII, Órgão Oficial da SPDDH. p. 4

6.3.4 A entrevista de Iza à Maria Luíza Fontenelle e esperança das mulheres na política

Uma força que alertava a todas as mulheres e aos movimentos populares, se tratava da vitória da socióloga Maria Luíza Fontenelle à prefeitura Fortaleza pelo Partido dos Trabalhadores (PT), com apenas 43 anos, ela já tinha uma trajetória política importante desde 1978, como Deputada Estadual. E dessa vez ela concorreu a um cargo executivo e venceu seu adversário, o Deputado Federal, Paes de Andrade do Partido Democrático do Brasil (PMDB). Fontenelle era uma representante dos movimentos populares e em especial das mulheres, combatendo e denunciando a exploração a que são submetidos os trabalhadores. Com a vitória ela vencia o coronelismo, Fortaleza era a única capital conquistada por um partido como o PT³³⁴.

³³⁴ Jornal Resistência, Belém/PA, janeiro/fevereiro, 1986, Ano VII, Órgão Oficial da SPDDH. p. 9

Figura 53 Uma força que nos alerta!

Uma força que nos alerta!

Filha de agricultores, ser-taneja de Queixada — Ceará, onde cursou seus estudos básicos no Colégio de Freiras Sagrado Coração, a (hoje) Socióloga Maria Luíza Fontenele, bonita mulher, de 43 anos de idade, Deputada Estadual desde 1978, talvez não pudesse imaginar que sua trajetória política em defesa dos oprimidos um dia a conduziria à Prefeitura da 5ª. cidade do País.

159.846 votos foram o suficiente para a candidata do PT, Partido dos Trabalhadores, derrotar o seu principal adversário, o Deputado Federal Paes de Andrade (PMDB) apontado nas pesquisas como favorito, que atingiu 148.437 votos.

Maria Luíza sempre teve sua vida dedicada aos movimentos populares e, em função destes, utilizou seus mandatos como parlamentar, combatendo e denunciando a exploração a que são submetidos os trabalhadores.

A vitória do PT de Maria Luíza chamou a atenção do conjunto da sociedade brasileira. Afinal, além do Coronelismo (leia-se Virgílio Távora, Araújo Bezerra e César Cals), até o machismo, que, juntando-se aquela, são duas arcaicas formas de dominação, foi derrotado pela democracia popular. Somando-se a isso, note-se o fato de que Fortaleza é a única capital conquistada por um Partido como o PT, autêntica e declarada oposição a "Nova República". Esteve contra o Colégio Eleitoral até o último instante, não compactuando com o espúrio acordo que elegeu Tancredo/Sarney, optando por continuar a luta pelas diretas já. Manteve-se intrasigentemente contra o "pacto-social" anunciado pelo governo. Mantém-se contra a proposta de Constituinte do Governo e anuncia a retomada da campanha pelas Diretas já, agora em 1986. Apoio a CUT, Central Única dos Trabalhadores, outra ferrenha defensora dos trabalhadores contra a burguesia e seus projetos.

A organização do PT para conquistar a Prefeitura de Fortaleza chegou a ser considerada pela imprensa do sul como um "trabalho de formiguinha". Isto porque milhares de jovens, senhoras, trabalhadores e artistas praticamente invadiram as ruas da capital cearense ao longo da campanha eleitoral e no dia 15.11.85 o PT esteve presente em todos os locais de votação (6 zonas; 1813 urnas), surpreendendo o PMDB, o PFL e o PDS.

A vitória era certa. Como o resultado final, cerca de 50 mil pessoas foram às ruas comemorar a vitória, fato esse mostrado inclusive pelas telas da tendenciosa rede Globo de Televisão.

E não haverá mais quem ouse fazer avaliação política neste país sem antes levar em consideração o poder e a organização do povo.

O PT mostrou em Fortaleza uma força até então inacreditável. E hoje é uma ameaça não só para o coronelismo cearense, mas sim para a dominação burguesa da transição conservadora.

Fonte: Jornal Resistência, Belém/PA, Janeiro/Fevereiro, 1986, Ano VII, Órgão Oficial da SPDDH.

Iza Cunha era amiga de Maria Luíza Fontenelle, a prefeita eleita de Fortaleza, e na programação de sua posse, Iza estava presente como presidente da SDDH e conversou com Fontenelle, conforme registro:

Iza Cunha: Como explicar tão estrondosa vitória?

Maria Luíza: bem, foram vários fatores... mas citarei os dois mais importantes: primeiro, a grande experiência de luta que vem desde o tempo da anistia, passando pela luta das mulheres e de apoio a luta dos trabalhadores, aluta pela defesa do meio ambiente e a luta pela defesa do meio ambiente e a luta contra a violência de um modo geral; segundo, o descrédito em relação a 'Nova república', as péssimas condições de vida do povo e o fato de que campanha do PT foi colada na luta dos trabalhadores, nas greves, etc.

Iza Cunha: Qual a importância de sua vitória para o movimento operário e popular?

Maria Luiza: o fato de que se inaugura uma nova administração... administração que vai realizar uma ruptura com a corrupção, com a dominação da iniciativa privada sobre a administração pública. A administração que vai garantir a ampla participação popular. Administração que tem a certeza de que todos os esforços serão feitos no sentido de garantir as melhores condições de vida à população de Fortaleza.

Iza Cunha: Como governar com conselhos populares?

Maria Luiza: é bem melhor, porque os conselhos populares serão uma forma de organização, na qual a população, através de seus representantes, exerce uma forma de pressão na administração. Além do mais, os problemas que afluem através dos conselhos populares podem extrapolar nas lutas pela constituinte, Eleições Diretas etc.

Iza Cunha: As mulheres e a juventude vibraram com sua vitória. Isso se deve a que?

Maria Luiza: em termos de mulheres, vejo uma afirmação concreta da força e competência da mulher. Apesar das amplas conquistas femininas, estas tem sido limitada àquelas nas esferas de decisão. Já em relação a juventude, a proposta de uma ruptura com o velho e uma perspectiva do novo, seja através de projetos de cultura, participação ampla nos conselhos populares ou criando alternativas³³⁵.

A conversa entre Iza Cunha e Maria Luíza Fontenelle revela aspectos importantes sobre a vitória eleitoral desta última como prefeita de Fortaleza. Pois, Maria Luíza atribui sua vitória a uma trajetória marcada pela luta desde a época da anistia, passando pelo movimento das mulheres e pelo apoio aos trabalhadores, além do engajamento na defesa do meio ambiente e na luta contra a violência. Esses elementos foram fundamentais para conquistar o apoio popular, demonstrando uma conexão direta com os anseios e as demandas da população. A candidatura dela se beneficiou do descrédito em relação à Nova República e das péssimas condições de vida da população, sendo associada à luta dos trabalhadores e às greves, o que fortaleceu sua campanha junto aos eleitores descontentes com o status quo.

A posse de Maria Luíza representou uma ruptura com a corrupção e a dominação da iniciativa privada sobre a administração pública. Ela promete uma administração comprometida com a ampla participação popular e o melhoramento das condições de vida da população de Fortaleza. Ela destaca que governar com conselhos populares proporciona uma forma de organização que permite à população exercer pressão sobre a administração. Esses conselhos também podem influenciar debates como a Constituinte e as Eleições Diretas, ampliando a participação cidadã nas decisões políticas locais.

³³⁵ Jornal Resistência, Belém/PA, janeiro/fevereiro, 1986, Ano VII, Órgão Oficial da SPDDH. p. 9

A vitória de Maria Luíza foi comemorada pelas mulheres como uma afirmação da força e competência feminina, apesar das limitações históricas nas esferas de decisão. Para a juventude, sua eleição representa a perspectiva de ruptura com o antigo regime político, oferecendo novas possibilidades através de projetos culturais, participação nos conselhos populares e criação de alternativas para o futuro. Sua vitória foi percebida como um marco significativo não apenas para Fortaleza, mas também para os movimentos sociais e políticos que buscavam mudanças profundas e uma maior inclusão na gestão pública.

Figura 54 Um tempo para entrevista



Um tempo para entrevista.

Em meio ao corre-corre de programação de posse, Maria Luiza Fontenele conversou um pouco com Iza Cunha (Presidente da SPDDH), que estava em Fortaleza para participar da festa popular.

IZA CUNHA: como explicar tão estrondosa vitória?

MARIA LUIZA: Bem, foram vários fatores. . . Mas citarei os dois mais importantes: Primeiro, a grande experiência de luta que vem desde o tempo da anistia, passando pela luta das mulheres e de apoio a luta dos trabalhadores, a luta pela defesa do meio ambiente e a luta contra a violência de um modo geral; Segundo, o descrédito em relação a "Nova República", as péssimas condições de vida do povo e o fato de que a campanha do PT foi colada na luta dos trabalhadores, nas greves, etc.

IZA CUNHA: Qual a importância de sua vitória para o movimento operário e popular?

MARIA LUIZA: O fato de que se inaugura uma nova Administração. . . Administração que vai realizar uma ruptura com a corrupção, com a dominação da iniciativa privada sobre a Administração Pública. Administração que vai garantir a ampla participação popular. Administração que tem a certeza de que todos os esforços serão feitos no sentido de garantir as melhores condições de vida à população de Fortaleza.

IZA CUNHA: Como governar com Conselhos Populares?

MARIA LUIZA: É bem melhor, porque os Conselhos Populares serão uma forma de organização, na qual a população, através de seus representantes, exerce uma forma de pressão na Administração. Além do mais, os problemas que afluem através dos Conselhos Populares podem extrapolar nas lutas pela Constituinte, Eleições Diretas, etc.

IZA CUNHA: As mulheres e a juventude vibraram com sua vitória. Isso se deve a que?

MARIA LUIZA: Em termos de mulheres, vejo uma afirmação concreta da força e competência da mulher. Apesar das amplas conquistas femininas, estas tem sido limitadas àquelas nas esferas de decisão. Já em relação a juventude, a proposta de uma ruptura com o velho e uma perspectiva do novo, seja através de projetos de cultura, participação ampla nos Conselhos Populares ou criando outras alternativas...

Maria Luiza

Fonte: Jornal Resistência, Belém/PA, Janeiro/Fevereiro, 1986, Ano VII, Órgão Oficial da SPDDH. p.

Nessa parte do jornal é possível ver a atuação de Iza Cunha e o MMCC fora do eixo de Belém e as demandas femininas e seu engajamento em diversas lutas, no Pará e no Brasil. Em São Geraldo do Araguaia, em 07 de setembro de 1989 acontecia o encontro de trabalhadoras rurais, entre os temas do encontro estavam – “A Mulher e a constituição, Mulher saúde e sexualidade e a questão ecológica”. Nesse evento houve uma boa participação das mulheres. Outro evento que ocorreu nesse mesmo período foi o 10º Encontro Nacional que aconteceu em Bertioxa, São Paulo em 14 a 17 de setembro, o evento reuniu mulheres de todo o Brasil, os principais temas discutidos foram: aborto, saúde da mulher a sociedade e outros³³⁶.

Em Parauapebas no Pará era a vez das mulheres sindicalistas realizarem o seu primeiro encontro, os temas discutidos foram: “A participação da mulher na sociedade” e “A questão sindical”. Iza em nome do MMCC expôs o primeiro tema e Atanagildo Matos, o gatão, da FETAGRI, o segundo. O encontro era patrocinado pelo MMCC e o sindicato dos trabalhadores de Parauapebas. Duzentas pessoas participaram do evento aproximadamente, ele representava mais um espaço para as mulheres lutarem contra o machismo da sociedade, por terras para plantar e melhores condições de saúde, moradia, educação e tantas outras reivindicações do povo trabalhador do Brasil.

Porém, esses objetivos só seriam possíveis de atingir através de uma luta conjunta de mulheres e homens dos setores oprimidos da sociedade e com isso, aumentar a participação popular na política do país. Mulheres sindicalistas de outros lugares do estado também estavam presente nesse evento, foi possível registrar os seguintes municípios: São João do Araguaia, Jacundá, Marabá, Rondon do Pará, Eldorado, Itupiranga e Tucuruí. Naquela oportunidade decidiram fazer uma reunião anual e o II encontro ficou marcado para Marabá no ano de 1990³³⁷. Deixaram também uma lista de lutas aprovadas, conforme a seguir:

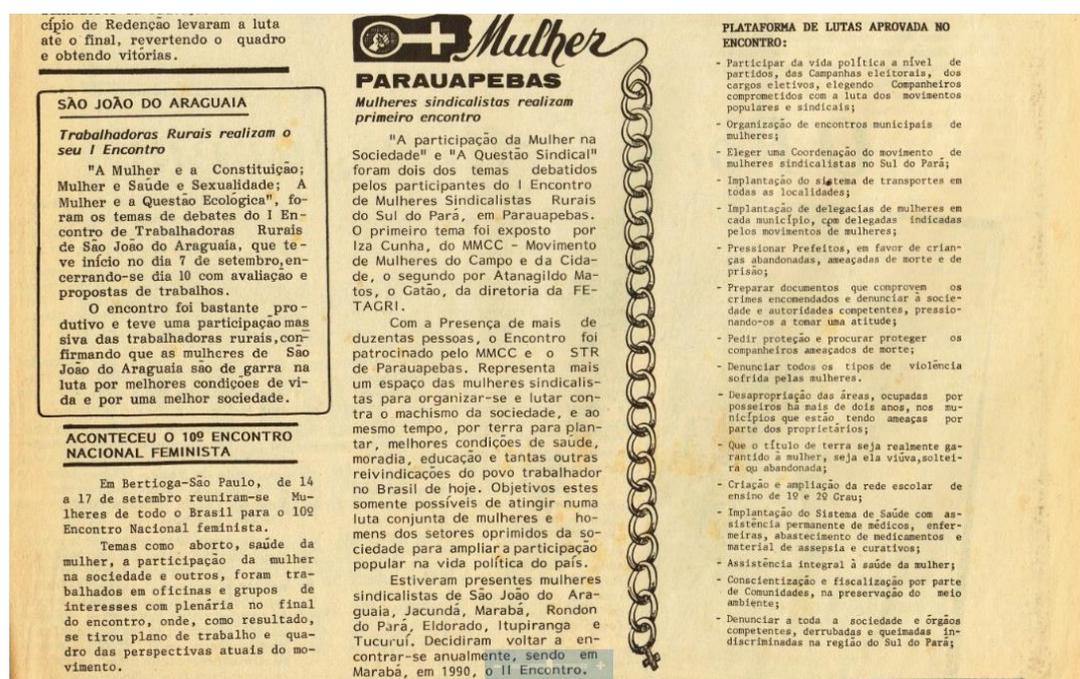
- Participar da via política a nível de partidos, das campanhas eleitorais, dos cargos eletivos, elegendo companheiras comprometidas com a luta dos movimentos populares e sindicais
- Organizar encontro municipais de mulheres
- Eleger uma coordenação do movimento de mulheres sindicalistas do sul do Pará
- Implantação do sistema de transporte em todas as localidades

³³⁶ Jornal Resistência, Belém/PA, novembro/dezembro, 1989, Ano XI, Nº 80. p. 7

³³⁷ *Ibid.*

- Implantação de delegacias de mulheres em cada município, com delegadas indicadas por mulheres
- Pressionar prefeitos, em favor de crianças abandonadas, ameaçadas de morte e de prisão
- Preparar documentos que comprovam os crimes encomendados e denunciar à sociedade e autoridades competentes, pressionando-os a tomar uma atitude
- Pedir proteção e procurar proteger as companheiras ameaçadas de morte
- Denunciar todo tipo de violência sofrida pelas mulheres
- Desapropriação das áreas, ocupadas por posseiros há mais de dois anos, nos municípios que estão tendo ameaças por parte dos proprietários
- Que o título da terra seja garantido realmente à mulher, seja ela viúva, solteira ou abandonada
- Criação e ampliação da rede escolar de ensino de 1º e 2º
- Implantação do sistema de saúde com assistência permanente de médicos, enfermeiras, abastecimento de medicamentos e material de assepsia e curativos
- Assistência integral a saúde da mulher
- Conscientização e fiscalização por parte da comunidade, na preservação do meio ambiente
- Denunciar a toda a sociedade e órgãos competentes, derrubadas e queimadas indiscriminadas na região do sul do Pará³³⁸

Figura 55 Mulher Parauapebas



Fonte: Jornal Resistência, Belém/PA, Novembro/Dezembro, 1989, Ano XI, Nº 80. p. 7

6.4 As mulheres e a nova Lei Orgânica do Município de Belém

Ao ser promulgada a nova Lei Orgânica do Município de Belém no ano de 1982, o MMCC chama essa Lei de Machista, e publica a seguinte manchete: “Lei Orgânica de Belém: mulheres de fora”. Dessa forma cabia aos movimentos proporem emendas que contemplassem as mulheres. Pois, na visão desse grupo o município de Belém havia dedicado apenas quatro artigos às mulheres e estes seriam vazios e subjetivos,

³³⁸ Jornal Resistência, Belém/PA, novembro/dezembro, 1989, Ano XI, Nº 80. p. 7

além disso a nova lei não criava e nem apontava mecanismos de operacionalização com relação as obrigações e deveres do município com as mulheres de Belém.

O artigo 241 versa sobre a imagem da mulher, bem como seu direito e obrigações iguais aos homens. O artigo 242 se refere a discriminação em relação ao papel social da mulher e garantia a elas educação não diferenciada. No 243 o município teria que promover orientação à mulher na defesa de seus direitos. Já no 244 o município iria auxiliar o Estado e a união na criação e manutenção de delegacias especializadas no atendimento à mulher e criaria albergues para mulheres ameaçadas.

Artigo 241 – Diz que “É dever do município garantir, perante a sociedade, a imagem social da mulher como trabalhadora, mãe e cidadã, em plena igualdade de direitos e obrigações com o homem”

Art. 242 – O município não permitirá a discriminação em relação ao papel social da mulher e garantirá educação não diferenciada na preparação de seus agentes educacionais, seja no comportamento pedagógico ou no material didático

Art. 243 – “O Município promoverá orientação à mulher na defesa de seus direitos

Art. 244 – “O município auxiliará o Estado e a união na criação e manutenção das delegacias especializadas no atendimento à mulher, criará e manterá albergues para mulheres ameaçadas³³⁹.

A crítica segue fazendo uma comparação entre a Constituição Federal de 1988 e Constituição Estadual. Isso porque no artigo 244 cap. VI da Mulher, que trata a Lei Orgânica do Município de Belém, falharia no apoio legal a mulher, pois quando as mulheres procuram a delegacia da mulher elas se encontravam em situação de violência concreta e não apenas de ameaça, ou seja, já haviam sido violentadas e espancadas. Portanto, elas precisavam de albergue que era bandeira de luta do movimento, e ainda, de médicos, psicólogos e um programa de reeducação de homens e mulheres e uma luta feroz contra o machismo, já que essas demandas não foram na lei orgânica municipal, com isso essa não repetia e nem se aproximava da Constituição Federal e nem da estadual que abrangia os direitos trabalhistas e maternais da mulher. A observação era que a lei orgânica de Belém não se aproximava da Estadual, pois esta seria mais abrangente com as questões que envolviam as mulheres, de acordo com:

Art. 229/III – Instituir e manter o conselho específico para o assunto da mulher, com participação de representantes do poder público e majoritariamente da sociedade civil, estes indicados pelas entidades de defesa da mulher, com participação ampla e democrática sem discriminação de qualquer natureza na forma da lei;

³³⁹ Jornal Resistência, Belém/PA, maio/junho, 1990, Ano XI, Nº 82.

IV-Garantir o acesso gratuito aos métodos contraceptivos, naturais ou artificiais, nos serviços públicos de saúde orientando quanto ao uso, indicações e contraindicações, vantagens e desvantagens, para que o casal, em particular mulher, possa ter condições de escolher com maior segurança o que lhe for mais adequado;

V- No cumprimento das funções essenciais à justiça, criar um centro de atendimento para assistência, apoio orientação jurídica à mulher, no que tange à mulher no que tange às suas questões específicas;

Art. 301- Às presidiárias, serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação, devendo o estabelecimento prisional ter uma creche contínua, atendida por pessoal especializado, para menores de 6 (seis) anos, garantindo o acompanhamento da mãe³⁴⁰.

Devido os artigos apresentados por vereadores como Socorro Gomes, José Carlos, etc., foram rejeitados, embora fossem bandeiras bem antigas e importantes às mulheres. Outras reclamações eram feitas, pois o município de Belém as empresas públicas e privadas exigiam atestados que comprovassem a ausência de gravidez ou a laqueadura as que tentavam entrar no mercado de trabalho. Com isso as militantes do MMCC reivindicavam em forma de crítica que era de responsabilidade do município oferecer as condições necessárias ao acesso gratuito aos métodos anticoncepcionais, esclarecendo as indicações e contraindicações que levassem em consideração a escolha adequada para cada uma e o momento em que estavam vivendo. Reivindicavam ainda que houvesse a criação de mecanismos por parte do município para barrar a violência doméstica contra mulheres e crianças. Como esses pontos não eram contemplados na Lei Municipal. O MMCC considerava que as mulheres de Belém continuavam sem garantias contra os abusos e violações por parte dos seus patrões, violência doméstica, isto é, estavam sem proteção e entregues à própria sorte.

³⁴⁰ Jornal Resistência, Belém/PA, maio/junho, 1990, Ano XI, Nº 82. p. 6

Figura 56 Lei orgânica de Belém: mulheres de fora

Lei Orgânica de Belém: mulheres de fora

A Nova Lei Orgânica do Município de Belém dedicou à mulher apenas 4 (quatro) artigos. Três dos quais vazios, subjetivos. E não criou e nem apontou mecanismos de operacionalização das obrigações e deveres do Município para com as mulheres belenenses.

Art. 241 - Diz que "É dever do Município garantir, perante a sociedade, a imagem social da mulher como trabalhadora, mãe e cidadã, em plena igualdade de direitos e obrigações com o homem".

Art. 242 - "O Município não permitirá a discriminação em relação ao papel social da mulher e garantirá educação não diferenciada na preparação de seus agentes educacionais, seja no comportamento pedagógico ou no conteúdo do material didático".

Art. 243 - "O Município promoverá orientação à mulher na defesa dos seus direitos".

Art. 244 - "O Município auxiliará o Estado e a União na criação e manutenção das delegacias especializadas no atendimento à mulher, criará e manterá albergues para mulheres ameaçadas".

Este último artigo do Capítulo VI - Da Mulher, de que trata a Lei Orgânica do Município de Belém, também peca pelo limite de apoio legal à mulher. As mulheres que procuram as Delegacias de Mulheres, na maioria esmagadora, conforme dados já publicados no Jornal Resistência anterior, são mulheres que não estão na condição de ameaçadas e sim de violentadas e espancadas. Essas mulheres necessitam, sim, do albergue, que é bandeira de luta dos movimentos. Mais do que isso, precisam de médicos, psicólogos e, ainda, de um programa longo de reeducação dos homens e mulheres, e uma luta feroz contra o machismo, que não é citado nenhuma vez pelos homens da Lei Orgânica Municipal.

Não repete e nem se aproxima da Constituição de 88, e da Constituição Estadual, que tem significado mais abrangente no que concerne aos direitos trabalhistas e maternais da mulher.

Na Constituição Estadual foram aprovados:

Art. 229/III - Instituir e manter o Conselho específico para assuntos da mulher, com a participação de representantes do poder público e majoritariamente, da sociedade civil, estes indicados pelas entidades de defesa da mulher, com participação ampla e democrática, sem discriminação de qualquer natureza, na forma da Lei;

IV - Garantir o acesso gratuito aos métodos contraceptivos, naturais ou artificiais, nos serviços público de saúde, orientando quanto ao uso, indicações e contra-indicações, vantagens e desvantagens, para que o casal, em particular a mulher, possa ter condições de escolher com maior segurança o que lhe for mais adequado;

V - No cumprimento das funções essenciais à Justiça, criar um centro de atendimento para assistência, apoio e orientação jurídica a mulher, no que tange as suas questões específicas;

Art. 301 - Às presidiárias, serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação, devendo o estabelecimento prisional ter uma creche contígua, atendida por pessoal especializado, para menores até 6 (seis) anos, garantindo o acompanhamento da mãe.

Muitos dos artigos apresentados por vereadores como Socorro Gomes, José Carlos etc, são bandeiras antigas e importante para as mulheres trabalhadoras, como as abaixo citadas, que foram rejeitadas:

- A proibição no âmbito do Município às empresas públicas e privadas da exigência de qualquer atestado que comprove a ausência de gravidez ou de laqueadura às mulheres que pleiteiam o ingresso no mercado de trabalho.
- O Município deverá oferecer condições de acesso gratuito aos métodos anticoncepcionais, usando metodologia educacional no esclarecimento dos resultados, indicações e contra-indicações, ampliando a possibilidade de escolha adequada à individualidade e ao momento específico de sua história de vida.
- Criação de mecanismos pelo Município para coibir a violência doméstica contra a mulher e crianças.

As mulheres da cidade de Belém, dessa forma, continuam sem as garantias de fato contra os abusos e violações dos seus direitos por parte dos patroões. Ficam, ainda, sem garantias quanto à violência doméstica, sem apoio prático e resolução dos seus problemas a própria sorte.

A Lei Orgânica Municipal é machista. Cabe aos movimentos propor emendas que nos contemplem.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM

Fonte: Jornal Resistência, Belém/PA, Maio/Junho, 1990, Ano XI, Nº 82. p. 6

Na mesma página do dia com a manchete – Socorro Gomes: Saias Mini, ideias Maxi. A matéria coloca como novidade do dia o fato dos vereadores de Belém terem ido às rádios vociferar não contra a corrupção ou devastação da Amazônia, mas contra o comprimento da saia da vereadora Socorro Gomes, do partido comunista do Brasil (PCdoB), pois estaria infringindo a portaria emitida pelo vereador Eloy Santos do PDS, 1º secretário da câmara Municipal. Não há clareza quais seriam as regras adotadas na portaria, com isso o texto lavrado em nome do MMCC, comenta que: Socorro, além de vereadora e dirigente da UMB- União de Mulheres de Belém, nunca pensou em ter sua elegância, seu decoro suas pernas, seus trajes pessoais discutidos em plenário, principalmente ela que, sendo uma pessoa marcada para morrer em virtude de seu compromisso com a luta popular tem demonstrado outros assuntos com o que se preocupar além do comprimento de suas roupas. Contudo, atuando no ambiente

parlamentar conservador, que por duas vezes já rejeitou projetos de eliminar a obrigatoriedade do uso de paletó e gravata no plenário, em que pese o clima equatorial sob o qual vivemos, e sendo, além do mais, a única vereadora da câmara de Belém nas últimas décadas, teve de enfrentar o preconceito machista do seu ambiente de trabalho, parece que não avançamos muito desde 1968.

A referência no texto com relação a 1968 o texto mesmo explica que seria uma lembrança de quando naquele ano os alunos do Colégio Augusto Meira haviam feito uma greve para que as mulheres pudessem entrar de minissaias e os homens de cabelos compridos para assistirem as aulas. Com relação ao episódio que passou, a vereadora Socorro Gomes segue dizendo:

Diversos movimentos feministas com atuação em Belém emitiram nota de solidariedade. E o MMCC, numa atitude de todas nós, mulheres, atingidas pela atitude preconceituosa do parlamento Municipal que não reconhece Mulher o Livre-arbítrio sobre o seu corpo e o seu vestuário, cede o espaço deste mês a esta brava companheira para que exponha aos leitores de Resistência um pouco das ideias³⁴¹.

Figura 57 Socorro Gomes: Saias mini, idéias maxi



Fonte Jornal Resistência, Belém/PA, Julho/Agosto, 1990, Ano XI, Nº 83. p. 5

No Relato de Socorro Gomes, ela usava saia, bermuda, minissaia, saia comprida, short, o que desse na cabeça dela. Para ela a roupa não significava falta de moral ou agressão dos costumes do povo. Comenta que aquela referida portaria não poderia ser vista sob responsabilidade de Eloy Santos apenas, pois ele seria membro de

³⁴¹ Jornal Resistência, Belém/PA, julho/agosto, 1990, Ano XI, Nº 83. p. 5

uma mesa diretora da câmara e, nesse caso, essa portaria precisava ser entendida como uma atitude não somente dele, ou seja, as responsabilidades impressas na portaria seriam da mesa diretora. Ao falar sobre de quem era a responsabilidade da portaria, ela deflagra:

Ela não passa de hipocrisia de falso moralismo, por um lado, por outro lado, ela é uma discriminação violenta contra as funcionárias de Câmara, contra as mulheres em geral. Ela passa a me atingir à medida que há interesse de jogar a minha pessoa contra as massas femininas e contra as mulheres de luta e de vanguarda³⁴².

Dito isso, Socorro Gomes não pára por aí e ressalta que as indignidades cometidas no Brasil não seriam culpa da minissaia, da bermuda ou calça jeans, mas sim, cometidas por pessoas, segundo ela, que usavam paletó, gravata, confeccionada na alta costura, e esses seriam os que cometem crimes contra a soberania nacional e contra o dinheiro público. Nesse caso então os homens, ou a mesa diretora, ou seja, o parlamento queria se apresentar como uma casta e o político como alguém que está acima de tudo, pois até a vestimenta tinha que seguir regras para passar um ar de superioridade e relata:

De repente vem alguém como eu, que quebra com isso, ir à câmara como eu vou, de tênis de bermuda, de calça comprida é como se estivesse jogando o poder por terra desmascara essa mordomia do povo e dá a impressão de que esse poder não é tão poder assim. Quebra a simbologia do poder³⁴³.

A vereadora continua analisando a questão do traje, dizendo que ela não deveria ser a maior preocupação e sim o que é votado, dessa forma, com suas roupas elegantes votavam contra o povo, na violência e a favor do poder executivo traindo seu eleitorado e atribuiu o preconceito a ela não ao fato de ser mulher, mas sim por uma questão de classe, pois no dia 08 de março, logo após ter assumido o mandato, a mesa dela teria ficado toda cheia de flores que foram colocadas pelos demais vereadores, quase que se afoga com tantas rosas e a trataram com delicadeza, segundo:

Todos me tratavam na palma da mão. Nós não tínhamos nenhum embate, a discussão até então era secundária, os vereadores me tratavam delicadamente, como um ser frágil. Depois de um ano com todos os embates políticos que travamos, em 1990 não recebi uma única rosa³⁴⁴.

³⁴² Jornal Resistência, Belém/PA, julho/agosto, 1990, Ano XI, Nº 83. p. 5

³⁴³ *Ibid.*

³⁴⁴ *Ibid.*

Naquele momento ela procurava apresentar seus projetos no dia a dia da câmara e já teria apresentado 14 projetos até aquela data e comenta sobre a aprovação da lei orgânica do Município e comenta:

Apresentei o maior número de proposta não só minhas, mas em conjunto da sociedade, elaboradas com a participação do movimento de mulheres, das categorias profissionais. A maioria das propostas que tratavam da situação específica, das mulheres, das categorias profissionais. A maioria das propostas que tratavam da situação específica da mulher foram rejeitadas, lutamos muito, junto com companheiros de esquerda pelo direito ao aborto, por albergue as mulheres violentadas etc. as não conseguimos fazer constar na lei orgânica. O pouco que conseguimos ficou diluído parece que alguns vereadores não querem dar importância devida às questões femininas³⁴⁵.

Ela fala também de maior representatividade do povo por parte da esquerda, pois devido a maioria dos vereadores serem de direita, qualquer proposta mais avançada seria derrotada, por isso seu projeto nunca vinha para a pauta, e ela tinha projeto sobre:

Tem projeto meu sobre concessão de creche, café da manhã até para as operárias da castanha, que já tem um ano que nós apresentamos e até hoje estão na mão do relator, vereador Zenaldo Coutinho, projetos dos vereadores da direita, apresentados este ano já estão em votação³⁴⁶.

Socorro Gomes, expõe um pouco de sua vida pessoal e de como construiu sua militância na política em geral em prol dos direitos das mulheres. Então ela declara que se casou aos dezesseis anos e estava na clandestinidade, teve seu primeiro filho aos dezessete anos, quando ela foi para o campo o levou, estudou, porém naquele momento ela só possuía o 2º grau completo, pois já havia começado o curso de direito e não conseguiu concluir, bem como o de história que estava matriculada, mas ainda não tinha conseguido terminar. Ela também faz referência ao período da ditadura,

Em 1967, quando eu tinha 14 anos, eu estava no movimento estudantil, na época da ditadura. A luta que se dava era contra a compra de um uniforme determinado. As escolas públicas tinham convênio com algumas empresas. Então, o sapato tinha que ser da Vulcabras, só podia comprar em uma loja e não onde a gente quisesse. Estas coisas. O que a gente sabia era que o dinheiro sumia lá na direção da escola. Iniciamos uma greve e aí eu comecei a participar do movimento secundarista. O Marquinho foi metralhado. Ele tinha apenas quinze anos e era meu colega de turma. Aí, começaram a nos perseguir. Eu me lembro que fui participar do congresso da UBES e a polícia jogou ácido nas nossas pernas. Esse contato muito próximo com a violência e o fascismo ajudou a elevar a nossa consciência. A perseguição se dava contra o adolescente tanto como contra o adulto. Eu já era da Ação Popular e foi decidida a minha ida para o campo, em alagoas, no Nordeste³⁴⁷

³⁴⁵ Jornal Resistência, Belém/PA, julho/agosto, 1990, Ano XI, Nº 83. p. 5

³⁴⁶ *Ibid.*

³⁴⁷ *Ibid.*

Conforme o relato anterior foi dessa forma que Socorro começou a trabalhar com o movimento camponês. Porém, com o agravamento da repressão no campo, teve que deslocar para a capital, Maceió, para trabalhar como atendente de enfermagem, depois se mudou para Recife e trabalhou como comerciária. Depois da anistia foi para São Paulo, depois para Goiás e em 1979 veio para Belém. Ela já era militante do PC do B desde 1972. Já no Pará trabalhou inicialmente na FASE, ajudou na luta camponesa principalmente na área da CIDAPAR. Ela em Ananindeua em 1983, onde participou do movimento comunitário, em 1986 passou a morar no bairro do Guamá e participava da luta local por moradia, trabalho e demais lutas. Em relação a sua participação nos movimentos de mulheres ela comenta:

A minha participação nos movimentos de mulheres tem se dado tanto pela questão política quanto pessoal. Nós queremos a revolução, a mudança, mas tem muita coisa na relação homem-mulher que nós não sabemos ainda que caminho percorrer. Sei que estamos em um processo de mudança, tanto da sociedade quanto nossa mesma. Participar desses movimentos me ajuda muito. Discutir, clarear uma série de concepções atrasadas, ultrapassadas. O que não dá é para transformar o homem em ser agressor e tentar mascarar a luta de classes nesta luta de sexos. Lutar contra o machismo, mas sem nos fechar nas nossas lutas femininas, sem esquecer que existe uma sociedade que submete a mulher e transforma o homem em seu agressor para o capitalismo poder sobreviver. Não quer dizer que destruindo o capitalismo nós estejamos automaticamente libérrimas, mas faz parte do caminho da nossa luta. Concorde que precisamos ser donas do nosso próprio corpo, mas o homem também não é dono do seu próprio corpo. O homem é tão explorado quanto nós, só que temos outra exploração, que é a de ser mulher neste tipo de sociedade³⁴⁸.

Ao analisar o texto de Socorro Gomes ele revela um posicionamento complexo e engajado sobre as questões de gênero, política e sociedade. Ela expressa sua participação nos movimentos de mulheres como algo que vai além do ativismo político, sendo também uma jornada pessoal de autoconhecimento e reflexão sobre as dinâmicas sociais. Enfatiza também a busca por uma revolução e mudança na sociedade, reconhecendo que há muitos aspectos nas relações homem-mulher que ainda precisam ser compreendidos e transformados. Socorro critica concepções tradicionais e ultrapassadas sobre os papéis de gênero, destacando a importância de discutir e esclarecer essas questões para avançar rumo a uma sociedade mais igualitária.

Ela defende a luta contra o machismo, ao mesmo tempo em que reconhece a necessidade de não se fechar exclusivamente nas questões femininas, mas entender

³⁴⁸ Jornal Resistência, Belém/PA, julho/agosto, 1990, Ano XI, Nº 83. p. 5

como a sociedade perpetua a submissão das mulheres e exploração dos homens em diferentes formas. A autora relaciona o machismo à manutenção do sistema capitalista, argumentando que a opressão de gênero serve aos interesses do capitalismo ao dividir e explorar tanto homens quanto mulheres. Ela sugere que a destruição do capitalismo não garante automaticamente a libertação das mulheres, mas é parte fundamental do caminho para alcançar essa libertação, ao permitir que mulheres e homens tenham controle sobre seus corpos e vidas. Portanto ela enfatiza a necessidade de uma abordagem ampla e integradora para combater tanto o machismo quanto outras formas de opressão, enquanto reconhece a complexidade e a profundidade das questões enfrentadas pelas mulheres na sociedade contemporânea.

Figura 58 Matéria com Socorro Gomes

Eu uso saia, bermuda, minissai, saia comprida, shorte, o que me der na cabeça. Não acho que a roupa possa significar falta de moral ou agressão aos costumes do povo. Esta Portaria do Eloy Santos, por sinal, não pode ser entendida como uma atitude apenas dele. Ele é membro da Mesa Diretora da Câmara e, portanto, a Portaria tem que ser vista como uma atitude da Mesa. Ela não passa de hipocrisia, de falso moralismo, por um lado. Por outro lado, ela é uma discriminação violenta contra as funcionárias da Câmara, contra as mulheres em geral. Ela passa a me atingir à medida que há interesse de jogar a minha pessoa contra as massas femininas e contra as mulheres de luta e de vanguarda. As indignidades cometidas no Brasil não o são por culpa da mini-sai, da bermuda, da calça jeans. Elas são cometidas por pessoas de gravata, de paletó feito nos mais altos costurários. Estes é que cometeram e cometem crimes contra a soberania nacional, contra o dinheiro público.

O problema é que querem apresentar o Parlamento como uma casta e o político como alguém que está acima de tudo. Até na vestimenta tem que ser assim, para dar um ar de superioridade. De repente vem alguém como eu, que quebra com isso. Ir à Câmara como eu vou, de tênis, de bermuda, de calça comprida, é como se estivesse jogando o poder por terra. Desmascarar essa mardomia que os vereadores têm acima do povo e dá a impressão de que esse poder não é tão poder assim. Quebra a simbologia do Poder. Na verdade, o traje não deveria ser a maior preocupação, e sim o que é votado. Com suas roupas elegantes, votam contra o funcionalismo, votam contra o povo, votam na violência, votam sempre a favor do Executivo, numa clara traição ao povo que os elegeu.

O preconceito por parte da maioria dos vereadores, eu acho que não é só pelo fato de eu ser mulher. É uma questão de classe. No dia 8 de março de 1989 - Dia Internacional da Mulher, logo que eu assumi o mandato, a minha mesa ficou toda cheia de flores, colocadas pelos outros vereadores. Quase me afogam com tantas rosas. Todos me tratavam na palma da mão. Nós não tínhamos tido nenhum embate, a discussão até então era secundária, os vereadores me tratavam delicadamente, como um ser fragil. Depois de um ano, com todos os embates políticos que travamos, em 1990 não recebi uma única rosa.

Tenho procurado apresentar projetos no dia-a-dia da Câmara. Já foram quatorze até agora. Durante a feitura da Lei Orgânica, apresentei o maior número de propostas. Propostas não só minhas, mas do conjunto da sociedade, elaboradas com a participação dos movimentos de mulheres, das categorias profissionais. A maioria das propostas que tratavam da situação específica da mulher foram rejeitadas. Lutamos muito, junto com os companheiros vereadores de esquerda, pelo direito ao aborto, por albergue para as mulheres violentadas etc, mas não conseguimos fazer constar na Lei Orgânica. O pouco que conseguimos ficou diluído, parece que alguns vereadores não queriam dar a importância devida às questões femininas. Na verdade, isto demonstra que falta o povo ocupar mais espaços no parlamento. A maioria dos vereadores é de direita. De esquerda somos só quatro. Por isto, qualquer proposta mais avançada é derrotada. Com isto, os meus projetos nunca vem para a pauta, para a votação. Tem projeto meu sobre a concessão de creche, café da manhã etc para as operárias da castanha que já tem um ano que nós apresentamos e até hoje estão na mão do Relator, Vereador Zenaldo Coutinho. Projetos de Vereadores da direita, apresentados este ano, já estão em votação.

Eu casei com dezesseis anos. Estava na clandestinidade e ti-

ve o meu primeiro filho com dezesseis anos. Quando eu fui para o campo levei meus filhos junto. O casamento cedo talvez seja uma questão cultural do povo do campo. Tenho atualmente cinco filhos. Estudo, no tenho até o segundo grau. Comecei a fazer Direito e não pude continuar. Me matriculei em História e ainda não consegui concluir o curso.

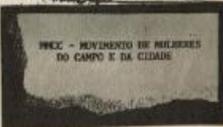
Em 1967, quando eu tinha quatorze anos, eu estava no movimento estudantil, na época da ditadura. A luta que se dava era contra a compra de um uniforme determinado. As escolas públicas tinham convenio com algumas empresas. Então, o sapato tinha que ser Vulcabras, só podia comprar em uma loja e não onde a gente quizesse. Estas coisas. O que a gente sabia era que o dinheiro sumia lá na direção da escola. Iniciamos uma greve e daí eu comecei a participar no movimento secundarista. O Marquinho foi metralhado. Ele tinha apenas quinze anos e era meu colega de turma. Aí, começaram a nos perseguir. Eu me lembro que fui participar do Congresso da UBES e a polícia jogou ácido nas nossas pernas. Esse contato muito próximo com a violência e o fascismo ajudou a elevar a nossa consciência. A perseguição se dava contra o adolescente tanto como contra o adulto. Eu já era da AÇÃO POPULAR e foi decidida a minha ida para o campo, em Alagoas, no Nordeste.

Foi então que eu comecei a trabalhar com o movimento camponês. Com o agravamento da repressão no campo, fui para a Capital, trabalhar como estudante de enfermagem, na clandestinidade. A repressão me descobriu e eu tive de me mudar para Recife, trabalhar como comerciante. Veio a anistia, fui para São Paulo, depois para Goiás e em 1979 vim para Belém. Eu já era militante do PCdoB desde 1973. Aqui no Pará, trabalhei inicialmente na FASE, tentando ajudar a organização dos camponeses, participando das suas lutas, especialmente na área da

CIDAPAR, ainda antes do surgimento do Quintino. Em 1983 eu vim para Ananindeua, participou do movimento comunitário e em 1986 me mudei para o bairro do Guamá, aqui em Belém. De lá para cá estamos participando das lutas por local de moradia, de trabalho, como das lutas gerais.

A minha participação nos movimentos de mulheres tem se dado tanto pela questão política quanto pessoal. Nós queremos a revolução, a mudança, mas tem muita coisa na relação homem - mulher que nos não sabemos ainda que caminho percorrer. Sei que estamos em um processo de mudança tanto da sociedade como nossa mesma. Participar desses movimentos me ajuda muito. Discutir, clarear uma série de concepções atrasadas, ultrapassadas. O que não dá e para transformar o homem em ser agressor e tentar mascarar a luta de classes nesta luta de sexos. Lutar contra o machismo, mas sem fechar nas nossas lutas femininas, sem esquecer que existe uma sociedade que submete a mulher e transforma o homem em seu agressor para o capitalismo poder sobreviver. Não quer dizer que destruindo o capitalismo nós estejamos automaticamente libertas, mas faz parte do caminho da nossa luta.

Concordo que precisamos ser donas do nosso próprio corpo, mas o homem também não é dono do seu corpo. O homem é tão explorado quanto nós, só que nos temos outra exploração, que é a de ser mulher neste tipo de sociedade.

Fonte: Jornal Resistência, Belém/PA, Julho/Agosto, 1990, Ano XI, Nº 83, p. 5

6.5 História do sujeito feminino por Iza Cunha

História do sujeito feminino, um texto escrito por Iza Cunha no Jornal Resistência, uma contribuição dela na discussão sobre a discriminação da mulher, sugere que os estados signatários deveriam tomar todas as medidas necessárias para eliminar a discriminação contra às mulheres, quando se refere ao tema sobre igualdade de direitos com os homens, que estavam de acordo com a convenção da ONU que versava sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres.

Figura 59 História do sujeito feminino

Mulher
MOVIMENTO DE MULHERES DO CAMPO E DA CIDADE - MMCC

História do sujeito feminino

de Queiroz, que ao lado de Bertha Lutz, suplente de deputado que assume a vaga deixada por um homem em 1936, elaboram o Estatuto da Mulher. Ali constava:

- ampliação da licença maternidade para três meses;
- dois períodos diários para amamentação de meia hora cada, durante os seis primeiros meses do bebê;
- redução de 30 para 20 o número de empregadas no local de trabalho, para ter direito a creche.

Em 1937, com o golpe de Getúlio, a maioria das propostas não foi aprovada. O congresso fechou e as reivindicações das deputadas Bertha Lutz e Carlota Pereira de Queiroz ficaram nas páginas da História.

Hoje a participação da mulher na vida política ainda é surpreendentemente pequena. A dupla jornada, o ser doméstica, o estigma de que ainda não está preparada, de que seu lugar não é este, impedem-na a participação. E assim vão ficando as mulheres, apoiando candidatas, secretariando, como as dondocas da política perseguida, aparecendo nos Palanques do Programa Eleitoral sem abrir a boca. Acompanham caladas seus maridos para comprovar que "de trás de um grande ho-

mem há sempre uma grande mulher". E assim vão ficando elas satisfeitas, iguais as mulheres de Atenas, Penélope da vida, sem querer participar da vida política porque "isto é coisa de homens".

No Brasil as mulheres são 52% da população eleitoral. Entretanto, dos 559 membros do Congresso Nacional, somente 26 são mulheres. Na verdade, há uma apatia, uma falta de apetite para a disputa política. Às vezes porque é pensada como coisa suja de homem, ou que é um saco. A atividade política requer tempo, dedicação e clareza da conjuntura.

Em geral, todas as conquistas que trouxeram benefícios aos trabalhadores foram difíceis e exigiram sacrifícios. As mulheres na conquista dos direitos em geral, entraram na luta para garantir o acesso à escola, ao trabalho, a cidadania, ao ser mulher.

No Brasil colonial, quem não frequentava a Corte estava na senzala ou na agricultura, prestação de serviços ou outros. As mulheres, na grande maioria servís, analfabetas e sem vontade própria, travam verdadeira batalha pela liberdade de ir à escola, viver.

O acesso ao ensino primário, a formação profissional, tiveram vez no século passado, apesar da legislação garantir o ensino para o sexo masculino. Em 1827 foi regulamentada a permissão de frequência às mulheres para o ensino elementar. Finalmente, em 1871, as mulheres puderam frequentar a Escola Normal, desde que o currículo incluísse bordado, costura, etc. A partir desse fato histórico é aberto um caminho na conquista da cidadania. As mulheres que já haviam conquistado o direito ao estudo, exigem o direito ao voto. Mesmo nessa luta, é visível a tutela dos homens sobre as Mulheres. Por exemplo, no primeiro debate sobre a questão, já na República (1891), levantado nas Assembleias Legislativas Brasileiras, os deputados diziam: "As mulheres têm cérebro infantil, sofrem de retardação!", ou "o voto feminino é imoral e anárquico".

As mulheres não se intimidaram, e a luta pelo voto durou cerca de 40 anos. Até que, em 24.02.1932, um decreto de Getúlio Vargas dá o direito de voto à mulher. Mas já antes disso, em 1927, as mulheres do Rio Grande do Norte conquistam o direito ao voto. E, com a Constituição de 1934, o voto feminino torna-se finalmente uma realidade.

IZA CUNHA,
do Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade.

Fonte: Jornal Resistência, Belém/PA, Novembro, 1990, Ano XI, Nº 85. p. 11

A continuação dessa matéria ressalta que a luta pelo voto feminino, bem como, a melhoria da vida das trabalhadoras, não teria sido algo conquistado exclusivamente por mulheres, mas por toda a luta traçada para a transformação, dando suporte a esperança. Ressaltam também que as primeiras cadeiras ocupadas por mulheres no parlamento foram ocupadas por Carlota Pereira de Queiroz e Berta Lutz, esta última que assume em 1936, o lugar que era ocupado por homem, elabora o estatuto da mulher.

Contudo, o esforço das duas deputadas ficou apenas nas páginas da história, após o golpe de Getúlio Vargas em 1937, a maioria das propostas não foram aprovadas, pois o congresso foi fechado e a reivindicação das deputadas não avançaram. Ela continua falando sobre a participação da mulher na vida política e que ela seria surpreendente pequena e as causas seriam: a dupla jornada, o ser doméstica, o estigma

de quem ainda não está preparada, de que seu lugar não é este. Assim as mulheres eram colocadas como coadjuvantes, assumindo apenas apoio a candidatos e elas ficariam como “as dondocas da política paraense”, sem poder de fala nos palanques dos programas eleitorais, ou seja, ficariam caladas acompanhando seus maridos sustentando os lobbies de que: “detrás de um grande homem há sempre uma grande mulher”. Na visão de Iza, assim elas iam ficando satisfeitas iguais “as mulheres de Atenas, Penélope da vida, sem querer participar da vida política porque isto é coisa de homens”. Naquela época no Brasil, as mulheres correspondiam 52% da população eleitoral, diz o texto, porém, dos 559 membros do congresso nacional, apenas 26 seriam mulheres. A autora da matéria atribui que há uma apatia, ou uma falta de apetite para a disputa política e reitera: “Às vezes é pensado como coisa suja de homem, ou que é um saco. A atividade política requer tempo, dedicação e clareza da conjuntura”.

Ela comenta também que no Brasil todas as conquistas que beneficiaram aos trabalhadores foram difíceis, com sacrifícios e as mulheres “Entraram na conquista dos direitos em geral, entrarem na luta para garantir acesso à escola, ao trabalho, à cidadania, ao ser Mulher”. Com isso ela faz um retorno histórico falando sobre a garantia ao ensino e a conquista do voto feminino, para tanto comenta que no Brasil Colonial, quem não frequentava a corte estava na senzala ou na agricultura ou na prestação de serviço. As mulheres por sua vez eram prestadoras de serviços, analfabetas e sem vontade própria, com isso era preciso travar uma verdadeira batalha para ir à escola, viver, pois o acesso ao ensino primário e a formação profissional só tiveram vez no século XIX, embora a legislação garantisse o ensino para o sexo masculino.

Dessa forma somente em 1827 foi regulamentada a frequência da mulher ao ensino elementar. E apenas em 1871 foi que as mulheres puderam frequentar a escola Normal, porém desde que no currículo incluísse bordado, costura etc., a partir daí se abriu o caminho à cidadania. Elas já tinham conquistado o direito ao estudo e exigem o direito ao voto, mesmo assim elas continuavam tuteladas pelos homens. Segundo Iza, já na República (1891), nas assembleias Legislativas brasileiras em que os deputados diziam: “As mulheres têm cérebro infantil, sofrem de retardação!” Ou “o voto feminino é imoral e anárquico”. Na observação dela mesmo com as dificuldades que as mulheres enfrentavam elas não se intimidaram, ainda assim a luta pelo voto durou cerca de 40 anos, conforme ela coloca a seguir:

Até que, em 24 de fevereiro de 1932, um decreto de Getúlio Vargas dá direito de voto à mulher, mas já antes disso, em 1927, as mulheres do Rio Grande do Norte conquistaram o direito ao voto e com a constituição de 1934, o voto feminino torna-se finalmente uma realidade³⁴⁹.

O texto de Iza ressalta a trajetória de luta das mulheres brasileiras por direitos básicos, como o acesso à educação e o direito ao voto, enfrentando obstáculos de ordem cultural, social e política. A conquista do voto feminino é apresentada como um marco significativo na história da emancipação das mulheres no Brasil, simbolizando a superação de séculos de exclusão e a afirmação do papel político das mulheres na sociedade.

6.6 Encontros do MMCC

O MMCC também ajudava nas organizações dos movimentos, conforme foi registrado na matéria em questão, e foi o que aconteceu no II Encontro da Ala Feminina do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, cujo tema era: reflexão para os entraves para uma organização eficaz. Durante os dias 09 e 10 de agosto quarenta e oito mulheres sindicalistas refletiam sua realidade e a partir desse evento as abaetetubenses passavam sentiam-se mais encorajadas a se organizarem na luta específica das mulheres. Reunindo em multidões elas poderiam viver um processo de aprendizagem na produção e em pequenas reuniões (minicursos) para estudar seus direitos como trabalhadoras, essa organização passou ser importante inclusive para a formação da feira do produtor Rural de Abaetetuba. As participantes do evento eram: Tereza, Alice, Rosalena, Adalgisa, Odete, Rosa, Rosilda, Paixão e Natalina, esta coordenação encaminhou os minicursos sobre a luta da mulher em sua forma econômica, política e social, os encontros tem apoio do MMCC e FASE-Abaeté.

³⁴⁹ Jornal Resistência, Belém/PA, novembro, 1990, Ano XI, Nº 85. p. 11

Figura 60 O encontro em Abaetetuba



Fonte: Jornal Resistência, Belém/PA, Novembro, 1990, Ano XI, Nº 85. p. 11

6.7 Mulheres: avanço na luta na América Latina e Caribe

O início da matéria começa falando sobre o V congresso da Federação de Mulheres Cubanas – a argumentação gira em torno da angústia em saber sobre os perigos em que viviam os seus filhos, pois existia o medo da: fome, miséria, falta de saúde, ignorância, desemprego, violação dos direitos humanos, e faz a seguinte colocação: “nós, cubanas, temos a felicidade de viver nesta sociedade plena de realizações e possibilidades que tem posto fim para sempre à exploração, à ignorância e a opressão”. Há o relato também de que em 30 anos de socialismo, a mulher marcada pelos prejuízos e a discriminação, a mais oprimida entre os oprimidos, havia se transformado em força fundamental para a obra revolucionária. E com isso se transformou em partes ativas das mudanças econômicas, políticas e sociais, que avança para frente nosso povo. Uma vez que se tem transformado a si mesma, mediante um processo permanente de participação que tem propiciado seu desenvolvimento em todas as ordens. As mulheres cubanas correspondiam a:

‘metade da população, 38,6% da força de trabalho e 58% dos técnicos, 61% de estudantes pré-universitários, 57% dos universitários e 55,36% de graduados, quase 48% de médicos, 64% de médicos em família, e mais de 50% de médicos em 20 especialidades diferentes³⁵⁰.

Assim como apresentou Cuba e as a situação das mulheres a partir do V congresso da federação de mulheres Cubanas. A matéria também apresenta o Peru e o

³⁵⁰ Jornal Resistência, Belém/PA, dezembro, 1990; janeiro/fevereiro, 1991, Ano XI, Nº 87. p. 12

Programa Direitos da Mulher – Centro da Mulher Peruana “ Flora Tristan” – O Trabalho de assessoria legal na comissão de Mujeres em agosto de 1988 – primeira e a dezembro a única em seu gênero no Peru- A criação dessa comissão significava um avanço no reconhecimento, pelo estado, da situação de violência em que viviam as mulheres, dessa forma era possível identificar um espaço para desenvolver trabalhos que priorizassem os aspectos de sua problemática, dessa forma desde agosto de 1988 a dezembro de 1989, essa comissão havia recebido denúncias, dessas 90% estavam relacionados exclusivamente a maltratados físicos e psicológicos pelos seus maridos. Sobre a comissão se comenta que:

‘A Comissão de Mujeres nos permite trabalhar em dois (2) níveis, um ao nível institucional (...) e outro é a orientação legal especializada’. [...], observamos que 90% de mulheres provêm da zona Urbana-marginal e das zonas pobres de Lima-Metropolitana. Para o programa Direitos da Mulher, o trabalho na comissão de Mujeres em primeira experiência que nos permite avaliar e aperfeiçoar uma proposta de atenção legal a mulheres nos espaços públicos de convergência feminina, para que possa ser implementada em outros lugares, por outros serviços e em benefícios de mais mulheres”³⁵¹.

Com relação ao Brasil, a matéria apresenta havia uma alegria e satisfação, por estar novamente circulando o Jornal Cunhary – Rio de Mulheres, que havia parado em 1990. As mulheres do MMCC, saudavam a companheira Elza Lobo e demais coordenadoras da rede Mulher e desejavam um axé para a nova gestão. Mas a discussão principal da matéria era a participação de muitas mulheres brasileiras terem participado do V Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe. Nesse evento quem representou o MMCC, foram: Renildes, tesoureira do sindicato dos trabalhadores rurais de São Francisco do Araguaia e coordenadora das Mulheres sindicalistas do sudeste do Pará. A CUT – A comissão pró-departamento estadual dos trabalhadores Rurais, organizou o I Seminário Estadual da Mulher Trabalhadora Rural, o período do seminário foi de 30/11 a 02/12. As pautas principais eram as seguintes:

1. A pauta tinha objetivos de explorar um painel de exposição onde cada companheira rural expunha suas dúvidas, sua prática e perspectiva. Outro ponto bastante elogiado foi o debate sobre a saúde da Mulher. Onde temas tabus como sexualidade, orgasmos, o corpo, as funções genitais, foram completamente debatidas

³⁵¹ Jornal Resistência, Belém/PA, dezembro, 1990; janeiro/fevereiro, 1991, Ano XI, Nº 87. p. 12

2. O terceiro ponto interessante se deu com a exposição da companheira Maria Mendes, representante da CUT Nacional, que com muita competência tratou do papel da CUT e dos sindicatos em relação às Mulheres trabalhadoras rurais.

3. Ressalta-se a leveza do Encontro que teve a participação das companheiras: Eliane Lima, Igina Mota Sales, como responsáveis pela dinâmica corporal. Ambas pertencem ao movimento de mulheres do campo e da Cidade- MMCC

4. A discussão não se resumiu somente ao papel da mulher trabalhadora que ajuda, que disciplina e se capacita política e ideologicamente. Tratou-se e muito das relações afetivas entre homens e mulheres, do machismo e das questões específicas que apareciam sempre que o debate permitia.

5. Interessante e saudável foi a partilha e a fraternidade dadas aos movimentos autônomos, como o MMCC³⁵²

Outro ponto discutido nessa matéria dizia respeito as Operárias da Castanha, quem eram elas? Eram Mulheres Operárias que trabalhavam nas fábricas de beneficiamento da castanha, que recebiam o nome de safristas. E a crítica do MMCC era em torno da produção e exploração e o salário de miséria que recebiam. As fábricas de castanha eram propriedades da família Mutran: Jorge Mutran, Zizi Mutran, Bené Mutran e outros. As mulheres então eram a maior força de trabalho do beneficiamento da castanha correspondendo a 95% e nesse ano de 1990 estavam cruzando os braços por melhores condições de trabalho e de vida, pois eram consideradas mulheres guerreiras, alegres que acreditavam na felicidade e na certeza de uma sociedade mais justa e fraterna, e por conta disso o texto relata:

No dia 29/12/90, será realizado o encerramento do ano, o MMCC, O CIPES e o sindicato de Alimentação, em conjunto com as operárias, farão realizar uma festa de arromba, em frente ao bar da Dalva, com som (mas, não o treme terra), faixas, cartazes, comidas e bebidas (do bar da Dalva logicamente). Haverá, ainda, exposição de fotos das lutas operárias, vídeos, slides e uma big festança, com início previsto para as 09 horas e término lá pelas 16 horas, todas as entidades democráticas, classistas, populares e religiosas, assim como a população em geral, que queira prestigiar esse evento, estão convidados³⁵³.

³⁵² Jornal Resistência, Belém/PA, dezembro, 1990; janeiro/fevereiro, 1991, Ano XI, Nº 87. p. 12

³⁵³ *Ibid.*

Iza aparece como representante do MMCC em Marabá, quando a coordenação de Mulheres sindicalistas do Sul do Pará, em dezembro nos dias 8 e 9 realizaram o 1º Encontro da Coordenação, tendo a participação do MMCC. Em conjunto foi possível discutir a problemática do sudeste do Pará e realizar um estudo sobre feminismo. Outros municípios como, Jacundá, Parauapebas, Itupiranga e o MMCC, também estiveram presentes

Figura 61 Mulheres: avanço na luta na América Latina e Caribe

INFORMES

Mulher

Mulheres: avanço na luta na América Latina e Caribe

MMCC - Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade

CUBA: V Congresso da Federação de Mulheres Cubanas

"(...) milhões de mulheres em todo o mundo sentem a angústia de saber o perigo em que vivem os seus filhos, com medo da fome, da miséria, da falta de saúde, da ignorância, do desemprego; muitas sofrem a realidade diária de presenciarem a violação dos mais elementares direitos humanos. Nós, cubanas, temos a felicidade de viver nesta sociedade plena de realizações e possibilidades que tem posto fim para sempre à exploração, à ignorância e à opressão."

"(...) Em 30 anos de socialismo, a mulher marcada pelos preconceitos e a discriminação, a mais oprimida entre os oprimidos, se converteu em força fundamental da obra revolucionária. Tem sido parte ativa nas profundas transformações econômicas, políticas e sociais que avança para frente nosso povo. Uma vez que se tem transformado a si mesma, mediante um processo permanente de participação que tem propiciado seu desenvolvimento em todas as ordens (...)"

"(...) Nós, mulheres cubanas, somos hoje quase a metade da população, 38,6% da força de trabalho e 34% dos técnicos, 63% de estudantes pré-universitários, 57% dos universitários e 53,36 de graduados, quase 48% de médicos, 44% de médicos em família, e mais de 50% de médicas em 20 especialidades diferentes."

No próximo número de "Resistência", concluiremos o informe sobre o V Congresso da Federação de Mulheres Cubanas.

"A Comissão de Mujeres nos permite trabalhar em dois (2) níveis, um ao nível institucional (...) e outro é dando orientações legais especializadas".

"Observamos que 90% de mulheres provém da zona urbana marginal e das zonas pobres de Lima-Metropolitano. Para o Programa Direitos da Mulher, o trabalho na Comissão de Mujeres se converte em uma primeira experiência que nos permite avaliar e aperfeiçoar uma proposta de atenção legal a mulheres nos espaços públicos de convivência feminina, para que possa ser implementada em outros lugares, por outros serviços e em benefício de mais mulheres."

BRASIL

1. É com alegria e extrema satisfação que está circulando novamente o Jornal Cubano - Rio de Mulheres, que parou um pouco em 1990. Nós, do MMCC, saudamos a companheira Elza Lobo e demais coordenadoras da Rede Mulher e desejamos um ano para a nova gestão.

2. Muitas mulheres brasileiras participaram do V Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe. Representando o MMCC participou a companheira Benildea, tesoureira do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco do Araguaia e Coordenadora das Mulheres Sindicalistas do Sudeste do Pará. No próximo número, daremos maiores informes sobre o Encontro.

CUI: A Comissão Pró-Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais, organizou o I SEMINÁRIO ESTADUAL DA MULHER TRABALHADORA MISAL.

1. O Seminário iniciou no dia 30/11/90, às 20 horas, e muitas companheiras do campo e da cidade já estavam em perfeito entrocamento. O período do Seminário foi de 30/11 a 02/12.



Ilustração: Mulheres-Cuba

Fonte: Jornal Resistência, Belém/PA, Dezembro, 1990; Janeiro/Fevereiro, 1991, Ano XI, Nº 87. p. 12

Nas memórias das mulheres que acompanharam Iza está o reconhecimento de sua atuação na luta feminista, descrita como um ser humano, doce, amável, aguerrida e de muito amor pelos seus semelhantes. Aos que viveram a época de Iza, rememoram os atos com emoção e saudosismo da liderança daquela época, acrescentam dizendo que hoje não se luta mais como naquele momento histórico, embora o Brasil esteja vivendo um momento parecido, as pessoas estão acomodadas.

7. “SIMPLISMENTE IZA”, SEUS VESTÍGIOS NOS ESCRITOS, NAS MEMÓRIAS, SEU LEGADO E RECONHECIMENTO.

Figura 62 Iza Cunha



Fonte: Regatão Cultural³⁵⁴

7.1 Os vestígios de Iza

Para Paul Ricoeur³⁵⁵, os rastros são elementos fundamentais na interpretação da história, da memória e da identidade, e são essenciais para nossa compreensão do mundo e de nós mesmos. Ele discute o conceito de "rastros" em relação à hermenêutica, à memória e à narrativa. Para esse autor, os rastros são vestígios ou marcas deixadas

³⁵⁴ Disponível em <<http://paulorobertoferreira.blogspot.com.br/2016/06/oracao-por-uma-companheira-de-lutas.html?sref=fb>>. Acesso em 23 de junho de 2023

³⁵⁵ RICOEUR, Paul. Memória Pessoal, Memória Coletiva. In: **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François et. al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

por eventos passados que continuam a influenciar o presente e a moldar nossa compreensão do mundo. Um aspecto importante da teoria dos rastros de Ricoeur é sua ênfase na interpretação. Ele argumenta que os rastros são interpretados através de narrativas, que são formas de dar sentido aos eventos passados e presentes. As narrativas nos permitem conectar os rastros e construir uma compreensão coerente da história e da identidade pessoal e cultural³⁵⁶.

Além disso, Ricoeur discute os rastros como uma forma de memória. Os rastros são as maneiras pelas quais o passado continua a se fazer presente em nossas vidas, mesmo que de forma indireta ou inconsciente. Eles são a base sobre a qual construímos nossas identidades e compreendemos nossas experiências. Contudo, os apagamentos desses vestígios que ele considera como rastros levaria ao esquecimento. Dessa forma e esquecimento e vestígios estão diretamente ligados, uma vez que este autor defende que:

Como foi dito, a noção de rastros não se reduz nem ao rastro cortical; ambos consistem em marcas “exteriores”, embora em sentidos diferentes: o da instrução social para arquivo, o da organização biológica para o cérebro; resta o terceiro tipo de inscrição, o mais problemático, embora o mais significativo para a sequência de nossa investigação; ele consiste na persistência das impressões primeiras enquanto passividades: um acontecimento nos marcou, tocou, afetou e a marca afetiva permanece em nosso espírito³⁵⁷.

Várias são as experiências afetivas de Iza, uma das mais marcante politicamente falando, pode-se afirmar que foi passar pela luta contra a ditadura que a levou à prisão, como já foi mencionado anteriormente, acumulou experiências na área da política em meio aos movimentos sociais na luta partidária e se tornou historiadora. Dessa feita através de sua experiência de vida e todo o conhecimento que adquiriu, sobre vários temas, sobretudo sobre História das mulheres, passa a escrever sobre esse assunto, se posicionando em busca de uma agenda que buscasse os direitos delas até começar a falar como feminista escrevendo sobre Mulheres e gênero. Com isso, foi deixando seus vestígios pessoais, a ação e pensamento da época em que viveu. Portanto, revisitar os seus rastros e uma forma de não esquecer sua importância para os debates os quais ela protagonizou, ou esteve presente.

³⁵⁶ RICOEUR, Paul. Memória Pessoal, Memória Coletiva. In: **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François et. al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

³⁵⁷ *Ibid.* p. 436

Seus primeiros escritos e a forma como pensava a respeito dos direitos e emancipação das mulheres e/ou feminismo aparecem nas páginas do jornal Resistência, na década de 80 e depois nos anos 90 no Jornal do MMCC (Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade) e no jornal O Liberal, este último era e continua sendo um jornal da grande imprensa do estado do Pará. Nesse momento, não era tarefa fácil escrever sobre esse assunto, pois pensar a realidade feminina no que na atualidade se entende por feminismo ou feminismos ainda não era como é hoje. Iza não se posiciona em alguma vertente do feminismo, pois ela viveu a efervescência do feminismo chamado de “segunda onda”, ainda muito voltado para as demandas femininas mais gerais da sociedade, as pautas mais segmentadas vão ser popularizadas, com o feminismo negro que surge na década de 1970 e ganha visibilidade em 1980. O feminismo negro no Brasil tem raízes profundas e uma história marcada por lutas contra o racismo, o sexismo e outras formas de opressão. Aqui está uma visão geral da história do feminismo negro no país:

O feminismo negro no Brasil remonta aos tempos da escravidão, quando as mulheres negras enfrentavam uma dupla opressão baseada em gênero e raça. Elas desafiavam o sistema escravocrata e resistiam à violência e exploração, tornando-se pioneiras na luta por liberdade e justiça. Após a abolição da escravidão em 1888, as mulheres negras continuaram a enfrentar discriminação e marginalização. Elas se envolveram em movimentos sociais e políticos, defendendo seus direitos e buscando melhorias nas condições de vida. Durante o século XX, o movimento negro no Brasil ganhou força, destacando as interseções entre raça, classe e gênero. Mulheres negras desempenharam papéis fundamentais nesse movimento, articulando demandas específicas e desafiando a marginalização dentro do próprio movimento. A partir dos anos 1970, houve um crescente reconhecimento da identidade negra e da importância do feminismo negro como uma forma de resistência e empoderamento.

O feminismo negro no Brasil também trouxe uma crítica ao feminismo dominante, muitas vezes centrado nas experiências e perspectivas de mulheres brancas de classe média. As feministas negras argumentaram que as questões específicas das mulheres negras estavam sendo negligenciadas e que era necessário um feminismo mais inclusivo e interseccional. Nas décadas mais recentes, o feminismo negro no Brasil se fortaleceu com o surgimento de organizações, coletivos e iniciativas lideradas por mulheres negras. Esses grupos trabalham em questões como a representação nos

meios de comunicação, o combate à violência racial e de gênero, o acesso à saúde e à educação, a promoção do empreendedorismo e da autonomia econômica das mulheres negras. O feminismo negro no Brasil enfrenta uma série de desafios, incluindo o racismo estrutural, a violência institucional e a marginalização socioeconômica. No entanto, também tem alcançado importantes avanços na conscientização pública, na mobilização política e na promoção da igualdade racial e de gênero. Esse movimento foi influenciado por várias correntes do pensamento feminista, especialmente as ideias do feminismo negro nos Estados Unidos, mas também teve suas próprias características e demandas específicas, baseadas nas experiências das mulheres negras brasileiras. Entre as pensadoras e ativistas mais conhecidas desse período destaca-se:

Lélia Gonzalez, uma figura central no surgimento do feminismo negro no Brasil. Como antropóloga, socióloga e militante política, ela trouxe contribuições significativas para o debate sobre relações raciais, gênero e classe no país. Suas análises sobre a interseccionalidade das opressões e sua defesa de uma abordagem feminista negra foram fundamentais para o movimento. Beatriz Nascimento foi uma historiadora, ativista e intelectual brasileira que também desempenhou um papel importante no desenvolvimento do feminismo negro. Ela escreveu extensivamente sobre a história e a cultura afro-brasileira, destacando a importância da presença e da contribuição das mulheres negras para a sociedade brasileira. Sueli Carneiro é outra figura proeminente no feminismo negro brasileiro. Como filósofa e ativista, ela fundou o Geledés - Instituto da Mulher Negra, uma organização dedicada à promoção dos direitos das mulheres negras e à luta contra o racismo e o sexismo no Brasil. Seu trabalho tem sido fundamental para ampliar a visibilidade e o reconhecimento das questões enfrentadas pelas mulheres negras no país. Lecy Branquinho foi uma feminista negra brasileira que também desempenhou um papel significativo no movimento. Como educadora e militante política, ela defendeu os direitos das mulheres negras e a necessidade de uma abordagem interseccional no feminismo brasileiro.

Essas pensadoras e ativistas, entre outras, foram fundamentais para o surgimento e o desenvolvimento do feminismo negro no Brasil, trazendo análises críticas e demandas específicas que ajudaram a moldar o movimento e a sua agenda política. O feminismo negro no Brasil é uma parte essencial do movimento feminista mais amplo e continua a desempenhar um papel vital na luta por justiça social e igualdade para todas as mulheres.

Iza escreveu nas páginas do jornal Resistência dentro desse debate feminista ligado ao pensamento de Marx e Engels, principalmente relacionado a obra de Engels “A origem da família e da propriedade privada”. O posicionamento de Iza sobre as mulheres e suas condições de sujeitos na sociedade foi exposto através de um artigo escrito por ela para este veículo de comunicação em 1981, pela passagem do dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, intitulado “A luta das mulheres não é contra os homens. É contra o sistema”³⁵⁸. Antes de apresentar o texto de Iza, o Jornal apresenta o seguinte título: “História e mulheres”, e apresenta a história das mulheres que em protesto por melhores condições de trabalho, salário e carga horária morreram queimada em uma fábrica de Cotton e Nova York. Nessa mesma edição algumas charges de mulheres em atividades laborais também são apresentadas.

Nesse texto, Iza, entre outras coisas, fala sobre monogamia e família, dizendo que a propriedade privada trouxe modificações na forma de convívio entre as pessoas da casa, portanto ela seria uma invenção burguesa. Sua principal referência seria Engels e a obra “Família e Propriedade Privada”. O temário então seria a monogamia e a subalternidade da mulher, porém defende que é necessário deixar bem claro que a luta das mulheres não seria contra os homens, mas sim, contra o sistema que dava aos homens a visão de “Senhor, Patrão, Marido” e contra o autoritarismo encontrado no lar baseado na propriedade privada. Nesse sentido ela defende que era necessário a mulher participar da luta contra a velha estrutura de dominação, ou seja, era convocada a participar na construção de uma sociedade nova, onde seria possível para ela encontrar novas formas de vida que pudessem lhe satisfazer como pessoa.

³⁵⁸ Jornal Resistência, Belém/PA, março, 1981. Nº 22. p. 15

Figura 63 A luta das mulheres não é contra os homens. É contra o sistema

RESISTENCIA 15

HISTÓRIA/MULHERES



Há 73 anos, em Nova York, as operárias têxteis, da fábrica "Cotton", submetidas por péssimas condições de trabalho, revoltaram-se e ocuparam a fábrica, exigindo uma jornada de 10 horas de trabalho (quando o "normal", chegava até 16 horas). Os donos da fábrica chamaram a polícia, que incendiou o prédio, e 129 mulheres morreram queimadas. Era o dia 8 de março, desde então comemorado como o Dia Internacional da Mulher. O artigo abaixo faz uma análise histórica da situação das mulheres.




A luta das mulheres não é contra os homens. É contra o sistema.

Como vivem as mulheres pobres? Qual a visão de mundo que elas têm? Vivem no limite das condições da pobreza e o mundo é visto parcialmente, pela metade. O amor não é conhecido na sua totalidade, o amor sexual individual ainda é desconhecido (isto é, a mulher não tem ampla participação na relação sexual com seu companheiro) para a maioria das mulheres que exercem a função de dominada, com a finalidade de satisfazer principalmente o homem. É necessário deixar bem claro que a luta das mulheres não é contra os homens. É contra o sistema, que dá ao homem a visão de senhor, patrão, marido. É contra o completamento

Iza Cunha*

lia, submetendo a mulher, tornando-a dominada, seria possível solidificar a propriedade privada. Porque os filhos

responsável público pela educação das crianças. Hoje mesmo encontramos nos movimentos populares a campanha "ESCO-

Fonte: Jornal Resistência, Belém/PA, Março, 1981. Nº 22. p. 15

Iza declarou que era preciso deixar claro para homens e mulheres que nenhuma sociedade nova se faz sem a participação das mulheres, portanto, este seria o passo para a participação delas na política. Para ela era importante a emancipação e autonomia das mulheres, para que elas fossem integradas aos meios de produção, mas não só isso, Iza destacou também as questões afetivas e a liberdade sexual das mulheres de forma que elas pudessem ser amadas e conhecer o prazer sexual. Isto é, as mulheres precisavam ser reconhecidas como sujeitos em todos os âmbitos de suas vidas, pois elas correspondiam a metade da população, que inclusive não seria possível pensar uma transformação da sociedade sem a ajuda delas. Nesse sentido, ela escrevia o que pensava e o que estudava, ou seja, ela passa a ser uma militante intelectual ajudando outras pessoas a refletirem a vida e mudar de atitudes ou agregar novas formas de viver.

"Mulher, Estado e Revolução" é um livro da historiadora Wendy Goldman que examina o papel das mulheres na Revolução Russa e as políticas de gênero implementadas pelo Estado soviético nas décadas seguintes. No livro, Goldman aborda o Código do Casamento, da Família e da Tutela de 1918 como uma das primeiras legislações revolucionárias que buscaram transformar as relações de gênero e a estrutura familiar na Rússia pós-revolucionária. Goldman destaca a importância desse código como uma tentativa de criar uma nova ordem social baseada na igualdade de

gênero e na autonomia das mulheres. Ela analisa como o código foi influenciado por ideias feministas e socialistas, e como representou uma ruptura radical com as normas sociais e legais existentes³⁵⁹.

Além disso, Goldman examina as implicações práticas do código na vida das mulheres russas. Ela também discute como o Estado soviético buscou implementar e aplicar essas políticas, enfrentando desafios e resistência tanto dentro quanto fora do partido comunista. Goldman explora o complexo relacionamento entre as políticas de gênero do Estado soviético e as realidades da vida das mulheres na Rússia soviética. Ela examina como essas políticas evoluíram ao longo do tempo, especialmente durante os períodos de mudança política e ideológica, e como as mulheres russas responderam e se engajaram com essas políticas ao longo do século XX³⁶⁰.

Dentre essas políticas ela destaca, O Código do Casamento, da Família e da Tutela de 1918, elaborado pelo Comitê Executivo Central do Soviete, foi uma legislação significativa introduzida após a Revolução Bolchevique na Rússia. Esse código refletiu os ideais revolucionários da época e buscava transformar radicalmente as instituições tradicionais da família, do casamento e da tutela, de acordo com os princípios socialistas. Algumas das principais características e mudanças introduzidas pelo Código incluíram: O Código do Casamento de 1918 reconheceu a igualdade de direitos entre homens e mulheres no casamento. Isso incluiu a eliminação de práticas como o dote, que tradicionalmente colocava as mulheres em uma posição de dependência econômica dos homens; O Código facilitou o divórcio e removeu muitas das barreiras legais e sociais anteriores à dissolução do casamento. O divórcio tornou-se um processo mais simples e acessível para homens e mulheres; legalização do aborto na União Soviética, reconhecendo o direito das mulheres à autonomia reprodutiva e à escolha; o código também reconheceu as uniões livres como legítimas, conferindo direitos e proteções legais aos parceiros envolvidos; introduziu a ideia de que o Estado deveria assumir uma responsabilidade ativa na educação e na tutela das crianças, diminuindo a ênfase na autoridade patriarcal dentro da família³⁶¹.

³⁵⁹ GOLDMAN, Wendy. **Mulher, Estado e Revolução. Política familiar e vida social soviética, 1917-1936**. São Paulo: Boitempo: Iskra Edições, 2014

³⁶⁰ *Ibid.*

³⁶¹ *Ibid.*

Essas mudanças representaram uma ruptura significativa com as normas sociais e legais anteriores na Rússia e foram projetadas para refletir os princípios socialistas de igualdade, liberdade e autonomia individual. No entanto, algumas dessas políticas foram posteriormente revertidas ou modificadas durante os anos do governo soviético, sobretudo durante o período stalinista, quando houve uma restauração de certos aspectos da família tradicional e da moralidade conservadora.

O debate que Iza trava em suas palavras está diretamente ligado a luta das mulheres por emancipação e direitos. Contudo, mostra também outras formas de ser mulher no mundo quando elas são mais livres e desenvolvem maneiras de existência que não estão atreladas aos padrões sociais os quais a sociedade espera de uma mulher como, casar, ter filhos, e mesmo que ela desempenhasse esse papel era possível agregar outros valores, desenvolvendo a fala a escrita, se inserir em profissões que não necessariamente estivessem ligadas, ao cuidado e a maternidade. Como exemplo, temos a entrevista que Iza fez à poeta e Engenheira agrônoma, Eliana Barriga, onde comenta a sua forma de viver e o mundo lúdico de sua arte.

Figura 64 Divulgação do Livro de Heliana Barriga - Mulher Terra



Fonte: Jornal Resistência, Belém/PA, Setembro, 1990, Ano XI, Nº 84. p.12

O tema da entrevista de Iza à Eliana Barriga era: Passeio denúncia ao ventre da mulher terra, e Iza começa perguntando o que seria aquele assunto que Eliana abordava em seu livro:

Iza Cunha– Terra Mulher, o que é?

Eliana Barriga – terra Mulher pode ser observada de diversas maneiras. É como uma mesa, que se olha de todos os lados. Terra mulher é um passeio pelo corpo mulher e corpo terra. um passeio – denúncia numa linguagem poética. Com relação aos problemas de devastação da mulher e da terra e também uma vontade de fazer um elo de ligação entre a mulher e a terra, começando por sua fertilidade. Também devido a minha experiência com o campo. Fui criada no interior, ligada através da agronomia com campo, com as mulheres, com a natureza. Terra mulher é isso³⁶².

Iza comenta que a obra de Eliana seria uma reflexão a respeito da identidade da mulher e coloca na discussão a questão da mulher negra e da indígena, e classifica a Poeta como não sendo nem negra e nem indígena e pergunta se isso a tinha tocado e Eliana responde:

I.C – Esse livro, terra Mulher, reflete a identidade da mulher que está vivendo natureza e da mulher fértil mais na gente aparece outra identidade de mulher na natureza, que são a da mulher negra e a da mulher indígena. Tu não és negra nem indígena... esta sensibilidade te tocou quando?

E.B – Durante este passeio meu pela vida, a essência. Essas mulheres são vida. E como ter certeza de que eu não sou negra ou não sou índia? Mas eu sou tudo isso, durante essa caminhada³⁶³.

Iza pergunta sobre a profissão de Eliana e a respeito de sua veia poética, se ela derivava de sua origem do interior e ela responde:

I.C- Eliana, tu és agrônoma, com mestrado. Esta tua veia poética vem desde que tu moravas no interior, passando pelo curso, ou tu fizeste este curso com o estudo técnico a medida que já tinha extasiado este curso?

E.B – eu fui menina no interior. Agronomia foi uma consequência. A minha família queria que fizesse medicina e eu achava que deveria estudar ao ar livre. Eu pensei que agronomia fosse isso. Aquela relação de você trabalhar no campo, ao ar livre. Mas aí eu vi que não. Eu sou pessoa estudiosa, mas eu era uma pessoa dominada. Com a poesia começou a aflorar tudo e eu passei a me conhecer mais. Também senti muito conflito, quando comprei uma área e não consegui fazer aquilo que estava recomendado. Então uma coisa forte foi me puxando

I.C- O que te frustrou na agronomia? As ciências agrárias dirigidas para fazendeiros ou a frustração de não encontrar o encanto dos animais da terra, da natureza, da ecologia?

E.B – A frustração de não ter encanto e também a valorização do pequeno agricultor, porque ele é quem sustenta. Tivemos uma experiência? Trabalha com a pimenta, produz publicações. Larga esse negócio de malva, de juta que isso não dá IBOPE.

I.C- Tem uma poesia aqui que fala dos lavradores, dos pistoleiros. Essa poesia pode ser entendida como um grito a favor da reforma agrária³⁶⁴?

Eliana fala sobre a morte do homem do campo através dos crimes de aluguel, que descaracteriza as pessoas que não faziam parte dos “homens brancos” sendo

³⁶² Jornal Resistência, Belém/PA, setembro, 1990, Ano XI, Nº 84. p. 12

³⁶³ *Ibid.*

³⁶⁴ *Ibid.*

classificados como animais através da ideologia desse grupo que ela chama de “ideologia do matador”, conforme descrito abaixo:

E.B- Basicamente é a via que me toca. Estão matando homens do campo e esta é uma coisa esse negócio de crimes de aluguel, pessoas que ganham a vida matando outras. Eu estive no encontro dos indígenas e vi uma placa da UDR. Era comparando a um corpo de animal, algo como “se você não estivesse neste bando você não estaria sendo pisado”. Um desfile do que é a ideologia do matador³⁶⁵.

Eliana e a vida dividida entre a poesia e a agronomia, tentava viver de sua arte, embora levantasse a pauta com relação de que o público da poesia era reduzido, por isso a necessidade de montar os espetáculos para vários públicos.

I.C- o Show que estas fazendo no Waldemar Henrique tem identidade com a tua poesia?

E.B- A poesia tem um público muito restrito. Basicamente são nossos amigos. Em maio nós fizemos o Terra Mulher. Agora não ia dar pra repetir porque o público ia ser o mesmo. Então montamos um espetáculo novo em duas partes. Primeiro uma parte para crianças e jovens. MALA SEM FUNDO; depois vem IDENTIDADE POÉTICA, com poesias adultas. Pena que acabou³⁶⁶.

Duas mulheres e uma conversa sobre os padrões sociais e a luta que é viver fora dele. Nesse caso Iza pergunta para Eliana se ela não seguiu a sua carreira profissional para seguir a arte como ela sobrevivia, ela dá a seguinte resposta:

I.C – tu não te enquadrate no status quo da sociedade. No Caso dos agrônomos seria entrar numa empresa agropecuária ou num órgão do governo. Com este corte emoção e vida profissional, como é que tu sobrevives?

E.B- é interessante isso. Com bem pouco dinheiro. Com esperança. Eu digo sempre que eu não preciso de uma faculdade pra isso. É uma faculdade que está dentro de mim. É necessário todos os outros elementos da vida, pra alimentar o meu trabalho. É questão de poucos dias para começar a fazer uma coisa. Eu tenho um projeto para crianças chamado Mala sem fundo. Começou com a peça, depois o disco e agora uma sala de leitura> eu ganhei uma sala na escola Anchieta. Então há uma sensibilidade de eu me equilibrar economicamente. É um capricho³⁶⁷...

Iza tem a curiosidade de saber sobre a identidade de Eliana, uma vez que ela não se enquadrava nos status quo da sociedade, então como ela se definia, Eliana responde que era uma menina do interior de família conservadora que queria ser professora de piano e professora normalista, por conta disso ela entrou no conservatório de música Carlos Gomes e deu início a sua carreira artística, no relato dela é possível

³⁶⁵ Jornal Resistência, Belém/PA, setembro, 1990, Ano XI, Nº 84. p. 12

³⁶⁶ *Ibid.*

³⁶⁷ *Ibid.*

observar as nuances desse processo entre o esperado para uma mulher de sua época e o que ela queira viver:

I.C – E quem é a Eliana?

E.B- A Eliana veio do Castanhal, de uma família conservadora. Quando me perguntavam o que tu vais ser quando crescer? Eu respondia que ia ser professora de piano, professora normalista e professora de prendas domésticas. Então me botaram no Carlos Gomes. Quando vim pra cá fazer a quinta série. Não aguentei ficar aqui e voltei pra Castanhal, pra fazer o ginásio à noite. Aí estudei acordeom com uma protestante, para aproveitar o meu talento. Tocava no Club. Aí vim fazer o científico, depois o vestibular. Mas sempre ligada com a arte. Fazia Circo quadrilha, tocava em festa de colégio³⁶⁸

Sobre sua família quando Iza pergunta a Eliana se era dentro dos modelos formais ou fora dele, ela responde que considerava sua família normal, com encontros casuais em tempos em tempos. Comenta também sobre o grupo de Poetas que se chamava “Sociedade dos Poetas Vivos”, como uma paráfrase e inspiração do filme “Sociedade dos Poetas Mortos”, quem organizava esse grupo era o Poeta Antônio Juraci Siqueira e os encontros aconteciam na praça de República.

I.C- Tens uma família “formal” ou fora do modelo?

E.B- eu tenho família normal e uma família de poetas.

A família normal se junta de vez em quando, em determinados tempos.

I.C’- o que é a sociedade dos poetas vivos?³⁶⁹

E.B- Ela foi inspirada no filme no filme Sociedade dos Poetas Mortos, para aproveitar o clima que está ocorrendo com a poesia alternativa. No Brasil, em todos os lugares, tem poeta. Então a gente tá organizando. A sociedade dos poetas, no sentido de ver de estar atento pra tudo que se passa com a vida, em todos os segmentos da sociedade. É um poeta atento

I.C- E quem quiser ser um poeta vivo, como fazer?

E. B – Quem está organizando a sociedade é o Juraci Siqueira! Qualquer novidade estaremos lá no varal de poesias da Praça da República. A ideia é nos reunirmos numa noite de sexta feira, de lua cheia. A primeira reunião vai ser Assembleia dos Deuses. Não tem pauta. Vamos fazer os estatutos. A primeira obrigação é estar Vivo³⁷⁰.

O encontro entre duas mulheres. Uma com larga experiência política e a outra, com sua forma de encantar o mundo com a suave arte de deixar a vida mais leve, com ludicidade sem perder de vista a realidade dura do dia a dia. Contudo ambas de acordo com seu ritmo lutavam por uma sociedade mais justa. Iza indaga Eliana sobre se essa forma que ela vivia a deixava feliz, ela responde que a felicidade se dá por partes e a poesia lhe dava vida, ela não lhe salvava, mas lhe deixava em harmonia consigo mesma. Quando era criança foi chamada de egoísta devido sua autoestima elevada. Com essa

³⁶⁸ Jornal Resistência, Belém/PA, setembro, 1990, Ano XI, Nº 84. p. 12

³⁶⁹ *Ibid.*

³⁷⁰ *Ibid.*

resposta Eliana demonstra que sua felicidade não é total, pois para ser livre era preciso renunciar algumas coisas. Que a mulher ainda teria que encontrar a fórmula da felicidade, no entanto era tão forte a vontade de ser livre que ela se identificava com a poesia e com isso se sentia feliz.

I.C- Essa tua ansiedade pela vida ... ela chega a te trazer uma satisfação, por mínima que seja, fazendo arte, poesia, trabalhando com outras pessoas, harmonizando o que as outras pessoas.

E.B – Qualquer faceta da vida te traz alguma coisa. Você por exemplo é uma mulher politizada. Eu faço poesia. A poesia realmente me dá vida. É uma fonte. Ela não salva. Eu me encontro em harmonia comigo mesma. Quando eu era pequena, era taxada de egoísta. Eu me amava muito quando era pequena, me achava um barato, muito bonita. Eu já tive até problemas por causa deste egoísmo.

I.C –Eliana, você é feliz?

E.B- A felicidade é por parte. Às vezes para se ser livre é preciso renunciar a outras coisas. Eu brigo por isso. Não sou totalmente feliz. A mulher ainda tem que encontrar a fórmula da felicidade. Mas é tão forte em esta possibilidade de ser livre e tão identificada com poesia que a gente vai tentando. Acho que é essa a minha felicidade³⁷¹.

7.2 A Compaixão

O luto é de difícil superação, a pessoa enlutada carece de atenção respeito e solidariedade para superar esse momento de dor, entretanto a morte sempre é algo enigmático e pede uma reflexão sobre a vida. Iza tinha consciência, sensibilidade e empatia, pois era daquelas pessoas que se importava com a dor do outro, por isso dedica uma matéria do jornal Resistência, no caderno mulher, para se solidarizar com Maria e Luís devido a filha do casal ter falecido. Nessa matéria Iza posta uma imagem com os nomes de Maria e Luís e segue com duas poesias como forma de lamento e comenta sobre casamento, maternidade, paternidade e a dor da morte.

³⁷¹ Jornal Resistência, Belém/PA, setembro, 1990, Ano XI, Nº 84. p. 12

Figura 65 Charge Maria e Luís



Fonte: Jornal Resistência, Belém/PA, Dezembro, 1990; Janeiro/Fevereiro, 1991, Ano XI, Nº 87. p. 11

A primeira poesia escolhida de pôr Iza foi, despedida, de autoria de Diogo Fontenelle, que fala sobre perda, algo que denota saudade, partida e o que fica é a lembrança,

DESPEDIDA
 E direi a todos que uma estrela perdeu sua noite
 E uma noite perdeu sua estrela...
 E direi a todos que não haverá ressentimento
 Ficaré conosco a sombra do que foi estrela
 Presa ao sonho do que foi noite...
 Diogo Fontenelle³⁷²

Sobre o Poema de Diogo Fontenelle, diz que “essa estrela representa o sonho dialético do viver e morrer e continuar vivendo”, ao fazer a aplicação do poema para a realidade comenta que, “Hanna não ficará conosco só como ‘sombra do que foi estrela’. Ficaré como estrela brilhante, cintilante, viva, que apareceu, desapareceu e deixou marcas indeléveis nos corações e mentes dos que a amavam”.

³⁷² Jornal Resistência, Belém/PA, dezembro, 1990; janeiro/fevereiro, 1991, Ano XI, Nº 87. p. 11

Existem pessoas que são curativas para outras, estão no lugar certo, na hora oportuna e com palavras reconfortante, são sensíveis a escuta e percebem de longe a necessidade de cada coração humano. Iza era uma dessas pessoas amáveis, empáticas e assertivas que tinha a missão de aliviar as dificuldades e dores de outras pessoas. Diante da morte de Hanna ela se coloca exatamente nessa posição trazendo palavras de consolo, sobre isso ela mesmo conta com detalhes:

Tenho com perfeição o dia e que o Luis me telefonou no meio da Noite: “Nasceu a Hanna! É Hanna e não Ana como tua Filha”. Era só felicidade por ser um Pai, como desejam e querem os filhos. Quando Hanna se foi, pequenina, bonita, enfeitada, como que dormindo um sono profundo, eu disse ao Luís: Ela foi uma estrela, dessas que são visíveis e somem de repente”. Luís concluiu: “Ela será sempre uma estrelinha que ficará circulando, longe, perto, aqui, ontem, hoje, amanhã”. Minha emoção me impedia d pronunciar qualquer palavra de consolo. Mas, fiquei perplexa, chocada, com uma profunda dor que só as mães conseguem sentir. Por isso, resolvi, via Resistência, falar com, Maria, e com você Luís.

A madrinha do casamento de Maria e Luís lembra do dia em que os dois disseram o sim e se uniram em um bonito matrimônio seguindo um rito formal do casamento tradicional, que segundo ela, alegrava aos pais. Iza não se detém nessa crítica as estruturas sociais que levam as pessoas e se casarem no civil ou no religioso, contudo comenta que testemunhou para os demais o selo do amor dos dois, que passaram a lhe considerar como madrinha e vai além dizendo que gostava do casal.

Lembram, uma manhã bonita e morna? Naquela sala de casamentos do fórum, Luis inquieto esperava por Maria, que, como toda noiva, sabe usar o charme e deixar-se esperar um pouco.

De repente, lá vem Maria de Azul em seda, com um matreiro sorriso como que desfazendo a tensão e, calmos, responderam o sim, trocaram alianças e assinaram seus nomes na frente da juíza. Cumprido estava a formalidade do casamento tradicional que, tanto o alegra os corações dos pais. Eu, lá, observando tudo, testemunhei para o público o selo do amor entre os dois seres que passaram a me considerar madrinha. Gosto dos dois³⁷³.

Na descrição de onde Iza conhecia Luís ela comenta não só que o conheceu como aluno quando ela dava aulas no IPAR (Instituto Pastoral Regional – ligado à Igreja Católica Romana), mas também suas principais características como pessoa, e como um jovem convertido a uma consciência fora da alienação burguesa. Luís e Maria formavam então um casal revolucionário com posições ideológicas parecidas a dela,

Luis conheci no IPAR, assistindo as aulas de história que em conjunto com Jean, Rosa, Bernardo e Edson formavam um grupo que muita felicidade eu aos nossos alunos apreensões ao Conselho Diretor. Luís era perguntador,

³⁷³ Jornal Resistência, Belém/PA, dezembro, 1990; janeiro/fevereiro, 1991, Ano XI, Nº 87. p. 11

falante, inquieto. Como todo jovem da sua geração aceitou a discussão de novo e largou de novo os preconceitos burgueses que alienam a consciência e tornam insípido o coração. Luís exultou com a revolução sandinista, fazendo coro a mais de noventa por cento dos alunos do IPAR. Militamos juntos e sempre tivemos posições parecidas. Luís e Maria são um casal de jovens revolucionários. Luís elegeu-se Vereador e o poder não lhe subiu a cabeça. Continuou simples, conversador. Perguntador, inquieto como antes³⁷⁴.

Na posição de ex-professora, companheira de militância e madrinha de casamento, Iza consegue decifrar o que deixava Luís feliz e conforme ela percebia, a felicidade dele estava ligada à sua mulher, Maria e seus filhos, Iuri e Hanna, que havia partido precocemente. Porém, se havia falado como conheceu Luís, era importante registrar como conheceu Maria, nessa oportunidade deixa claro a luta das mulheres no enfrentamento das batalhas diárias, na conjugalidade de trabalho fora de casa, trabalho doméstico maternidade e o desejo associado a cobrança para participar da política, tarefa essa muito difícil para conciliar com outros papéis já citados sobre isso,

Maria, conheci na luta. Como Luís, são professores mal pagos da rede pública de ensino. E aquela menina magrinha, inspirando ternura, mas forte na defesa de posições, impressionou-me o suficiente para entender que se tratava aparentemente de uma mulher frágil, mas superforte no enfrentamento diário da vida e da luta política anticapitalista. Maria, com a primeira maternidade, foi conjugar trabalho, fraldas tarefas domésticas. Um dia me confidenciou que havia cobrança para ela participasse mais das tarefas políticas, e, meio triste, me dizia que era impossível. Dei-lhe apoio. Disse que com Iuri e Hanna a exigi-lhe, era compará-la a supermãe e essa raridade não existe. É pura ficção. Ainda bem. Mas, naquele seu jeitinho super feminino, não parecia que essa estória lhe aborrecesse. A última vez que conversamos, foi na piscina do sindicato dos trabalhadores em Alimentação. Aquele dia foi uma festa. Conversamos quase com o suficiente. Depois, encontrei-a abatida, triste, inconsolável pela perda de Hanna. Senti vontade de abraçá-la forte de dizer-lhe muita coisa. Mas, infelizmente, não consegui³⁷⁵.

Em chamamento para Maria e Luís, a madrinha do casal fala que: “o entendimento teórico da morte é fácil para nós”. Todavia na tentativa de dizer que na prática a morte é algo bem difícil principalmente quando se trata “de um serzinho adorável como Hanna”, se tornava impossível não dar atenção, ou seja, passar como se nada tivesse acontecido, por isso era importante para os pais viverem o luto e ela recomenda: “Chorem ainda mais e quando as lágrimas cessarem, sentem, conversem, se amem, fiquem mais juntos, mais unidos. Hanna, a estrelinha reluzente sorrirá e

³⁷⁴ Jornal Resistência, Belém/PA, dezembro, 1990; janeiro/fevereiro, 1991, Ano XI, Nº 87. p. 11

³⁷⁵ *Ibid.*

sorrirá. E a alegria, renascida do infortúnio, reflorescerá”. Após esse conselho Iza publica o segundo Poema, com autoria de Manoel Bandeira, “A Estrela da Tarde”:

ESTRELA DA TARDE
 Manoel Bandeira
 Dorme, dorme, dorme..
 Quem te alisa a testa
 Não é Malatesta,
 Nem Pantagruel
 - O poeta enorme.
 Quem te alisa a testa
 É aquela que vive
 Sempre adolescente
 Nos oásis mais frescos
 De tua lembrança.
 Dorme: ela te nina
 - Sabes como é-
 Te conta a experiência
 Do Vário Passado
 Das Várias idades.
 Te oferece a aurora
 Do primeiro riso
 Te oferece o esmalte
 Do primeiro dente.
 A dor passará
 Como antigamente
 Quando ela chegava.
 Dorme... ela te nina
 Como se hoje fosses
 A sua menina.
 Com um beijo da madrinha Companheira,
 Iza Cunha
 Belém, 13 de dezembro de 1990³⁷⁶.
 Créditos: Iza Cunha é historiadora e membro do MMCC

7.3 Mulher, no tempo, na história e na modernidade

Nos anos de 1990, Iza escreve sobre a condição da mulher na sociedade e como se deu esse processo de existir como um ser humano, que teve que vencer as adversidades de subjugo ligado à sua biologia. Ela faz uma retrospectiva da história das mulheres, desde a antiguidade até a data da publicação da matéria no início da década de 1990.

³⁷⁶ Jornal Resistência, Belém/PA, dezembro, 1990; janeiro/fevereiro, 1991, Ano XI, Nº 87. p.

Figura 66 Mulher: No tempo, na história, na modernidade

Mulher: No tempo, na história, na modernidade

IZA CUNHA

No mais antigo e remoto tempo, já havia preocupação com ou sobre a Mulher. Na chamada Antiguidade(1), o tema Mulher era tratado com a visão de que a mulher era covarde, satanás, praga, ou uma degenerescência do homem.

Há mais de quinhentos anos a mulher, ainda, era tratada como ser falho, tutelada pelo homem, inferior em força e dignidade. Ao contrário, ao homem todas as qualidades e aptidões.

No nosso tempo, contando mais de cem anos para trás, a mulher continua sendo tratada como inferior e confirmada sua falta de criatividade. Sua humilhação é explicada pelas questões biológicas. Por esta lógica, se lhe é natural a maternidade, também o será cuidar da casa da educação dos filhos. Por volta dos mesmos cem anos atrás, é voz corrente que é no casamento e na maternidade que se dá o destino e a felicidade da mulher. Considerar a mulher burra, indiscreta e fraca permanece até hoje. Escritores, pensadores, políticos, no começo do nosso século, permaneciam no estigma de que a mulher não pode ser mais do que uma boa dona-de-casa, ou que da mesma só pode esperar recalcamento, maternidade, vulnerabilidade e outros "defeitos". Um filósofo, chamado Schopenhauer afirmou que a mulher "é uma armadilha da natureza que foi feita para enganar o homem, pegá-lo, fazê-lo sair do seu caminho e conduzi-lo ao casamento e a culpa."

Outro filósofo, chamado Nietzsche, também é contra a mulher e chega a afirmar: "na mulher tudo é insigna, e tudo tem solução: a gravidez. Para a mulher, o homem é um instrumento e o fim é sempre o filho. Nas: o que é a mulher para o homem? É o brinquedo mais perigoso. O homem deve ser educado para a guerra, a mulher para a recreação do governante. O resto é loucura."

Do lado dessas idéias atrasadas que justificam o tratamento inferior e discriminado, surgiram vozes que, mesmo na antiguidade lutaram contra a inferioridade social da mulher. Eram homens e mulheres que, apesar dos pesares, hoje, são chamados de precursores do feminismo.

Na Idade Média, mais ou menos 500 anos atrás, Christine de Pisan pode ser considerada uma das primeiras feministas. Nos seus livros: *Romanço da Rosa, Cidade da Mulher e Livro das Três Virtudes*, ela defendia a mulher, por meio de argumentos de cunho natural, não conseguindo avançar muito na sua análise.

Foi com o Capitalismo que a discussão sobre a questão da mulher começou a tomar outros rumos, levando-as a se organizarem na luta pelos seus direitos sociais, políticos e econômicos. No capitalismo, as mulheres assumiram seu papel de movimento para o sistema, vendendo sua força de trabalho muito barato e assumindo a dupla jornada de trabalho. Ou seja, trabalhar mais de 16 horas nas fábricas, para os patrões e, ainda, trabalhar nos serviços domésticos, em casa. Nessa segunda jornada, os filhos eram os auxiliares das mães.

Com o avanço tecnológico dos instrumentos de trabalho e do aperfeiçoamento da mão-de-obra, as mulheres tomaram consciência de sua exploração e, junto com os operários também explorados, participaram da luta pela diminuição da jornada de trabalho. Nessa luta 129 mulheres foram mortas queimadas numa fábrica de tecidos, em New York. Essa luta, que se deu na Inglaterra, França e Estados Unidos, espalhou-se por toda parte do mundo. As mulheres iam às ruas públicas defender o direito ao voto e, por isso, passaram a ser chamadas de sufragistas. Essa luta teve início depois de 1948.

Aqui no Brasil, a luta pelo voto demorou 40 anos. Com o Governo de Getúlio Vargas e a Constituição de 1934, o direito do voto às mulheres foi legalizado. Com a 2ª Guerra Mundial, que terminou em 1945, a participação feminina foi marcante, na reorganização ou trabalhando nas fábricas para produzir materiais bélicos ou alimentos, nas frentes de luta ou nos exércitos ou nos combates de guerrilha, na luta e defesa dos seus países contra o Nazismo.

Nessa guerra, três mulheres de França morreram na resistência contra o inimigo: Daniele Casanova, Berthie Albrecht e Suzanne Brisson. Na Itália, 70 mil mulheres e Eva. Nos Estados Unidos, na Inglaterra, no Brasil, milhares de mulheres lutaram contra a ditadura nazista, na qual Hitler era a maior expressão, e que, pela sua loucura, vitimou milhares de comunistas, judeus e negros.

Com a mulher na luta política, na luta econômica, e no dia-a-dia, despertou nas Mulheres de todo o mundo a necessidade de se organizarem, defendendo não apenas os direitos de todo ser humano, ao trabalho com condições salariais e locais condizentes com a realidade, mas, fundamentalmente, pelos seus direitos específicos, como o direito de decidir sobre o seu próprio corpo, podendo discutir o amor, a maternidade, o prazer, o aborto etc... Simone de Beauvoir, no livro *O 2º Sexo*, foi a primeira a colocar a questão feminista, depois da 2ª Guerra.

Aqui no Brasil, não aconteceu diferente. As mulheres assumiram seu papel de combatentes. Participaram na luta pela derrubada de Getúlio Vargas, estiveram presentes nos sindicatos, nos partidos políticos, nas associações de bairro. Entraram para as escolas e para as universidades, como forma de se capacitarem politicamente e ideologicamente, assim como profissionalmente, para poderem entrar no mercado de trabalho em condições de igualdade com os homens, e tornarem-se mulheres propagadoras de uma nova mentalidade, capazes de repercutir na criação dos filhos e na cabeça dos homens, para que uma nova conjuntura surja apontando para o fim da discriminação feminina.

Vale lembrar nomes de grandes mulheres como de Olga Benário, mulher de Carlos Prestes, que, presa pelo governo brasileiro foi entregue ao governo alemão, por onde foi morta na segunda guerra mundial. As guerrilheiras do Araguaia, assassinadas pelo Exército Brasileiro em 1972, aqui no Sul do Brasil.

A partir de 1970, as mulheres brasileiras partiram para desvendar os segredos da questão feminista, as causas da opressão feminina, a luta pela liberdade e por uma sociedade mais justa, fraterna e sem classes. 1970 foi a marca dos gritos feministas. Levando a ONU a discutir a

Movimento da Mulher Negra; do Movimento da Mulher Marginalizada; de Mulheres organizadas em Sindicatos, em partidos e independentes.

Cada Movimento agrupa questões gerais e específicas. O divisor de águas está na interpretação das questões que serão as mais prioritárias, sendo elas de ordem geral ou específicas. Como por exemplo: participar da libertação do país e discutir depois as questões da mulher ou participar da libertação e iniciar agora o processo da mulher nova?

Hoje, há diversos grupos de mulheres organizadas lutando pela libertação e melhorias da condição feminina. As lutas principais são:

1. Contra a discriminação de raça, cor, religião, ideologia, política e sexual;
2. Contra a violência masculina, política, política, patronal e outras;
3. Contra a discriminação salarial, de emprego (profissional) etc.;
4. Contra todo o tipo de opressão;
5. Por uma sociedade onde se possa viver em condições dignas e felizes.

(1) Um filósofo chamado Platão dizia: "os homens covardes, que foram injustos durante sua vida, serão muito provavelmente transformados em mulheres quando reencarnarem".

Outro, chamado Aristóteles dizia: "A fêmea é fêmea em virtude de certas faltas de qualidades. A mulher é mais vulnerável à piedade, ela chora...cos."

Fonte: Jornal Resistência, Belém/PA, Dezembro, 1990; Janeiro/Fevereiro, 1991, Ano XI, Nº 87. p. 14

A matéria com o título - MULHER: No tempo, na história, na modernidade, Iza mostra a visão pejorativa com a relação as mulheres, o tempo passou, mas esse imaginário ainda permanecia e o feminino continuava sendo um ser inferior ao masculino/homens, com falta de criatividade, sempre ligada ao cuidado como esposa, mãe e dona de casa, conforme pormenorizado a seguir:

No mais antigo e remoto tempo, já havia preocupação com ou sobre a Mulher. Na chamada Antiguidade (1), o tema Mulher era tratado com a visão de que a mulher era covarde, satanás, praga, ou uma degenerescência do homem. Há mais de quinhentos anos a mulher, ainda, era tratada como ser falho, tutelada pelo homem, inferior em força e dignidade. Ao contrário, ao homem todas as qualidades e aptidões. No nosso tempo, contando mais de cem anos para trás, a mulher continua sendo tratada como inferior e confirmada sua falta de criatividade. Sua humilhação é explicada pelas questões biológicas. Por esta lógica, se lhe é natural a maternidade, também o será cuidar da casa da educação dos filhos. Por volta dos mesmos cem anos atrás, é voz corrente que é no casamento e na maternidade que se dá o destino e a felicidade da mulher. Considerar a mulher burra, indiscreta e fraca permanece até hoje³⁷⁷.

Sobre os estigmas das mulheres e o que autores e pensadores diziam sobre as mulheres, Iza Cunha especifica: Schopenhauer via a mulher como traíçoira e conduzia

³⁷⁷ Jornal Resistência, Belém/PA, dezembro, 1990; janeiro/fevereiro, 1991, Ano XI, Nº 87. p. 11

o homem ao casamento e cópula; Nietzsche – chega a afirmar que a mulher seria enigmática mostrando qual seria o papel da mulher, os detalhes desse pensamento ela explica:

Escritores, pensadores, políticos, no começo do nosso século, permaneceram no estigma de que a mulher não pode ser mais do que uma boa dona-de-casa, ou que da mesma só pode esperar recalçamento, maternidade, vulnerabilidade e outros “defeitos”. Um filósofo, chamado Schopenhauer afirmou que a mulher “é uma armadilha da natureza que foi feita para enganar o homem, cegá-lo, fazê-lo sair do seu caminho e conduzi-lo ao casamento e a cópula. Outro filósofo, chamada Nietzsche, também é contra a mulher e chega a afirmar: “na mulher tudo é enigma, e tudo tem solução: a gravidez. Para a Mulher, o homem é um instrumento e o fim é sempre: o filho. Mas, o que é a mulher para o homem? É o brinquedo mais perigoso. O homem deve ser educado para a guerra, a Mulher para a recreação do guerreiro. O resto é loucura”³⁷⁸.

Para se contrapor a esse pensamento depreciativo em relação as mulheres, Iza Cunha demonstra outros pensadores que romperam com essa ideia da discriminação e inferiorização social da mulher, para tanto ela fala sobre Safo, uma importante poeta grega, que morava na ilha de Lesbos e criou o Centro de Formação intelectual da Mulher, fala também de Cristine Pison e suas obras, como uma das primeiras feministas. Com isso, uma outra história vai se estabelecendo para as mulheres, sobre o assunto é possível ver nas nuances a seguir:

Ao lado dessas ideias atrasadas que justificam o tratamento inferior e discriminado, surgiram vozes que, mesmo na antiguidade lutaram contra a inferioridade social da mulher. Eram homens e mulheres que, apesar dos passares, hoje, são chamados precursores do feminismo. Na antiguidade, SAFO, uma poetisa grega que morava na ilha de Lesbos, criou um Centro de formação Intelectual da Mulher. Na Idade Média, mais ou menos 500 anos atrás, Cristine de Pison pode ser considerada uma das primeiras feministas. Nos seus livros: Romance da Rosa, Cidade da Mulher e Livro das Três Virtudes, ela defendia a mulher, porém com argumentos de cunho natural, não conseguindo avançar muito na sua análise³⁷⁹.

Embora mencione importantes autores que começaram a travar a discussão sobre a condição da mulher na sociedade, mas ela considera que foi com a ascensão do capitalismo que esse debate tomou outros rumos. Pois foi quando aconteceu a organização pelos direitos sociais, políticos e econômicos, já que foi nele que as mulheres passaram a ser mão de obra para o sistema e com isso sua força de trabalho

³⁷⁸ Jornal Resistência, Belém/PA, dezembro, 1990; janeiro/fevereiro, 1991, Ano XI, Nº 87. p. 11

³⁷⁹ *Ibid.*

era barata e assumiam uma dupla jornada de trabalho, na narrativa subsequente ela detalha esse período e suas mudanças:

Foi com o capitalismo que a discussão sobre a questão da mulher começou a tomar outros rumos, levando-se a se organizarem na luta pelos seus direitos sociais, políticos e econômicos. No capitalismo, as mulheres assumiram seu papel de mão-de-obra para o sistema, vendendo sua força de trabalho muito barato e assumindo a dupla jornada de trabalho. Ou seja, trabalhar mais 16 horas nas fábricas, para os patrões e, ainda, trabalhar nos serviços domésticos, em casa. Nessa segunda jornada, os filhos eram os auxiliares das mães³⁸⁰.

Com o capitalismo, as mulheres entram em outra problemática que é a relação delas com o mundo do trabalho e suas explorações, se para os homens que eram a categoria privilegiada essa temática já era tensa e difícil, imagine para as mulheres que eram consideradas seres humanos de segunda categoria? Não obstante é nesse contexto que as mulheres tomam consciência de suas explorações e iniciam as lutas que reverberam até os dias de hoje. Iza cita o caso emblemático das 129 mulheres que lutavam pela redução da jornada de trabalho e morreram em uma fábrica de tecidos em Nova York, ou melhor foram queimadas vivas em função de suas lutas. Relembra também a luta pelo direito ao voto em 1848, movimento esse que ficou conhecido como sufragista, a respeito desses temas ela comenta:

Com o avanço tecnológico dos instrumentos de trabalho e do aperfeiçoamento da mão-de-obra, as mulheres tomaram consciência de sua exploração e, junto com os operários também explorados, participaram da luta pela diminuição da jornada de trabalho. Nessa luta 129 mulheres foram mortas queimadas numa fábrica de tecidos, em New York. Essa Luta, que se deu na Inglaterra, França e Estados Unidos, espalhou-se por toda parte do mundo. As mulheres iam as vias públicas defender o direito ao voto, e, por isso, passaram a ser chamadas de sufragistas. Essa luta teve início depois de 1848³⁸¹.

A importância da participação feminina no mundo do trabalho foi muito importante para emancipação delas e no Brasil não foi diferente, visto que as mulheres também lutaram pelo direito ao voto, embora essa conquista tenha demorado 40 anos. Aproveitando o ensejo, Iza também comenta sobre a participação das mulheres nas guerras e guerrilhas e na luta dos seus países contra o Nazismo, a propósito, assim ela fala de mulheres que morreram em combate e detalha quem foram:

Aqui no Brasil, a luta pelo voto demorou 40 anos. Com a 2ª Guerra Mundial, que terminou em 1945, a participação feminina foi marcante, na

³⁸⁰ Jornal Resistência, Belém/PA, dezembro, 1990; janeiro/fevereiro, 1991, Ano XI, Nº 87. p. 11

³⁸¹ *Ibid.*

retaguarda ou trabalhando nas fábricas para produzir materiais bélicos ou alimentos, nas frentes de luta ou nos exércitos ou nos combates de guerrilha, na luta e defesa dos seus países contra o Nazismo. Nessa guerra, três mulheres da França morreram na resistência contra o inimigo: Daniele Casanova, Berthie Albrecht e Susanne Brisson. Na Itália. 70 mil mulheres fizeram parte do Grupo de defesa da Mulher. Na Espanha, milhares de mulheres como Eva Forest, estiveram na Luta. Na Alemanha, contra o Nazismo estavam lutando Joan e Eva. Nos Estados Unidos, na Inglaterra, no Brasil, milhares de mulheres lutaram contra a ditadura nazista, na qual Hitler era a maior expressão, e que, pela sua loucura, vitimou milhares de comunistas, judeus e negros³⁸².

Com as mulheres no mercado de trabalho as lutas políticas se intensificaram, e com isso apareceu a necessidade de se organizarem, não somente para lutar pelo amplo direito de qualquer ser humano, mas por seus direitos específicos e Iza considera que Simone de Beauvoir teve um importante papel nesse processo, após ela escrever a sua obra o segundo sexo, para ela essa autora foi a primeira a colocar a questão feminista, após a segunda guerra.

Com a mulher na luta política, na luta econômica, e no dia-a-dia, despertou nas mulheres de todo o mundo a necessidade de se organizarem. Defendendo não apenas os direitos de todo ser humano, ao trabalho com condições salariais e locais condignas. Mas, fundamentalmente, pelos seus direitos específicos, como o direito de decidir o amor, a maternidade, o prazer, o aborto etc. Simone de Beauvoir, no livro 2º sexo, foi a primeira a colocar a questão feminista, depois da 2ª Guerra³⁸³.

O protagonismo das mulheres nas lutas políticas no Brasil também foi algo que Iza comentou nessa matéria de jornal e ela aponta que, elas contribuíram para a derrubada de Getúlio Vargas, e estiveram presentes em vários movimentos sociais, associativistas e partidos. Elas começaram a ter uma escolaridade mais elevada e dessa forma adquiriram conhecimento e maior capacitação política e ideológica, bem como para entrar no mercado de trabalho e conseguir concorrer a iguais condições que os homens e com isso quem sabe chegar ao fim da discriminação feminina. Nesse debate ela acrescenta o nome de algumas mulheres que foram importantes nesse ponto específico, são elas: Olga Benário – entregue pelo governo brasileiro ao Nazismo; as guerrilheiras do Araguaia – mortas pelo exército em 1972. Mesmo em condições bem adversas às mulheres brasileiras, ainda assim construíram uma agenda de batalhas onde

³⁸² Jornal Resistência, Belém/PA, dezembro, 1990; janeiro/fevereiro, 1991, Ano XI, Nº 87. p. 11

³⁸³ *Ibid.*

elas eram as protagonistas e com isso acabavam sofrendo com represálias, retaliações e morte. Essa problemática fica expressa nas palavras de Iza:

Aqui no Brasil, não aconteceu diferente. As mulheres assumiram seu papel de combatentes. Participaram na luta pela derrubada de Getúlio Vargas, estiveram presentes nos sindicatos, nos partidos políticos, nas associações de bairro. Entraram para as escolas e para as universidades, como forma de se capacitarem politicamente e ideologicamente, assim como profissionalmente, para poderem entrar no mercado de trabalho em condições de igualdade com homens, e tornarem-se mulheres propagadoras de uma nova mentalidade, capaz de repercutir na criação dos filhos e na cabeça dos homens, para que uma nova conjuntura surja apontando para o fim da discriminação feminina. Vale lembrar nomes de grandes mulheres de Olga Benário, Mulher de Carlos Prestes, que presa pelo governo brasileiro foi entregue ao governo alemão, por onde foi morta na segunda guerra mundial. As guerrilheiras do Araguaia, assassinadas pelo Exército brasileiro em 1972, aqui no sul do Pará³⁸⁴.

A década de 1970, foi uma importante década para as teorias e os movimentos feministas no mundo todo, no Brasil isso não foi diferente. Quando Iza fala sobre esse assunto ela não está simplesmente narrando essa história, dado que foi algo que ela viveu, ou seja, estava na luta e graças ao seu conhecimento político, ajudou na construção dessas demandas, pois conforme já foi mencionado em outras partes deste trabalho, foi em razão da luta de mulheres socialistas, comunistas exilados ou não que a luta feminista começa em solo brasileiro, e sobre a novidade pra esse corpo feminino Iza comenta sobre:

A partir de 1970, as mulheres brasileiras partiram para desvendar os segredos da questão feminista, as causas da opressão feminina, a luta pela liberdade e por uma sociedade mais justa, fraterna e sem classes. 1970 foi marca dos gritos feministas. Levando a ONU a denominar a década da Mulher³⁸⁵.

Se a década de 1970 foi considerada pela ONU a década da Mulher, na década de 1980 as mulheres já estavam mais organizadas e se fragmentando para as diferenciações entre elas e nessa conjuntura surgem grupos diferentes. Nessa oportunidade também surge o movimento da mulher negra e suas especificidades. Contudo haviam dificuldades nas questões que iam priorizar, ou seja, dariam urgências as questões do País ou as das mulheres, enfim, todas lutas eram necessárias, por isso a dúvida:

A partir de 1982, as mulheres participaram das mais diversas organizações. Participaram de Federação da mulher Brasileira; do Movimento da mulher

³⁸⁴ Jornal Resistência, Belém/PA, dezembro, 1990; janeiro/fevereiro, 1991, Ano XI, Nº 87. p.

11

³⁸⁵ *Ibid.*

Negra; do movimento da mulher Marginalizada; de Mulheres organizadas em sindicatos, em partidos e independentes. Cada Movimento agrupa questões gerais específicas. O divisor de águas está na interpretação das questões que seriam as mais prioritárias, sendo elas de ordem geral ou específicas. Como por exemplo: participar da liberação do país e discutir depois as questões da mulher ou participar da libertação e iniciar agora o processo da Mulher nova?³⁸⁶

A década de 1990 era o momento em que Iza estava escrevendo a matéria em questão, daí o uso da palavra hoje, para se referir aquele momento, em que as mulheres já se encontravam organizadas em subdivisões com lutas específicas pela libertação das melhorias das condições da vida feminina, desse modo ela separa os tipos de lutas, conforme é possível ver a seguir:

Hoje, há diversos grupos de mulheres organizadas lutando pela libertação e melhorias da condição feminina. As lutas principais são:

1. Contra a discriminação de raça, cor, religião, ideologia, política e sexual;
2. Contra a violência masculina, política, patronal e outras;
3. Contra a discriminação salarial, emprego (profissional) etc.;
4. Contra todo o tipo de opressão;
5. Por uma sociedade onde se possa viver em condições dignas e feliz³⁸⁷.

Sobre o assunto da discriminação das mulheres Iza mostra os clássicos gregos como Platão e Aristóteles e uma visão bem reduzida do Islã com relação a esse assunto.

(1) Um filósofo chamado Platão dizia: “Os homens covardes, que foram injustos durante sua vida, serão muito provavelmente transformados em mulheres quando reencarnarem”. Outro, chamado Aristóteles dizia: “A fêmea é fêmea em virtude de certas faltas de qualidades. A mulher é mais vulnerável a piedade, ela chora com mais facilidade, é mais chegada a inveja, a lamuria, a injúria, facilmente se deixa abater pelo desespero. É menos sanguínea que o homem. Tem menos ambição. É menos digna de confiança, mais encabulada. Tem menos necessidade de alimentos. Os Islamitas diziam: “As mulheres são pragas de Satanás”³⁸⁸.

Se na matéria para O Resistência Iza escreve sobre a história das mulheres e o pensamento de vários autores tanto os que contribuem para a liberdade, emancipação e quebra de paradigma com relação a elas e o quanto aqueles que contribuíram para que o estigma aumentasse ou permanecesse. Já na próxima matéria em que ela escreve para o Jornal O Liberal, a pauta ainda era sobre as mulheres, entretanto, o assunto tratado era sobre violência contra as mulheres. Sobre esse assunto ela diz que esse problema está longe de acabar e mostra uma estatística em que naquele ano 1992, cinco mil mulheres haviam sido vítimas da violência do Pará, segundo os dados do Movimento

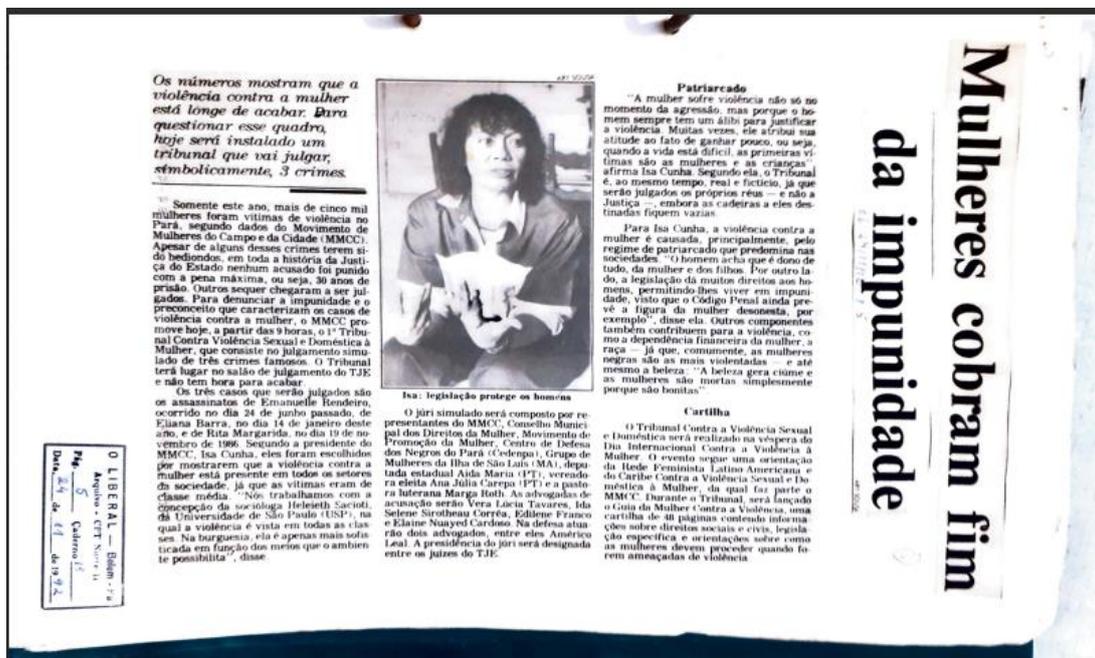
³⁸⁶ Jornal Resistência, Belém/PA, dezembro, 1990; janeiro/fevereiro, 1991, Ano XI, Nº 87.

³⁸⁷ *Ibid.*

³⁸⁸ *Ibid.*

de Mulheres do Campo e da Cidade (MMCC). O que agravava mais a situação era o fato desses crimes serem hediondos, porém em nenhum deles o criminoso pegou pena máxima, ou se quer foi julgado. Por isso ia ser instalado naquele dia 24 de novembro, um tribunal que iria julgar simbolicamente três crimes.

Figura 67 Mulheres cobram fim da impunidade



Fonte: O Liberal, Belém, pág 5, caderno 1º data, 24 de novembro de 1992. Arquivo CPT

Com o objetivo de denunciar a impunidade e o preconceito que segundo a autora da matéria caracterizavam o caos de violência contra mulher. O MMCC, naquela data promovia às 9 horas, o 1º Tribunal contra a violência sexual e doméstica à mulher, que consistia no julgamento de três crimes considerados famosos naquela época. O julgamento iria acontecer no Tribunal de Justiça Eleitoral e não tinha hora para ser finalizado.

Os três casos que iriam ser julgados simbolicamente serão os assassinatos de Emanuelle Rendeiro, que tinha ocorrido em 24 de junho de 1991, o de Eliana Barra, no dia 14 de janeiro de 1992 e de Rita Margarida, que aconteceu no dia 19 de novembro de 1996. Iza Cunha nesse contexto era presidente do MMCC e tinha muito conhecimento nessa área, e revela que esses casos foram escolhidos por mostrarem que a violência contra a Mulher está presente em todos os setores da sociedade, pois as vítimas citadas eram de classe média. Para ratificar seu pensamento, Iza diz que trabalhava ancorada nas ideias de Heleieth Safioti da Universidade de São Paulo, que

defendia o seguinte: “a violência é vista em todas as classes. Na burguesia ela é apenas mais sofisticada em função dos medos que o ambiente possibilita”³⁸⁹.

O Juri o qual Izabel se refere seria simulado e composto pelas mulheres representantes do MMCC, Conselho do Direitos da Mulher, Movimento da promoção da Mulher, Centro de Defesa dos Negros do Pará (CEDENPA), Grupo de Mulheres de São Luís (MA), Deputada Estadual Aida Maria (PT), Vereadora eleita Ana Júlia Carepa (PT) e a Pastora Luterana Marga Rothe. Para compor o quadro do julgamento estavam presentes as pessoas que iriam ser a advogadas de acusação, “Vera Lucia Tavares, Ida Selene Sarotheau Correa, Edilene França e Elaine Nuayed Cardoso Na defesa atuarão dois advogados, entre eles, Américo Leal. A presidência do Juri seria designada entre os juízes do TJE”. O tribunal seria real e fictício ao mesmo tempo, pois os réus seriam julgados, mas não iriam ocupar as suas cadeiras³⁹⁰.

Para Iza a principal causa de violência contra a mulher seria o Patriarcado, porque nesse sistema o homem sempre teria um alibi para justificar a sua violência, com isso justifica que ganha pouco e passa então a vitimar a Mulher e os filhos, a lei favorece o agressor e com isso há muita impunidade. Outros motivos para a violência doméstica identificada por Iza, seria dependência financeira da mulher. Ela começa a transversalizar esse debate com a raça, quando diz que as mulheres negras são as mais violentadas, atesta que a beleza da mulher também seria um motivo para elas serem violentada, visto que gerava ciúmes nos parceiros e com isso elas seriam mortas pelo simples fato de serem bonitas, sobre esse assunto ela comenta na sequência:

O homem acha que é dono de tudo da Mulher dos filhos. Por outro lado, a legislação dos muitos direitos aos homens, permitindo-lhes viver em impunidade, visto que o código Penal ainda prevê a figura da mulher desonesta, por exemplo”, disse ela. Outros componentes também contribuem para a violência, como a dependência financeira da mulher, a raça- já que, comumente, as mulheres negras são as mais violentadas e até mesmo a beleza: “A beleza gera ciúme e as mulheres são mortas simplesmente porque são bonitas³⁹¹.

O juri citado por Iza nessa entrevista seria realizado em função do Dia Internacional Contra a Violência à Mulher. Não era uma programação de cunho somente local, pois estava ligada e orientada pela Rede Feminista Latino Americana e Caribe Contra a Violência Sexual e Doméstica à Mulher, o MMCC fazia parte dessa

³⁸⁹ O Liberal, Belém, pag. 5, caderno 1º data, 24 de novembro de 1992. Arquivo CPT

³⁹⁰ *Ibid.*

³⁹¹ *Ibid.*

Rede. Na ocasião do Tribunal seria lançado a uma cartilha guia de 48 páginas que iria conter as informações sobre os direitos sociais e civis e a legislação específicas sobre como as mulheres deveriam proceder quando fossem ameaçadas de violência³⁹².

Iza nas décadas de 1980 e 1990 foi um importante nome para o debate sobre mulheres e gênero no estado do Pará. Ela viajou o mundo e trouxe novidades para outras mulheres, conforme a entrevista concedida ao Jornal do Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade Nº1, que tinha a manchete: 25 de novembro dia Latino-Americano de luta contra violência sexual e doméstica.

A matéria citada trouxe a entrevista realizada com Izabel Cunha sobre as programações que ela realizou fora do País. Com o título: “A luta das mulheres é internacional”, como subtítulo o jornal apresenta a entrevista da seguinte forma: “O MMCC esteve representado pela coordenadora geral, Isa Cunha, leia sobre os momentos mais importantes da viagem”. Nessa entrevista Iza fala que esteve em outubro de 1993 e em janeiro de 1994, na Europa e no Chile representando o movimento. Ela relata como foi a experiência dessa viagem internacional e naquela entrevista ela é provocada a contar quais foram os objetivos da viagem.

³⁹² O Liberal, Belém, pag. 5, caderno 1º data, 24 de novembro de 1992. Arquivo CPT

Figura 68 Jornal do MMCC



Fonte: Jornal MMCC, nº 1, Janeiro, 1994

Figura 69 A Luta das Mulheres é Internacional



Fonte: Jornal MMCC, nº 1, Janeiro, 1994

No relato Iza agradece primeiro ao jornal do MMCC, na pessoa da coordenadora da comunicação e cultura e a redatora do jornal pela entrevista. A própria manchete já fala que a luta das mulheres é Internacional, e nesse sentido Iza segue respondendo às perguntas que lhe eram feitas. A primeira pergunta estava relacionada ao intercâmbio que ela havia feito com os movimentos feministas e latinos e europeus. Conforme a seguir:

MMCC ESTEVE REPRESENTADO PELA COORDENADORA GERAL, ISA CUNHA, EM PROGRAMAÇÕES FORA DO PAÍS, OBJETIVANDO O INTERCÂMBIO E TROCA DE EXPERIÊNCIAS COM OS MOVIMENTOS FEMINISTAS EUROPEUS E LATINOS. O JORNAL DO MMCC ENTREVISTOU ISA CUNHA. LEIA SOBRE OS MOMENTOS MAIS IMPORTANTES DA VIAGEM.

1- Isa tu estiveste em outubro passado e recentemente agora em janeiro na Europa e no Chile representando o MMCC, conta um pouco quais foram os objetivos destas viagens.

Isa- Eu quero primeiro agradecer o jornal do MMCC, agradecer a coordenadora de comunicação e cultura e a redatora do jornal por fazer essa entrevista. A viagem da Europa teve três momentos: o 1º momento em outubro quando nós estávamos juntas. Cinco mulheres, uma de Manaus. Uma metalúrgica de Manaus, uma professora de São Paulo. Uma da construção Civil e membro da CUT de São Paulo e uma mulher do movimento negro e vereadora do PT do Rio de Janeiro, então a finalidade era a gente intercambiar as nossas propostas. Nossas lutas com as mulheres alemãs. Essa era a principal finalidade: fazer uma exposição das lutas das mulheres aqui no Brasil, a luta das mulheres relacionada com a luta sindical. Com as relações de gênero, com o movimento popular, com a política. Na Inglaterra foi um convite da Cristian Aid, que é uma agência que apoia movimento de mulheres. A Cristian Aid estava numa campanha pelo

mercado justo que significa vender produtos do terceiro mundo, do sul, como eles chamam, a preço justo. A bons preços, para que os trabalhadores recebam melhor. Então Cristian Aid estava nesta campanha. Tive contatos com escolas, Igrejas, grupos de mulheres e homens e também visitei o país de Gales³⁹³.

Na narrativa de Iza é possível ver outras cinco mulheres brasileiras de diferentes áreas que participaram daquele momento com ela, onde comenta que a passagem pela Europa teve três fases: a primeira pela Alemanha, elas tinham como objetivo expor as lutas das mulheres relacionadas a luta sindical e participar do debate referentes as relações de gênero. Nesse ponto já observamos Iza dando ênfase ao termo “relações de gênero” e não mais ao patriarcado, pois nessa época as perspectivas dos estudos sobre mulheres e gênero estavam mudando, com isso a linguagem também ia se modificando; No segundo e terceiro momento na Europa, fala que foi à Inglaterra e país de Gales a convite de Cristian Aid, que desenvolvia uma campanha para vender produtos de países em desenvolvimento, o objetivo disso era que os trabalhadores pudessem receber bons salários³⁹⁴.

A entrevistadora do jornal pede que Iza faça a diferença entre os movimentos feministas da Europa para os movimentos feministas latinos, especialmente os do Brasil. Nessa resposta Iza comenta parte da primeira pergunta que ficou faltando mencionado os objetivos de ter ido ao Chile, segue adiante falando sobre as diferentes relações entre homens e mulheres nos continentes, conforme descrito na sequência:

2. Dentro desta experiência que estas tendo das viagens, poderias falar um pouco das diferenças dos movimentos feministas da Europa para os movimentos latinos notadamente o Brasil. Quais as grandes bandeiras, as lutas encaminhadas e as discussões presentes nestes movimentos? Poderias fazer um apanhado pra gente sobre isso?

Isa – Na pergunta anterior eu esqueci de falar da finalidade da viagem ao Chile: essa viagem foi proposta pelo oxfam, que é uma agência que apoia movimentos que trabalham relações de gênero e tinha uma proposta e representantes para a conferência da oxfam na Tailândia que vai ser a partir de fevereiro.

Acho que as diferenças entre os movimentos Latinos. Os movimentos de mulheres latinas e os movimentos de mulheres europeus é exatamente no enfoque. Do ponto de vista dos movimentos de mulheres alemãs, precisamente que é o que eu conheço, é um enfoque mais nas perspectivas estratégicas, mas discutindo as relações entre homens e mulheres e também com políticas específicas contra o racismo e discutindo também ainda elevar o nível de participação e independência da mulher. Na Alemanha não tem

³⁹³ Jornal MMCC, nº 1, janeiro, 1994

³⁹⁴ *Ibid.*

nenhum grupo de mulheres ainda discutindo as necessidades práticas. Porque as questões sociais estão resolvidas. Há grupos de migrantes. Portugueses, Vietnamitas, africanos, caribenhos, também latinos que tem essas dificuldades infra-estruturais. Mas do ponto de vista do trabalho específico delas já é mais um trabalho discutindo questões de relacionamento. Questões de preconceito, já se dão a esse luxo de discutir este tipo de coisa: aqueles pontos mais do íntimo, mais do psicológico, mais do crescimento interno. Nós Latinas discutimos mais em relação as necessidades práticas. As mulheres peruanas ainda lutam pelo copo de leite das crianças. Que é uma necessidade básica.

Os movimentos de mulheres aqui do Brasil têm uma tradição de luta contra a carestia. Luta da panela vazia. Campanha contra a fome, de participar do movimento social lutando por água, luz, telefone público, pm-box, por escolas, saúde, o que é bem diferente desses enfoques europeus. Essas experiências da viagem ao Chile deram para perceber que também as mulheres de El Salvador. Da República Dominicana. Do Chile e do Peru elas tem um enfoque diferente do nosso por que elas fazem ua luta, discussão mais no enfoque conceitual das relações de gênero e do desenvolvimento, o que nós brasileiras fazemos uma discussão mais das necessidades práticas. Com exceção de alguns grupos do sudeste do país e do Nordeste que já desenvolveram essa discussão: também um enfoque das mulheres dos outros países latinos é baseado na conjuntura político-econômica e baseado nesse leque de análises é bem perceptível a discussão baseada nas relações de gênero³⁹⁵.

Iza mostra que a diferença entre as mulheres dos diferentes continentes, ou melhor, entre as europeias e as latinas está no enfoque. Com isso, destaca as alemãs que eram as que conhecia, cujo enfoque estava nas estratégias, discutiam políticas sobre racismo e a elevação, participação e independência das mulheres. Todavia algo interessante de ser notado era o fato de na Alemanha não haver grupos de mulheres discutindo necessidades práticas – percebe-se então que quando ela fala sobre essas necessidades está se referindo a trabalho e comida. Seguindo adiante, ela refere que elas discutiam relacionamentos e questões de preconceitos, inclusive chama a essa pauta de “questão de luxo”, isto é, elas estariam avançadas, pois tinham outras questões sociais já resolvidas e podiam se debruçar sobre as questões do ponto de vista mais íntimos, psicológicos e do crescimento interno. Em contraposição, as latinas estavam ainda discutindo questões de ordem práticas e de necessidades básicas. Iza portanto, não discutia ou mostrava na sua narrativa as diferenças históricas e de colonização que existiam entre os países dos continentes envolvidos, por isso as lutas poderiam ser diferenciadas. No entanto é possível perceber que as diferentes perspectivas de debater as relações de gênero na sociedade enriquecia o debate dela³⁹⁶.

³⁹⁵ Jornal MMCC, nº 1, janeiro, 1994

³⁹⁶ *Ibid.*

Baseado na troca de experiência e a vivência que Iza teve na Europa e outros países Latinos era possível demonstrar o que acontecia no Brasil, como estava a luta e no que ela podia avançar de acordo com as especificidades das necessidades locais. Nesse sentido a entrevistadora pergunta sobre os resultados do intercâmbio, para os movimentos de Belém e especificamente para o MMCC e ela responde:

3. poderíamos apontar os resultados deste intercambio para os movimentos daqui de Belém. Especificamente para o MMCC.

Isa- Acho que tem alguns resultados práticos, de levar uma discussão do que a mulher de Belém, do estado do Pará. Tem como perspectiva, este é um resultado imediato, fazer com que as mulheres europeias da Inglaterra e da Alemanha entendam o que exatamente nós mulheres sofremos com a política do ajuste econômico, com o neo-liberalismo. Com o neo-liberalismo. Com as políticas da ditadura militar que refletem até hoje. Na falta da reforma contra exame ginecológico, contra a longa ou dupla jornada ou salários baixos, este é um efeito do sistema capitalista, que não se dá só aqui em Belém, não se dá só na América latina, só no caribe, mas está nas Filipinas, na África, nos países periféricos do capitalismo que desenvolvem a política neo-liberal. Então eu acho que nós dentro do MMCC temos que pensar de forma global. Isso é uma das coisas boas para nós, essa visão ampla. E a terceira coisa foi entender essas relações do Norte e do Sul.

Acho que essas descobertas, vê essas coisas é um acúmulo para o nosso movimento e temos que tentar repassar isto durante todo nosso planejamento, as nossas conversas, as nossas reuniões. Tentar passar essa visão global, essa visão também colonialista que os europeus tem em relação aos países periféricos. Essa visão dominadora. Acho que isso também é um acúmulo. Fora isso toda a grandeza, a felicidade das mulheres que moram na Europa, que tem uma consciência de como entender o mundo numa perspectiva de uma vida feliz, sem preconceito, acho que esse acúmulo é muito bom par nós³⁹⁷.

O contexto da política brasileira em 1994 era de mudança, seria a segunda eleição direta após a constituição de 1988, a primeira elegeu o candidato Fernando Collor de Melo (PRN), que devido a escândalos de corrupção sofreu impeachment assumindo em seu lugar o seu vice, Itamar Franco. Este por sua vez nomeou como ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso, o criador do Plano Real e que também se lançou à corrida presidencial naquele ano aproveitando o sucesso do plano real, foi eleito no primeiro turno com 54,28% dos votos, derrotando o candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que ficou com 27%. Era nesse cenário que se referia a entrevistadora de Iza quando fala sobre a sucessão presidencial, as perspectivas de mudanças e a importância das Mulheres nesse processo, Iza fala sobre o assunto:

4. Agora em 1994 vamos convidar com sucessão presidencial, eleições gerais, onde o país atravessa uma crise profunda em que as instituições a

³⁹⁷ Jornal MMCC, nº 1, janeiro, 1994

nível do poder estão desacreditadas, haja vista os escândalos das corrupções, CPI, etc. como estás vendo a participação e a importância das mulheres neste processo?

Isa – acredito que no Brasil há momentos importantes, duas manifestações, por um lado, o descrédito, falta de perspectiva, condição rebaixada de vida e por outro lado as manifestações dos movimentos sociais brasileiros através do movimento popular, sindical e partidos brasileiros, acredito que correndo paralelamente existe no Brasil todas as condições para todas as condições para que nós mulheres que somos 52% da população eleitoral possamos ter condições para inclusive travarmos uma luta incessante contra as formas atrasadas, de inverter os papéis tradicionais exercidos pela mulher no Brasil: as formas conservadoras de relações na sociedade brasileira entre homens e mulheres, são o principal responsável do que comumente é dito de que as mulheres. É que elegem os candidatos mais a direita, acho que este é o momento em que nós devemos desmistificar essa visão de que as mulheres apesar de serem aquelas que na família nuclear sofrem todas as pressões do racismo, do preconceito, da discriminação, da subordinação, da economia sem rumo, da política desastrosa, da política neoliberal. Acho que apesar de tudo isso, as mulheres elas podem isso. As mulheres elas podem ter capacidade de romper com essa visão tradicional, com os papéis tradicionais e aparecer nestes nove meses que antecedem as eleições gerais como aquelas mulheres que tem propostas, que querem a sua representação, que querem o seu pensamento exposto, querem o seu papel, novos papéis na sociedade como protagonistas desta história, não somente como subordinadas, mas como protagonistas que desenvolvam políticas, que têm todas as condições na busca da felicidade, na busca do íntimo feliz e também na busca comunitária. De solidariedade e respeito³⁹⁸.

Ao responder sobre a importância das mulheres no cenário político do Brasil de sua época, no caso do início dos anos 1990, a entrevistada responde que as mulheres podiam muito, inclusive com a possibilidade de buscar o protagonismo para si mesmo com condições muito discordantes em relação às ações delas, nesse ponto ela afirma, se eram 52% podiam sim fazer mudança, era o que ela acreditava. Pois uma das principais características dela no campo político era sempre ter esperança em um futuro melhor para todos, isso incluíam todas as formas de existir, independente de classe, raça/etnia, gênero e posição partidária e religiosa³⁹⁹.

Em 1996 Iza realiza outra entrevista ao Liberal, nesse período se vivia o final do segundo ano do governo Fernando Henrique Cardoso.

³⁹⁸ Jornal MMCC, nº 1, janeiro, 1994

³⁹⁹ *Ibid.*

Figura 70 Questão de Ordem - Como reduzir os índices de violência contra a mulher?

BELÉM, DOMINGO, 1 DE DEZEMBRO DE 1996

Q U E S T Ã O D E O R D E M

COMO REDUZIR OS ÍNDICES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER?

Governo e sociedade unidos

ANTONIO SILVA



Iza Cunha
historiadora

A construção da identidade feminina ocidental é cimentada pelos valores judaico-cristãos e comporta de elementos que servem de freio ao desenvolvimento e à criatividade das mulheres. Esses elementos são repassados como “natural” para a for-

“submissão e respeito”. A sociedade referendou um dos gêneros, o masculino. Este distanciou-se do espaço doméstico e ocupou lugar no espaço público, que é ao mesmo tempo de direção e decisão. Na interpretação popular, essa passagem é entendida como: lugar de homem é na rua e de mulher é na cozinha. Nada mais nefasto!

A história da América Latina é marcada pela violência, e em particular a violência de gênero. Na origem dessa história, estão as relações desiguais e hierárquicas dos “descobridores” dos homens nativos e a apropriação sexual da mulher

gem, da cultura, da educação, da biologia, no desmonte da imagem da mulher, veiculada como propaganda para a venda de todos os produtos pela mídia eletrônica e no resgate histórico da construção da sociedade por mulheres e homens, para que as gerações futuras sejam educadas na perspectiva de raça/etnia, classe, sexo e gênero. Portanto são ações que devem começar hoje e que são de curto, médio e longo prazos.

Por ocasião do dia 25 de novembro - Dia Latino Americano e do Caribe Contra a Violência Sexual e Doméstica, grupos de mulheres

Fonte: Questão de ordem (o Liberal, 1 de dezembro 1996)

A pergunta da Matéria era: como reduzir os índices de violência contra a mulher? Iza começa então falando sobre a identidade feminina ocidental e a tradição judaico-cristã e os impactos dela na concepção social dos papéis atribuídos ao ser homem e mulher. Na visão dela, essa tradição corroborou para que a mulher possuísse limites de atuação social através do pecado, culpa e repressão sexual. A sociedade, portanto, havia referendado um gênero e esse seria o homem, aquele que tivesse uma relação próxima com a mulher era o senhor dela. Essa forma de pensamento teria deixado as mulheres reclusas ao campo do privado e com isso a sociedade começou a interpretar que o lugar de homem seria na rua e da mulher na cozinha – a essa forma de pensar ela chama de: Nefasto!⁴⁰⁰

A construção da identidade feminina ocidental é cimentada pelos valores judaico-cristãos e comporta de elementos que servem de freio ao desenvolvimento e a criatividade das mulheres. Esses elementos são repassados como natural para a formação feminina e entre eles a ideia de:

- 1) Pecado, encarnado na figura de Eva como destruidora e responsável pelo paraíso perdido. Eva se opõe à Maria, a mediadora de todas as graças a que é imaculada na concepção (Chauí, 1984);

⁴⁰⁰ O Liberal, Belém/PA, 1 de dezembro 1996, Questão de Ordem

2) Culpa, como consequência do desmoronamento do paraíso a mulher “terá os filhos com dor” e para sempre a “serpente” estará induzindo-a a violar os segredos de tudo o que é bom;

3) A repressão sexual, entranhada na orientações judaico-cristãs por Santo Agostinho, Santo Tomás e o Apóstolo Paulo. A relação sexual a partir dessa orientação, passa inicialmente a servir somente à procriação.

Na idade média o casamento é casto e a relação sexual antes do casamento só é permitida aos camponeses por causa da necessidade de braços para o trabalho no campo. O prazer nas relações sexuais era adultério, (Chauí, 1984). O corpo independente dos atos sexuais genitais torna-se sexualizado e fonte de pecado.

A confinção ao espaço doméstico, portanto do privado, exclui as mulheres durante milênios de vivenciar sua criatividade, inteligência contra a mulher. A mulher como coisa”, ganhou um dono e senhor que “adivinava” seus pensamentos, dirigia sua vida, escolhia roupas e acessórios para vesti-la, inclusive as roupas mais íntimas.

O cotidiano feminino passou a ser monitorado pelo senhor que podia ser o pai, o padrinho, o tio, o avô, irmão mesmo que fosse mais novo. O tratamento ao homem era de “submissão e respeito”. A sociedade referendou um dos gêneros, o masculino. Este distanciou-se do espaço doméstico e ocupou lugar no espaço público, que é ao mesmo tempo de direção e decisão. Na interpretação popular, essa passagem é entendida como: lugar de homem é na rua e de mulher é na cozinha. Nada mais nefasto!⁴⁰¹

Quando Iza discorre sobre a América Latina, deixando claro as consequências do processo de colonização na vida das mulheres latinas. Destaca que esses povos são marcados pela violência de gênero, isso devido a relação hierárquica dos colonizadores. Num primeiro momento ela chama de descobridores e depois de invasores e suas apropriações sexuais às mulheres indígenas desses territórios, que se estendeu à todas as outras devido a submissão ao homem branco.

A história da América latina é marcada pela violência, e em particular a violência de gênero. Na origem dessa história, estão as relações desiguais e hierárquicas dos “descobridores” dos homens nativos e a apropriação sexual da mulher indígena pelo invasor (Pratt, 1994). Em sequência, a mulata, a cabocla e todas as miscigenações tornaram-se submissas ao homem branco, sujeito a subalternas⁴⁰².

Com relação ao Brasil, Iza vai dizer que foi no período do Império que a violência contra a mulher se institucionalizou, pois, era permitido ao marido espancar a sua esposa com quarenta chibatadas para torná-la obediente. Ela também comenta que o tema sobre a violência contra a mulher tornou-se uma preocupação mundial a partir do movimento feminista da década de 1960, mas é após a 1º Conferência Mundial sobre a Mulher realizada no México em 1975, que ela ganha o caráter de preocupação

⁴⁰¹ O Liberal, Belém/PA, 1 de dezembro 1996, Questão de Ordem

⁴⁰² *Ibid.*

mundial. A partir disso surgem os instrumentos que existem à disposição tanto das mulheres quanto dos governantes. Nas palavras de Iza, são eles:

- 1) A conferência Mundial sobre Direitos Humanos, realizada em Viena/93;
- 2) Convenção OEA, realizada em Belém/94, além de conceituar a violência contra a mulher, adota medidas para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher;
- 3) A plataforma aprovada em Beijing/China em 1995, por ocasião da IV conferência Mundial sobre a Mulher⁴⁰³

A violência contra mulher como bem observado pelas feministas era algo recorrente no mundo, embora cada lugar tenha seus índices mais ou menos problemáticos, com isso, essa prática nociva se torna uma questão de política pública para as mulheres e a luta para reduzir os grandes índices era uma das pautas dos movimentos do qual Iza fazia parte. Para ela essa não seria uma tarefa fácil, pois para haver a redução dessa violência seria um trabalho de longo prazo que necessitava de uma parceria entre governo e sociedade, com abrangência em vários campos sociais e sobre isso ela comenta:

Mas como reduzir os índices da violência contra a mulher? A redução da violência é um trabalho longo que necessita da vontade política dos governantes e da sociedade civil, atuando em ações que tenham abrangência no campo da linguagem, da cultura, da educação, da biologia, no desmonte da imagem da mulher, veiculada como propaganda para a venda de todos os produtos pela mídia eletrônica e no resgate histórico da construção da sociedade por mulheres e homens, para que as gerações futuras sejam educadas na perspectiva de raça/etnia, classe, sexo e gênero. Portanto são ações que devem começar hoje e que de curto, médio e longo prazos⁴⁰⁴.

O resultado da luta contra a violência trouxe uma série de reivindicações ao poder público sobre a questão da mulher em situação de violência, Iza relata que “Por ocasião do dia 25 de novembro – Dia Latino-Americano e do Caribe Contra a violência Sexual e Doméstica, grupos de mulheres entregaram aos secretários, ao presidente do TJE, reivindicações de combate à violência. Entre elas”:

- 1) Criação de juizados especiais civis e criminais (Lei 9099/95) e capacitação permanente do quadro funcional da polícia civil e militar acerca de situações de violência.
- 2) Proteção às vítimas de violência doméstica sexual- implementar um sistema de proteção as vítimas e seus familiares em casos de risco de vida elaboração de prontuário específico para Vítimas de violência doméstica e sexual, em hospitais da rede pública e conveniada.

⁴⁰³ Jornal MMCC, nº 1, janeiro, 1994

⁴⁰⁴ *Ibid.*

- 3) Transferência de competência para realização de exame de corpo de delito em caso de estupro e lesões corporais, do IML para os hospitais e clínicas ou conveniadas.
- 4) Inclusão no curso de Direito de disciplina sobre Direitos Humanos com a abordagem de gênero.
- 5) Reestruturação das delegacias especiais de atendimento à mulher ou de setores das delegacias comuns, para esse atendimento, capacitando profissionais dessas instituições dentro de uma perspectiva de gênero.
- 6) Implantação e implementação de Delegacias especializadas de Defesa da Mulher nos Polos regionais a saber: Abaetetuba, Capanema, Altamira, Marabá, Santarém e Cametá.
- 7) Efetivação imediata ao albergue na grande Belém e nas cidades do polo do Estado⁴⁰⁵

7.4 O reconhecimento social da importância de Iza Cunha para os movimentos populares do Pará

A teoria do reconhecimento social, influenciada principalmente pelo pensamento filosófico de Hegel e desenvolvida posteriormente por teóricos contemporâneos como Axel Honneth, busca compreender como a identidade e a autoestima das pessoas são formadas por meio do reconhecimento por parte dos outros membros da sociedade. Ela argumenta que ser reconhecido e valorizado por outros é fundamental para o desenvolvimento saudável da identidade individual e para a integração social.

O reconhecimento social pode ocorrer de diversas maneiras, incluindo o reconhecimento do valor do trabalho de alguém, do mérito pessoal, da identidade cultural ou étnica, da identidade de gênero e orientação sexual. Quando as pessoas são reconhecidas de forma positiva em relação a esses aspectos, elas tendem a desenvolver uma autoestima saudável e uma sensação de pertencimento à sociedade.

No entanto, a teoria do reconhecimento social também destaca que a falta de reconhecimento ou o reconhecimento negativo pode levar a formas de alienação, injustiça e desigualdade social. Por exemplo, a negação da identidade de gênero de uma pessoa trans ou não binária pode resultar em marginalização e sofrimento psicológico.

Assim, a teoria do reconhecimento social enfatiza a importância de uma sociedade que valorize e respeite a diversidade de identidades e experiências individuais, promovendo um ambiente onde todos possam ser reconhecidos e aceitos em sua plenitude.

⁴⁰⁵ O Liberal, Belém/PA, 1 de dezembro 1996, Questão de Ordem

Roberto Cardoso de Oliveira, antropólogo brasileiro, contribuiu significativamente para a teoria do reconhecimento social em seus estudos sobre relações interétnicas e processos de etnogênese na América Latina. Sua abordagem enfatiza o reconhecimento mútuo entre grupos étnicos como fundamental para a construção de identidades coletivas e para a resolução de conflitos.

Oliveira⁴⁰⁶ destaca a importância do reconhecimento recíproco entre diferentes grupos étnicos como uma base para a coexistência pacífica e a integração social. Ele argumenta que o reconhecimento étnico vai além da simples tolerância ou aceitação passiva, envolvendo um entendimento genuíno das diferenças culturais e um esforço para valorizar e preservar a diversidade.

Além disso, Oliveira ressalta que o reconhecimento é um processo dinâmico e contínuo, sujeito a negociações e disputas constantes. Ele examina como as políticas de reconhecimento étnico podem ser implementadas por meio de políticas públicas, legislação e educação para promover uma convivência harmoniosa e igualdade de oportunidades entre grupos étnicos diversos. A teoria do reconhecimento social destaca a importância do reconhecimento mútuo e da valorização da diversidade étnica como fundamentais para a construção de sociedades mais justas e inclusivas⁴⁰⁷.

Esse reconhecimento social das diversidades sempre foi uma bandeira de luta de Iza, atuando em diversos grupos, com isso ela deixou um legado através das instituições que ajudou a fundar que também trabalham com a temática política a qual ela se debruçou por mais de 30 anos, por fim ela também ganha esse reconhecimento, em nome de pessoas que tomaram na caminhada e por quem lutou por ou junto com elas. Nesse sentido ela foi homenageada em várias instâncias da sociedade.

7.5 A comenda Iza Cunha da ALEPA (Assembleia Legislativa do Estado Do Pará)

O projeto de consolidação da comenda Iza Cunha que é uma medalha concedida às mulheres em memória da historiadora Iza Cunha, essa condecoração é alusiva ao Dia Internacional das Mulheres no dia 8 de março, pela Assembleia Legislativa do Estado Pará. Foi criada pelo Poder Legislativo Estadual, por meio da resolução 001, de 19 de fevereiro de 2004. Ela faz referência a participação de Iza como fundadora da

⁴⁰⁶ OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **Identidade Étnica, reconhecimento e mundo moral**. In: Revista Antropológica, ano 9, vol 16 (2), 2005, pp 9-40

⁴⁰⁷ *Ibid.*

Sociedade Paraense dos Direitos Humanos e do Movimento das Mulheres do Campo e da Cidade.

7.6 A Praça Iza Cunha, no bairro da pratinha em Belém do Pará

No bairro da Pratinha em Belém do Pará existe uma praça que foi nomeada de Iza Cunha, a iniciativa de colocar esse nome foi uma homenagem feita a Iza no governo de Ana Júlia Carepa (PT). A praça foi criada para ser um espaço de convivência e lazer e está localizada ao lado dos prédios do antigo educandário do Pará, Eunice Weaver⁴⁰⁸. Na atualidade esses prédios são ocupados por moradores da comunidade, mas que possui o valor histórico imprescindível para do bairro e em visita a praça e em conversa com os moradores, quando foi perguntado o porquê a praça possuir aquele nome, os moradores da comunidade responderam que Iza Cunha havia sido uma freira do educandário e por isso a praça se chamava pelo nome dela.

Contudo, na história de Iza não consta que ela tenha sido freira, quanto a relação dela com o educandário ainda não foi elucidada, portanto, a decisão da praça se chamar Iza Cunha está mais ligada a decisões políticas por reconhecimento de sua militância pelos pobres, oprimidos e mulheres, que faria todo sentido naquele bairro que possui uma história ligada a dor e sofrimento representada no passado e até mesmo no presente, dos prédios e das pessoas que lá habitam do que necessariamente que possua uma relação direta entre Iza e o educandário.

⁴⁰⁸ Educandários ou preventórios- espaços criados para crianças saudáveis filhas de pessoas com Hanseníase (lepra), como medida de afastamento/isolamento para prevenção e profilaxia da doença. Educandário Eunice Weaver- Foi inaugurado, foi inaugurado no dia 12 de fevereiro de 1942. ver: PACHECO, Juliana do Socorro Correa. A História de crianças que viveram o isolamento compulsório no educandário Eunice Weaver em Belém do Pará (1942-1980) disponível em <https://periodicos.pucminas.br/index.php/arquivobrasileiroeducacao/article/view/20872/15093>. Acesso em: 20 de fevereiro 2024.

Figura 71 Praça Iza Cunha - Pratinha/Belém-PA



Fonte: Mauro Ângelo/Diário do Pará ⁴⁰⁹

Na imagem acima retirada do site de um jornal de grande circulação no estado do Pará podemos observar a praça e um dos prédios do educandário.

7.5 A. Biblioteca Iza Cunha, no Diretório central do partido dos Trabalhadores (PT) em Belém

Faz parte das homenagens a Iza Cunha e reconhecimento do seu legado a Biblioteca do Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores (PT) localizado em Belém no estado do Pará. Conforme o objetivo:

O Coletivo Estadual de Formação Política, em parceria com a Secretaria de Formação do Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores (PT) do Pará inaugurou no dia 5 de novembro a Biblioteca Isa Cunha. Provisoriamente instalada na sala da Secretaria de Formação Política, a biblioteca conta com acervo doado pela Fundação Perseu Abramo (FPA).⁴¹⁰

Essa homenagem do Partido dos Trabalhadores também enfatiza o fato de Iza ter sido - historiadora e militante histórica da luta das mulheres no Pará, portanto feminista e uma das fundadoras da sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos e do movimento de mulheres, deixando um legado de luta e exemplo⁴¹¹

⁴⁰⁹ Disponível em <<https://www.diarioonline.com.br/noticias/para/536645/moradores-se-unem-para-revitalizar-praca-isa-cunha-na-pratinha>>. Acesso em 05 de maio de 2020.

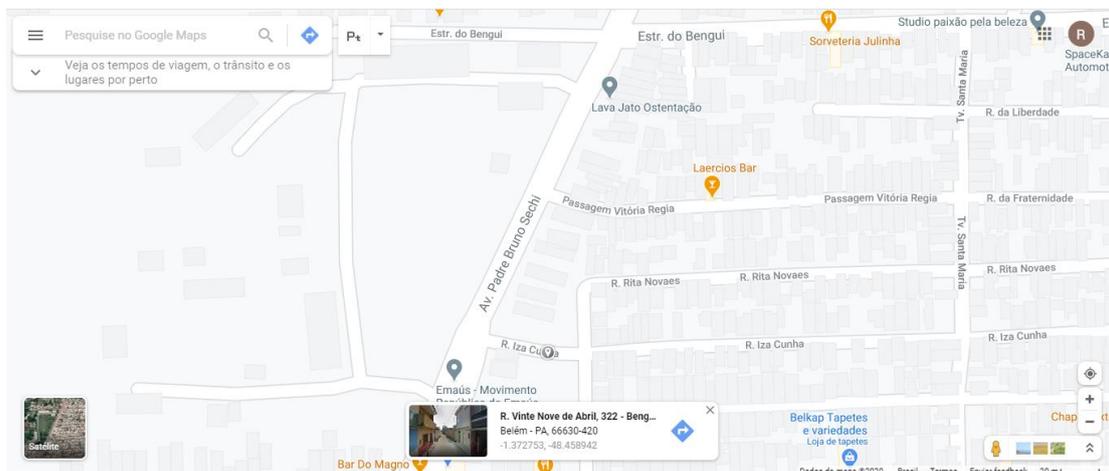
⁴¹⁰ Disponível em <<https://fpabramo.org.br/2015/11/11/coletivo-de-formacao-politica-do-pt-do-para-inaugura-biblioteca/>>. Acesso em 10 de julho de 2020

⁴¹¹ *Ibid.*

7.7 A Rua Iza Cunha, no bairro do Bangui em Belém

Uma das ruas do bairro de Bangui em Belém em homenagem a Iza Cunha recebeu o nome dela

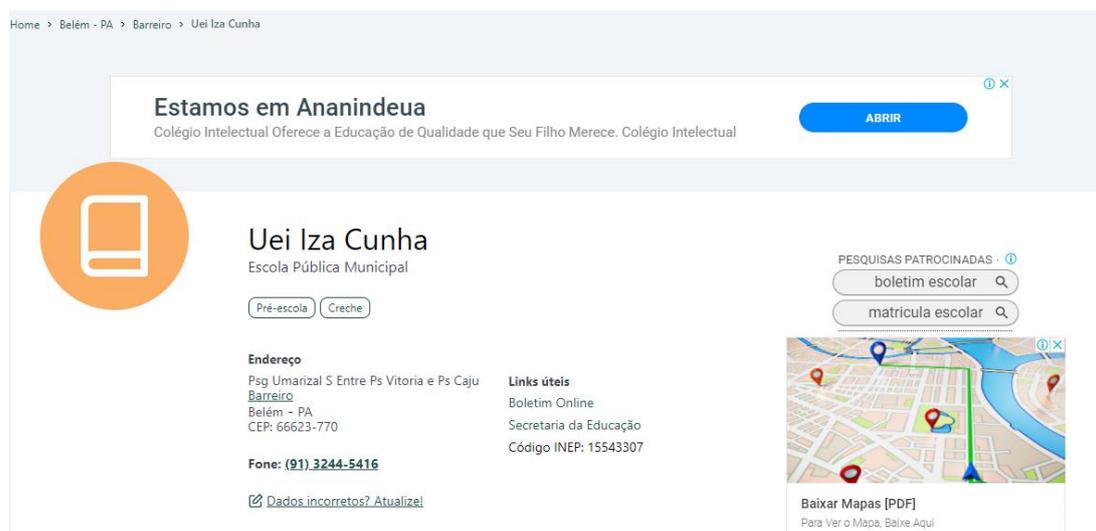
Figura 72 Rua Iza Cunha. Bairro do Bengui - Belém/PA



Fonte: via Google Maps⁴¹²

7.8 A escola Iza Cunha no Bairro da Sacramenta

Figura 73 Escola Iza Cunha



Fonte: Escola Pública Municipal UEI Iza Cunha⁴¹³

Esses lugares reafirmam o reconhecimento e homenagem à Iza Cunha por tudo que ela representou à sociedade Paraense. Embora alguns lugares que levam o nome dela não significa que ela teve uma relação direta com a comunidade. Entretanto, de

⁴¹² Disponível em <<https://www.google.com/maps/place/R.+Iza+Cunha++Bengui,+Bel%C3%A9m+-+PA/>>. Acesso em 06 de junho de 2021

⁴¹³ Disponível em <<https://www.escol.as/24408-uei-iza-cunha>>. Acesso em 20 de outubro de 2021

acordo com Pierre Nora em sua teoria sobre a problemática dos lugares, defende a ideia de que os lugares são espaços sociais complexos, onde diferentes grupos e indivíduos interagem e negociam significados, poder e recursos. Esses lugares não são simplesmente espaços físicos, mas sim contextos sociais onde ocorrem processos de identificação, diferenciação e conflito. Ele destaca a importância de entender os lugares não apenas em termos de sua localização geográfica, mas também em relação às suas características culturais, econômicas e políticas⁴¹⁴.

Conforme a problemática levantada acima por Nora⁴¹⁵ é que Iza ganha essas homenagens por políticos que de alguma forma tiveram contato com ela e acharam relevante colocar seu nome nesses espaços, isso também é uma forma dela não ser esquecida.

⁴¹⁴ NORA, Pierre. **Entre memória e história: A problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo-SP, N° 10, 1993.

⁴¹⁵ *Ibid.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Figura 74 Imagens de Iza Cunha



Fonte: Acervo da família de Iza Cunha

“Simplesmente Iza”, a "apanhadora de sonhos". Em seu compromisso com a vida, Iza amou, esperançou, sonhou, lutou e acima de tudo, demonstrou que não pode ser esquecida por tudo que sofreu. Por conta disso, ela passou a representar uma geração de mulheres e o segmento das esquerdas no Pará e no Brasil.

Embora Iza nunca tenha assumido um mandato eletivo no poder público, sabe-se que ela foi funcionária da Câmara Municipal de Belém. No entanto, teve uma atuação intensa nos movimentos populares, nos partidos políticos, além da Sociedade de Direitos Humanos e do MMCC, os quais aparecem com destaque em sua história. Grande parte dessa atuação ocorreu durante o período mais obscuro da história do Brasil, a Ditadura Militar. Iza enfrentou a clandestinidade, foi presa, suportou diversos tipos de torturas, lidou com o abuso de poder e as violações dos direitos humanos, mas escreveu uma história de superação que inspira outras pessoas.

O protagonismo de Iza nas instâncias em que atuou mostra uma faceta das histórias das mulheres em seus respectivos tempos, demonstrando que elas são agentes de transformação social não apenas nas políticas relacionadas às pautas específicas das mulheres, mas também nas questões gerais. Nos vestígios da militância feminina, encontramos muitas mulheres atuando nas mais diversas frentes, desafiando a noção de que determinados espaços não eram adequados para mulheres.

Durante esse período doloroso da história brasileira, marcado pela busca frustrada por caminhos democráticos na política, as pautas femininas emergiram como uma força vital em busca de direitos e autoconhecimento. As mulheres perceberam que, apesar das diferenças biológicas em relação aos homens, possuíam a capacidade de

articular-se politicamente, contribuir com ideias e demonstrar uma força igual na luta pelos seus direitos. Segundo relatórios da Comissão da Verdade, mulheres representaram 11% dos casos de morte e desaparecimento relacionados às ações dos militares durante o regime.

As reivindicações que Iza expressava em seus textos, muitas delas, hoje acompanhamos como políticas públicas em execução e direitos sendo usufruídos. Embora não tenha conhecido a Lei Maria da Penha, suas falas eram fomentadoras das discussões pelo fim da violência contra as mulheres. Alguns dos temas discutidos por ela ainda são pautas a serem transformadas em conquistas.

Segundo Daniel Aarão Reis⁴¹⁶, a transição para o período democrático no Brasil foi um processo repleto de desafios e obstáculos. Ele define que a Ditadura no país perdurou por 21 anos, iniciando-se com o golpe Civil-Militar em abril de 1964 e encerrando-se com a eleição indireta de um civil para a Presidência da República em 1985. Apesar da revogação dos Atos Institucionais em 1979, Reis argumenta que o Brasil deu início, a partir desse ponto, a uma transição democrática. Essa transição culminou na convocação da assembleia constituinte em 1987 e na aprovação da Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã. Segundo essa perspectiva, a plena democracia no Brasil foi alcançada após esse árduo processo de transição.

Essa análise sublinha que o caminho rumo à democracia foi extenso e complexo, marcado por avanços e retrocessos, e que a consolidação dos valores democráticos demandou esforço e engajamento por parte da sociedade brasileira como um todo.

o País deixou de ser regido por uma ditadura - predomínio de um estado de exceção, quando prevalece a vontade, arbitrária, dos governantes, que podem fazer e desfazer leis - sem adotar de imediato, através de uma Assembleia eleita, uma Constituição democrática. Em outras palavras: no período de transição já não havia ditadura, mas ainda não existia uma democracia⁴¹⁷.

A democracia no Brasil renasceu em diferentes momentos, como em 1979, 1985 ou 1988, e mesmo após esse renascimento, ainda era possível perceber a influência da ditadura militar tanto no parlamento quanto fora dele. Isso se devia principalmente ao fato de que muitas pessoas ainda acreditavam na ideia de que o período dos governos

⁴¹⁶ REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

⁴¹⁷ *Ibid.* p. 125

militares foi melhor para o Brasil. Essa visão destacava a suposta ordem e valorização da família e dos princípios morais durante aquele período, enquanto alimentava a percepção de que o comunismo ou ideias ligadas às esquerdas eram prejudiciais para os brasileiros.

Essa disputa de narrativas persiste até os dias atuais, refletindo a maneira como parte da população interpreta essa parte da história. É importante ressaltar que, embora tenha havido acertos em alguns aspectos, como o chamado "milagre econômico brasileiro", em outros, principalmente relacionados à repressão e violação dos direitos humanos, demonstrados ao longo desta pesquisa, ainda é necessário estudar e discutir esse assunto sem tentar mascarar os acontecimentos reais.

Relembrar é uma jornada carregada de emoção e reflexão, especialmente quando confrontamos os anos sombrios da ditadura militar. Durante esse período, a censura era onipresente, as eleições careciam de transparência, a liberdade partidária foi suprimida e a vida dos cidadãos foi rigidamente controlada, resultando numa perda dolorosa de liberdade e autonomia. A vida de Iza e de seus camaradas de luta não apenas ilumina essas injustiças, mas também nos instiga a uma profunda introspecção sobre os horrores que marcaram nossa história.

O marco de 60 anos desde o golpe, é imperativo não apenas recordar, mas também aprender com os erros do passado. Este período sombrio deve servir como um lembrete constante de nossa responsabilidade em defender a democracia e os direitos humanos, fundamentos pelos quais muitos como Iza lutaram incansavelmente.

A trajetória de Iza é uma inspiração não apenas pela sua coragem nas fileiras dos movimentos sociais e políticos, mas também pela sua busca incessante por conhecimento. Desde seus dias como professora primária, sua paixão pela leitura e pela educação moldou sua jornada intelectual. Sua decisão de estudar história na Universidade Federal, entre 1974 e 1978, reflete seu compromisso inabalável com o entendimento profundo das dinâmicas sociais e históricas que moldaram sua época.

Iza não só viveu sua vida, mas a enriqueceu com um propósito claro: promover a justiça social e educar as gerações futuras sobre as lições da história. Seu legado é um farol de esperança e determinação, um lembrete de que o conhecimento e a perseverança são armas poderosas contra a injustiça e a opressão. Ela não apenas absorveu esse conteúdo, mas também se empenhou em transmiti-lo, assumindo o papel

de educadora. Sua abordagem resumiria bem as palavras de Paulo Freire: “A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa”⁴¹⁸, reconhecendo a educação como um ato de amor e coragem, uma ferramenta poderosa para a transformação social e a conscientização das pessoas. O comprometimento de Iza como educadora e intelectual é notável, e sua dedicação em compartilhar conhecimento com certeza foi muito importante nas comunidades em que ela viveu e trabalhou.

Com um espírito incandescente pela libertação e uma alma tão complexa quanto profunda, Iza iluminou o mundo por 60 anos, deixando-nos em 16 de setembro de 2002. Sua vida foi um turbilhão de paixão e comprometimento, especialmente ao lado de Humberto Cunha, com quem compartilhou mais de duas décadas de lutas políticas intensas. Unidos em 1969 e formalmente casados em 25 de julho de 1973, enfrentaram juntos os desafios e triunfos que marcaram suas vidas. No entanto, em 1992, seus caminhos se separaram, e o divórcio, consumado em 29 de março de 1993, marcou o fim de uma era de união e cumplicidade⁴¹⁹.

Nos anos 1990, mesmo sozinha, Iza nunca desistiu de sua missão. Sua voz ecoava por entre as páginas que escrevia e nas batalhas que travava por políticas públicas em defesa das mulheres, sempre com a mesma intensidade e dedicação que a caracterizaram.

Iza amou profundamente e foi amada de volta, não apenas como mãe biológica, mas também como uma figura maternal para todos os corações que tocou. Sua vida foi um testemunho vivo de seu compromisso com a justiça social e os valores que defendeu apaixonadamente. O impacto deixado por Iza é como um farol, guiando e inspirando todos aqueles que foram tocados pela sua jornada.

Iza viveu uma vida marcada por transformações profundas e significativas. Inicialmente unida aos colegas de luta contra a ditadura, essa causa que os unia gradualmente desapareceu com o tempo. Além disso, seu relacionamento com Humberto, que era uma base fundamental para ela, chegou ao fim. Sua família passou

⁴¹⁸ FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1967.

⁴¹⁹ Informações repassadas por Humberto Cunha em conversas via facebook, dia 11 de junho de 2024.

por mudanças que alteraram seu dinamismo original, enquanto a SDDH, organização na qual ela atuava, perdeu força e se viu incapaz de manter seu impacto anterior.

Os pais de Iza, de origem protestante, influenciaram sua fé desde cedo, mas ao longo da vida, seu trabalho próximo aos católicos a aproximou das correntes da Teologia da Libertação, que exerciam uma forte influência na Igreja Católica. Essa experiência a tornou ecumênica em suas convicções religiosas. No entanto, enfrentando dificuldades como a perda de emprego e problemas de saúde no final de sua vida, Iza retornou ao protestantismo, especificamente à Assembleia de Deus.

Esse retorno religioso a distanciou de seus antigos companheiros políticos, que compartilhavam de sua luta anterior. Mesmo assim, eles souberam de sua morte e compareceram em grande número ao local onde ela foi velada, demonstrando o impacto profundo que Iza teve em suas vidas e nas causas que abraçaram juntos no passado.

Essa história ilustra as complexidades da fé e das relações religiosas de Iza, assim como a profundidade de suas conexões com as comunidades em que viveu e trabalhou ao longo de sua vida. Mesmo com diferenças religiosas, o respeito e o reconhecimento por sua vida e suas contribuições foram evidentes no momento de sua despedida.

É compreensível que o foco deste trabalho tenha sido nas realizações políticas e ativismo de Iza Cunha, deixando de lado aspectos mais pessoais de sua vida. A pandemia da Covid-19 certamente apresentou desafios à pesquisa e ao acesso a fontes de informação, limitando a possibilidade de explorar completamente certos aspectos da vida e atuação de Iza.

É válido considerar que as curiosidades sobre a vida pessoal e detalhes mais íntimos podem ser explorados em trabalhos futuros, assim como aprofundamentos sobre sua influência política dentro das organizações em que desempenhou um papel significativo. Novas fontes e oportunidades de pesquisa podem oferecer insights adicionais sobre a vida e o legado de Iza Cunha, enriquecendo nossa compreensão de sua importância para o movimento político e social.

É verdade que há aspectos da vida e da atuação de Iza Cunha que permanecem desconhecidos ou pouco documentados, como detalhes sobre sua candidatura em 1994 e aprofundamento de seu trabalho em cada instituição que ajudou a fundar. No entanto, é inegável o impacto que ela teve na política e na vida das pessoas ao seu redor.

Seu jeito poético e amável de ser, aliado ao seu comprometimento com a justiça social e a igualdade, ajudou a inspirar e capacitar muitas mulheres e homens a se envolverem na política e na defesa dos direitos humanos. O legado deixado por Iza é significativo e duradouro, e suas contribuições continuarão a ser reconhecidas e valorizadas pelas gerações futuras. É importante celebrar e honrar esse legado, mesmo que algumas lacunas em sua história permaneçam, pois sua influência e impacto são inegáveis.

Pesquisar e contar a trajetória de vida de mulheres como Iza Cunha foi desafiador, mas também extremamente importante. Pois, ao destacar suas realizações e contribuições, estamos quebrando o silenciamento histórico que muitas vezes obscurece o protagonismo das mulheres em diversos aspectos da sociedade, especialmente em suas atuações políticas. Embora seja desafiador, o processo de pesquisa e narração das histórias de mulheres anônimas ou não é fundamental para garantir que suas vozes sejam ouvidas e que seus impactos sejam reconhecidos. Isso é uma forma importante de promover a igualdade de gênero e de contribuir para uma narrativa histórica mais completa e justa.

Portanto é crucial reconhecer e valorizar o papel das mulheres na história, especialmente daquelas que lutaram por justiça, igualdade e direitos humanos. Ao fazer isso, estamos não apenas honrando suas memórias e legados, mas também inspirando as gerações futuras a seguirem seus passos e a continuarem a luta por um mundo mais justo e inclusivo.

Um lembrete importante é que, a história é um processo contínuo de descoberta e investigação, e que sempre há mais a aprender e explorar sobre figuras históricas como Iza Cunha.

REFERÊNCIAS

LIVROS

- ADORNO, Theodor W. Educação após Auschwitz. In:_____. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino: Invenção do “falo”. Uma História do Gênero masculino no Brasil (1920-1940)**. Coleção entre gêneros, São Paulo: Intermeios, 2013. p.17-82.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO - **Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis, Vozes, 2014.
- ARENDDT, Hannah. **Homens em tempos sombrios**. São Paulo: companhia das letras, 2008.
- BENJAMIN, Walter. **O Narrador**. In: _____ Magia e Técnica, Arte e Política - ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas, volume I, 2ª edição, São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- BRAGA, Luís. **Meninos da Noite**. Belém: Paka-Tatu.2008
- CARVALHO, Luiz Maklouf. **Contido à bala: a vida e morte de Paulo Fonteles, advogado de posseiros no sul do Pará**. Belém. CEJUP, 1994.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- COLLING, Ana Maria, **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro, Rosa dos Ventos, 1997.
- CRUIKSHANK, Julie. **Tradição Oral e história oral: revendo algumas questões**. In: Usos e abusos da História oral. Rios de Janeiro: Editora fundação Getúlio Vargas, 1998.
- FERNANDES, Florestan. **O que é revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- FERREIRA, Elizabeth F. Xavier, **Mulheres - militância e memória**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1967.
- FICO, Carlos. **Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar, espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FONTES, Edilza Joana Oliveira; ALVES, Davison Hugo Alves (Orgs). **Governos Militares na Amazônia, cultura histórica e os direitos humanos**. Belém: Cabana, 2021.
- GOLDMAN, Wendy. **Mulher, Estado e Revolução. Política familiar e vida social soviética, 1917-1936**. São Paulo: Boitempo: Iskra Edições, 2014
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.
- LE GOFF, Jacques, 1924. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão [et. Al], Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2013.
- LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. **Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea**. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.) Usos e abusos da História Oral. 8. ed. RJ: Editora FVG, 1998.

- MELO, Hildete Pereira; SCHUMAHER, Schuma. **A Segunda Onda Feminista no Brasil**. In: SCHUMAHER, Schuma, VITAL, Erico (orgs.). Dicionário mulheres do Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2000.
- NAPOLITANO, Marcos. **1964**, História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo/SP. Ed. Contexto, 2018.
- NETO, Regina Beatriz Guimarães. **História e escrita do tempo**: questões e problemas para a pesquisa histórica. In: história do tempo presente, Lucília de Almeida Neves Delgado, Marieta de Moraes Ferreira (org), editora FGV, Rio de Janeiro, 2014.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10, p. 12. 1993.
- NUNES, André Costa; et.al. **1964**, relatos subversivos: os estudantes e o golpe no Pará. Belém: Ed: Samauma Editorial, 2014.
- PETIT, Pere. **A Esperança Equilibrista**: A Trajetória do PT no Pará. São Paulo, Boi tempo, 1996.
- PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo, editora contexto, 2012.
- PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo, editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- POLLAK, Michel. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.
- RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In Pedro, Joana; Grossi, Miriam (orgs.) - **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998
- REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- RICOEUR, Paul. Memória Pessoal, Memória Coletiva. In: **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François et. al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- RIDENTI, Marcelo S. **As mulheres na política brasileira**: os anos de chumbo. Tempo social. São Paulo, USP, 2 (2): 113-28, 2º sem.1990.
- ROSA, Susel de Oliveira. **Mulheres ditaduras e memórias**: Não imagine que precise ser triste para ser militante. São Paulo: Ed. Intermeios, 2013.
- ROVAL. Marta Gouveia de Oliveira. **História oral e história das mulheres**: Rompendo silenciamentos. São Paulo: Letra e Voz, 2017.
- SCHUMAHER, Schuma. **O Lobby do Batom**: as mulheres no processo constituinte, 2009
- STUART, Hall. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 11. Ed, 2006. p.7-76.
- TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da Guerrilha à imprensa feminista**: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980). São Paulo: Ed. Intermeios, 2013.
- UGARTE, Auxiliomar Silva; QUEIROZ, Cesar Augusto Bullboz (orgs). **Trajetória políticas na Amazônia Republicana**. Manaus: Valer, 2019.

VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou**. São Paulo: Editora planeta do Brasil, 2008.

DISSERTAÇÕES/TESES/PERIÓDICOS

ALMADA, Pablo. **A cultura política de 1968**. Reflexões sobre a resistência estudantil no Brasil e em Portugal. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/27994>. Acesso em: 30 de agosto 2021.

LESSA, Carlos. **Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira**. Revista Estudos Avançados. N°. 62, 2008. p.237-256.

DEL PRIORE, M. **Biografia: quando o indivíduo encontra a história**. Topoi, n. 19, jul.-dez. 2009. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/topoi/a/wjzgxRYmBc577pm4QqVfDtb/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 05 de março de 2022

MENEZES, Jaci Maria Ferraz. **Abolição no Brasil: A construção da liberdade**. In **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.36, p. 83-104, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/download/8639642/7210/10205>>. Acesso em: 05 de dezembro 2020.

NERIS, Jair Mauro Diniz. **MLPA, o movimento pela libertação dos presos do Araguaia, do conflito do Cajueiro às maiores manifestações pró-democracia do norte do Brasil – 1981- 1982**. 2022. 145 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **Identidade Étnica, reconhecimento e mundo moral**. In: Revista Antropológica, ano 9, vol 16 (2), 2005, pp 9-40

PEDRO, Joana. **Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea**. Topoi, v. 12, n°. 22, jan.-jun. 2011. pp. 270-283.

PEDRO, Joana. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica**. Disponível em:<<https://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf>. Acesso em: 05 de dezembro 2020.

PINHEIRO, Raimundo Amilson de Sousa. **Em nome dos direitos humanos: história, movimentos sociais e democratização no Pará (1975-1985)**. Belém, 2019. 315f. Tese (Doutorado em História) - faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade federal do Pará.

PINTO, Céli Regina Jardim. **O Feminismo no Brasil: Suas múltiplas faces**. In Estudos Feministas, V. 2, n. 12, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23971.pdf>. Acesso em 25 de outubro de 2017.

RODRIGUES, Gabriel Costa Val. **Os direitos humanos no pensamento de James Griffin**. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rdgv/a/3XBvJpR5kN7zq4MLQB56hcD/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 20 de Fevereiro de 2024.

SCHUMAHER, Schuma; VARGAS, Elizabeth. **Lugar no Governo: álbi ou conquista?** In **Estudos Feministas**, vol. 1, N 2. CIEC – Escola de Comunicação UFRJ

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. In: Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, n° 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99. Disponível em:

<http://www.direito.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/SCOTTJoanGenero.pdf>. Acesso em 02 de maio de 2019.

SILVA, Antonio Carlos Teles da. **As origens do movimento ecumênico na Amazônia Paraense**. 2005. 203 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) - Instituto Ecumênico de Pós-Graduação. Faculdades EST.

VEIGA, Alfredo César. **Teologia da Libertação: Nascimento, expansão, recuo e sobrevivência da imagem do excluído dos anos 1970 à época atual**. São Paulo, 2009. 297 f. Tese (Doutorado em História) - faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

ENTREVISTAS

CARVALHO, Madeleine Bedran Maklouf. **Vida e trajetória política de Iza Cunha** [fev. 2020]. Entrevistadora: Rosinda da Silva Miranda. Belém-PA: Aliança Francesa – Belém/PA, 2020. Arquivo digital. Entrevista concedida à Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História/UFGA. 53m04s.

CUNHA, Humberto Rocha. **Vida e trajetória política de Iza Cunha** [out. 2018]. Entrevistadora: Rosinda da Silva Miranda. Belém-PA: Edifício Bandeira Coelho, 2018. Arquivo digital. Entrevista concedida à Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História/UFGA. 2h02m53s.

CUNHA, Humberto Lopes. **Vida e trajetória política de Iza Cunha** [dez. 2021]. Entrevistadora: Rosinda da Silva Miranda. Belém-PA: Livraria FOX, 2021. Arquivo digital. Entrevista concedida à Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História/UFGA. 42m31s.

FERREIRA, Paulo Roberto. **Vida e trajetória política de Iza Cunha** [nov. 2019]. Entrevistadora: Rosinda da Silva Miranda. Belém-PA: No escritório de Paulo Roberto Ferreira, 2019. Arquivo digital. Entrevista concedida à Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História/UFGA. 22m42s.

GALIZA, Paulo Sérgio Calvo. **Vida e trajetória política de Iza Cunha** [fev. 2020]. Entrevistadora: Rosinda da Silva Miranda. Belém-PA: Conjunto Tapajós, 2020. Arquivo digital. Entrevista concedida à Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História/UFGA. 51m42s.

SILVA, Paulo Joanil. **Vida e trajetória política de Iza Cunha** [nov. 2019]. Entrevistadora: Rosinda da Silva Miranda. Belém-PA: CNBB, 2019. Arquivo digital. Entrevista concedida à Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História/UFGA. 1h34m59s.

TAVARES, Vera Lúcia Marques. **Vida e trajetória política de Iza Cunha** [nov. 2019]. Entrevistadora: Rosinda da Silva Miranda. Belém-PA: Defensoria do Estado do Pará, 2019. Arquivo digital. Entrevista concedida à Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História/UFGA. 27m54s.

TAVARES, Guaracy Júnior. **Vida e trajetória política de Iza Cunha** [fev. 2020]. Entrevistadora: Rosinda da Silva Miranda. Belém-PA: Online via Google Meet, 2020. Arquivo digital. Entrevista concedida à Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História/UFGA. 1h10m17s.

JORNAIS

- Jornal Resistência, Belém/PA, Agosto, 1978. Nº 5.
- Jornal Resistência, Belém/PA, Agosto, 1980. Nº 14.
- Jornal Resistência, Belém/PA, Março, 1981. Nº 22.
- Jornal Resistência, Belém/PA, Março, 1981. Nº 23.
- Jornal Resistência, Belém/PA, Maio, 1981. Nº 25.
- Jornal Resistência, Belém/PA, Junho, 1981. Nº 26.
- Jornal Resistência, Belém/PA, Outubro, 1981. Nº 30.
- Jornal Resistência, Belém/PA, Outubro, 1983. Nº 48.
- Jornal Resistência, Belém/PA, 1983, Nº 51.
- Jornal Resistência, Belém/PA, 1983, Nº 52.
- Jornal Resistência, Belém/PA, Fevereiro, 1985, Ano VII, Nº 65.
- Jornal Resistência, Belém/PA, Janeiro/Fevereiro, 1986, Ano VII, Órgão Oficial da SPDDH.
- Jornal Resistência, Belém/PA, Abril/Maio/Junho, 1986. Ano VIII, Edição Especial, Nº 71.
- Jornal Resistência, Belém/PA, Novembro/Dezembro, 1989, Ano XI, Nº 80.
- Jornal Resistência, Belém/PA, Maio/Junho, 1990, Ano XI, Nº 82.
- Jornal Resistência, Belém/PA, Julho/Agosto, 1990, Ano XI, Nº 83.
- Jornal Resistência, Belém/PA, Setembro, 1990, Ano XI, Nº 84.
- Jornal Resistência, Belém/PA, Novembro, 1990, Ano XI, Nº 85.
- Jornal Resistência, Belém/PA, Dezembro, 1990; Janeiro/Fevereiro, 1991, Ano XI, Nº 87.
- Jornal Resistência, Belém/PA, Maio/Junho, 1990. Ano XI, Edição Especial, Nº 90.
- Jornal Resistência, Belém/PA, Setembro/Dezembro, 1991, Ano XI, Nº 94.
- O Liberal, Belém/PA, 24 de novembro, 1992, Caderno 1º, p. 5
- O Liberal, Belém/PA, 1 de dezembro 1996, Questão de Ordem
- Jornal MMCC, Belém/PA, Janeiro, 1994, Nº 1

Arquivo

- SNI. **Reunião do MLPA.** Informe Nº FS1/00699/112/B7B/90. BR_DFANBSB_H4_MIC_GNC_KKK_900007988_d0001de0001. Arquivo Nacional
- SNI. **Atividades do MLPA.** Informação Nº 0223/119/ABE/82. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_82001956_d0001de0001. Março de 1982. Arquivo Nacional
- SNI. **Reunião do MLPA.** Informe Nº 017/82/CIP/SSP/PA. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_82002109_d0001de0001. Abril de 1982. Arquivo Nacional

SNI. **Assembleia geral realizada pelo MLPA.** Informe N° 0592/119/ABE/82. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_82002197_d0001de0001. Junho de 1982. Arquivo Nacional

SNI. **Reunião do MLPA.** Informe N° 054/82/CIP/SSP/PA. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_83002825_d0001de0001. Setembro de 1982. Arquivo Nacional

SNI. **Resoluções do I Congresso do PRC e seus principais militares.** Informação N° 054/15/AC/84. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_84015683_d0001de0001. Junho de 1982. Arquivo Nacional

SNI. **Atividades do PRC, Resoluções do I Congresso Nacional daquela organização subversiva.** Informação N° 2209/16/ASP/84. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_84016055_d0001de0001. Junho de 1982. Arquivo Nacional

SNI. **Atividades do PRC, Resoluções do I Congresso Nacional daquela organização subversiva.** Informação N° 00604/120/B8P/85. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_85016882_d0001de0001. Abril de 1985. Arquivo Nacional

SNI. **Ficha Izabel Marques Tavares da Cunha.** Informação N° B0084785. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_86018464_d0001de0003. 1985. Arquivo Nacional

SNI. **Continuação da Informação.** Informação N° 156/16/AC/80. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_81012559_d0001de0001. 1985. Arquivo Nacional

SNI. **Projeto Universidade Popular – Ato Ecumênico.** BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_87006281_d0001de0002. Sem Data. Arquivo Nacional

DOCUMENTOS ARQUIVO MINAS GERAIS:

Menções sobre Izabel Cunha na seguinte pasta:

Pasta: 0061

Rolo: 006

Data: nov/1971 – nov/1975

Imagens: 172

Menções sobre Humberto Rocha Cunha nas seguintes pastas:

Pasta: 0047

Rolo: 005

Data: dez/1971 – mar/1973

Imagens: 223

Pasta: 0046

Rolo: 005

Data: dez/1971 – jul/1972

Imagens: 296

Pasta: 3971

Rolo: 050

Data: mar/1972 – jul/1972

Imagens: 22

MENÇÕES AO IPM DA AÇÃO POPULAR. COMO SE DEU A QUEDA DA AP EM MINAS.

Pasta: 0048

Rolo: 005

Data: mar/1972 – abr/1972

Imagens: 43

Pasta: 0044

Rolo: 004

Data: out/1971 – mar/1973

Imagens: 104

Pasta: 0049

Rolo: 005

Data: jun/1972 – ago/1972

Imagens: 44

VÍDEO

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Comissão Nacional da Verdade em Belém** - Parte 11 - Marga Roth. Youtube, 18 de dezembro de 2012. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=J55lsSeE-XU>>, acesso em 29 de fevereiro de 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. Programa Anos de Chumbo e a UFPA** – As memórias do golpe de 1964. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (10min e 41seg). Disponível em: <<http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1303> >. Acesso em 29 de fevereiro de 2024.